ARISTÓTELES

ÓRGANON

CATEGORIAS
DA INTERPRETAÇÃO
ANALÍTICOS ANTERIORES
ANALÍTICOS POSTERIORES
TÓPICOS
REFUTAÇÕES SOFÍSTICAS

Tradução, Textos Adicionais e Notas
Edson Bini



ÓRGANON
Categorias • Da Interpretação • Analíticos Anteriores
Analíticos Posteriores • Tópicos • Refutações Sofísticas

ARISTÓTELES

1ª Edição 2005

Supervisão Editorial: *Jair Lot Vieira*
Editor: *Alexandre Rudyard Benevides*
Tradução e Notas: *Edson Bini*
Capa: *Equipe Edipro*
Revisão: *Carlos Valero* e *Isabel Maringoni*
Digitação: *Disquete fornecido pelo tradutor*

Nº de Catálogo: 1336

Dados de Catalogação na Fonte (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Aristóteles
Órganon : Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofísticas / Aristóteles; tradução, textos adicionais e notas Edson Bini / Bauru, SP: EDIPRO, 2005. (Série Clássicos Edipro)

Títulos originais: Ὄργανον: Κατηγορίαι, Περὶ ἑρμηνείας, Αναλυτικὰ πρότερα, Αναλυτικὰ ὕστερα, Τοπικὰ, Περὶ σοφιστικῶν ἐλέγχων

ISBN 85-7283-387-0

1. Aristóteles 2. Filosofia antiga 3. Política I. Títulos. II. Séire.

03-1441 CDD-185

Índices para catálogo sistemático:
1. Filosofia aristotélica : 185



EDIPRO – Edições Profissionais Ltda.
Rua Conde de São Joaquim, 332 – Liberdade
CEP 01320-010 – São Paulo – SP – Brasil
Fone (11) 3107-4788 – Fax (11) 3107-0061
e-mail: ***edipro@uol.com.br***

SUMÁRIO

NOTA DO TRADUTOR 7
DADOS BIOGRÁFICOS 9
ARISTÓTELES: SUA OBRA 17
CRONOLOGIA 35

ÓRGANON 37

CATEGORIAS 39
DA INTERPRETAÇÃO 81
ANALÍTICOS ANTERIORES 111
- Livro I 111
- Livro II 199

ANALÍTICOS POSTERIORES 251
- Livro I 251
- Livro II 313

TÓPICOS 347
- Livro I 347
- Livro II 373

Livro III 395
Livro IV 411
Livro V 435
Livro VI 469
Livro VII 505
Livro VIII 517
REFUTAÇÕES SOFÍSTICAS 545

NOTA DO TRADUTOR

O *Órganon*, obra monumental onde Aristóteles estabelece as bases da lógica formal, está entre as mais importantes e complexas que nos foram legadas pelo Estagirita.

As dificuldades para traduzi-la são variadas e desafiadoras, começando pelas diferenças estruturais entre o grego antigo (língua declinada e conceitualmente rica) e o português, idioma moderno não declinado.

A isso soma-se o estilo seco e breve do autor que trata, nesta oportunidade, de temas de grande abstração e pouco colorido.

Mas o fator mais complicante nesta tarefa, ainda que minimizado pelo empenho hercúleo e proficiente dos eruditos que estabeleceram os textos, é constituído pela condição precária e truncada na qual chegaram à posteridade os seis tratados que compõem o *Órganon* (isto sem nos atermos aos demais problemas que cercam os escritos do Estagirita – ver *Aristóteles: sua obra*).

A preocupação maior deste tradutor foi preservar, na medida do possível, o teor e o espírito dos tratados e devido, principalmente à alta tecnicidade do *Órganon*, o resultado em nosso vernáculo não pôde deixar de ser um texto deselegante, destituído de ritmo e por vezes, cansativo – num nítido sacrifício da forma em favor do conteúdo.

Mais ainda que as outras traduções que realizamos da filosofia grega (Platão: *As Leis* e *A República*; Aristóteles: *Ética a Nicômaco* e *Metafísica*), o *Órganon* não admite liberdades e flexibilizações, embora se não recorremos à paráfrase, também não nos aprisionamos rigidamente na literalidade.

O recurso eventual à inclusão de certos termos entre colchetes para completar idéias formalmente truncadas foi adotado e indicamos, quando apropriado (em notas de rodapé) algumas interpolações felizes ou infelizes feitas ao longo do tempo por editores; nas citações em grego, preterindo a erudição a favor do didatismo, suprimimos a acentuação gráfica e juntamos a transliteração.

Servimo-nos do texto em grego estabelecido por Immanuel Bekker, mas recorremos também, quando julgamos necessário, aos textos de L. Minio-Paluello, W. D. Ross e J. Brunschwig.

A fim de facilitar e agilizar a consulta ao *Órganon*, fizemos constar à margem esquerda a consagrada numeração da edição referencial de 1831, de Bekker.

Cientes de nossas limitações e falhas, pedimos ao leitor que julgue nosso trabalho e manifeste sua apreciação, suas críticas e sugestões, que servirão de diretrizes para tornar nosso labor menos imperfeito.

Esta tradução é dedicada
à *Leonor Macedo Bini*,
mãe afetuosa,
amiga inigualável,
incentivadora constante
e regaço consolador
em todos os momentos difíceis...

DADOS BIOGRÁFICOS

Aristóteles nasceu em Estagira (atualmente Tessalônica), cidade grega e então colônia da Macedônia no litoral noroeste da península da Calcídia, cerca de trezentos quilômetros a norte de Atenas. O ano de seu nascimento é duvidoso – 385 ou, mais provavelmente, 384 a.C.

Filho de Nicômaco e Féstias, seu pai era médico e membro da fraternidade ou corporação dos *Asclepíades* (Ασκληπιαδης, ou seja, *filhos ou descendentes de Asclépios*, o deus da medicina). A arte médica era transmitida de pai para filho.

Médico particular de Amintas II (rei da Macedônia e avô de Alexandre), Nicômaco morreu quando Aristóteles tinha apenas sete anos, tendo desde então o menino sido educado por seu tio Proxeno.

Os fatos sobre a infância, a adolescência e a juventude de Aristóteles são escassos e dúbios. Presume-se que durante o brevíssimo período que conviveu com o pai, este o tenha levado a Pela, capital da Macedônia ao norte da Grécia, e tenha sido iniciado nos rudimentos da medicina pelo pai e o tio. O fato indiscutível e relevante é que aos dezessete ou dezoito anos o jovem Estagirita se transferiu para Atenas e durante cerca de dezenove anos freqüentou a *Academia* de Platão, deixando-a somente após a morte do mestre em 347 a.C., embora Diógenes Laércio (o maior dos biógrafos de Aristóteles) afirme que ele a deixou enquanto Platão ainda era vivo.

Não há dúvida que Aristóteles desenvolveu laços de amizade com seu mestre e foi um de seus discípulos favoritos. Mas foi Espeusipo que herdou a direção da Academia.

O leitor nos permitirá aqui uma ligeira digressão.

Espeusipo, inspirado no último e mais extenso diálogo de Platão (*As Leis*), conferiu à Academia um norteamento franca e profundamente marcado pelo orfismo pitagórico, o que resultou na rápida transformação da Academia platônica num estabelecimento em que predominava o estudo e o ensino das matemáticas, trabalhando-se mais elementos de reflexão e princípios pitagóricos do que propriamente platônicos.

Divergindo frontalmente dessa orientação matematizante e mística da filosofia, Aristóteles abandonou a Academia acompanhado de outro discípulo de Platão, Xenócrates, o qual, contudo, retornaria posteriormente à Academia, aliando-se à orientação pitagorizante de Espeusipo, mas desenvolvendo uma concepção própria.

Os "fatos" que se seguem imediatamente acham-se sob uma nuvem de obscuridade, dando margem a conjeturas discutíveis.

Alguns autores pretendem que, logo após ter deixado a Academia, Aristóteles abriu uma Escola de retórica com o intuito de concorrer com a famosa Escola de retórica do sofista Isócrates. Entre os discípulos do Estagirita estaria o abastado Hérmias, que pouco tempo depois se tornaria tirano de Atarneu (ou Aterna), cidade-Estado grega na região da Eólida.

Outros autores, como o próprio Diógenes Laércio, preferem ignorar a hipótese da existência de tal Escola e não entrar em minúcias quanto às circunstâncias do início do relacionamento entre Aristóteles e Hérmias.

Diógenes Laércio limita-se a afirmar que alguns supunham que o eunuco Hérmias era um favorito de Aristóteles, e outros, diferentemente, sustentam que o relacionamento e o parentesco criados entre eles foram devidos ao casamento de Aristóteles com a sobrinha de Hérmias.

Um terceiro partido opta por omitir tal Escola e associa o encontro de Aristóteles com Hérmias indiretamente a dois discípulos de Platão e amigos do Estagirita, a saber, Erasto e Corisco, que haviam redigido uma Constituição para Hérmias e recebido apoio deste para fundar uma Escola platônica em Assos, junto a Atarneu.

O fato incontestável é que nosso filósofo (Aristóteles) conheceu o rico Hérmias, durante três anos ensinou na Escola platônica de Assos, patrocinada por ele, e em 344 a.C. desposou Pítia, que – não se sabe ao certo – era filha adotiva, irmã ou sobrinha de Hérmias.

Nessa Escola nosso filósofo conheceu Teofrasto, o qual se tornaria o maior de seus discípulos. Pertence a este período incipiente o primeiro trabalho filosófico de Aristóteles: *Da Filosofia*.

Após a invasão de Atarneu pelos persas e o assassinato de Hérmias, ocasião em que, segundo alguns autores, Aristóteles salvou a vida de Pítia providenciando sua fuga, dirigiu-se ele a Lesbos e transferiu-se para Mitilene. Pouco tempo depois (em 342 ou 343) aceitava a proposta de Felipe II para ser o preceptor de seu filho, Alexandre (então com treze anos) mudando-se para Pela. Na fase de Pela, o Estagirita escreveu duas obras que só sobreviveram fragmentariamente e em caráter transitório: *Da Monarquia* e *Da Colonização*. Nosso filósofo teria iniciado, também nesse período, a colossal *Constituições*, contendo a descrição e estudo de 158 formas de governo em prática em toda a Grécia (deste alentadíssimo trabalho só restou para a posteridade a *Constituição de Atenas*).

Depois de haver subjugado várias cidades helênicas da costa do mar Egeu, e inclusive ter destruído Estagira (que ele próprio permitiria depois que fosse reconstruída por Aristóteles), Felipe II finalmente tomou Atenas e Tebas, na célebre batalha de Queronéia, em 338 a.C.

Indiferente a esses fatos militares e políticos, o Estagirita prosseguiu como educador de Alexandre até a morte de Felipe e o início do reinado de Alexandre (335 a.C.). Retornou então a Atenas e fundou nesse mesmo ano sua Escola no Λυκειον (*Lükeion – Liceu*), que era um ginásio localizado no nordeste de Atenas, junto ao templo de Apolo lício, deus da luz, ou Λυκειος (*Lükeios* – literalmente *o destruidor de lobos*).

O Liceu (já que o lugar emprestou seu nome à Escola de Aristóteles) situava-se em meio a um bosque (consagrado às Musas e a Apolo lício) e era formado por um prédio, um jardim e uma alameda adequada ao passeio de pessoas que costumavam realizar uma *conversação caminhando* (περιπατος- *peripatos*), daí a filosofia aristotélica ser igualmente denominada filosofia *peripatética*, e sua Escola, Escola *peripatética*, referindo-se à tal alameda e especialmente ao hábito do Estagirita e seus discípulos andarem por ali discutindo questões filosóficas.

A despeito de estar em Atenas, nosso filósofo permanecia informado das manobras político-militares de Alexandre através do chanceler macedônio e amigo, Antipater.

O período do Liceu (335-323 a.C.) foi, sem qualquer dúvida, o mais produtivo e fecundo na vida do filósofo de Estagira. Ele conjugava uma intensa atividade intelectual entre o ensino na Escola e a redação de suas obras. Durante a manhã, Aristóteles ministrava aulas restritas aos discípulos mais avançados, os chamados cursos *esotéricos* (εσωτερικος) ou *acroamáticos* (ακροαματικος), os quais versavam geralmente sobre temas mais complexos e profundos de lógica, matemática, física e metafísi-

ca. Nos períodos vespertino e noturno, Aristóteles dava cursos abertos, acessíveis ao grande público (*exotéricos*), via de regra de dialética e retórica. Teofrasto e Eudemo, seus principais discípulos, atuavam como assistentes e monitores, reforçando a explicação das lições aos discípulos e as anotando para que o mestre, com base nelas, redigisse depois suas obras.

A distinção entre cursos esotéricos e exotéricos e a conseqüente separação dos discípulos não eram motivadas por qualquer diferença entre um ensino secreto místico, reservado apenas a *iniciados*, e um ensino meramente religioso, ministrado aos profanos nos moldes, por exemplo, das instituições dos pitagóricos.

Essa distinção era puramente pragmática, no sentido de organizar os cursos por nível de dificuldade (didática) e, sobretudo, restringir os cursos exotéricos àquilo que despertava o interesse da grande maioria dos atenienses, a saber, a dialética e a retórica.

Nessa fase áurea do Liceu, nosso filósofo também montou uma biblioteca incomparável, constituída por centenas de manuscritos e mapas, e um museu, o qual era uma combinação de jardim botânico e jardim zoológico, com uma profusão de espécimes vegetais e animais oriundos de diversas partes do Império de Alexandre Magno.

Que se acresça, a propósito, que o *curriculum* para o aprendizado que Aristóteles fixou nessa época para o Liceu foi a base para o *curriculum* das Universidades européias durante mais de dois mil anos, ou seja, até o século XIX.

A morte prematura de Alexandre em 323 a.C. trouxe à baila novamente, como trouxera em 338 na derrota de Queronéia, um forte ânimo patriótico em Atenas, encabeçado por Demóstenes (o mesmo grande orador que insistira tanto no passado recente sobre a ameaça de Felipe). Isso, naturalmente, gerou um acentuado e ardente sentimento anti-macedônico. Como era de se esperar, essa animosidade atingiu todos os gregos que entretinham, de um modo ou outro, relações com os macedônios.

Nosso filósofo viu-se, então, numa situação bastante delicada, pois não apenas residira em Pela durante anos, cuidando da educação do futuro senhor do Império, como conservara uma correspondência regular com Antipater (braço direito de Alexandre), com quem estreitara um fervoroso vínculo de amizade. As constantes e generosas contribuições de Alexandre ao acervo do Liceu (biblioteca e museu) haviam passado a ser observadas com desconfiança, bem como a amizade "suspeita" do

aristocrático e conservador filósofo que nunca ocultara sua antipatia pela democracia ateniense e que, às vezes, era duro na sua crítica aos próprios atenienses, como quando teria dito que "os atenienses criaram o trigo e as leis, mas enquanto utilizam o primeiro, esquecem as segundas."

Se somarmos ainda a esse campo minado sob os pés do Estagirita o fato do Liceu ser rivalizado pela nacionalista Academia de Espeusipo e a democrática Escola de retórica de Isócrates, não nos espantaremos ao constatar que muito depressa os cidadãos atenienses começaram a alimentar em seus corações a suspeita de que Aristóteles era um *traidor*.

Segundo Diógenes Laércio, Aristóteles teria sido mesmo acusado de impiedade (cometendo-a ao render culto a um mortal e o divinizando) pelo sumo sacerdote Eurimédon ou por Demófilo.

Antes que sucedesse o pior, o sisudo e imperturbável pensador optou pelo exílio voluntário e abandonou seu querido Liceu e Atenas em 322 ou 321 a.C., transferindo-se para Cálcis, na Eubéia, terra de sua mãe. No Liceu o sucederam Teofrasto, Estráton, Lícon de Troas, Dicearco, Aristóxeno e Áriston de Cós.

Teria dito que agia daquela maneira "para evitar que mais um crime fosse perpetrado contra a filosofia", referindo-se certamente a Sócrates.

Mas viveria pouquíssimo em Cálcis. Morreu no mesmo ano de 322 ou 321, aos sessenta e três anos, provavelmente vitimado por uma enfermidade gástrica de que sofria há muito tempo. Diógenes Laércio supõe, diferentemente, que Aristóteles teria se suicidado tomando cicuta, exatamente o que Sócrates tivera que ingerir após sua condenação à morte.

Aristóteles foi casado uma segunda vez (Pítia encontrara a morte pouco depois do assassinato de seu protetor, o tirano Hérmias) com Hérpile, uma jovem, como ele, de Estagira, e que lhe deu uma filha e o filho Nicômaco.

O testamenteiro de Aristóteles foi Antipater, e reproduzimos aqui seu testamento conforme Diógenes Laércio, que declara em sua obra *Vida, Doutrina e Sentenças dos Filósofos Ilustres* "...haver tido a sorte de lê-lo...":

> *"Tudo sucederá para o melhor, mas na ocorrência de alguma fatalidade, são registradas aqui as seguintes disposições de vontade de Aristóteles. Antipater será para todos os efeitos meu testamenteiro. Até a maioridade de Nicanor, desejo que Aristomeno, Timarco, Hiparco, Dióteles e Teofrasto (se aceitar e estiver capacitado para esta*

responsabilidade) sejam os tutores e curadores de meus filhos, de Hérpile e de todos os meus bens. Uma vez alcance minha filha a idade necessária, que seja concedida como esposa a Nicanor. Se algum mal abater-se sobre ela – prazam os deuses que não – antes ou depois de seu casamento, antes de ter filhos, caberá a Nicanor deliberar sobre meu filho e sobre meus bens, conforme a ele pareça digno de si e de mim. Nicanor assumirá o cuidado de minha filha e de meu filho Nicômaco, zelando para que nada lhes falte, sendo para eles tal como um pai e um irmão. Caso venha a suceder algo antes a Nicanor – que seja afastado para distante o agouro – antes ou depois de ter casado com minha filha, antes de ter filhos, todas as suas deliberações serão executórias, e se, inclusive, for o desejo de Teofrasto viver com minha filha, que tudo seja como parecer melhor a Nicanor. Em caso contrário, os tutores decidirão com Antipater a respeito de minha filha e de meu filho, segundo o que lhes afigure mais apropriado. Deverão ainda os tutores e Nicanor considerar minhas relações com Hérpile (pois foi-me ela leal) e dela cuidar em todos os aspectos. Caso ela deseje um esposo, cuidarão para que seja concedida a um homem que não seja indigno de mim.

A ela deverão entregar, além daquilo que já lhe dei, um talento de prata retirado de minha herança, três escravas (se as quiser), a pequena escrava que já possuía e o pequeno Pirraio; e se desejar viver em Cálcis, a ela será dada a casa existente no jardim; se Estagira for de sua preferência, a ela caberá a casa de meus pais. De qualquer maneira, os tutores mobiliarão a casa do modo que lhes parecer mais próprio e satisfatório a Hérpile. A Nicanor também caberá a tarefa de fazer retornar dignamente à casa de seus pais o meu benjamim Myrmex, acompanhado de todos os dons que dele recebi. Que Ambracis seja libertada, dando-se-lhe por ocasião do casamento de minha filha quinhentos dracmas, bem como a menina que ela mantém como serva. A Tales dar-se-á, somando-se à menina que adquiriu, mil dracmas e uma pequena escrava. Para Simão, além do dinheiro que já lhe foi entregue para a compra de um escravo, deverá ser comprado um outro ou dar-lhe dinheiro. Tácon será libertado no dia da celebração do casamento de minha filha, e juntamente com ele Fílon, Olímpio e seu filho. Proíbo que quaisquer dos escravos que estavam a meu serviço sejam vendidos, mas que sejam empregados; serão conservados até atingirem idade suficiente para serem libertados como mostra de recompensa por seu merecimento. Cuidar-se-ão também das estátuas que encomendei a Grilion. Uma vez prontas, serão consagradas. Estas estátuas são aquelas de Nicanor, de Proxeno, que era desígnio fazer, e a da mãe de Nicanor. A de Arimnesto, cuja confecção já findou, será consagrada para o não desaparecimento de sua memória, visto que morreu sem filhos. A imagem de minha mãe será instalada no templo de Demeter em Neméia (sendo a esta deusa dedicada) ou noutro sítio que for preferido. De uma maneira ou outra, as ossadas de Pítia, como era seu desejo, deverão ser depositadas no local em que meu túmulo for erigido. Enfim, Nicanor, se preservado entre vós (conforme o voto que realizei em seu nome), consagrará as estátuas de pedra de quatro côvados de altura a Zeus salvador e a Atena salvadora em Estagira."

Edson Bini

ARISTÓTELES: SUA OBRA

A obra de Aristóteles foi tão vasta e diversificada que podemos até traçar uma pequena história dela.

Mas antes disso devemos mencionar algumas dificuldades ligadas à bibliografia do Estagirita, algumas partilhadas por ele com outras figuras célebres da Antigüidade e outras que lhes são peculiares.

A primeira barreira que nos separa do Aristóteles *integral*, por assim dizer, é o fato de muitos de seus escritos não terem chegado a nós ou – para nos situarmos no tempo – à aurora da era cristã e a à Idade Média.

A quase totalidade dos trabalhos de outros autores antigos, como é notório, teve o mesmo destino, particularmente as obras dos filósofos pré-socráticos. A preservação de manuscritos geralmente únicos ao longo de séculos constituía uma dificuldade espinhosa por razões bastante compreensíveis e óbvias.

No que toca a Aristóteles, há obras que foram perdidas na sua íntegra; outras chegaram a nós parciais ou muito incompletas; de outras restaram apenas fragmentos; outras, ainda, embora estruturalmente íntegras, apresentam lacunas facilmente perceptíveis ou mutilações.

Seguramente, entre esses escritos perdidos existem muitos cujos assuntos tratados nem sequer conhecemos. De outros estamos cientes dos temas. Vários parecem definitivamente perdidos; outros foram descobertos recentemente; outros são atualmente objeto de busca.

Além do esforço despendido em tal busca, há um empenho no sentido de reconstituir certas obras com base nos fragmentos.

É quase certo que boa parte da perda irreparável da obra aristotélica tenha sido causada pelo criminoso incêndio da biblioteca de Alexandria, ocorrido por volta do ano 200 A.D. Uma das obras inteiramente consumidas foi o estudo que Aristóteles empreendeu sobre, no mínimo, 125 governos gregos.

Juntam-se, tristemente, a esse monumental trabalho irremediavelmente perdido, uma tradução especial do poeta Homero que Aristóteles teria executado para seu pupilo Alexandre, um estudo sobre belicismo e direitos territoriais, um outro sobre as línguas dos povos bárbaros e as obras *exotéricas* (poemas, epístolas, diálogos, etc.)

Entre os achados tardios, deve-se mencionar a *Constituição de Atenas*, descoberta só muito recentemente no século XIX.

Quanto aos escritos incompletos, o exemplo mais conspícuo é a *Arte Poética*, onde, de todas as artes poéticas que nosso filósofo se propõe a examinar, a única presente no texto é a tragédia.

Outra dificuldade que afeta a obra de Aristóteles, esta inerente ao nosso filósofo, é a diferença de caráter e teor de seus escritos, os quais são classificados em *exotéricos e acroamáticos ou esotéricos*, aos quais já nos referimos, mas que requerem aqui uma maior atenção.

Os exotéricos eram os escritos (geralmente sob forma de epístolas, diálogos e transcrições das palestras de Aristóteles com seus discípulos e principalmente de aulas públicas de retórica e dialética) cujo teor não era tão profundo, sendo acessível ao público em geral e versando mormente sobre retórica e dialética. Os acroamáticos ou esotéricos eram precisamente os escritos de conteúdo mais aprofundado, minucioso e complexo (mais propriamente filosóficos, versando sobre física, metafísica, ética, política, etc.), e que, durante o período no qual predominou em Atenas uma disposição marcantemente anti-macedônica, circulavam exclusivamente nas mãos dos discípulos e amigos do Estagirita.

Até meados do século I a.C. as obras conhecidas de Aristóteles eram somente as exotéricas. As acroamáticas ou esotéricas permaneceram pelo arco das existências do filósofo, de seus amigos e discípulos sob o rigoroso controle destes, destinadas apenas à leitura e estudo deles mesmos. Com a morte dos integrantes desse círculo aristotélico fechado, as obras acroamáticas (por certo o melhor do Estagirita) ficaram mofando numa adega na casa de Corisco por quase trezentos anos.

O resultado inevitável disso, como se pode facilmente deduzir, é que por todo esse tempo julgou-se que o pensamento filosófico do nosso filósofo era apenas o que estava contido nos escritos exotéricos, que não só foram redigidos no estilo de Platão (epístolas e diálogos), como primam por questionamentos tipicamente platônicos, além de muitos deles não passarem, a rigor, de textos rudimentares ou meros esboços, falhos tanto do ponto de vista formal e redacional quanto carentes de critério expositivo, dificilmente podendo ser considerados rigorosamente como *tratados* filosóficos. A propósito, Cícero, que teve acesso a esses escritos, a eles se referia como *commentarii.*

Foi somente por volta do ano 50 A.D. que descobriram que na adega de Corisco não havia *unicamente* vinho.

Os escritos acroamáticos foram, então, transferidos para Atenas e, com a invasão dos romanos, nada apáticos em relação à cultura grega, enviados a Roma.

Nessa oportunidade, Andrônico de Rodes juntou os escritos acroamáticos aos exotéricos, e o mundo ocidental se deu conta do verdadeiro filão do pensamento aristotélico, reconhecendo sua originalidade e envergadura. O Estagirita, até então tido como um simples discípulo de Platão, assumiu sua merecida importância como grande pensador capaz de ombrear-se com o próprio mestre.

Andrônico de Rodes conferiu ao conjunto da obra aristotélica a organização que acatamos basicamente até hoje. Os escritos exotéricos, entretanto, agora ofuscados pelos acroamáticos, foram preteridos por estes, descurados e acabaram desaparecendo quase na sua totalidade, restando apenas certos fragmentos.

A terceira dificuldade que nos furta o acesso à integridade da obra aristotélica é a existência dos *apócrifos*.

O próprio volume imenso da obra do Estagirita acena para a possibilidade da presença de colaboradores entre os seus discípulos mais chegados, especialmente Teofrasto. Há obras de estilo e terminologia perceptivelmente diferentes dos correntemente empregados por Aristóteles, entre elas a famosa *Problemas* (que trata dos temas mais diversos, inclusive a magia), a *Economia* (síntese da primeira parte da *Política*) e *Do Espírito*, sobre fisiologia e psicologia, e que não deve ser confundida com *Da Alma*, certamente de autoria exclusiva de Aristóteles. O leitor encontrará no desfecho deste modesto estudo o vasto elenco do conjunto da obra aristotélica elaborado por Diógenes Laércio e a indicação das obras cuja autoria de Aristóteles não é seriamente contestada ou de modo algum contestada, segundo a maioria dos estudiosos e helenistas.

O maior problema, contudo, ao qual foi submetida a obra aristotélica, encontra sua causa no tortuoso percurso lingüístico e cultural do qual ela foi objeto até atingir a Europa cristã.

Apesar do enorme interesse despertado pela descoberta dos textos acroamáticos ou esotéricos em meados do primeiro século da era cristã, o mundo culto ocidental (então, a Europa) logo foi tomado pela fé cristã e a seguir pela cristianização oficial estabelecida pela Igreja, mesmo ainda sob o Império romano.

A cristianização do Império romano permitiu aos poderosos Padres da Igreja incluir a filosofia grega no contexto da manifestação pagã, convertendo o seu cultivo em prática herética. A filosofia aristotélica foi condenada e seu estudo posto na ilegalidade. Entretanto, com a divisão do Império romano em 385 A.D., o *corpus aristotelicum* composto por Andrônico de Rodes foi levado de Roma para Alexandria.

Foi no Império romano do Oriente (Império bizantino) que a obra de Aristóteles voltou a ser regularmente lida, apreciada e finalmente *traduzida*... para o árabe (língua semita, que, como sabemos, não entretém qualquer afinidade com o grego) a partir do século X.

Portanto, o *primeiro* Aristóteles *traduzido* foi o dos grandes filósofos árabes, particularmente Avicena (*Ibn Sina*, morto em 1036) e Averróis (*Ibn Roschd*, falecido em 1198), ambos exegetas de Aristóteles, sendo o último considerado o mais importante dos *peripatéticos árabes* da Espanha, e *não* o da latinidade representada fundamentalmente por Sto. Tomás de Aquino.

Mas, voltando no tempo, ainda no século III, os Padres da Igreja (homens de ferro, como Tertuliano, decididos a consolidar institucionalmente o cristianismo oficial a qualquer custo), concluíram que a filosofia helênica, em lugar de ser combatida, poderia revelar-se um poderoso instrumento para a legitimação e fortalecimento intelectual da doutrina cristã. Porém, de que filosofia grega dispunham em primeira mão? Somente do neoplatonismo e do estoicismo, doutrinas filosóficas gregas que, de fato, se mostravam conciliáveis com o cristianismo, especialmente o último, que experimentara uma séria continuidade romana graças a figuras como Sêneca, Epíteto e o imperador Marco Aurélio Antonino.

Sob os protestos dos representantes do neoplatonismo (Porfírio, Jâmblico, Proclo, etc.), ocorreu uma apropriação do pensamento grego por parte da Igreja. Situação delicadíssima para os últimos filósofos gregos, que, se por um lado podiam perder suas cabeças por sustentar a distinção e/ou oposição do pensamento grego ao cristianismo, por outro tinham que admitir o fato de muitos de seus próprios discípulos estarem se convertendo a este, inclusive através de uma tentativa de compatibilizá-lo não só com Platão, como também com Aristóteles, de modo a torná-los "aceitáveis" para a Igreja.

Assim, aquilo que ousaremos chamar de *apropriação do pensamentos filosófico grego* foi encetado inicialmente pelos próprios discípulos dos neoplatônicos, e se consubstanciou na conciliação do cristianismo (mais exatamente a teologia cristã que principiava a ser construída e estruturada naquela época) primeiramente com o platonismo via neoplatonismo e depois com o aristotelismo, não tendo sido disso pioneiros nem os grandes vultos da patrística (São Justino, Clemente de Alexandria, Orígenes e mesmo Sto. Agostinho) relativamente a Platão, nem aqueles da escolástica (John Scot Erigene e Sto. Tomás de Aquino) relativamente a Aristóteles.

A primeira conseqüência desse "remanejamento" filosófico foi nivelar Platão com Aristóteles. Afinal, não se tratava de estudar a fundo e exaustivamente os grandes sistemas filosóficos gregos – os pragmáticos Padres da Igreja viam o vigoroso pensamento helênico meramente como um precioso veículo a atender seu objetivo, ou seja, propiciar fundamento e conteúdo filosóficos à incipiente teologia cristã.

Os discípulos cristãos dos neoplatônicos não tiveram, todavia, acesso aos manuscritos originais do *corpus aristotelicum*.

Foi através da conquista militar da península ibérica e da região do mar Mediterrâneo pelas tropas cristãs, inclusive durante as cruzadas, que os cristãos voltaram a ter contato com as obras do Estagirita, precisamente por intermédio dos *infiéis*, ou seja, tiveram acesso às *traduções e paráfrases* árabes (e mesmo hebraicas) a que nos referimos anteriormente.

A partir do século XII começaram a surgir as primeiras traduções latinas (latim erudito) da obra de Aristóteles. Conclusão: o Aristóteles lingüística e culturalmente original durante séculos jamais freqüentou a Europa medieval.

Tanto Andrônico de Rodes, no século I da era cristã, ao estabelecer o *corpus aristotelicum,* quanto o neoplatônico Porfírio no século III ressaltaram nesse *corpus* o Ὄργανον (*Órganon*) (série de tratados dedicados à lógica, ou melhor, à *Analítica*, no dizer de Aristóteles) e sustentaram a ampla divergência doutrinária entre os pensamentos de Platão e de Aristóteles. Os discípulos cristãos dos neoplatônicos, a partir da alvorada do século III, deram realce à lógica, à física e à retórica, e levaram a cabo a proeza certamente falaciosa de conciliar os dois maiores filósofos da Grécia. Quanto aos estóicos romanos, também prestigiaram a lógica

aristotélica, mas deram destaque à ética, não nivelando Aristóteles a Platão, mas os aproximando.

O fato é que a Igreja obteve pleno êxito no seu intento, graças à inteligência e sensibilidade agudas de homens como o bispo de Tagasta, Aurélio Agostinho (Sto. Agostinho) (354-430 d.C.) e o dominicano oriundo de Nápoles, Tomás de Aquino (Sto. Tomás) (1224-1274), que se revelaram vigorosos e fecundos teólogos, superando o papel menor de meros intérpretes e *aproveitadores* das originalíssimas concepções gregas.

Quanto a Aristóteles, a Igreja foi muito mais além e transformou *il filosofo* (como Aquino o chamava) na suma e única autoridade do conhecimento, com o que, mais uma vez, utilizava o pensamento grego para alicerçar os dogmas da cristandade e, principalmente, respaldar e legitimar sua intensa atividade política oficial e extra-oficial, caracterizada pelo autoritarismo e a centralização do poder em toda a Europa.

Se, por um lado, o Estagirita se sentiria certamente lisonjeado com tal posição, por outro, quem conhece seu pensamento sabe que também certamente questionaria o próprio *conceito* de autoridade exclusiva do conhecimento.

Com base na clássica ordenação do *corpus aristotelicum* de Andrônico de Rodes pode-se classificar os escritos do Estagirita da maneira que se segue (note-se que esta relação não corresponde exatamente ao extenso elenco elaborado por Diógenes Laércio posteriormente no século III d.C. e que nela não se cogita a questão dos apócrifos).

1. Escritos sob a influência de Platão, mas já detendo caráter crítico em relação ao pensamento platônico:*

— *Poemas*;*
— *Eudemo* (diálogo cujo tema é a alma, abordando a imortalidade, a reminiscência e a imaterialidade);
— *Protrépticos** (epístola na qual Aristóteles se ocupa de metafísica, ética, política e psicologia);
— *Da Monarqia*;*
— *Da Colonização*;*
— *Constituições*;*

(*) *Os asteriscos indicam os escritos perdidos após o primeiro século da era cristã e quase todos exotéricos; das 125 (ou 158) Constituições, a de Atenas (inteiramente desconhecida de Andrônico de Rodes) foi descoberta somente em 1890.*

— *Da Filosofia** (diálogo constituído de três partes: a primeira, histórica, encerra uma síntese do pensamento filosófico desenvolvido até então, inclusive o pensamento egípcio; a segunda contém uma crítica à teoria das idéias de Platão; e a terceira apresenta uma exposição das primeiras concepções aristotélicas, onde se destaca a concepção do *Primeiro Motor Imóvel*);
— *Metafísica*(*) (esboço e porção da futura Metafísica completa e definitiva);
— *Ética a Eudemo* (escrito parcialmente exotérico que, exceto pelos Livros IV, V e VI será substituído pelo texto acroamático definitivo *Ética a Nicômaco*);
— *Política** (esboço da futura *Política*, no qual já estão presentes a crítica à República de Platão e a teoria das três formas de governo originais e puras e as três derivadas e degeneradas);
— *Física** (esboço e porção – Livros I e II – da futura *Física*; já constam aqui os conceitos de matéria, forma, potência, ato e a doutrina do movimento);
— *Do Céu* (nesta obra Aristóteles faz a crítica ao *Timeu* de Platão e estabelece os princípios de sua cosmologia com a doutrina dos cinco elementos e a doutrina da eternidade do mundo e sua finitude espacial; trata ainda do tema da geração e corrupção).

2. Escritos da maturidade (principalmente desenvolvidos e redigidos no período do Liceu – 335 a 323 a.C.)

— A *Analítica* ou *Órganon*, como a chamaram os bizantinos por ser o Ὄργανον (instrumento, veículo, ferramenta e propedêutica) das ciências (trata da lógica – regras do pensamento correto e científico, sendo composto por seis tratados, a saber: Categorias, Da Interpretação, Analíticos Anteriores, Analíticos Posteriores, Tópicos e Refutações Sofísticas);
— *Física* (não contém um único tema, mas vários, entrelaçando e somando oito Livros de física, quatro de cosmologia [intitulados *Do Céu*], dois que tratam especificamente da geração e corrupção, quatro de meteorologia [intitulados *Dos Meteoros*], Livros de zoologia [intitulados *Da Investigação sobre os Animais, Da Geração dos Animais, Da Marcha dos Animais, Do Movimento dos Animais, Das Partes dos Animais*] e três Livros de psicologia [intitulados *Da Alma*]);

(*) *Vide nota anterior.*

— *Metafísica* (termo cunhado por Andrônico de Rodes por mero motivo organizatório, ou seja, ao examinar todo o conjunto da obra aristotélica, no século I, notou que esse tratado se apresentava *depois* [μετα] do tratado da *Física*) (é a obra em que Aristóteles se devota à filosofia primeira ou filosofia teológica, quer dizer, à ciência que investiga as causas primeiras e universais do ser, *o ser enquanto ser;* o tratado é composto de quatorze Livros);

— *Ética a Nicômaco* (em dez Livros, trata de todos os aspectos da ciência da ação individual, a ética, tais como o bem, as virtudes, os vícios, as paixões, os desejos, os apetites, o prazer, a dor, etc.);

— *Política* (em oito Livros, trata dos vários aspectos da ciência da ação do indivíduo como animal social (*político*): a família e a economia, as doutrinas políticas, os conceitos políticos, o caráter dos Estados e dos cidadãos, as formas de governo, as transformações e revoluções nos Estados, a educação do cidadão, etc.);

— *Retórica*(*) (em três Livros);

— *Poética* (em um Livro, mas incompleta).

A relação que transcrevemos a seguir, de Diógenes Laércio (século III) é muito maior, e este biógrafo, como o organizador do *corpus aristotelicum*, não se atém à questão dos escritos perdidos, recuperados, adulterados, mutilados, e muito menos ao problema dos apócrifos, que só vieram efetivamente à tona a partir do helenismo moderno. O critério classificatório de Diógenes é, também, um tanto diverso daquele de Andrônico e ele faz o célebre intróito elogioso a Aristóteles, a saber:

Ele escreveu um vasto número de livros que julguei apropriado elencar, dada a excelência desse homem em todos os campos de investigação:

— *Da Justiça*, quatro Livros;

— *Dos Poetas*, três Livros;

— *Da Filosofia*, três Livros;

— *Do Político*, dois Livros;

— *Da Retórica* ou *Grylos*, um Livro;

— *Nerinto*, um Livro;

* *Escrito exotérico, mas não perdido.*

— *Sofista*, um Livro;

— *Menêxeno*, um Livro;

— *Erótico*, um Livro;

— *Banquete*, um Livro;

— *Da Riqueza*, um Livro;

— *Protréptico*, um Livro;

— *Da Alma*, um Livro;

— *Da Prece*, um Livro;

— *Do Bom Nascimento*, um Livro;

— *Do Prazer*, um Livro;

— *Alexandre*, ou *Da Colonização*, um Livro;

— *Da Realeza*, um Livro;

— *Da Educação*, um Livro;

— *Do Bem*, três Livros;

— *Excertos de As Leis de Platão*, três Livros;

— *Excertos da República de Platão*, dois Livros;

— *Economia*, um Livro;

— *Da Amizade*, um Livro;

— *Do ser afetado ou ter sido afetado*, um Livro;

— *Das Ciências*, dois Livros;

— *Da Erística*, dois Livros;

— *Soluções Erísticas*, quatro Livros;

— *Cisões Sofísticas*, quatro Livros;

— *Dos Contrários*, um Livro;

— *Dos Gêneros e Espécies*, um Livro;

— *Das Propriedades*, um Livro;

— *Notas sobre os Argumentos*, três Livros;

— *Proposições sobre a Excelência*, três Livros;

— *Objeções*, um Livro;

— *Das coisas faladas de várias formas ou por acréscimo*, um Livro;

— *Dos Sentimentos* ou *Do Ódio*, um Livro;

— *Ética*, cinco Livros;
— *Dos Elementos*, três Livros;
— *Do Conhecimento*, um Livro;
— *Dos Princípios*, um Livro;
— *Divisões*, dezesseis Livros;
— *Divisão*, um Livro;
— *Da Questão e Resposta*, dois Livros;
— *Do Movimento*, dois Livros;
— *Proposições*, um Livro;
— *Proposições Erísticas*, quatro Livros;
— *Deduções*, um Livro;
— *Analíticos Anteriores*, nove Livros;
— *Analíticos Posteriores*, dois Livros;
— *Problemas*, um Livro;
— *Metódica*, oito Livros;
— *Do mais excelente*, um Livro;
— *Da Idéia*, um Livro;
— *Definições Anteriores aos Tópicos*, um Livro;
— *Tópicos*, sete Livros;
— *Deduções*, dois Livros;
— *Deduções e Definições*, um Livro;
— *Do Desejável e Dos Acidentes*, um Livro;
— *Pré-tópicos*, um Livro;
— *Tópicos voltados para Definições*, dois Livros;
— *Sensações*, um Livro;
— *Divisão*, um Livro;
— *Matemáticas*, um Livro;
— *Definições*, treze Livros;
— *Argumentos*, dois Livros;
— *Do Prazer*, um Livro;
— *Proposições*, um Livro;

— *Do Voluntário*, um Livro;
— *Do Nobre*, um Livro;
— *Teses Argumentativas*, vinte e cinco Livros;
— *Teses sobre o Amor*, quatro Livros;
— *Teses sobre a Amizade*, dois Livros;
— *Teses sobre a Alma*, um Livro;
— *Política*, dois Livros;
— *Palestras sobre Política* (como as de Teofrasto), oito Livros;
— *Dos Atos Justos*, dois Livros;
— *Coleção de Artes*, dois Livros
— *Arte da Retórica*, dois Livros;
— *Arte*, um Livro;
— *Arte* (uma outra obra), dois Livros;
— *Metódica*, um Livro;
— *Coleção da Arte de Teodectes*, um Livro;
— *Tratado sobre a Arte da Poesia*, dois Livros;
— *Entímemas Retóricos*, um Livro;
— *Da Magnitude*, um Livro;
— *Divisões de Entímemas*, um Livro;
— *Da Dicção*, dois Livros;
— *Dos Conselhos*, um Livro;
— *Coleção*, dois Livros;
— *Da Natureza*, três Livros;
— *Natureza*, um Livro;
— *Da Filosofia de Árquitas*, três Livros;
— *Da Filosofia de Espeusipo e Xenócrates*, um Livro;
— *Excertos do Timeu e dos Trabalhos de Árquitas*, um Livro;
— *Contra Melisso*, um Livro;
— *Contra Alcmeon*, um Livro;
— *Contra os Pitagóricos*, um Livro;
— *Contra Górgias*, um Livro;

— *Contra Xenófanes*, um Livro;
— *Contra Zenão*, um Livro;
— *Dos Pitagóricos*, um Livro;
— *Dos Animais*, nove Livros;
— *Dissecações*, oito Livros;
— *Seleção de Dissecações*, um Livro;
— *Dos Animais Complexos*, um Livro;
— *Dos Animais Mitológicos*, um Livro;
— *Da Esterilidade*, um Livro;
— *Das Plantas*, dois Livros
— *Fisiognomonia*, um Livro;
— *Medicina*, dois Livros;
— *Das Unidades*, um Livro;
— *Sinais de Tempestade*, um Livro;
— *Astronomia*, um Livro;
— *Ótica*, um Livro;
— *Do Movimento*, um Livro;
— *Da Música*, um Livro;
— *Memória*, um Livro;
— *Problemas Homéricos*, seis Livros;
— *Poética*, um Livro;
— *Física* (por ordem alfabética), trinta e oito Livros;
— *Problemas Adicionais*, dois Livros;
— *Problemas Padrões*, dois Livros;
— *Mecânica*, um Livro;
— *Problemas de Demócrito*, dois Livros;
— *Do Magneto*, um Livro;
— *Conjunções dos Astros*, um Livro;
— *Miscelânea*, doze Livros;
— *Explicações* (ordenadas por assunto), catorze Livros;
— *Afirmações*, um Livro;

— *Vencedores Olímpicos*, um Livro;
— *Vencedores Pítios na Música*, um Livro;
— *Sobre Píton*, um Livro;
— *Listas dos Vencedores Pítios*, um Livro;
— *Vitórias em Dionísia*, um Livro;
— *Das Tragédias*, um Livro;
— *Didascálias*, um Livro;
— *Provérbios*, um Livro;
— *Regras para os Repastos em Comum*, um Livro;
— *Leis*, quatro Livros;
— *Categorias*, um Livro;
— *Da Interpretação*, um Livro;
— *Constituições de 158 Estados* (ordenadas por tipo: democráticas, oligárquicas, tirânicas, aristocráticas);
— *Cartas a Felipe*;
— *Cartas sobre os Selimbrianos*;
— *Cartas a Alexandre* (4), *a Antipater* (9), *a Mentor* (1), *a Aríston* (1), *a Olímpias* (1), *a Hefaístion* (1), *a Temistágoras* (1), *a Filoxeno* (1), *a Demócrito* (1);
— *Poemas*;
— *Elegias*.

Curiosamente, esse elenco gigantesco não é, decerto, exaustivo, pois, no mínimo, duas outras fontes da investigação bibliográfica de Aristóteles apontam títulos adicionais, inclusive alguns dos mais importantes da lavra do Estagirita, como a *Metafísica* e a *Ética a Nicômaco*. Uma delas é a *Vita Menagiana*, cuja conclusão da análise acresce:

— *Peplos*;
— *Problemas Hesiódicos*, um Livro;
— *Metafísica*; dez Livros;
— *Ciclo dos Poetas*, três Livros;
— *Contestações Sofísticas ou Da Erística*;
— *Problemas dos Repastos Comuns*, três Livros;

— *Da Bênção, ou por que Homero inventou o gado do sol?*
— *Problemas de Arquíloco, Eurípides, Coérilo*, três Livros;
— *Problemas Poéticos*, um Livro;
— *Explicações Poéticas*;
— *Palestras sobre Física*, dezesseis Livros;
— *Da Geração e da Corrupção*, dois Livros;
— *Meteorológica*, quatro Livros;
— *Da Alma*, três Livros;
— *Investigação sobre os Animais*, dez Livros;
— *Movimento dos Animais*, três Livros;
— *Partes dos Animais*, três Livros;
— *Geração dos Animais*, três Livros;
— *Da Elevação do Nilo*;
— *Da Substância nas Matemáticas*;
— *Da Reputação*;
— *Da Voz*;
— *Da Vida em Comum de Marido e Mulher*;
— *Leis para o Esposo e a Esposa*;
— *Do Tempo*;
— *Da Visão*, dois Livros;
— *Ética a Nicômaco*;
— *A Arte da Eulogia*;
— *Das Coisas Maravilhosas Ouvidas*;
— *Da Diferença*;
— *Da Natureza Humana*;
— *Da Geração do Mundo*;
— *Costumes dos Romanos*;
— *Coleção de Costumes Estrangeiros*.

A *Vida de Ptolomeu*, por sua vez, junta os títulos a seguir:

— *Das Linhas Indivisíveis*, três Livros;
— *Do Espírito*, três Livros;

— *Da Hibernação*, um Livro;
— *Magna Moralia*, dois Livros;
— *Dos Céus e do Universo*, quatro Livros;
— *Dos Sentidos e Sensibilidade*, um Livro;
— *Da Memória e Sono*, um Livro;
— *Da Longevidade e Efemeridade da Vida*, um Livro;
— *Problemas da Matéria*, um Livro;
— *Divisões Platônicas*, seis Livros;
— *Divisões de Hipóteses*, seis Livros;
— *Preceitos*, quatro Livros;
— *Do Regime*, um Livro;
— *Da Agricultura*, quinze Livros;
— *Da Umidade*, um Livro;
— *Da Secura*, um Livro;
— *Dos Parentes*, um Livro.

A contemplar essa imensa produção intelectual (a maior parte da qual irreversivelmente desaparecida ou destruída), impossível encarar a questão central dos apócrifos como polêmica. Trata-se, apenas, de um fato cultural em que possam se debruçar especialistas e eruditos. Nem se o gênio de Estagira dispusesse dos atuais recursos de preparação e produção editoriais (digitação eletrônica, impressão a *laser*, *scanners*, etc.) e não meramente de redatores e copiadores de manuscritos, poderia produzir isolada e individualmente uma obra dessa extensão e magnitude, além do que, que se frise, nos muitos apócrifos indiscutíveis, o pensamento filosófico ali contido *persiste* sendo do intelecto brilhante de um só homem: Aristóteles, ou seja, se a forma e a redação não são de Aristóteles, o conteúdo certamente é.

A relação final a ser apresentada é do que dispomos hoje de Aristóteles, considerando-se as melhores edições das obras completas do Estagirita, baseadas nos mais recentes estudos e pesquisas dos maiores helenistas dos séculos XIX e XX. À exceção dos *Fragmentos*, garimpados e editados em inglês por W. D. Ross em 1954, essa relação corresponde *verbatim* àquela da edição (que permanece padrão e referencial) de Immanuel Bekker, aparecida em Berlim em 1831. É de se enfatizar que este elenco, graças ao empenho de Bekker (certamente o maior erudito aris-

totelista de todos os tempos) encerra também uma ordem provável, ou ao menos presumível, do desenvolvimento da reflexão peripatética ou, pelos menos, da redação das obras (insinuando uma certa continuidade), o que sugere um excelente guia e critério de estudo para aqueles que desejam ler e se aprofundar na totalidade da obra aristotélica, mesmo porque a interconexão e progressão das disciplinas filosóficas (exemplo: *economia – ética – política)* constituem parte indubitável da técnica expositiva de Aristóteles. Disso ficam, obviamente, fora os *Fragmentos.*

Ei-la:

— *Categorias* (Κατηγοριαι);

— *Da Interpretação* (Περι ερμηνειας);

— *Analíticos Anteriores* (Αναλυτικα προτερα);

— *Analíticos Posteriores* (Αναλυτικα υστερα);

— *Tópicos* (Τοπικα);

— *Refutações Sofísticas* (Περι σοφιστικων ελεγχων);

Obs.: o conjunto dos seis tratados acima é conhecido como *Órganon* (*Οργανον*).

— *Da Geração e Corrupção* (Περι γενεσεως και φθορας);

— *Do Universo* (Περι κοσμου);

— *Física* (Φυσικη);

— *Do Céu* (Περι ουρανου);

— *Meteorologia* (Μετεωρολογικα);

— *Da Alma* (Περι ψυχης);

— *Dos Sentidos* (Περι αισθησεως);

— *Da Memória e da Revocação* (Περι μνημης και αναμνησεως);

— *Do Sono e da Vigília* (Περι υπνου και εγρηγορσεως);

— *Dos Sonhos* (Περι ενυπνιων);

— *Da Divinação no Sono* (Περι της καθ υπνον μαντικης);

— *Da Longevidade e da Efemeridade da Vida* (Περι μακροβιοτητος και βραχυβιοτητος);

— *Da Juventude e da Velhice. Da Vida e da Morte* (Περι νεοτητος και γηρως. Περι ζωης και θανατου);

— *Da Respiração* (Περι αναπνοης);

— *Do Alento* (Περι πνευματος);

— *Da Investigação sobre os Animais* (Περι τα ζωα ιστοριαι);

— *Das Partes dos Animais* (Περι ζωων μοριων);

— *Do Movimento dos Animais* (Περι ζωων κινησεως);

— *Da Marcha dos Animais* (Περι πορειας ζωων);

— *Da Geração dos Animais* (Περι ζωων γενεσεως);

— *Das Cores* (Περι χρωματων);

— *Das Coisas Ouvidas* (Περι ακουστων);

— *Fisiognomonia* (Φυσιογνωμονικα);

— *Das Plantas* (Περι φυτων);

— *Das Maravilhosas Coisas Ouvidas* (Περι θαυμασιων ακουσματων);

— *Mecânica* (Μηχανικα);

— *Das Linhas Indivisíveis* (Περι ατομων γραμμων);

— *Situações e Nomes dos Ventos* (Ανεμων θεσεις και προσηγοριαι);

— *Sobre Melisso, sobre Xenófanes e sobre Górgias* (Περι Μελισσου, Περι Ξενοφανους, Περι Γοργιου);

— *Problemas* (Προβληματα);*

— *Retórica a Alexandre* (Ρητορικη προς Αλεξανδρον);

— *Metafísica* (Τα μετα τα φυσικα);

— *Economia* (Οικονομικα);*

— *Magna Moralia* (Ηθικα μεγαλα);*

— *Ética a Nicômaco* (Ηθικα Νικομαχεια);

— *Constituição de Atenas* (Αθηναιων πολιτεια);

— *Ética a Eudemo* (Ηθικα Ευδημεια);

— *Das Virtudes e Vícios* (Περι αρετων και κακιων);

— *Política* (Πολιτικα);

— *Retórica* (Τεχνη ρητορικη);

— *Poética* (Περι ποιητικης);

— *Fragmentos.*

Edson Bini

* *Apócrifos.*

CRONOLOGIA

As datas são a.C. e, na maioria, aproximativas, e os eventos indicados contemplam apenas os aspectos filosófico, político e militar.

481 - Criada a confederação das cidades-Estados gregas comandada por Esparta para combater o inimigo comum: os persas.

480 - Os gregos são fragorosamente derrotados pelos persas nas Termópilas (o último reduto de resistência chefiado por Leônidas de Esparta e seus *trezentos* é aniquilado); a acrópole é destruída; no mesmo ano, derrota dos persas em Salamina pela esquadra chefiada pelo ateniense Temístocles.

479 - Fim da guerra contra os persas, com as vitórias dos gregos nas batalhas de Platéia e Micale.

478-477 – A Grécia é novamente ameaçada pelos persas; formação da *Liga Délia*, desta vez comandada pelos atenienses.

469 - Nascimento de Sócrates em Atenas.

468 - Os gregos derrotam os persas no mar.

462 - Chegada de Anaxágoras de Clazómenes a Atenas.

462-461 – Promoção do governo democrático em Atenas.

457 - Atenas conquista a Beócia.

456 - Conclusão da construção do templo de Zeus em Olímpia.

447 - O Partenon começa ser construído.

444 - Protágoras de Abdera redige uma legislação para a nova colônia de Túrio.

431- Irrompe a guerra do Peloponeso entre Atenas e Esparta.
429 - Morte de Péricles.
427 - Nascimento de Platão em Atenas.
421 - Celebrada a paz entre Esparta e Atenas.
419 - Reinício das hostilidades entre Esparta e Atenas.
418 - Derrota dos atenienses na batalha de Mantinéia.
413 - Nova derrota dos atenienses na batalha de Siracusa.
405 - Os atenienses são mais uma vez derrotados pelos lacedemônios na Trácia.
404 - Atenas se rende a Esparta.
399 - Morte de Sócrates.
385 - Fundação da Academia de Platão em Atenas.
384 - Nascimento de Aristóteles em Estagira.
382 - Esparta toma a cidadela de Tebas.
378 - Celebradas a paz e a aliança entre Esparta e Tebas.
367 - Chegada de Aristóteles a Atenas.
359 - Ascensão ao trono da Macedônia de Felipe II e começo de suas guerras de conquista e expansão.
347 - Morte de Platão.
343 - Aristóteles se transfere para a Macedônia a assume a educação de Alexandre.
338 - Felipe II derrota os atenienses e seus aliados na batalha de Queronéia e a conquista da Grécia é concretizada.
336 - Morte de Felipe II e ascensão de Alexandre ao trono da Macedônia.
335 - Fundação do Liceu em Atenas.
334 - Alexandre derrota os persas na Batalha de Granico.
331 - Nova vitória de Alexandre contra os persas em Arbela.
330 - Os persas são duramente castigados por Alexandre em Persépolis, encerrando-se a expedição contra os persas.
323 - Morte de Alexandre.
322 - Transferência de Aristóteles para Cálcis, na Eubéia; morte de Aristóteles.

ÓRGANON

CATEGORIAS

I

1a1 Quando as coisas têm apenas um nome em comum e a defi-
nição de essência correspondente ao nome é diferente, são
chamadas de *homônimas*. Por exemplo, embora um ser huma-
no e um retrato possam propriamente ambos ser chamados de
animais,[1] são homônimos, pois têm somente o nome em co-
mum, as definições de essência que correspondem ao nome
sendo diferentes, considerando-se que se for solicitado que defi-
5 nas qual ser um animal é tratando-se do ser humano e do retra-
to, darás duas definições distintas apropriadas a cada caso.

As coisas são chamadas de *sinônimas* quando não só têm o
mesmo nome, como este nome significa o mesmo em cada caso,
apresenta a mesma definição correspondente. Deste modo, um
ser humano e um boi são chamados de *animais*. O nome é o
10 mesmo em ambos os casos, e assim também, a definição de
essência, pois se fores indagado sobre o que significa os dois
serem chamados de *animais*, darás definição idêntica em ambos
os casos a esse nome particular.

Quando as coisas extraem seu próprio nome de uma outra, recebendo uma nova forma verbal, dizemos que são *parônimas*.

1. A palavra ζωον (*zoon*) apresenta duplo significado, quais sejam, *animal, ser vivo,* e *figura humana* ou *de animal* representada num quadro ou retrato.

Assim, por exemplo, *gramático* deriva de *gramática*, corajoso de coragem e assim por diante.[2]

II

Podemos ou não combinar aquilo que chamamos de palavras, expressões e frases. Combinações são encontradas em proposições; por exemplo, "o homem corre" ou "o homem vence", ao passo que exemplos de formas não combinadas são "homem", "boi", "corre", "vence" e similares.

Entretanto, no que se refere às coisas ditas com significado, quando empregamos palavras sem as combinar, podemos predicar algo de um sujeito, embora elas jamais estejam presentes em um sujeito. Por exemplo, podemos predicar "homem" deste ou daquele homem como o sujeito, mas o homem não é encontrado em um sujeito. Por "em", "presentes", "encontrado em um sujeito" *não quero dizer presentes ou encontrado* como se suas partes estivessem contidas num todo – *quero dizer* que não pode existir como se *à parte* do sujeito referido. E, então, há essa classe de coisas que estão presentes ou são encontradas num sujeito, ainda que não possam ser afirmadas, de modo algum, de qualquer sujeito conhecido. Um fragmento de conhecimento de gramática existe na alma como um sujeito, porém não pode ser predicado de qualquer sujeito conhecido. Também uma alvura particular está presente ou é encontrada num corpo (toda cor implica uma tal base como aquilo que entendemos por "um corpo"), mas não pode ela mesma ser afirmada de qualquer sujeito conhecido. Constatamos que há algumas coisas, ademais, não só afirmadas de um sujeito como também presentes num sujeito. Assim, por exemplo, o conhecimento, ao mesmo tempo que presente nesta ou naquela alma como um sujeito, é igualmente afirmado em relação à gramática. Há finalmente aquela classe de coisas que não podem nem ser encontradas num sujeito nem, tampouco, ser afirmadas de um (por exemplo,

2. Em grego ...γραμματικης ο γραμματικος... (*gramatikes o gramatikos*). A tradução aqui registrada pretende apenas ilustrar o fato de uma palavra designadora de uma coisa ser derivada (parônima) de uma outra. Na verdade, os dois termos gregos acima se referem respectivamente à ciência ou arte de ler e escrever e ao homem que sabe ler e escrever, ou seja, o alfabetizado. Tanto *gramática* quanto *gramático* (em português), ainda que oriundos morfologicamente do grego, apresentam significados diferentes.

este ou *aquele* homem ou cavalo, pois nada deste tipo se acha num sujeito ou é jamais afirmado de um. De maneira mais geral, com efeito, nunca podemos afirmar de um sujeito o que em sua natureza é individual e também numericamente uno. No entanto, em alguns casos nada impede que esteja presente ou seja encontrado *em um* sujeito. Deste modo, um fragmento de conhecimento de gramática está presente, como dissemos, numa alma.

III

[Digamos] uma palavra a respeito dos predicados aqui. Quando se predica esta coisa ou aquela de uma outra coisa como de um sujeito, os predicados do predicado também se aplicarão ao sujeito. Predicamos "homem" de um homem; assim, de "homem" predicamos "animal". Por conseguinte, deste ou daquele homem podemos predicar "animal" também, uma vez que um homem é tanto "animal" quanto "homem".

Quando os gêneros não são organizados um em função do outro, [isto é, são heterogêneos e não subordinados entre si], as diferenças serão em espécie. Tomemos, por exemplo, os gêneros animal e conhecimento; "ter pés", ser "bípede", "alado", "aquático" constituem diferenças animais. Mas não se descobrirá nenhuma para distinguir uma espécie particular de conhecimento. Nenhuma espécie de conhecimento diferirá de uma outra por ser "bípede".

Onde os gêneros, entretanto, são subordinados, nada absolutamente os impede de ter as mesmas diferenças, pois predicamos os gêneros mais elevados ou maiores dos gêneros inferiores ou classe subordinada. Então, as diferenças do predicado pertencerão também ao sujeito.

IV

Cada uma das palavras ou expressões não combinadas significa uma das seguintes coisas: o que (a substância), quão grande, quanto (a quantidade), que tipo de coisa (a qualidade), com o que se relaciona (a relação), onde (o lugar), quando (o tempo), qual a postura (a posição), em quais circunstâncias (o estado ou condição), quão ativo, qual o fazer (a ação), quão passivo, qual o sofrer (a paixão). Exemplos, sumariamente falando,

de *substância* são homem, cavalo; de *quantidade*, dois côvados de comprimento, três côvados de comprimento; de *qualidade*, 2a1 branco e gramatical. Termos como metade, dobro, maior, indicam *relação*; no mercado, no Liceu e expressões similares indicam *lugar*, enquanto a referência é ao *tempo* em expressões como ontem, o ano passado, etc. Deitado ou sentado indica *posição*; calçado ou armado indica *estado*; corta ou queima indica *ação*; é cortado ou é queimado indica paixão.

Nenhum desses termos em si mesmo é positivamente assertivo. Afirmações, bem como negações, somente podem surgir quando esses termos são combinados ou unidos. Toda asserção, afirmativa ou negativa, tem que ser verdadeira ou falsa, o que – ao menos isso – está facultado a todos, mas uma palavra ou expressão não combinada (exemplos: "homem", "branco", "corre" ou "vence") não pode ser nem verdadeira nem ser falsa.

V

Substância, em sua acepção mais própria e mais estrita, na acepção fundamental do termo, é aquilo que não é nem dito de um sujeito nem em um sujeito. A título de exemplos podemos tomar *este* homem em particular ou *este* cavalo em particular. Entretanto, realmente nos referimos a substâncias *secundárias*, aquelas dentro das quais – sendo elas espécies – estão incluídas as substâncias primárias ou primeiras e aquelas dentro das quais – sendo estas gêneros – estão contidas as próprias espécies. Por exemplo, incluímos um homem particular na espécie denominada *humana* e a própria espécie, por sua vez, é incluída no gênero denominado *animal*. Estes, a saber, ser humano e animal, de outro modo espécie e gênero, são, por conseguinte, substâncias secundárias.

Do que dissemos fica evidente que o nome e a definição dos predicados podem ser ambos afirmados do sujeito. Por exemplo, predicamos homem de um ser humano individual como o sujeito. O nome da espécie denominada homem (humana) é afirmado de cada indivíduo; predica-se homem de *um* homem. A definição ou significado de homem se aplicará a *um* homem de maneira análoga, pois *um* homem é tanto homem quanto animal. O nome e a definição da espécie se aplicarão, assim, ambos ao sujeito.

Quando nos voltamos, ao contrário, para coisas que estão presentes ou são encontradas num sujeito, notamos que não podemos – ao menos na maioria dos casos – predicar seus nomes e definições desse sujeito. Com efeito, a própria definição não será aplicável em caso algum. Mas em alguns casos nada nos impede de usar o nome do sujeito. Tomemos *o branco*[3] como exemplo. Ora, o branco está, sem dúvida, num corpo e assim é predicado de um corpo, uma vez que um corpo, está claro, é que é chamado de *branco*. A definição, contudo, de branco nunca pode ser predicada de qualquer corpo.

Todas as outras coisas, salvo a substância primária, são afirmadas da primeira substância como sujeitos ou estão nela presentes como seu sujeito. Isto se evidencia pelos casos particulares que tomamos à guisa de exemplos. Predicamos animal do homem [em geral], de sorte que predicamos também animal de 2b1 qualquer ser humano particular. Se não existissem indivíduos dos quais se pudesse assim predicar, não se poderia predicá-lo da espécie. Ademais, a cor está no corpo e, conseqüentemente, também neste ou naquele corpo, pois caso não existissem corpos nos quais ela pudesse também existir, não poderia estar, de modo algum, no corpo [em geral]. Em suma, todas as coisas, sejam quais forem, exceto o que chamamos de substâncias primárias, são predicados das substâncias primárias ou estão nestas presentes como seus sujeitos. E, supondo que não houvessem substâncias primárias, seria impossível que existissem quaisquer das outras coisas.

Das substâncias secundárias, a espécie é melhor classificada como substância do que o gênero: a espécie está mais próxima da substância primária, enquanto o gênero está dela mais distante. Supõe que alguém te pergunta "O que é isso?" relativamente a uma substância primária. Tua resposta será tanto mais instrutiva quanto mais apropriada ao sujeito, se mencionares sua espécie, do que se mencionares seu gênero. Toma, por exemplo, este ou aquele ser humano. Farias uma exposição mais esclarecedora se indicasses a espécie, ou seja, homem, do que

3. ...το λευκον... (*to leukon*). Aristóteles, como nós mesmos nas línguas modernas, utiliza o adjetivo no lugar do substantivo [(*leukotes*)], mas o substantivando. As cores são abstratas, ou seja, o branco, o azul, o amarelo, etc. só são concebíveis de um corpo (um vestido, por exemplo) que seja branco, azul, amarelo, etc.

se o classificasses como um animal. A primeira qualificação lhe é mais pertinente e própria, ao passo que a segunda é demasiado geral. Ou, ainda, toma uma árvore em particular. Ao indicar a espécie ou que se trata de uma árvore, apresentarás um relato mais instrutivo do que indicando o gênero ou dizendo que se trata de uma planta.

Ademais, as substâncias primárias, acima de tudo o mais, fazem jus a este nome uma vez que formam a base de todas as outras coisas, as quais, por seu turno, serão seus predicados ou nelas estarão presentes como seus sujeitos. Mas precisamente como as substâncias primárias se situam em face de tudo o mais que existe, situa-se também a espécie em relação ao gênero. A espécie está relacionada ao gênero como o sujeito está relacionado ao predicado. Predicamos o gênero da espécie, mas nunca, com efeito, podemos predicar, inversamente, a espécie do gênero. Com base nesta razão adicional, nos é permitido sustentar que das substâncias secundárias a espécie é mais verdadeiramente substância do que o gênero.

Se nos voltamos para as próprias espécies, [vemos que] nenhuma, a menos que seja também um gênero, é mais substância do que outra. Não há maior propriedade em chamar de homem um homem concreto ou individual do que chamar de cavalo um [determinado] cavalo concreto. Assim também no que respeita às substâncias primeiras: nenhuma é mais substância do que as outras, pois este ou aquele homem, por exemplo, não poderia ser mais verdadeiramente substância do que, digamos, este ou aquele boi.

À parte, portanto, das substâncias primárias, somente espécie e gênero entre todas as demais coisas restantes, são acertadamente classificados como substâncias secundárias, visto serem eles unicamente que, entre todos os possíveis predicados, definem a substância primeira. [Com efeito] é somente pela espécie ou o gênero que se pode definir este ou aquele homem de uma maneira conveniente ou apropriada. E tornamos nossa definição mais precisa indicando a espécie ou "homem", do que indicando o gênero ou "animal". Qualquer outra coisa mais que pudéssemos indicar – digamos "ele corre" ou "é branco" seria estranha ao propósito em pauta. Assim, só espécies e gêneros são acertadamente designados como substância, exceto exclusivamente pelas substâncias primárias.

Por outro lado, [o termo] *substância,* no seu sentido estrito aplica-se às substâncias primárias de modo exclusivo porque não apenas constituem a base de todas as outras coisas, como
3a1 suprem todas estas de seus sujeitos. Exatamente como a substância primária está relacionada a tudo o mais, seja o que for, também o estão o gênero e a espécie nos quais essa substância está incluída, relacionada a todos os atributos não incluídos no gênero e na espécie, pois estes são seus sujeitos. Podemos dizer que um homem é "versado em gramática". Conseqüentemente, também podemos dizer que sua espécie e gênero (isto é, espécie humana e gênero animal) também são "versados em gramática". Isto será aplicável a todos os casos.

Jamais estar presente num sujeito vale [como propriedade] para toda substância, posto que o que chamamos de substância primária não pode nem estar presente num sujeito nem tampouco ser predicado de um. Quanto à substância secundária, os seguintes pontos, entre outros, provarão que esta não se encontra num sujeito. Predicamos "homem" de um homem; entretanto, "homem" não está *num* sujeito, uma vez que a humanidade não está *em um* homem. E o que vale para a espécie, vale também para o gênero, pois afirma-se também a "animalidade" deste ou daquele homem em particular, mas ela não pode ser encontrada nele. Que se acresça o ponto seguinte: quando uma coisa pode ser encontrada num sujeito, nada nos impede de predicar o seu nome ao sujeito em questão e, entretanto, não a definição. Contudo, no que concerne a uma substância secundária, tanto o nome quanto a definição aplicam-se também ao caso do sujeito. A definição da espécie (o homem – a espécie humana) e a do gênero (o animal) são usadas referindo-se a um indivíduo humano. Portanto, a substância não se encontra num sujeito.

Não poder estar presentes em sujeitos é verdadeiro, não apenas com respeito às substâncias, como também no que diz respeito às diferenças. Assim, da espécie denominada "humana" pode-se dizer que "caminha sobre os pés" e que é "bípede"; estas diferenças, contudo, não são encontradas nela, pois nem uma nem outra está *no* homem. Onde, por outro lado, afirma-se a diferença, afirma-se também sua definição. Supõe da espécie denominada "humana" que deverias predicar "que caminha sobre pés". A definição, inclusive, desse atributo, então, se apli-

caria a essa espécie, uma vez que o homem, o ser humano em geral, efetivamente *caminha sobre pés.*

Que as partes das substâncias estão presentes ou são encontradas tanto nos todos como em sujeitos é um fato que dificilmente deverá nos perturbar ou nos tornar receosos de sermos forçados a classificar todas essas partes como não sendo substâncias. Afinal, não qualificamos "presente *em um* sujeito" por "não como as partes *em um* todo"?[4]

Diferença e substância apresentam igualmente a característica comum de que, sempre que as predicamos, as predicamos como sinônimas, já que tais proposições têm sempre indivíduos ou espécies por sujeitos. É indubitável que a substância primária, jamais sendo predicada de qualquer coisa, jamais pode ela mesma ser predicado de qualquer proposição que seja. Mas não é o que ocorre com a substância secundária. A espécie é predicada de todos os exemplos individuais, o gênero destes e a espécie. O mesmo ocorre também com as diferenças que, de maneira análoga, tanto se predicam das espécies quanto dos indivíduos. Ambas as definições, ademais, ou as do gênero e da espécie, se aplicam à substância primária, e a do gênero à espécie, pois tudo que se afirma do predicado será também afirmado do sujeito. A definição de cada diferença aplica-se, similarmente, tanto a indivíduos quanto a espécies; entretanto, como já observamos, são sinônimas as coisas que não só possuem nome idêntico, como também são definidas identicamente. Resulta, por via de conseqüência, que em todas as proposições que tenham por predicado uma substância ou uma diferença, o predicado é sinônimo.

Toda substância parece determinada,[5] o que é indiscutivelmente verdadeiro no que tange às substâncias primárias. O que cada uma denota é uma unidade. Quanto às substâncias secundárias, talvez a linguagem o faça assim parecer, como quando dizemos "animal", "homem", mas realmente não se trata disso, pois, ao contrário, o significado destas palavras é uma qualidade. A substância secundária não é una e singular como o é, sem

4. Ou, alternativamente, num período afirmativo e numa tradução menos próxima da literalidade: *Afinal, quando nos referimos [a coisas] presentes* em um *sujeito, não quisemos dizer [coisas pertencentes a alguma coisa] como partes.*

5. Πασα δε ουσια δοκει τοδε τι σημαινειν (*Pasa de ousia dokei tode ti semainein*): Toda substância parece significar um determinado *isto.*

dúvida, a primária; não é do uno, com efeito, mas do múltiplo, que predicamos realmente "animal", "homem". A espécie e o gênero, contudo, não se limitam a indicar qualidade, como "branco" indica meramente qualidade. O acidental, ou seja, como "branco", significa pura e simplesmente uma qualidade. Mas a espécie e o gênero determinam uma qualidade com referência à substância. Informam qual o tipo de substância. No que respeita ao gênero, contudo, tal qualificação determinada cobre um campo muito mais amplo do que cobre no que tange à espécie. Se dizemos "animal", abarcamos mais do que abarcaríamos se disséssemos "homem".

As substâncias jamais têm contrários. Como poderiam as substâncias primárias tê-los... este homem, por exemplo, aquele animal? Nada lhes é contrário. E a espécie e o gênero não têm contrários. Esta característica particular não pertence apenas à substância, pois diz respeito a muitas outras [categorias], entre as quais, por exemplo, a quantidade. *Dois côvados de comprimento* não possui contrário; nem *três côvados de comprimento*; tampouco o possui *dez* ou ainda qualquer coisa que lhe assemelhe, a menos, com efeito, que alguém dissesse que *grande* e *pequeno*, *muito* e *pouco* são contrários. Quantidades definidas, entretanto, por certo jamais têm contrários.

Nenhuma substância, pelo que parece, apresenta graus ou admite um *mais* e um *menos*. Não quero dizer aqui que uma substância não possa ser mais verdadeiramente chamada de substância e menos verdadeiramente chamada de substância do que outras. De fato, dissemos que pode. Mas entendo que nenhuma substância como tal pode admitir graduação em si mesma. Por exemplo, a mesma substância – homem – não pode realmente ser *mais* ou *menos* homem na comparação consigo mesmo ou com um outro homem. Este homem não *é mais* homem do que aquele, como uma coisa branca é mais ou menos branca do que um outro objeto branco o possa ser, ou como um objeto belo apresenta mais ou menos beleza do que outros. A mesma qualidade no mesmo objeto pode ser às vezes variável quanto ao grau. Por exemplo, um corpo, no caso de ser branco, é qualificado de *mais branco* precisamente agora do que o era ou, no caso de quente, é qualificado de *mais* ou *menos* quente. Uma substância, porém, *enquanto* substância, não é *mais* ou *menos* do que em si mesma. Um homem não é *mais homem*

[agora] do que o foi em algum momento do passado, e isto vale para todas as demais substâncias. Por conseguinte, a substância não pode apresentar graus.

O que, entretanto, se afigura ser o mais distintivo na substância é que, não obstante ela permaneça numericamente una e a mesma, é capaz de receber qualificações contrárias. De outras [categorias] distintas da substância, dificilmente poderíamos aduzir um exemplo que detivesse esta característica. Por exemplo, uma cor em particular, numericamente una e a mesma, não pode, de modo algum, ser tanto preta quanto branca, e uma ação, se una e idêntica, não pode, de maneira alguma, ser tanto boa quanto má. Isto se aplica a tudo salvo à substância. A substância, ainda que permanecendo a mesma, admite tais qualidades contrárias. Um mesmo indivíduo se torna numa oportunidade pálido, quente ou bom, em outra mais escuro, frio ou mau. Isto não ocorre com qualquer outra [categoria], embora se pudesse sustentar que asserções e opiniões admitem contrários, quer dizer, que a mesma afirmação possa parecer tanto verdadeira quanto falsa. Se, por exemplo, se afirma "ele está sentado", isto pode ser verdadeiro; se ele se levanta, então se torna falso. E assim também com as opiniões. Pode-se ter a opinião, e verdadeiramente, de que esta ou aquela pessoa está sentada e, no entanto, uma vez esta pessoa tenha se levantado, se tal opinião persistir será falsa. Ainda que admitíssemos essa exceção, ela diferiria, com efeito, do resto na sua maneira de acontecer, pois sempre que uma substância admite tais qualificações contrárias é através de uma mudança em si mesma. É através de uma mudança em si mesma que uma substância que estava quente se torna fria (tendo passado de um estado para o outro) ou uma substância que estava pálida [ou branca] se torna escura, ou uma substância que era boa se torna má. E assim também em todos os demais casos nos quais a substância admite tais qualidades. A asserção e a opinião, contudo, permanecem em si mesmas completamente inalteráveis em todos os aspectos. Se assumem a qualidade contrária, sendo *ora* verdadeiras, *ora* falsas é porque os fatos da situação terão mudado. A asserção
4b1 "ele está sentado" é inalterável, porém conforme as condições existentes a classificamos *ora* como verdadeira, *ora* como falsa. O que vale para as asserções, vale igualmente para as opiniões. Em sua maneira, portanto, de acontecer é realmente característico à substância admitir qualidades contrárias através de uma mudança em si mesma.

Se alguém, portanto, viesse a fazer uma exceção a favor das asserções e das opiniões, sustentando que estas admitem também qualificações contrárias, este seu ponto de vista seria, em verdade, heterodoxo. Se dissermos que asserções e opiniões admitem tais qualificações, teremos que reconhecer que não são elas próprias, mas alguma coisa mais que sofre mudança, pois é por força dos fatos de cada caso, em virtude de serem ou não serem reais, que uma asserção é classificada como verdadeira ou falsa. Não é que a própria asserção seja capaz de admitir tais qualidades contrárias; nada, numa palavra, pode alterar a natureza de asserções e opiniões e, percebendo que nenhuma mudança nelas ocorre, não podem admitir tais contrários. A substância, todavia, admite tais contrários por tê-los ela mesma os recebido; ela, de modo alternado, é receptáculo em si mesma de saúde, doença, alvura, negrura, e as recebendo em si mesma, diz-se que admite esses contrários. Assim, a título de conclusão, é-nos permitido classificar o que foi indicado anteriormente como distintivo da substância, a saber, que a despeito de persistir una e a mesma, é possível para ela – através de uma mudança em si mesma – receber qualificações contrárias. E isto basta no que concerne à substância.

VI

Abordemos em seguida a *quantidade*. Esta é ou *discreta* ou *contínua*. Algumas quantidades, além disso, consistem de partes que possuem posições relativas umas em referência às outras; outras quantidades, ao contrário, são constituídas por partes que não possuem tais posições. Entre as quantidades discretas, podemos citar aqui como exemplos o *número* e o *discurso*; entre as quantidades contínuas, a *linha*, a *superfície* e o *sólido*, às quais pode-se acrescentar o *tempo* e o *lugar*. Consideremos as partes de um número. Constata-se que não há nenhum limite comum no qual possam se unir. Por exemplo, *dois* cincos produzem dez, mas eles são completamente distintos; inexiste uma fronteira comum na qual estes dois cincos se unem. Coisa idêntica ocorre com as partes três e sete. De fato, no tocante a todos os números, jamais descobrirás tal limite, comum a quaisquer

duas partes, pois as partes permanecem sempre distintas. Assim, o número é discreto, não contínuo. O mesmo pode ser dito do discurso, desde que por discurso se entenda a palavra falada. Medido em sílabas longas e breves, o discurso é uma quantidade evidente cujas partes não possuem limite comum. Não existe limite comum onde essas partes (ou sejam, as sílabas) se unem. Cada uma, realmente, é distinta das restantes.

A linha, contudo, é contínua. Descobrimos aqui este limite do qual acabamos de falar. Este limite ou termo é o *ponto*. O mesmo ocorre com o plano (superfície) ou o sólido. Suas partes também possuem tal limite: a linha no primeiro caso, a linha ou o plano no segundo. Também o tempo e o espaço[6] são contínuos. O tempo é um todo e contínuo: o presente, o passado e o futuro estão vinculados. O espaço é também este tipo de quantidade, pois uma vez que as partes mesmas do sólido ocupam um certo espaço e estas partes possuem um limite em comum, conclui-se que também as partes do espaço, que aquelas próprias partes ocupam, possuem exatamente o mesmo limite ou termo comum das partes do sólido. Como o tempo, é o espaço, portanto, contínuo: suas partes se reúnem numa fronteira comum.

Todas as quantidades são constituídas por partes, e estas, como vimos, guardam posições em referência umas às outras ou não apresentam tais posições. As partes de uma linha, por exemplo, precisam todas ter suas posições relativas. Cada uma, indiscutivelmente, tem que estar situada *em algum lugar* e cada uma pode ser claramente distinguida. Podes dizer onde está situada cada uma no plano e de qual tipo de parte é contígua. Assim, as partes do plano possuem posição: novamente podes dizer onde cada uma está situada e de qual tipo de parte é contígua. Isto vale igualmente para os sólidos e o espaço. Mas no que toca ao número, é diferente. Jamais poderias demonstrar que suas partes possuem suas posições relativas ou que sequer possuem posições. Tampouco poderias determinar quais partes são contíguas ou adjacentes de quais partes. Algo idêntico pode ser dito também do tempo, uma vez que nenhuma parte do tempo é duradoura; e como dizer que aquilo que não dura possui alguma posição? Do tempo seria melhor dizer que suas partes possuem uma *ordem* relativa, visto uma parte ser anterior a

6. ...και ο χρονος και ο τοπος (*kai o cronos kai o topos*).

uma outra. Analogamente, o mesmo poder-se-ia dizer do número, pois os números apresentam anterioridade na contagem, o *um* sendo anterior ao *dois*, o *dois* ao *três* [e assim por diante]. Assim, no que respeita ao número, também nos é permitido dizer que as partes possuem uma ordem relativa, mas que com certeza não possuem posições. Isto igualmente será aplicável ao discurso pois suas partes não têm existência duradoura. Mal são pronunciadas e já desvanecem, de sorte que, se deixam de existir, não podem ocupar nem lugar nem posição. Em síntese, das quantidades, portanto, algumas são constituídas por partes possuidoras de posição e outras por partes que não a possuem.

Unicamente aquilo que mencionamos pode ser chamado de quantidades no sentido mais estrito. Outras coisas que são assim chamadas o são em um sentido secundário, em conexão com alguma daquelas que pertencem ao sentido primário. Vejamos um exemplo ou dois. Amiúde falamos de uma *grande quantidade de branco* pelo fato da superfície coberta por ele ser grande, de uma *ação ou processo longos* porque o tempo por eles ocupado é longo. O nome *quantidade* não pode ser atribuído com propriedade a tais coisas. Alguém pergunta a ti "Quanto durou aquela ação?" Responderás informando o tempo que necessitou para ser executada, como "Levou um ano" ou coisa que o valha. Alguém te pergunta "Qual o tamanho daquela coisa branca?" e respondes informando sobre o tamanho da superfície por ela coberta. Tão grande como a superfície que cobre – dirás – é aquele objeto branco. Conseqüentemente, as únicas quantidades em acepção estrita são as que referimos; outras coisas assim designadas só podem reivindicar tal nome – se é que o podem – numa acepção secundária: numa espécie de maneira derivativa ou acidental, e não em função de sua natureza intrínseca.

Quantidades nunca possuem contrários, o que se mostra perfeitamente evidente no caso de todas as quantidades definidas, pelas quais entendo, por exemplo, "dois côvados de comprimento" ou "três côvados de comprimento", ou uma superfície, ou algo deste tipo. Estas, está claro, não têm contrários. Apesar disso, é possível que alguém diga que "grande" e "pequeno", "muito" e "pouco" são contrários. Estes são, entretanto, mais propriamente falando, *termos de relação,* e sendo assim, as coisas não são em si mesmas e isoladamente grandes ou pequenas: só o são por comparação. Assim, dizemos que uma colina é

pequena, que um grão de milho é *grande*, mas na realidade queremos dizer *maior* ou *menor* do que coisas semelhantes do gênero, pois nos referimos a algum padrão externo. Se tais termos fossem usados *absolutamente*, jamais deveríamos chamar uma colina de pequena, como jamais deveríamos chamar um grão de milho de grande. Assim, do mesmo modo, é permissível que digamos que um povoado tem *muitos* habitantes, e que uma cidade como Atenas apenas *poucos*, embora a população desta última seja muito maior; ou dizemos que uma casa contém *muitos* [indivíduos] ao passo que aqueles no teatro são *poucos*, ainda que estes superem muito em número aqueles outros. Enquanto "dois côvados de comprimento", "três côvados de comprimento" e [expressões] semelhantes, portanto, significam quantidade, *grande*, *pequeno* e [palavras] similares não significam quantidade, mas relação, envolvendo algum padrão externo ou algo que está acima e além delas. É óbvio que estes últimos termos são relativos.

Ademais, quantidades ou não, nada há que seja contrário a tais termos, pois como supor que possa ter qualquer contrário aquilo que não é apreendido por si mesmo, mas que tem que se referir a algum padrão externo? Em segundo lugar, supõe que permitamos que *grande*, *pequeno* e [termos] similares sejam contrários: neste caso, o mesmo sujeito – deduzir-se-ia – em um e mesmo tempo admitiria qualificações contrárias e as coisas seriam em si mesmas contrárias. Não ocorre por vezes ser a mesma coisa tanto grande quanto pequena? Se comparada a uma coisa, é pequena, mas se comparada a uma outra, é grande. E assim a mesma coisa simultaneamente vem a ser tanto grande quanto pequena ou a um único e mesmo tempo admite qualificações contrárias. Mas ao tratarmos da substância estabelecemos que nada pode assim com simultaneidade admitir tais qualificações. É incontestável que a substância é receptiva de qualificações contrárias, mas não de uma maneira na qual um homem ao mesmo tempo esteja tanto doente quanto sadio [e] uma coisa seja simultaneamente preta e branca. Tampouco pode qualquer outra coisa em momento algum ser assim qualificada. Portanto, se grande, pequeno, etc. fossem contrários, as coisas seriam para si mesmas os seus próprios contrários. Se concedermos, a favor do argumento, tanto que *grande* é o contrário de *pequeno* quanto que uma e a mesma coisa pode ser no

mesmo momento tanto grande quanto pequena, uma coisa será o seu próprio contrário. Isso é, todavia, impossível: nada pode ser contrário a si mesmo. A conclusão é que estamos impossibilitados de descrever *grande e pequeno*, *muito* e *pouco* como contrários. Tampouco poderiam estes termos ter contrários, ainda que alguém os classificasse como termos não de relação mas de quantidade.

No que tange ao espaço, a afirmação de que a quantidade admite contrário parece ganhar mais plausibilidade. *Acima* e *abaixo* são chamados de contrários quando se entende por *abaixo* a região do centro. Este uso, entretanto, provém da visão que extraímos do mundo, uma vez que é nos extremos do mundo que a distância do centro é a maior.[7] Com efeito, é como se fosse destes contrários que a definição de todos os demais contrários é obtida, pois definimos como contrários os termos que, estando dentro da mesma classe, são os mais distantes uns dos outros.

Uma quantidade parece não admitir um *mais* e um *menos*. Por exemplo, toma "dois côvados de comprimento". Ora, isto nunca admite gradações. Uma coisa não mede dois côvados de comprimento num grau maior do que uma outra. E ocorre coisa análoga com os números. Um *três* não é, por assim dizer, três num maior grau de um outro *três*; um *cinco* não é, por assim dizer, cinco num grau maior do que um outro *cinco*. Um período de tempo não é, também, mais tempo do que um outro. Nem no tocante a qualquer outra quantidade que mencionamos pode-se afirmar um *mais* ou um *menos*. A categoria da quantidade, portanto, não admite, de modo algum, graus.

O que é realmente peculiar às quantidades é que as comparamos ou contrastamos em termos de igualdade ou com base em igualdade. Predicamos *igual* [e] *desigual* de todas as quantidades mencionadas. De um sólido, diz-se que é igual ou desigual a um outro; de um número, que é igual ou desigual a um outro. Também usamos esses termos falando do tempo na comparação de seus períodos. Igualmente para todas as outras quantidades que mencionamos anteriormente. E de nenhuma outra categoria, cumpre acrescer, exceto a quantidade, podemos afirmar esses dois termos (o igual e o desigual), pois nunca dizemos ser este estado *igual* ou *desigual* àquele; dizemos que é *semelhante* ou

7. Ou seja, a distância entre o centro e os pontos cardeais da Terra.

diferente. Uma qualidade, a alvura, por exemplo, jamais é comparada com uma outra em termos de igualdade ou com base na igualdade. Tais categorias são classificáveis em termos de semelhança e diferença. Assim, classificarmos alguma coisa como igual, desigual é a característica principal da quantidade.

VII

Voltemo-nos agora para a *relação*. Chamamos uma coisa de *relativa* quando desta se diz que é o que é por dependência de alguma outra coisa ou, se não, por estar relacionada a alguma coisa de alguma outra forma. Isto porque, de fato, quando chamamos uma coisa de *maior* com isso queremos dizer maior *do que alguma coisa*. Diz-se *o dobro* por este o ser *de alguma* outra *coisa* (o dobro significa dobro de alguma coisa). E isto se aplica 6b1 a todos os termos semelhantes. Entre outros termos relativos encontramos o estado, a disposição, a percepção, o conhecimento, a posição ou postura. Todos estes se explicitam mediante a referência a alguma coisa a que pertencem e de nenhuma outra maneira. Estado é um estado *de* alguma coisa, conhecimento é um conhecimento *de* alguma coisa, posição é uma posição *de* alguma coisa. Falamos, portanto, de termos relativos quando uma coisa sendo tal como é, é explicitada por um genitivo que se segue ou então por alguma frase ou expressão destinada a introduzir a relação. Por exemplo, chamamos uma colina de *grande* e queremos dizer grande por comparação a uma outra. É exclusivamente em função desta comparação que se chama uma colina de *grande*; e o que é similar é chamado de similar pela similaridade com alguma coisa. É o que ocorre com todos os termos desta natureza. E percebemos também que, enquanto *estar deitado*, *estar de pé* ou *estar sentado*, são efetivamente posições específicas, a posição *ela mesma* é um relativo. *Deitar*, *levantar* e *sentar* não são eles mesmos realmente posições; suas designações, entretanto, como parônimos, são derivadas das posturas que acabamos de mencionar.

Relativos às vezes têm contrários. A virtude é o contrário do vício, sendo um termo e outro relativos; o mesmo ocorre entre o conhecimento e a ignorância. De modo algum, contudo, se pode dizer que todos os termos *relativos* têm contrários. *Dobro* e *triplo* não têm nenhum e nem, tampouco, quaisquer termos deste gênero.

Os relativos também, pelo que parece, podem admitir graduação em alguns casos, na medida em que *semelhante*, *dessemelhante*, *igual*, *desigual*, podem todos ter *mais* ou *menos* agregados a si, embora cada um seja um relativo, uma vez que por *semelhante* entendemos *como* alguma coisa mais, e por *dessemelhante* o que não é *como* alguma coisa mais. Não se trata, contudo, de todos os relativos admitirem graus. Não dizemos *mais* ou *menos* dobro, e o mesmo no tocante a todos os termos desse gênero.

Todos os relativos têm seus *correlativos*. *Escravo* significa escravo de um *senhor*, e senhor, por sua vez, implica em escravo. O *dobro* significa o dobro de sua *metade*, tal como a metade significa a metade de seu dobro. Por *maior*, também, entendemos *maior* do que esta ou aquela coisa que é *menor*, e por *menor*, o menor do que aquilo que é maior. O mesmo ocorre com todos os termos relativos. Há ocasiões, entretanto, nas quais há diferença de caso ou inflexão gramatical. O conhecimento é, assim, *do* cognoscível; o cognoscível é cognoscível *pelo* conhecimento. A percepção é *do* perceptível, o qual é percebido *pela* percepção.

Às vezes, todavia, a correlação não surgirá de maneira manifesta, a saber, quando um erro foi cometido e o próprio correlato erroneamente indicado. Se chamas de asa a asa de uma ave, neste caso não surgirá nenhuma correlação: asa e ave não são *correlativos*. O termo errôneo foi usado no início, ao chamá-lo 7a1 de asa de *uma ave*, pois asa é asa de uma ave quando consideramos esta não como ave, mas como alada. Muitas outras coisas – que não são aves – são aladas. Quando, entretanto, os termos corretos são usados, a correlação aparecerá de imediato, como quando, por exemplo, dizemos que uma asa é uma asa dos alados e que a coisa alada é alada em virtude da asa. A asa pertence aos alados necessariamente.

Às vezes não há palavra que exiba de modo acertado a correlação. Neste caso, então, temos que cunhar uma nova palavra. Tomemos, a guisa de exemplo, um *leme*. É possível que digamos que este pertence a um barco. *A um barco é*, entretanto, inapropriado e não consegue introduzir a correlação. O leme, com efeito, não concerne necessariamente ao barco visto enquanto tal. Não existem, acaso, barcos sem lemes? Conseqüen-

temente, leme e barco não apresentam reciprocidade. O barco não é *barco de um leme,* assim como o leme não é *leme de um barco.* Uma vez que não há um termo apropriado, temos que inventar um que se ajuste à situação e exprima com mais precisão: o leme é leme dos "lemeados". E, se assim nos expressarmos, pelo menos os termos apresentarão reciprocidade, ou seja, o que é "lemeado" o é por meio de seu leme. O mesmo se aplica a todos os outros casos. Uma cabeça será melhor definida como correlativa daquilo que é "encabeçado", e não indiscriminadamente como cabeça de um animal. Animais, simplesmente enquanto animais, não possuem necessariamente cabeças. Muitos deles, de fato, não possuem cabeças. Podemos, assim – é o que penso – entender de melhor forma ao que esta ou aquela coisa está relacionada – nos casos em que não dispomos presentemente de um nome –, se tomarmos a coisa possuidora de um nome e, então, cunhando um outro nome dele derivado, aplicá-lo ao correlativo do primeiro, tal como cunhamos *alado* e "lemeado" a partir de *asa* e *leme.*[8]

Assim, todos os relativos estão referidos aos seus correlatos, desde que sejam corretamente definidos. É preciso que eu acresça esta ressalva, visto que se acontecer do correlato ser indicado de forma casual, imprecisa, os termos não poderão ser recíprocos. Que me seja permitido explicar o que quero dizer. Mesmo onde os nomes corretos realmente existem e as coisas são reconhecidamente correlatos, nenhuma correlação aparece quando damos a uma destas duas um nome que de maneira alguma exibe a relação e possui algum significado irrelevante. Que *escravo* seja definido em relação a *homem* ou a *bípede* ou a qualquer outro gênero, ao invés de ser definido (como o deveria ser) por referência a *senhor,* e então nenhuma correlação aparecerá, visto ser a referência realmente imprecisa. Por outro lado, concedamos que duas coisas são correlativas e que o termo correto é usado com o propósito de declarar o segundo. Ainda que eliminemos todos os seus outros atributos – diria seus atributos irrelevantes – retendo apenas aquilo em virtude do que era chamado de correlativo, toda a tal correlação se conservará. Diz-se propriamente, por exemplo, que o correlativo de *escravo* é

8. ...απο του πτερου το πτερωτον και απο του πηδαλιου το πηδαλιωτον (*apo toü pteroü to pteroton kai apo toü pedalioü to pedalioton*).

senhor. Supõe que eliminemos todos os seus outros atributos – diria irrelevantes –, tais como ser ele *bípede, receptivo de conhecimento* ou *humano* e retenhamos apenas ser ele um *senhor,* e então *escravo* ainda seria o correlativo, significando escravo o *escravo de um senhor.*

7b1 Por outro lado, suponhamos um correlativo nomeado incorretamente. Neste caso, se suprimirmos seus atributos, salvo aquilo em virtude do que era chamado de correlativo, toda a correlação se desvanecerá. Definamos como correlativo de escravo, *homem,* e como correlativo de asa, *ave.* Retira o atributo *senhor* de *homem;* então, com efeito, a correlação que subsiste entre homem e escravo terá desaparecido; sem senhor não há escravo. Retira o atributo *alado* de *ave,* e então a asa não será mais um relativo, pois uma vez que não há alado, a asa não terá correlativo.

E assim, em síntese, é preciso que indiquemos todos os termos correlativos com exatidão. Se houver um nome para ser manuseado, então a indicação se revelará fácil. Caso não exista já um nome, penso ser nosso dever inventar um. É evidente que quando os nomes estão corretos, todos os termos relativos são correlativos.

Correlativos parecem apresentar simultaneidade natural, o que na maioria dos casos é verdadeiro, como, por exemplo, no que se refere ao dobro e à metade. A existência de uma metade determina que exista o dobro do qual ela é metade. A existência de um senhor implica a existência também de um escravo. Se existe um escravo, existe necessariamente um senhor. E o mesmo ocorre em todos os casos similares. Por outro lado, o seguinte também vale para eles: a anulação de um significa a anulação do outro. Por exemplo, se não há dobro, não há metade, e vice-versa, se não há metade, não há dobro, o mesmo ocorrendo com todos os termos análogos. Entretanto, o ponto de vista de que os correlativos apresentam simultaneidade natural não se afigura verdadeiro em todos os casos, pois parece que o objeto do conhecimento é anterior ao conhecimento, [ou seja,] existe antes deste. Obtemos conhecimento comumente de coisas que já existem, pois em pouquíssimos casos ou em caso algum pode o nosso conhecimento ter vindo a ser juntamente com o próprio objeto que lhe é peculiar.

No caso de ser o objeto do conhecimento suprimido, o conhecimento mesmo é anulado. O inverso disto não é verdadeiro. Se o objeto não mais existir, não poderá mais haver qualquer conhecimento, nada havendo agora para conhecer. Se, entretanto, deste ou daquele objeto nenhum conhecimento foi ainda adquirido, é possível que esse objeto, ele mesmo, exista. Tome-se o exemplo da quadratura do círculo, se podemos a isto chamar de um tal objeto. Embora ela exista como um objeto, o conhecimento ainda não existe. Se todos os animais deixassem de existir, não haveria então conhecimento algum, não obstante pudessem haver, neste caso, ainda muitos objetos do conhecimento.

É possível dizer o mesmo da percepção. Entendo que o objeto pareceria ser anterior ao ato da percepção. Na hipótese de suprimires o perceptível, suprimirias também a percepção. Afasta ou suprime a percepção, e é possível que o perceptível subsista, uma vez que o ato da percepção implica ou envolve, primeiramente, um corpo percebido, e então um corpo no qual ele ocorre. Portanto, se suprimires o perceptível, o próprio corpo será suprimido, pois o corpo, ele mesmo, é perceptível. E o corpo não sendo existente, a percepção terá que deixar de existir. Se removeres o perceptível, removerás também a percepção. A remoção, porém, da percepção não acarreta a remoção de tais objetos. Se o próprio animal for destruído, então também a percepção será destruída. Os perceptíveis, porém, ainda subsistirão, tais como o corpo, o calor, a doçura, o amargor e tudo o mais que é sensível.

A percepção, ademais, é gerada juntamente com o sujeito que percebe, ou seja, com o próprio ser vivo. O perceptível, contudo, é anterior ao ser vivo e à percepção, porquanto coisas tais como água e fogo, das quais se compõem os seres vivos, existem antes de quaisquer de tais seres e anteriormente a todos os atos da percepção. O perceptível, podemos assim concluí-lo, se afiguraria como sendo anterior à percepção.

A opinião de que nenhuma substância é relativa – opinião comumente sustentada – pareceria estar aberta ao questionamento. Dever-se-ia, talvez, disto excetuar o caso de algumas substâncias secundárias. É indubitável que a opinião a que aludimos vale para a substância primária, uma vez que nem os todos nem as partes das substâncias primárias jamais são relativos. Este homem ou aquele boi, por exemplo, jamais é definido mediante uma referência a alguma coisa que lhe está além ou lhe é exterior. O mesmo pode ser afirmado quanto às partes do homem ou do boi. Assim, não se diz que uma certa mão ou cabeça é uma certa mão deste ou daquele indivíduo, uma certa cabeça deste ou daquele indivíduo. Nós as classificamos como *a mão e a cabeça* deste indivíduo específico ou daquele. Assim também no que tange às substâncias secundárias, ao menos no que toca à ampla generalidade. Espécies como a humana e a bovina, e assim por diante, nunca são definidas mediante uma referência a alguma coisa que as ultrapasse ou que lhes seja externa. Nem é a *madeira* assim definida, e se é a madeira considerada como relativa, então o é como uma *propriedade* pertinente a alguém (este ou aquele indivíduo humano), e não em sua natureza de madeira. Evidencia-se, portanto, nesses casos, que a substância dificilmente pode ser relativa. É possível, porém, que haja divergência de opiniões quando se trata de algumas substâncias secundárias. Definimos, assim, *cabeça e mão* à luz de todos a que pertencem e, conseqüentemente, estes poderiam parecer ser relativos. Com efeito, se revelaria tarefa dificílima, se não impossível, mostrar assim que *nenhuma* substância é relativa, se definíssemos corretamente o que se quis dizer com *termo relativo*. Por outro lado, se estivéssemos errados e estas coisas são somente verdadeiros relativos cuja própria existência consiste em estarem de uma maneira ou outra relacionadas a algum outro objeto, então – julgo – algo poderia ser dito. A primeira definição se aplica a todos os relativos de modo incontestе, mas o fato de uma categoria ser explicada mediante uma referência a alguma coisa que lhe é exterior não é o mesmo que dizer que é *necessariamente* relativa.

Do exposto, o seguinte resulta óbvio: se um *relativo* é definitivamente conhecido, aquilo ao que é ele relativo também será então definitivamente conhecido. E o que é mais: podemos classificar isso como auto-evidente. Desde que saibas ser *relativa* uma coisa particular, sendo relativos aqueles objetos cuja própria existência consiste em serem eles, de uma maneira ou outra, relacionados a uma outra coisa, então saberás o que é esta outra coisa a que se relaciona a conhecida; pois se não soubesses de modo algum o que é essa outra coisa à qual aquela se relaciona, também desconhecerias se esta é ou não um relativo.

Tomemos alguns exemplos específicos que esclarecerão o ponto. Supõe que definitivamente saibas ser *o dobro* uma coisa particular; com isto saberás de imediato definitivamente também do que é ela o *dobro*. Não podes saber que ela é o dobro *sem* saber que é o dobro de alguma coisa específica e definida. Por outro lado, se definitivamente sabes que uma coisa em particular é mais bela, de imediato terás definitivamente que conhecer aquela em comparação a qual é considerada mais bela. Assim, não saberás [apenas] *vagamente* que uma coisa particular é mais bela do que alguma coisa detentora de menos beleza, já que isto seria mera suposição e, de modo algum, conhecimento. Não saberias mais com certeza que uma coisa detém *mais* beleza do que alguma coisa que detém *menos* beleza, pois, com efeito, poderia acontecer que nada existisse detendo menos beleza. Com base em tudo isso se conclui – penso – pela evidência de que é necessário que um conhecimento definido dos relativos corresponda a um igual conhecimento daquelas coisas com as quais permanecem numa relação.

Uma cabeça e uma mão, contudo, são substâncias, e pode-se ter um conhecimento definido sobre o que essas coisas são essencialmente, ainda que não necessariamente sabendo ao que estão também relacionadas, visto que desconhecemos de modo definido de quem é esta cabeça ou esta mão. Mas, se assim é, somos forçados a concluir que essas coisas e suas semelhantes não são relativos e, sendo desta forma, seria verdadeiro afirmar que nenhuma substância é *relativa*. Penso não ser fácil fazer afirmações sólidas acerca destas questões, sem investigações mais completas. Não é, entretanto, inteiramente inútil trazer minuciosamente à baila os pontos.

VIII

Voltemo-nos a seguir para a *qualidade*. Entendo por *qualidade* aquilo em virtude do que as coisas são, de algum modo, qualificadas. A palavra *qualidade* tem muitas acepções. Um tipo de qualidade é constituído pelos estados e disposições. Os primeiros são diferentes das segundas por serem mais duradouros e estáveis. Compreendidos entre aquilo que chamamos de *estados* estão as virtudes e todos os gêneros de conhecimento, uma vez que o conhecimento é tido como duradouro e difícil de ser deslocado [do espírito], ainda que se possa, com efeito, adquiri-lo

apenas numa modesta medida, a não ser que uma grande alteração seja produzida pela doença ou alguma outra coisa semelhante. E o mesmo vale para as virtudes, por exemplo, a justiça e a moderação, pois se admite que estas são difíceis de serem afastadas ou deslocadas. Disposições, entretanto, são qualidades de fácil mobilização e alteração, tais como o calor, o frio, a doença, a saúde e assim por diante. Um ser humano apresenta uma certa disposição de acordo com todas essas condições, mas rapidamente experimenta transformação. Num momento experimentando calor, pode logo experimentar frio; estando bem, pode logo ficar doente. O mesmo ocorre com todas as demais disposições, a menos que a disposição se tornasse uma segunda natureza mediante um longo lapso de tempo, revelando-se inveterada ou de difícil eliminação, caso em que poderíamos chamá-la de *estado*.[9]

É claro que nos inclinamos a designar tais qualidades como *estados*, sendo elas por sua natureza mais duradouras e mais difíceis de serem alteradas ou deslocadas. Aqueles que não conseguem em absoluto ter domínio sobre o conhecimento e são de um temperamento instável são atualmente raramente descritos como possuidores do *hábito* do conhecer, embora seja possível dizermos que seus intelectos, quando considerados desse ponto de vista, estão, de uma certa maneira melhor ou pior, *dispostos* para o conhecimento. Assim, o estado (hábito) é distinto da disposição: o primeiro é duradouro e estável, ao passo que a segunda não tarda a sofrer mudança.

Estados são *também* disposições, mas as disposições não são sempre estados (hábitos). Enquanto que aqueles que têm hábitos têm conseqüentemente, de algum modo ou outro, disposições, aqueles que *se dispõem* de algum modo não têm, de modo algum, caso a caso, um hábito.

Por um outro tipo de qualidade entendo a que nos leva a aludirmos aos bons pugilistas, ou aos bons corredores, ou aos saudáveis ou aos enfermiços. Realmente, tal tipo cobre todos os termos que denotam qualquer capacidade natural, qualquer incapacidade inata. Não se faz referência ao fato de estarem *dispostos* ou *condicionados* desta ou daquela maneira, mas ao

9. ...ἕξιν (*exin*). Embora traduzamos ἕξις (*exis*) por *estado*, o sentido em todo este contexto se avizinha de *maneira de ser* e *hábito*.

fato de possuírem uma capacidade ou potência, que é natural ou inata, *ou* não possuírem tal capacidade ou potência para executar isto ou aquilo com facilidade ou prevenir um revés de alguma espécie. Qualificamos os homens de bons pugilistas ou bons corredores não em função de alguma disposição, mas devido a uma capacidade natural de realizar isto ou aquilo com facilidade. Quando nos referimos aos saudáveis, queremos dizer que tais pessoas apresentam capacidades de pronta, constitutiva e inata resistência contra todas as doenças mais comuns; quando nos referimos aos enfermiços, queremos dizer aqueles que parecem não possuir essas capacidades. O mesmo vale para a dureza e a moleza. Predicamos a dureza daquilo que resiste prontamente à desintegração, e a moleza daquilo que não resiste.

Prosseguindo, a terceira classe encerra qualidades passivas e afeições. São exemplos a doçura e o amargor, o azedume e tudo que lhes é afim; tais são também a frieza e o calor, a alvura, a negrura, etc. É evidente que todas estas são qualidades, uma vez que se diz que as coisas que as encerram são qualificadas em função delas. Diz-se do próprio mel que é doce por conter doçura, como se diz do próprio corpo que é alvo por conter alvura. E assim é em todos os casos semelhantes.

As qualidades que chamamos de *passivas* não recebem, efe-
9b1 tivamente, esta denominação de modo a indicar que as coisas que as encerram sejam, de uma forma ou outra, *afetadas* ou que *sofrem* transformação em si mesmas. Assim, como dissemos, dizemos do mel que é doce, mas isso não significa que o mel, ele mesmo, seja de alguma forma *afetado*. E o mesmo se aplica a todos os casos semelhantes. Analogamente, se tomarmos o calor e a frieza, embora chamemos tais qualidades de passivas, não significa que as coisas que as admitem ou encerram sejam passivas. Quer-se dizer que as qualidades mencionadas são capazes de produzir uma sensação. O sentido do paladar, por exemplo, é afetado pela doçura ou o azedume, ao passo que o do tato é afetado pela frieza ou pelo calor. Coisa idêntica ocorre com todas as qualidades que lhes são semelhantes.

Todas as cores, como o branco ou o preto, também são qualidades passivas; não o são, contudo, no mesmo sentido daquelas que indicamos até aqui. Assim as denominamos pelo fato de se originarem elas mesmas de afeições ou paixões. Há numerosas modificações de cor que provêm claramente das paixões.

Quando as pessoas se envergonham, ficam ruborizadas; quando amedrontadas, tornam-se pálidas, etc. É devido a isso que se alguém está naturalmente predisposto à vergonha ou ao medo por força de algumas particularidades de seu temperamento, é lícito que concluamos não injustamente que assume a cor correspondente, pois o estado dos elementos corporais que momentaneamente acompanhou o sentimento de vergonha ou medo poderia muito bem igualmente resultar de sua organização física, de sorte que uma cor semelhante poderia também surgir no processo natural. Todos os estados deste gênero podem ser, por conseguinte, incluídos entre as qualidades passivas, posto que verificamos que sua fonte pode ser detectada em alguma paixão estável e duradoura, pois quer sua fonte possa ser descoberta na organização corpórea, quer na longa doença ou queimadura de sol, quando não podem ser levemente eliminadas, podendo até mesmo perdurar durante toda a vida, feições pálidas ou morenas sempre são chamadas de qualidades por nós porque assim somos classificados (pálidos ou morenos) por apresentarmos tal palidez ou morenice.

Entretanto, condições originárias de causas logo tornadas inoperativas, se não forem inteiramente eliminadas, serão conhecidas como *estados passivos,* e não *qualidades*, uma vez que ninguém é chamado deste ou daquele modo por força dessas condições. Aquele que cora de vergonha não é, portanto, considerado como naturalmente rubro, como não é considerado naturalmente de pele pálida (clara) aquele que empalidece por causa do medo. Dizemos que "fulano foi *afetado* deste ou daquele modo". Estes estados são *estados passivos* (*afeições*[10]), não qualidades.

De modo análogo, há qualidades passivas e também afeições na alma. Quando alguém possui uma condição de nascimento e sua origem reside em certas afeições de difícil transformação ou
10a1 remoção, a denominamos como qualidade. A loucura, a irascibilidade e [condições] semelhantes se enquadram aqui, já que é em função de tais coisas que qualificamos alguém de louco ou irascível. Do mesmo modo, as distrações do espírito,[11] que embora não sejam inatas em si mesmas, ainda assim surgem a

10. Παθη (*pathê*).
11. ...εκστασεις... (*ekstáseis*).

partir de uma certa concomitância de alguns outros elementos nele presentes e parecem ser ou permanentes ou ao menos de remoção muito difícil, também são denominadas *qualidades*. Isto porque as pessoas são chamadas deste ou daquele modo devido a condições como essas. Pelo contrário, as que surgem a partir de alguma origem de pronta dissipação designamos com o nome de afeições, como no caso de alguém que diante de alguma contrariedade se torna um tanto zangado, pois alguém não é conhecido como irado por ficar um tanto zangado diante de uma contrariedade. Dizemos que "alguém está afetado ou perturbado". Tais estados são afeições e não qualidades.

O quarto gênero de qualidade é constituído pelas formas e figuras das coisas. Que a estas sejam também adicionadas a curvatura, a retidão e todas as demais qualidades similares. As coisas são definidas por estas qualidades também por serem desta ou daquela natureza. E as coisas possuem uma natureza definida por serem *triangulares*, *quadrangulares*, por serem *retas*, *curvas*, e assim sucessivamente. É efetivamente em virtude de sua figura ou forma que cada coisa é qualificada. O raro e o denso, o áspero e o liso, embora pareçam à primeira vista indicar qualidade, são de fato estranhos a esta classe. Constata-se, ao contrário, que indicam uma posição particular das partes. Assim, chamamos uma coisa de *densa* quando as partes que a compõem se acham estreitamente compactadas, e de *rara* quando essas partes apresentam interstícios; *áspera* quando algumas partes são salientes, mas *lisa* quando suas partes se dispõem de alguma forma em linha reta.

Eis os quatro gêneros de qualidade. Talvez haja outros, mas estes são os que são assim estritamente chamados.

Qualidades, portanto, são as que aqui mencionamos. As coisas que têm seus nomes derivados delas, ou dependem de alguma outra forma delas, são coisas consideradas qualificadas de uma maneira definida ou outra. Na maioria – na verdade, na quase totalidade dos casos –, os nomes das coisas qualificadas são parônimos das qualidades. Por exemplo, a [coisa] alva recebeu o nome da alvura; o gramatical, de gramática; o justo, de justiça, etc.

Às vezes, contudo, quando as qualidades não possuem nomes que lhes são próprios, é impossível que existam parônimos.

Assim, os nomes do corredor ou do pugilista, que assim são designados em virtude de capacidades naturais, não podem ser
10b1 derivados (parônimos) de qualidades, isto é, tais capacidades não possuem nomes particulares, como possuem as ciências, considerando o exercício em função do qual chamamos um homem de pugilista, um outro de lutador, e assim por diante. Entendemos por ciência uma disposição; cada ciência também possui seu próprio nome, tal como o pugilato, por exemplo, ou a luta. E aqueles que têm essa disposição obtêm seu nome do nome da ciência. Acrescente-se que por vezes a qualidade possui um nome bem definido, mas a coisa que participa de sua natureza não extrai seu nome dela. Por exemplo, o homem bom é bom por deter a qualidade virtude; entretanto, o termo *bom* não é um parônimo do termo *virtude*.[12] Todavia, isto ocorre esporadicamente.

Assim, essas coisas possuem uma qualidade definida da qual derivam seus nomes ou da qual dependem de alguma outra forma.

As qualidades admitem contrários, ainda que não em todos os casos. Justiça e injustiça são contrários, a alvura e a negrura, e assim sucessivamente. As coisas que são chamadas deste ou daquele modo, em função de terem essas qualidades, também se enquadram nessa classe, uma vez que o justo e o injusto são contrários, a coisa preta e a branca, etc. Mas não ocorre assim em todos os casos. O vermelho, o amarelo e cores deste tipo são qualidades que não têm contrários.

Se um de dois contrários é uma qualidade, o outro também é uma qualidade. Isto se patenteará a quem examine as demais categorias. A injustiça é o contrário da justiça, e a justiça, ela mesma, é uma qualidade; conseqüentemente, a injustiça também o é, posto que nenhuma outra categoria a ela se ajusta, seja a quantidade, a relação, o espaço ou, em suma, qualquer outra. Isto vale no que toca a todos os contrários que denominamos *qualidades*.

As qualidades admitem graus, pois uma coisa é *mais* alva do que uma outra, e uma outra, ainda, é *menos* alva. E uma coisa pode ser mais justa do que uma outra. Uma coisa, ademais,

12. Virtude é αρετη (*aretê*); bom é σπουδαιος (*spoüdaios*).

pode ter *mais* de uma qualidade, pois coisas que são alvas po-
dem se tornar *mais* alvas. Esta regra, embora seja válida na
maioria dos casos, está sujeita a apresentar certas exceções, já
30 que se a justiça pudesse ser *mais* ou *menos* justiça, determinados
problemas poderiam disto nascer, como ocorre também com
todas as qualidades que nos é possível chamar de disposições. E
alguns chegam a sustentar que estas não admitem graduação. A
própria saúde e a própria justiça – contestam – não estão sujei-
tas a tais variações, mas uma pessoa é *mais* saudável do que
11a1 outra, mais *justa* do que outra, o mesmo valendo para o conhe-
cimento gramatical e todas as demais disposições. E, certamen-
te, ninguém poderá negar que as coisas caracterizadas por tais
qualidades as encerram em *maior* ou *menor* medida. Um indiví-
duo saberá mais sobre gramática, será mais saudável ou mais
justo do que um outro.

5 Termos que expressam a figura de uma coisa, digamos o triân-
gulo, o quadrado, etc. parecem não admitir a graduação. As
coisas às quais são aplicadas as designações de triângulo ou
círculo são igualmente triangulares ou circulares. Outras, às
quais a definição de nem uma nem outra dessas coisas é aplicá-
vel, não podem diferir elas mesmas em matéria de graduação. O
10 quadrado não é mais círculo do que o é, por exemplo, o retân-
gulo. A definição de círculo que demos não se aplica a um ou
outro destes. Assim, a menos que, em síntese, a definição da
coisa ou o termo em questão seja apropriado a ambos os obje-
tos, não poderão, de maneira alguma, ser comparados. Nem
todas as qualidades, portanto, apresentam graduação.

15 As características anteriormente indicadas não são, de modo
algum, pertencentes à qualidade. O que lhe é característico é a
predicação de *semelhante* ou *dessemelhante* com uma referên-
cia exclusiva à qualidade, isto porque uma coisa *é semelhante* à
outra no que respeita exclusivamente a uma qualidade. É isto
que caracteriza a qualidade.

20 Não deve, entretanto, nos transtornar que alguém refute
nossas afirmações porque, sendo a qualidade o nosso objeto
de estudo, incluímos nesta categoria muitos termos relativos,
posto que reconhecemos serem termos relativos tanto estados
(hábitos) quanto disposições. Ora, ao menos na maioria dos
casos, os gêneros indiscutivelmente são relativos, ao passo que
25 as espécies particulares não o são. O conhecimento, que é

gênero, é definido por referência a alguma coisa que lhe é
distinta, uma vez que o conhecimento é conhecimento *de al-
guma coisa*. Entretanto, ramos particulares do conhecimento
não são assim explicados. Por exemplo, não definimos um
conhecimento de gramática ou de música mediante uma refe-
rência a alguma coisa externa. A razão disto é porque se são,
em algum sentido, relações, somente podem ser tomados co-
mo tais do ponto de vista de seu gênero. Por exemplo, a gra-
mática não é chamada de gramática *de alguma coisa*, nem a
música de música *de alguma coisa*. Se, afinal, é em virtude do
gênero que se fala destas na sua relação com alguma coisa, a
30 gramática é chamada de conhecimento de alguma coisa (não
gramática de alguma coisa), e a música, de conhecimento de
alguma coisa (não música de alguma coisa).

Assim, ramos particulares do conhecimento não devem ser
classificados entre os relativos. As pessoas são chamadas desta
ou daquela forma por serem versadas nesses ramos do conhe-
cimento. É em função destas coisas em que somos versados que
35 somos chamados de *conhecedores* ou *sábios*, e nunca pelo gê-
nero ou o conhecimento [em geral]. A conclusão é que esses
ramos do conhecimento, por força dos quais somos às vezes
descritos como pertencentes a esta ou àquela natureza, devem
eles mesmos ser enquadrados na categoria da *qualidade* e não
naquela da *relação*. Que se acresça que se alguma coisa é tanto
relação quanto qualidade, nada haverá de absurdo em incluí-la
em ambas essas categorias.

IX

11b1 A ação e a paixão apresentam contrários, bem como graus, ou
seja, o aquecimento é o contrário do arrefecimento, como tam-
bém o ser arrefecido o é do ser aquecido, ou, por outro lado, ser
agradado é o contrário de ser desagradado. É desta forma que
admitem os contrários. Adicionalmente, admitem graduação, pois
5 podes aquecer ou ser aquecido *mais* ou *menos*. Segue-se que a
ação e a paixão podem admitir variações de graduação.

10 Dessas categorias basta o que foi dito. Da postura ou posição
nós tratamos ao nos ocuparmos antes da relação. Dissemos que
esses termos obtêm seus nomes das posturas que a eles corres-
pondem. Quanto às demais categorias, quais sejam, tempo,

espaço e estado, são tão claras que não preciso dizer mais do que disse no próprio início... que o estado é indicado por expressões tais como "estar calçado", "armado" e [expressões] similares, enquanto o espaço (lugar) é indicado por frases como "no Liceu", etc.

X[13]

Dissemos o suficiente no que respeita às categorias por nós propostas, tendo na seqüência que nos ocuparmos dos opostos e dos vários sentidos desta palavra. Diz-se que as coisas são opostas entre si de quatro modos: *primeiro,* como o são os correlativos, isto é, um ou outro termo de cada par relativamente ao outro; a seguir [,em segundo lugar,] como o são os contrários; em terceiro lugar, como privativos a positivos (possessivos); em último lugar, como afirmativos a negativos. Sumariamente, quero dizer que os correlativos que são opostos são expressões como *dobro* e *metade*, enquanto dos contrários que são opostos podemos tomar, à guisa de exemplos, *bom* e *mau*. Dos termos privativos e positivos pode-se exemplificar com *cegueira* e *visão*; *ele está sentado* e *ele não está sentado* são exemplos de afirmativos e negativos.

Costuma-se explicar os opostos, quando relativos, referindo um ao outro e usando o *caso genitivo* ou alguma outra construção gramatical.[14] Assim, *dobro*, um termo relativo, é explicado como o dobro de alguma coisa. *E o conhecimento, um termo relativo, se opõe à coisa que é conhecida e é explicado mediante uma referência a ela. A coisa que é conhecida é explicada mediante uma referência ao seu oposto, ao conhecimento: pois a coisa que é conhecida será conhecida por uma alguma coisa, mais precisamente, pelo conhecimento. Todos os opostos, portanto, são explicados por mútua referência e o uso do caso genitivo ou alguma outra construção gramatical, quando são também correlativos.*[15]

Os opostos, quando contrários, nunca são dependentes uns dos outros, mas contrários uns aos outros. O bom não é chamado, por exemplo, de *bom do mau*, mas de seu contrário. Analogamente, o branco não é conhecido como o branco do preto, mas como seu contrário. Por conseguinte, estes dois gêneros de oposição são completamente distintos entre si. Contrários, contudo, tais que os sujeitos nos quais são naturalmente encontrados ou dos quais podem ser predicados, devem conter necessariamente um ou outro; jamais podem ter intermediários. Quando esta necessidade estiver ausente, ocorrerá o inverso, e eles apresentarão sempre um intermediário. Por exemplo, pode-se dizer que tanto a saúde quanto a doença estão naturalmente presentes nos corpos de todos os seres vivos e, conseqüentemente, uma ou outra tem que estar presente nos corpos animais. No que tange ao número, predicamos tanto o ímpar quanto o par de maneira semelhante. Conseqüentemente, um ou outro tem que estar sempre presente no número. Ora, a saúde e a doença, o ímpar e o par, não têm intermediários entre eles. Onde, entretanto, inexiste tal necessidade, ocorre o inverso. Por exemplo, tanto a negrura quanto a brancura estão naturalmente presentes no corpo, mas nem uma nem outra precisa estar num corpo, pois nem todo corpo existente tem que ser negro ou branco. Assim, predicamos bom e mau de um ser humano, bem como de muitos outros sujeitos. Todavia, nem a qualidade de bom nem a de mau, embora deles predicáveis, estão necessariamente neles presentes. Nem todas as coisas são boas ou são más. Ora, tais contrários possuem intermediários. Entre o negro e o branco, por exemplo, há o cinzento, o amarelo e assim por diante, ao passo que entre o bom e o mau temos o que não é nem um nem outro. Alguns intermediários possuem seus próprios nomes reconhecidos. Podemos, mais uma vez, tomar como exemplos o cinzento, o amarelo e cores semelhantes intermediárias entre o branco e o preto. Em alguns casos, entretanto, nomeá-los não é coisa fácil. Nestas situações, temos que

13. Todo este final do Tratado (Capítulos X a XV), é geralmente considerado espúrio pela grande maioria dos eruditos.

14. O autor, evidentemente, menciona o *caso genitivo* levando em conta a própria língua grega, na qual existe declinação. Nossa tradução acima, com base no texto estabelecido por Bekker, equivale a: *Opostos como relativos são os que apresentam a propriedade de serem chamados ou enunciados necessariamente por referência ao seu oposto, ou de alguma outra forma em relação a ele.*

15. Ou, em outras palavras com algumas variações (o texto em itálico): *Também conhecimento e coisa cognoscível são opostos e relativos, pois do conhecimento em si mesmo se diz conhecimento do cognoscível, e do cognoscível, por seu turno, se diz ele mesmo do seu oposto, o conhecimento, uma vez que o cognoscível se diz cognoscível de alguma coisa, ou seja, o conhecimento.*

definir o intermediário pela negação de cada um dos extremos, como em *nem bom nem mau e nem justo nem injusto*, etc.

Privativos e *positivos* se referem a sujeitos idênticos, como a cegueira e a visão são ditas do olho. E geralmente o sujeito no qual o *positivo* naturalmente é encontrado ou produzido é o mesmo sobre o qual os pares são predicados. Assim, dizemos que qualquer coisa capaz de receber uma positivação é desta despojado quando se acha inteiramente ausente daquilo que naturalmente a possui na ocasião em que lhe é natural possuí-la. Não chamamos, assim, [alguém] de desdentado ou cego só porque carece de dentes ou de visão, mas usamos estes termos aludindo a alguém que não possui dentes ou visão, mas que deveria possuí-los naquela oportunidade [uma vez que seria natural que os possuísse]. Com efeito, há certas criaturas que desde o nascimento não possuem dentes ou visão e, no entanto, não são conhecidas como desdentadas ou cegas.

Possuir faculdades ou destas carecer não é o mesmo que os correspondentes *positivos e privativos*. A visão, por exemplo, é um *positivo* (uma posse), enquanto a cegueira, seu oposto, é um *privativo* (uma privação). *Visão e ter visão*, contudo, não devem ser considerados idênticos; *estar cego* não é *cegueira*. A cegueira, dissemos, é um privativo, ao passo que estar cego indica uma condição de carência ou privação. *Estar cego* não é em si mesmo um privativo. Que se some a isso que, se cegueira fosse o mesmo que estar cego, ambas as expressões seriam predicáveis do mesmo sujeito; pode-se dizer de um homem que é cego; entretanto, não se diz de um homem que *ele é cegueira*.

12b1 Tal como *positivos e privativos* são opostos, o são também *possuir uma faculdade e estar num estado de privação*. Estamos diante do mesmo tipo de oposição, pois estar cego e ter visão se opõem, tal como cegueira e visão.

O que é afirmado numa proposição não é por si só uma afirmação, nem o que é negado, uma negação. A afirmação é uma *proposição afirmativa*, e a negação, uma *proposição negativa*. Numa proposição, o que é afirmado ou negado não é proposição. A despeito disso, as coisas que afirmamos e negamos são chamadas de opostos no mesmo sentido porque dispomos do mesmo gênero de antítese. Tal como as próprias proposições afirmativa e negativa se opõem – observe-se as duas proposições, por exemplo, "ele está sentado" e "ele não está sentado" – se opõem também os fatos assim expressos, ou seja, "ele está sentado" ou "ele não está sentado".

Positivos e privativos evidentemente não se opõem no mesmo sentido que os relativos se opõem entre si. Quero dizer que não os explicamos referindo um ao outro. Não chamamos a visão de *visão da cegueira* nem usamos qualquer outra forma de proposição que sirva para introduzir uma relação. E a cegueira, analogamente, não é chamada de *cegueira da visão*, mas sim de privação da visão. Além disso, termos relativos apresentam reciprocidade. Assim, fosse a cegueira um relativo, haveria reciprocidade entre a cegueira e a visão. Não é, entretanto, o que ocorre, pois não classificamos a visão como *visão da cegueira*.

Que *positivos* e *privativos*, ademais, não se opõem no mesmo sentido que os contrários se opõem entre si parece perfeitamente evidente pelo seguinte: quando os contrários não têm intermediários, notamos que um ou o outro tem sempre que estar presente no sujeito no qual são naturalmente encontrados ou do qual servirão como os predicados. Atendida esta necessidade, os termos poderiam não ter intermediários. Saúde e doença, ímpar e par, foram mencionados anteriormente como exemplos. Mas onde os contrários têm um intermediário, não existe essa necessidade. Não é necessário, com efeito, que todo sujeito que possa ser receptivo de preto e de branco tenha, por conseguinte, que ser preto ou branco. O mesmo vale para o frio e o quente; ou seja, nada impede que haja alguma coisa ou outra intermediária entre o preto e o branco, entre o quente e o frio e outros similares. (Ademais, já constatamos que aqueles contrários possuíam um intermediário onde não constituía uma necessidade um dos dois ser inerente a tudo capaz de recebê-los.) Uma exceção deve, contudo, ser feita onde um contrário é naturalmente inerente. Ser quente é inerente ao fogo, como ser branca é inerente à neve. Nestes casos, *um* dos contrários tem forçosamente que estar definitivamente presente nas coisas – mas não um *ou* o outro. É incogitável o fogo ser frio ou a neve ser negra. Conseqüentemente,
13a1 conclui-se que um dos contrários não precisa estar presente em todas as coisas que possam ser a ele receptivas. Está presente necessariamente somente nos sujeitos aos quais é inerente. E cumpre acrescer que neste caso é definitivamente *um único*

dos dois contrários que está necessariamente presente no sujeito, e não um outro indiscriminadamente.

No que concerne aos positivos e privativos, nenhuma das afirmações precedentes se revela verdadeira. Os sujeitos a estes receptivos não se acham restringidos a ter um ou o outro [dos dois opostos], pois o que carece ainda de potência para receber a visão não é qualificado nem de vidente nem de desprovido de visão. Portanto, *positivos* e *privativos* não devem ser classificados com aqueles contrários que não admitem intermediários. Mas tampouco devemos classificá-los entre os contrários que possuem intermediários porque um ou o outro, por vezes, tem que formar parte de cada sujeito possível. Se um ser deve, por natureza, ter visão, diremos *que é vidente* ou *que é cego* indeterminadamente e não necessariamente, mas dependendo do caso que possamos ter diante de nós; não é necessário que seja vidente ou cego. O que é necessário é que esteja em um estado ou no outro. Mas [afinal] não vimos já que, no que tange a contrários que têm intermediários, nem um nem o outro precisam ser encontrados em cada sujeito possível, mas que definitivamente um dos componentes do par tem que estar presente em alguns daqueles sujeitos? Do que precede se evidencia, portanto, que os positivos e os privativos não se opõem entre si da mesma maneira que o fazem os contrários.

No que toca aos contrários, é também correto asseverar que uma vez o sujeito permaneça idêntico, é possível ocorrer mudança entre eles, salvo no caso de apenas um deles não ser, por natureza, inerente ao sujeito, a exemplo do quente que é inerente ao fogo. [Não resta dúvida que] é possível que aquilo que é saudável se torne doente, que o que é branco se torne, com o tempo negro, que o que é frio se torne, por sua vez, quente; e o bom se torna mau, o mau se torna bom, posto que o homem mau, uma vez inserido em novos modos do viver e do pensar, é suscetível de aprimoramento, ainda que escassamente. E se tal homem aprimorar-se uma vez, ainda que apenas escassamente, poderá, está claro, efetuar grandes progressos ou mesmo e com efeito mudar completamente, porque embora no instante inicial ele obtenha uma melhoria modestíssima, um homem se torna sempre mais impulsionado e inclinado para a virtude. Concluímos, naturalmente, que ele progredirá cada vez mais. E com a continuidade deste processo

[de melhoria], havendo tempo para tanto, ele acabará por transformá-lo inteiramente.

No que diz respeito a positivos e privativos, entretanto, não pode haver mudança de ambas as maneiras, isto é, recíproca, ou seja, se da positivação pode-se passar para a privação, desta não é possível passar à primeira. Uma vez tornado cego, alguém jamais recuperará sua visão; igualmente alguém que se tornou calvo não poderá posteriormente recuperar seus cabelos, bem como alguém que tenha perdido seus dentes nunca poderá mais tarde fazer crescer uma nova dentição.

Afirmações e negações não se opõem, obviamente, em ne-
13b1 nhum desses modos que já abordamos. É aqui e *exclusivamente aqui*, com efeito, que um oposto tem que ser forçosamente verdadeiro, ao passo que o outro tem sempre que ser falso. No tocante aos demais opostos (contrários, correlativos, positivos e privativos), isso, de nenhuma forma, apresenta validade. Assim, no caso da saúde e da doença, que são contrários, nem uma nem outra é verdadeira, como nem uma nem outra é falsa. Se tomarmos os correlativos [digamos,] dobro e metade, nem um nem outra é verdadeiro, nem um nem outra é falso. O mesmo ocorre com *positivos* (possessivos) e *privativos*, como a visão e a cegueira. Em síntese, a menos que as palavras sejam combinadas, o *verdadeiro* e o *falso* não são aplicáveis. E todos os opostos antes mencionados não passam de termos não combinados.

Todavia, quando palavras que são contrários constituem partes de proposições opostas como afirmativas e negativas, pareceria que estas mereceriam especialmente tal característica. "Sócrates está doente" é o contrário de "Sócrates está bom". Entretanto, mesmo neste caso não podemos sustentar que uma proposição deve sempre ser verdadeira e a outra deve sempre ser falsa, pois se Sócrates realmente existe, uma é verdadeira e a outra é falsa. Mas se Sócrates não existe, tanto uma quanto a outra são falsas. Dizer "ele está doente" será falso, e dizer "ele está bom" será falso, se nenhum Sócrates existir.

Quanto aos *positivos* (possessivos) e *privativos*, entretanto, se o sujeito não existir, então nem uma proposição nem outra será verdadeira. Se o sujeito existir, mesmo assim uma não será sempre verdadeira, e uma falsa. "Sócrates tem visão", por exemplo, é

o oposto de "Sócrates é cego", no sentido em que *oposto* foi usado na sua aplicação à privação e posse. Ora, se Sócrates realmente existe, não é necessariamente o caso de uma proposição ser verdadeira, e uma falsa, pois se ele não estiver ainda naturalmente apto a ter visão, as duas proposições serão falsas, e se ele não existir, as duas proposições serão igualmente falsas, quais sejam, a de que tem visão e a de que é cego.

Voltando à afirmação e negação, podemos dizer destas em todos os casos que uma tem que ser falsa, e a outra verdadeira, exista ou não o sujeito, pois se Sócrates realmente existe, "ele está doente" *ou* "ele não está doente" tem que ser verdadeira; "ele está doente" *ou* "ele não está doente" tem que ser falsa. E o mesmo ocorre se ele não existe: se não existe, é falso declarar "ele está doente", porém verdadeiro declarar "ele não está doente". Assim, que um dos dois tem que ser verdadeiro e o outro tem que ser falso em todos os casos valerá somente para aqueles opostos que, no mesmo sentido, se opõem como proposições afirmativa e negativa.

XI

O contrário de bem é necessariamente o mal, o que pode ser
14a1 demonstrado por indução.[16] O contrário da saúde é a doença, o da coragem, covardia, e assim por diante. O contrário, contudo, de um mal é um bem ou um mal. Por exemplo, a deficiência é um mal; seu contrário, o excesso, é um mal. Mas a mediania, que é contrária a uma e a outro num mesmo grau, é um bem;[17] encontrarás, contudo, poucas destas exceções e geralmente é verdadeiro ser o bem o contrário do mal.

Não se segue necessariamente que uma vez que exista um dos contrários, então o outro deva também existir. Supõe que todas as coisas se tornassem sadias. Com isto haveria saúde, não doença. Ou supõe que todas as coisas se tornassem brancas. Haveria então somente branco e não negro. Ademais, se Sócrates *doente* é o contrário de Sócrates *bom* (*saudável*) e ambos os contrários não podem existir a um só tempo no mesmo indivíduo, se um dos contrários existisse, o outro não poderia então existir, pois sendo *estar ele saudável* um fato, *estar ele doente* não poderia também constituir um fato.

16. Επαγωγη (*epagogê*).

17. Ver a teoria da mediania na *Ética a Nicômaco* (presente também em *Clássicos Edipro*).

Um outro ponto também se evidencia: os sujeitos das qualidades contrárias têm necessariamente a mesma espécie ou gênero. O sujeito da saúde e da doença é o corpo de algum ser vivo; aquele da brancura e da negrura é um corpo que dispensa maiores especificações. De modo análogo, a justiça e a injustiça surgem nas almas humanas.

Além disso, duas qualidades contrárias pertencem sempre a um gênero ou, então, aos gêneros contrários, quando não são, elas mesmas, gêneros. O branco, por exemplo, e o preto pertencem a um gênero idêntico: a cor. A justiça, por outro lado, se encaixa em dois gêneros contrários, aqueles aos quais damos os nomes de *virtude* e *vício*. O bem e o mal não pertencem a quaisquer gêneros, sendo eles próprios gêneros reais que encerram espécies subordinadas.

XII

Há quatro sentidos distintos nos quais podemos chamar uma coisa de *anterior*[18] em relação a outra. Sempre que usamos o termo *anterior* na sua acepção própria e primordial, é o tempo que temos em mente. Assim, qualificamos uma coisa de *mais velha*, *mais antiga* do que alguma outra coisa, querendo dizer que o tempo que lhe diz respeito foi mais longo.

Em segundo lugar, [o termo] *anterior* pode ser usado quando a ordem de ser é fixa e não suscetível de ser invertida. O *um*, entre os números, é anterior ao *dois*, pois uma vez que existe o *dois* segue-se a existência necessária do *um*. A existência do *um*, pelo contrário, não implica a do *dois*. E a *ordem de ser*, em conseqüência, não pode ser alterada e invertida. Assim, de duas coisas chamamos de *anterior* a precedente numa seqüência irreversível.

Em terceiro lugar, empregamos o termo *anterior* referindo-nos a qualquer tipo de ordem, caso das ciências e dos discursos. Nas ciências que empregam a demonstração temos na sua ordem o

18. ...προτερον... (*proteron*).

que é *anterior* e o que é *posterior*.[19] [Na geometria,] os elementos (pontos, linhas, etc.) são *anteriores* às proposições ou problemas (e, analogamente, no que chamamos de gramática, as letras são *anteriores* às sílabas). E também no discurso o proêmio será *anterior* à narrativa.

Além dos três sentidos acima mencionados, diz-se ser naturalmente *anterior* tudo o que é melhor, mais estimável. Assim, as pessoas ordinárias, ao aludirem àqueles aos quais estimam ou são objeto de sua afeição, os descrevem *como vindo anteriormente* (como tendo prioridade) em relação aos outros ou ocupando um lugar *anterior* (prioritário) em seus corações. Entretanto, este emprego da palavra parece o mais estranho de todos.

Estes – penso – são os quatro sentidos distintos nos quais podemos usar o termo *anterior*. É possível, contudo, que haja um outro, além destes que já indicamos, porque quando de duas coisas a existência de uma ou outra implica ou necessita a existência da outra, aquela coisa – que de algum modo é a causa –, por conseguinte, pode ser com justiça considerada como naturalmente *anterior* à outra. É evidente que tais casos podem ser encontrados. A existência de um ser humano, por exemplo, requer a verdade da proposição na qual afirmamos sua existência. Vale também o inverso, pois se ele existe, conseqüentemente a proposição que afirma tal fato será verdadeira. Se a proposição, reciprocamente falando, for verdadeira, então o homem aludido necessariamente existirá. A proposição verdadeira, entretanto, não é, de modo algum, a causa da existência do tal homem assim existente; e, todavia, sua existência pareceria de uma maneira ou outra a causa da verdade da verdadeira proposição, uma vez que esta última é classificada de *verdadeira* ou *falsa* na medida em que o ser humano existe ou não. A conclusão é a de que parece que utilizamos o termo *anterior* em cinco acepções diferentes.

XIII

[O termo] simultâneo é usado na sua significação primordial e mais estrita daquilo, ou melhor, das coisas que *vêm a ser*[20] ao

19. ...υστερον... (*üsteron*).

20. γενεσις εστιν (*genesis estin*): ...são geradas....

mesmo tempo, pois nenhuma delas neste caso é anterior ou posterior a outra. O significado da simultaneidade está no tempo. [Mas] aplicamos [a palavra] *simultâneo,* na natureza, às coisas cujo ser de uma necessita o ser da outra, do que é exemplo *dobro* e *metade*, já que há neste caso mútua dependência. A existência do dobro acarreta necessariamente aquela da metade; a da metade aquela do dobro. E nem uma nem outro é a causa da existência do outro.

Espécies que originárias do mesmo gênero opõem-se umas às outras também são denominadas *simultâneas* por natureza. Refiro-me àquelas, resultantes da mesma divisão, denominadas *coordenadas*, quer dizer a espécie alada, a aquática e a terrestre. Estas espécies pertencem ao mesmo gênero e são coordenadas, uma vez que o animal [em geral] é nelas dividido, ou seja, em ave, animal terrestre e animal aquático. E nenhuma delas é anterior ou posterior, mas considerada *simultânea* por natureza; cada uma delas, inclusive, pode se dividir em subespécies. Assim, as coisas originárias de divisão idêntica do gênero idêntico serão também simultâneas por natureza. Os gêneros, contudo, são sempre anteriores às espécies, pois neste caso a *ordem de ser* não pode ser invertida; por exemplo, se há a espécie aquática, há o gênero animal; entretanto, se há o gênero animal, não significa que deve haver necessariamente a espécie aquática.

Deste modo, chamamos de *simultâneo* por natureza as coisas cujo ser de uma requer o de outra, mas sem que umas ou outras sejam causas umas das outras e, também, aquelas espécies coordenadas e opostas pertencentes a um único e mesmo gênero. Também usamos [a palavra] *simultâneo* no seu sentido simples e primordial para as coisas que *passam a existir* ao mesmo tempo.

XIV

Há seis tipos daquilo que chamamos de movimento:[21] geração, corrupção,[22] aumento, diminuição, alteração e deslocamen-

21. ...κινησεις... (*kinéseis*).

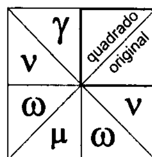
22. ...φθορα (*fthora*): o conceito grego inclui o nosso de *destruição*, mas pré-inclui adicionalmente o de dissolução ou corrupção, que é o processo (movimento) que resulta na destruição.

to.[23] Salvo por uma única exceção, é evidente que todas estas [formas de movimento] são distintas entre si. Corrupção não é geração; aumento não é diminuição nem tampouco significa deslocamento. E o mesmo ocorre no tocante aos demais. No caso da *alteração*, contudo, alguns poderiam objetar que um sujeito, quando alterado, o é por um dos outros cinco movimentos. E, no entanto, não é realmente assim, pois no que concerne a todas ou, ao menos, à maioria das afeições (paixões), as alterações em nós produzidas nada têm em comum com aqueles outros movimentos que mencionamos; aquilo que é *afetado* não precisa ser aumentado ou diminuído ou sofrer qualquer processo semelhante. Conclui-se que a alteração é distinta de todas as outras espécies de movimento, pois se fosse idêntica a qualquer outro, o alterado seria de imediato também aumentado ou diminuído, ou sofreria a ação de qualquer outro movimento. Mas isto não ocorre *necessariamente*. Ademais, seja lá o que houvesse sido aumentado ou submetido a algum outro movimento, teria sido *necessariamente* alterado. E há coisas que aumentam e nem por isso são alteradas. Por exemplo, se, no que toca a um quadrado, um *gnomon*[24] é adicionado, o quadrado será aumentado em seu tamanho, mas não sofrerá alteração, permanecendo um quadrado como antes. O mesmo ocorre com todas as formas semelhantes. Conclui-se que a alteração e o aumento são duas espécies distintas de movimento.

15b1 O repouso é, em sentido lato, o contrário do movimento. Mas tipos particulares de movimento têm cada um seu contrário particular. Assim, pode-se dizer que a geração tem por seu contrário a corrupção, o aumento tem a diminuição, o deslocamento tem a imobilidade;[25] quanto a este caso, a mudança que se afigura mais contrária é a mudança em direção contrária. Assim, o deslocamento ascendente para o descendente, o descendente para o ascendente e similares. Mas no que tange ao movimento restante entre aqueles mencionados por nós, não seria fácil indicar qual é realmente seu contrário. E, com efeito, parece não ter nenhum, a não ser que se trate aqui do "repouso qualitativo" ou da "mudança para a qualidade contrária", tal como dissemos que o deslocamento tinha como contrário a imobilidade (repouso local) ou uma mudança para um lugar contrário. Alteração significa mudança de uma qualidade. Portanto, opomos ao movimento qualitativo o repouso qualitativo ou a mudança para uma qualidade contrária. Assim, o preto e o branco serão contrários e, por conseguinte, o *tornar-se* um será contrário ao *tornar-se* o outro. Há aqui a mudança de uma qualidade, o que implica alteração, conseqüentemente, para uma qualidade contrária.

23. ...τοπον μεταβολη... (*topon metabolê*): literalmente *mudança de lugar*.

24. Γνωμων (*gnomon*) – o sentido aqui é específico: em geometria, a figura (parte de um paralelogramo ou quadrado) que resta após a remoção de um paralelogramo (quadrado) similar de um de seus cantos.



25. τοπον ηρεμια (*topon eremia*): repouso local.

XV

[O verbo] *ter* apresenta muitas significações. Usamo-lo referindo-nos a estados, disposições e também a todas as demais qualidades. E, assim, dizemos que *temos* virtude, que *temos* este ou aquele conhecimento. Então é usado com uma quantidade, referindo-se [por exemplo] à altura de alguém. Dizemos que alguém *tem* três ou quatro côvados de altura. É empregado, ademais, referindo-se ao vestuário, quando dizemos que alguém *tem*[26] um manto ou uma túnica. Além disso, usamo-lo com respeito a coisas que *temos* em alguma parte do corpo, como um anel no dedo. Empregamo-lo referindo-se a partes do corpo: alguém *tem* uma mão ou um pé. É usado referindo-se a um recipiente: diz-se de um jarro que este *tem*[27] vinho; de uma medida, que esta *tem* trigo.[28] E nestes casos estamos pensando no que está contido no recipiente. Ainda, empregamos *ter* referindo-nos à posse, ao dizer que esta ou aquela pessoa *tem* uma casa ou um campo.

As pessoas dizem que um homem *tem* uma mulher e uma mulher, analogamente, *tem* um marido. Este sentido é, contudo,

26. Isto é, *veste, enverga, usa*.

27. Isto é, *contém*.

28. Ver nota anterior.

muito artificial. Quando dizemos que um homem *tem* uma mu-
30 lher, queremos dizer meramente que ele vive com ela.

É possível que haja mais sentidos para *ter*. Entretanto – creio – as acepções costumeiras estão indicadas no resumo apresentado.

DA INTERPRETAÇÃO[29]

I

16a1 Principiemos por definir o nome e o verbo e, em seguida, explicar o que se entende por negação, afirmação, sentença e proposição.

Os sons emitidos pela fala são símbolos das *paixões* da alma,
5 [ao passo que] os caracteres escritos [formando palavras] são os símbolos dos sons emitidos pela fala. Como a escrita, também a fala não é a mesma em toda parte [para todas as raças humanas]. Entretanto, as paixões da alma, elas mesmas, das quais esses sons falados e caracteres escritos (palavras) são originalmente signos, são as mesmas em toda parte [para toda a humanidade], como o são também os objetos dos quais essas paixões são representações ou imagens. Destes temas, contudo, me ocupei em meu tratado a respeito da alma;[30] dizem respeito a uma investigação diversa da que temos ora em pauta.

10 Como por vezes assomam pensamentos em nossas almas desacompanhados da verdade ou da falsidade, enquanto assomam por vezes outros que necessariamente encerram uma ou outra, coisa idêntica ocorre em nossa linguagem, uma vez que a combi-

29. ΠΕΡΙ ΕΡΜΗΝΕΙΑΣ (*Peri Hermeneias*). O verbo ερμηνευω (*hermeneüo*) significa *exprimir o pensamento mediante a palavra*. O assunto fundamental de Aristóteles neste tratado é precisamente a linguagem na sua relação com o pensamento, como tradutora ou intérprete deste.

30. A referência parece ser ao *Da alma*, III, 3-8.

nação e a divisão são essenciais para que se tenham a verdade e a falsidade. Um nome ou um verbo por si mesmo muito se assemelha a um conceito ou pensamento que não é nem combinado nem dividido. Tal é o caso de *homem*, por exemplo, ou *branco*, se enunciados sem qualquer acréscimo. Não é verdadeiro nem falso. E uma prova disto reside no fato de que *bode-cervo*,[31] na medida em que significa alguma coisa, não encerra em si nem verdade nem falsidade, a menos que adicionalmente dele prediques o ser ou o não ser, seja geralmente (isto é, sem conotação definida de tempo), seja num tempo particular.

II

O nome é um som que possui significado estabelecido somente pela convenção, sem qualquer referência ao tempo, sendo que nenhuma parte dele tem qualquer significado, se considerada separadamente do todo. Toma o nome próprio *Kallipos*; o *ipos* aqui é destituído de qualquer significado isolado, como teria na expressão *kalos ipos*.[32] É necessário, contudo, observar que os nomes simples diferem dos compostos. Enquanto, no caso dos primeiros, as partes são completamente desprovidas de significado, naquele dos segundos possuem um certo significado, embora não separadamente do todo. Tomemos como exemplo *epaktrokeles*. O nome *keles* não possui nenhum significado isoladamente, mas apenas como parte do todo.[33]

Já dissemos que um nome tem este ou aquele significado por *convenção*. Nenhum som é *naturalmente* um nome: converte-se em um tornando-se um símbolo. Ruídos inarticulados significam alguma coisa – como aqueles produzidos por animais selvagens. Mas nenhum ruído deste tipo é um nome.

Não-homem e similares não são nomes, e desconheço quaisquer nomes reconhecidos que se possam atribuir a expressões

31. Τραγελαφος (*tragelafos*), animal mitológico constituído por metade bode, metade cervo.

32. Aristóteles, evidentemente, exemplifica com termos gregos. O primeiro (Καλλιπος) é um nome próprio, e *kalos ipos* (καλος ιπος) significa bom cavalo, belo cavalo. Em português poderíamos exemplificar com o nome próprio Montenegro, no qual *monte* carece de significação isoladamente. Entretanto, na expressão composta *montenegro*, monte já tem significação.

33. Επακτροκελης quer dizer barco-pirata; κελης: barco, pequeno navio.

como esta, que não são nem negações nem frases [afirmativas]. Classifiquemo-las, por falta de melhor [opção], de nomes indefinidos, uma vez que as utilizamos com todos os tipos de coisas: ao que não é bem, como ao que é.

16b1 "De Fílon", "para Fílon" e outras expressões [análogas] são *casos*[34] dos nomes, e não nomes. De outra maneira, definiríamos todos esses casos como o próprio nome é definido; mas quando lhes são acrescentados *é*, *era* ou *será*, não formam, então, proposições que são verdadeiras ou falsas, como o nome, ele mesmo, sempre forma, pois "é de Fílon" não pode por si mesmo constituir uma proposição verdadeira ou falsa, e nem tampouco, "não é de Fílon".

III

O verbo é o que não apenas transmite um significado particular, como também possui uma referência temporal. Nenhuma parte por si mesma tem um significado. Ele indica sempre que alguma coisa é dita ou predicada de outra coisa. Que eu explique o que entendo por "como também possui uma referência temporal". Por exemplo, *saúde* é um nome; *está saudável* é um verbo, não um nome, pois além de transmitir seu próprio significado, indica que o estado significado (ou seja, a *saúde*) existe agora. Portanto, o verbo é uma indicação de alguma coisa predicada de alguma coisa, quer dizer, de uma *alguma coisa* predicada de um sujeito ou neste encontrada presente.

"Está não-doente", "está não-bem", etc não deveriam ser considerados verbos. Ainda que certamente apresentem a referência temporal e atuem constantemente como predicados, desconheço qualquer nome reconhecido [para essas expressões]. Classifiquemo-las, na falta de [um nome] melhor, de verbos indefinidos, uma vez que as usamos com todos os tipos de coisas, tanto as que não são quanto as que são.

"Ele estava saudável" ou "ele estará saudável" não deveria, de igual modo, ser considerado verbo. Eu o chamaria de *tempo verbal*. Neste sentido, *verbos e tempos* verbais diferem: o verbo

34. O grego antigo, como o latim e o alemão, é uma língua declinada.

indica o presente, enquanto os tempos verbais indicam todos os tempos, exceto o presente.

Os verbos, por si mesmos e isoladamente, são nomes e significam alguma coisa, pois aquele que fala interrompe seu processo do pensar e o ouvinte faz uma pausa. Entretanto, não chegam a expressar juízos positivos ou negativos, pois mesmo os infinitivos *ser*, *não ser* e o particípio *sendo* somente são indicativos de fato *se* e *quando* alguma coisa complementar é acrescida. Eles mesmos nada indicam, implicando uma cópula ou síntese, dificilmente por nós concebível separadamente das coisas assim combinadas.[35]

IV

A sentença é fala dotada de significação, sendo que esta ou aquela sua parte pode ter um significado particular de alguma coisa, ou seja, que é enunciado, mas não expressa uma afirmação ou uma negação. Que eu o explique mais minuciosamente. Tomemos a palavra *homem*. Com certeza esta encerra um significado, porém nem afirma nem nega; é preciso que algo lhe seja acrescentado para que possa afirmar ou negar. Entretanto, as sílabas da palavra *homem* são destituídas de significado. O mesmo ocorre com a palavra *rato*, da qual *-to* não possui significado algum, não passando de um som sem significação. Mas vimos que, nos nomes compostos, as partes particulares possuem um significado, ainda que não separadas do todo.

17a1 Entretanto, embora toda sentença tenha significado, ainda que não como um instrumento da natureza, mas, como observamos, por convenção, nem todas as sentenças podem ser classificadas como *proposições*. Chamamos de proposições somente as que encerram verdade ou falsidade em si mesmas. Uma prece, por exemplo, é uma sentença, porém não encerra nem verdade nem falsidade. Mas passemos isto por alto, uma vez que seu estudo diz respeito mais propriamente ao âmbito da retórica ou da poética. O nosso exclusivo objeto de estudo nesta investigação é a *proposição*.

35. O verbo *ser* aqui é considerado apenas como verbo de ligação, excluindo a sua acepção existencial e ontológica.

V

Das proposições simples, o primeiro tipo é a afirmação simples,[36] o segundo a negação simples.[37] As demais proposições simples o são mediante conectivo.

Todas as proposições requerem a presença de um verbo ou da flexão verbal, pois mesmo a definição de homem não constitui ainda uma proposição, a não ser que *é*, *era*, *será*, ou algo deste tipo seja acrescentado. Mas alguém poderia indagar como é sustentável que a expressão "animal pedestre bípede" seja una e não múltipla. O fato das palavras serem proferidas em sucessão não as torna uma unidade. Entretanto, essa questão diz respeito a uma investigação distinta da presente.

As proposições simples são as que indicam *um* fato singular (uno) ou que são singulares (unas) em virtude de uma conjunção. Proposições múltiplas ou compostas são as que indicam não unidade, mas multiplicidade, ou que apresentam suas partes sem conjunção.

O nome ou o verbo pode ser classificado por nós como mera *palavra*,[38] pois é impossível utilizarmos meros nomes ou verbos ao exprimir ou enunciar alguma coisa com a finalidade de constituir uma proposição, o que ocorre quer quando expressamos uma opinião espontânea, quer quando alguém nos propôs uma questão à qual estamos dando uma resposta.

E assim repetimos que um tipo de *proposição*[39] é simples, incluindo todas as que afirmam ou negam uma coisa ou outra [de um sujeito], enquanto o outro é composto, quer dizer, composto de proposições simples. Uma proposição simples, mais precisamente, é um enunciado falado com significado que afirma ou nega a presença de alguma outra coisa num sujeito no tempo passado, presente ou futuro.

36. καταφασις (*catáfasis*).

37. αποφασις (*apófasis*).

38. φασις (*fasis*).

39. .αποφανσις (*apófansis*).

VI

Entendemos por *afirmação* a proposição que afirma *alguma coisa* de alguma coisa, e entendemos por *negação* a proposição que nega *alguma coisa* de alguma coisa.

Uma vez que é possível afirmar e negar tanto a presença daquilo que está presente quanto a presença daquilo que está ausente, o que pode ser feito mediante referência aos tempos que estão fora do presente, tudo o que se possa afirmar é possível também negar, e tudo o que se possa negar é possível também afirmar. Conclui-se que toda afirmação terá sua própria negação oposta, tal como toda negação terá sua própria afirmação oposta. Chamaremos de contradição[40] o par formado por uma proposição afirmativa e uma negativa em oposição, entendendo por proposições opostas as que realmente enunciam sempre os mesmos predicados e sujeitos, de maneira não meramente homônima [de sorte a gerar ambigüidade]. Estas e algumas outras condições são necessárias para podermos encarar as objeções [sutis e] problemáticas dos sofistas.

VII

Entre as coisas, há as *universais* e as *particulares,* e isso em função de ser sua natureza tal que possam ser (as universais) ou não ser (as particulares) predicados de muitos sujeitos; das universais é exemplo *homem,* e das particulares, Calias.

17b1 As proposições afirmativas e negativas necessitam às vezes ter sujeitos universais; outras vezes, sujeitos particulares. Supondo que estabeleçamos duas proposições, uma afirmativa e uma negativa, ambas universais na sua forma e tendo por sujeito um universal, teremos duas proposições *contrárias.* Por "ambas universais na sua forma e tendo por sujeito um universal" entendo proposições como "todo homem é branco", por um lado, e "nenhum homem é branco", por outro. Quando, contudo, as duas proposições, ainda que tenham um sujeito universal, não têm caráter universal, não podemos classificá-las como contrárias, embora ocasionalmente, talvez, o significado seja contrário. Tomemos, à guisa de exemplo disto, "o homem é branco", "o

40. αντιφασις (*antífasis*).

homem não é branco", etc. O sujeito ou *homem* é universal e, no entanto, as próprias proposições não são enunciadas de maneira universal, pois nem uma nem outra contém a palavra *todo.* O sujeito não é um universal por ser referido a um todo, mas *todo,* aplicado ao sujeito, confere à proposição inteira sua universalidade absoluta. No entanto, ainda assim, se tanto o sujeito quanto o predicado forem usados na sua extensão máxima, a proposição resultante será falsa, uma vez que, de fato, nenhuma afirmação poderia, nestas circunstâncias, ser verdadeira. "Todo homem é todo animal" serviria como uma boa ilustração disto.

Chamo de opostos *contraditórios* a uma afirmação e uma negação quando aquilo que uma indica universalmente, a outra indica não universalmente.

Exemplos:

Todo homem é branco se opõe a *Algum homem não é branco.*

Nenhum homem é branco se opõe a *Algum homem é branco.*

No que tange aos opostos *contrários*, a afirmação e a negação igualmente apresentam um caráter universal, o sujeito sendo, em ambos os casos, tomado universalmente. Assim:

Todo homem é branco ou *Todo homem é justo* é o contrário, e não o contraditório, de *Nenhum homem é branco* ou *Nenhum homem é justo.*

Tratando-se dos contrários, notamos que ambos [na sua oposição] não podem ser *ao mesmo tempo* verdadeiros. Não obstante, seus contraditórios às vezes são *ambos* verdadeiros, ainda que seu sujeito seja uno e o mesmo. Assim:

Algum homem não é branco **e** *Algum homem é branco* são proposições verdadeiras. Todavia, no que respeita aos opostos contraditórios que têm universais por sujeitos e possuem caráter universal, um terá que ser verdadeiro, ao passo que o outro, falso. Isto também vale para proposições que apresentam termos singulares e particulares como seus sujeitos, como em "Sócrates é branco" e "Sócrates não é branco". Quando, entretanto, as duas proposições não têm caráter universal, ainda que [sejam] sobre universais, nem sempre nos defrontamos com o caso de ser uma delas verdadeira e a outra, falsa, pois decerto podemos declarar muito verdadeiramente que "o homem é branco" e "o homem não é branco", e que "o homem é belo" e "o homem

não é belo". Se feio, um homem não é belo; e tampouco é ainda belo se apenas tende a tornar-se belo. Esta concepção de cunho sumário pode, à primeira vista, chocar a razão, visto que "o homem não é branco" pareceria o equivalente a "nenhum homem é branco". Mas, com efeito, o significado aqui não é idêntico, nem tampouco ambas as proposições são necessariamente verdadeiras ou falsas ao mesmo tempo. É evidente que a negação correspondente a uma afirmação simples ela mesma tem também que ser simples. A negação tem que negar exatamente aquilo que a afirmação afirma de um sujeito idêntico. Há o requisito adicional dos sujeitos serem ambos universais ou particulares e também de ambos serem empregados ou não empregados em sua extensão máxima. "Sócrates é branco" e "Sócrates não é branco" constituem, desta forma, um par. Mas, se alguma coisa mais for negada ou o próprio sujeito for mudado, ainda que o predicado possa ainda permanecer, a negação não será uma proposição oposta, mas distinta. À proposição "Todo homem é branco" opõe-se "Algum homem não é branco"; a "Algum homem é branco", "Nenhum homem é branco"; a "O homem é branco", "O homem não é branco".

A título de síntese do exposto precedentemente, demonstramos que uma negação simples se opõe a uma afirmação simples enquanto *contraditório,* e explicamos também quais são os contraditórios. *Da classe das proposições contraditórias distinguimos posteriormente os contrários e explicamos quais são estes.*[41] Demonstramos, ademais, que de dois opostos nem sempre um tem que ser verdadeiro, e o outro, falso; apresentamos as razões para isso e expusemos as condições nas quais um será falso, se o outro for verdadeiro.

VIII

Uma proposição é singular ou una quando afirma ou nega uma única coisa de alguma coisa, seja o sujeito universal ou não

41. O texto de Bekker se mostra aqui (trecho em *itálico*) seriamente ambíguo, a não ser que o próprio manuscrito utilizado incorra por si numa impropriedade. Os opostos contrários não pertencem à classe dos opostos contraditórios, mas constituem eles uma classe, ou seja, os contrários não são um tipo distinto ou subclasse de contraditórios, como a leitura da passagem em comento poderia induzir a crer. O texto de L. Minio-Paluello possibilita uma tradução sumária e sem ambigüidade: *Que as proposições contrárias são distintas e quais são elas.*

e seja a proposição universal ou não. É possível indicarmos os exemplos abaixo uma vez que *branco* apresenta um significado único.

Todo homem é branco.	*Algum homem não é branco.*
O homem é branco.	*O homem não é branco.*
Nenhum homem é branco.	*Algum homem é branco.*

Se, contudo, um nome tiver dois significados que não se combinam para constituir um, a afirmação, ela mesma, deixará de ser una. Se, por exemplo, atribuímos o nome *roupa* igualmente a um cavalo e a um homem, resulta que [a proposição afirmativa] "A roupa é branca" não será uma afirmação una, mas dupla, bem como [a proposição negativa] "A roupa não é branca" não será uma negação una, mas dupla, pois a proposição "A roupa é branca" significa realmente "O cavalo e o homem são ambos brancos", proposição que, por sua vez, corresponde a dizer que "O cavalo é branco" e "O homem é branco". E se estas [proposições] possuem mais do que um significado e não constituem, efetivamente, uma única proposição, se concluirá que a proposição "A roupa é branca" tem, ela mesma, que ter mais do que um significado ou, em caso contrário, nada significa, já que nenhum homem é um cavalo.[42] E, em consonância com isso, nem mesmo aqui, de duas proposições opostas como contraditórios uma é necessariamente verdadeira e outra necessariamente falsa.

IX

No que toca a coisas presentes ou passadas, as proposições, sejam afirmativas ou negativas, são necessariamente verdadeiras ou falsas. E quanto às proposições contraditórias sobre universais que apresentam sujeito universal, também necessariamente uma é verdadeira e a outra, falsa, ou então, como observado antes, possuem sujeitos particulares. Isso, contudo, não é forçosamente assim no caso de duas proposições tais que tenham

42. Ou, expresso formalmente de maneira diversa, mas contemplando a mesma idéia essencial: *já que não existe nenhum homem-cavalo.*

universais como sujeitos, mas que não são elas mesmas universais. Esta questão já foi igualmente discutida por nós

Quando, entretanto, lidamos com proposições cujos sujeitos são particulares enquanto seus predicados se referem ao futuro e não ao presente ou ao passado, percebemos que a situação se altera completamente. Afirmativas ou negativas as proposições, sendo elas mesmas verdadeiras ou falsas, todo predicado afirmado tem que pertencer ao seu sujeito ou não. Conseqüentemente, se alguém declara que um certo evento ocorrerá e outro indivíduo declara que não ocorrerá, um deles estará evidentemente dizendo a verdade, ao passo que o outro, com a mesma evidência, não estará. Ambos os predicados não podem pertencer a um único sujeito relativamente ao futuro, pois se é verdadeiro declarar que uma certa coisa particular é branca, esta tem
18b1 que ser necessariamente branca. O inverso disso também vale. Por outro lado, quanto a ser branca ou não branca, é verdadeiro tanto afirmá-lo quanto negá-lo. E se não é, efetivamente, branca, então dizer que é será falso. E se *dizer que é* for falso, então resulta a coisa não ser branca. Somos, portanto, levados a concluir que todas as afirmações e todas as negações têm que ser *ou* verdadeiras *ou* falsas.

Ora, se tudo isso assim é, nada há que aconteça por acaso ou que seja atingido pelo acaso. Nada jamais acontecerá assim. Não pode haver nenhuma *contingência*, todos os acontecimentos tendo que se produzir por *necessidade.*[43] *Ou* aquele que sustenta que um determinado evento ocorrerá *ou* aquele que sustenta o contrário estará proferindo a verdade no que respeita a esse ponto. As coisas podem muito bem ocorrer ou não ocorrer, caso uma ou outra asserção não for necessariamente verdadeira, pois uma vez que este termo é empregado referindo-se tanto aos acontecimentos presentes quanto futuros, o contingente é aquilo que poderia ocorrer deste modo ou daquele.

Se, ademais, uma coisa é agora branca, então teria sido verdadeiro no passado afirmar que essa coisa *seria* branca, de modo que foi sempre verdadeiro dizer de toda coisa (seja qual for) que ela *é* ou ela *será*. Mas se em todo o tempo, entretanto, foi verdadeiro afirmar que uma coisa *é* ou *será*, *é*, no entanto, impossível que *ela não seja* ou *que não esteja na iminência de ser*! Ora, se alguma coisa não tem a capacidade *de não acontecer* (de não vir a ser) é impossível para ela não acontecer, e se é *impossível* para alguma coisa não acontecer, é para ela *necessário* acontecer. A conseqüência disso é que os eventos futuros, como asseveramos, se produzem *necessariamente*. Nada é fortuito, contingente, pois se alguma coisa acontecesse por acaso, não aconteceria por necessidade.

Não podemos sustentar, todavia, que nem uma nem outra proposição[44] seja verdadeira. Por exemplo, não podemos sustentar que um certo evento se realizará nem que não se realizará no futuro. Isto porque, em primeiro lugar, mesmo que uma afirmação ou negação se provasse como falsa, ainda assim a outra [proposição] não seria verdadeira. Fosse, em segundo lugar, verdadeiro afirmar que a mesma coisa é tanto branca quanto grande, teria ela que possuir essas duas qualidades características necessariamente. Se as possuirá amanhã, isto o será necessariamente. Mas se [dizemos] que algum evento nem se realizará amanhã nem não se realizará amanhã, não há contingência. Tomemos como exemplo uma batalha naval. Constitui requisito em nossa hipótese que ela nem ocorresse nem deixasse de ocorrer amanhã.

Resultam estas e outras conseqüências despropositais[45] se supusermos, no caso de um par de opostos contraditórios detentores de sujeitos universais e eles mesmos universais (ou detentores de um sujeito particular), que um tem que ser verdadeiro e o outro, falso, que não pode haver neste caso nenhuma contingência, que todas as coisas *que são* ou ocorrem se produzem no mundo por necessidade. Não haveria necessidade de deliberar ou ter cuidados se conjeturássemos que uma vez adotada uma particular linha de conduta, um certo resultado se seguiria e que, se não o fizéssemos, não se seguiria. Nada obsta que alguém prediga com antecedência de, digamos, uns dez mil anos algum evento futuro, enquanto outra pessoa prediga o contrário; o que ocorrerá necessariamente corresponderá a uma das duas predições, não importa qual, tornada verdadeira no momento de sua

43. Aristóteles opõe τυχη (*tüquê*) a αναγκη (*anagkê*).

44. Isto é, nem a proposição afirmativa nem a negativa.

45. ατοπα (*atopa*). Ατοπος (*atopos*) se diz daquilo que não está no seu devido lugar, que está deslocado; por extensão, o que se apresenta bizarro, estranho, absurdo.

realização. E, com efeito, é totalmente irrelevante se predições contraditórias foram realmente feitas de antemão, pois o fato de alguém ter afirmado ou negado não altera o curso dos acontecimentos. E acontecimentos não são produzidos ou evitados pela afirmação ou negação de que virão a se realizar num tempo
19a1 futuro; nem tampouco, acresçamos, importa a idade das predições. E, por conseguinte, se ao longo das eras a natureza das coisas foi tal que uma certa predição se revelou verdadeira, esta teria necessariamente que se tornar real; e a natureza de todas as coisas foi tal que os eventos se produziram necessariamente. Pois qualquer acontecimento que alguém no passado haja uma vez verdadeiramente predito tem forçosamente que, no devido decorrer do tempo, se produzir, e no que se refere àquele que numa ocasião se produziu, revelou-se verdadeiro sempre afirmar que se produziu no devido tempo.

Tudo isso é, todavia, impossível. Estamos cientes, com base em nossa experiência pessoal, que eventos futuros *podem* depender das deliberações e ações e que, nos expressando de um modo geral, essas coisas que não estão ininterruptamente em *ato* exibem uma *potência*, isto é, "a possibilidade de ser e de não ser".[46] Se tais coisas *podem ser* ou *podem não ser*, os acontecimentos *podem ocorrer* ou *podem não ocorrer*. Disto há numerosos exemplos evidentes. Este casaco *pode* ser cortado em duas metades; não obstante isso, *pode* não ser cortado em duas metades; pode desgastar-se antes que isso venha a acontecer, de modo que *pode não ser* cortado em dois, pois salvo fosse realmente este o caso, não teria sido possível, em primeira instância, o desgaste do casaco. O mesmo vale para todos os demais eventos que em qualquer desses sentidos são potenciais [isto é, aos quais é atribuída possibilidade]. Fica claro que nem tudo é ou se produz por necessidade. Há casos de contingência, com o que a proposição afirmativa não é mais verdadeira ou mais falsa do que a negativa. Constatamos que alguns casos, ademais, ao menos no que tange à maioria e ao mais comum, apresentam tendência numa certa direção, o que não os impede, não obstante, de poderem, ocasionalmente, surgir na outra direção ou

46. Aristóteles rejeita a doutrina determinista ou fatalista. A respeito dos importantes conceitos de ato (ενεργεια – *energheia*) e potência (δυναμις – *dünamis*), ver os tratados aristotélicos *Física* e *Metafísica*, que versam sobre as ciências teóricas homônimas.

direção mais esporádica. Aquilo que é deve ser necessariamente *quando é*; aquilo que *não é* não pode ser *quando não é*. Isto não quer dizer que tudo aquilo que é será necessariamente e que tudo aquilo que não é não será necessariamente. Com efeito, dizer que tudo o que é *é necessariamente quando é,* não é algo idêntico a dizer incondicionalmente que *é* por necessidade. Analogamente com aquilo que não é. E no caso de duas proposições contraditórias constata-se que vale o mesmo, ou seja, todas as coisas têm que ser ou não ser, têm que se produzir (vir a ser) ou não se produzir (vir a ser) neste ou naquele tempo no futuro. Não podemos, contudo, dizer determinadamente qual alternativa tem que se produzir necessariamente. Por exemplo, uma batalha naval amanhã necessariamente ocorrerá ou amanhã não ocorrerá uma batalha naval; mas não é necessário que amanhã ocorra uma batalha naval, como também não é necessário que amanhã não ocorra uma batalha naval. E assim, como a verdade das proposições consiste na correspondência com os fatos, fica claro, no caso de eventos nos quais se encontra contingência ou potencialidade em sentidos opostos, que as duas proposições contraditórias acerca deles terão o mesmo caráter.

Vemos ser exatamente este o caso das coisas que nem sempre *são*, ou que *não são* todo tempo, pois uma metade da dita contradição tem que ser verdadeira e a outra metade, falsa. Mas não há como distinguir qual uma metade e qual a outra. Embora talvez uma seja mais provável do que a outra, ainda assim não pode
19b1 ser verdadeira ou falsa. Tratando-se de afirmações ou negações, não há, evidentemente, portanto, nenhuma necessidade de uma ser verdadeira e a outra, falsa, uma vez que o caso das coisas *que não são ainda,* mas têm a potência de ser, é distinto daquele das coisas *que são*. É como o asseveramos anteriormente.

X

A proposição afirmativa é a que afirma *alguma coisa* de alguma coisa. Seu sujeito é ou um nome ou algo inominado e é necessário, quanto ao sujeito e quanto ao predicado, que cada um seja uno em sua significação. Já explicamos o que entendemos por *nome* e por aquilo que *é anônimo*, uma vez que dissemos que *não-homem*, por exemplo, não era, a rigor, um nome e chamamos este tipo de coisa de "nomes indefinidos", visto que

o que significam ou denotam *é*, de certo modo, uma coisa, porém indefinida. De maneira análoga, a frase "Não é saudável" não é, a rigor, um verbo, e chamamos este tipo de coisa de "verbos indefinidos". Conseqüentemente, afirmações e negações consistem de um nome e de um verbo, quer propriamente ditos, quer indefinidos. A menos que haja também um verbo, não há afirmação nem negação, pois termos como *é*, *será*, *era*, *se torna*, etc. são todos verbos segundo nossa definição da palavra, posto que além de seu significado particular, possuem também uma referência de tempo. E, portanto, "O homem é", "O homem não é" formam a primeira afirmação e negação, seguidas por "O não-homem é", "O não-homem não é". Ademais, temos proposições como "Todo homem é" e "Todo não-homem é" – "Todo homem não é" e "Todo não-homem não é". O mesmo raciocínio aplicamos ao que toca aos tempos futuro e passado.

No caso da presença de dois outros termos e o termo *é* ser usado como um terceiro, haverá dois tipos distintos possíveis de afirmações e negações.[47] Tomemos "O homem é justo" como exemplo. O vocábulo *é* constitui aqui um terceiro termo, seja ele na sentença chamado de verbo ou nome. E, em conseqüência destes termos ou fatores, teremos aqui quatro proposições, duas delas correspondendo em sua seqüência (no que respeita à afirmação e à negação) àquelas proposições ou sentenças que se referem a um estado de privação, enquanto as outras não corresponderão a isso. Supondo que *é* seja adicionado a *justo* ou a *não justo*, teremos duas sentenças afirmativas; supondo que *não é* seja adicionado, teremos duas sentenças negativas. Juntas, elas constituem as quatro proposições. [O que queremos dizer] fica claro pelo quadro abaixo.

[Afirmações]	[Negações]
O homem é justo	*O homem não é justo*
O homem é não justo	*O homem não é não justo*

47. Isto é, haverá duplicação do número das proposições opostas. Os lógicos posteriores a Aristóteles chamarão isto de *tertii adjacentis*.

É e *não é*, nestes casos, estão adicionados a *justo* ou *não justo*. É desta forma que estas proposições estão dispostas nos *Analíticos*.[48] Na hipótese de utilizarmos os sujeitos em extensão universal, veremos que a regra é a mesma, a saber:

[Afirmações]	[Negações]
Todo homem é justo	*Algum homem não é justo*
Todo homem é não justo	*Algum homem não é não justo*

Não há [, entretanto,] possibilidade aqui, de maneira idêntica ao primeiro caso, das proposições unidas na diagonal serem ambas verdadeiras, ainda que isso seja possível algumas vezes.

Assim, dois pares de proposições opostas foram devidamente apresentados acima e dois outros se seguirão, desde que um terceiro termo seja adicionado a *não-homem* considerado como uma espécie de sujeito. [Vejamos:]

[Afirmações]	[Negações]
O não-homem é justo	*O não-homem não é justo*
O não-homem é não justo	*O não-homem não é não justo*

Não é possível descobrir mais pares de proposições opostas além destes. Mas o último destes grupos deveria ser visto como distinto dos dois que o precedem, por ter *não-homem* como sujeito.[49]

Onde *é* não se ajusta como verbo e empregamos *caminha*, *tem saúde* e similares, estes verbos produzem o mesmo efeito que seria produzido se fosse empregado *é*. Assim, temos, por exemplo:

48. Ver *Analíticos Anteriores*, I, 46, 51b, nesta mesma edição.

49. Na verdade, a seqüência exata das *oito* proposições presentes nos dois últimos quadros aqui indicados não corresponde àquela que observamos nos *Analíticos Anteriores*, I, 36, 51b, o que levou, inclusive, alguns helenistas a retificar a ordem exibida neste tratado, mesmo porque esta discrepância causaria confusão na leitura daquilo que Aristóteles aqui chama de *proposições unidas na diagonal*. Preferimos manter a tradução em fiel consonância com o texto de Bekker, com a ressalva de que a seqüência dos *Analíticos Anteriores*, neste caso, deve ser a acatada.

Todo homem tem saúde	*Todo homem não tem saúde*
Todo não-homem tem saúde	*Todo não-homem não tem saúde*

Nestes casos devemos ter cautela para não dizer *não todo homem*, devendo o *não* ser adicionado a *homem*; o sujeito não é um universal por ter um *todo*, mas este indica que o sujeito enquanto tal é assumido em toda sua extensão. Isso se evidencia [em proposições] como:

O homem tem saúde	*O homem não tem saúde*
O não-homem tem saúde	*O não-homem não tem saúde*

Estas proposições diferem das anteriores devido a serem indefinidas e não universais na forma. Assim, *todo* e *nenhum* não significam mais do que o fato – seja a proposição afirmativa ou negativa – do próprio sujeito ser tomado em toda sua extensão. O resto da proposição permanecerá, portanto, em todos os casos inalterado.

"Todo animal é justo" tem como proposição contrária "Nenhum animal é justo". É óbvio que estas duas proposições jamais serão concomitantemente verdadeiras e nem se aplicarão a um único sujeito. No entanto, seus dois contraditórios às vezes se revelarão ambos verdadeiros, quais sejam, "Algum animal não é justo" e "Algum animal é justo". Então de "Todo homem é não justo" surge a proposição "Nenhum homem é justo". "Algum homem não é não justo", sua oposta, resulta de "Algum homem é justo", pois tem que haver necessariamente algum homem justo.

Quando o sujeito é particular, desde que uma questão seja indagada e a resposta negativa seja verdadeira, uma certa proposição afirmativa terá também manifestamente que ser verdadeira. Tomemos a questão "Sócrates é sábio?". Suponhamos que a resposta negativa seja verdadeira e então "Sócrates é não sábio", inferência que pode ser feita corretamente de imediato. No caso dos universais, contudo, não é uma inferência semelhante (ou melhor, uma afirmação correspondente), mas sim, ao contrário, uma negação que pareceria ser verdadeira. Se a resposta negativa à questão "Todo homem é sábio" for verdadeira, inferir que "Todo homem é não-sábio" seria, nestas circunstâncias, falso, e "Nem todo homem é sábio" seria correta. Esta última é a [proposição] contraditória, e a primeira a [proposição] contrária.

Predicados e nomes indefinidos, tais como *não-homem* e *não justo* se afigurariam como sendo negações efetivas sem qualquer nome, qualquer verbo, como esses termos são mais propriamente usados. Mas não é realmente assim. Toda negação necessariamente tem que ser ou verdadeira ou falsa, e quem quer que diga *não-homem*, por exemplo, sem que nada seja juntado a isto, está dizendo não mais porém menos verdadeira ou falsamente do que aquele que diz *homem*. "Todo não-homem é justo" é uma proposição que não é em seu significado equivalente a qualquer proposição que mencionamos; nem tampouco é o seu contraditório, "Algum não-homem não é justo". "Todo não-homem é não-justo", entretanto, corresponde ao mesmo que dizer "Nada que não seja homem é justo".[50]

Pode-se transpor o sujeito e o predicado, com o que, todavia, não se acarreta qualquer alteração do significado da sentença. Assim dizemos "O homem é branco" e "Branco é o homem", e se estas [proposições] não significassem o mesmo, deveríamos ter mais negações do que uma correspondendo à mesma afirmação. Mas demonstramos haver uma e apenas uma. A proposição "O homem é branco" tem como sua negação "O homem não é branco"; se "Branco é o homem" diferisse em algum modo no seu significado de "O homem é branco", teria como proposição negativa "Branco não é o homem" ou "Branco não é o não-homem", pois a primeira nega "O homem é branco" e a última nega "Branco é o não-homem". Haveria, portanto, dois contraditórios de uma e mesma afirmação. A transposição do sujeito e do predicado, por conseguinte, não produz alteração alguma no sentido das afirmações e negações.

XI

Afirmar ou negar um só predicado de muitos sujeitos, ou muitos predicados de um só sujeito não constitui uma proposi-

50. Ou "Nenhum não-homem é justo".

ção afirmativa ou negativa, salvo se o denotado pelo múltiplo no seu conjunto constitua uma alguma coisa una. Não denomino *uno* as coisas que, embora possuindo *um* nome, não se fundem numa unidade total. O homem é animal, bípede, civilizado: isto se funde num algo uno, ao passo que *branco*, *homem e caminhar*, não. Caso predicássemos estes de um sujeito ou afirmássemos um único predicado deles, a proposição resultante não seria una em sentido algum, exceto no lingüístico.

Se, então, a questão dialética consiste em exigir uma resposta – a concessão, quero dizer, de uma premissa de um entre dois contraditórios (tal como cada premissa, ela mesma, é) – a resposta a qualquer questão de tal natureza, na medida em que contém os predicados acima indicados, não pode ser uma proposição una. Ainda que a resposta procurada possa ser verdadeira, não obstante isso a questão não é una, mas múltipla. Disto foram apresentadas explicações nos *Tópicos*.[51] Ao mesmo tempo, a questão "O que é?" não é uma questão dialética, o que se evidencia pelo fato de que a questão deve ser estruturada de modo a dar ao respondente a possibilidade de enunciar, entre duas respostas contraditórias, a que desejar. A questão deve ser tornada mais específica, indagando, por exemplo, se o ser humano possui ou não alguma qualidade definida.

Em certas combinações de predicados percebemos que os predicados separados se fundem em um predicado; em outras, ao contrário, não se fundem. Como – perguntamos – assoma esta diferença? Podemos *ou* usar duas proposições e enunciar, *primeiramente*, que o homem é um animal, *em segundo lugar*, que o homem é um bípede, *ou* – fundindo as duas em uma – enunciar que o homem é um animal bípede. Podemos fazer o mesmo uso de *homem e branco*. Mas o mesmo não ocorre com *sapateiro e bom*, pois se alguém é bom e um sapateiro não resulta disso que ele seja *um bom sapateiro*; a admissão de que a verdade de cada predicado separado conduz obrigatoriamente à de um predicado composto resultaria em muitos absurdos. Um homem é um homem e é branco; será, portanto, também um homem branco. E se ele é branco, então se segue que o composto também é branco, o que nos dará "um homem branco
21a1 *branco*", e assim por diante, indefinidamente. Se tomarmos

51. Ver nesta mesma edição, *Tópicos*, VIII, 7.

músico, caminha e branco, [veremos] que estes podem ser combinados multiplamente. E de Sócrates, também, podemos dizer "Ele é Sócrates", "Ele é um homem" e é, portanto, o homem Sócrates. Podemos chamá-lo de homem e de bípede e, por conseguinte, de *homem bípede*.

Afirmar, portanto, que os predicados podem sempre ser combinados sem qualquer exceção acarreta evidentemente muitos absurdos. Indiquemos, então, o princípio da matéria.

Predicados, se acidentais relativamente ao sujeito ou um relativamente ao outro, não se fundem em um. É possível dizermos "O homem é musical e branco". A musicalidade e a brancura, entretanto, não se fundem numa unidade, sendo ambas acidentais relativamente ao sujeito. Nem mesmo se fosse possível verdadeiramente dizer que tudo que é branco é musical, formariam *musical* e *branco* uma unidade, pois, com efeito, é somente incidentalmente que aquilo que é musical, é branco. Conseqüentemente, ser musical e brancura não se combinarão numa unidade. Se um homem é bom e um sapateiro, não estamos autorizados a combinar os dois termos e assim classificá-lo igualmente de *bom sapateiro*. Entretanto, podemos combinar *animal e bípede* e classificar o homem como um *animal bípede*, pois estes termos não são acidentais.

Por outro lado, a unidade não pode ser formada por predicados estando um contido no outro. Assim, não podemos combinar *branco* repetidamente com o que já o contém ou qualificar um homem de *homem-animal* ou de *homem bípede, quer dizer*, animal e bípede são noções já implícitas em *homem*. Mas certamente podemos aplicar um predicado simples a um caso particular, dizendo de um determinado homem que é homem, que um determinado homem branco é homem branco. Mas nem sempre é assim. Quando encontramos no termo adjunto algum oposto que implique em contraditórios, somos induzidos a um discurso falso e não verdadeiro ao fazer a predicação simples, como ao classificar de homem um homem morto. Quando, ao contrário, não há oposto, a predicação simples será verdadeira. Ou poderíamos formular a situação da seguinte forma: supondo a presença de um oposto, estaremos impossibilitados de fazer uma predicação simples; onde, contudo, tal oposto está ausente, mesmo neste caso nem sempre podemos agir assim. Por exemplo, na proposição Homero é... algo... digamos *um poeta* (o que

servirá ao nosso propósito). Mas poderemos dizer também "Ele é"? Ou será esta uma inferência incorreta? *É* foi usado incidentalmente aqui, pois nossa proposição foi "Ele é um poeta" e o *é* não foi predicado dele no sentido substantivo da palavra.[52]

Portanto, nessas predicações que não possuem nenhuma contradição que lhes seja inerente, se os nomes forem substituídos por definições e os predicados não forem acidentais, mas pertencentes às coisas neles mesmos, o particular poderá ser o sujeito também das proposições simples. Quanto, contudo, ao que *não é*, não é verdadeiro dizer que *é* de alguma forma, porque isto se acha no âmbito da opinião. E a opinião sobre o *não-ser* não é que ele é, mas que ele não é.

XII

Uma vez feitas essas distinções, é preciso examinar as relações entre afirmações e negações que expressam (afirmam ou negam) o possível e o não possível, o contingente e o não contingente, o impossível e o necessário – uma questão não isenta de algumas dificuldades. Concedamos que essas expressões compostas contendo *é* e *não é* são mutuamente contraditórias. Se tomarmos, por exemplo, "O homem é", [veremos que] "O
21b1 homem não é" é o verdadeiro contraditório, e *não* (que o destaquemos) "O não-homem é"; ou se tomarmos "O homem é branco", [teremos] "O homem não é branco", e *não* "O homem é não branco", pois, se assim não fosse, na medida em que a proposição afirmativa ou negativa é verdadeira de todos e quaisquer sujeitos, revelar-se-ia como verdadeiro afirmar que "uma tora é um homem não branco".

Tudo isso pode ser prontamente concedido; mas, e quanto às numerosas proposições que não contêm *é* ou *não é,* nas quais estes são substituídos por algum outro verbo? Se os pontos de vista que acabamos de expressar são corretos, então este último cumpre a mesma função. "O homem caminha", por conseguinte, tem por contraditório "O homem não caminha". E dizer que "O não-homem caminha" é errado. As duas proposições "O homem caminha" e "O homem está caminhando" significam exatamente a mesma coisa. Ora, se esta regra vale para todos os casos, a negação de "possível de ser" é "possível de não ser", e *não* "não possível de ser". Contudo, parece que para a mesma coisa é possível tanto ser como não ser. Assim, por exemplo, tudo aquilo que *pode* caminhar ou ser cortado, *pode* não caminhar ou não ser cortado. E a razão disso é que essas coisas que são, desta maneira, em *potência,* nem sempre são em *ato*.[53] Em tais casos, portanto, tanto a proposição afirmativa quanto a negativa serão verdadeiras, pois o que *pode* caminhar ou *pode* ser visto *pode*, inversamente, não caminhar nem ser visto.

Entretanto, proposições contraditórias nunca podem ser verdadeiras relativamente a um único sujeito. Conseqüentemente, concluímos que "possível de ser" não tem, afinal, "possível de não ser" como sua correta negação, pois resulta de nossas observações anteriores que ou podemos ao mesmo tempo de *um* sujeito afirmar e negar o mesmo predicado *ou* não é, na realidade, o acréscimo de *é* ou *não é* que produz uma afirmação ou negação. A primeira posição é inadmissível, [enquanto] é esta última que deve, assim, ser adotada.

A negação de "possível de ser" é "não possível de ser". Lidamos de maneira idêntica com a proposição "É contingente que seja", seu verdadeiro contraditório sendo "Não é contingente que seja". O mesmo com as proposições semelhantes "É necessário", "É impossível". Pois, como nos exemplos anteriores, *é* e *não é* são acrescentados, enquanto as coisas reais (que são sujeitos) são *branco* e *homem*, aqui *ser* atua como sujeito, ao passo que "é possível" e "é contingente" são acrescentados, determinando o possível e o não possível no que tange ao *é*, como nos casos anteriores *é* e *não é* determinam que uma coisa é verdadeira ou não.[54]

A negação de "possível de não ser" é "não possível de não ser". Eis porque *pode-se* realmente pensar que "possível de ser" e "possível de não ser" resultam um do outro, pois é possível para a mesma coisa ser e não ser, estas proposições não sendo

52. Ou seja, na acepção ontológica, pois *"é"*, além de atuar como cópula no verbo de ligação *ser,* também significa *existe.*

53. λογος δε, οτι απαν το ουτω δυνατον ουκ αει ενεργει,... (*logos de, oti apan to oüto dünaton oük aei energhei*). Ver os conceitos de *dünamis* e *energheia* na *Física*.

54. Em todo este parágrafo e no seguinte nos servimos também de outros textos além daquele de Bekker.

contraditórias. Contudo, "possível de ser" e "não possível de ser" não podem ser simultaneamente verdadeiras do mesmo
22a1 sujeito, porque são opostas. Tampouco o podem as proposições "possível de não ser" e "não possível de não ser".

Proposições que tocam à necessidade estão sujeitas a regras similares: "É necessário que seja", "É necessário que não seja"; "Não necessário que seja" supre a negação da primeira, e *não* "Necessário que não seja". Teremos, novamente, tomando a última, "Não necessário que não seja". O mesmo vale também para "É impossível que seja" ou "...que não seja". "Não impossível que seja" constitui a negação da primeira, e *não* "Impossível que não seja"; "Não impossível que não seja", a correta negação da última.

Em termos gerais, portanto – como dissemos –, tem-se que tratar *ser e não ser* como os sujeitos e acrescentar um ou outro destes para produzir afirmações ou negações daqueles outros termos mencionados por nós: *possível*, *contingente*, etc.

Os pares seguintes devem ser considerados como pares contraditórios:

Possível [de ser]	*Não possível [de ser]*
Contingente	*Não contingente*
Impossível	*Não impossível*
Necessário	*Não necessário*
Verdadeiro	*Não verdadeiro*[55]

XIII

A partir destas afirmações e negações formuladas da maneira acima seguem-se logicamente certas conseqüências.

55. δυνατον – ου δυνατον (*dünaton – oü dünaton*); ενδεχομενον – ουκ ενδεχομενον (*endecomenon – oük endecomenon*); αδυνατον – ουκ αδυνατον (*adünaton – oük adünaton*); αναγκαιον – ουκ αναγκαιον (*anagkaion – oük anagkaion*); αληθες – ουκ αληθες (*aléthes – oük aléthes*).

[Proposições]	***[Conseqüências (Implicações)]***
É possível[56]	*É contingente*
	Não é impossível
	Não é necessário
É contingente	*É possível*
É possível de não ser (é contingente que não seja)	*Não é necessário que não seja*
	Não é impossível que não seja
Não é possível[57] (não é contingente)	*É necessário que não seja*
	É impossível que seja
Não é possível de não ser (não é contingente que não seja)	*É necessário que seja*
	É impossível que não seja

Que estes pontos sejam examinados mais detidamente com a ajuda do quadro abaixo.

É possível de ser	*Não é possível de ser*
É contingente	*Não é contingente*
Não é impossível que seja	*É impossível que seja*
Não é necessário que seja	*É necessário que não seja*

É possível de não ser	*Não é possível de não ser*
É contingente que não seja	*Não é contingente que não seja*
Não é impossível que não seja	*É impossível que não seja*
Não é necessário que não seja	*É necessário que seja*

[As proposições] "É impossível que seja", "Não é impossível que seja" são conseqüências ou implicações das proposições "É possível de ser", "É contingente" e "Não é possível de ser, "Não

56. ...de ser.
57. ...de ser.

é contingente" à maneira de contraditório, mas inversamente, pois *possível de ser* implica *não impossível [de ser]* (ou seja, a negação de *impossível*); *impossível*, a afirmação, é conseqüência da negação de *possível de ser*, isto é, de *não possível de ser*.

Vejamos agora como ficam as coisas com proposições que predicam necessidade. Não há dúvida que a situação aqui é diversa: proposições contrárias serão conseqüências de proposições contraditórias, pertencendo estas últimas, ademais, a seqüências distintas, uma vez que "Não necessário que seja" não 22b1 pode constituir a negação de "Necessário que não seja" – isto porque ambos estes predicados são perfeitamente válidos de um único sujeito, uma vez que quando é necessário que uma coisa seja, ela o é necessariamente. Ora, como se explica que todas as proposições predicadoras de necessidade não são identicamente consecutivas àquelas com as quais estamos lidando? A resposta é que quando usadas com um sujeito contrário, predicar a impossibilidade equivale a afirmar a necessidade. Supondo-se – digo – que seja impossível para uma coisa ou outra *ser*, é necessário *não* que *seja*, porém, ao contrário, *que não seja*. Supondo-se, por outro lado, que seja impossível para uma coisa ou outra *não ser*, *é necessário* que *seja*. Assim, se constatamos que essas proposições que afirmam o impossível ou o inverso (o negam), sem mudança de seu sujeito, são conseqüências daquelas que predicam a possibilidade ou a não possibilidade, as que predicam a necessidade serão consecutivas daquelas com o sujeito contrário. *É necessário* e *É impossível* não têm significação idêntica e, não obstante, estão conectadas inversamente – um ponto no qual [já] tocamos.

Ou será que estamos impossibilitados de dispor contraditórios predicadores de necessidade do modo que fizemos acima? Afinal, o que *é necessário* também *é possível* de ser; em caso contrário, a conseqüência seria a negativa, pois uma ou outra (a negação ou a afirmação) tem que ser consecutiva. Conclui-se que se uma coisa não é possível de ser, tem *necessariamente* que ser impossível de ser. E, por conseguinte, declaramos como *impossível* de ser o que *é necessário ser*. Mas esta declaração é visivelmente absurda. Entretanto, de *possível de ser* segue-se logicamente *não impossível de ser*, do que se segue *não necessário de ser*, resultando que o *necessário de ser* não é *necessário de ser*, com o que incorremos mais uma vez no absurdo.

Todavia, não é *necessário de ser* nem tampouco *necessário de não ser* conseqüências de *possível de ser*. Quero dizer que *possível de ser* envolve uma potencialidade bilateral. Caso uma das duas proposições que acabamos de mencionar fosse, entretanto, verdadeira, não disporíamos mais de ambas as alternativas. A coisa que *pode ser* (é possível de ser) *pode*, contudo, *não ser*. Mas supondo-se que *é necessário que seja*, não pode ao mesmo tempo *ser* e *não ser*. O que permanece, assim, que *não necessário não ser* se segue a *possível de ser*, posto que isto também é verdadeiro de *necessário de ser*. Notamos, também, que esta proposição se mostra contraditória relativamente à conseqüência de *não possível de ser*, uma vez que *impossível de ser* é consecutiva de *não possível de ser*, o sendo também *necessário de não ser*, cuja negação é *não necessário de não ser*. Assim, vemos que igualmente neste caso contraditórios se seguem a (são consecutivos de) contraditórios, segundo o modo que indicamos e que, ao serem dispostos deste modo, não conduzem a nenhuma impossibilidade.[58]

Seria permitido aqui levantar a questão de se de *é necessário de ser* se segue logicamente *é possível de ser*. Se não, a seqüência (conseqüência) lógica será o contraditório *não possível de ser*, ou caso se negue ser este o contraditório, ter-se-á que dizer que *possível de não ser* é o contraditório. Mas ambas essas proposições são falsas, se aplicadas ao que é *necessariamente*. Parece reconhecer-se que coisas que *podem ser* ou que *podem ser cortadas*, *podem*, inversamente, *não ser* ou *não ser cortadas*, o que corresponde a dizer e nos leva a concluir que aquilo que *é necessário ser* pode não ser,[59] o que é falso. Está claro que nem tudo que é capaz de ser ou caminhar detém a potencialidade oposta. Há casos que atestam o contrário. Para começar, há aquelas coisas que possuem uma potência não racional, entre as quais encontramos o fogo, que é capaz de emitir calor, que é 23a1 uma potência não racional. As potências racionais surgem de múltiplas formas ou através de resultados ou direções contrários. Mas nem todas as potências não racionais são assim; o fogo, a fim de reiterarmos o que dissemos, não pode tanto emitir quanto

---

58. Ou, pode-se entender também: *a nenhum absurdo*.

59. ...το αναγκαιον ειναι ενδεχομενον μη ειναι... (*to anagkaion einai endecomenon mê einai*): *o necessário de ser é contingente de não ser* seria a tradução literal e precisa.

não emitir calor e, tampouco, pode qualquer outra coisa em ato possuir uma tal potência. Algumas potências irracionais,[60] entretanto, são também capazes de opostos. Mas o que desejamos enfatizar em nossas observações é que nem toda potência admite opostos, mesmo quando a potência é empregada de modo inteiramente não ambíguo, os opostos correspondendo à mesma idéia do potencial.

Por vezes há ambigüidade do termo.[61] O próprio *possível* é ambíguo. Por um lado, é empregado com referência a fatos e coisas *atualizados*. É *possível* a alguém caminhar porquanto efetivamente caminha e, em geral, chamamos uma coisa de *possível*, uma vez que já se encontra em ato; por outro lado, emprega-se *possível* com referência a uma coisa que *poderia* converter-se em ato: é *possível* a alguém caminhar, uma vez que sob certas condições caminharia. É somente ao que é capaz de se mover que pertence esse tipo de potência, enquanto a primeira pode ser possuída também pelas coisas incapazes de movimento. Em ambos os casos, daquele que caminha e está em ato e daquele que tem a potência do caminhar mas não tem esta potência convertida em ato (*atualizada*), é correto dizer que não é impossível que caminhasse (ou que fosse). Ora, esta última potência não pode ser afirmada do necessário na sua acepção não qualificada; a outra, contudo, pode ser afirmada. A título de conclusão, portanto, tal como o universal se segue do particular, o possível se segue daquilo que existe por necessidade, ainda que não em todos os seus sentidos. A necessidade – penso – e sua ausência, no que concerne ao *ser* ou *não ser*, de fato podem propriamente ser chamadas de primeiros princípios, de sorte que tudo o mais deve ser contemplado meramente como o que se lhes segue ou sua conseqüência.

Do exposto anteriormente fica evidente que o *necessário* é também o *atual*[62] e que o atual é anterior ao potencial na medida em que o eterno é anterior. Há, em primeira instância, aqueles atos completamente destituídos de potência, tais como as substâncias primárias.[63] Em seguida há a classe de coisas que são atuais e também potenciais. No que tange a estas, o ato é anterior à potência na ordem da natureza, ainda que não o seja no tempo. Em último lugar, há as coisas que permanecem como potências e jamais se convertem em atos.

XIV

A dúvida aqui suscitada é se uma proposição afirmativa é contrária a uma proposição negativa ou contrária a uma segunda afirmação. A proposição "Todo homem é justo" tem como contrária "Nenhum homem é justo" ou "Todo homem é injusto"? "Calias é justo", "Calias não é justo", "Calias é injusto" ilustram o que quero dizer. Quais destas proposições são contrárias?

Na hipótese dos sons orais acompanharem o [juízo] que ocorre no intelecto – e mais, que o [juízo] que ocorre no intelecto é contrário a um juízo que apresenta um predicado contrário, como "Todo homem é justo" contrário a "Todo homem é injusto", então o mesmo deverá também valer para as afirmações faladas. Por outro lado, se supormos que o juízo que predica o contrário não é, no intelecto de quem fala, reciprocamente o contrário, uma afirmação não será contrária à outra afirmação, mas a contrária verdadeira será a negação. Assim, temos que indagar que tipo de juízo verdadeiro é contrário a um juízo falso: é o que nega o juízo falso ou aquele que pronuncia o contrário? Tomemos, por exemplo, três juízos concernentes a uma coisa

60. αλογους δυναμεις (*alogoüs dünameis*).

61. A tradução mais vizinha da literalidade, que na verdade expressa essencialmente a mesma idéia, é: *Algumas potências são homônimas* [Ενιαι δε δυναμεις ομωνυμοι εισιν. (*Eniai de dünameis omonümoi eisin*)].

62. O leitor deve reter sempre que os termos *atual*, *atualidade*, *ato* em Aristóteles não encerram simplesmente as significações ordinárias daquilo que está inserido no tempo presente; na sua oposição necessária à potência (*dünamis*), o ato (*energheia*) inclui, sim, a temporalidade presente (em contraposição ao passado e ao futuro), mas sua denotação abrange mais essencialmente o aspecto ontológico, quer dizer, o existencial. A laranjeira é o *ato* da *potência* semente de laranja. Mas embora a germinação da semente e o crescimento pleno da laranjeira hajam requerido tempo para que a laranjeira se revelasse como tal num determinado momento no tempo, a laranjeira já se acha em potência na semente de laranja. É provável que Heidegger tenha se inspirado na metafísica aristotélica ao explicitar que o ser é (existe) no tempo.

63. A impressão que se tem é precisamente o contrário, ou seja, a potência parece ser anterior ao ato. Mas Aristóteles está vinculando o par potência/ato ao *eterno* [...αιδια (*aidia*)], aquilo que não tem começo nem fim, a saber, o atemporal, o não inserido no tempo. Deus e as Inteligências que movem os corpos celestes, as substâncias primárias [...πρωται ουσιαι (*protai ousiai*)], são atos *puros*, atos para os quais não houve, não há e não haverá potência. Atentar para a imediata seqüência e consultar os tratados *Física* e *Metafísica*.

que é boa: um juízo verdadeiro (de que *ela é boa*), um falso (de que *ela não é boa*) e um terceiro – completamente distinto – de que *ela é má*. Dos dois últimos, qual constitui realmente o contrário ao verdadeiro? Ou, supondo que constituem no seu teor um único juízo, que expressão verbal é a contrária?

Imaginar que juízos contrários são os que têm sujeitos contrários é equívoco, pois o juízo de que uma coisa boa é boa e o juízo de que uma coisa má é má são talvez idênticos e verdadeiros, trate-se [formalmente] de um ou mais juízos. Os sujeitos são contrários aqui, mas o que torna os juízos contrários é deterem dois sentidos contrários e não deterem dois sujeitos contrários.

Suponhamos que temos dois juízos sobre uma coisa que é boa, um opinando que essa coisa é boa e outro que não é; suponhamos também haver outras qualidades que não são inerentes e nem poderiam ser inerentes ao bom. Neste caso, não devemos afirmar como contrários ao juízo verdadeiro, *quer* os juízos que conferem ao sujeito o que não lhe é inerente, *quer* aqueles que não lhe conferem o que lhe é inerente, na medida em que, no que tange a ambos os tipos desses juízos, não há limitação de número para eles. Classificaremos como contrários aos juízos verdadeiros os juízos nos quais o erro está presente. E estes têm a ver com a geração. A geração significa a passagem ou transição de um de dois extremos para o outro, sendo o erro esta transição.

O que é bom, portanto, é concomitantemente *bom e não mau*, sendo que a primeira destas qualidades lhe pertence por essência, ao passo que a segunda lhe pertence apenas por acidente, pois é por acidente que é *não mau*. Mas o juízo mais verdadeiro acerca de qualquer coisa é aquele sobre a essência da coisa, tal como o falso é realmente o mais falso quando, de maneira análoga, se ocupa de sua essência. Um falso juízo, que trata da essência, é "O que é bom não é bom". "É mau", ainda que também um falso juízo, concerne apenas ao que é acidental. Assim, o juízo que enuncia a negação de bom é *mais falso* do que aquele que predica alguma qualidade contrária. E, por conseguinte, quem está o mais completamente errado é aquele que neste ou naquele ponto sustenta um juízo que é contrário àquilo que é verdadeiro, já que os contrários pertencem às coisas que no domínio da mesma classe diferem maximamente. Na suposição, portanto, de que entre dois juízos um seja contrário ao que é verdadeiro, mas de que o que é contraditório é ainda mais contrário, o último será necessariamente o verdadeiro contrário. Julgar ser *má* uma *coisa boa é*, ademais, um juízo composto, uma vez que aquele que assim julga – penso – tem necessariamente que com igual certeza julgá-la *não boa*.

Então, por outro lado, o juízo contraditório é sempre o contrário ou nunca o é.[64] E se isso vale em todos os demais casos, também tem que valer neste, e a posição que assumimos foi correta. No caso de coisas que não possuem contrários, sustentamos que é falso o juízo que nega aquilo que o verdadeiro afirma. Assim, está errado aquele, por exemplo, que supõe um homem *não* um homem. Se neste caso os contrários são os negativos, então – concluímos – eles o são sempre.

Por conseguinte, dizer que *Aquilo que é bom* ***é bom*** constitui um juízo paralelo àquele outro que enuncia que *Aquilo que não é bom* ***não é bom***, e julgar que *Aquilo que é bom* ***não é bom*** constitui um juízo paralelo ao juízo *Aquilo que não é bom* ***é bom***. O que é contrário, então, ao juízo verdadeiro *Aquilo que é não bom* ***não é bom***? Decerto não será *Aquilo que é não bom é mau*, o qual poderia ser verdadeiro, e juízos verdadeiros jamais podem ser contrários. Algumas coisas que não são boas são más, de forma que ambos os juízos podem ser concomitantemente verdadeiros. Igualmente não será o juízo *Aquilo que é não bom não é mau*, posto que este também poderia ser verdadeiro, uma vez que estas qualidades poderiam estar copresentes. E deste modo somos levados a concluir que o juízo *Aquilo que é não bom* ***não é bom*** apresenta como contrário *Aquilo que é não bom* ***é bom***, que, efetivamente, é um juízo falso. Concluímos analogamente que o juízo *Aquilo que é bom* ***não é bom*** é o contrário do juízo *Aquilo que é bom* ***é bom***.

Tornar a afirmação universal evidentemente não alterará nada. O juízo negativo universal será, então, o contrário óbvio. Por exemplo, o juízo através do qual se enuncia *Tudo que é bom* ***é bom*** apresentará como seu contrário o juízo *Nada do que é bom* ***é bom***. O juízo *Aquilo que é bom* ***é bom***, uma vez que *bom* (o sujeito) seja tomado universalmente, corresponde ao juízo que enuncia *Aquilo que é bom* ***é bom***, este em nada sendo diferente

64. Ou, em outras palavras, *a contrariedade se acha sempre na negação ou não se acha em lugar algum.*

daquele juízo que enuncia *Tudo aquilo que é bom é bom.* O
24b1 mesmo vale para os juízos com *não bom.*

Se é isso que ocorre com nossos juízos, e afirmações e negações faladas são símbolos dos juízos que estão na alma, é evidente que a negação universal – quando seu sujeito é único e idêntico – é o verdadeiro contrário da proposição afirmativa. Por conseguinte, as proposições afirmativas *Todo homem é bom, Tudo o que é bom **é bom*** apresentam como seus contrários *Nenhum homem é bom* e *Nada do que é bom **é bom**.* Os contraditórios, entretanto, têm como sujeitos *Nem todo homem é bom, Nem todo bom (bem) é bom.* É também evidente que juízos verdadeiros e proposições verdadeiras jamais podem ser contrários entre si. Embora duas proposições verdadeiras possam ser ao mesmo tempo afirmadas verdadeiramente, duas proposições contrárias têm que predicar qualidades contrárias, as quais nunca podem ser simultaneamente inerentes a um sujeito idêntico.

ANALÍTICOS ANTERIORES

LIVRO I

I

24a10 Nossa primeira tarefa consiste em indicar o objeto de estudo de nossa investigação e a que ciência ele pertence: que concerne à demonstração e que pertence a uma ciência demonstrativa. Em seguida teremos que definir o significado de *premissa*, *termo* e *silogismo,*[65] e distinguir entre um silogismo perfeito e um imperfeito; depois disso, necessitaremos explicar em que sentido diz-se estar ou não estar um termo *inteiramente contido* num outro e o que entendemos por *ser predicado de todo* ou *de nenhum.*[66]

A premissa é uma oração que afirma ou nega alguma coisa de algum sujeito. Esta oração pode ser universal, particular ou

65. προτασις και τι ορος και τι συλλογισμος... (*protasis kai ti oros kai ti sülogismos*). Alguns tradutores preferem *dedução* a silogismo, o que é perfeitamente cabível, já que *sülogismos* significa genericamente *raciocínio* e, por extensão, *conclusão deduzida a partir de premissas.* Entretanto, a palavra, neste caso, que corresponde meramente a uma transliteração do grego (ou seja, silogismo) parece reter melhor o significado específico e particular que será contemplado por Aristóteles.

66. Ou seja, *ser afirmado universalmente* ou *ser negado universalmente.*

indefinida. Entendo por *universal* a oração que se aplica a tudo ou a nada do sujeito; por *particular* entendo a oração que se aplica a alguma coisa do sujeito, ou não se aplica a alguma coisa deste, ou não se aplica a todo; por *indefinida* entendo a oração que se aplica ou não se aplica sem referência à universalidade ou particularidade, por exemplo: "Contrários são objeto da mesma ciência" ou "O prazer não é bem".

A premissa demonstrativa difere da premissa dialética, por ser a primeira a suposição de um membro de um par de orações contraditórias (porquanto o demonstrador não faz uma pergunta, faz uma suposição), ao passo que a segunda é uma resposta à pergunta que, de duas orações contraditórias, deverá ser aceita. Essa diferença, contudo, não afetará o fato de, num caso ou noutro, o resultado ser um silogismo, pois tanto o demonstrador quanto o interrogador extraem uma conclusão silogística por suporem, em primeiro lugar, que algum predicado se aplica ou não se aplica a algum sujeito. Conseqüentemente, a premissa silogística será simplesmente a afirmação ou negação de algum predicado de algum sujeito da maneira já descrita. A premissa será demonstrativa se for verdadeira e baseada em postulados fundamentais, enquanto a premissa dialética será,
24b10 para o interrogador, uma resposta à pergunta que, de duas orações contraditórias, deverá ser a aceita e, para o raciocinador lógico, uma suposição do que é aparentemente verdadeiro e geralmente aceito, como afirmamos nos *Tópicos*.[67]

O que significa uma premissa e que diferença existe entre as premissas silogística, demonstrativa e dialética será explicitado com precisão mais tarde. Para as nossas necessidades imediatas basta a definição aqui apresentada.

Chamo de *termo* aquilo em que a premissa se resolve, a saber, tanto o predicado quanto o sujeito, quer com a adição do verbo *ser*, quer com a remoção de *não ser*.

O silogismo é uma locução em que, uma vez certas suposições sejam feitas, alguma coisa distinta delas se segue necessariamente devido à mera presença das suposições como tais. Por "devido à mera presença das suposições como tais" entendo que é por causa delas que resulta a conclusão, e por isso quero

67. Cf. *Tópicos*, 100a29 e 104a8.

dizer que não há necessidade de qualquer termo adicional para tornar a conclusão necessária.

Chamo de silogismo *perfeito* o que nada requer além do que nele está compreendido para evidenciar a necessária conclusão; de *imperfeito* aquele que requer uma ou mais proposições as quais, ainda que resultem necessariamente dos termos formulados, não estão compreendidas nas premissas.

É o mesmo dizer que um termo está contido inteiramente num outro termo e dizer que um termo é predicado de um outro termo tomado universalmente. Dizemos que um termo é predicado de um outro tomado universalmente quando nada do sujeito pode ser encontrado de que o outro termo não possa ser predicado; o mesmo se aplica à expressão *não é predicável de nenhum.*

II

25a1 Ora, toda premissa é de tal forma que algum atributo *se aplica*, ou *tem que se aplicar*, ou *possivelmente se aplica* a algum sujeito.[68] Estes três tipos são divididos em afirmativos e negativos, conforme cada modo de atribuição (predicação); por outro lado, das premissas afirmativas e negativas, algumas são universais, outras particulares e outras indefinidas. No caso da predicação universal, a premissa negativa é necessariamente convertível nos seus termos (por exemplo, se *nenhum prazer é bem, tampouco será alguma coisa boa, prazer*); mas a [premissa] afirmativa, embora necessariamente convertível, é, assim, não como uma [premissa] universal, mas como uma particular (por exemplo, se *todo prazer é bem, algum bem tem também que ser prazer*). No que toca a proposições particulares, a premissa afirmativa tem que ser convertível como particular, pois se *algum prazer é bem, algum bem será também prazer*; a [premissa] negativa, porém, não é necessariamente convertível, pois não se segue que se *homem* não se aplicar a algum animal, tampouco se aplicará *animal* a algum homem.

Tomemos, assim, primeiramente uma premissa negativa universal que apresenta os termos A e B. Neste caso, se A não se

68. Ou seja, a predicação é assertiva, necessária ou contingente.

aplicar a nenhum B, nem B se aplicará a qualquer A, pois se aplicar-se a algum, *digamos* C, não será verdadeiro que A não se aplica a nenhum B, porque C é um B. Se, por outro lado, A se aplicar a todo B, B também se aplicará a algum A, pois se não se aplicar a nenhum, nem A se aplicará a qualquer B; porém, *ex hypothesi,* ele se aplica a todo B e, analogamente, também se a premissa for particular, pois se A se aplicar a algum B, B necessariamente também se aplicará a algum A, uma vez que se não se aplicar a nenhum, nem A se aplicará a qualquer B. Mas se A não se aplica a algum B, não resulta necessariamente que B não se aplica a algum A (por exemplo, se B é *animal* e A, *homem*, posto que *homem* não se aplica a todo animal, porém *animal* se aplica a todo homem).

III

Princípio idêntico [com respeito à conversão] vale no caso das premissas necessárias. A negativa universal é convertível universalmente, enquanto cada uma das afirmativas é convertível como uma premissa particular, pois se A necessariamente não se aplica a nenhum B, B também necessariamente não se aplica a nenhum A, visto que se fosse possível que se aplicasse a algum, A poderia também aplicar-se a algum B. Mas se A necessariamente se aplica a todo ou alguma parte de B, B tem também que se aplicar a algum A, pois se assim não for necessariamente, nem A necessariamente se aplicará a algum B. A negativa particular não é convertível pela mesma razão que já indicamos.

Quanto às premissas contingentes, uma vez que o termo *contingente* é empregado em vários sentidos (chamamos de contingente tanto o que é necessário como o que é *não* necessário e o possível), em todas as proposições afirmativas ocorrerá a conversão sob as mesmas condições anteriormente indicadas, já
25b1 que se for possível que A se aplique a todo ou alguma parte de B, seria possível que B também se aplicasse a algum A, pois se não fosse possível que se aplicasse a nenhum, nem seria possível que A se aplique a qualquer B, o que foi demonstrado anteriormente.[69] Entretanto, não ocorre o mesmo com as negativas. Em todos os exemplos relativamente aos quais se diz ser contingente

69. 25a18 e seguintes.

no sentido da proposição ser necessariamente verdadeira ou não ser necessariamente verdadeira, as condições se mostram semelhantes às já mencionadas (por exemplo, se fosse dito ser contingente que um homem não é um cavalo, ou que branco não se aplica a nenhuma vestimenta), uma vez que no primeiro exemplo o *predicado necessariamente não se aplica ao sujeito*, e no segundo *ele não necessariamente se aplica* – e a premissa se converte como as outras negativas, *posto que se é contingente que cavalo não se aplique a nenhum homem, é também contingente que homem não se aplique a nenhum cavalo; e se é contingente que branco não se aplique a nenhuma vestimenta, é também contingente que vestimenta não se aplique a nada branco*.[70] Isto porque se necessariamente se aplicasse a alguma coisa branca, *branco* também se aplicaria necessariamente a alguma vestimenta, o que foi demonstrado anteriormente.[71] Condições semelhantes regulam a conversão de premissas negativas particulares.

Entretanto, no que tange a essas premissas, se são ditas contingentes no sentido de que são geral ou naturalmente verdadeiras (visto que definimos o contingente deste modo), as condições para a conversão das negativas não serão as mesmas de antes. A premissa negativa universal não é suscetível de conversão, ao passo que a negativa particular é. Isso se tornará claro quando discutirmos o contingente.[72]

De momento, tenhamos como [suficientemente] esclarecedor, a título de acréscimo ao que já foi dito, o seguinte: que a proposição "é contingente que A não se aplique a nenhum B" ou "não se aplique a algum B" apresenta forma afirmativa porque a expressão *é contingente* corresponde a *é*, e a palavra *é*, não importa a quais termos esteja ligada na predicação, produz sempre e na totalidade dos casos a afirmação; por exemplo, *é não bom*, ou *é não branco*, ou em geral: *é não isto*, o que será

70. Todo o trecho em *itálico* a partir de "... *posto que*..." merece aqui uma tradução alternativa que, fugindo um tanto do texto de Bekker, e se amparando naqueles de outros helenistas pareceria oferecer maior clareza e transparência: *...posto que se é contingente que nenhum homem seja um cavalo, é também contingente que nenhum cavalo seja um homem; e se é contingente que nenhuma vestimenta seja branca, é também contingente que nada que seja branco seja uma vestimenta.*

71. 25a32.

72. Capítulos XIII a XVII.

igualmente demonstrado posteriormente.[73] No que respeita à conversão, essas premissas serão reguladas pelas mesmas condições das demais afirmativas.

IV

Uma vez delineadas estas distinções, estamos agora capacitados a indicar por quais meios, quando e como são construídos todos os silogismos. Lidaremos mais tarde com a demonstração.[74] A razão da necessidade de nos ocuparmos do silogismo antes da demonstração é o fato do silogismo ser mais geral: a demonstração é um tipo de silogismo, mas nem todo silogismo é uma demonstração.

Quando três termos estão de tal forma ligados entre si que o último está completamente contido no termo médio e o termo médio está completamente contido ou não contido no primeiro termo, então teremos necessariamente um silogismo perfeito nos extremos. Entendo por *termo médio* aquele que tanto *está contido* num outro quanto *contém* um outro em si mesmo e que ocupa a posição mediana; por *extremos* entendo tanto o termo contido ele mesmo num outro quanto aquele no qual um outro está contido: se A é predicado de todo B e B de todo C, A terá necessariamente que ser predicado de todo C.[75] Já explicamos[76] o que queremos dizer ao asseverar que um termo é *predicado de todo um outro*. Analogamente, também, se A não é predicado de *nenhum* B e B é predicado de *todo* C, segue-se que A não se aplicará a nenhum C.

Se, contudo, o primeiro termo se aplica a todo o termo médio e este a nada do último termo, não haverá silogismo entre os extremos, pois nenhuma conclusão é necessariamente deduzida dos dados apresentados, visto ser possível para o primeiro termo se aplicar ou a tudo ou a nada do último, não resultando assim necessariamente nem uma conclusão particular nem uma universal; e uma vez que não resulte nenhuma conclusão necessária das premissas, não pode haver nenhum silogismo. É possível

73. Capítulo XLVI.

74. No tratado seguinte do *Órganon*, qual seja, *Analíticos Posteriores*.

75. Em grego γαμμα, pois *gamma* é a terceira letra do alfabeto grego.

76. Em 24b28.

ilustrar a relação afirmativa dos extremos mediante os termos *animal, homem, cavalo*; quanto à negativa, mediante [os termos] *animal, homem, pedra*.

Mais uma vez, quando o primeiro termo não se aplica a nada do médio e o médio a nada do último, também neste caso não pode haver silogismo. A relação afirmativa dos extremos pode ser ilustrada pelos termos *ciência, linha, medicina*; a relação negativa por *ciência, linha, unidade*.

Assim, se os termos estiverem numa relação universal, ficará evidente – uma vez presente essa figura – quando haverá um silogismo e quando não haverá. Fica evidente, também, que se houver um silogismo, os termos deverão estar ligados como mencionamos e que se estão assim ligados haverá um silogismo.

Se um dos termos [extremos] estiver numa relação universal e o outro numa relação particular com o termo restante, quando a proposição universal (afirmativa ou negativa) se referir ao termo maior e a proposição particular for afirmativa e se referir ao termo menor, teremos necessariamente um silogismo perfeito; quando, entretanto, a proposição universal se referir ao termo menor, ou os termos estiverem ligados de qualquer maneira distinta, isso não será possível. Chamo de termo *maior* aquele no qual está contido o termo médio, e de termo *menor* aquele que se subordina ao termo médio.[77] Suponhamos que A se aplique a todo B e B a algum C. Então, se *ser predicado de todo* significa o que indicamos no início,[78] A tem que se aplicar a algum C. E se A não se aplica a nenhum B, mas B se aplica a algum C, A tem necessariamente que não se aplicar a algum C (indicamos também o que queremos dizer com *predicado de nenhum*[79]). Assim teremos um silogismo perfeito. Algo análogo ocorre também se supormos a proposição BC indefinida, desde

77. O silogismo é formado por três juízos ou proposições: o primeiro (sempre universal e suposto verdadeiro) é chamado de *premissa maior*, o segundo (também suposto como verdadeiro) é chamado de *premissa menor*, o terceiro, deduzido das premissas, é a *conclusão*. Exemplo:

Todas as aves têm asas. (premissa maior)

Todos os patos são aves. (premissa menor)

Todos os patos têm asas. (conclusão)

78. 24b28.

79. 24b30.

que seja afirmativa, uma vez que teremos o mesmo silogismo, quer BC seja indefinida ou particular.

Se, entretanto, a proposição universal – afirmativa ou negativa – se referir ao termo menor, não haverá silogismo, quer a proposição indefinida ou a particular seja afirmativa ou negativa (por exemplo, se A se aplica ou não se aplica a algum B, e B se aplica a todo C). A relação afirmativa dos extremos pode ser ilustrada pelos termos *bom*, *estado*, *sabedoria*; a relação negativa por *bom*, *estado*, *ignorância*.

Por outro lado, se B não se aplica a nenhum C e A se aplica a algum, ou não se aplica a algum ou todo B, neste caso também não haverá silogismo. Podemos tomar como termos *branco*, *cavalo*, *cisne*; *branco*, *cavalo*, *corvo*. Estes mesmos termos servirão também se a proposição AB for indefinida.

Acrescente-se que quando a proposição que se relaciona com o termo maior é universal, quer afirmativa ou negativa, e a que se relaciona com o menor é negativa e particular, não haverá silogismo – quer a premissa menor seja indefinida ou particular, por exemplo, se A se aplica a todo B e B não se aplica a algum ou todo C, pois onde o termo médio não se aplica a algo do menor, o termo maior pode ser associado com todo ou com nada do menor. Suponhamos os termos *animal*, *homem*, *branco*; em seguida, a título de exemplos de coisas brancas das quais não se predica homem, tomemos *cisne e neve*. Então *animal* é predicado totalmente do primeiro, mas negado totalmente da segunda. E, assim, não haverá silogismo. Novamente, que A não se aplique a nenhum B e que C não se aplique a algum B, e que os termos sejam *inanimado*, *homem*, *branco*; em seguida que se tome como exemplos de coisas brancas das quais não se predica homem, *cisne e neve*. Predica-se *inanimado* totalmente da segunda, mas nega-se-o totalmente do primeiro.

Além disso, visto que a proposição "B não se aplica a algum C " é indefinida e trata-se de proposição verdadeira, *quer* B não se aplique a nenhum C, *quer* não se aplique a todo C, e visto que quando tais termos são escolhidos (que B não se aplica a nenhum C) não obtemos nenhum silogismo (o que foi dito anteriormente[80]), é evidente que com os termos nessa relação não

80. 26a2.

haverá silogismo; de outra maneira, teria havido um com os termos que selecionamos. Disporemos de demonstração semelhante se a proposição universal for tomada como negativa.

Também não haverá silogismo se ambas as relações atributivas forem particulares, ou afirmativa ou negativamente, ou uma afirmativamente e a outra negativamente, ou uma indefinida e a outra definida, ou ambas indefinidas. A todos estes casos são aplicáveis termos como *animal*, *branco*, *cavalo*; *animal*, *branco*, *pedra*.

Ressalta evidente, portanto, com base no que dissemos, que se um silogismo nessa figura apresenta uma conclusão particular, seus termos têm que ser relacionados tal como descrevemos, pois se relacionados diferentemente, não poderá, de modo algum, haver um silogismo. Fica também claro que todos os silogismos nessa figura são perfeitos, uma vez que se acham todos completados mediante as suposições originais; e que todos os tipos de proposições podem ser demonstradas por essa figura, já que ela demonstra tanto conclusões universais quanto particulares, sejam afirmativas ou negativas. Chamo este tipo de figura de *primeira*.

V

Quando o mesmo termo se aplica a um sujeito universal e não se aplica a qualquer outro sujeito [em sentido universal], ou quando se aplica ou não se aplica tanto de um como de outro sujeito [tomado universalmente], chamo este tipo de figura de *segunda*. E nela entendo por termo médio aquele que é predicado de ambos os sujeitos; por termos extremos [entendo] os sujeitos dos quais o termo médio é predicado; por termo maior [entendo] aquele que vem a seguir do médio, e por [termo] menor aquele que está mais distante deste. O [termo] médio está colocado fora dos termos extremos e é o primeiro do ponto de vista da posição.

Nessa figura não pode haver, em hipótese alguma, um silogismo perfeito, mas pode haver um silogismo válido,[81] sejam os termos universais ou não. Se forem universais, haverá um silo-

81. δυνατος (*dünatos*), literalmente *potencial*, mas é evidente que Aristóteles alude ao silogismo *imperfeito* (segundo sua classificação dual, conforme 24b22 e seguintes).

gismo quando o [termo] médio se aplicar a um sujeito universal e não se aplicar a outro sujeito tomado universalmente, não importa qual seja o termo negativo; mas em nenhum outro caso [é possível o silogismo]. Tomemos, à guisa de exemplo, M não sendo predicado de nenhum N, mas o sendo de todo O. A conseqüência é que, visto que a premissa negativa é convertível, N não se aplicará a nenhum M. Porém, *ex hypothesi*, M se aplica a todo O e, portanto, N não se aplica a nenhum O, algo já demonstrado antes. Por outro lado, se M se aplicar a todo N, mas não se aplicar a nenhum O, N não se aplicará a nenhum O, posto que se M não se aplicar a nenhum O, O não se aplicará a nenhum M. *Ex hypothesi*, contudo, M se aplica a todo N. E, portanto, O não se aplicará a nenhum N, pois novamente estaremos diante da *primeira* figura e, uma vez que a proposição negativa é convertível, N também não se aplicará a nenhum O, com o que será o mesmo silogismo anterior. É igualmente possível demonstrar esses resultados mediante redução *ad impossibile*.

Evidencia-se, desta forma, que com os termos dessa relação obtemos um silogismo, mas não um [silogismo] perfeito, porque a conclusão necessária se completa não exclusivamente graças às premissas originais, mas também por meio de outras.

Se, contudo, M for predicado de todo N e de todo O, não poderá haver silogismo. A relação afirmativa dos extremos é ilustrada pelos termos *substância*, *animal*, *homem*; a relação negativa por *substância*, *animal*, *número*, sendo substância o termo médio. Tampouco pode haver um silogismo se M não for predicado de nenhum N e de nenhum O. A relação afirmativa dos extremos é ilustrada pelos termos *linha*, *animal*, *homem*; a relação negativa por *linha*, *animal*, *pedra*.

Fica visível, então, que, se houver um silogismo onde os termos se acham universalmente relacionados, os termos terão que se achar relacionados, tal como indicamos no início,[82] pois se relacionados de maneira diversa, não resultará nenhuma conclusão necessariamente lógica.

Se, por outro lado, o termo médio estiver universalmente relacionado a um dos outros, quando se encontrar numa relação universal – afirmativa ou negativa – com o termo maior, e numa

82. 27a3.

relação particular no sentido oposto àquele da relação universal (entendendo eu por "no sentido oposto" que se a relação universal é negativa, a particular é afirmativa, e *vice-versa*), com o termo menor, o resultado será necessariamente um silogismo negativo e particular. A título de exemplo, se M não se aplica a nenhum N, mas se aplica a algum O, resulta necessariamente que N não se aplica a algum O, uma vez que, considerando-se que a proposição negativa é convertível, N não se aplicará a nenhum M. Entretanto, *ex hypothesi*, M se aplica a algum O e assim N não se aplicará a algum O, pois obtemos um silogismo por meio da *primeira* figura. Por outro lado, se M se aplica a todo N, mas não se aplica a algum O, resulta necessariamente que N não se aplica a algum O, pois se [N] se aplica a todo [O] e M é predicado de todo N, M necessariamente se aplica a todo
27b1 O. Mas, *ex hypothesi*, ele não se aplica a algum. E se M se aplicar a todo N, mas não a todo O, haverá um silogismo como efeito de N não se aplicar a todo O. A demonstração é a mesma de antes. Se, entretanto, M for predicado de todo O, mas não de todo N, não haverá silogismo. Termos que ilustram este caso são *animal*, *substância*, *corvo*; *animal*, *branco*, *corvo*. Tampouco haverá um silogismo quando M não é predicado de nenhum O, mas é de algum N. A relação afirmativa dos extremos pode ser ilustrada pelos termos *animal*, *substância*, *unidade*; a relação negativa por *animal*, *substância*, *ciência*.[83]

Assim, estabelecemos sob quais condições haverá ou não um silogismo quando a universal é oposta, quanto ao sentido, à proposição particular. Quando as premissas apresentam forma semelhante, isto é, ambas negativas ou ambas afirmativas, não haverá em hipótese alguma um silogismo. Tomemo-las primeiramente ambas como negativas e que a relação universal pertença ao termo maior, nomeadamente que M não se aplique a nenhum N e a algum O. Então será possível tanto para N se aplicar a todo O quanto não se aplicar a nenhum O. A relação negativa dos extremos pode ser ilustrada pelos termos *negro*, *neve*, *animal*; mas não é possível que encontremos termos para ilustrar a relação universal afirmativa, uma vez que M se aplica a

83. Observe-se que em todo este trecho e no imediatamente subseqüente, em função da ordem do alfabeto grego, Aristóteles utiliza a letra Ξ (ξι) e não O (ομικρον). No alfabeto português é a letra O que sucede ao N, porém no grego é o Ξ [ξι (*xi*)] que sucede ao N [νυ (*nü*)].

algum O, embora também não se aplique a algum [O]; pois se N se aplicar a todo O, e M não se aplicar a nenhum N, M não se aplicará a nenhum O. Contudo, *ex hypothesi,* ele se aplica a algum [O]. Assim, não é possível encontrar termos nestas condições e nossa demonstração precisa ser extraída do caráter indefinido da premissa particular, pois visto que é verdadeiro dizer que M não se aplica a algum O, se ele de fato não se aplica a nenhum [O], e vimos que quando não se aplica a nenhum não há silogismo, é evidente que tampouco haverá silogismo no caso em pauta.

Tomemos agora as premissas como afirmativas e suponhamos que a relação universal seja a mesma de antes, ou seja, que M se aplique a todo N e a algum O. Então será possível tanto para N aplicar-se a todo O quanto para não aplicar-se a nenhum O. Exemplos de termos nos quais não se aplica a nenhum são *branco, cisne, pedra*. Entretanto, será impossível encontrar exemplos nos quais se aplique a todo O, devido à mesma razão anterior, de sorte que nossa demonstração terá que ser extraída do caráter indefinido da premissa particular.

Se a relação universal se referir ao termo menor, isto é, se M não se aplicar a nenhum O e não se aplicar a algum N, será possível tanto que N se aplique a todo O quanto não se aplique a nenhum O. Exemplos de termos nos quais ele realmente se aplica são *branco*, *animal*, *corvo*, e nos quais ele não se aplica, *branco*, *pedra*, *corvo*. Se as premissas são afirmativas, exemplos de termos em que a relação dos extremos é negativa são *branco*, *animal*, *neve*; no caso de ser afirmativa [a relação dos extremos], *branco*, *animal*, *cisne*.

Assim evidencia-se que quando as premissas são semelhantes do ponto de vista da forma, e quando uma é universal e a outra particular, de modo algum obteremos um silogismo; e nem tampouco se o termo médio se aplicar ou não se aplicar a algum de cada um dos sujeitos,[84] ou aplicar-se a um particularmente mas não particularmente ao outro, ou se não se aplicar a nenhum deles considerados universalmente, ou for a eles relacionado indefinidamente. São exemplos de termos pertinentes a todos estes casos: *branco*, *animal*, *homem*; *branco*, *animal*, *inanimado*.

84. Ou seja, se o termo médio aplicar-se a cada um dos extremos considerado particularmente.

28a1 Ressalta como evidente, a partir da análise precedente, que se os termos são relacionados entre si da maneira descrita,[85] o resultado é necessariamente um silogismo e que, se há um silogismo, os termos têm que ser relacionados desta forma. É igualmente evidente que todos os silogismos nessa figura[86] são imperfeitos, porque são todos completados mediante a suposição de certas premissas adicionais que estão ou necessariamente implícitas nos termos ou são supostas como hipóteses; *por exemplo,* quando demonstramos nosso resultado por redução *ad impossibile,* e que por meio dessa figura não conseguimos um silogismo afirmativo, todos os silogismos são negativos, quer sejam universais ou particulares.

VI

No caso de um dos termos se aplicar a *tudo* e o *outro* a *nada* do mesmo sujeito, ou no caso de ambos os termos se aplicarem a tudo ou a nada dele,[87] chamo este tipo de figura de *terceira,* e nela entendo por [termo] médio aquele do qual são feitas ambas as predicações; por extremos [entendo], os predicados; por termo maior, aquele que está mais distante do médio, e, por [termo] menor, o que está mais próximo do [termo médio]. O médio está situado fora dos extremos e é o último, quanto à posição.

Ora, tampouco obtemos um silogismo perfeito nesta figura, embora tenhamos um silogismo potencial,[88] quer os termos estejam numa relação universal com o [termo] médio ou não. Se estiverem numa relação universal, quando tanto P quanto R se aplicarem a todo S, resultará necessariamente que P se aplicará a algum R, pois uma vez que a proposição afirmativa é convertível, S se aplicará a algum R e, assim, considerando-se que P se aplica a todo S, e S a algum R, P tem que se aplicar a algum R, com o que temos um silogismo por meio da primeira figura. É também possível demonstrá-lo por redução *ad impossibile* e por

85. Em 27a3-5, 26-32.

86. Ou seja, a *segunda.*

87. Ou, recorrendo a textos de outros helenistas: *se um termo se predica ao passo que o outro não se predica universalmente de um sujeito, ou se os dois se predicam, ou se nenhum [dos dois] se predica do mesmo [sujeito] universalmente.*

88. δυνατος (*dünatos*), entenda-se silogismo *imperfeito.*

exposição, uma vez que, onde ambos os termos[89] se aplicam a todo S, se tomarmos um dos S, digamos N, tanto P quanto R a ele se aplicarão e, assim, P se aplicará a algum R.

Do mesmo modo, se R se aplicar a todo S, e P a nenhum [S], haverá um silogismo como efeito de P necessariamente não se aplicar a algum R. O método para demonstração é o mesmo de antes, sendo a premissa RS convertida. Poder-se-ia também demonstrar o resultado mediante a redução *ad impossibile*, tal como nos casos anteriores.

Se, entretanto, R não se aplicar a nenhum S, e P se aplicar a todo S, não haverá silogismo. Exemplos de termos nos quais a relação dos extremos é afirmativa são *animal*, *cavalo*, *homem*; nos quais [esta relação] é negativa são *animal*, *inanimado*, *homem*. Tampouco haverá um silogismo quando ambos os termos não são predicados de nenhum S. Exemplos de termos em que a relação dos extremos é afirmativa são *animal*, *cavalo*, *inanimado*; em que [esta relação] é negativa, *homem*, *cavalo*, *inanimado*. Aqui *inanimado* é o termo médio.

É evidente, portanto, também nessa figura quando haverá ou não haverá um silogismo se forem os termos universalmente relacionados. Quando ambos os termos[90] são afirmativos, haverá um silogismo em função de um extremo se predicar do outro extremo tomado particularmente; contudo, quando são negati-
28b1 vos, não haverá nenhum silogismo. Quando um termo é negativo e o outro afirmativo, se o maior for negativo e o outro afirmativo, haverá um silogismo porque um extremo não se aplica ao outro tomado particularmente; ocorrendo o inverso, não haverá silogismo.

Se, entretanto, um dos termos estiver numa relação universal com o médio e o outro numa relação particular, sendo ambos afirmativos, o resultado necessário será um silogismo, não importa qual seja dos dois o termo universal, pois se R se aplica a todo S, e P a algum S, P tem que se aplicar a algum R, uma vez que, sendo a premissa afirmativa, convertível, S se aplicará a algum P e, assim, visto que R se aplica a todo S e S a algum P, R também se aplicará a algum P e, conseqüentemente, P se

89. Isto é, P e R.

90. Leia-se termos como *premissas*.

aplicará a algum R. Por outro lado, se R se aplica a algum S, e P a todo S, P tem que se aplicar a algum R. O método de demonstração é o mesmo anterior. É também possível demonstrar este resultado por redução *ad impossibile* e por exposição, tal como nos casos anteriores.

Se um termo é afirmativo e o outro negativo, sendo o primeiro universal, quando o termo menor for afirmativo haverá um silogismo, pois se R se aplica a todo S, e P não se aplica a algum S, segue-se necessariamente que P não se aplica a algum R, pois se aplicar-se a todo R e R a todo S, P também se aplicará a todo S; mas *ex hypothesi* não se aplica. Isso também pode ser demonstrado sem redução *ad impossibile*, se tomamos algum S ao qual P não se aplique. Mas quando o [termo] maior for afirmativo, não haverá nenhum silogismo, por exemplo, se P se aplica a todo S e R não se aplica a algum S. São exemplos de termos nos quais a relação dos extremos é universal e afirmativa *animado*, *homem*, *animal*; não é possível, porém, encontrarmos termos nos quais a relação é universal e negativa, visto que R se aplica a algum S, embora também não se aplique a algum, pois se P aplicar-se a todo S, e R a algum S, então P se aplicará a algum R. *Ex hypothesi*, porém, ele não se aplica a nenhum. A explicitação deve ser apreendida tal como o foi nos casos anteriores,[91] visto que se a proposição *um termo não se aplica a um outro [particularmente]* é indefinida, é exato dizer que aquele que não se aplica a nenhum não se aplica a algum. Entretanto, vimos que quando R não se aplica a nenhum S não há silogismo,[92] o que deixa visível que não haverá silogismo neste caso.

Se, contudo, o termo negativo for universal, sendo o maior negativo e o menor afirmativo, haverá um silogismo, pois se P não se aplicar a nenhum S, e R se aplicar a algum S, P não se aplicará a algum R, uma vez que teremos a primeira figura novamente ao ocorrer a conversão da premissa RS. Entretanto, quando o termo menor for negativo, não haverá silogismo. São exemplos de termos nos quais a relação dos extremos é afirmativa *animal*, *homem*, *selvagem*; nos quais ela é negativa, *animal*, *ciência*, *selvagem*. Em ambos os casos *selvagem* é o termo médio.

91. Em 27b20, 28.

92. 28a30.

Tampouco haverá um silogismo quando tomamos negativamente ambos os termos, sendo um universal e o outro particular. Constituem exemplos de termos nos quais é o termo menor
29a1 que se acha numa relação universal com o médio *animal*, *ciência*, *selvagem*; *animal*, *homem*, *selvagem*. Quando é o [termo] maior que está nesta relação, os exemplos de termos em que a relação dos extremos é negativa são *corvo*, *neve*, *branco*; mas onde a relação é afirmativa não é possível encontrar termos, visto que R se aplica a algum S, embora também não se aplique a algum, pois se P se aplica a todo R, e R a algum S, P também se aplica a algum S; porém, *ex hypothesi*, ele não aplica a nenhum. A demonstração deve ser obtida do caráter indefinido da premissa particular.[93]

Ademais, se ambos os termos [extremos] se predicam ou não, particularmente do médio, ou se um se predica, mas o outro não, ou se um deles se diz particularmente do médio enquanto o outro não se predica universalmente do médio, ou se eles se acham relacionados indefinidamente ao médio, não haverá, de modo algum, um silogismo. Constituem exemplos de termos comuns a todos estes casos *animal*, *homem*, *branco*; *animal*, *inanimado*, *branco*.

Assim, também nessa figura se evidencia quando haverá ou não um silogismo, e que resultará necessariamente um silogismo onde os termos forem relacionados da maneira descrita;[94] e que, se houver um silogismo, os termos terão que ser relacionados dessa forma. Também se evidencia que todos os silogismos dessa figura são imperfeitos, uma vez que são todos completados por meio da suposição de certas premissas adicionais; e que será impossível por meio dessa figura obter uma conclusão universal, negativa ou afirmativa.

VII

Fica claro, inclusive, que em todas as figuras, sempre que não obtemos nenhum silogismo, sendo ambos os termos afirmativos ou ambos negativos, não se obtém, de modo algum, uma conclusão necessária; entretanto, sendo um termo afirmativo e

93 *Vide* 27b20.

94. Em 28a18, 26, 28b5, 15, 31.

outro negativo, se o termo negativo for universal, obter-se-á sempre um silogismo ao estabelecer uma relação do [termo] menor com o [termo] extremo maior – por exemplo, se A se aplica a todo ou algum B, e B não se aplica a nenhum C, visto que uma vez convertidas as premissas, resultará necessariamente que C não se aplica a algum A. O que ocorre nas outras figuras é análogo porque sempre obtemos um silogismo mediante o processo de conversão. Salta aos olhos também que, em todas as figuras, se a particular afirmativa substitui a indefinida, resultará o silogismo idêntico.

Fica conspícuo ainda que todos os silogismos imperfeitos são completados por meio da primeira figura, uma vez que todas as conclusões são atingidas ou pela demonstração ou pela redução *ad impossibile*, obtendo-se nos dois casos a primeira figura: no caso daquelas completadas[95] pela demonstração porque – como vimos – todas as conclusões são alcançadas mediante a conversão e esta produz a primeira figura, e no caso daquelas alcançadas por redução ao absurdo (*reductio ad impossibile*) porque se uma falsa premissa é assumida, obtemos o silogismo por meio da primeira figura – por exemplo, na última figura, se A e B se aplicam a todo C, obtemos um silogismo a concluir que A se aplica a algum B, porque se não se aplicasse a nenhum B, e B se aplicasse a todo C, A não se aplicaria a nenhum C. Mas *ex hypothesi* aplica-se a todo C. Nos demais casos ocorre algo análogo.

29b1 É também possível reduzir todos os silogismos aos silogismos universais da primeira figura. [Os silogismos] da segunda figura são certamente completados[96] com o auxílio destes [últimos], mas nem todos da mesma forma, *ou seja*, os silogismos universais são completados por meio da conversão da proposição negativa, e cada um dos [silogismos] particulares por uma redução ao absurdo (*reductio ad impossibile*). Os silogismos particulares da primeira figura são realmente completados por si mesmos, embora também seja possível demonstrá-los por meio da segunda figura, se recorrermos à *reductio ad impossibile* – por exemplo, se A se aplica a todo B, e B a algum C, resulta que A

95. Ou sejam, as conclusões; mas a redação aqui é confusa e imprópria: o que é *completado* é o silogismo e não a conclusão, que é *obtida, atingida, alcançada*.

96. τελειοῦνται (*teleioûntai*): o leitor deve ter em mente que a idéia de completitude se identifica aqui com a de perfeição, isto é, o silogismo *completado* é o silogismo *tornado perfeito*.

se aplica a algum C, porque se não se aplicasse a nenhum C, mas se aplicasse a todo B, B não se aplicaria a nenhum C, uma vez que disto estamos cientes por meio da segunda figura. A demonstração assumirá forma semelhante também no caso da relação negativa, pois se A não se aplicar a nenhum B, e B se aplicar a algum C, A não se aplicará a algum C, pois se aplicar-se a todo C, mas não se aplicar a nenhum B, B não se aplicará a nenhum C, o que corresponde à forma que descrevemos como figura mediana.[97] E, assim, visto que os silogismos da figura mediana podem todos ser reduzidos aos silogismos universais da primeira figura, e os silogismos particulares da primeira figura aos silogismos universais da mediana, evidencia-se que os silogismos particulares [da primeira figura] também podem ser reduzidos aos silogismos universais da primeira figura.

No que concerne aos silogismos da terceira figura, uma vez que os termos sejam universais, são completados diretamente por meio dos silogismos acima indicados;[98] mas quando os termos são particulares, são completados mediante os silogismos particulares da primeira figura. Mas estes, como vimos, são redutíveis aos mencionados acima[99] e, conseqüentemente, [também] o são os silogismos particulares da terceira figura. Assim, evidencia-se que todos os silogismos são redutíveis aos silogismos universais da primeira figura.

E com isso temos como explicitado, com referência aos silogismos que demonstram que um predicado simplesmente se aplica ou não se aplica a um sujeito, como os da mesma figura estão relacionados entre si mesmos e como os pertencentes a diferentes figuras estão relacionados entre si.

VIII

Uma vez que *se aplicar* não é o mesmo que *se aplicar necessariamente* ou *se aplicar contingentemente* (visto que há muitos predicados que se aplicam, mas não *necessariamente,* e outros que nem se aplicam necessariamente nem, com efeito, aplicam-

97. μεσον σχημα (*meson schema*), ou seja, a *segunda*, já que Aristóteles tem em mente as três figuras descritas.

98. Ou sejam, os silogismos universais da primeira figura.

99. Ver nota acima.

se pura e simplesmente, mas são contingentemente aplicáveis), fica claro que o silogismo, inclusive, é diferente em cada um desses casos e que os termos não estão relacionados do mesmo modo, um silogismo concluindo a partir daquilo que é necessário, um outro a partir daquilo que é e um terceiro a partir daquilo que é contingente.[100]

Se as premissas forem apodíticas,[101] as condições serão, a grosso modo, as mesmas de quando as premissas são assertóricas.[102] Quando os termos estão relacionados do mesmo modo, então tanto nas proposições assertóricas quanto nas apodíticas – quer sejam afirmativas ou negativas – resultará ou não um silogismo do mesmo modo. A única diferença será os termos terem agregados a si as expressões "se aplica necessariamente" ou "não se aplica necessariamente", pois a premissa negativa se converte da mesma forma e disporemos da mesma explicação[103] da expressão "estar inteiramente contido em" ou "ser predicado de todo".[104]

Assim, em todos os demais casos, a conclusão se revelará como sendo necessária do mesmo modo como num silogismo assertórico,[105] por meio de conversão; contudo, na figura mediana, quando a proposição universal é afirmativa e a particular negativa, e novamente na terceira figura, quando a proposição universal é afirmativa e a particular negativa, a demonstração não assumirá a mesma forma. É preciso tomar exemplos daquela parte de seu sujeito a que cada predicado não se aplica e

100. Isto é, um silogismo é constituído por premissas apodíticas, o segundo por premissas assertóricas e o terceiro por premissas problemáticas.

101. Dos silogismos concluídos a partir do necessário. Aristóteles não utiliza certamente o vocábulo αποδεικτικος (*apodeiktikos*) (e Bekker o confirma) em todo este contexto, mesmo porque este significa *demonstrativo, próprio ao convencimento* e não *necessário* [αναγκαιος (*anagkaios*), o que levou, inclusive, alguns tradutores a evitarem tal adjetivo, preferindo a expressão silogismo *necessário* (dedução *necessária*) e mesmo proposição *necessária*, conclusão *necessária, etc.* (é o caso, por exemplo, de A. J. Jenkinson, na sua tradução dos A. A. com base no texto do eminente W. D. Ross). Mas tal adjetivo se consagrou na linguagem lógica com o sentido de *necessário*, inclusive em função do largo e intenso emprego que dele fez Kant na distinção entre juízos apodíticos, assertóricos e problemáticos.

102. Dos silogismos concluídos a partir do que é (predicação simples).

103. Em 24b26.

104. Ou seja, "ser predicado universalmente".

105. Mais precisamente, um silogismo *de predicação simples, formado por premissas assertóricas.*

desta extrair a conclusão, pois de posse desta combinação de termos obteremos uma conclusão necessária. E se a conclusão é necessariamente verdadeira no que diz respeito aos exemplos selecionados, então será necessariamente verdadeira no que diz respeito à parte do termo original, uma vez que essa [parte] é idêntica ao exemplo selecionado. Cada um destes silogismos é construído em sua própria figura.

IX

Acontece por vezes obtermos um silogismo apodítico[106] mesmo quando somente uma das premissas – não indiscriminadamente uma ou outra das duas, mas a premissa maior – é apodítica, por exemplo, se A foi tomado como se aplicando necessariamente ou não se aplicando a B, e B como se aplicando simplesmente a C. Se as premissas forem tomadas desta forma, A se aplicará necessariamente (ou não se aplicará) a C, pois visto que A necessariamente se aplica (ou não se aplica) a todo B, e C é algum B, é evidente que A terá também que se aplicar (ou não se aplicar) a C.[107]

Se, entretanto, a premissa AB não for apodítica, mas BC o for, a conclusão não será apodítica. Se for, terá que resultar necessariamente, tanto pela primeira quanto pela terceira figura, que A se aplica a algum B. Mas isto é falso, pois B pode ser tal que seja possível a A não se aplicar a nenhum B. Ademais, é também evidente, a partir do exame dos termos, que a conclusão não será apodítica. Por exemplo, se supormos que A seja movimento, B animal e C homem. O homem é necessariamente um animal, mas o animal não é necessariamente *movido* e tampouco o é o homem. Analogamente, se a premissa AB for negativa, uma vez que a demonstração é a mesma.

Nos silogismos particulares, se a premissa universal for apodítica, a conclusão também será apodítica; mas se a premissa

106. Mais exatamente, um silogismo *necessário formado por premissas apodíticas*.

107. Este argumento é fonte de controvérsia em torno dos A. A. Hugh Tredennick, que traduz os A. A. mormente sobre o próprio texto de Bekker, manifesta-se criticamente afirmando que o argumento é falacioso, sob o fundamento de que a relação de A com C só pode ser apodítica caso C seja *necessariamente* "algum B". Para Tredennick, não há clareza na distinção que Aristóteles faz entre relações assertóricas e apodíticas.

particular é que for apodítica, a conclusão não será apodítica, quer a premissa universal seja negativa ou afirmativa. Tomemos primeiramente a premissa universal como apodítica e que A se aplique necessariamente a todo B e B simplesmente se aplique a algum C. Então terá que resultar que A necessariamente se aplica a algum C, pois C se subordina a B e *ex hypothesi* A se aplica
30b1 necessariamente a todo B. Algo análogo ocorre também se o silogismo for negativo, uma vez que a demonstração será a mesma. Mas se a premissa particular for apodítica, a conclusão não será apodítica, uma vez que não há impossibilidade envolvida – se ela não for verdadeira – tal como não havia nenhuma nos silogismos universais. Algo análogo sucede também no caso das premissas negativas. São exemplos de termos *movimento*, *animal*, *branco*.

X

Na segunda figura, se a premissa negativa for apodítica, também a conclusão será apodítica, mas não se a premissa afirmativa for apodítica. Comecemos por supor que a premissa negativa seja apodítica e suponhamos que seja impossível para A aplicar-se a qualquer B, mas que se aplique simplesmente a C. Conseqüentemente, uma vez que a premissa negativa é convertível, é também impossível para B aplicar-se a qualquer A. A, porém, se aplica a todo C. Por conseguinte, B não pode se aplicar a qualquer C, já que C se subordina a A. O mesmo, igualmente, apresenta validade se a proposição negativa se referir a C, pois se A não pode se aplicar a qualquer C, tampouco pode C aplicar-se a qualquer A. Mas A se aplica a todo B. Portanto, C não pode aplicar-se a qualquer B, com o que obtemos novamente a primeira figura; e, assim, tampouco pode B se aplicar a C, uma vez que a premissa é convertível como antes.

Mas se a premissa afirmativa for apodítica, a conclusão não será apodítica. Que A necessariamente se aplique a todo B e que ele meramente não se aplique a nenhum C. Então, pela conversão da proposição negativa, obtemos a primeira figura; e foi demonstrado[108] na primeira figura que, se a premissa maior negativa não for apodítica, tampouco o será a conclusão. Portanto, não será apodítica no exemplo em pauta.

108. Em 30a23 e seguintes.

Além disso, se a conclusão for apodítica, seguir-se-á que C necessariamente não se aplica a algum A, pois se B necessariamente não se aplicar a nenhum C, C necessariamente também não se aplicará a nenhum B. Mas B tem que se aplicar a algum A, isto é, se A, *ex hypothesi,* tem que se aplicar a todo B. Em conseqüência, C necessariamente não se aplica a algum A. Não há razão que impeça, entretanto, tomar A, de sorte a ser possível aplicar-se a todo C.

Ademais, se tomarmos exemplos de termos, pode-se demonstrar que a conclusão é necessária não absolutamente, mas uma vez dadas certas condições. Por exemplo, que A seja *animal*, B *homem* e C *branco*; e que as premissas sejam consideradas da mesma maneira anterior.[109] Pode-se dizer que animal não se aplica a nenhum branco. Então *homem* também não se aplicará a nenhum branco. Mas isso não será assim necessariamente, uma vez que é possível que *um homem branco* venha a existir, embora não enquanto animal não se aplicar a nenhum branco. Desta maneira, uma vez dadas estas condições, a conclusão será necessária. Mas não será necessária de forma absoluta.

O mesmo princípio se apresentará no caso dos silogismos particulares. Quando a premissa negativa for universal e apodítica, a conclusão também o será; mas quando a premissa afirmativa for universal, e a negativa particular, a conclusão não será apodítica. Comecemos por supor que a premissa negativa é universal e necessária e que é impossível para A se aplicar a qualquer B, mas que A se aplique a algum C. Então, uma vez que a premissa negativa é convertível, também é impossível para B aplicar-se a qualquer A. Mas A se aplica a algum C, e assim B necessariamente não se aplicará a algum C. Suponhamos, desta feita, que a premissa afirmativa seja universal e apodítica e que ela se refira a B. Então, se A necessariamente se aplicar a todo B e não se aplicar a algum C, evidentemente B não se aplicará a algum C, o que, contudo, não será assim necessariamente. Os termos que o demonstram são os mesmos dos silogismos universais.

Tampouco a conclusão será apodítica se a proposição negativa for apodítica e particular, o que é demonstrável mediante os mesmos termos.

109. 30b20.

XI

Na última figura, estando os termos extremos numa relação universal com o [termo] médio, e sendo ambas as premissas afirmativas, se uma proposição ou outra for apodítica, a conclusão também o será. Se, todavia, uma [premissa] for negativa e a outra afirmativa, quando a negativa é apodítica, a conclusão será também apodítica; entretanto, quando a afirmativa é apodítica, a conclusão não o será.

Primeiramente, suponhamos que ambas as premissas são afirmativas, que tanto A quanto B se aplicam a todo C e que a premissa AC seja apodítica. Então, uma vez que B se aplica a todo C, C também se aplicará a algum B (devido à convertibilidade entre universal e particular), de modo que se A se aplicar a todo C, e C se aplicar a algum B, A terá que se aplicar também a algum B, visto que B se subordina a C. Assim obtemos a primeira figura. A demonstração será semelhante também se a premissa BC for apodítica, pois por conversão C se aplica a algum A, de maneira que se B necessariamente se aplicar a todo C, também se aplicará necessariamente a algum A.

Suponhamos agora que [a premissa] AC seja negativa e BC afirmativa, e que a premissa negativa seja apodítica. Então, uma vez que por conversão C se aplica a algum B e A necessariamente não se aplica a nenhum C, A também necessariamente não se aplicará a algum B, posto que B se subordina a C. Mas se a apodítica for a premissa afirmativa, a conclusão não será apodítica. Suponhamos que [a premissa] BC seja afirmativa e apodítica e AC seja negativa e assertórica. Então, considerando-se que a premissa afirmativa é convertível, C necessariamente também se aplicará a algum B, de modo que se A não se aplica a nenhum C e C se aplica necessariamente a algum B, A não se aplicará a algum B. Mas isso não será assim necessariamente, uma vez que ficou demonstrado na primeira figura que se a premissa negativa não for apodítica, tampouco o será a conclusão.

Ademais, tal fato pode ser evidenciado tomando-se exemplos de termos. Que A seja *bom*, B *animal* e C *cavalo*. Então é possível que *bom* não se aplique a nenhum cavalo, mas *animal* tem que se aplicar a todo cavalo. Mas não *é necessário* que algum animal não seja bom, uma vez que é possível que todo animal seja bom. Ou, se isso não for possível, tomemos termos como

desperto ou *adormecido*, visto que todo animal é receptivo a estes estados.

Assim, indicamos em quais circunstâncias a conclusão será apodítica se os termos extremos estiverem numa relação universal com o médio. Se um termo, porém, se achar numa relação universal e o outro numa particular, sendo ambas as premissas afirmativas – quando a relação universal for apodítica –, a conclusão também será apodítica. A demonstração é a mesma de antes, pois a premissa particular afirmativa é também convertível. Assim, se B tem que se aplicar a todo C e A se subordina a C, B tem que se aplicar a algum A, e se B tem que se aplicar a algum A, A tem também que se aplicar a algum B, uma vez que a premissa é convertível. A situação será análoga, supondo-se que a premissa AC seja apodítica e universal, já que B se subordina a C.

Se, contudo, é a premissa particular que é apodítica, a conclusão não será apodítica. Que [a premissa] BC seja particular e apodítica e que A se aplique a todo C, mas *não* necessariamente. Então, mediante a conversão de BC, obtemos a primeira figura e a premissa universal não é apodítica, mas a particular o é. Ora, constatamos que toda vez que as premissas se relacionam assim, a conclusão não é apodítica[110] e, portanto, tampouco o será no caso em pauta. Além disso, este fato pode ser evidenciado tomando-se exemplos de termos. Suponhamos que A seja *desperto*, B *bípede* e C *animal*. Então, B tem que se aplicar a algum C, e é possível que A se aplique a C; porém, A não se aplica necessariamente a B, pois não é necessário que um bípede particular esteja adormecido ou desperto. Pode-se demonstrá-lo analogamente por meio dos mesmos termos supondo que [a premissa] AC seja particular e apodítica.

Se, entretanto, um dos termos for afirmativo e o outro negativo, sendo a premissa universal negativa e apodítica, a conclusão também será apodítica, pois se é impossível para A aplicar-se a qualquer C, e B se aplicar a algum C, A necessariamente não se aplica a algum B. Mas quando a premissa afirmativa – universal ou particular – ou a premissa particular negativa for apodítica, a conclusão não o será. O resto da demonstração será o mesmo de antes[111] e os termos serão: [1º] quando a premissa

110. Em 30a35, b1 e seguintes.

111. Cf. 31a37 e seguintes; b20 e seguintes.

32a1 universal afirmativa for apodítica – *desperto*, *animal*, *homem* (homem sendo o termo médio); [2º] quando a premissa apodítica afirmativa for particular – *desperto*, *animal*, *branco* (pois *animal* tem que se aplicar a algo branco, mas é possível que desperto não se aplique a nenhum branco, e não é necessário que desperto não se aplique a algum animal particular); [3º] quando a premissa particular negativa for apodítica – *bípede*, *móvel*, *animal* (animal sendo o termo médio).

XII

Fica evidente, portanto, que, enquanto não há nenhum silogismo assertórico, salvo se ambas as premissas estiverem no modo assertórico, há um silogismo apodítico, mesmo se apenas uma das premissas for apodítica.[112] Mas em ambos os casos, sejam os silogismos afirmativos ou negativos, uma das premissas tem que ser semelhante à conclusão (por *semelhante*[113] quero dizer que, se a conclusão é assertórica, a premissa precisa ser assertórica, e se a conclusão é apodítica, a premissa tem que ser apodítica). Por conseguinte, evidencia-se também o seguinte: não será possível que a conclusão seja apodítica ou assertórica, a menos que uma premissa seja tomada como apodítica ou assertórica.

No que toca ao tipo apodítico [de silogismo],[114] como ele é obtido e de que forma difere do assertórico, discorremos, no geral, o suficiente.

XIII[115]

Em seguida, nos manifestaremos *sobre o tipo* problemático (*contingente*)[116] quanto a quando e em que sentido e por quais

112. Ver nota 43.

113. ομοιαν (*omoian*).

114. Περι μεν ουν του αναγκαιον,... (*Peri men oün toü anagkaion*), literalmente: *No que toca ao necessário.*

115. Outros helenistas que estabeleceram os A. A. (como W. D. Ross) determinam como início do capítulo XIII o começo do parágrafo anterior. Por força da própria mudança normal do objeto de discussão, a opção de Bekker nos parece a acertada.

116. Aristóteles escreve simplesmente ...περι δε του ενδεχομενου (*peri de toü endecomenoü*): sobre o possível [o admissível, o contingente, ou seja, o ενδεχεσθαι υπαρχειν *(endechesthai üparchein)*: o que tem eventual pertinência ou aplicação, como na proposição *a priori*, "Um quadrado *pode* ser dividido em dois triângulos iguais" ou

meios obtemos um silogismo. Chamo de *eventual* e de *contingente* (possível) a coisa que quando – *não sendo necessária* –, ao ser assumida, não acarreta nenhuma impossibilidade (digo *não sendo necessária* porque aplicamos o termo *contingente* homonimamente ao que é necessário). Que este seja o significado da expressão *ser contingente* torna-se evidente se considerarmos as negações e afirmações contraditórias, pois "não é contingente (possível) que se aplique", "é impossível que se aplique" e "é necessário que não se aplique" *ou* são idênticas *ou* resultam umas das outras – e, assim, as suas contraditórias: "é possível que se aplique", "não é impossível que se aplique" e "não é necessário que não se aplique" [também] *ou* são idênticas *ou* resultam umas das outras, porque de todo sujeito é predicado ou a afirmação ou a negação. Aquilo que é possível, portanto, não será necessário, e aquilo que não é necessário será possível.

Segue-se que todas as premissas problemáticas são mutuamente convertíveis. O que quero dizer não é que as afirmativas apresentam convertibilidade com as negativas, mas que todas que possuem forma afirmativa são convertíveis com suas opostas; por exemplo, "ser possível aplicar-se" com "ser possível não aplicar-se", e "ser possível aplicar-se a todo" com "ser possível aplicar-se a nenhum" ou "não se aplicar a todo"; e "ser possível aplicar-se a algum" com "ser possível não se aplicar a algum", e analogamente, nos demais casos, pois visto que o possível (contingente) não é necessário e o que não é necessário pode não se aplicar, é evidente que se é possível para A aplicar-se a B, também lhe é possível não se aplicar; e se lhe é possível aplicar-se a todo B, também lhe é possível não se aplicar a todo. Algo análogo também sucede com as afirmações particulares, uma vez
32b1 que cabe a mesma demonstração. Tais premissas são afirmativas, não negativas, visto que os sentidos de *ser possível (ser contingente)* correspondem àqueles de *ser*, como já foi indicado.

Esclarecidas estas distinções, é-nos facultado fazer a observação adicional de que a expressão *ser possível (ser contingente)* é empregada em dois sentidos: [1] na indicação do que geralmente acontece, porém carece de necessidade; por exemplo, o fato de um homem tornar-se grisalho, crescer ou deteriorar-se, ou em geral aquilo que é naturalmente aplicável a um sujeito (pois um tal atributo não apresenta necessidade contínua, uma vez que um homem nem sempre existe; contudo, enquanto um homem existir, o atributo se lhe aplicará ou necessariamente ou como regra geral); e [2] na indicação do indeterminado, do que é potencialmente ocorrível tanto de uma dada maneira quanto de maneira diversa; por exemplo, o caminhar de um animal ou a ocorrência de um terremoto enquanto ele está caminhando, ou uma ocorrência fortuita em geral, pois não é mais natural que uma tal coisa venha a acontecer de um modo do que do modo oposto. O contingente em cada uma dessas duas acepções, portanto, apresenta convertibilidade com sua premissa oposta – mas não do mesmo modo. O que é naturalmente se converte porque não se aplica necessariamente (uma vez que é neste sentido que *é possível* a um homem não se tornar grisalho); o indeterminado, entretanto, se converte porque ele ocorre não mais de uma maneira do que de uma outra.[117]

Não há ciência e *silogismo demonstrativo*[118] das proposições indeterminadas porque o termo médio não é estabelecido [ou seja, é incerto]. Mas há ambos no que toca às proposições que são naturalmente aplicáveis e – a nos expressarmos *lato senso* – é com proposições que são possíveis nesta acepção que estão envolvidas todas as discussões e investigações. Pode haver um silogismo daquelas que são possíveis (contingentes) no outro sentido, mas não é usualmente requerido.

Essas distinções serão tratadas mais extensivamente na seqüência.[119] Nossa preocupação de momento é indicar em quais circunstâncias um silogismo pode ser extraído de premissas problemáticas e qual será o caráter deste silogismo.

Visto que a expressão "ser possível a um termo aplicar-se a um outro" pode ser tomada em dois sentidos distintos, a saber,

naquela, empírica, "Um deserto *pode* ser desabitado", onde não há qualquer incompatibilidade entre o sujeito e o predicado]. O adjetivo *problemático*, tal como apodítico e assertórico, instaurou-se na terminologia lógica principalmente graças ao criticismo (filosofia de Kant) e consagrou-se.

117. Esta argumentação aristotélica tem suscitado críticas (no que tange à sua exatidão) mediante a inclusão dos conceitos de *provável* e *improvável*.

118. συλλογισμος αποδεικτικος (*süllogismos apodeiktikos*): ***não confundir*** com o silogismo apodítico (ou silogismo que parte do *necessário*).

119. Embora haja alusões aos *Analíticos Posteriores* (como a de Jenkinson a I, viii), é mais provável que Aristóteles não tenha retornado explicitamente a este tema no tratado supra-mencionado ou se refira a um texto que não chegou a nós.

ou que é possível que se aplique a um sujeito ao qual o outro termo *se aplica*, ou que pode se aplicar a um sujeito ao qual o outro termo *pode* se aplicar (uma vez que a proposição de que A pode ser predicado daquilo de que B é predicado significa uma de duas coisas: ou que pode ser predicado do sujeito do qual B *é* predicado, ou que pode ser predicado do sujeito do qual B *pode* ser predicado, e a proposição de que A pode ser predicado do sujeito do qual B é predicado não difere de modo algum da proposição de que A *pode* se aplicar a todo B), é conspícuo que há dois sentidos nos quais estamos capacitados a dizer que A *pode* se aplicar a todo B. Comecemos, portanto, por indicar qual e de que tipo será o silogismo, se B *puder* ser predicado do sujeito do qual C *pode* ser predicado e A *puder* ser predicado do sujeito do qual B *pode* ser predicado, posto que neste tipo ambas as premissas são problemáticas. Mas quando A *pode* ser predicado do sujeito do qual B é predicado, uma premissa é problemática e a outra, assertórica. Principiemos, assim, com o tipo cujas premissas são semelhantes do ponto de vista da qualidade, como nos demais exemplos.

XIV

Quando A *puder* aplicar-se a todo B, e B a todo C haverá um silogismo perfeito por conclusão de que A *pode* se aplicar a todo C, o que se evidencia a partir da definição, pois dissemos 33a1 que "ser possível aplicar-se a todo" tem esse significado.[120] Analogamente, inclusive, se A *pode* não aplicar-se a nenhum B, e B pode se aplicar a todo C, haverá um silogismo por força de A poder não se aplicar a nenhum C, pois vimos que a proposição de que A *não pode* ser predicado do sujeito do qual B *pode* ser predicado significa que nenhuma das possibilidades que se enquadram no termo B é desconsiderada.[121]

Quando, entretanto, A pode se aplicar a todo B e B pode não se aplicar a nenhum C, nenhum silogismo é obtido por meio das premissas assim tomadas. Contudo, quando a premissa BC é convertida do ponto de vista da contingência, obtém-se o mesmo silogismo de antes,[122] pois posto que B pode não se aplicar a nenhum C, pode também aplicar-se a todo C (o que foi asseverado anteriormente); e, assim, se B pode se aplicar a todo C, e A pode se aplicar a todo B, obtemos o mesmo silogismo novamente. Analogamente também se supormos que o sentido negativo se refere a ambas as premissas conjuntamente com o sentido de contingência. Quero dizer, por exemplo, se A pode não aplicar-se a nenhum B, e B a nenhum C, pois mediante as premissas tomadas desta forma não obtemos nenhum silogismo; contudo, ao convertê-las, teremos de novo o mesmo silogismo de antes. Fica evidente, assim, que se a negativa se refere ao termo menor ou a ambas as premissas, ou não obtemos silogismo algum ou obtemos um silogismo que não é perfeito, uma vez que a necessária conclusão depende da conversão.

Se uma das premissas for tomada como universal e a outra como particular, quando a premissa maior for universal, haverá um silogismo perfeito, pois se A pode se aplicar a todo B, e B a algum C, A pode se aplicar a algum C, o que se evidencia a partir da definição de "ser possível aplicar-se a todo". Por outro lado, se A pode não aplicar-se a nenhum B, e B pode se aplicar a algum C, segue-se necessariamente que A não pode se aplicar a algum C. A demonstração é a mesma de antes. Mas se a premissa particular for negativa e a universal, afirmativa – estando as premissas na mesma relação anterior – *ou seja*, se A pode se aplicar a todo B e B não pode se aplicar a algum C, não obtemos um evidente silogismo mediante as premissas assim tomadas; mas quando a premissa particular é convertida, *isto é*, quando B é tomado como se aplicando possivelmente a algum C, teremos a mesma conclusão de antes, tal como nos primeiros exemplos.[123]

Se a premissa maior for particular, e a menor universal, sejam ambas tomadas como afirmativas, ou ambas como negativas, ou como dessemelhantes na forma; ou se ambas são tomadas como indefinidas ou particulares – em nenhum destes casos haverá um silogismo, pois nada há que impeça o termo B de apresentar uma extensão mais ampla do que o termo A, de sorte que como predicados abranjam áreas desiguais. Que C represente a diferença de extensão entre B e A: [neste caso não haverá silogismo] 33b1 pois não é possível que A se aplique a todo, *ou* não

120. Em 32b25 e seguintes.
121. Em 32b38-40.
122. 32a29 e seguintes.

123. 32b5-17.

se aplique a nenhum, *ou* se aplique a algum *ou* não se aplique a algum C, *quer dizer,* se as premissas problemáticas são convertíveis e B pode se aplicar a mais sujeitos do que aqueles aos quais A pode se aplicar. Que se acresça que este fato pode ser mostrado com clareza recorrendo-se a exemplos de termos, pois as premissas estão ligadas desta forma tanto quando o primeiro termo não pode se aplicar a qualquer [termo], quanto quando ele tem que se aplicar ao todo do último [termo]. São exemplos de termos comuns a todos os casos em que o primeiro termo tem que se aplicar ao último, *animal*, *branco*, *homem*; em que ele não pode se aplicar, *animal*, *branco*, *vestimenta*.

Evidencia-se, assim, que quando os termos estão relacionados desta forma, nenhum silogismo é obtido, pois todo silogismo é assertórico, ou apodítico ou problemático. Ora, é evidente não haver nenhum silogismo assertórico ou apodítico neste caso, uma vez que a afirmativa é invalidada pela conclusão negativa e a negativa pela afirmativa. Conseqüentemente, resta a alternativa do silogismo ser problemático – contudo, isso é impossível, já que foi evidenciado que os termos estão relacionados dessa forma tanto quando o primeiro tem que se aplicar a todo, como quando ele não pode se aplicar a nenhum, no que toca ao último. Assim, não pode haver um silogismo problemático, pois vimos que *aquilo que é necessário não é contingente.*[124]

É também evidente que quando os termos nas premissas problemáticas são universais, obtém-se sempre um silogismo na primeira figura, sejam os termos ambos afirmativos ou ambos negativos, considerando-se, contudo, a diferença de que quando são afirmativos o silogismo é perfeito e, quando negativos, este é imperfeito.

O contingente deve ser entendido não por referência ao que é necessário, mas em conformidade com a definição que já apresentamos.[125] Isso, às vezes, passa desapercebido.

124. Em 32a28.

125. 32a18.

XV

Se uma das premissas é assertórica e a outra, problemática, quando é a premissa maior que expressa contingência, todos os silogismos serão perfeitos e serão do tipo *contingente,*[126] de acordo com a definição de contingência que foi apresentada precedentemente;[127] mas quando é a premissa menor, todos [os silogismos] serão imperfeitos e os que são negativos não serão *contingentes* de acordo com a definição, mas o serão em virtude do predicado não se aplicar necessariamente a qualquer ou a todo no que tange ao sujeito,[128] pois se não se aplica necessariamente a qualquer ou a todo, dizemos que é possível que não se aplique a nenhum ou que é possível que não se aplique a todo.

Suponhamos, a título de exemplo, que é possível que A se aplica a todo B e que B se aplica a todo C. Então, uma vez que C está subordinado a B, e A pode se aplicar a todo B, evidentemente A pode se aplicar a todo C, do que resulta obtermos um silogismo perfeito. De maneira semelhante, também, se a premissa AB for negativa e BC afirmativa, sendo a primeira problemática e a última assertórica, haverá um silogismo perfeito por conclusão de que A pode não se aplicar a nenhum C.

Com isso se evidencia que quando a predicação simples (assertórica) se refere ao extremo menor, obtemos silogismos perfeitos; entretanto, a demonstração de que teremos silogismos na disposição oposta exigirá que empreguemos a *reductio ad impossibile*. Ao mesmo tempo, também ficará claro que esses silogismos serão imperfeitos porque a demonstração não será tirada das premissas originalmente assumidas.

Temos, em primeiro lugar, que observar que se o *ser* de B se segue necessariamente do *ser* de A, a possibilidade de B se seguirá necessariamente da possibilidade de A. Admitindo esta relação entre A e B, suponhamos que A seja possível e B impossível. Então, se o possível (quando lhe é possível ser) *pode* vir a

126. Ou seja, o *silogismo problemático*, segundo a terminologia lógica pós-aristotélica aplicada a Aristóteles.

127. Em 32a18.

128. Certos helenistas encontram aqui uma inferência equívoca do próprio Aristóteles com base no encadeamento lógico estabelecido anteriormente. Entende-se que o que é qualificado com respeito aos silogismos negativos toca também aos afirmativos.

ser,[129] o impossível (enquanto impossível) *não pode* vir a ser; ademais, se A é possível e B, impossível, então é possível para A vir a ser *sem* B, e se vir a ser, então *ser*, pois aquilo que veio a ser, ao vir a ser, *é*.[130] É mister que entendamos *impossível e possível*[131] não somente no que respeita à geração como também no que tange à afirmação verdadeira e a toda predicação e em todas as outras acepções nas quais o vocábulo *possível* é utilizado, uma vez que o mesmo princípio estará atuante em todos eles. Além disso, não devemos supor que a proposição "se A *é*, B *é*" significa que se alguma coisa particular (singular), digamos A, *é*, B *será*, pois nada resulta necessariamente do ser de alguma coisa singular. São necessárias ao menos *duas*, por exemplo, quando as premissas são relacionadas, como dissemos com respeito aos silogismos,[132] pois se C é predicado de D, e D de E,[133] C também tem que ser predicado de E.[134] Além disso, se cada uma das premissas é possível, também o será a conclusão. Assim, supondo que A representa as premissas e B a conclusão, resultará não apenas que quando A é apodítico, B também é apodítico, mas também que quando A é possível, B é possível.

Esta demonstração traz a evidência de que se uma hipótese é falsa,[135] mas não impossível, o resultado que é alcançado mediante a hipótese será falso, mas não impossível; por exemplo, se A é falso, mas não impossível, e se o ser de B se segue do ser de A, então B será falso, mas não impossível, pois uma vez demonstrado que quando A é, B é, quando A for possível, B também será possível; e uma vez suposto que A é possível, então B

129. Ser gerado, passar a existir no tempo, *daí* acontecer.

130. Ver *Metafísica*, IX.

131. το αδυνατον και δυνατον (*to adünaton kai dünaton*). Estes adjetivos estão aparentados ao substantivo δυναμις (*dünamis*), que significa potência, ou seja, a faculdade de poder, a capacidade. Neste parágrafo Aristóteles reintroduz *uma* distinção entre contingente (*endecomenos*) e possível (*dünaton*). Dizemos que "Este navio *pode* carregar vinte toneladas e *pode* atravessar o Atlântico" (é *possível* que este navio o realize – ele tem a potência para este ato) e dizemos "Esta ilha *pode* abrigar selvagens hostis" (é *possível* – **contingente** – que abrigue selvagens hostis), "Comprei um bilhete de loteria e *posso* ganhar (o ganhar é meramente uma eventualidade – a contingência não é potência e, portanto, não implica necessariamente num ato).

132. Aristóteles parece se referir a 24b18, mas é duvidoso.

133. O texto registra Z (*zeta*), a sexta letra do alfabeto grego, e não E (*epsilon*), a quinta.

134. Ver nota anterior.

135. ψευδους... (*pseudous*) na acepção de 34a37.

também será possível, pois se for impossível, a mesma coisa será ao mesmo tempo possível e impossível.

Uma vez tais pontos esclarecidos, suponhamos que A se aplica a todo B e que B pode se aplicar a todo C. Então segue-se necessariamente que A pode se aplicar a todo C. Mas suponhamos que não possa se aplicar e que B seja considerado como se aplicando a todo C (o que é falso, mas não impossível); se, então, A não pode se aplicar a todo C, mas B se aplica a todo C, A não pode se aplicar a todo B,[136] com o que obtemos um silogismo por meio da terceira figura. Mas, *ex hypothesi,* A pode se aplicar a todo B, do que se segue necessariamente que A pode se aplicar a todo C, pois ao fazer uma suposição falsa, ainda que não impossível, obtemos uma conclusão impossível.

Podemos também indicar a impossibilidade por meio da primeira figura, supondo que B se aplica a C, pois se B se aplica a todo C e A pode se aplicar a todo B, A também pode se aplicar a todo C. Entretanto, foi admitido que [A] não pode se aplicar a todo [C].

Precisamos entender a expressão "aplicar-se a todo" não como qualificado no que tange ao tempo, digamos, *agora* ou *em determinado tempo*, mas num modo absoluto, pois é por meio de premissas tomadas neste último modo que construímos nossos silogismos. Caso a premissa seja tomada relativamente ao momento presente, não haverá silogismo, pois é presumível que não haja razão porque num certo momento *homem* não se aplique a tudo que esteja em movimento, quer dizer, se nada mais estivesse então em movimento; mas a expressão *em movimento* pode se aplicar a todos os cavalos e *homem* não pode se aplicar a qualquer cavalo. Tomemos o primeiro termo como *animal*, o médio como *em movimento* e o último como *homem*. Neste caso, as premissas estarão relacionadas do mesmo modo de antes, porém a conclusão é apodítica e não problemática, uma vez que o homem é necessariamente um animal. Com isso fica evidente que a premissa universal tem de ser tomada absolutamente e não com qualificação temporal.

136. Alguns helenistas, por conta de uma certa ambigüidade criada neste argumento por falta de precisão terminológica, registram a incoerência da conclusão aristotélica, se esta for entendida como apodítica.

Suponhamos que AB seja uma premissa universal negativa e digamos que A não se aplica a nenhum B e que B pode se aplicar a todo C. Então a conseqüência necessária dessas suposições é que A pode não se aplicar a nenhum C; conjeturemos que não pode se aplicar [a nenhum C] e tomemos B como se aplicando a todo C, como antes.[137] Então, segue-se necessariamente que A se aplica a algum B, por força de um silogismo da terceira figura, o que, contudo, é impossível. Conseqüentemente, será possível para A não se aplicar a nenhum C, pois ao fazer uma conjetura falsa, mas não impossível, obtém-se um resultado impossível. E, assim, esse silogismo não fornece uma conclusão que seja *contingente* na acepção definida,[138] mas demonstra que o predicado não se aplica necessariamente à totalidade do sujeito, o que é a contraditória da conjetura que fizemos, uma vez que foi conjeturado que A necessariamente se aplica a algum C, e o silogismo *per impossibile* demonstra a contraditória oposta à conjetura impossível.

Por outro lado, torna-se evidente, com base no exame dos exemplos de termos, que a conclusão não será problemática. Suponhamos que A seja *corvo*, B *inteligente* e C *homem*. Então A não se aplica a nenhum B, pois não há nada inteligente que seja um corvo. Mas B pode se aplicar a todo C, uma vez que a inteligência é aplicável a todo homem. A, porém, necessariamente não se aplica a nenhum C e, por conseguinte, a conclusão não é problemática. Nem, tampouco, é ela sempre apodítica, se supormos que A *é em movimento*, B *conhecimento* e C *homem*. Neste caso, A não se aplicará a nenhum B, mas B poderá se aplicar a todo C e a conclusão não será apodítica, pois não é necessário que nenhum homem esteja em movimento, pelo contrário, não é necessário que *qualquer* (algum) homem esteja. Assim, fica claro que a conclusão demonstra unicamente que um termo não se predica necessariamente de um outro termo considerado universalmente. Entretanto, os termos devem ser melhor eleitos.

Se, contudo, a premissa negativa referir-se ao extremo menor e possuir significação problemática, não haverá silogismo a partir das premissas efetivas assumidas; mas quando a premissa

137. 34a36.

138. Em 32a18.

problemática for convertida, haverá um silogismo, tal como nos exemplos anteriores.[139] Que A se aplique a todo B e que B possa não se aplicar a nenhum C. Então, com os termos nesta relação não haverá inferência necessária, mas se a premissa BC for convertida e B for tomado como possivelmente se aplicando a todo C, obteremos um silogismo como anteriormente,[140] visto obedecerem os termos a semelhante disposição. O mesmo será verdadeiro quando ambas as proposições forem negativas, caso AB seja assertórica e negativa e BC indicar a possibilidade de não se aplicar a nenhum termo universal; mediante as suposições tal como se apresentam não logramos, de modo algum, uma inferência necessária. Mas quando a premissa problemática for convertida, haverá um silogismo. Que se suponha que A não se aplica a nenhum C e que B pode não se aplicar a nenhum C. Nenhuma inferência necessária resultará dessas suposições. Mas se for suposto que B pode se aplicar a todo C, o que é verdadeiro, a premissa AB permanecendo idêntica, obteremos o mesmo silogismo mais uma vez.[141] Mas se for suposto não que B pode não se aplicar a nenhum C, mas que B não se aplica a qualquer (algum) C, não haverá silogismo em qualquer caso, seja a premissa AB negativa ou afirmativa. Termos que são comuns a ambos os casos e que revelam uma relação apodítica afirmativa do predicado com o sujeito são *branco*, *animal*, *neve*; os que revelam uma relação apodítica negativa, *branco*, *animal*, *resina*.

Assim, evidencia-se que, se os termos são universais e uma premissa é assertórica e a outra é problemática, sendo a premissa menor problemática, o resultado é sempre um silogismo, às vezes partindo das suposições originais e outras segundo a conversão de dita premissa. Explicamos em quais condições ocorre cada um desses casos e por qual razão.

Se, entretanto, uma das proposições é universal e a outra é particular, sendo a premissa maior universal e problemática (negativa ou afirmativa) e a premissa particular, afirmativa e assertórica, haverá uma silogismo perfeito, tal como quando os termos eram universais. A demonstração é a mesma de antes.[142]

139. 33a7, 16.

140. 34a34.

141. Ver 34b19.

142. 33b33 e seguintes.

Mas quando a premissa maior for universal, porém assertórica e não problemática, sendo a outra particular e problemática, se ambas as premissas forem negativas ou ambas afirmativas, ou uma negativa e a outra afirmativa, em todas as situações haverá um silogismo imperfeito. Mas a demonstração será tanto pelo
35b1 absurdo (*reductio ad impossibile*) quanto pela conversão da premissa problemática, como nos exemplos anteriores.

Teremos também um silogismo por meio de conversão quando a premissa maior universal detiver um sentido assertórico afirmativo ou negativo e a premissa particular for negativa e detiver um sentido problemático; por exemplo, se A se aplicar ou não se aplicar a todo B e B puder não se aplicar a algum C, quando BC for convertida obteremos um silogismo problemático. Mas quando a premissa particular for assertórica e negativa, não haverá silogismo. Exemplos de termos nos quais o predicado se aplica ao sujeito são *branco*, *animal*, *neve*; nos quais não se aplica, *branco*, *animal*, *resina*. A demonstração deve ser extraída do caráter indefinido da premissa particular.[143]

Mas se a premissa universal se referir ao extremo menor e a particular ao maior, sendo uma ou outra das premissas negativa ou afirmativa, problemática ou assertórica, em caso algum haverá um silogismo. Também quando as premissas são particulares ou indefinidas, impondo ambas uma relação problemática ou uma relação assertórica, ou uma a primeira e a outra a última – nestas condições também não haverá silogismo, sendo a prova a mesma dos exemplos anteriores.[144] Termos comuns a todos os casos nos quais o predicado necessariamente se aplica ao sujeito são *animal*, *branco*, *homem*; nos quais não pode possivelmente se aplicar, *animal*, *branco*, *vestimenta*.

Com isso fica evidente que quando a premissa maior é universal, resulta sempre um silogismo, ao passo que quando a menor é universal jamais há silogismo de qualquer tipo.

143. Ver 26b14, 27b20.

144. 33a34 e seguintes.

XVI

Quando uma das premissas apresentar um sentido apodítico e a outra um sentido problemático, haverá um silogismo se os termos estiverem relacionados do mesmo modo anterior,[145] e será perfeito quando a premissa apodítica estiver ligada ao termo menor. Se os termos forem afirmativos, sejam universais ou não, a conclusão será problemática, não assertórica; se uma premissa for afirmativa e a outra negativa, sendo a afirmativa apodítica, a conclusão será problemática e não assertórica negativa; e sendo a negativa apodítica, haverá tanto uma conclusão problemática quanto uma conclusão assertórica negativa, sejam os termos universais ou não. O sentido de contingência presente na conclusão deve ser entendido do mesmo modo de antes.[146] Não haverá inferência alguma devido ao predicado necessariamente não se aplicar ao sujeito, pois "não necessariamente se aplicar" não é idêntico a "necessariamente não se aplicar".

Ora, é evidente que, quando os termos são afirmativos, a conclusão obtida não é apodítica. Suponhamos que A tem que se aplicar a todo B, e B pode se aplicar a todo C. Então haverá um silogismo imperfeito por força de A poder se aplicar a todo
36a1 C; que se trata de um silogismo imperfeito ressalta claro da demonstração, uma vez que esta se constituirá da mesma maneira que antes.[147] Suponhamos agora que A pode se aplicar a todo B e que B tem que se aplicar a todo C. Então haverá um silogismo por força de A poder se aplicar a todo C, e não por ele *efetivamente* se aplicar. E o silogismo será perfeito, não imperfeito, uma vez que é completado diretamente mediante as premissas originais.

Se as premissas não forem semelhantes quanto à qualidade, comecemos por tomar a premissa negativa como apodítica; suponhamos que seja impossível para A aplicar-se a qualquer B e suponhamos que B pode aplicar-se a todo C. Então se segue necessariamente que A não se aplica a nenhum C. Mas imaginemos que se aplica a todo ou a algum C. Ora, foi suposto que não pode se aplicar a qualquer B. Então, considerando-se que a premissa negativa é convertível, tampouco pode B se aplicar a

145. Ou seja, aquele descrito no capítulo XV.

146. Ver 33b30, 34b27.

147. 34a34 e seguintes.

qualquer A. Mas foi suposto que A se aplica a todo ou a algum C. Conseqüentemente, B não pode se aplicar a qualquer C ou a todo C. Mas foi suposto originalmente que lhe é possível aplicar a todo.

É evidente que podemos ter um silogismo do tipo problemático negativo, uma vez que dispomos também de um silogismo do tipo assertórico negativo. Que a premissa afirmativa seja agora apodítica e suponhamos que A pode não se aplicar a nenhum B e que B tem que se aplicar a todo C. Então o silogismo será perfeito, embora não venha a ser do tipo assertórico negativo, mas do problemático negativo, visto que a premissa que se liga ao termo maior foi suposta nesse sentido; e estamos impossibilitados de utilizar a *reductio ad impossibile*, pois supondo que A se aplica a algum C, enquanto se supõe ainda que A pode não se aplicar a nenhum B, nenhuma conclusão impossível é obtida por meio dessas suposições. Se, contudo, a negativa estiver ligada ao termo menor, sendo o sentido problemático, haverá um silogismo por conversão, tal como nos exemplos anteriores; porém, quando o sentido não é problemático, não haverá silogismo, como tampouco haverá um quando ambas as premissas forem tomadas como negativas e a menor não for problemática. Os termos permanecem os mesmos de antes: naqueles nos quais o predicado se aplica ao sujeito, *branco*, *animal*, *neve*; naqueles em que [o predicado] não se aplica [ao sujeito], *branco*, *animal*, *resina*.

O mesmo vale para os silogismos particulares. Quando a premissa negativa é apodítica, a conclusão também será do tipo assertórico negativo. Exemplo: se A não pode se aplicar a qualquer B e B pode se aplicar a algum C, segue-se necessariamente que A não se aplica a algum C, pois se A se aplicar a todo C e não puder se aplicar a qualquer B, B também não poderá aplicar-se a qualquer A, e, assim, se A se aplica a todo C, B não pode aplicar-se a qualquer C. Mas foi suposto que ele pode se aplicar a algum C.

36b1 Quando a premissa afirmativa particular (nomeadamente BC) no silogismo negativo ou a premissa universal (nomeadamente AB) no silogismo afirmativo é apodítica, a conclusão não será assertórica, o que é demonstrado da mesma maneira anterior.[148]

148. Ver 36a19-25.

Se a premissa universal, seja afirmativa ou negativa, é problemática e se relaciona com a menor, ao passo que a premissa particular é apodítica e se relaciona ao termo maior, não haverá silogismo. Exemplos de termos nos quais o predicado necessariamente se aplica são *animal*, *branco*, *homem*; nos quais o predicado não pode se aplicar,[149] *animal*, *branco*, *vestimenta*. Quando a premissa universal é apodítica e a particular problemática, se a universal for negativa, os exemplos de termos nos quais o predicado se aplica ao sujeito serão *animal*, *branco*, *corvo*, e nos quais ele não se aplica, *animal*, *branco*, *resina*; se for afirmativa, os exemplos de termos nos quais o predicado se aplica são *animal*, *branco*, *cisne*, e nos quais não pode se aplicar, *animal*, *branco*, *neve*.

Tampouco haverá um silogismo quando as premissas são tomadas como indefinidas ou ambas como particulares. Exemplos de termos comuns a todos os casos nos quais o predicado se aplica ao sujeito são *animal*, *branco*, *homem*; nos quais não se aplica ao sujeito, *animal*, *branco*, *inanimado*. Com efeito, a relação de animal com algum branco e do branco com algum inanimado é simultaneamente necessária afirmativa e necessária negativa. O mesmo ocorre se a relação for problemática, de forma que os termos são válidos para todos os casos.

Evidencia-se, portanto, com base na análise que acabamos de efetuar que um silogismo resulta ou não de uma relação semelhante dos termos em proposições assertóricas e em apodíticas, com a qualificação de que, como vimos, se a premissa negativa for tomada como assertórica, a conclusão será problemática, enquanto se a premissa negativa for tomada como apodítica, a conclusão será tanto problemática quanto negativa assertórica. {É também evidente que todos os silogismos são imperfeitos, sendo completados por meio das figuras já mencionadas.}[150]

149. Ou seja, onde a predicação apodítica é negativa.

150. Immanuel Bekker, como também W. D. Ross e outros ilustres helenistas, consideram a sentença entre chaves suspeita, ou seja, não integrada genuinamente ao texto aristotélico. Hugh Tredennick a julga completamente deslocada na finalização deste período.

XVII

Na segunda figura, quando ambas as premissas são problemáticas, não haverá silogismo algum, seja afirmativo ou negativo, universal ou particular; mas quando uma premissa tem um sentido assertórico e a outra um sentido problemático, caso seja a premissa afirmativa que possui o sentido assertórico, jamais haverá um silogismo; mas se for a premissa universal negativa, sempre haverá um. O mesmo vale quando uma das premissas é assumida como apodítica e a outra como problemática. É preciso compreender o sentido de *contingência* nas conclusões destes casos do mesmo modo que antes.[151]

Devemos começar mostrando que não existe conversão da premissa problemática negativa. Por exemplo, que se A pode não se aplicar a nenhum B, não se segue necessariamente que B pode não se aplicar a nenhum A. Que isso seja suposto, ou seja, imaginemos que B pode não se aplicar a nenhum A. Então, uma vez que afirmações no sentido problemático têm convertibilidade com suas negações – sejam contrárias ou opostas[152] –, e uma vez
37a1 que B pode não se aplicar a nenhum A, é evidente que B pode também aplicar-se a todo A. Isto é, contudo, falso, pois não se segue necessariamente que se um termo pode se aplicar à totalidade de um outro, este último pode também se aplicar à totalidade do primeiro. Portanto, a proposição [problemática] negativa não é convertível.

Por outro lado, não há razão porque A não devesse possivelmente se aplicar a nenhum B, ainda que B necessariamente não se aplique a algum A. Por exemplo, *branco* pode não se aplicar a algum homem (pois pode também aplicar-se a todo homem), mas não é exato dizer que *homem* pode não se aplicar a nada que seja branco, uma vez que *homem* necessariamente não se aplica à multiplicidade de coisas brancas e, conforme vimos,[153] o necessário não é contingente.

151. Ou seja, em 33b30, 34b27, 35b32.

152. και αι εναντιαι και αι αντικειμεναι (*kai ai enantiai kai ai antikeimenai*): este trecho é falho e de dificílima solução, dada a dubiedade de significado do termo *antikeimenai*, que se tem o sentido forte de *contraditórios* (largamente presente no contexto dos A.A.), também pode significar *opostos*, o que nos conduziria a uma alternância absurda. Tendemos, portanto, a compreendê-lo como *contraditórios*, mas nenhuma proposição apresenta convertibilidade com seu contraditório.

153. Em 32a28.

Ademais, não se pode demonstrar ser este tipo de proposição convertível mediante a redução ao absurdo, por exemplo, se fosse para ser afirmado que uma vez falso que B possa não se aplicar a nenhum A, é verdadeiro que não pode se aplicar a nenhum A, visto ser esta última proposição o contraditório da primeira; e se assim é, é verdadeiro que B tem que se aplicar a algum A; portanto, A tem também que se aplicar a algum B. Mas isto é impossível. O raciocínio é inadmissível porque não se segue que se B não pode se aplicar a nenhum A, terá que se aplicar a algum [A], pois há dois sentidos nos quais dizemos que não é possível para um predicado aplicar-se a nada de um sujeito, *a saber*, [1] se necessariamente se aplica a algum e [2] se necessariamente não se aplica a algum. Pois não é verdadeiro dizer que aquilo que necessariamente não se aplica a *alguns As* pode não se aplicar a todo A mais do que é verdadeiro que aquilo que necessariamente se aplica a algum pode se aplicar a todo. Assim, se fosse afirmado que desde que não é possível que C se aplique a todo D, ele necessariamente não se aplica a algum [D], a suposição seria falsa, pois ele realmente se aplica a todo [D], mas porque em alguns casos ele se aplica necessariamente – por esta razão dizemos que não lhe é possível aplicar-se a todo [D]. Assim, à proposição "A pode aplicar-se a todo B" se opõe não somente "A não tem que se aplicar a algum B", como também "A tem que se aplicar a algum B"; analogamente no caso da proposição "A pode não se aplicar a nenhum B".

Assim, fica claro que temos que considerar como oposto àquilo que *é possível* (*contingente*) ou *não possível* (*não contingente*), na acepção originalmente definida por nós,[154] não somente aquilo que necessariamente se aplica a algum, como também aquilo que necessariamente não se aplica a algum. Se o fizermos, não se seguirá nenhuma conclusão impossível [no exemplo precedente] e, conseqüentemente, não surgirá nenhum silogismo. Assim, fica evidente, pelo que foi dito, que a premissa [problemática] negativa não é convertível.

Uma vez isso demonstrado, suponhamos que A pode não se aplicar a nenhum B, mas pode se aplicar a todo C. Então não haverá silogismo por meio de conversão porque já foi observado

154. Em 32a18.

que tal premissa[155] não é convertível. Nem tampouco haverá um silogismo por redução ao absurdo (*reductio ad impossibile*), pois
35 se for suposto que B pode se aplicar a todo C, não resultará nenhuma falsidade, porque A poderia aplicar-se tanto a todo C quanto não aplicar-se a nenhum C. De uma maneira geral, se houver um silogismo com essas premissas, decerto será problemático, uma vez que nem uma nem outra das premissas é tomada num sentido assertórico; ademais, tal silogismo será ou afirmativo ou negativo. Entretanto, nenhuma das alternativas é
37b1 admissível, pois se supormos que é afirmativa, poderá ser demonstrado, por exemplos de termos, que o predicado não se aplica ao sujeito, e se a supormos negativa, que a conclusão não é problemática, mas apodítica. Que A seja *branco*, B *homem* e C *cavalo*. Então A, isto é, branco, pode predicar-se de todo C e
5 não se predicar de nenhum B; mas não é possível que B se aplique ou não se aplique a C. Que não seja possível que se aplique é evidente, pois nenhum cavalo é um homem. Mas tampouco é possível que não se aplique, pois é necessário que nenhum cavalo seja um homem, e o necessário, como vimos, não é possível (con-
10 tingente). Conseqüentemente, não resulta nenhum silogismo.

Haverá uma demonstração semelhante se a negativa for, ao contrário, tomada com a outra premissa, ou se ambas as premissas forem tomadas como afirmativas ou como negativas, uma vez que a demonstração será extraída dos mesmos termos. Vale o mesmo quando uma premissa é universal, e a outra particular,
15 ou quando ambas são particulares ou indefinidas, ou em qualquer outra possível combinação das premissas, visto que a demonstração será sempre retirada dos mesmos termos. Assim, é evidente que, se ambas as premissas forem tomadas como problemáticas, nenhum silogismo resultará.

XVIII

Se, contudo, uma premissa tem um sentido assertórico, e a
20 outra um sentido problemático, quando a afirmativa é assumida como assertórica, e a negativa como problemática, nunca haverá um silogismo, sejam os termos tomados como universais ou como particulares. A demonstração será a mesma anterior e

155. Ou seja, a premissa maior AB.

extraída dos mesmos termos. Mas, quando a afirmativa é pro-
25 blemática e a negativa, assertórica, haverá um silogismo. Que se suponha que A não se aplica a nenhum B, porém pode aplicar-se a todo C. Neste caso, se a premissa negativa for convertida, B não se aplicará a nenhum A. Mas foi suposto que A pode se aplicar a todo C. Portanto, é produzido um silogismo por meio da primeira figura,[156] a concluir que B pode não se aplicar a nenhum C. Ocorre algo análogo se a negativa for vinculada a C.

Se ambas as premissas forem negativas, detendo uma senti-
30 do assertórico negativo e a outra, sentido problemático negativo, não resultará nenhuma conclusão necessária com base nas suposições tais como são; mas, com a conversão da premissa problemática, um silogismo será produzido por força de B poder não se aplicar a nenhum C, como no exemplo anterior, pois
35 mais um vez teremos a primeira figura. Se, entretanto, ambas as premissas forem tomadas como afirmativas, não haverá silogismo. Exemplos de termos nos quais o predicado se aplica ao sujeito são *saúde*, *animal*, *homem*; nos quais não se aplica, *saúde*, *cavalo*, *homem*.

O mesmo valerá no caso dos silogismos particulares. Quando
38a1 é a proposição afirmativa que é assertórica, quer seja tomada como universal ou como particular, não haverá silogismo, o que pode ser demonstrado pelo mesmo método e pelos mesmos termos de antes. Mas quando é a negativa que é assertórica, haverá um silogismo por conversão, como nos exemplos anterio-
5 res. Por outro lado, se ambas as proposições forem tomadas como negativas e a assertórica negativa for universal, nenhuma conclusão necessária se produzirá a partir das premissas tais como são; mas quando a proposição problemática for convertida, haverá um silogismo como antes.

Se a proposição negativa for assertórica e tomada como particular, não haverá silogismo, quer a outra premissa seja afirmativa ou negativa; tampouco haverá um silogismo quando ambas
10 são tomadas como indefinidas, sejam afirmativas ou negativas, ou como particulares. A demonstração é a mesma e produzida pelos mesmos termos.

156. 34b19 e seguintes.

XIX

Se uma premissa for apodítica e a outra apresentar um sentido problemático, se for a premissa negativa a apodítica, haverá um silogismo, não apenas por efeito do predicado poder não se aplicar ao sujeito, como também por não se aplicar; mas se for a premissa afirmativa, não haverá silogismo. Suponhamos que A necessariamente não se aplica a nenhum B, mas pode aplicar-se a todo C. Então, pela conversão da premissa negativa, B também não se aplicará a nenhum A e foi suposto que A pode se aplicar a todo C. Assim, novamente, mediante a primeira figura, um silogismo é produzido por força de B poder não se aplicar a nenhum C. Ademais, é também evidente que B não se aplica a qualquer C. Imaginemos [ao contrário] que se aplicasse. Então se A não pode se aplicar a qualquer B, e B se aplica a algum C, A não pode se aplicar a algum C. Mas, *ex hypothesi*, ele pode se aplicar a todo.

A demonstração pode igualmente ser produzida da mesma forma supondo que a negativa seja vinculada a C.

Por outro lado, que a proposição afirmativa seja apodítica e a outra, problemática: que A possa não se aplicar a nenhum B e necessariamente se aplicar a todo C. Então, quando os termos se acharem nesta relação, não haverá silogismo, pois pode ocorrer que B necessariamente não se aplique a C. Por exemplo, que A seja *branco*, B *homem* e C *cisne*. Então, branco se aplica necessariamente a cisne, mas pode não se aplicar a nenhum homem; e homem necessariamente não se aplica a nenhum cisne. Assim, fica evidente que não há silogismo do tipo problemático, uma vez que vimos que o necessário não é possível (contingente).[157]

Tampouco haverá um silogismo apodítico porque vimos que uma conclusão apodítica [somente] é produzida quando ambas as premissas são apodíticas ou quando a premissa negativa é apodítica.[158] Também é possível se os termos forem tomados dessa maneira, com B se aplicando a C, pois não há razão para que C não se subordine a B de tal modo que A possa se aplicar a todo B, mas tem que se aplicar a todo C; por exemplo, se C fosse *desperto*, B *animal* e A *movimento*, pois aquilo que está

157. Em 32a28.

158. Em 30b7, 31a21.

38b1 desperto tem que ter movimento e todo animal pode ter movimento e toda coisa desperta é um animal. Portanto, fica evidente que não há conclusão assertórica negativa tampouco, uma vez que, segundo este arranjo dos termos, a conclusão é assertórica e afirmativa. Nem tampouco existe uma conclusão que assume a forma de qualquer uma das proposições opostas. Conseqüentemente, não haverá silogismo.

Haverá uma demonstração semelhante se a premissa afirmativa ocupar a outra posição.

Se as premissas forem semelhantes na qualidade, quando são negativas, um silogismo será sempre produzido a partir da conversão da premissa problemática, tal como anteriormente. Vamos supor que A necessariamente não se aplica a B e pode não aplicar-se a C. Então na conversão das premissas, B não se aplica a nenhum A e A pode se aplicar a todo C, com o que resulta a terceira figura. De maneira semelhante, também, se a proposição negativa se vincular a C.

Se, entretanto, as premissas forem tomadas como afirmativas, não haverá silogismo. É evidente que não haverá nenhum do tipo assertórico negativo ou do apodítico negativo, uma vez que nenhuma premissa negativa foi assumida, quer no sentido assertórico, quer no apodítico. Além disso, não haverá nenhum do tipo problemático negativo, pois com os termos desta relação B necessariamente não se aplicará a C; por exemplo, se tomar-se A como sendo *branco*, B *cisne* e C *homem*. Tampouco podemos concluir qualquer das afirmações opostas, porque mostramos que B necessariamente não se aplica a C. Conseqüentemente, não resultará, de modo algum, um silogismo.

O mesmo também vale no caso dos silogismos particulares. Quando a proposição negativa for universal e apodítica, resultará sempre um silogismo produzindo tanto uma conclusão problemática quanto uma assertórica negativa, a demonstração procedendo por conversão. Mas quando a proposição afirmativa for universal e apodítica, jamais haverá um silogismo. A demonstração será produzida tal como nos silogismos universais e mediante os mesmos termos.[159]

159. 38a26-b4.

Tampouco haverá um silogismo quando ambas as premissas são tomadas como afirmativas. A demonstração disto também é a mesma anterior.[160]

Quando, todavia, ambas as premissas são negativas e a que possui o sentido não atributivo é universal e apodítica, embora não haja necessária conclusão das suposições tais como se apresentam, quando a premissa problemática for convertida haverá um silogismo como antes.

Se, entretanto, ambas as premissas forem assumidas como indefinidas ou particulares, não haverá silogismo. A demonstração é a mesma de antes e produzida pelos mesmos termos.[161]

Evidencia-se, assim, com fundamento na análise precedente, [1] que quando a premissa universal negativa é tomada como apodítica, resulta sempre um silogismo, produzindo não apenas uma conclusão do tipo problemático negativo, como também uma [conclusão] do tipo assertórico negativo[162] – mas quando a premissa universal afirmativa é assim tomada, nunca resulta um silogismo; [2] que resulta um silogismo ou não resulta do mesmo arranjo de termos nas proposições apodíticas e nas assertóricas. É igualmente óbvio que todos esses silogismos são imperfeitos e que são tornados perfeitos por meio das figuras já indicadas.[163]

XX

Na última figura, sendo ambas as premissas problemáticas e, também, sendo apenas uma problemática, haverá um silogismo. Quando ambas as premissas encerram um sentido problemático, a conclusão também será problemática, e o mesmo quando uma premissa é problemática e a outra assertórica. Se, entretanto, a outra premissa for apodítica, caso seja afirmativa, a conclusão não será nem apodítica nem assertórica; porém, caso seja negativa, haverá uma conclusão assertórica negativa, tal como antes.[164] Nesses silogismos, igualmente, o sentido de contingência

160. 38b13-23.
161. Ver 36b12-18.
162. Ver 36a15, 38a24, b26.
163. A rigor, somente pela primeira figura.
164. Ou seja, em 36a15, 38a24, b26, 40.

presente nas conclusões deve ser entendido do mesmo modo anterior.[165]

Principiemos, assim, por supor que as premissas são problemáticas e que tanto A quanto B possivelmente se aplicam a todo C. Então, uma vez que a proposição afirmativa é convertível como particular, e uma vez que B pode se aplicar a todo C, C pode também se aplicar a algum B. Assim, se A pode se aplicar a todo C e C a algum B, A também pode se aplicar a algum B, com o que obtemos a primeira figura. E se A pode não se aplicar a nenhum C, e B pode se aplicar a todo C, segue-se necessariamente que A pode não se aplicar a algum B, pois novamente teremos a primeira figura mediante a conversão. Mas supondo que ambas as premissas são tomadas como negativas, não haverá necessária conclusão a partir das suposições tais como se apresentam, mas, uma vez convertidas as premissas, haverá um silogismo, como anteriormente, pois se tanto A quanto B podem não se aplicar a C, se substituirmos em cada caso pela expressão "pode se aplicar"[166] teremos novamente a primeira figura por conversão.

Se um dos termos for universal e o outro particular, haverá ou não um silogismo mediante o mesmo arranjo dos termos como nos silogismos assertóricos. Que se suponha que A pode se aplicar a todo C, e B a algum C. Então, pela conversão da premissa particular teremos novamente a primeira figura, pois se A pode se aplicar a todo C, e C a algum B, então A pode se aplicar a algum B. O mesmo se mostrará verdadeiro se a proposição universal se relacionar à premissa BC. Analogamente também, se a premissa AC for negativa e BC afirmativa, pois a conversão nos proporcionará novamente a primeira figura.

Se ambas as premissas forem supostas como negativas, uma universal e a outra particular, não haverá conclusão alguma a partir das suposições tais como se apresentam, mas mediante a conversão delas teremos um silogismo como antes.

Quando, todavia, ambas as premissas são tomadas como indefinidas ou particulares, não haverá silogismo, uma vez que A se aplica necessariamente tanto a todo B quanto não se aplica a

165. 33b30, 34b27, 35b32, 36b33.
166. Ou seja, se substituirmos as contingentes (problemáticas) negativas.

nenhum B. Termos que ilustram isso e nos quais o predicado se aplica ao sujeito são *animal*, *homem*, *branco*; nos quais não se aplica, *cavalo*, *homem*, *branco*. Branco é o termo médio.

XXI

Se uma das premissas encerrar um sentido assertórico e a outra um sentido problemático, a conclusão será problemática, não assertórica, e surgirá um silogismo a partir do mesmo arranjo de termos dos exemplos anteriores.[167] Comecemos supondo os termos afirmativos. Que A se aplique a todo C e B possivelmente aplique-se a todo C. Então a conversão da premissa BC nos proporcionará a primeira figura e a conclusão de que A pode se aplicar a algum B, já que vimos que quando uma das premissas na primeira figura apresenta um sentido problemático, a conclusão também é problemática.[168] Semelhantemente, também, se [a premissa] BC for assertórica e AC problemática; ou se AC for negativa e BC afirmativa, e uma ou outra for assertórica: em ambos os casos a conclusão será problemática, pois mais uma vez obtemos a primeira figura, e foi mostrado que nela, quando uma das premissas encerrar sentido problemático, a conclusão será também problemática. Se, entretanto, a proposição problemática negativa estiver ligada ao termo menor, ou se ambas as proposições forem tomadas como negativas, não surgirá silogismo algum a partir das suposições tais como se apresentam; mas, mediante a conversão delas, surgirá um silogismo como antes.

Se uma das premissas for universal e a outra, particular – quando ambas são afirmativas ou quando a universal é negativa e a particular, afirmativa – os silogismos serão produzidos da mesma maneira, pois todas as conclusões são alcançadas por meio da primeira figura. Conseqüentemente, fica claro que a conclusão será problemática, não assertórica. Se, porém, a premissa afirmativa for universal e a negativa, particular, a demonstração será via absurdo (*reductio ad impossibile*). Que B se aplique a todo C e que A possivelmente não se aplique a algum C. Então se segue necessariamente que A pode não se aplicar a

167. Entendam-se os exemplos do Capítulo anterior (XX).

168. 33b25-40.

algum B, pois se A se aplicar necessariamente a todo B, e ainda supormos que B se aplica a todo C, A se aplicará necessariamente a todo C, como já foi demonstrado.[169] Mas *foi suposto* que ele pode não se aplicar a algum [C].

40a1 Quando ambas as premissas são tomadas como indefinidas ou particulares, não haverá silogismo. A demonstração é idêntica à do caso dos silogismos universais, e é obtida mediante os mesmos termos.

XXII

Se uma das premissas for apodítica, e a outra problemática, sendo os termos afirmativos, a conclusão será sempre problemática; mas sendo um termo afirmativo e o outro negativo, se a proposição afirmativa for apodítica, a conclusão será negativa e problemática; se a proposição negativa for apodítica, a conclusão será problemática negativa e assertórica negativa – não haverá nenhuma conclusão apodítica negativa, tal como não houve nenhuma nas demais figuras.

Assim, iniciemos por supor que os termos são afirmativos e que A se aplique necessariamente a todo C, e B possivelmente se aplique a todo C. Então, visto que A tem que se aplicar a todo C, e C pode se aplicar a algum B, A também se aplicará (num sentido problemático e não assertórico) a algum B, considerando-se que vimos que tal é a conseqüência na primeira figura.[170] A demonstração será também semelhante, se a premissa BC for suposta como apodítica e AC como problemática.

Na seqüência, que uma proposição seja afirmativa, e a outra negativa, a afirmativa sendo apodítica; e que A possivelmente não se aplique a nenhum C, e B necessariamente se aplique a todo C. Então, teremos mais uma vez a primeira figura e a premissa negativa terá o sentido problemático. Assim, evidenciar-se-á que a conclusão será problemática, uma vez que vimos que, quando as premissas estão nessa relação na primeira figura, a conclusão também é problemática.[171]

169. 30a15-23.

170. Em 35b38, 36a1.

171. Em 36a17-25.

Se, entretanto, a premissa negativa for apodítica, não haverá meramente uma conclusão problemática particular negativa, mas uma conclusão assertórica particular negativa, pois suponhamos que A necessariamente não se aplica a C e que B pode se aplicar a todo C. Então, a conversão da premissa BC afirmativa produzirá a primeira figura e a premissa negativa é apodítica. Vimos, porém, que quando as premissas se acham nessa relação não se conclui apenas que A pode não se aplicar, mas que A não se aplica a algum C. E, portanto, também se conclui necessariamente que A não se aplica a algum B. Quando, porém, a proposição negativa se referir ao termo menor, se for problemática haverá um silogismo após a substituição da premissa [afirmativa correspondente], tal como antes. Mas se a proposição for apodítica, não haverá silogismo, uma vez que A tanto se aplica necessariamente a todo B quanto necessariamente não se aplica a nenhum. Termos que ilustram a primeira relação são *sono*, *cavalo adormecido*, *homem*; que ilustram a última, *sono*, *cavalo desperto*, *homem*.

O mesmo princípio valerá também se um dos termos [extremos] se encontrar numa relação universal e o outro numa relação particular com o termo médio. Se ambas as proposições forem afirmativas, a conclusão será problemática e não assertórica, inclusive quando uma for tomada como negativa e a outra como afirmativa, a última sendo apodítica. Quando, entretanto, a proposição negativa for apodítica, a conclusão será negativa e assertórica, pois a demonstração assumirá a mesma forma, não importando se os termos são universais ou não, porque os silogismos têm que ser completados por meio da primeira figura, de modo que o resultado tem que ser o mesmo nestes, bem como nos exemplos anteriores.[172] Quando, contudo, a proposição negativa, tomada como universal, se referir ao termo menor, se for problemática, haverá um silogismo por conversão; mas se for apodítica, não haverá silogismo. A demonstração será produzida tal como no caso dos silogismos universais e mediante os mesmos termos.

Evidencia-se também nessa figura quando e em quais circunstâncias haverá um silogismo quando este será problemático, e quando será assertórico. Evidencia-se, ademais, que os silogismos são todos imperfeitos e que são tornados perfeitos por meio da primeira figura.

172. Ver 40a25.

XXIII

Fica claro, portanto, com base na análise precedente, que os silogismos nessa figura são completados mediante os silogismos universais na primeira figura e que são redutíveis a eles. Isto vale para todo silogismo, sem exceção, como terá se evidenciado, uma vez demonstrado que todo silogismo é produzido por meio de uma dessas figuras.

Ora, toda demonstração e todo silogismo devem provar que algum atributo se aplica ou não se aplica a algum sujeito, e isso universalmente ou num sentido particular e, ademais, de modo ostensivo ou hipotético. Uma modalidade de demonstração hipotética é aquela por redução ao absurdo (*reductio ad impossibile*). [Mas] ocupemo-nos inicialmente das demonstrações ostensivas, pois, uma vez expostas as condições que as regulam, as coisas também se esclarecerão, no que diz respeito às demonstrações por *reductio ad impossibile* e demonstrações hipotéticas em geral.

Na conjetura, portanto, de que se requer fazer uma inferência que o predicado A se aplica ou não ao sujeito B, temos que supor alguma predicação de algum sujeito. Ora, se supormos que A é predicado de B, teremos uma petição de princípio; se supormos que A é predicado de C, mas C é predicado de nada e nenhum outro termo é predicado de C, e nada mais é predicado de A, não haverá silogismo, visto que nenhuma conclusão necessária se segue da suposição de que um termo é predicado de um outro termo. Por conseguinte, temos também que supor uma outra premissa.

Ora, se supormos que A é predicado de um outro termo, ou um outro termo de A, ou algum outro termo de C, nada haverá que obste um silogismo, mas se este proceder dessas suposições não apresentará referência a B. Analogamente, quando C é ligado a um outro termo, e este a um outro, e este último ainda a um outro, e a série não é ligada a B, também neste caso não teremos nenhum silogismo com referência a B, uma vez que estabelecemos o princípio geral de que jamais teremos qualquer silogismo demonstrando que um termo é predicado de um outro,

a menos que se suponha algum termo médio que esteja de alguma forma relacionado por predicação a cada um dos outros dois [termos],[173] já que o silogismo em geral procede de premissas, e o silogismo que se relaciona com um dado termo procede de premissas que se relacionam com esse termo, e o silogismo que demonstra a relação de um termo com um outro é obtido por meio de premissas que estabelecem a relação de um com o outro. Mas é impossível obter uma premissa relacionada a B, se não afirmamos nem negamos alguma coisa de B; ou ainda [uma premissa] que estabeleça a relação de A com B, se não formos capazes de encontrar alguma coisa comum a ambos e nos limitarmos a afirmar ou negar certos atributos peculiares a cada um. Por conseguinte, temos que assumir algum termo médio que se relacione a ambos, o qual juntará as predicações, caso se pretenda que haja um silogismo demonstrando a relação de um termo com o outro.

Posto, portanto, que precisamos tomar algum termo comum que esteja relacionado a ambos (o que pode ser realizado de três maneiras, a saber, predicando-se A de C e C de B, ou C de ambos, ou ambos de C, sendo estas as figuras já descritas), fica evidente que todo silogismo tem que ser produzido por meio de uma dessas figuras, pois o mesmo princípio valerá também se A estiver ligado a B através de mais de um termo. A figura também será a mesma no caso da pluralidade dos termos [médios].

Evidencia-se, então, que as demonstrações [silogísticas] ostensivas são levadas a efeito por meio das figuras já descritas. Que as demonstrações por redução ao absurdo (*reductio ad impossibile*) também são levadas a cabo por meio delas será claramente mostrado pelo que se segue. Qualquer um que realiza uma demonstração [silogística] *por absurdo* deduz o que é falso e demonstra o ponto em questão hipoteticamente quando uma conclusão impossível se segue da suposição da proposição contraditória; por exemplo: alguém demonstra que a diagonal de um quadrado é incomensurável relativamente aos lados mostrando-se que, se fosse suposta comensurável, os números ímpares se tornariam iguais aos pares. Assim, ele argumenta a favor da conclusão de que o ímpar se torna igual ao par e demonstra hipoteticamente que a diagonal é incomensurável, uma vez que

173. Em 25b32.

a proposição contraditória gera um resultado falso, pois vimos que alcançar uma conclusão lógica *per impossibile* é demonstrar alguma conclusão impossível por conta da suposição original.[174] Portanto, uma vez que na *reductio ad impossibile* obtemos um silogismo ostensivo de falsidade (o ponto em questão sendo demonstrado *ex hypothesi*) e estabelecemos anteriormente que os silogismos ostensivos são construídos por meio dessas figuras, fica evidente que silogismos por redução ao absurdo (*reductio ad impossibile*) também serão obtidos por meio dessas figuras. O mesmo vale para todas as demais demonstrações [silogísticas] hipotéticas,[175] pois em todos os casos o silogismo é produzido com referência à proposição inicial e a conclusão requerida é alcançada por meio de uma concessão ou alguma outra hipóte-
41b1 se. Mas se isso for verdadeiro, toda demonstração e todo silogismo serão produzidos por meio das três figuras já descritas e, uma vez provado isso resulta óbvio que todo silogismo é completado mediante a primeira figura e é redutível aos silogismos universais desta figura.

XXIV

Além disso, em todo silogismo um dos termos[176] tem que ser afirmativo e deve haver predicação universal. Sem a predicação universal, ou não teremos silogismo, ou a conclusão estará desvinculada da suposição, ou haverá petição de princípio. Suponhamos que temos a incumbência de demonstrar que o prazer musical é bom. Então, se postularmos que o prazer é bom, a menos que *todo* seja adicionado como antecedente de *prazer*, não haverá silogismo. Se postularmos que *algum* prazer é bom, se tratar-se de um outro prazer, não haverá referência à suposição original; se tratar-se do mesmo, haverá uma petição de princípio.

174. Ou, em outras palavras, o argumento por redução ao absurdo (*reductio ad impossibile*) consiste em demonstrar a impossibilidade de uma coisa com base na hipótese admitida originalmente.

175. Como ocorre em várias outras passagens, o texto dos A.A. exibe graves deficiências formais: aqui, por exemplo, o leitor não deve entender que demonstrações silogísticas e silogismos sejam coisas *distintas* dada a distinção formal que nos vemos forçados a reproduzir no nosso vernáculo: são exatamente a mesma coisa.

176. ορων (*oron*), mas o leitor deve entender *premissa* e não *termo*.

Este ponto poderá ser percebido com maior clareza se atentarmos para os teoremas da geometria. Por exemplo, tomemos a proposição de que os ângulos adjacentes à base de um triângulo isósceles são iguais. Que as linhas A e B sejam traçadas em direção ao centro [de uma circunferência]. Então, se supormos que o ângulo AC[177] é igual ao ângulo BD, sem postularmos de modo geral que os ângulos dos semicírculos são iguais, e se supormos que o ângulo C é igual a D, sem também supor que todos os ângulos do mesmo segmento são iguais e, ainda, se supormos que quando ângulos iguais são subtraídos da totalidade dos ângulos, os ângulos remanescentes E e F[178] serão iguais, a menos que suponhamos [o princípio geral] de que quando iguais são subtraídos de iguais os remanescentes são iguais, seremos responsáveis por uma petição de princípio.[179]

Por conseguinte, evidencia-se que em todo silogismo é mister que haja predicação universal e que uma conclusão universal só pode ser demonstrada quando todos os termos são universais, ao passo que uma conclusão particular pode ser demonstrada sejam os termos todos universais ou não, de modo que se a conclusão for universal, os termos terão que ser também universais, mas se os termos forem universais, a conclusão poderá não ser universal. É também evidente que em todo silogismo uma ou ambas as premissas tem que ser semelhante à conclusão – não quero dizer simplesmente serem afirmativas ou negativas, mas serem apodíticas, assertóricas ou problemáticas.[180] Temos que levar em consideração também as outras formas de predicação.

Fica, contudo, evidente em linhas gerais quando haverá e quando não haverá um silogismo, quando o silogismo será potencial e quando será perfeito[181] e que, se houver um silogismo, os termos terão que estar relacionados de uma das maneiras já descritas.

177. AΓ (*gamma* é a terceira letra do alfabeto grego e, portanto, correspondente ao C).

178. Z (*zeta* é a sexta letra do alfabeto grego e correspondente, portanto, ao F do alfabeto português).

179. Fazer uma petição de princípio (*petitio principii*) consiste em empregar um argumento que supõe como demonstrado aquilo mesmo que procuramos demonstrar.

180. Esta observação peca por incoerência se a confrontarmos com 38a15-25.

181. δυνατος και ποτε τελειος (*dünatos kai pote teleios*): o silogismo *potencial* (*dünatos*) é o silogismo imperfeito.

XXV

É claro, ademais, que toda demonstração será efetuada por meio de três termos e não mais do que isso, a menos que a mesma conclusão seja alcançada por meio de diferentes combinações de termos; por exemplo, se E é concluído tanto a partir das proposições A e B como a partir das proposições C e D, ou a partir de A e B, A e C e B e C, visto não haver porque não devesse haver mais do que um [termo] médio entre os mesmos termos, ainda que neste caso haja muitos silogismos e não apenas um; ou quando cada uma das proposições A e B é deduzida (por exemplo, A por meio de D e E, e B por meio de F e G[182]), ou uma induzida e a outra deduzida – mas aqui novamente teremos uma pluralidade de silogismos, visto haver várias conclusões, a saber, A, B e C. Se fosse concedido que não são muitos silogismos, mas apenas um, então a mesma conclusão poderia ser alcançada por mais do que três termos dessa forma; porém, [essa conclusão] não pode ser alcançada de sorte que C resulte de A e de B. Suponhamos que E seja a conclusão alcançada por meio das premissas A, B, C e D. Então, alguma destas teria que ter sido suposta como estando relacionada a alguma outra, como o todo em relação à parte, pois já foi mostrado que onde há um silogismo certos termos devem ser assim relacionados.[183] Que A, então, seja assim relacionado a B. Então haverá alguma conclusão a partir dessas premissas, ou E, ou uma ou outra das proposições C e D, ou [ainda] uma outra que seja diferente destas. Se for E, o silogismo poderia ser extraído exclusivamente de A e B. Se as proposições C e D, entretanto, se acharem numa relação tal que uma constitua o todo e a outra a parte, delas será retirada também uma conclusão, a qual será ou a proposição E, ou uma ou outra das proposições A e B, ou [ainda] uma ou outra

182. ZΘ: *zeta* corresponde na ordem alfabética a F, mas *theta* [Θ], sendo a oitava letra do alfabeto grego, não corresponde ao G, mas sim ao H. Mas tudo leva a crer que não se trata aqui (como em alguns outros casos alhures) de correspondência da *ordem* alfabética, mas da correspondência efetiva dos caracteres (gráfica e/ou fonética). Assim, *theta* "não corresponderia" ao H, e sim *êta* [H - sétima letra do alfabeto grego]. O problema é que deste ponto de vista o nosso G também não corresponderia a *theta*, mas sim a *gamma* [Γ] do ponto de vista fonético. Entretanto, tudo isso não afeta a clareza e compreensão do texto, tendo esta nota apenas um cunho informativo.

183. Em 40b30.

distinta daquelas. Caso seja E ou A ou B, *ou* há efetivamente pluralidade de silogismos, ou o que ocorre é que uma coisa idêntica é concluída mediante múltiplos termos naquele sentido que já indicamos como sendo possível. A despeito [desta situação], caso a conclusão seja diferente dessas proposições, estaremos diante de diversos silogismos que não guardarão relação entre si. E caso C não se ache vinculado a D de maneira a produzir uma conclusão, concluir-se-á que essas proposições foram supostas em vão, salvo colimando a indução, ou um obscurecimento do argumento ou algum outro objetivo do gênero.

Mas, se a conclusão extraída de A e B não for E, mas algo distinto, e a conclusão de C e D for ou uma das proposições A e B ou alguma coisa diferente delas, resultará mais de um silogismo e estes silogismos não demonstram a conclusão requerida, pois se supôs que o silogismo demonstrava E. E se nenhuma conclusão resultar de C e D, conclui-se que essas proposições foram supostas em vão e que o silogismo não demonstra a suposição original. Por conseguinte, fica evidente que toda demonstração e todo silogismo serão produzidos por meio de apenas três termos.

Isso evidenciado, também se torna visível que todo silogismo procede de *duas* premissas e não mais – visto que os três termos formam duas premissas –, a menos que alguma suposição adicional seja feita, como dissemos no início, com o propósito de completar os silogismos. E assim fica claro que se em qualquer argumento silogístico, as premissas pelas quais se alcança a conclusão principal (e digo *principal* porque algumas das conclusões anteriores são necessariamente premissas) não forem em número par, ou esse argumento não foi deduzido[184] ou postulou mais premissas do que as necessárias à demonstração da tese.

42b1 Assim, se considerarmos os silogismos no que tange às suas premissas propriamente ditas, todo silogismo consistirá de um número par de premissas e um número ímpar de termos, pois estes são em um número a mais do que as premissas. Ademais, as conclusões corresponderão à metade da quantidade de premissas. Mas quando a conclusão é atingida por meio de prossilogismos[185] ou vários termos médios consecutivos (por exemplo, a conclusão AB por meio dos termos C e D), o número dos termos excederá o das premissas, como antes, em um, uma vez que cada termo adicional que é introduzido será acrescentado externa ou intermediariamente à seqüência, e num caso ou outro resulta que os intervalos[186] são um a menos que os termos e há tantas premissas quanto intervalos; as premissas nem sempre serão pares e os termos nem sempre ímpares, mas de modo alternado quando as premissas são pares, os termos serão ímpares, e quando os termos são pares, as premissas serão ímpares, pois onde um termo é acrescentado, uma premissa também o é. Assim, uma vez que as premissas eram pares e os termos ímpares, seus números devem mudar em consonância quando um acréscimo idêntico é feito a ambos. Mas as conclusões não conservarão mais a mesma relação numérica, quer com os termos ou com as premissas, visto que quando é acrescentado um termo, o número de conclusões acrescentadas será menor em um ao número original dos termos, porquanto formará conclusões com todos os termos, à exceção do último. Por exemplo, se o termo D é acrescentado aos termos A, B e C, duas conclusões adicionais são acrescentadas *ipso facto*, a saber, aquelas que são dadas pela relação de D separadamente a A e B. Coisa semelhante ocorre em todos os demais casos. E mesmo se o termo for introduzido intermediariamente, valerá o mesmo princípio, pois o termo formará uma conclusão com todo o resto, salvo por um [termo]. Conseqüentemente, haverá muito mais conclusões do que termos ou premissas.

184. Ou seja, demonstrado silogisticamente.

XXVI

Uma vez compreendido o objeto do silogismo e que tipo de demonstração pode ser obtida em cada figura e de quantas maneiras, a nós também se evidencia que tipo de proposição é de difícil demonstração e que tipo é de fácil demonstração, já que aquela concluída em mais figuras e mediante mais modos se mostra mais facilmente demonstrável, enquanto a que é concluída

185. προσυλλογισμων (*prosüllogismon*). O prossilogismo é um silogismo ligado de tal modo a um outro silogismo que a conclusão do primeiro deles acaba constituindo a premissa do segundo.

186. Relações de predicação.

em menos figuras e por menos modos se mostra mais dificilmente demonstrável.

A universal afirmativa é demonstrada somente pela primeira figura e por meio desta em um único modo somente. A negativa, contudo, é demonstrada tanto pela primeira figura quanto pela figura mediana: pela primeira em um único modo e pela mediana em dois modos. A particular afirmativa é demonstrada pela primeira e última figuras: pela primeira em um único modo e pela última em três modos. A particular negativa é demonstrada por todas as três figuras, com a diferença de que na primeira figura é demonstrada em um modo, ao passo que na segunda e na terceira é demonstrada respectivamente em dois e três modos.

Salta aos olhos que a universal afirmativa é a mais difícil de ser estabelecida e a mais fácil de ser refutada. *No geral, a refutação das proposições universais é mais fácil do que a refutação das particulares porque a proposição universal afirmativa é a uma vez refutada pela universal negativa e pela particular negativa. Esta última é demonstrável em todas as três figuras, a primeira em duas delas. O mesmo ocorre com as proposições negativas, visto que a proposição inicial pode ser refutada tanto pela universal afirmativa quanto pela particular afirmativa, e vimos que a universal negativa se encontra em duas figuras.*[187] *As proposições particulares, contudo, só se expõem à refutação de uma maneira, ou seja, por meio da demonstração da universal afirmativa ou da universal negativa. Mas proposições particulares são mais fáceis de serem estabelecidas, uma vez que sua demonstração pode ser efetuada em mais figuras e por mais modos.*[188]

Não devemos deixar de observar o princípio geral segundo o qual enquanto proposições podem ser refutadas reciprocamente – as universais pelas particulares e as particulares pelas universais –, proposições universais não podem ser estabelecidas por meio de particulares, embora as particulares possam ser estabelecidas por meio das universais. Ao mesmo tempo também salta aos olhos que é mais fácil refutar uma proposição do que estabelecê-la.

187. Em 42b35.

188. Em todo este trecho em *itálico* recorremos adicionalmente a textos de outros helenistas além daquele de Bekker.

A análise precedente[189] indica claramente como é construído todo silogismo, por meio de quantos termos e premissas e como estas se relacionam entre si; também [indica] qual o tipo de proposição demonstrado em cada figura, qual o tipo demonstrado em mais [figuras] e qual o tipo em menos [figuras].

XXVII

Nossa próxima tarefa consiste em descrever como nós mesmos descobriremos um bom suprimento de silogismos [que nos capacite] a enfrentar qualquer problema dado e por qual método apreenderemos os princípios apropriados a cada problema, pois é de se presumir que não devemos nos restringir a especular acerca da formação dos silogismos, mas também nos munirmos da capacidade de construí-los.

Ora, todas as coisas existentes *ou* [1] são tais que não podem ser verdadeiramente predicadas num sentido universal de alguma outra coisa (por exemplo, Cleon e Calias e qualquer coisa que seja individual e sensível), embora outros atributos possam delas ser predicados (uma vez que cada um dos exemplos citados é um homem e um animal), *ou* [2] são predicadas de outras coisas, ainda que outras coisas não comecem por serem predicadas delas, *ou* [3] são ambas elas mesmas predicadas de outras coisas e têm outras coisas delas predicadas (como *homem* é predicado de Calias e *animal* de homem). É óbvio que algumas coisas não são naturalmente predicáveis de quaisquer outras, pois, nos exprimindo de maneira ampla, toda coisa sensível é tal que não pode ser predicada de qualquer outra coisa, exceto num sentido acidental, pois às vezes dizemos "Aquela coisa branca é Sócrates" ou "Aquilo que está se aproximando é Calias". Explicaremos em outra parte[190] que existe, também, um limite superior ao processo de predicação. Para o momento, tomemos isso como admitido. Não pode ser demonstrado, portanto, que alguma outra coisa seja predicada dessa classe de coisas, salvo por via de opinião; mas são predicados de outras coisas. Indivíduos, por outro lado, não são predicados de outras coisas, embora outras coisas sejam deles predicadas. Coisas que são intermediá-

189. Ou seja, a exposta do Capítulo XXIII ao XXVI.

190. Nos *Analíticos Posteriores*, I, 19-22.

rias entre universais e individuais, entretanto, claramente admitem ambos os processos, pois tanto são predicadas de outras coisas como têm outras coisas predicadas delas. Argumentos e investigações, via de regra, concernem principalmente a essa classe de coisas.

43b1 Agora nos cabe selecionar as premissas vinculadas a cada problema da maneira que se segue. Devemos fixar [1] o próprio sujeito, suas definições e todas as suas propriedades, [2] todos os conceitos que são conseqüentes do sujeito, [3] os conceitos dos quais o sujeito é um conseqüente e [4] os atributos que não podem se aplicar ao sujeito. Não há necessidade de selecionar os conceitos aos quais ele não pode se aplicar porque a premissa negativa é convertível. Devemos também distinguir entre esses conseqüentes aqueles que estão incluídos na essência, aqueles que são predicados como propriedades e aqueles que são predicados como acidentes e, entre estes, precisamos distinguir aqueles que estão supostamente associados ao sujeito dos que estão realmente a ele associados, visto que quanto maior for nosso suprimento destes últimos, mais cedo chegaremos a uma conclusão, e quanto mais verdadeiros forem, mais convincente será nossa demonstração.

Temos que selecionar conseqüentes não de alguma parte do sujeito, mas do seu todo; por exemplo, não aqueles de *um homem individual*, mas aqueles de *todo homem*, pois é de premissas universais que procede o silogismo. Assim, quando uma proposição é indefinida, é duvidoso ser a premissa universal, ao passo que quando a proposição é definida, isso é totalmente claro. Da mesma maneira, temos que selecionar apenas aqueles conceitos do todo do qual o sujeito é um conseqüente, pela mesma razão que acabamos de indicar. Mas não devemos presumir que o conseqüente é conseqüente como um todo; por exemplo, que todo *animal* é um conseqüente do *homem*, ou todo conhecimento é um conseqüente da *música*, mas somente que é um conseqüente, sem [qualquer] qualificação, como realmente o expressamos numa proposição. A outra forma de expressão – por exemplo, "todo homem é todo animal" ou "a justiça é todo o bem", é inútil e impossível. É ao antecedente que *todo* está ligado.

Quando o sujeito cujos conseqüentes temos que apreender está incluído em algum termo mais lato, não precisamos selecionar os conseqüentes ou não-conseqüentes do universal manipulando o particular (uma vez que já foram apreendidos ao considerar o universal, pois os conseqüentes de *animal* são conseqüentes de *homem*, ocorrendo algo análogo com os não-conseqüentes); contudo, precisamos apreender os conseqüentes que são peculiares ao individual, visto que há algumas propriedades à espécie independentemente do gênero, considerando-se que as outras espécies devem também possuir algumas propriedades que lhes são peculiares.

Tampouco devemos, no que toca ao termo universal, selecionar os antecedentes do termo subordinado; por exemplo, no caso de *animal* não devemos selecionar os antecedentes de *homem*, pois se *animal* é um conseqüente de *homem*, é necessariamente um conseqüente também de todos esses conceitos. Dizem respeito, entretanto, mais propriamente à seleção de conceitos associados ao termo *homem*.

É necessário, igualmente, apreender aqueles conceitos que são ordinariamente conseqüentes de nosso sujeito e aqueles dos quais ele é ordinariamente um conseqüente, pois o silogismo de proposições acerca do ordinário é também retirado de premissas que são ordinariamente verdadeiras, ou todas ou algumas delas, uma vez que a conclusão de todo silogismo é semelhante aos seus *princípios*.[191]

Além disso, não precisamos selecionar conceitos que são conseqüentes de todos os termos porque eles não produzirão um silogismo. A razão disso ficará clara logo adiante.[192]

XXVIII

Quando desejamos estabelecer uma proposição sobre um sujeito como um todo, temos que examinar [em primeiro lugar] os sujeitos dos quais o predicado que procuramos estabelecer é realmente afirmado e [em segundo lugar] os conseqüentes do sujeito cujo predicado se requer que estabeleçamos, pois se
44a1 houver alguma coisa que seja comum a ambas as classes, o predicado terá que se aplicar ao sujeito. Se estivermos tentando

191. αρχαις (*archais*), quais sejam, as premissas iniciais.
192. Em 44b20.

estabelecer que ele se aplica não a todo [sujeito] mas a algum [sujeito],[193] teremos que considerar os antecedentes de ambos os termos, pois se alguma coisa for comum a ambas as classes, um termo se aplicará necessariamente a algum do outro.[194] Quando se requer que um termo não se aplique a nenhum outro [termo universal], teremos que considerar os conseqüentes do sujeito e os atributos que não podem pertencer ao predicado – ou, ao inverso –, teremos que considerar os atributos que não podem pertencer ao sujeito e os conseqüentes do predicado, pois se qualquer termo for idêntico nas duas séries, o termo predicado não poderá se aplicar a nenhum do sujeito, uma vez que um silogismo às vezes resulta na primeira figura, e às vezes na mediana. Mas se o propósito é estabelecer uma proposição negativa particular, teremos que encontrar antecedentes do sujeito em questão e atributos que não possam aplicar-se ao predicado em questão. Se alguma coisa for comum a estas duas classes, concluir-se-á necessariamente que o predicado não se aplica a algum do sujeito.[195]

Talvez as diversas regras que acabamos de indicar adquiram maior clareza se as expressarmos da maneira que se segue. Que os conseqüentes de A sejam designados por B, os antecedentes de A por C e os atributos que não podem se aplicar a A por D; analogamente, que os atributos de E sejam designados por F, os antecedentes de E por G, e os atributos que não podem se aplicar a E por H. Então [,em primeiro lugar,] se qualquer um dos Cs for idêntico a qualquer um dos Fs, A se aplicará necessariamente a todo E, pois F se aplica a todo E e C se aplica a todo A, de sorte que A se aplica a todo E; [em segundo lugar,] se C e G forem idênticos, A se aplicará necessariamente a algum E, pois A é um conseqüente de todo C e E de todo G; [em terceiro lugar,] se F e D forem idênticos, por um prossilogismo A não se aplicará a nenhum E, pois visto que a proposição negativa é convertível, e F é idêntico a D, A não se aplicará a nenhum F, ainda que F se aplique a todo E; [em quarto lugar,] se B e H forem idênticos, A não se aplicará a nenhum E, uma vez que B se aplicará a todo A, mas não se aplicará a nenhum E, visto que B é, *ex hypothesi*,

193. Ou seja, o objetivo é estabelecer não uma proposição universal, mas sim particular.
194. Ou seja, teremos uma predicação necessária particular.
195. Ou seja, teremos uma predicação particular negativa.

idêntico a H e supomos que H não se aplica a nenhum E; [em quinto lugar,] se D e G forem idênticos, A não se aplicará a algum E, uma vez que não se aplicará a G, porquanto ele não se aplica a D. Mas G está subordinado a E e, assim, A não se aplicará a algum E. [Em sexto lugar,] se B for idêntico a G haverá um silogismo por conversão, pois E se aplicará a todo A, uma vez que B se aplica a A e E se aplica a B (visto que B *é*, *ex hypothesi*, idêntico a G). Não se conclui, entretanto, necessariamente que A se aplica a todo E, mas somente que se aplica a algum [E] porque a universal pode se converter numa proposição particular.

Assim, fica evidente que em todos os problemas é imperioso que consideremos as relações que acabamos de indicar entre sujeito e predicado, pois é delas que procedem todos os silogismos. Ademais, temos que considerar especialmente os conseqüentes e antecedentes de cada termo que sejam primários e universais; por exemplo, no caso de E temos que considerar KF em lugar de somente F, e no caso de A temos que considerar KC em lugar de somente C, pois se A se aplica a KF, se aplica tanto a F quanto a E, mas se ele não for um conseqüente deste último, poderá ainda ser um conseqüente de F. Temos que observar os antecedentes do termo em questão de maneira análoga, pois se for ele um conseqüente dos [antecedentes] primários, também o será dos termos que se subordinam a estes. Mas se não for um conseqüente dos primeiros, ainda assim o poderá ser dos últimos.

Outro ponto evidente é que nossa investigação é feita por meio dos três termos e das duas premissas e que todos os silogismos são produzidos por meio das três figuras já descritas. Pois está demonstrado [1] que A se aplica a todo E quando um dos Cs é tomado como idêntico a um dos Fs, e este será o termo médio enquanto os extremos serão A e E, resultando na primeira figura; [2] que A se aplica a algum E quando C e G forem tomados como idênticos, com o que teremos a última figura, uma vez que G se toma o termo médio; [3] que A não se aplica a nenhum E quando D e F são idênticos. Neste caso obtemos tanto a primeira figura quanto a mediana, a primeira porque A não se aplica a nenhum F (a proposição negativa sendo convertida) e F se aplica a todo E, e a mediana porque D não se aplica a nenhum A, mas se aplica a todo E. [4] Que A não se aplica a algum E quando D e G são idênticos, o que nos põe na última figura, pois A não se aplicará a nenhum G e E se aplicará a todo G.

Diante disso, fica evidente que todos os silogismos são produzidos por meio das figuras já descritas e que não temos que selecionar conseqüentes de todos os termos porque nenhum silogismo deles resulta, visto que constatamos que não há absolutamente nenhum meio de estabelecer uma proposição a partir de conseqüentes,[196] enquanto, por outro lado, a refutação é impossível por meio de um conseqüente comum porque se aplicaria a um termo, mas não ao outro.

Outro ponto evidente é que todos os demais métodos de investigação que procedem por seleção são inúteis para a produção de um silogismo. Exemplos: [1] se os conseqüentes de ambos os termos forem idênticos ou [2] se os antecedentes de A e os atributos que não podem se aplicar a E forem idênticos, ou ainda [3] se os atributos que não podem se aplicar a um ou outro forem idênticos, porque tais condições não geram silogismo algum, *pois* [1] se os conseqüentes, a saber, B e F, forem idênticos, obteremos a terceira figura com ambas as premissas afirmativas; [2] se os antecedentes de A e os atributos que não podem se aplicar a E, a saber, C e H respectivamente, forem idênticos, obteremos a primeira figura com uma premissa menor negativa e [3] se os atributos que não podem se aplicar a um ou outro dos termos A e E, a saber, D e H, forem idênticos, ambas as premissas serão negativas, ou na primeira ou na figura mediana. Nestas circunstâncias, silogismo algum é possível.

Outro ponto que se evidencia é que precisamos apreender quais termos entre aqueles que examinamos são idênticos e não os que são diferentes ou contrários, *primeiro* porque o objeto de
45a1 nossa investigação é descobrir o termo médio, e este tem que ser tomado como idêntico em cada premissa e não como alguma coisa diferente; *segundo* [porque] mesmo os exemplos nos quais acontece de um silogismo resultar do assumir atributos que são contrários ou que não podem se aplicar a um sujeito idêntico, serão todos redutíveis aos tipos que já descrevemos; por exemplo, se B e F forem contrários ou não puderem se aplicar a um sujeito idêntico. Se tomarmos esses termos, haverá um silogismo por força de A não se aplicar a nenhum E, mas a conclusão será extraída não dos termos tal como se apresentam, mas do tipo

196. Em 27a18, b23.

descrito anteriormente,[197] pois B se aplicará a todo A, mas não se aplicará a nenhum E, de sorte que B é necessariamente idêntico a algum H. Por outro lado, se B e G não podem se aplicar ao mesmo sujeito, haverá um silogismo em função de A não se aplicar a algum E. Também neste caso teremos a figura mediana porque B se aplicará a todo A, mas não a algum E, de sorte que B tem que ser idêntico a algum H, pois a proposição "B e G não podem se aplicar ao mesmo sujeito" equivale a "B é idêntico a algum H", uma vez que supomos que H designa todos os atributos que não podem se aplicar a E.[198]

Evidencia-se, assim, que nenhum silogismo resulta dos métodos precedentes de investigação tal como se apresentam, mas que se B e F forem contrários, B terá que ser idêntico a algum H, com o que se obtém o silogismo. A conclusão é que aqueles que encaram o problema da maneira que acabou de ser descrita estão procurando gratuitamente por algum outro método demonstrativo que não é o que necessitam, ao negligenciarem a identidade entre os Bs e os Hs.

XXIX

Os silogismos que empregam a *reductio ad impossibile* são regulados pelas mesmas condições dos ostensivos, uma vez que eles também são produzidos por meio dos conseqüentes e antecedentes dos dois termos extremos. Também o método de investigação é idêntico nos dois tipos, pois aquilo que é demonstrado ostensivamente pode ser estabelecido *per impossibile* por meio dos mesmos termos e *vice-versa;* por exemplo, que A não se aplica a nenhum E. Pois suponhamos que se aplica a algum [E]. Então uma vez que B se aplica a todo A e A a algum E, B se aplicará a algum E. Mas, *ex hypothesi,* ele não se aplica a nenhum. Também pode ser demonstrado que A se aplica a algum E, pois se ele não se aplicar a nenhum, e E se aplicar a todo G, A não se aplicará a nenhum G. Mas, *ex hypothesi,* ele se aplica a todo. De maneira análoga com todas as demais proposições. A demonstração por absurdo (*per impossibile*) será sempre possí-

197. Em 44a11 e seguintes.
198. Isto foi suposto em 44a16.

vel em todos os casos por meio dos conseqüentes e antecedentes dos termos extremos.

Além disso, em todo problema o procedimento é o mesmo, quer se requeira o emprego de um silogismo ostensivo ou *reductio ad impossibile*, uma vez que ambas as demonstrações são produzidas por meio dos mesmos termos. Por exemplo, supondo que se tenha demonstrado que A não se aplica a nenhum E, porque [se A se aplicasse a algum] se concluiria que B também se aplicaria a algum E, o que é impossível; e se admitirmos que B não se aplica a nenhum E, mas se aplica a todo A, será evidente que A não se aplicará a nenhum E. Por outro lado, se a conclusão de que A não se aplica a nenhum E tiver sido alcançada ostensivamente, se supormos que A se aplica a algum E, poderemos demonstrar por redução ao absurdo (*reductio ad impossibile*) que não se aplica a nenhum. É análogo em todos os outros exemplos, uma vez que em todos os casos temos que tomar algum termo comum (distinto daqueles que foram formulados), ao qual se referirá o silogismo que demonstra a falsa conclusão, de sorte que quando essa premissa for convertida (permanecendo a outra inalterada), o silogismo se tornará ostensivo por meio dos mesmos termos, isto porque a diferença entre a demonstração ostensiva e a demonstração por absurdo (*per impossibile*) está no fato de na primeira ambas as premissas serem supostas como verdadeiras, enquanto na segunda uma delas é suposta como falsa.

Estes pontos se mostrarão mais nítidos à luz das observações subseqüentes, por ocasião de nossa abordagem da demonstração por redução ao absurdo (*reductio ad impossibile*).[199] De momento, tenhamos isso como evidente, ou seja, que temos que atentar para os mesmos termos, quer se requeira demonstrar uma conclusão ostensivamente ou empregar a *reductio ad impossibile*. Contudo, no tocante a outros silogismos hipotéticos – digamos, aqueles que envolvem substituição ou uma relação qualitativa – a investigação se voltará não para os termos originalmente supostos, mas para aqueles da substituição, ao passo que o método investigativo será o mesmo de antes. Faz-se, contudo, mister submeter a exame e análise os diferentes tipos de silogismos hipotéticos.

199. Livro II, Capítulo XIV.

Todo tipo de proposição, portanto, é demonstrável da forma descrita nas linhas anteriores; algumas, entretanto, podem ser estabelecidas silogisticamente também de uma outra forma. Um exemplo disso é o das proposições universais, que podem ser demonstradas pelo método investigativo específico que busca uma conclusão particular correspondente recorrendo a uma hipótese complementar. Supondo que C e G são idênticos e E se aplica somente a G, A se aplicará a todo E; e também: supondo que D e G são idênticos e E é predicado somente de G, segue-se que A não se aplicará a nenhum E. Evidencia-se, assim, que temos que incluir esse método igualmente no exame do problema.

O mesmo método é aplicável também aos silogismos apodíticos e problemáticos, uma vez que o processo de investigação é idêntico e os silogismos serão produzidos mediante o mesmo arranjo ou ordem dos termos, quer se demonstre uma proposição problemática ou uma assertórica. No que respeita às proposições problemáticas, contudo, é forçoso que incluamos aqueles termos que, embora realmente não se apliquem, poderiam ser aplicáveis, visto que foi mostrado que o silogismo problemático também é produzido por meio deles.[200] O mesmo princípio será válido nos demais modos de predicação.

Ressalta, assim, com base na análise precedente, não só que todos os silogismos podem ser produzidos utilizando-se esse método, como também que não podem ser produzidos por nenhum outro, uma vez que foi demonstrado que todo silogismo é construído por meio de uma das figuras já descritas e estas não podem ser compostas de outra forma, exceto mediante os conseqüentes e antecedentes dos termos em cada caso particular, visto ser a partir destes que as premissas são formadas e o termo médio é descoberto. Conseqüentemente, um silogismo não pode ser produzido por quaisquer outros termos senão estes.

XXX

O método, então, é o mesmo em todos os casos, não só na filosofia como também em todo tipo de arte e estudo.[201] É preci-

200. Em 32b25 e seguintes.

201. η αυτη και περι φιλοσοφιαν και περι τεχνην οποιανουν και μαθημα (*ê autê kai peri filosofian kai peri tecnen opoianoün kai mathema*).

so que busquemos os predicados e sujeitos de cada um dos termos e nos abasteçamos com a maior quantidade possível deles; em seguida, deveremos examiná-los por meio dos três termos, refutando *desta* maneira, estabelecendo *daquela*. Quando nosso propósito for a verdade, trabalhando a partir de termos que estejam ordenados para expressar uma relação verdadeira e quando necessitarmos silogismos dialéticos, trabalhando a partir de premissas plausíveis.

Os princípios[202] do silogismo foram então expostos em geral, no que tange a como são constituídos e a como devemos buscá-los, de sorte a não considerar tudo que é dito em torno dos termos do problema, nem considerar os mesmos atributos, estejamos nós estabelecendo ou refutando uma proposição, estejamos nós a estabelecendo numa afirmativa universal ou particular ou a refutando numa negação universal ou particular... mas considerando um número restrito de atributos definidos. *Também indicamos como proceder a uma seleção no tocante a cada coisa que é, por exemplo, no que tange ao bem ou o conhecimento.*[203]

Entretanto, a maioria dos princípios ligados a uma ciência particular lhes são peculiares. Portanto, cabe à experiência nos transmitir os princípios ligados a cada ciência particular. Quero dizer, por exemplo, que cabe à experiência astronômica nos transmitir os princípios da *astronomia*,[204] pois foi somente quando os fenômenos foram plenamente apreendidos que se descobriram as demonstrações da astronomia; e o mesmo se aplica a qualquer outra arte ou ciência. Assim, se apreendermos os atributos do objeto em questão, nos capacitaremos de imediato e prontamente a formular sua demonstração, pois supondo que nenhum dos verdadeiros atributos dos objetos envolvidos tenha

202. Αι δ αρχαι (*ai d' archai*), mas parece (a julgar pelas considerações imediatas) que Aristóteles se refere mais especificamente ou principalmente às premissas.

203. Há uma diferença substancial aqui (trecho em *itálico*) entre o texto de Bekker e aqueles de outros helenistas, como o de W. D. Ross, que não é apenas formal. Mas é de caráter quantitativo e não qualitativo, pelo que optamos pelo texto inclusivo. A sentença de Bekker traduzida seria simplesmente: *Temos que proceder a uma seleção no tocante a cada coisa que é, por exemplo no que tange ao bem ou o conhecimento.*

204. αστρολογικης επιστημης (*astrologikês epistemês*), literalmente conhecimento astrológico. Os antigos gregos chamavam de astrologia (αστρολογια) aquilo que chamamos de astronomia, palavra também presente no vocabulário grego que significava basicamente o mesmo que *astrologia*.

sido omitido em nossa investigação, estaremos capacitados a descobrir e demonstrar a prova de tudo que admita uma prova e a elucidar tudo cuja natureza não admite prova.

O que acabamos de expor constitui uma descrição a grosso modo da forma na qual as premissas devem ser selecionadas. Examinamos este assunto minuciosamente em nosso tratado sobre dialética.[205]

XXXI

É fácil perceber que o processo de divisão por gêneros[206] constitui uma amostra menor do método descrito nas páginas anteriores, visto que [tal] divisão é, por assim dizer, um silogismo *frágil*, uma vez que solicita o ponto cuja demonstração se requer e sempre atinge uma conclusão mais geral do que a requerida. Em primeiro lugar, este fato escapou a todos os representantes [e usuários] do método e eles tentaram convencer que é possível realizar uma demonstração da substância e da essência. Conseqüentemente, não compreenderam qual conclusão silogística pode ser alcançada pelo processo de divisão e, tampouco, compreenderam que a conclusão silogística é alcançável da maneira que descrevemos. Na demonstração em que se requer demonstrar silogisticamente[207] uma proposição afirmativa, o termo médio, por meio do qual o silogismo é produzido, tem sempre que estar subordinado ao [termo] maior e não ser universal no sentido de incluí-lo. Mas o processo de divisão exige o procedimento contrário, posto que toma o universal como termo médio.

Por exemplo, que A seja *animal*, B *mortal*, C *imortal* e D *homem*, cuja definição se requer seja descoberta. Então o representante do processo de divisão supõe que todo animal é ou mortal ou imortal, isto é, que tudo que é A é ou B ou C. A seguir, prosseguindo no seu processo divisório, ele toma *homem* como sendo um animal, isto é, ele supõe que A seja predicado de D. Teremos então o silogismo: "Todo D será ou B ou C", de modo que o homem tem que ser necessariamente ou mortal ou

205. Ou seja, em *Tópicos*, Livro I, Capítulo XIV.

206. Aristóteles se refere ao método platônico da dicotomia que aparece nos diálogos *Político* e *Sofista*, de Platão.

207. Ou seja, por dedução.

imortal. Mas que ele seja um animal mortal não é uma inferência necessária – isto é o solicitado e o próprio ponto que devia ter sido demonstrado silogisticamente. Em seguida, tomando A como *animal mortal*, B como *com pés*, C como *sem pés* e D como *homem*, ele supõe como antes que A está incluído ou em B ou em C (uma vez que todo animal mortal é ou com pés ou sem pés) e que A é predicado de D, visto que ele supôs ser homem um animal mortal. Conseqüentemente, o homem é necessariamente ou um animal com pés ou um animal sem pés. Mas não é necessário que o homem tenha pés – isso ele supõe e, mais uma vez, é precisamente isso o que ele devia ter demonstrado silogisticamente. Posto que [os adeptos do processo de divisão] dividem invariavelmente dessa maneira, conclui-se que tomam o termo universal como o médio e o sujeito a ser definido associado às diferenças como os termos extremos. Afinal, quer para definir o que o homem é, ou qualquer outro sujeito, mostram-se incapazes de enunciar qualquer afirmação clara capaz de assegurar a necessidade, porque seguem o outro método completamente, sem sequer suspeitarem que existem recursos disponíveis para a demonstração.

Fica evidente que mediante esse método é impossível seja refutar uma proposição, seja fazer uma inferência acerca de um acidente ou acerca de um gênero ou em casos nos quais uma questão de fato é incerta; por exemplo, se a diagonal de um quadrado é incomensurável relativamente aos lados, pois se alguém supor que toda grandeza linear é ou comensurável ou incomensurável e que a diagonal é uma grandeza linear, a conclusão será que a diagonal é ou comensurável ou incomensurável, e se supor que é incomensurável estará *supondo* o que devia ter sido demonstrado silogisticamente. Com isso a demonstração se torna impossível, pois [afinal] é este o método e, dependendo dele, não há demonstração. *A corresponde a comensurável ou incomensurável, B a grandeza linear e C a diagonal.*

Evidencia-se, assim, que esse método investigativo não se ajusta a toda investigação e que é inútil, mesmo no que tange aos casos para os quais se supõe que seja especialmente adequado.

Evidencia-se, igualmente, com base na avaliação precedente, por quais meios e de que forma são as demonstrações efetuadas e qual tipo de atributos devem ser levados em consideração ao se lidar com cada tipo de problema.

XXXII

Na seqüência temos que explicar como reduzir silogismos às
47a1 figuras previamente descritas, uma vez que esta parte de nossa investigação permanece [não realizada]. Se examinarmos os meios pelos quais são produzidos os silogismos, detivermos a capacidade de descobri-los ou inventá-los e pudermos também reduzir os silogismos, quando construídos, às figuras previamente descritas, nosso projeto original estará realizado completamente. Ao mesmo tempo, nossas afirmações anteriores serão suplementarmente ratificadas e sua exatidão aparecerá com maior clareza pelo que se segue – isto porque toda verdade tem que ser coerente em si mesma em todos os seus aspectos.

Primeiramente, portanto, é preciso que procuremos selecionar as duas premissas do silogismo (posto que é mais fácil analisar as partes maiores do que as menores, e os compostos são maiores do que os seus componentes) e, em seguida, examinar qual é universal e qual particular, suprindo nós mesmos a premissa faltante, caso tenha sido suposta somente uma, pois tanto no escrever quanto no argumentar às vezes as pessoas, ao enunciarem a premissa universal, deixam de mencionar a premissa nela contida, ou enunciam as premissas imediatas, deixando, contudo, de mencionar as premissas das quais elas são inferidas, além de solicitarem desnecessariamente a concessão de outras. Cumpre-nos, então, considerar se alguma coisa desnecessária foi suposta e se alguma coisa necessária foi omitida, postulando esta última e afastando a primeira até chegarmos às duas premissas, pois sem estas não podemos reduzir argumentos que foram sugeridos sob a forma descrita anteriormente. A inadequação de alguns argumentos é bastante conspícua, mas outros escapam à detecção e parecem deter uma força silogística em virtude de alguma conclusão necessária resultar do que foi formulado; por exemplo, se fosse suposto que a substância não é destruída pela destruição da não-substância e que se os componentes de alguma coisa fossem destruídos, o que deles fosse composto também pereceria, pois se postulássemos tais hipóteses seria necessariamente conclusivo que qualquer parte da substância é substância, ainda que não tenha sido deduzida[208] por meio das hipóteses. Trata-se de premissas deficientes. Ade-

208. Isto é, demonstrado por silogismo.

mais, se é necessário que o animal exista caso o homem exista e é necessária a existência da substância caso o animal exista, a substância necessariamente existe caso o homem exista. Mas *esta conclusão ainda não é silogística*[209] porque as premissas não obedecem às condições que indicamos.

Somos enganados nesses exemplos pelo fato de alguma coisa necessariamente se concluir do que foi formulado porque o silogismo é também necessário. Mas *necessário* apresenta uma extensão significativa maior do que *silogismo*, pois se todo silogismo é necessário, nem tudo que é necessário é um silogismo. Conseqüentemente, se alguma coisa resulta de certas suposições, não nos cabe de imediato tentar reduzir o argumento a um silogismo.[210] Devemos, primeiramente, apreender as duas premissas, proceder assim à análise de seus termos e postular como termo médio o que é enunciado em ambas as premissas,[211] pois em todas as figuras o termo médio tem que estar presente em ambas as premissas. Assim, se o termo médio tanto é quanto possui um predicado, ou é ele próprio um predicado e tem algo mais dele negado, teremos a primeira figura; se ele é ao mesmo tempo afirmado e negado de algum sujeito, teremos a figura mediana, e se outros termos são dele afirmados ou se um termo é negado e o outro afirmado dele, teremos a última figura, pois vimos que o termo médio se apresenta nessas relações nas várias figuras.[212] O mesmo ocorre também quando as premissas não são universais, uma vez que a definição do termo médio é a mesma de antes. Assim, fica evidente que, se em qualquer argumento o mesmo termo não for enunciado mais do que uma vez, não haverá silogismo, dada a falta de termo médio. E visto que agora dispomos da compreensão de que tipo de proposição é demonstrado em cada figura (ou seja, em qual figura a proposição universal é demonstrada e em qual o é a particular), fica evidente que não devemos levar todas as figuras em consideração em qualquer ocasião específica, mas apenas a figura que é própria à proposição em pauta. Nos casos nos quais a proposição pode ser demonstrada em mais de uma figura, identificaremos a figura pela posição do termo médio.

209. Ou ...*este argumento ainda não é um silogismo.*

210. Vale dizer: o espectro semântico do argumento ou raciocínio é muito mais amplo do que aquele do silogismo; se todo silogismo é um raciocínio (é fundamentalmente um raciocínio por dedução), nem todo raciocínio é um silogismo, mesmo imperfeito.

211. Exemplo: Todo *homem* tem duas pernas. (*premissa maior*) / Sócrates é *homem*. (*premissa menor*) / Sócrates tem duas pernas. (*conclusão*) / *Obs.*: O termo médio é *homem*.

212. Em 25b35, 26b36, 28a12.

XXXIII

Assim, ocorre freqüentemente, como já asseveramos, sermos iludidos no nosso exame dos silogismos pela seqüência de uma conclusão necessária; mas também somos às vezes iludidos – fato que não deve passar desapercebido – como resultado de uma disposição semelhante dos termos; por exemplo, se A é predicado de B e B de C, uma vez que pareceria que com esta relação de termos haveria um silogismo, a despeito de não resultar nenhuma conseqüência ou silogismo necessários. Que A corresponda a "existir sempre", B a "Aristómenes como um objeto do pensamento" e C a "Aristómenes". Serão, então, exato que A se aplica a B porque Aristómenes como um objeto do pensamento existe sempre. Mas B se aplica também a C porque Aristómenes é Aristómenes como um objeto do pensamento. E, todavia, A não se aplica a C porque Aristómenes é perecível. Nenhum silogismo é produzido, como vimos,[213] através da combinação dos termos acima – para produzi-lo, a premissa AB devia ter sido tomada universalmente. Mas é falso postular que *todo* Aristómenes como um objeto do pensamento existe sempre, posto que Aristómenes é perecível.

Agora, que C corresponda a "Mícalo", B a "Músico Mícalo[214] e A a "perecer amanhã". Então será exato predicar B de C porque Mícalo é o Mícalo músico. Mas também será exato predicar A de B, uma vez que o músico Mícalo pode perecer amanhã.[215]

213. Em 26a30.

214. Ou *instruído* Mícalo [μουσικος Μικκαλος].

215. O helenista Hugh Tredennick pensa que o exemplo de Aristóteles aqui é falho, visto que Mícalo *sem qualquer qualificação* é um termo mais lato do que Mícalo com qualificação, ou seja, *músico* Mícalo, que assim não poderia figurar como médio. Sua sugestão e solução para preservar o exemplo do Estagirita é entender não que "o músico Mícalo pode perecer amanha", mas que "o músico Mícalo pode deixar de ser músico amanhã". Outra solução seria simplesmente interpretar a forma de expressão desta sentença de Aristóteles como figura de linguagem: o músico Mícalo (ou seja, Mícalo enquanto músico) pode perecer (deixar de existir como músico) amanhã.

Mas é falso predicar A de C, e assim este caso é idêntico ao anterior porque não é universalmente verdadeiro no que tange ao músico Mícalo que ele perece amanhã, e a menos que isso seja suposto não há, como vimos,[216] nenhum silogismo.

A origem deste erro reside, assim, na ignorância de uma ligeira distinção, pois damos assentimento [à conclusão] do argumento, como se não houvesse diferença entre os juízos "Isso se aplica àquilo" e "Isso se aplica a tudo daquilo".

XXXIV

Ocorrerá, contudo, freqüentemente de sermos enganados completamente por deixarmos de expor corretamente os termos na premissa; por exemplo, supondo que A seja *saúde*, B *doença* e C *homem*, pois é exato dizer que A não pode se aplicar a nenhum B (uma vez que a saúde não se aplica a nenhuma doença) e que B se aplica a todo C (uma vez que todo homem é suscetível de doença). Assim, pareceria concluir-se que a saúde não pode se aplicar a nenhum homem. A razão disso é não estarem os termos corretamente expressos na proposição, visto que, se substituirmos pelos respectivos estados os objetos que lhes são correspondentes, não haverá silogismo – quero dizer, supondo que "os saudáveis" for postulado em lugar de "saúde" e "os doentes" em lugar de "doença", pois não é verdadeiro dizer que estar saudável não pode aplicar-se em tempo algum aos doentes; mas se isso não for suposto, não resultará nenhum silogismo, salvo o do tipo problemático. Este não é impossível uma vez que é possível que a saúde não se aplique a nenhum homem.

Mais uma vez, na figura mediana a falsidade ocorrerá de uma forma semelhante: a saúde não pode se aplicar a nenhuma doença, mas pode se aplicar a todo homem; conseqüentemente, *a doença não se aplica a nenhum homem.*[217] Na terceira figura, entretanto, o erro resulta afetando a contingência, pois saúde e

216. Em 26a30.

217. Ou ...*a doença não pode aplicar-se a nenhum homem*... em função da alternância νοσον (*noson*) / νοσος (*nosos*) suscitada por certos helenistas a fim de evitar a incoerência desta passagem com princípios doutrinários expostos por Aristóteles anteriormente em 38a13 e seguintes. O texto de Bekker registra *noson* (νοσον).

doença, conhecimento e ignorância e, em geral, qualquer par de contrários *podem* aplicar-se ao mesmo objeto, mas *é impossível* que se apliquem entre si. Mas isso é incoerente com o que dissemos anteriormente,[218] pois foi formulado que quando diversas coisas podem se aplicar a uma mesma coisa, também podem se aplicar umas às outras.

Assim, fica evidente que, em todos esses casos o erro nasce de como se expõem os termos, pois uma vez substituídos pelos estados os objetos que lhes são correspondentes, nenhum erro surge. Claro está que, no que toca a premissas como estas, devemos sempre substituir por um dado estado o objeto que se acha nesse estado e postular este como nosso termo.

XXXV

Nem sempre convém procurar expor os termos por nome[219] porque teremos com freqüência expressões para as quais não existe um nome reconhecido. (O resultado é ser difícil reduzir silogismos deste tipo). Algumas vezes acontecerá de sermos realmente iludidos por força de uma tal tentativa, por exemplo, ao supor que pode haver um silogismo envolvendo proposições que carecem de termo médio. Suponhamos que A corresponda a "dois ângulos retos", B a "triângulo" e C a "isósceles". Então A se aplica a C por causa de B, mas não é devido a qualquer outro termo que A se aplica a B, uma vez que o triângulo por si mesmo contém dois ângulos retos, de sorte que não haverá nenhum termo médio da proposição AB, embora esta seja demonstrável – isto porque é evidente que o termo médio nem sempre deve ser tomado como uma coisa individual, devendo por vezes ser tomado como uma locução composta, como ocorre no exemplo que acabamos de mencionar.

XXXVI

Não devemos supor que o primeiro termo se aplica ao médio e este ao extremo[220] no sentido de que serão sempre predicados

218. Ver 39a14-19.

219. Ou seja, mediante palavras simples e não complexas.

220. Entenda-se *o menor.*

48b1 uns dos outros ou que o primeiro termo do médio da mesma maneira que o médio é predicado do último (cautela que vale também para a predicação negativa). Devemos supor que a expressão "aplicar-se" tem tantos sentidos diferentes quanto há sentidos nos quais dizemos que uma coisa *é* ou que é verdadeiro dizer que ela *é*. Tome-se, por exemplo, a proposição de que há uma única ciência dos contrários. Que A corresponda a "há uma única ciência" e B a "coisas contrárias entre si". Então A se aplica a B não no sentido de que os contrários sejam por si mesmos uma única ciência, mas no sentido de que é verdadeiro afirmar que deles há uma ciência única.

Acontece por vezes do primeiro termo ser afirmado do médio, mas este não é afirmado do terceiro termo; por exemplo, se a sabedoria é conhecimento e a sabedoria concerne ao bem, a conclusão é que o conhecimento concerne ao bem. Então o bem não é conhecimento, ainda que a sabedoria seja conhecimento. Por vezes, o termo médio é afirmado do terceiro, mas o primeiro não é afirmado do médio; por exemplo, se há uma ciência de tudo que possui qualidade ou é um contrário e o bem é tanto um contrário quanto uma qualidade, a conclusão é que há uma ciência do bem; mas o bem não é ciência, nem o são, tampouco, a qualidade ou o contrário, ainda que o bem seja uma qualidade e um contrário. Por vezes nem o primeiro termo é afirmado do médio nem o médio do terceiro, ao passo que o primeiro é às vezes afirmado do terceiro e às vezes não – por exemplo, se há um gênero daquilo de que há uma ciência e uma ciência do bem, a conclusão é que há um gênero do bem. E, não obstante, nada se predica de nada. Mas se aquilo de que há uma ciência é um gênero e se há uma ciência do bem, a conclusão é que o bem é um gênero. Assim, o primeiro [termo] é predicado do termo extremo,[221] mas os termos não são predicados uns dos outros nas premissas.

Entenda-se que o mesmo vale para a predicação negativa, uma vez que "Isto não se aplica àquilo" nem sempre significa "Isto não é aquilo", mas às vezes "Não há nenhum *isto daquilo*" ou "para *aquilo*". Tomemos, por exemplo, a proposição "Não há nenhum movimento do movimento ou geração da geração, mas há geração do prazer e, portanto, o prazer não é geração",

221. Ou seja, o termo maior é afirmado do menor.

ou então "Há um indício de riso, mas não há nenhum indício de um indício e, portanto, o riso não é um indício". Analogamente também para todos os demais casos nos quais a proposição é refutada pela enunciação do gênero numa certa relação com os termos da proposição. Ademais, há o argumento de que "A ocasião não é o momento certo, uma vez que a ocasião pertence a Deus, mas o momento certo não, já que nada é útil a Deus". Devemos postular como termos *ocasião*, *momento certo* e *Deus*, mas a premissa deve ser entendida de acordo com o caso do nome,[222] pois mantemos, a título de regra geral – a qual se aplica sem exceção a todos os exemplos – que enquanto os
49a1 termos têm sempre que ser postulados no caso nominativo (por exemplo, *homem* ou *bem* ou *contrários*, e não *do homem* ou *do bem* ou *dos contrários*), as premissas devem ser entendidas de acordo com o caso de cada termo, seja no dativo (por exemplo, *igual a isto*), seja no genitivo (por exemplo, *o dobro disto*), seja no acusativo (por exemplo, *o que fere ou vê isto*), seja no nominativo (por exemplo, *o homem é um animal*), seja em qualquer outra forma na qual o nome ocorre na premissa.

XXXVII

As juízos de que *isto* se aplica *àquilo* e de que *isto* é verdadeiro *daquilo* têm que ser entendidos em tantos diferentes sentidos quantas sejam as distintas categorias, tendo estas que ser tomadas ou num sentido particular [qualificado], ou num sentido sem qualificação, bem como ser tomadas quer como simples, quer como compostas. Analogamente, também, no que se refere à predicação negativa. Estes pontos, contudo, requerem maior exame e uma análise mais adequada.

XXXVIII

Qualquer termo que esteja duplicado nas premissas deve ser unido ao primeiro extremo,[223] e não ao [termo] médio. Quero dizer, por exemplo, que, supondo que tenhamos um silogismo a concluir que "há um conhecimento da justiça que é um bem", a

222. Aristóteles, evidentemente, tem em vista o grego, que é uma língua declinada: ele alude ao caso do substantivo, ou melhor, do sujeito, que é o nominativo.

223. Ou seja, o termo maior.

expressão "que é um bem" ou "enquanto bem" deve ser unida ao primeiro termo. Que A corresponda a "conhecimento que é um bem", B a "bem" e C a "justiça". Então será exato predicar A de B, pois há um conhecimento do bem que é um bem. Mas também será exato predicar B de C, pois a justiça é idêntica a um bem. Deste modo, uma análise é exeqüível. Supondo, entretanto, que a expressão "que é um bem" seja unida a B, não haverá análise, pois A será verdadeiro de B, mas B não será verdadeiro de C, uma vez que predicar da justiça o termo "bem que é um bem" é falso e ininteligível. Algo análogo sucede também supondo que seja demonstrado que o saudável é, *enquanto* bom, um objeto do conhecimento ou que um unicórnio[224] é, *enquanto* não-existente, um objeto do conhecimento ou que um ser humano é, *enquanto* objeto dos sentidos, perecível, pois em todos os exemplos de predicação suplementar a duplicação deve ser juntada ao termo extremo.[225]

O arranjo dos termos não é o mesmo quando um silogismo é demonstrado sem qualificação e quando a demonstração se vincula a uma coisa, sentido ou condição particulares – quero dizer, por exemplo, quando se demonstra que o bem é um objeto do conhecimento e quando é demonstrado ser um objeto do conhecimento que ele é bom. Se for demonstrado ser o primeiro,[226] teremos que colocar como termo médio *aquilo que é*; se for demonstrado ser o segundo,[227] com a qualificação *que é bom*, teremos que colocar como termo médio *aquilo que é algo*. Que A corresponda a "conhecimento que é algo", B a "aquilo que é algo" e C a "bem". Então será exato predicar A de B, visto que, *ex hypothesi*, há conhecimento de algo *que é algo*. Mas será também exato predicar B de C, pois aquilo que C representa é algo. Conseqüentemente, também é exato predicar A de C. E, portanto, haverá conhecimento de que o bem é bom, pois, *ex hypothesi*, a expressão "aquilo que é algo" se refere à substância própria da coisa. Mas, se houvéssemos colocado "aquilo que é" como o termo médio, e tivéssemos conectado,

224. τραγελαφος (*tragelafos*), literalmente *bode-cervo*. O objetivo de Aristóteles é simplesmente indicar um animal mitológico. Platão também utiliza este termo em *A República*, 488.

225. Ou seja, o termo maior.

226. A saber, um objeto do conhecimento *sem* qualificação.

227. A saber, um objeto do conhecimento *com* qualificação.

numa proposição, com o termo extremo a expressão sem qualificação "aquilo que é", em lugar de "aquilo que é algo", não teria havido silogismo demonstrando que há conhecimento de que o bem é bom, mas apenas de que é; por exemplo, se A
49b1 tivesse correspondido a "conhecimento de que é", B a "aquilo que é" e C a "bom". Evidencia-se, assim, que, em silogismos que são particularizados desta forma, os termos têm que ser tomados dessa maneira.

XXXIX

Temos ainda que substituir [termos] equivalentes, palavras por palavras, frases por frases, palavra e frase por palavra e frase, mas sempre preferindo a palavra à frase, uma vez que isso facilita expor os termos. Por exemplo, se é indiferente dizer "o conjeturável não é um gênero do opinável" ou "o opinável não é idêntico a alguma parte do conjeturável (pois o que se quer dizer é o mesmo), devemos tomar como termos o conjeturável e o opinável, de preferência à expressão por nós mencionada.

XL

Uma vez que as proposições "*o prazer é bem*" e "*o prazer é o bem*"[228] não são idênticas, os termos não devem ser postulados identicamente em ambas; mas se o silogismo for para demonstrar a segunda, deveremos colocar "o bem", enquanto se for para demonstrar a primeira, "bem". O mesmo, igualmente, se aplica a todos os outros casos.

XLI

Não é idêntico, seja no fato ou no discurso, que A se aplica a tudo aquilo a que B se aplica e que A se aplica a tudo aquilo a que B se aplica totalmente, porque não há razão para que B não se aplique a C, mas não a todo C. Por exemplo, que B corresponda a *belo* e C a *branco*. Então, se *belo* se aplicar a alguma coisa branca, será verdadeiro dizer que *belo* se aplica a *branco*, mas presumivelmente não a todo *branco*. Assim, se A se aplica a

228. το ειναι την ηδονην αγαθον *και* το ειναι την ηδονην το αγαθον (*to einai ten edonen agathon* kai *to einai ten edonen to agathon*).

B, mas não a tudo de que B é predicado, então B aplicar-se a *todo* C ou simplesmente aplicar-se a C não apenas exige que A não se aplique a todo C, como exige que não se aplique a C em absoluto. Se, por outro lado, A se aplicar a tudo aquilo de que B é verdadeiramente predicado, resultará que A é predicado *de tudo* de que B é predicado. Se, entretanto, A é predicado daquilo de tudo de que B é predicado, não há razão para que A se aplique a todo C ou, com efeito, absolutamente se aplique a C, embora B se aplique a C. No que toca a estes três termos, então, fica claro que "A é predicado de tudo de que B é predicado" significa "A é predicado da totalidade das coisas de que B é predicado". E se B é predicado da totalidade, também o é A; mas se B não é predicado da totalidade, A não é necessariamente predicado da totalidade.

Não é de se supor que qualquer absurdo resulte da exposição dos termos. Não baseamos nosso argumento na realidade de um exemplo particular; estamos fazendo o mesmo que o geômetra que diz que esta linha do comprimento de um pé, ou linha reta ou linha sem largura existe quando não existe, ainda que não se sirva de suas ilustrações no sentido de deduzir alguma coisa delas,[229] pois em geral, a menos que duas coisas estejam unidas como o todo à parte e como a parte ao todo, aquele que estiver tentando demonstrar alguma coisa nada pode provar
50a1 a partir delas, com o que nenhum silogismo é produzido; pelo contrário, nós (e por *nós* entendo aqueles que estudam) empregamos a exposição dos termos como alguém emprega a percepção sensorial. Nós não as empregamos como se a demonstração fosse impossível sem essas ilustrações, como seria na falta das premissas de um silogismo.

XLII

Não devemos descurar o fato de que nem todas as conclusões de um mesmo silogismo são obtidas por meio de uma figura, mas que algumas o são por uma e algumas por uma outra, com o que fica claro que devemos conduzir nossa análise em consonância com isso. E uma vez que nem toda proposição é

229. Importante confrontar esta idéia com o que é expresso na *Metafísica*, 1078a20 e nos *Analíticos Posteriores*, 76b39.

demonstrada em toda figura, mas certos tipos fixos são demonstrados em cada uma, será evidenciado a partir da forma da conclusão, em qual figura a investigação deve ser conduzida.

XLIII

No tocante a argumentos que se referem a uma definição, sempre que visam demonstrar alguma parte singular da definição, essa parte visada pelo argumento – e não a definição na íntegra – é que deve ser colocada como um termo (visto que assim haverá menor probabilidade de confusão devido à extensão do termo); por exemplo, se trata-se de demonstrar que a água é um líquido potável, os termos colocados devem ser *potável e água*.

XLIV

Que se acresça que não devemos tentar reduzir silogismos hipotéticos porque é impossível reduzi-los procedendo das premissas que foram formuladas, uma vez que estas não foram demonstradas por meio de um silogismo, tendo sido todas admitidas por consenso. Por exemplo, supõe que depois de ter assumido que a menos que haja alguma potencialidade para contrários não pode haver uma ciência deles, passes então a argumentar que nem toda potencialidade é para contrários – digamos para os sadios e para os doentes –, pois se assim fosse, uma mesma coisa seria ao mesmo tempo sadia e doente: com isso ficou demonstrado que não há uma potencialidade para todos os contrários, porém não foi demonstrado que não há uma ciência [acerca deles]. E é verdade que isto tem que ser admitido, mas somente *ex hypothesi*, e não como o resultado de demonstração silogística. Assim, este último argumento é irredutível, mas o argumento de que não há uma potencialidade é redutível, pois é presumível que este fosse um silogismo, ao passo que o primeiro era uma hipótese.

O mesmo ocorre também com os argumentos que são estabelecidos *per impossibile*. Estes também não são suscetíveis de análise. A redução ao absurdo (*reductio ad impossibile*) é analisável porque é demonstrada por um silogismo. Entretanto, o restante do argumento não é porque a conclusão é obtida a partir de uma hipótese. Estes tipos diferem daqueles descritos

anteriormente em que, no que toca aos primeiros, se for o caso de admitir a conclusão, necessita-se de algum argumento preliminar (exemplo: se demonstrado que há uma potencialidade para contrários, a ciência que os estuda será também a mesma). Entretanto, no que toca aos exemplos em pauta, as conclusões são admitidas mesmo na ausência de um assentimento preliminar porque o erro é óbvio, como no exemplo de que se a diagonal de um quadrado for considerada comensurável, números ímpares serão iguais a números pares.

Muitas outras conclusões são também alcançadas mediante hipótese, e estas requerem maior exame e nítida explicitação.
50b1 Quais são suas diferenças e de quantas formas é obtida uma conclusão hipotética [são coisas] que serão descritas posteriormente.[230] De momento, consideremos como evidente o seguinte: que é impossível analisar tais silogismos como os que se enquadram nas figuras. Explicamos a razão disso.

XLV

No que concerne às proposições que são demonstradas em mais de uma figura, se uma conclusão é extraída numa figura, é possível reduzir o silogismo a uma outra figura; por exemplo, um silogismo negativo na primeira figura pode ser reduzido à segunda [e um silogismo] na figura mediana – ainda que não todos, mas apenas alguns deles – [pode ser reduzido] à primeira. O princípio disto será claramente percebido nos exemplos que se seguem. Se A não se aplica a nenhum B e B se aplica a todo C, A não se aplica a nenhum C. Temos a primeira figura sob essa forma. Mas se a proposição negativa for convertida, teremos a figura mediana, pois B não se aplica a nenhum A, mas se aplica a todo C. De maneira análoga, também, se o silogismo não for universal, mas particular; por exemplo, se A não se aplica a nenhum B e B se aplica a algum C; teremos a figura mediana na conversão da proposição negativa.

Dos silogismos na segunda figura, os que são universais são redutíveis à primeira figura, mas somente um dos dois silogismos particulares é redutível assim. Consideremos que A não se

230. Nas obras do Estagirita que chegaram a nós esta descrição está ausente.

aplica a nenhum B, mas se aplica a todo C. Então teremos a primeira figura na conversão da proposição negativa, pois B não se aplicará a nenhum A, mas A se aplicará a todo C. Mas se a proposição afirmativa for ligada a B e a negativa a C, C deverá ser postulado como primeiro termo, pois C não se aplica a nenhum A e A se aplica a todo B e, conseqüentemente, C não se aplica a nenhum B. Portanto, B também não se aplica a nenhum C, uma vez que a proposição negativa é convertível. Se, entretanto, o silogismo for particular, quando a proposição negativa estiver ligada ao extremo maior, o silogismo poderá ser reduzido à primeira figura, por exemplo, se A não se aplica a nenhum B, mas se aplica a algum C, pois na conversão da proposição negativa teremos a primeira figura, uma vez que B não se aplica a nenhum A e A se aplica a algum C. Mas quando a proposição afirmativa está ligada ao termo maior, o silogismo não pode ser decomposto, por exemplo: se A se aplica a todo B mas não a todo C, uma vez que AB não admite conversão e nem sequer se ocorresse conversão haveria um silogismo.

Por outro lado, os silogismos na terceira figura não podem todos ser decompostos na primeira, embora aqueles na primeira possam todos ser decompostos na terceira. Que A se aplique a todo B e que B se aplique a algum C. Então, quando a proposição afirmativa particular for convertida, C se aplicará a algum C. Mas como foi suposto que A se aplica a todo B, obtemos assim a terceira figura. O mesmo vale também se o silogismo for negativo, uma vez que a proposição afirmativa particular é convertível e, assim, A não se aplicará a nenhum B e C se aplicará a algum B.

51a1 Dos silogismos na última figura somente um não pode ser decomposto na primeira figura, a saber, quando a proposição negativa não é universal. Todos os restantes podem ser assim analisados (decompostos). Que A e B sejam predicados de todo C. Então C se converterá numa relação particular com cada um desses termos. E, portanto, se aplica a algum B. Assim, teremos a primeira figura se A se aplicar a todo C e C a algum B. O mesmo princípio também vale se A se aplicar a todo C e B a algum C, uma vez que B é convertível com C. Se, por outro lado, B se aplica a todo C e A a algum C, B tem que ser tomado como o primeiro termo, uma vez que B se aplica a todo C e C a algum A, de maneira que B se aplica a algum A e, uma vez que a proposição particular é convertível, A também se aplicará a algum B.

Também se o silogismo for negativo, contanto que os termos estejam relacionados universalmente, o tratamento deverá ser o mesmo. Que B se aplique a todo C, mas A não se aplique a nenhum C. Então C se aplicará a algum B e A não se aplicará a nenhum C, de sorte que C será o termo médio. Será o mesmo também se a proposição negativa for universal e a afirmativa particular, pois A não se aplicará a nenhum C e C se aplicará a algum B. Se, entretanto, a proposição negativa for tomada como particular, não pode haver análise (decomposição); por exemplo: se B se aplica a todo C e A não se aplica a algum C, pois na conversão da premissa BC ambas as premissas serão particulares.

É também evidente que, com a finalidade de decompor as figuras entre si, a premissa que está ligada ao extremo menor tem que ser convertida em ambas as figuras,[231] pois vimos que a mudança de uma para a outra ocorre mediante a substituição dessa premissa.

Dos silogismos na figura mediana, um pode ser decomposto na terceira figura e o outro não pode. [1] Quando a proposição universal for negativa, a decomposição será possível, pois se A não se aplica a nenhum B, mas se aplica a algum C, ambas as proposições igualmente são convertíveis com respeito a A, de modo que B não se aplica a nenhum A e C se aplica a algum A. Portanto, A é o termo médio. [2] Quando A se aplica a todo B, mas não se aplica a algum C, não pode haver nenhuma decomposição, pois nem uma nem outra premissa é universal após a conversão.

Os silogismos da terceira figura também são decomponíveis na figura mediana quando a proposição negativa for universal; por exemplo, se A não se aplica a nenhum C e B se aplica a algum ou a todo C, pois então C não se aplicará a nenhum A, mas se aplicará a algum B. Se, contudo, a proposição negativa for particular, a decomposição será impossível, uma vez que a particular negativa não admite conversão.

Por conseguinte, evidencia-se [,em primeiro lugar,] que os tipos de silogismo que não podem ser decompostos nessas figuras são os mesmos que constatamos não poderem ser decompostos na primeira figura, e [,em segundo lugar,] que quando os silo-

231. Aristóteles se refere a primeira e terceira (última) figuras.

51b1 gismos são reduzidos à primeira figura, estes exclusivamente são estabelecidos *per impossibile*.

Da avaliação precedente, então, fica claro como devem ser os silogismos reduzidos e também [evidencia-se] que as figuras são decomponíveis entre si.

XLVI

Não faz diferença de pouca monta ao estabelecer ou refutar uma proposição, supormos ou não que "não ser assim" e "ser não assim" sejam expressões idênticas ou diferentes no seu significado; por exemplo, se "não ser branco" significa o mesmo que "ser não-branco" – uma vez que não significa o mesmo: a negação de "ser branco" não é "ser não-branco", mas "não ser branco". A explicação disso é a que se segue.

"Ele pode caminhar" é para "ele pode não caminhar" como "é branco" é para "é não-branco" e como "ele entende o bem" é para "ele entende o não-bem". Com efeito, não há diferença entre "ele entende o bem" e "ele está entendendo o bem", como não há entre "ele pode caminhar" e "ele é capaz de caminhar". Conseqüentemente, os opostos "ele não pode caminhar" e "ele não é capaz de caminhar" são também idênticos. Se, então, "ele não é capaz de caminhar" significa o mesmo que "ele é capaz de não caminhar", estes atributos se aplicarão ao mesmo tempo ao mesmo sujeito – uma vez que uma mesma pessoa pode tanto caminhar como não caminhar, ou está entendendo tanto o bem quanto o não-bem. Contudo, uma asserção e sua negação oposta não se aplicam ao mesmo tempo ao mesmo sujeito. Portanto, tal como "não entender o bem" e "entender o não-bem" não são idênticos, também "ser não-bom" e "não ser bom" não são idênticos, pois se um par de termos correspondentes num conjunto analógico é diferente, o outro também o é. Nem é "ser não-igual" idêntico a "não ser igual", pois o primeiro, "aquilo que é não-igual", possui um sujeito definido, a saber, o desigual; mas o segundo não possui nenhum. Por esta razão tudo é ou igual ou desigual, mas [não podemos dizer que] tudo é ou igual ou não-igual.

Por outro lado, as proposições "é madeira não-branca" e "não é madeira branca" não são aplicáveis ao mesmo sujeito, pois se a madeira é não branca, [ainda assim] será madeira, mas

aquilo que não é madeira branca não é necessariamente madeira alguma. Por conseguinte, fica evidente que "é não-bom" não constitui a negação de "é bom". Se, então, *ou* a afirmação *ou* a negação é verdadeira de toda coisa singular, se a negação não é verdadeira, está claro que a afirmação tem, em algum sentido, que ser verdadeira. Mas toda afirmação tem uma negação e, portanto, a negação da afirmação em pauta é "não é não-bom".

Ora, esses termos estão relacionados entre si como se segue. Que A corresponda a "ser bom", B a "não ser bom", C a "ser não-bom" (que se subordina a B) e D a "não ser não-bom" (que se subordina a A). Então, *ou* A *ou* B se aplicará a tudo, mas não podem ambos jamais se aplicar ao mesmo sujeito; e *ou* C *ou* D se aplicará a tudo, mas não podem ambos jamais se aplicar ao mesmo sujeito. Ademais, B necessariamente se aplica a tudo a que C se aplica, pois se é exato dizer "é não-branco", também é exato dizer "não é branco", uma vez ser impossível que uma coisa seja simultaneamente branca e não-branca, ou que a madeira seja não-branca e branca, de sorte que se a afirmação não se aplicar, a negação o fará. Mas C nem sempre se aplica a B, pois aquilo que não é de modo algum madeira não pode tampouco ser madeira branca. Inversamente, então, D se aplicará a tudo a que A se aplica, pois ou C ou D se aplica necessariamente, e uma vez que não é possível ser simultaneamente não-branco e branco, D aplicar-se-á, visto que é exato afirmar daquilo que é branco que *não é* não-branco. Mas A não pode ser afirmado de todo D, pois não é exato afirmar daquilo que não é de modo algum madeira que é A, ou seja, que é madeira branca. Conseqüentemente, D é verdadeiro (exato), mas A (que é madeira branca) não é verdadeiro. Fica claro que a combinação AC também jamais pode se aplicar ao mesmo sujeito, ao passo que tanto B quanto D podem às vezes se aplicar ao mesmo sujeito.

A relação entre termos privativos[232] e afirmativos nesse sistema é semelhante. A corresponde a igual, B a não-igual, C a desigual, D a não-desigual.

Em casos nos quais o mesmo atributo é predicado de alguns sujeitos e não o é de outros, a negação pode ser predicada com

232. στερησεις (*stereseis*), o mesmo que *negativos*.

igual verdade: que *todas* as coisas não são brancas ou que *cada uma* não é branca; mas que cada coisa é não-branca ou que todas as coisas são não-brancas é falso. Analogamente, a negação de "todo animal é branco" não é "todo animal é não-branco", pois ambas estas proposições são falsas, mas "nem todo animal é branco". E uma vez que está claro que "é não-branco" e "não é branco" têm significado diferente e que um é uma afirmação e o outro uma negação, fica evidente que o método demonstrativo não é idêntico em ambos os casos, a saber, demonstrar a proposição de que tudo que é um animal não é branco ou pode não ser branco, e a proposição de que é verdadeiro dizer que é não-branco, pois isto é o que "ser não branco" significa. Mas o mesmo método demonstrativo se aplica às proposições de que é verdadeiro dizer *que é branco* e que é verdadeiro dizer *que é não-branco*, pois ambas são demonstradas construtivamente por meio da primeira figura, uma vez que a expressão *é verdadeiro* se situa paralelamente à expressão *é*, posto que a negação de "é verdadeiro classificá-lo de branco" não é "é verdadeiro classificá-lo de não-branco", mas "não é verdadeiro classificá-lo de branco". Se, então, pretende-se ser verdadeiro dizer que tudo que é um homem *é músico ou é não-músico,*[233] supondo-se que tudo que é um animal é músico ou é não músico, a demonstração estará feita. "Que tudo que é um homem não é músico" é demonstrado por refutação pelos três *modos* já descritos.

Em geral, quando A e B estão de tal maneira relacionados que não podem se aplicar simultaneamente ao mesmo sujeito, ainda assim um ou outro se aplica necessariamente a tudo;[234] e quando C e D se acham relacionados da maneira semelhante e A é um conseqüente de C e a relação não é reversível, então D será um conseqüente de B e esta relação não será reversível. Que se acrescente que A e D podem se aplicar ao mesmo sujeito, mas B e C não podem.

Que B é um conseqüente de D fica evidente com base na demonstração que se segue. Uma vez que um ou outro dos

233. μουσικον ειναι η μη μουσικον ειναι (*moüsikon einai ê mê moüsikon einai*), lembrando ao leitor que *moüsikon* também apresenta a acepção mais lata de *instruído*, que se ajusta igualmente neste caso.

234. Entenda-se *a cada uma no conjunto de todas as coisas* em todo o presente contexto.

termos C e D necessariamente se aplica a tudo e C não pode se aplicar àquilo a que B se aplica, porque C encerra A, e A e B não podem ambos se aplicar ao mesmo sujeito, fica evidente que D será um conseqüente de B; uma vez que a relação de C com A não é reversível e *ou* C *ou* D se aplica a tudo, A e D podem se aplicar ao mesmo sujeito. B e C, todavia, não podem porque, visto que C contém A, isso nos deixa com um resultado impossível. Assim, é evidente que a relação de B com D é igualmente irreversível, uma vez que é possível para D e A se aplicarem simultaneamente.

Ocorre, às vezes, neste arranjo de termos, que venhamos a ser enganados por não selecionarmos acertadamente os opostos, um ou outro dos quais tem que se aplicar a tudo, como exemplificamos na imediata seqüência. "A e B não podem se aplicar simultaneamente ao mesmo sujeito, mas onde um não se aplica, o outro se aplica necessariamente. Por outro lado, C e D estão relacionados de forma semelhante, e onde C se aplica, A está contido. E, então, se concluirá que onde D se aplica, B necessariamente se aplica (o que é falso). Que F seja tomado como a negação de A e B, e G como aquela de C e D. Então *ou* A *ou* F tem que se aplicar a tudo, uma vez que ou a afirmação ou a negação tem que assim aplicar-se – e igualmente tem ou C ou G, visto serem afirmação e negação. E, também, A se aplica, *ex hypothesi,* onde C se aplica. Conseqüentemente, G se aplica a tudo a que F se aplica. Por outro lado, uma vez que um ou outro dos termos F e B aplica-se a tudo, e analogamente no que respeita a G e D, e uma vez que G é um conseqüente de F, B também será um conseqüente de D, do que já estamos cientes.[235] Então, se A é um conseqüente de C, também o é B de D". Mas isso é falso, pois constatamos que em termos assim constituídos ocorre a relação conseqüencial inversa. A explicação está em que é presumivelmente desnecessário que A ou F se apliquem a tudo, tampouco que F ou B o façam, uma vez que F não é a negação de A. A negação do *bom* é o *não-bom,* e o *não-bom* não é idêntico ao *nem bom nem não-bom.* O mesmo vale para C e D. Nos dois casos, duas negações foram supostas para um termo.

235. Ver 52b4-13.

LIVRO II

I

52b38 Explicitamos até agora em quantas figuras é produzido um silogismo, o caráter e número das premissas graças às quais é ele produzido e as circunstâncias e condições que regulam sua formação. Além disso, explicamos qual tipo de atributos convém
53a1 ser considerado ao se refutar e ao se estabelecer uma proposição e como empreender a tarefa que nos cabe seguindo um dado método de investigação. A título de complemento, [explicamos] mediante quais meios podemos aportar aos princípios[236] apropriados a cada caso.

Ora, sendo alguns silogismos universais e alguns particulares, os universais sempre produzem mais de uma inferência. Mas enquanto esses silogismos particulares, que são afirmativos, produzem mais do que uma inferência, os que são negativos produzem somente a conclusão, pois se todas as outras premissas são convertíveis, a premissa negativa particular não é e a conclusão consiste num atributo predicado de um sujeito. Assim, todos os outros silogismos produzem mais de um resultado; por exemplo, se foi demonstrado que A se aplica a todo ou algum B, B tem também que se aplicar a algum A, e se foi demonstrado que A não se aplica a nenhum B, então B não se aplica a nenhum A. Trata-se aqui de uma conclusão diferente daquela primeira. Mas se A não se aplica a algum B, não se conclui que B também não se aplica a algum A, uma vez que pode se aplicar a todo [A].

Esta razão, assim, é comum a todos os silogismos, quer universais ou particulares. No entanto, no que toca aos universais, é possível também apresentar uma outra razão. O mesmo silogismo valerá para todos os termos que estejam subordinados ao termo médio ou à conclusão, se tais termos forem colocados respectivamente no médio e na conclusão. Por exemplo: se AB é uma conclusão alcançada por meio de C, A terá que ser predicado de todos os termos que estão subordinados a B ou C, pois

236. Aristóteles, mais uma vez, escreve ...αρχας (*archas*), que significa genericamente princípios, fundamentos; mas ele se refere especificamente às premissas.

se D se encontrar inteiramente contido em B, e B em A, D também estará contido em A. Por outro lado, se E estiver inteiramente contido em C, e C em A, E também estará contido em A. Ocorrerá coisa análoga se o silogismo for negativo. Na segunda figura, contudo, a inferência somente terá validade no que tange àquilo que esteja subordinado à conclusão. Por exemplo, se A não se aplicar a nenhum B, mas se aplicar a todo C, a conclusão será que B não se aplicará a nenhum C. Então, se D está subordinado a C, é evidente que B não se aplica a D. Que ele não se aplica a termos subordinados a A o silogismo não demonstra, embora B não se aplique a E, se E estiver subordinado a A. Mas enquanto foi demonstrado pelo silogismo que B não se aplica a nenhum C, que B não se aplica a A foi suposto sem demonstração, de sorte que não se conclui, por força do silogismo, que B não se aplica a E.

No tocante aos silogismos particulares, não haverá inferência necessária quanto aos termos subordinados à conclusão (posto que não resulta nenhum silogismo quando essa premissa é tomada como particular), mas haverá uma que vale para todos os termos subordinados ao médio, com a ressalva de que não será alcançada pelo silogismo; exemplo: se supomos que A se aplica a todo B e a algum C, visto que não haverá inferência alguma quanto ao que está subordinado a C; mas haverá uma quanto ao que está subordinado a B, embora não graças ao silogismo já produzido. Ocorre algo análogo também com as demais figuras. Não haverá inferência no que concerne àquilo que está subordinado à conclusão, porém haverá uma no que tange ao outro subordinado, com a ressalva de que não graças ao silogismo, tal como nos silogismos universais os termos subordinados ao médio são demonstrados, como vimos, com base numa premissa não demonstrada. Assim, ou não há aplicação do princípio no primeiro caso ou há inclusive aqui.[237]

II

É possível que as premissas responsáveis pela produção do silogismo sejam ambas verdadeiras, ou ambas falsas, ou uma

237. O que o autor deseja exprimir nesta sentença não é inteiramente claro. O provável é: *ou não é possível uma conclusão no que toca aos silogismos universais, ou é possível (e ocorre) no que diz respeito aos particulares.*

verdadeira e a outra, falsa. A conclusão, entretanto, é *necessariamente* verdadeira ou falsa. Ora, é impossível tirar uma conclusão falsa de premissas verdadeiras, mas é possível tirar uma conclusão verdadeira de premissas falsas, apenas com a ressalva de que a conclusão será verdadeira não no que se refere à razão, mas ao que se refere ao fato. Não é possível estabelecer o racional a partir de premissas falsas. O porque disso será exposto na seqüência.[238]

Em primeiro lugar, que não é possível extrair uma conclusão falsa de premissas verdadeiras se tornará evidente pelo argumento que se segue. Se, quando A é, B tem que ser, então se B não é, A não pode ser. Portanto, se A for verdadeiro, B terá que ser verdadeiro: de outra maneira, concluiríamos que a mesma coisa ao mesmo tempo é e não é, o que é impossível. (Não é de se supor que porque A foi postulado como um termo singular, é possível que qualquer inferência necessária seja extraída de qualquer suposição singular, pois isto é impossível. A inferência necessária é a conclusão, e os meios mínimos pelos quais esta pode ser produzida são três termos e duas relações conectivas ou premissas.) Se, então, é verdadeiro que A se aplica a tudo a que B se aplica e que B se aplica onde C se aplica, A tem que se aplicar onde C se aplica e isto não pode ser falso – de outra maneira, o mesmo atributo simultaneamente se aplicará e não se aplicará. Assim, embora A esteja postulado como um termo singular, ele representa a conjunção de duas premissas. Analogamente com respeito também aos silogismos negativos – é impossível demonstrar uma conclusão falsa a partir de premissas verdadeiras.

É possível tirar uma conclusão verdadeira de premissas falsas não apenas quando ambas as premissas são falsas, como também quando somente uma é falsa – mas não uma ou outra indiscriminadamente – e sim a segunda, se tomada como completamente falsa na forma em que é assumida; de outra maneira, a falsidade pode pertencer a uma ou outra premissa. Que A se aplique à totalidade de C, mas não se aplique a nenhum B, e que B não se aplique a nenhum C. Isto é possível, por exemplo: *animal* não se aplica a nenhuma *pedra e pedra* não se aplica a nenhum *homem*. Se, então, se supõe que A se aplica a todo B e

238. Em 57a40-b17.

B a todo C, A se aplicará a todo C. Assim, a conclusão a partir de premissas (que são ambas *falsas*) é *verdadeira,* já que todo homem é um animal. Ocorre algo análogo também com o silogismo negativo, uma vez que é possível tanto para A quanto para B não se aplicarem a nenhum C e, não obstante, para A aplicar-se a todo B; por exemplo, se os mesmos termos anteriores forem tomados com *homem* como termo médio, uma vez que nem *animal* nem *homem* se aplicam a alguma *pedra*, mas *animal* se aplica a todo *homem*. Assim, se é suposto que aquilo que se aplica a todo não se aplica a nenhum, e que aquilo que não se aplica aplica-se a todo, não obstante ambas as premissas
54a1 serem falsas, a conclusão delas tirada será verdadeira. Uma demonstração semelhante também pode ser obtida se ambas as premissas supostas são parcialmente falsas.

Se, entretanto, somente uma das premissas formuladas é falsa, quando a primeira, digamos AB, for completamente falsa, a conclusão não será verdadeira; mas quando BC for completamente falsa, a conclusão poderá ser verdadeira. Quero dizer com "completamente falsa" a proposição contrária, isto é, se aquilo que não se aplica a nenhum se supõe como aplicando a todo, ou *vice-versa*. Que A não se aplique a nenhum B e B a todo C. Então, se a premissa BC, que suponho ser verdadeira, e a premissa AB for completamente falsa, ou seja, A se aplicar a todo B, a conclusão não poderá ser verdadeira, pois, *ex hypothesi,* A não se aplica a nenhum C, se A não se aplicar a nada a que B se aplica e B se aplicar a todo C. Analogamente, também, se A se aplicar a todo B e B a todo C, e a premissa BC que foi suposta for verdadeira, mas a premissa AB for suposta numa forma que seja completamente falsa, a saber, que A não se aplica a nada a que B se aplica, a conclusão será falsa, pois A se aplicará a todo C se A aplicar-se a tudo a que B se aplica, e B se aplica a todo C. Com isso fica evidente que, quando a primeira premissa suposta, quer afirmativa ou negativa, é completamente falsa e a outra premissa é verdadeira, a conclusão resultante não é verdadeira – mas será verdadeira se a premissa suposta não for completamente falsa, uma vez que se A aplicar-se a todo C e a algum B, e B se aplicar a todo C, como, por exemplo, *animal* se aplica a todo *cisne* e a algum *branco* e *branco* se aplica a todo cisne; e se for suposto que A se aplica a todo B e B a todo C, A se aplicará a todo C, o que é verdadeiro, uma vez que todo cisne é um animal. O mesmo ocorre também, supondo que AB

seja negativa, pois é possível para A aplicar-se a algum B, mas a nenhum C, e para B aplicar-se a todo C, como, por exemplo, *animal* se aplica a algum *branco*, mas não se aplica a nenhuma *neve*, enquanto *branco* se aplica a toda *neve*. Supondo-se, então, que A não se aplica a nenhum B e B a todo C, A não se aplicará a nenhum C. Mas se a premissa AB, que é suposta, for completamente verdadeira, e BC for completamente falsa, teremos uma conclusão verdadeira, pois não há razão para que A não se aplique a todo B e a todo C, enquanto B não se aplica a nenhum C, como ocorre no que diz respeito a todas as espécies de um gênero que não são subordinadas entre si, posto que *animal* se aplica tanto ao *cavalo* quanto ao *homem*, mas *cavalo* não se aplica a nenhum *homem*. Assim, se supõe-se que A se aplica a todo B, e B a todo C, a conclusão será verdadeira, embora a premissa BC seja completamente falsa.

Analogamente também quando a premissa AB for negativa, pois é possível que A não se aplique a nenhum B e a nenhum C e que B não se aplique a nenhum C, como, por exemplo, um gênero não se aplica à espécie de um outro gênero, uma vez que *animal* não se aplica nem à música nem à medicina, nem a
54b1 música se aplica à medicina. Se, então, supõe-se que A não se aplica a nenhum B, mas B se aplica a todo C, a conclusão será verdadeira.

Também se a premissa BC não for completamente, mas apenas parcialmente falsa, a conclusão será novamente verdadeira, pois não há razão para A não se aplicar à totalidade tanto de B quanto de C, enquanto B se aplicar a algum C, como, por exemplo, o gênero se aplica tanto à espécie quanto às diferenças, uma vez que *animal* se aplica a todo (cada) homem e a tudo que caminha, ao passo que *homem* se aplica a algumas coisas que caminham [sobre a terra], mas não a todas. Se supõe-se, então, que A se aplica a todo B e B a todo C, A se aplicará a todo C – o que, como vimos, é verdadeiro.

Ocorre algo análogo se a premissa AB for negativa, uma vez que é possível para A não se aplicar a nenhum B e a nenhum C e, no entanto, para B se aplicar a algum C, como, por exemplo, o gênero não se aplica à espécie e às diferenças de um outro gênero, visto que *animal* não se aplica nem à *inteligência* nem a *especulativo*, ao passo que *inteligência* se aplica a algum *especu-*

lativo. Se, então, supõe-se que A não se aplica a nenhum B e que B se aplica a todo C, A não se aplicará a nenhum C – o que, como vimos, é verdadeiro.

No que toca aos silogismos particulares, é possível que a conclusão seja verdadeira tanto [1] quando a primeira premissa for completamente falsa e a outra for verdadeira quanto [2] quando a primeira premissa for parcialmente falsa e a outra for verdadeira; e [3] quando a primeira for verdadeira e a segunda parcialmente falsa; e, ainda, [4] quando ambas forem falsas.

[1] Pois não há razão para que A não se aplique a nenhum B, mas se aplique a algum C, enquanto B se aplica a algum C, como, por exemplo, *animal* não se aplica a nenhuma *neve*, mas a algum *branco*, e neve se aplica a algum *branco*. Supondo, então, que *neve* seja formulado como o termo médio e *animal* como o primeiro e se assuma que A se aplica à totalidade de B e B a algum C, AB será completamente falsa, mas BC verdadeira e a conclusão será verdadeira. Algo análogo ocorre também quando a premissa AB for negativa, uma vez que é possível para A aplicar-se ao todo de B e não se aplicar a algum C e, não obstante, para B se aplicar a algum C, como, por exemplo, *animal* se aplica a todo *homem*, mas não é um conseqüente de algum *branco*, e *homem* se aplica a algum *branco*, de sorte que se *homem* for postulado como o termo médio e supor-se que A não se aplica a nenhum B e B se aplica a algum C, a conclusão será verdadeira, ainda que a premissa AB seja completamente falsa.

[2] Também se a premissa AB for parcialmente falsa, a conclusão poderá ser verdadeira, pois não há razão para que A não se aplique tanto a algum B quanto a algum C, enquanto B se aplica a algum C, como, por exemplo, *animal* se aplica a algum *belo* e a algum *grande*, e *belo* se aplica a algum *grande*. Assim, se supormos que A se aplica a todo B, e B a algum C, a premissa AB será parcialmente falsa, mas BC será verdadeira e a conclusão será verdadeira. Analogamente, também, se a premissa AB for negativa, visto que os termos serão os mesmos e estarão ligados da mesma forma com vista à demonstração.

[3] De novo, se AB for verdadeira e BC falsa, a conclusão poderá ser verdadeira, pois não há razão para que A não se aplique à totalidade de B e a algum C, enquanto B não se aplica a nenhum C, como, por exemplo, *animal* aplica-se a todo *cisne*

e a algum *negro*, e *cisne* não se aplica a nenhum *negro*, de maneira que, se for suposto que A se aplica a todo B e B a algum C, a conclusão será verdadeira, ainda que BC seja falsa.

Analogamente, também, se a premissa AB for negativa, uma vez que é possível para A não se aplicar a nenhum B e a algum C, enquanto B não se aplica a nenhum C, como, por exemplo, um gênero não se aplica a uma espécie de um outro gênero e não se aplica a algum acidente de sua própria espécie, pois *animal* não se aplica a nenhum *número* e não se aplica a algum *branco*, e *número* não se aplica a nenhum *branco*. Assim, se *número* for tomado como o termo médio, e se supor que A não se aplica a nenhum B e B a algum C, A não se aplicará a algum C – o que, como vimos, é verdadeiro. A premissa AB é verdadeira e BC é falsa.

[4] A conclusão pode também ser verdadeira se AB for parcialmente falsa e BC for também falsa, uma vez que não há razão para que A não se aplique a algum B e a algum C, enquanto B não se aplica a nenhum C; por exemplo, se B é contrário a C e ambos são acidentes do mesmo gênero, pois *animal* se aplica a algum *branco* e algum *negro*, mas *branco* não se aplica a nenhum *negro*. Assim, caso se suponha que A se aplica a todo B, e B a algum C, a conclusão será verdadeira e, assim, também, se a premissa AB for tomada como negativa, pois os termos serão os mesmos e serão postulados na mesma relação para efeito da demonstração.

A conclusão também pode ser verdadeira quando ambas as premissas são falsas, pois é possível para A não se aplicar a nenhum B, mas se aplicar a algum C, enquanto B não se aplica a nenhum C, como, por exemplo, um gênero não se aplica a uma espécie de outro gênero, mas se aplica a um acidente de sua própria espécie; *animal* não se aplica a nenhum *número*, mas se aplica a algum *branco* e *número* não se aplica a nenhum *branco*. Assim, se supõe-se que A se aplica a todo B e B a algum C, a conclusão será verdadeira, embora ambas as premissas sejam falsas.

É ainda análogo, também, se AB for negativa, porque não há razão para que A não se aplique ao todo de B e, não obstante, não se aplique a algum C, enquanto B não se aplica a nenhum C, como, por exemplo, *animal* se aplica a todo *cisne*, mas não se aplica a algum *negro*, enquanto *cisne* não se aplica a nenhum negro; de sorte que uma vez se suponha que A não se aplica a

55b1 nenhum B e que B se aplica a algum C, A não se aplica a algum C. Assim, a conclusão é verdadeira, a despeito das premissas serem falsas.

III

Na figura mediana é possível alcançar uma conclusão verdadeira mediante premissas falsas em todas as combinações, *quais sejam*, se ambas as premissas forem completamente falsas, se cada uma for parcialmente falsa, se uma for verdadeira e a outra {completamente} falsa (seja uma ou outra a falsa), {se ambas forem parcialmente falsas, se uma for absolutamente verdadeira e a outra parcialmente falsa e se uma for completamente falsa e a outra parcialmente verdadeira}[239] – tanto no que toca aos silogismos universais quanto aos particulares.

Se A não se aplica a nenhum B, mas se aplica a todo C, como, por exemplo, *animal* não se aplica a nenhuma *pedra,* mas se aplica a todo *cavalo*, se as premissas forem tomadas no sentido contrário e se supor que A se aplica a todo B, mas não se aplica a nenhum C – ainda que as premissas sejam completamente falsas –, a conclusão a partir delas pode ser verdadeira. Analogamente, também, se A se aplica a todo B, mas não se aplica a nenhum C, uma vez que obteremos o mesmo silogismo.

O mesmo ocorre se uma premissa for completamente falsa e a outra completamente verdadeira, porque não há razão para que A não se aplique ao todo tanto de B quanto de C, enquanto B não se aplica a nenhum C, como, por exemplo, um gênero se aplica à espécie não subordinada, pois *animal* aplica-se tanto a todo *cavalo* quanto a todo *homem*, e nenhum *homem* é um *cavalo*. Assim, caso se suponha que animal se aplica ao todo de uma mesma espécie e a nenhum da outra espécie, uma premissa será completamente verdadeira e a outra completamente falsa, e a conclusão será verdadeira, sem que importe a quais dos termos se refira a negativa.

239. W. D. Ross desconsidera as porções textuais entre chaves. Não há dúvida que esta passagem é suspeita e que o elenco apresentado não é totalmente correto. Hugh Tredennick também o ressalta.

Igualmente, também, se uma premissa for parcialmente falsa e a outra completamente verdadeira, uma vez que é possível para A aplicar-se a algum B e a todo C, enquanto B não se aplica a nenhum C, como, por exemplo, *animal* se aplica a algum *branco* e a todo *corvo*, e *branco* não se aplica a nenhum *corvo*. Assim, se supomos que A não se aplica a nenhum B, mas se aplica ao todo de C, a premissa AB será parcialmente falsa e AC será completamente verdadeira, bem como a conclusão. Analogamente, também, se a negativa for transposta, uma vez que a demonstração será efetuada através dos mesmos termos. E também se a premissa afirmativa for parcialmente falsa e a negativa completamente verdadeira, porque não há razão para que A não se aplique a algum B e, não obstante, não se aplique de modo algum a C, enquanto B não se aplica a nenhum C, como, por exemplo, animal se aplica a algum branco, mas não se aplica a nenhuma resina e branco não se aplica a nenhuma resina – de sorte que, se supormos que A se aplica ao todo de B, mas não se aplica a nenhum C, AB será parcialmente falsa e AC completamente verdadeira, bem como a conclusão.

A conclusão pode também ser verdadeira se ambas as premissas forem parcialmente falsas, uma vez que é possível para A aplicar-se a algum tanto de B como de C, enquanto B não se
56a1 aplica a nenhum C, como, por exemplo, *animal* se aplica a algum *branco* e a algum *negro*, mas *branco* não se aplica a nenhum *negro*. Assim, se supormos que A se aplica a todo B, mas não se aplica a nenhum C, ambas as premissas serão parcialmente falsas, mas a conclusão será verdadeira. Algo análogo, também, se a premissa negativa for transposta, a demonstração sendo feita por meio dos mesmos termos.

É evidente que o mesmo também é válido para os silogismos particulares, pois não há razão para que A não se aplique a todo B e a algum C, enquanto B não se aplica a algum C, como, por exemplo, *animal* se aplica a todo *homem* e a algum *branco*, mas *homem* não se aplicará a algum *branco*. Assim, se tomarmos A como não se aplicando a nenhum B, mas se aplicando a algum C, a premissa universal será completamente falsa, mas a premissa particular será verdadeira, o mesmo o sendo a conclusão.

A situação será análoga também se a premissa AB for tomada como afirmativa, pois é possível para A não se aplicar a nenhum B e não se aplicar a algum C, e para B não se aplicar a

algum C, como, por exemplo, *animal* não se aplica a nenhum *inanimado* e não se aplica a algum *branco*, e *inanimado* não se aplicará a algum *branco*. Assim, se A é assumido como se aplicando a todo B e não e aplicando a algum C, a premissa universal AB será completamente falsa, mas AC será verdadeira, como o será também a conclusão.

O mesmo ocorrerá se a premissa universal for verdadeira e a premissa particular for falsa, porque não há razão para que A não seja um conseqüente de nenhum de B ou C, enquanto B não se aplica a algum C, como, por exemplo, *animal* não se aplica a nenhum *número* ou *coisa inanimada* e *número* não é um conseqüente de algumas *coisas inanimadas*. Assim, se A for tomado como não se aplicando a nenhum B, mas se aplicando a algum C, a conclusão e a premissa universal serão verdadeiras, ainda que a premissa particular seja falsa.

Analogamente, também, se a premissa universal for tomada como afirmativa, uma vez que é possível para A aplicar-se ao todo tanto de B quanto de C e, ainda assim, para B não ser um conseqüente de algum C, como, por exemplo, o gênero se aplica à espécie e às diferenças, uma vez que *animal* se aplica a todo *homem* e a tudo "aquilo que pisa sobre a terra", mas *homem* não se aplica a tudo que pisa sobre a terra, de sorte que se supormos que A se aplica ao todo de B, mas que não se aplica a algum C, a premissa universal será verdadeira e a particular será falsa, mas a conclusão será verdadeira.

É evidente igualmente que a conclusão extraída de premissas que são, ambas, falsas, pode ser verdadeira, uma vez que é possível para A aplicar-se ao todo tanto de B quanto de C e, ainda assim, para B, não ser um conseqüente de algum C, pois se supormos que A não se aplica a nenhum B, mas se aplica a algum C, ambas as premissas serão falsas, mas a conclusão será verdadeira.

O caso será análogo ainda se a premissa universal for afirmativa e a particular for negativa, pois é possível para A não ser conseqüente de nenhum B, mas o ser de todo C, e para B não se aplicar a algum C, como, por exemplo, *animal* não é conseqüente de nenhum *conhecimento*, ainda que o seja de todo *homem* e *conhecimento* não seja um conseqüente de todo *homem*.
56b1 Assim, se supormos que A se aplica à totalidade de B, mas

que não é um conseqüente de algum C, as premissas serão falsas, mas a conclusão será verdadeira.

IV

Na última figura também será possível alcançar uma conclusão verdadeira por meio de premissas falsas [nas seguintes situações]: [1] quando ambas as premissas são completamente falsas, [2] quando cada uma delas é parcialmente falsa, [3] quando uma é completamente verdadeira e a outra completamente falsa, [4] quando uma é parcialmente falsa e a outra completamente verdadeira e *vice-versa* e em todas as demais combinações possíveis das premissas.

[1] Pois não há nenhuma razão, embora nem A nem B se apliquem a algum C, para que A não se aplique a algum B, como, por exemplo, nem homem nem "aquilo que pisa sobre a terra" é um conseqüente de qualquer coisa inanimada, não obstante homem se aplique a algumas coisas que pisam sobre a terra. Assim, se supormos que A e B se aplicam a todo C, as premissas serão completamente falsas, mas a conclusão será verdadeira. Analogamente, também, se uma premissa for negativa e a outra for afirmativa, pois é possível para B não se aplicar a nenhum C e A se aplicar a todo C, e para A não se aplicar a algum B, como, por exemplo, *negro* não se aplica a nenhum cisne e animal se aplica a todo cisne, e animal não se aplica a tudo que seja negro; de sorte que, se supormos que B se aplica a todo C e A não se aplica a nenhum C, A não se aplicará a algum B, com o que a conclusão será verdadeira, ainda que as premissas sejam falsas.

[2] Assim também se cada uma das premissas for parcialmente falsa, a conclusão poderá ser verdadeira, porque não há razão para que A e B não se apliquem a algum C, enquanto A se aplica a algum B, como, por exemplo, *branco* e *belo* se aplicam a algum *animal* e *branco* a algum belo. Assim, se A e B forem tomados como se aplicando a todo C, as premissas serão parcialmente falsas, mas a conclusão será verdadeira. Analogamente, também, se AC for assumida como negativa, pois é inteiramente possível A não se aplicar a algum C e B se aplicar a algum C, e A não se aplicar a todo B, como, por exemplo, *branco* não se aplica a alguns animais e *belo* se aplica a alguns, e

branco não se aplica a tudo que seja *belo*, de sorte que se supormos que A não se aplica a nenhum C, e que B se aplica a todo C, ambas as premissas serão parcialmente falsas, mas a conclusão será verdadeira.

[3] E, assim, também se uma premissa for completamente falsa e a outra completamente verdadeira, pois é possível tanto para A quanto para B serem conseqüentes de todo C e, ainda assim, para A não se aplicar a algum B, como, por exemplo, *animal* e *branco* são conseqüentes de todo *cisne*, não obstante *animal* não se aplique a tudo que seja *branco*. Assim, uma vez estejam esses termos postulados, se supormos que B se aplica, mas A não se aplica à totalidade de C, BC será completamente verdadeira e AC completamente falsa, ao passo que a conclusão será verdadeira. Analogamente, também, se BC for falsa e AC verdadeira; os mesmos termos {negro, cisne, inanimado}[240] servirão ao propósito de demonstração. O caso é o mesmo, se ambas as premissas forem tomadas como afirmativas, porque não há razão, na medida em que B seja um conseqüente de todo C, e A não se aplica à totalidade de C, para que A não se aplique a algum B, como, por exemplo, *animal* se aplica a todo *cisne*, *negro* não se aplica a nenhum *cisne* e *negro* a alguns animais, de sorte que, se supormos que A e B se aplicam a todo C, BC será completamente verdadeira, AC completamente falsa e a conclusão será verdadeira. Analogamente, se a premissa AC por nós suposta for verdadeira, uma vez que a demonstração será realizada por meio dos mesmos termos.

[4] A solução é idêntica quando uma premissa for completamente verdadeira e a outra parcialmente falsa, pois é possível para B aplicar-se a todo C e para A aplicar-se algum C enquanto se aplica a algum B, como, por exemplo, *bípede* se aplica, mas *belo* não se aplica a todo *homem* e *belo* se aplica a algum *bípede*. Assim, se supormos que tanto A quanto B se aplicam à totalidade de C, BC será completamente verdadeira e AC parcialmente falsa, mas a conclusão será verdadeira. Analogamente, também, se a premissa suposta AC for verdadeira e BC for parcialmente falsa, a demonstração podendo ser feita por meio do rearranjo dos mesmos termos. Assim, também, se uma premissa

240. { } Estes termos não são idênticos aos anteriores. Trata-se de uma interpolação.

for negativa e a outra, afirmativa, pois visto que é possível para B aplicar-se à totalidade de C e para A a algum C – e quando os termos estão relacionados desta maneira A não se aplica a todo B –, se supormos que B se aplica à totalidade de C e A a nenhum C, a premissa negativa será parcialmente falsa, porém a outra será completamente verdadeira, o mesmo sendo a conclusão. Ademais, uma vez demonstrado que quando A não se aplica a nenhum C e B se aplica a algum C, é possível para A não se aplicar a algum B,[241] fica evidente que quando AC for completamente verdadeira e BC parcialmente falsa, ainda será possível que a conclusão seja verdadeira, pois se supormos que A não se aplica a nenhum C e que B se aplica a todo C, AC será completamente verdadeira e BC parcialmente falsa.

Revela-se óbvio, então, que, no que toca aos silogismos particulares, também será possível sob quaisquer condições alcançar uma conclusão verdadeira por meio de falsas premissas, pois cumpre supor os mesmos termos que são supostos quando as premissas são universais: termos afirmativos em silogismos afirmativos e termos negativos em silogismos negativos, porque é indiferente, no que respeita à formulação dos termos, se supomos que aquilo que não se aplica a nenhum se aplica a todo, ou que aquilo que se aplica a algum se aplica universalmente. É análogo também no que se refere aos silogismos negativos.

Assim, evidencia-se que, enquanto no caso da conclusão ser falsa, os fundamentos[242] do argumento (*todos* ou *alguns* deles) têm que ser falsos, quando a conclusão é verdadeira não é necessário que todos ou alguns dos fundamentos sejam verdadeiros; mas mesmo quando nenhuma parte do silogismo for verdadeira, será possível – ainda que não seja uma conseqüência necessária – que a conclusão seja verdadeira. A razão disso é que quando duas coisas estão de tal forma inter-relacionadas que quando a primeira *é*, a segunda tem que *ser*, quando a segunda *não é*, tampouco o *será* a primeira; mas quando a segunda *é*, não é forçoso que a primeira *necessariamente seja*, uma vez que é impossível que a mesma coisa deva *necessariamente* ser, se o mesmo fator determinante se aplica ou não se aplica. Quero dizer, por exemplo, que é impossível que B seja

241. Em 54a1.

242. Leia-se as premissas.

necessariamente *grande* tanto quando A seja *branco* como quando A não seja branco, pois se quando essa coisa particular A for branca, essa coisa particular B tiver que ser grande e se B for grande, C não puder ser branco, então se A for branco, C não poderá ser branco. E se quando a primeira dessas duas coisas *é*, a última *tiver que ser*, se a última *não é*, a primeira, A, *não pode ser*. Então, quando B não é grande, A não pode ser branco. Mas se quando A não é branco, B tem que ser grande, resulta necessariamente que quando B não é grande, o próprio B *é grande* – o que é absurdo, pois se B não é grande, A não será necessariamente branco. Assim, caso se pretenda que B seja grande quando A não é branco, conclui-se que se B não é grande, o *próprio* B é grande, tal como a demonstração foi realizada por três termos.

V

A demonstração circular e recíproca consiste em empregar a conclusão e uma premissa com sua predicação invertida para demonstrar a premissa restante que foi suposta no silogismo original, como se, por exemplo, na hipótese de que houvesse sido exigido demonstrar que A se aplica a todo C e isso tivesse sido demonstrado por meio de B, tivesse em seguida que ser demonstrado, por seu turno, que A se aplica a B, supondo que A se aplica a C e C a B e, portanto, A a B, enquanto no silogismo original foi inversamente suposto que B se aplica a C; ou se, na hipótese de que seja exigido demonstrar que B se aplica a C, se supusesse que A se aplica como o predicado de C, o que era antes a conclusão, e B como o predicado de A, ao passo que no silogismo original foi inversamente suposto que A é predicado de B. A demonstração recíproca se revela impossível de qualquer outra maneira, pois se supormos um termo médio diferente, a demonstração não será circular, uma vez que nenhuma das mesmas proposições é suposta, e se supormos qualquer uma delas, terá que ser uma somente, visto que se ambas forem supostas, teremos a mesma conclusão de antes, ainda que necessitemos uma outra.

Assim, onde a conversão é impossível, uma das premissas das quais resulta o silogismo fica não demonstrada, uma vez que é impossível demonstrar dos termos dados que o terceiro se

aplica ao médio ou o médio ao primeiro termo. Mas onde a conversão é possível, isto é, se A, B e C são convertíveis entre si, todos podem ser demonstrados reciprocamente. Que AC seja demonstrada por meio do [termo] médio B e AB, por sua vez, por meio da conclusão e a premissa BC convertida, e BC também da mesma maneira por meio da conclusão e a premissa AB
58a1 após a conversão. Temos, entretanto, que demonstrar as premissas CB e BA, pois são as únicas das premissas que empregamos que permanecem não demonstradas. Se, então, supormos que B se aplica a todo C e C a todo A, teremos um silogismo produzindo a relação de B com A. Por outro lado, se supormos que C se aplica a todo A, e A a todo B, C terá que se aplicar a todo B. Ora, em ambos estes silogismos a premissa CA foi suposta sem ser demonstrada, quando as outras já o foram. Assim, se a demonstrarmos, terão sido todas demonstradas reciprocamente. Se, então, supormos que C se aplica a todo B e B a todo A, ambas as premissas supostas estarão demonstradas e C terá que se aplicar a todo A.

Assim, evidencia-se que a demonstração circular e recíproca só pode ser realizada onde a conversão é possível; no tocante a outros silogismos, só pode ser utilizada como exposto anteriormente. Nestes últimos silogismos, também ocorre usarmos a própria coisa que é para ser demonstrada com vista à demonstração, pois demonstramos que C é predicado de B e B de A pela suposição de que C é predicado de A por meio dessas premissas, de modo a empregarmos a conclusão visando a demonstração.

Nos silogismos negativos, a demonstração recíproca é realizada como se segue. Que B se aplique a todo C e que A não se aplique a nenhum B. A conclusão é que A não se aplica a nenhum C. Então, se for requerido que se estabeleça, a seu turno, que A não se aplica a nenhum B – o que foi suposto antes –, teremos as premissas de que A não se aplica a nenhum C e que C se aplica a todo B, uma vez que assim a premissa BC é invertida. Se, por outro lado, se requer que se estabeleça que B se aplica a C, a premissa AB não precisa ser convertida novamente como antes (uma vez que a premissa "B não se aplica a nenhum A" é idêntica a "A não se aplica a nenhum B"). Mas temos que supor que B se predica de tudo aquilo de que não se predica A. Que A não se aplique a nenhum C – que era a conclusão anterior

– e suponhamos que B se predica de tudo aquilo de que não se predica A. Então B terá que se aplicar a todo C.

Assim, cada uma das três proposições foi inferida como uma conclusão, sendo isto a demonstração circular, a saber, supor a conclusão e a inversão de uma das premissas e deduzir a premissa restante.

No que diz respeito aos silogismos particulares, a premissa universal não pode ser demonstrada por meio das outras, mas a premissa particular pode. Que a premissa universal não pode ser demonstrada é evidente, uma vez que a universal é demonstrada por premissas universais, mas a conclusão não é universal e temos que extrair nossa demonstração da conclusão e da outra
58b1 premissa. Ademais, se a premissa for convertida, não haverá silogismo algum como resultado, porque ambas as premissas se tornam particulares. A premissa particular, contudo, pode ser demonstrada. Que seja demonstrado por meio de B que A é predicado de algum C. Então, se supormos que B se aplica a todo A, e a conclusão persiste, B se aplicará a algum C, com o que obtemos a primeira figura com A como o médio.

Se, por outro lado, o silogismo for negativo, a premissa universal não poderá ser demonstrada pela razão explicitada acima. Mas a premissa particular será demonstrável se AB for convertida do mesmo modo que nos silogismos universais, ou seja, dizendo que B se predica do termo particular do qual A é particularmente negado; de outra maneira, não resultará silogismo algum porque a premissa particular é negativa.

VI

Na segunda figura, a proposição afirmativa não pode ser demonstrada por esse meio, mas a proposição negativa pode. A proposição afirmativa é indemonstrável porque as premissas não são ambas afirmativas; a conclusão é negativa e a proposição afirmativa só pode ser demonstrada, como vimos, por premissas que sejam ambas afirmativas. A proposição negativa é demonstrada como se segue. Que A se aplique a todo B, mas que não se aplique a nenhum C. A conclusão é que B não se aplica a nenhum C. Então se supormos que B se aplica a todo A, A necessariamente não se aplicará a nenhum C, com o que obtemos a segunda figura com B como o termo médio. Se AB foi suposta como negativa e a outra premissa como afirmativa, teremos a primeira figura, pois C se aplica a todo A e B não se aplica a nenhum C, de forma que B não se aplica a nenhum A e, portanto, A a nenhum B. Assim, não obtemos nenhum silogismo por meio da conclusão e de uma premissa. Entretanto, teremos um silogismo se supormos uma premissa adicional.

Se o silogismo não for universal, a premissa universal não poderá ser demonstrada pela mesma razão que indicamos anteriormente.[243] Mas a premissa particular pode ser demonstrada quando a proposição universal for afirmativa. Que A se aplique a todo B, mas não a todo C. A conclusão é BC. Então, se supormos que B se aplica a todo A, mas não a todo C, A não se aplicará a algum C. O termo médio é B. Se, todavia, a premissa universal for negativa, a premissa AC não poderá ser demonstrada pela conversão de AB, pois resulta que ou uma ou ambas as premissas se tornam negativas, de sorte que não haverá silogismo. Poderá, contudo, ser demonstrada de uma forma semelhante àquela que foi empregada no caso dos silogismos universais, isto é, se supormos que A seja predicável do termo particular do qual B não se predica.

VII

Na terceira figura, quando ambas as premissas são tomadas como universais, a demonstração recíproca se mostra impossível, uma vez que a proposição universal só pode ser demonstrada
59a1 da por meio de proposições universais, e nessa figura a conclusão é sempre particular, de modo a se revelar evidente que a premissa universal não pode ser demonstrada de modo algum por meio dessa figura. Se, entretanto, uma premissa for universal e a outra for particular, a demonstração recíproca será algumas vezes possível e algumas vezes impossível. Quando ambas as premissas são supostas como afirmativas e a relação universal estiver vinculada ao extremo menor, ela será possível; não o será quando a relação universal estiver vinculada ao outro extremo. Que A se aplique a todo C e B a algum C. A conclusão será AB. Então, se supormos que C se aplica a todo A, estará demonstrado que C se aplica a algum B, mas não que B se apli-

243. Em 58a36 e seguintes.

ca a algum C. É possível que se insista que, se C se aplica a algum B, B também tem que se aplicar a algum C, mas "Isto se aplica àquilo" não é idêntico a "Aquilo se aplica a isto". É mister que levantemos a hipótese complementar de que, se *isto* se aplica a algum *aquilo*, *aquilo* também se aplica a algum *isto*, e se o supormos, o silogismo não será mais produzido mediante a conclusão e a outra premissa. Mas se B se aplica a todo C, e A a algum C, a premissa AC poderá ser demonstrada após a suposição de que C se aplica a todo B, e A a algum B, pois se C se aplica a todo B, e A a algum B, A tem que se aplicar a algum B, sendo B o termo médio.

Quando uma premissa for afirmativa e a outra negativa, sendo a afirmativa universal, a outra poderá ser demonstrada. Que B se aplique a todo C e que A não se aplique a algum C. A conclusão é que A não se aplica a algum B. Então, se for adicionalmente suposto que C se aplica a todo B, resultará necessariamente que A não se aplica a algum C, o termo médio sendo B. Mas quando a premissa negativa é universal, a outra é indemonstrável, a menos, como nos exemplos anteriores,[244] que se suponha que onde um termo não se aplica a algum, *o outro se aplica a algum*, como por exemplo: uma vez suposto que A não se aplica a nenhum C e B se aplica a algum C, a conclusão é que A não se aplica a algum B. Então, se supormos que C predica o termo particular do qual A é particularmente negado, C necessariamente se aplicará a algum B. Será impossível de qualquer outra maneira mediante a conversão da premissa universal, demonstrar a outra premissa, pois em caso algum haverá um silogismo.

Assim, fica evidente que, na primeira figura, a demonstração recíproca é realizada tanto pela terceira como pela primeira figura: pela primeira, quando a conclusão é afirmativa, e pela última figura, quando é negativa, pois se supõe que onde um termo não se aplica a nenhum, o outro se aplica a todo. Na figura mediana, quando o silogismo é universal, a demonstração recíproca é possível tanto pela própria figura mediana quanto pela primeira figura; quando é particular, tanto pela figura mediana quanto pela última. Na terceira figura todas as demonstrações são através dela mesma. É também evidente, nas figuras mediana e terceira que os silogismos que não são produzidos por essas mesmas figuras ou são incompatíveis com a demonstração circular ou são imperfeitos.

244. Em 58a29,b9, 37.

VIII

Converter um silogismo consiste em inverter a conclusão e assim construir o silogismo de modo que ou o extremo maior não se aplicará ao [termo] médio ou este não se aplicará ao último termo, pois se a conclusão for convertida e uma premissa permanecer como antes, a premissa restante terá que ser invalidada, pois se for para ter validade, a conclusão terá também que ter validade. Faz diferença, contudo, se invertemos a conclusão no sentido contraditório ou no contrário, pois não obtemos o mesmo silogismo por ambos os modos de inversão, o que ficará claro pela explicação que se segue. (Pelo *contraditório* de "se aplicando a todo" quero dizer "não se aplicando a todo" e de "se aplicando a algum", "não se aplicando a nenhum", ao passo que o *contrário* de "se aplicando a todo" é "não se aplicando a nenhum" e de "se aplicando a algum" é "não se aplicando a algum.)[245]

Vamos tomar como demonstrado por meio do termo médio B que A é afirmado (predicado) de todo C. Então, na hipótese de que se suponha que A não se aplica a nenhum C, mas se aplica a todo B, B não se aplicará a nenhum C, e se A não se aplica a nenhum C, mas B se aplica a todo C, A não se aplicará a todo B; porém, não se conclui, de modo algum, que não se aplicará a nenhum B pois, como vimos,[246] a proposição universal não pode ser demonstrada pela última figura. Em geral revela-se impossível invalidar a premissa maior universalmente mediante conversão porque a refutação é sempre por meio da terceira figura, uma vez que temos que supor ambas as premissas em relação com o último extremo.

O mesmo também vale se o silogismo for negativo. Que fique demonstrado por meio do termo médio B que A não se

245. Ou: ...por contraditório entendo a relação de "a todo" com "não a todo" e de "a algum" com "a nenhum"; por contrário, a relação de "a todo" com "a nenhum" e de "a algum" com "não a algum"... .

246. Em 29a16.

aplica a nenhum C. Então, se supormos que A se aplica a todo C, mas que não se aplica a nenhum B, B não se aplicará a nenhum C. E se A e B se aplicam a todo C, A se aplicará a algum B. Mas, *ex hypothesi,* não se aplica a nenhum.

Se, entretanto, a conclusão for convertida no sentido contraditório, os silogismos também serão contraditórios e não universais, pois uma premissa se torna particular e, conseqüentemente, a conclusão também será particular. Pois que o silogismo seja afirmativo e que seja convertido no sentido que acabamos de descrever. Então, se A não se aplica a todo C, mas se aplica a todo B, B não se aplicará a todo C. E se A não se aplicar a todo C, mas B se aplicar, A não se aplicará a todo B. Analogamente, se o silogismo for negativo, pois se A se aplica a algum C, mas não se aplica a nenhum B, B não se aplicará a algum C; não se aplicará absolutamente a nenhum. E se A se aplica a algum C e B a todo C, como foi suposto originalmente, A se aplicará a algum B.

Quanto aos silogismos particulares, (I) quando a conclusão é convertida no sentido contraditório, ambas as premissas são refutadas, mas (II) quando é convertida no sentido contrário, nenhuma das premissas é refutada, pois o resultado não é mais, como era no caso dos silogismos universais, uma refutação na qual falta universalidade à conclusão após a conversão – pelo contrário, não há refutação alguma. (I) Admitamos como demonstrado que A é afirmado (predicado) de algum C. Então, se supormos que A não se aplica a nenhum C, mas que se aplica a algum B, A não se aplicará a algum B. E se A não se aplica a nenhum C, mas se aplica a todo B, B não se aplicará a nenhum C. Assim, ambas as premissas são refutadas. Mas (II) se a conclusão é convertida no sentido contrário, nenhuma [premissa] é refutada, pois se A não se aplica a algum C, mas se aplica a todo B, B não se aplicará a algum C. A suposição original, não obstante isso, ainda não é refutada porque é possível aplicar-se a algum e, no entanto, não se aplicar a algum. No que toca à premissa universal AB, silogismo algum pode ser obtido para refutá-la, pois se A não se aplica a algum C e B *se aplica* a algum C, nenhuma das premissas é universal. A situação será análoga se o silogismo for negativo, pois se supormos que A se aplica a todo C, ambas as premissas são refutadas; mas caso se aplique a algum C, nenhuma delas é refutada. A demonstração é a mesma de antes.

IX

Na segunda figura, seja qual for o sentido no qual a conversão é feita, a premissa maior se mostra irrefutável no sentido contrário, uma vez que a conclusão será sempre obtida na terceira figura, e vimos que nesta não há silogimo universal.[247] A outra premissa, todavia, é refutável no mesmo sentido da conversão. Por "no mesmo sentido" quero dizer que se a conversão for contrária, a refutação será no sentido contrário, e se for contraditória, [a refutação] será no sentido contraditório.

Por exemplo, que A se aplique a todo B, mas não se aplique a nenhum C. A conclusão será BC. Então, se supormos que B se aplica a todo C e conservarmos AB, A se aplicará a todo C, com o que obtemos a primeira figura. Mas se B se aplica a todo C e A não se aplica a nenhum C, A não se aplicará a todo B. Esta é a última figura. Se, por outro lado, BC for convertida no sentido contraditório, AB será demonstrada como antes, mas AC será refutada por seu contraditório, pois se B se aplica a algum C e A não se aplica a nenhum C, A não se aplicará a algum B; e, também, se B se aplica a algum C, e A a todo B, A se aplicará a algum C, de sorte que obteremos uma conclusão no sentido contrário. A demonstração será semelhante, inclusive, se as premissas se acharem na relação oposta.

Se, entretanto, o silogismo for particular, quando a conclusão é convertida no sentido contrário, nenhuma das premissas é refutada, tal como nenhuma delas foi refutada na primeira figura; mas quando tivermos o sentido contraditório, ambas serão refutadas. Que se suponha que A não se aplica a nenhum B, mas se aplica a algum C. A conclusão será BC. Então, se B for assumida aplicando-se a algum C e mantivermos AB, a conclusão será que A não se aplica a algum C. Mas a premissa original não é refutada, uma vez que é possível tanto *aplicar-se a algum* como *não aplicar-se a algum.* Por outro lado, se B e A se aplicam a algum C, não haverá silogismo, uma vez que nenhuma das suposições é universal. Assim, AB não é refutada. Se, contudo, a conclusão for convertida no sentido contraditório, ambas as premissas serão refutadas, pois se B se aplica a todo C e A não se aplica a nenhum B, A não se aplicará a nenhum C, enquanto antes se aplicava a algum. E também se B se aplicar a

247. Em 29a16.

todo C e A a algum C, A se aplicará a algum B. A demonstração será a mesma também se a proposição universal for afirmativa.

X

Na terceira figura, quando a conclusão é convertida no sentido contrário, nenhuma das premissas é refutada em qualquer silogismo, mas quando o é no sentido contraditório, ambas são refutadas em todos os silogismos. Admitamos como demonstrado que A se aplica a algum B e suponhamos que C seja o termo médio e que as premissas sejam universais. Então, se supormos que A não se aplica a algum B e que B se aplica a todo C, não obteremos nenhum silogismo que ligue A e C. Por outro lado, se A não se aplicar a algum B, mas se aplicar a todo C, não haverá silogismo relacionando B e C. Teremos também uma demonstração semelhante se as premissas não forem universais, pois ou ambas as premissas terão que ser particulares como resultado da conversão, ou a proposição universal terá que tornar-se vinculada ao extremo menor, condições nas quais não há silogismo, como vimos, quer na primeira figura, quer na mediana.[248]

Se, entretanto, a conclusão for convertida no sentido contraditório, ambas as premissas serão refutadas, pois se A não se aplica a nenhum B e B se aplica a todo C, A não se aplicará a nenhum C. Por outro lado, se A não se aplicar a nenhum B, mas se aplicar a todo C, B não se aplicará a nenhum C. O mesmo também ocorre se a outra premissa não for universal, pois se A não se aplicar a nenhum B e B se aplicar a algum C, A não se aplicará a algum C. E se A não se aplicar a nenhum B, mas se aplicar a todo C, B não se aplicará a nenhum C.

A situação será análoga se o silogismo for negativo. Admitamos como demonstrado que A não se aplica a algum B e que BC é afirmativa e AC negativa, pois é deste modo, como vimos,[249] que o silogismo é produzido. Então, quando o contrário da conclusão for suposto, não haverá silogismo, pois se A se aplica a algum B e B a todo C, não há silogismo, como vimos,[250]

248. Em 26a17-21, 27a4-12.

249. Em 28b1-4, 15-29a10.

250. Em 26a30-36.

ligando A e C. Igualmente, se A se aplica a algum B, mas não se aplica a nenhum C, não há silogismo, como já constatamos,[251] relacionando B e C. Assim, as premissas não são refutadas. Mas quando o contraditório da conclusão é suposto, elas são refutadas, pois se A se aplica a todo B e B a C, A se aplicará a todo C, ao passo que antes não se aplicava a nenhum [C]. Novamente, se A se aplica a todo B, mas não se aplica a nenhum C, B não se aplicará a nenhum C, ao passo que antes se aplicava a todo [C]. Dispomos de uma demonstração semelhante também se as premissas não forem universais, pois AC se torna tanto universal quanto negativa, e a outra proposição, particular e afirmativa. Assim, se A se aplica a todo B, e B a algum C, segue-se que A se aplica a algum C, enquanto antes não se aplicava a nenhum [C]. Mais uma vez, se A se aplica a todo B, mas não se aplica a ne-
61a1 nhum C, B não se aplicará a nenhum C, mas a suposição foi de que se aplica a algum [C]. Se, entretanto, A se aplica a algum B, e B a algum C, não obtemos silogismo algum e nem o obtemos se A se aplica a algum B, mas não se aplica a nenhum C. Assim, no primeiro caso as premissas são refutadas, mas no segundo não.

Com base na exposição precedente evidencia-se [1] como o silogismo é produzido em cada figura quando a conclusão é convertida, [2] em quais circunstâncias a conclusão é o contrário e em quais [é] o contraditório da premissa original, e [3] que na primeira figura os silogismos são produzidos por meio da figura mediana e da última e a premissa menor é sempre refutada pela figura mediana e a maior pela última, e que na segunda figura [os silogismos] são produzidos pela primeira e a última e a premissa menor é sempre refutada pela primeira e a maior pela última figura, e que na terceira figura os silogismos são produzidos pela primeira figura e a figura mediana e a premissa maior é sempre refutada pela primeira figura e a menor pela figura mediana.

XI

Assim esclarece-se o que é a conversão, como é realizada em cada figura e qual é o silogismo dela resultante.[252]

251. Em 27b6-8.

252. Tudo indica que esta sumarização conclusiva pertence ao fim do capítulo X e não ao início do XI.

Um silogismo *per impossibile* é demonstrado postulando-se o contraditório da conclusão e supondo-se uma premissa adicional. É produzido em todas as três figuras e é semelhante à conversão, mas desta difere no seguinte, a saber, que enquanto convertemos após um silogismo ter sido construído e ambas as premissas terem sido supostas, quando efetuamos uma *reductio ad impossibile*, a proposição contraditória não é de início explicitamente admitida, mas visivelmente verdadeira. Os termos, contudo, são ligados de maneira semelhante em ambos os casos, bem como o esquema de suposições é neles idêntico. Por exemplo, se A se aplica a todo B e C é o termo médio, se supormos que A não se aplica a todo B ou não se aplica a nenhum B, embora se aplique a todo C, o que é exato *ex hypothesi*, C necessariamente não se aplicará a nenhum ou não se aplicará ao todo de B. Mas isso é impossível e, conseqüentemente, a suposição era falsa, com o que o contraditório é o verdadeiro. Ocorre coisa análoga nas demais figuras, uma vez que todos os exemplos que admitem conversão também admitem inferência *per impossibile*.

Todos os outros problemas[253] são demonstráveis *per impossibile* em todas as três figuras, mas a universal afirmativa, embora demonstrável na figura mediana e na terceira, não é demonstrável na primeira. Suponhamos que A não se aplica a todo B ou não se aplica a nenhum B, e suponhamos também uma outra premissa que se relaciona a um ou outro termo, ou que C se aplica a todo A ou que B se aplica a todo D, pois desta forma teremos a primeira figura. Ora, se supormos que A não se aplica a todo B, não obteremos nenhum silogismo, não importa a qual dos dois termos a premissa suposta se refira; mas se supormos
61b1 que A não se aplica a nenhum B, [1] quando BD também for suposta, a despeito de podermos argumentar a favor de uma falsa conclusão, o ponto a ser demonstrado não estará demonstrado, pois se A não se aplica a nenhum B e B se aplica a todo D, A não se aplicará a nenhum D. Bem, havíamos admitido tal coisa como impossível. Conseqüentemente, é falso que A não se aplique a nenhum B. Mas se "A não se aplica a nenhum B" for falsa, não se concluirá que "A se aplica a todo B" seja verdadeira. [2] E se CA for também suposta, não obteremos nenhum silogismo, tal como não obtemos nenhum quando se supõe que A não se aplica a todo B. Assim, é evidente que a proposição afirmativa universal não é demonstrável *per impossibile* na primeira figura.

253. προβληματα (*problêmata*), mas deve se entender aqui especificamente *proposições*.

A proposição negativa universal, entretanto, e a particular afirmativa ou negativa, são demonstráveis. Suponhamos que A não se aplique a nenhum B e que B se aplique a todo C ou a algum C. Então se seguirá necessariamente que A não se aplica a nenhum C ou não se aplica a C de modo algum. Mas isso é impossível (uma vez que admitimos como verdadeiro e evidente que A se aplica a todo C); de onde se segue que se essa proposição é falsa, A se aplica necessariamente a algum B. Mas se a outra premissa suposta for ligada a A, não haverá silogismo, nem quando o contrário da conclusão for suposto, a saber, que A não se aplica a algum B. Assim se evidencia que temos que supor o contraditório da conclusão.

Agora, suponhamos que A se aplica a algum B e que C se aplica a todo A. Então, C tem que se aplicar a algum B. Que isso seja impossível, de maneira que a suposição seja falsa. Mas se for assim, será verdade que A não se aplica a nenhum B. Analogamente, também, se a premissa suposta CA tivesse sido negativa. Mas se a premissa ligada a B for suposta, não haverá silogismo. Se, contudo, a proposição contrária for suposta, haverá um silogismo e um argumento *per impossibile*, mas a proposição não é demonstrável. Suponhamos que A se aplica a todo B e que C se aplica a todo A. Então C terá que se aplicar a todo B. Mas isso é impossível e, assim, é falso que A se aplica a todo B. Entretanto, não é *ipso facto* necessário que se não se aplica a todo não se aplica a nenhum. Analogamente, também, supondo que a outra premissa suposta seja vinculada à B, com o que teremos um silogismo e um argumento *per impossibile*, mas a hipótese não é refutada. E, assim, é preciso que assumamos o contraditório da conclusão.

Se pretendemos demonstrar que A não se aplica a todo B, teremos que supor que ele se aplica a todo B, pois se A se aplica a todo B e C a todo A, C se aplicará a todo B, de sorte que, se isso for impossível, a suposição será falsa. Algo análogo ocorrerá também se a outra premissa houver sido vinculada a B. O mesmo também vale se CA tiver sido tomada como negativa, uma

vez que igualmente desta forma obteremos um silogismo. Mas, se a proposição negativa é vinculada a B, não há demonstração. Se, todavia, supormos não que A se aplique a todo B, mas que se aplique a algum B, o que é demonstrado não é que ele não se aplica a todo [B], mas sim que ele não se aplica a nenhum [B], pois se A se aplica a algum B e C a todo A, C se aplicará a 62a1 algum B. Então, uma vez isso seja impossível, é falso que A se aplica a algum B e, portanto, verdadeiro que não se aplica a nenhum [B]. Mas mediante esta demonstração a verdade também é refutada, visto que a suposição era que A se aplica a algum B e também não se aplica a algum B. Que se acresça que a impossibilidade não se origina da hipótese, pois se fosse resultado dela, esta (hipótese) seria falsa, visto que uma conclusão falsa não pode ser tirada de premissas verdadeiras. Mas na realidade ela é verdadeira porque A se aplica a algum B e, assim, somos levados a supor não que A se aplica a algum B, mas que se aplica a todo [B]. Seria análogo também se tentássemos demonstrar que A não se aplica a algum B, pois uma vez que "não se aplicar a algum" e "não se aplicar a todo" são idênticos, a demonstração será a mesma para ambos.

Assim, é evidente que em todos os silogismos devemos supor não o contrário, mas o contraditório da conclusão, pois assim asseguraremos necessidade lógica e nossa pretensão será geralmente admitida, pois se ou a afirmação ou a negação de um dado predicado é verdadeira de todo sujeito dado, então, quando é demonstrado que a negação não é verdadeira, a afirmação tem que ser verdadeira; e, por outro lado, se não for sustentada a verdade da afirmação, a pretensão da verdade da negação será geralmente admitida. Mas de nenhum modo mostra-se apropriado pretender o contrário, pois não é necessário que, caso a negativa universal seja falsa, a afirmativa universal deva ser verdadeira e, tampouco, se reputa que, se uma é falsa, a outra é verdadeira.

XII

Assim se evidencia que na primeira figura, enquanto todos os outros problemas[254] são demonstráveis *per impossibile*, a afirmativa universal não é demonstrável. Na figura mediana e na última, contudo, até mesmo essa [proposição] é demonstrável. Suponhamos que A não se aplique a todo B e que A se aplica a todo C. Então, se não se aplica a todo B, mas se aplica a todo C, C não se aplicará a todo B. Mas isso é impossível. Tenhamos como evidente que C se aplica a todo B, de sorte a ser falsa a suposição. Então será verdadeiro que A se aplica a todo B. Mas se adotarmos a hipótese contrária, ainda que haja um silogismo e um argumento *per impossibile*, a proposição não é demonstrável, pois se A não se aplica a nenhum B, mas se aplica a todo C, C não se aplicará a nenhum B. Mas como isso é impossível, é falso que A não se aplica a nenhum B. Mas por ser isso falso, não se conclui que é verdadeiro que A se aplica a todo B.

254. Leia-se *proposições*.

Se quisermos demonstrar que A se aplica a algum B, que se suponha que A não se aplica a nenhum B, mas que se aplica a todo C. Então C necessariamente não se aplica a nenhum B. Assim, considerando-se que isso é impossível, A necessariamente se aplica a algum B. Se se supõe que ele não se aplica a algum [B], teremos o mesmo resultado da primeira figura.

Novamente, suponhamos que A se aplica a algum B, mas que não se aplica a nenhum C. Então necessariamente C não se aplica a algum B. Mas originalmente se aplicava a todo [B] e, assim, a suposição é falsa. Portanto, A não se aplicará a nenhum B.

Caso queiramos demonstrar que A não se aplica a todo B, 62b1 tenhamos como suposto que *se aplica* a todo B e que não se aplica a nenhum C. Então C necessariamente não se aplica a nenhum B. Mas isso é impossível e, portanto, é verdadeiro que A não se aplica a todo B, com o que se evidencia que todos os silogismos podem ser produzidos pela segunda figura.

XIII

Podem ser todos, analogamente, produzidos por meio da última figura. Suponhamos que A não se aplica a algum B, mas que se aplica a todo C. Então A não se aplica a algum C. Sendo isso impossível, é falso que A não se aplica a algum B e, portanto, é verdadeiro que se aplica a todo [B]. Mas, se supormos que não se aplica a nenhum, a despeito de haver um silogismo e um argumento *per impossibile*, a proposição não é demonstrável, pois se a hipótese contrária for adotada, teremos o mesmo resultado de

antes.[255] Esta hipótese precisa ser selecionada para demonstrar que A se aplica a algum B, pois se A não se aplicar a nenhum B e C se aplicar a algum B, A não se aplicará a todo C. E, então, se isso for falso, será verdadeiro que A se aplica a algum B.

Se pretendemos demonstrar que A não se aplica a nenhum B, suponhamos que se aplica a algum [B] e que C também se aplica a todo B. Então A se aplica necessariamente a algum C. Mas originalmente não se aplicava a nenhum [C] e, portanto, é falso que A se aplica a algum B. Se supormos que A se aplica a todo B, a proposição não será demonstrável. Esta hipótese tem que ser eleita para demonstrar que A não se aplica a todo [B], pois se A se aplicar a todo B e C a algum B, A se aplica a algum C. Antes, entretanto, não era assim e, portanto, é falso que A se aplica a todo B, e se for assim, será verdadeiro que não se aplica a todo [B]. Mas se supormos que se aplica a algum [B], o resultado será igual àqueles que descrevemos antes.

Com isso fica claro que em todos os silogismos *per impossibile* é a suposição contraditória que deve ser feita. Também está claro que num certo sentido a proposição afirmativa é demonstrável na figura mediana e a universal na última figura.

XIV

A demonstração *per impossibile* difere da demonstração ostensiva no fato de postular aquilo que pretende refutar reduzindo-o a uma falsidade admitida, enquanto a demonstração ostensiva procede de posições admitidas. Ambas, com efeito, supõem duas premissas que são admitidas; porém, enquanto a segunda supõe aquelas das quais procede o silogismo, a primeira supõe uma delas, a que é o contraditório da conclusão; ademais, na segunda[256] a conclusão não precisa ser conhecida nem, tampouco, é necessário que se a pressuponha como sendo verdadeira ou não. Entretanto, na primeira[257] é mister que seja pressuposta como não verdadeira. É indiferente, contudo, ser a conclusão afirmativa ou negativa. O procedimento é idêntico em ambos os casos.

255. Ou seja, aquele indicado em 62a28 e seguintes.
256. Isto é, na demonstração ostensiva.
257. Na demonstração *per impossibile*.

Toda proposição que é estabelecida ostensivamente pode também ser demonstrada *por absurdo* (*per impossibile*) e *vice-versa*, por meio dos mesmos termos, pois quando o silogismo for produzido na primeira figura, a verdade aparecerá na figura mediana ou na última, se negativa, na mediana, e se afirmativa, na última. Quando o silogismo estiver na figura mediana, a verdade aparecerá na primeira figura, no que respeita a todas as proposições. Quando o silogismo estiver na última figura, a verdade aparecerá na primeira ou na mediana, afirmativa na primeira figura, negativa na figura mediana.

Por exemplo, admitamos como demonstrado pela primeira figura que A não se aplica a nenhum B ou a todo B. Então a hipótese era a de que A se aplica a algum B e se supôs que C se aplicava a todo A, mas não se aplicava a nenhum B: assim era como o silogismo e o argumento *per impossibile* eram produzidos. Mas esta será a figura mediana se C se aplicar a todo A, mas não se aplicar a nenhum B, e fica evidente a partir dessas premissas que A não se aplica a nenhum B.

A situação será análoga, também, se houver sido demonstrado que [A] não se aplica a todo [B]. A hipótese é a de que se aplica a todo [B] e foi suposto que C se aplica a todo A, mas não se aplica a todo B. O mesmo vale igualmente supondo que CA seja tomada como negativa, pois neste caso também obtemos a figura mediana.

Mais uma vez tenhamos como demonstrado que A se aplica a algum B. Neste caso, a hipótese é a de que ele não se aplica a nenhum [B] e suposto que B se aplica a todo C e A a todo C ou algum C, pois é desta forma que surgirá a demonstração *per impossibile*. Trata-se da última figura se A e B aplicam-se a todo C, e fica visível a partir dessas premissas que A tem que se aplicar a algum B. É análogo, também, supondo que B ou A seja tomado como se aplicando a algum C.

Admitamos agora na segunda figura como demonstrado que A se aplica a todo B. Neste caso a hipótese era a de que A não se aplica a todo B e as suposições de que e as premissas eram que A se aplica a todo C e C a todo B, pois é desta forma que surgirá a demonstração *per impossibile*. Trata-se da primeira figura quando A se aplica a todo C e C a todo B. A situação será análoga, também, se houver sido demonstrado que A se aplica a

algum B. A hipótese era a de que A não se aplica a nenhum B e as premissas que A se aplica a todo C e C a algum B. No caso do silogismo negativo, a hipótese era a de que A se aplica a algum B e as premissas que A não se aplica a nenhum C e C se aplica a todo B, de maneira a obtermos a primeira figura. O mesmo vale se o silogismo não for universal; contudo, foi demonstrado que A não se aplica a algum B, uma vez que a hipótese foi a de que A se aplica a todo B e as premissas que A não se aplica a nenhum C e C se aplica a algum B, pois assim obtemos a primeira figura.

Novamente, na terceira figura, admitamos como demonstrado que A se aplica a todo B. Neste caso, a hipótese era a de que A não se aplica a todo B e as premissas que C se aplica a todo B e A a todo C, uma vez que é desta maneira que surgirá a demonstração *per impossibile*. E se trata da primeira figura. O mesmo também vale se a demonstração estabelecer uma conclusão particular, pois neste caso a hipótese foi a de que A não se aplica a nenhum B e a premissas de que C se aplica a algum B e A a todo C. No caso do silogismo negativo, a hipótese era a de que A se aplica a algum B e as premissas que C não se aplica a nenhum A, mas se aplica a todo B. Esta é a figura mediana. A situação é análoga, também, se a demonstração estabelecer uma conclusão particular negativa; a hipótese será a de que A se aplica a todo B e as premissas que C não se aplica a nenhum A, mas se aplica a algum B. Esta é a figura mediana.

Assim, fica evidente que cada uma dessas proposições também pode ser demonstrada ostensivamente por meio dos mesmos termos. E analogamente, também, se os silogismos forem ostensivos, será possível empregar a *reductio ad impossibile* pelos termos já tomados, se supormos a premissa que contradiz a conclusão, uma vez que obtemos os mesmos silogismos que obtivemos por conversão, com o que teremos imediatamente as próprias figuras pelas quais cada um será produzido. Fica claro, então, que todo problema[258] pode ser demonstrado de ambas as formas, tanto por *reductio ad impossibile* quanto ostensivamente e que nem um nem outro método pode ser divorciado do outro.

258. προβλημα (*problema*): entenda-se *proposição*.

XV

Pela análise que se segue se evidenciará em quais figuras podemos e não podemos extrair uma conclusão a partir de premissas opostas. Afirmo que há quatro pares de premissas que exprimem oposição verbal, quais sejam: "aplica-se a todo" e "aplica-se a nenhum"; "aplica-se a todo" e "não aplica-se a todo"; "aplica-se a algum" e "aplica-se a nenhum" e "aplica-se a algum" e "não aplica-se a algum".[259] Mas [, a rigor,] há somente três pares, porque a oposição de "aplica-se a algum" e "não aplica-se a algum" é puramente verbal. Destes três pares as premissas universais "aplica-se a todo" e "aplica-se a nenhum" de um dos pares (por exemplo, "Todo conhecimento é bom" e "Nenhum conhecimento é bom") são *contrárias*; [as premissas dos] outros pares são *contraditórias*.

Na primeira figura, portanto, mostra-se impossível um silogismo a partir de premissas opostas, quer seja ele afirmativo ou negativo. O silogismo afirmativo é impossível porque para produzi-lo ambas as premissas têm que ser afirmativas e um par de premissas opostas é composto de uma afirmação e de sua negação. O silogismo negativo é impossível porque premissas opostas afirmam e negam o mesmo predicado do mesmo sujeito e na primeira figura o termo médio não é predicado (afirmado) dos dois outros, mas alguma outra coisa é dele negada enquanto é ele próprio predicado (afirmado) de alguma outra coisa, com o resultado de que as premissas assim formadas não se opõem.

Na figura mediana é possível obter um silogismo tanto a partir de premissas contraditórias quanto de premissas contrárias. Que A seja *bom* e B e C *ciência*. Neste caso, se supormos que toda ciência é boa e, então, que nenhuma ciência é boa, A se aplicará a todo B e não se aplicará a nenhum C, de sorte que B não se aplicará a nenhum C... e, portanto, nenhuma ciência é ciência. Analogamente, se após supormos que toda ciência é boa, supormos que a medicina não é boa, pois A se aplica a todo B, mas não se aplica a nenhum C, de sorte que a ciência particular da medicina não será ciência. Igualmente, se A se aplica a todo C, mas não se aplica a nenhum B, sendo B *ciência*,

259. Isto é, da *universal afirmativa* a *universal negativa*; da *universal negativa* a *particular negativa*; da *particular afirmativa* a *universal negativa*, e da *particular afirmativa* a *particular negativa*.

C *medicina* e A *crença*, uma vez que após supor que nenhuma ciência é crença, supomos agora que, uma ciência particular é crença. Este difere do primeiro exemplo no ser convertido com respeito aos seus termos, pois no primeiro exemplo a proposição afirmativa estava ligada a B, ao passo que agora está ligada a C. O mesmo persistirá como sendo verdadeiro, se a outra premissa não for universal, pois o [termo] médio é sempre aquele que é predicado negativamente de um termo e afirmativamente do outro.

Assim, é possível tirar uma inferência de premissas opostas, mas nem sempre e nem sob todas as condições, porém somente se a relação dos termos incluídos sob o médio for a da identidade ou do todo para a parte. Nenhuma outra relação é possível. De outro modo, as premissas não seriam em sentido algum contrárias ou contraditórias.

Na terceira figura jamais pode haver um silogismo afirmativo a partir de premissas opostas pela razão já apresentada no caso da primeira figura.[260] Mas pode haver um silogismo negativo, sejam os termos universais ou não. Que B e C correspondam à *ciência* e A à *medicina*. Na hipótese, então, de supormos que toda medicina é ciência e que nenhuma medicina é ciência, estaremos, então, supondo que B se aplica a todo A e C não se aplica a nenhum A – e portanto alguma ciência não será ciência. Situação similar se apresentará se a premissa BA, por nós suposta, não for universal, pois se alguma medicina é ciência e, por outro lado, nenhuma medicina é ciência, conclui-se que alguma ciência não é ciência. As premissas são contrárias se os termos supostos forem universais, mas contraditórias se um termo for particular.

Deve-se observar que embora possamos supor as proposições opostas da maneira exposta acima, a saber, dizendo que toda ciência é boa e, em seguida, que nenhuma ciência é boa, ou que alguma ciência não é boa (e neste caso a contradição não é geralmente passada desapercebida), também é possível estabelecer umas das proposições por meio de questões complementares, ou supô-la como descrevemos nos *Tópicos*.[261]

260. Em 63b33.

261. Livro VIII, capítulo I.

Uma vez que há três formas de oposição a uma proposição afirmativa, conclui-se que há seis formas de supor proposições opostas. Pode-se dizer do predicado que se aplica a todo e a nenhum, ou a todo e não a todo, ou a algum e a nenhum; e
64b1 cada um destes pares é convertível do ponto de vista de seus termos; por exemplo, pode ser dito que A se aplica a todo B, mas que não se aplica a nenhum C, ou que se aplica a todo C, mas que não se aplica a nenhum B, ou que se aplica ao todo dos primeiros, mas não se aplica ao todo dos últimos, isto também podendo ser convertido no que respeita aos seus termos. Analogamente, também, na terceira figura. Fica, assim, evidente de quantas maneiras e em quais figuras um silogismo pode ser produzido por meio de premissas opostas.

Fica também evidente que embora possamos extrair uma inferência verdadeira de falsas premissas – como explicamos anteriormente[262] –, não podemos fazê-lo a partir de premissas opostas, pois a conclusão resultante é sempre contrária ao fato; por exemplo, se uma coisa é boa, a inferência é que não é boa, ou se é um animal, que não é um animal. Assim é porque o silogismo procede de premissas contraditórias e os termos formulados ou são os mesmos ou relacionados como todo e parte. É também evidente que nos raciocínios falaciosos não há razão para que o resultado não seja a contradição da hipótese original; por exemplo, se um número é ímpar, inferimos que não é ímpar, pois vimos que a conclusão resultante de premissas opostas é contrária ao fato e, portanto, se supormos premissas deste tipo, obteremos uma contradição da hipótese original.

Cumpre observar que não é possível inferir conclusões contrárias a partir de um silogismo singular, de sorte que a conclusão afirme que aquilo que não é bom *é bom*, ou qualquer outra contradição semelhante (a menos que a forma contraditória remonte às premissas originais; por exemplo, "Todo animal é branco e não-branco" e, em seguida, "O homem é um animal"). Ou temos que [1] supor também a proposição contraditória; por exemplo, supor que toda ciência é crença e, a seguir, que a medicina é uma ciência, mas que nenhuma medicina é crença (como no processo de refutação), ou temos que [2] inferir nossas conclusões de dois silogismos. Não há outra maneira, como

262. Do Capítulo II ao Capítulo IV.

asseveramos anteriormente, pela qual as premissas possam ser verdadeiramente contrárias.

XVI

Postular ou supor a petição de princípio consiste (tomando a expressão na sua acepção mais lata) num fracasso em demonstrar a proposição necessária. Mas há diversas outras maneiras nas quais isso pode ocorrer; por exemplo, se o argumento não assumiu de modo algum forma silogística, ou se as premissas são menos adequadamente conhecidas ou não melhor conhecidas do que o ponto a ser demonstrado, ou se a anterior é demonstrada pela posterior, uma vez que a demonstração procede de premissas que são mais certas e anteriores. Nenhum destes procedimentos, entretanto, é a petição de princípio.

Ora, algumas coisas são naturalmente cognoscíveis por si mesmas e outras por meio de alguma coisa mais (pois princípios são cognoscíveis por meio de si mesmos, ao passo que os exemplos que se enquadram nos princípios são cognoscíveis através de alguma coisa mais), e quando se tenta demonstrar por meio de si aquilo que não é auto-cognoscível, então se estará cometendo uma petição de princípio. É possível que esta seja cometida postulando-se diretamente a proposição a ser demonstrada. Mas é possível também recorrermos a algumas outras proposições de um tipo que são, por sua própria natureza, demonstradas por meio de nossa proposição, e cometermos a petição de princípio por meio delas; por exemplo, supondo que A é demonstrado por B e B por C, sendo a natureza de C ser demonstrado por A, uma vez que, se alguém argumenta desta forma, conclui-se que está demonstrando A por meio do próprio A. Isto é exatamente o que fazem aquelas pessoas que pensam que estão traçando linhas paralelas, pois não compreendem que estão fazendo suposições que não podem ser demonstradas, a menos que as linhas paralelas existam. Assim, conclui-se que aqueles que raciocinam desta forma se limitam a dizer que *uma coisa particular é, se é*. Mas de acordo com este princípio tudo será auto-conhecido, o que é impossível.

Assim, se é incerto que A se aplica a C e igualmente incerto que se aplica a B, supondo que alguém afirme que A se aplica a B, não fica patente ainda se está incorrendo numa petição de princípio, mas fica patente que não há demonstração, pois o que é tão incerto quanto a questão a ser solucionada não pode ser um princípio de demonstração. Se, entretanto, a relação de B com C é tal que são idênticos, ou que são claramente conversíveis, ou que um se aplica ao outro, então ele estará incorrendo em petição de princípio, pois poderia também demonstrar, mediante essas premissas, se as convertesse, que A se aplica a B. Na situação em pauta, as condições impedem isso, ainda que o método argumentativo não o impeça. Mas se o fizesse, estaria realizando o que descrevemos[263] e demonstrando reciprocamente mediante três proposições. O mesmo, também, supondo que ele supusesse que B se aplica a C, embora isso não seja menos incerto do que A se aplicar; ele não está ainda incorrendo na petição de princípio, mas não está produzindo demonstração. Se, entretanto, A e B forem idênticos, quer porque são convertíveis, quer porque A é um conseqüente de B, ele estará cometendo petição de princípio pela mesma razão de antes, pois explicamos, linhas atrás, que cometer petição de princípio consiste em demonstrar por auto-cognoscibilidade aquilo que não é auto-evidente.

Se, então, postular a petição de princípio é demonstrar por auto-cognoscibilidade aquilo que não é auto-evidente, ou seja, em outras palavras, é o malogro demonstrativo quando a proposição a ser demonstrada e aquela pela qual é demonstrada são igualmente incertas, *quer* porque predicados idênticos se aplicam ao mesmo sujeito, *quer* porque o mesmo predicado se aplica a sujeitos idênticos – a conclusão é que na figura mediana a na terceira a petição de princípio pode ser postulada de ambas as formas.[264] Quanto aos silogismo afirmativos, contudo, ocorre apenas na terceira e primeira figuras. Mas quando o silogismo é negativo, temos a petição de princípio quando predicados idênticos são negados do mesmo sujeito, e isso não ocorre nas duas premissas indiferentemente (o mesmo valendo na figura mediana), uma vez que os termos não são convertíveis em silogismos negativos.

Nas demonstrações, a petição de princípio representa a verdadeira relação dos termos; nos argumentos dialéticos representa a relação aceita pela opinião.

263. Em 65a1-4.

264. Quer dizer, ou na premissa menor ou na maior.

XVII

A objeção "Esta não é a causa do erro" que estamos habitua-65b1 dos a utilizar em nossos argumentos encontra-se em primeiro lugar nos silogismos envolvendo a *reductio ad impossibile*, onde é usada para contradizer a proposição que estava sendo demonstrada pela *reductio ad impossibile*, pois a menos que nosso opositor a contradiga, ele não dirá "Esta não é a causa do erro" – ele protestará que houve uma falsa suposição nos primeiros estágios do argumento. Tampouco empregará ele a objeção numa demonstração ostensiva, uma vez que nesta não se postula alguma coisa que contradiz a conclusão.

Ademais, quando algo é refutado ostensivamente por meio dos termos A, B e C, não se pode sustentar que o silogismo independe da suposição, porque nos restringimos a dizer que alguma coisa não é a causa quando, mesmo que fosse refutada, o silogismo, não obstante isso, é concluído. Isto não é possível nos silogismos ostensivos, pois quando a suposição é refutada, o silogismo relacionado a ela perderá a validade. Assim, fica evidente que a objeção "Esta não é a causa..." é utilizada na *reductio ad impossibile* quando a hipótese original está relacionada de tal forma com a conclusão impossível que esta última se produz seja a hipótese válida ou não.

A mais conspícua forma na qual a hipótese não é a causa do erro se apresenta quando o silogismo procede dos termos médios para a conclusão impossível independentemente da hipótese, como descrevemos nos *Tópicos*.[265] Isto corresponde a postular como causa o que não é nenhuma causa, como alguém que, desejando demonstrar que a diagonal de um quadrado é incomensurável se pusesse a tentar demonstrar o argumento de Zenão de que o movimento é impossível[266] e se pusesse a usar a *reductio ad impossibile* com essa finalidade; de fato, não há conexão de absolutamente nenhuma maneira entre o erro e a asserção original. Estamos diante de uma outra forma quando a conclusão impossível está ligada à hipótese, mas não é constituída por causa desta. Isso pode ocorrer quer se considere a ligação na direção ascendente, quer se a considere na direção descendente; por exemplo, se supormos que A se aplica a B e B a C e C a D e é falso que B se aplica a D, pois se quando A é eliminado, B ainda se aplica a C e C a D, então o erro não pode ser devido à hipótese original. Ou, por outro lado, se consideramos a ligação na direção ascendente; por exemplo, se A se aplica a B e E a A e F a E, e é falso que F se aplica a A, pois neste caso também a conclusão impossível se constituirá como tal, ainda que a hipótese original seja eliminada.

265. Cf. *Tópicos*, V e/ou *Refutações Sofísticas*, 167b21 e seguintes.

266. Na verdade, são quatro os argumentos de Zenão em torno do movimento, de acordo com o próprio Aristóteles. Ver *Física*, Livro VI, capítulo ix, 239b10 e seguintes.

A conclusão impossível tem que ser ligada aos termos originais, uma vez que assim dependerá da hipótese; por exemplo, se estamos considerando a conexão na direção descendente, a conclusão impossível tem que ser ligada ao termo que é o predicado, pois se for impossível que A se aplique a D, quando A for eliminado o erro não existirá mais. Na direção ascendente a conexão deve ser com o termo do qual o outro é predicado, pois se F não pode aplicar-se a B, quando B for eliminado o erro não existirá mais. A situação é análoga também se os silogismos forem negativos.

66a1 Assim, é evidente que, se a conclusão impossível não estiver relacionada aos termos originais, o erro não será devido à hipótese. Com efeito, mesmo quando a conclusão é relacionada desse modo, o erro nem sempre será devido à hipótese, pois admitindo que se supôs que A se aplica não a B, mas a K e K a C e C a D –, mesmo assim a conclusão impossível se conserva. Analogamente, também, se os termos são tomados na direção ascendente, de sorte que se a conclusão impossível se constitui como tal valha ou não a hipótese original, não pode constituir-se (resultar) a partir da hipótese. Provavelmente, o fato de quando é a hipótese eliminada produzir-se, não obstante, o erro, deve significar não que a conclusão impossível se segue quando alguma outra hipótese é feita, mas que, quando a hipótese original é eliminada, a mesma conclusão impossível se produz através das premissas restantes, uma vez que presumivelmente não é de modo algum incongruente que o mesmo erro resulte de diversas hipóteses; por exemplo, que a conclusão impossível "linhas paralelas se encontram" se constituísse tanto na hipótese de que o ângulo interno é maior do que o externo quanto naquela de que a soma dos ângulos de um triângulo é maior do que dois ângulos retos.

XVIII

A falsidade num argumento se apóia na primeira proposição falsa contida no argumento. Todo silogismo é constituído a partir de duas ou mais premissas. Assim, se o falso argumento é constituído a partir de duas premissas, uma destas ou ambas é (são) necessariamente falsa(s), pois vimos que uma conclusão falsa não pode ser tirada de premissas verdadeiras;[267] porém, se for tirada de mais de duas, por exemplo, se C é demonstrado por meio de A e B, e estes por meio de D, E, F e G, uma destas últimas proposições tem que ser falsa, sendo necessariamente a causa da [falsidade do] argumento, pois A e B são inferidos por meio dessas proposições. Assim, é de uma delas que a conclusão, isto é, o erro, resulta.

XIX

Se pretendermos evitar sermos atingidos por um silogismo construído contra nós quando nosso opositor, sem revelar as conclusões, nos pede para aceitar os fundamentos de seu argumento, deveremos cuidar para não conceder-lhe o mesmo termo duas vezes nas premissas, visto que sabemos que sem um termo médio não pode haver um silogismo, e o termo médio é aquele que surge mais de uma vez. Como devemos zelar pelo termo médio com referência a cada conclusão se evidencia a partir de nosso conhecimento de qual forma assume a demonstração em cada figura. Isso não nos passará desapercebido porque estamos cientes de como estamos sustentando o argumento.

Este mesmo procedimento, contra o qual temos alertado os estudantes quando estão na defensiva da argumentação, devem eles procurar empregar reservadamente na ofensiva. Isso será possível, em primeiro lugar, se evitarem tirar as conclusões de silogismos preliminares e, depois de tomarem as premissas necessárias, deixarem as conclusões na obscuridade; em segundo lugar, se os pontos solicitados como concessão não forem intimamente associados, mas dissociados o máximo possível pelos termos médios; por exemplo, suponhamos que se requer estabelecer que A é predicado (afirmado) de F, sendo os termos médios B, C, D e E. Então perguntaríamos se A se aplica a B e, em

267. Em 53b11-25.

seguida, não se B se aplica a C, mas se D se aplica a E e, a se-
66b1 guir, se B se aplica a C – e assim por diante com os termos restantes. Se o silogismo for produzido por meio de um termo médio, deveremos começar pelo médio, pois assim o efeito da concessão será minimamente aparente.

XX

Uma vez que compreendamos quando e mediante qual combinação de termos se produz um silogismo, ficará também claro quando a refutação será ou não será possível. A refutação pode ocorrer quer todas as proposições sejam concedidas, quer as respostas se alternem (isto é, sendo uma negativa e uma afirmativa), pois vimos que um silogismo é produzido tanto com o primeiro quanto com o último arranjo de termos.[268] Conseqüentemente, se a proposição aceita for contrária à conclusão, o resultado será necessariamente a refutação, uma vez que esta é um silogismo que demonstra a conclusão contraditória. Se, contudo, nada é concedido, a refutação é impossível, pois vimos que quando todos os termos são negativos não há silogismo[269] e, portanto, tampouco qualquer refutação, uma vez que a refutação implica necessariamente num silogismo, porém um silogismo não implica necessariamente numa refutação. Assim, também, se a resposta não postula nenhuma relação universal, já que é a mesma definição da refutação e do silogismo.

XXI

Tal como nos equivocamos por vezes na exposição dos termos, também às vezes ocorre um erro no nosso pensar [os termos]; por exemplo, se o mesmo predicado pode aplicar-se a mais de um sujeito de imediato e alguém, conhecendo um sujeito, esquece o outro e pensa que o predicado não se aplica a nada deste último [sujeito]. Suponhamos que A se aplica a B e a C em virtude de suas próprias naturezas e que B e C se aplicam da mesma maneira a todo D. Então, se [aquele alguém] pensar que A se aplica a todo B e B a D, mas que A não se aplica a

268. Quer dizer, é possível que um silogismo apresente ambas as premissas afirmativas, ou uma delas afirmativa e a outra, negativa.

269. Em 41b6.

nenhum C e C se aplica a todo D, terá conhecimento e ignorância da mesma coisa em relação à mesma coisa. O mesmo ocorre supondo-se que alguém estivesse equivocado acerca de termos na mesma série;[270] por exemplo, se A se aplica a B, B a C e C a D e se supõe que A se aplica a todo B, mas ao contrário, não se aplica a nenhum C. Ele saberá ao mesmo tempo que se aplica e não pensará que se aplica. Será que ele, então, realmente professa – como resultado disso – que não pensa aquilo que sabe?... pois ele sabe num certo sentido que A se aplica a C através de B, como o particular se aplica ao universal, de maneira que professa não cogitar de modo algum daquilo que ele, num certo sentido, sabe, o que é impossível.

No que tange ao primeiro caso que mencionamos, no qual o termo médio não pertence à mesma série, é impossível *pensar* ambas as premissas com referência a cada um dos termos médios; por exemplo, pensar que A se aplica a todo B, mas não se aplica a nenhum C e que os dois últimos se aplicam a todo D, pois se conclui que a primeira premissa é contrária, ou completa ou parcialmente, à outra; pois se alguém supor que A se aplica a todo daquilo a que B se aplica e souber que B se aplica a D, saberá também que A se aplica a D. Conseqüentemente, em seguida, se pensar que A não se aplica a nenhum daquilo a que C se aplica, não pensará que A se aplica a algum daquilo a que B se aplica. Mas pensar que se aplica a todo daquilo a que B se aplica e – em seguida também – pensar que não se aplica a algum daquilo a que B se aplica, envolve uma contrariedade, ou completa ou parcial.

Portanto, não é possível pensar desta forma. Mas não há razão para que alguém não pense uma premissa com referência a cada termo médio ou ambas as premissas com referência a um; por exemplo, pensar que A se aplica a todo B e B a D e também que A não se aplica a nenhum C. Tal erro é semelhante ao que cometemos no que toca a coisas particulares. Por exemplo, se A se aplica a todo B e B a todo C, A se aplicará a todo C. Então, se alguém souber que A se aplica a todo daquilo a que B se aplica, saberá também que se aplica a C. Mas não há razão para que ele não seja ignorante de que C existe; por exemplo, se A correspon-

270. Ou seja, termos que se acham encerrados num mesmo gênero e que apresentam mútua subordinação.

de a "dois ângulos retos", B a "triângulo" e C a "triângulo sensível" porque se poderia supor que C não existe, embora se saiba que todo triângulo apresenta a soma de seus ângulos igual a dois ângulos retos – de sorte que de imediato *saberá e não saberá* a mesma coisa, visto que saber que todo triângulo tem a soma de seus ângulos igual a dois ângulos retos apresenta mais de um significado, consistindo ou em deter conhecimento universal ou em deter conhecimento [do objeto] particular. Assim, pelo conhecimento universal ele sabe que C é igual a dois ângulos retos, mas não o sabe pelo conhecimento [do objeto] particular, e portanto sua ignorância não será contrária ao seu conhecimento.

O argumento do *Mênon*,[271] segundo o qual o conhecimento[272] é reminiscência, pode ser objeto de uma crítica análoga, pois em caso algum descobrimos que detemos prévio conhecimento do particular, mas descobrimos, sim, que na indução[273] adquirimos conhecimento de coisas particulares, como se fosse por uma ação de reconhecimento,[274] pois há algumas coisas que conhecemos de imediato; por exemplo, se sabemos que *isto* é um triângulo, sabemos que a soma de seus ângulos é igual a dois ângulos retos. Analogamente, também, em todos os outros casos.

Assim, enquanto observamos coisas particulares pelo conhecimento do universal, não as conhecemos pelo tipo de conhecimento que lhes é peculiar. Conseqüentemente, é possível nos enganarmos a respeito delas – não porque detenhamos conhecimento e ignorância que se contrariam, mas porque, ainda que tenhamos conhecimento universal delas, cometemos o erro do ponto de vista do particular.[275]

271. Um dos diálogos de Platão. Aristóteles se reporta a 81b-86b.

272. μαθησις (*mathesis*) significa mais especificamente o aprendizado, ou seja, o processo de aquisição do conhecimento. Para Platão, visto que nossa alma é imortal e sede de imensa bagagem de saber acumulado ao longo das muitas existências vividas em corpos diversos (*metempsicose*), o aprendizado é basicamente rememoração, reminiscência [αναμνησις (*anamnesis*)]. Esta concepção platônica (ou seja, a teoria da reminiscência aplicada ao conhecimento) está, é claro, estreitamente irmanada às concepções da maiêutica (parturição das idéias) socrática e da dialética.

273. επαγωγη (*epagogê*), o processo de raciocíno que parte do particular para o universal, ou seja, o processo distinto e oposto do processo silogístico (dedução).

274. αναγνωριζοντας (*anagnorizontas*), ato de reconhecimento que envolve necessariamente rememoração.

275. Ou seja, o conhecimento se vincula ao universal, ao passo que o erro ao particular.

A situação é análoga, também, no que concerne aos casos indicados acima.[276] O erro relativamente ao termo médio não é contrário ao conhecimento obtido pelo silogismo, nem o são as suposições relativamente aos dois termos médios. Nada impede que um homem que sabe tanto que A se aplica à totalidade de B quanto que B se aplica a C pense que A não se aplica a C; por exemplo, se sabe que toda mula é estéril e que este [animal] é uma mula, pode pensar que este [animal] esteja prenhe porque desconhece que A se aplica a C, a menos que considere ambas as premissas em conjunto. Por conseguinte, é evidente que ele também se enganará se conhecer uma, mas não a outra, sendo esta precisamente a relação do conhecimento universal com o particular, uma vez que desconhecemos qualquer objeto sensível quando
67b1 este ocorre fora de nossa sensação – nem sequer se o tivermos realmente percebido –, salvo pelo conhecimento do universal associado à posse (mas não o *ato*) do conhecimento próprio àquele objeto. Isto porque há três maneiras graças às quais se pode dizer que conhecemos um objeto: pelo conhecimento do universal, pelo conhecimento próprio do objeto ou pela *atualização* [desse conhecimento]. Por conseguinte, pode-se dizer que nos enganamos na mesma quantidade de maneiras diferentes.

Assim, não há razão porque não esteja alguém tanto ciente quanto equivocado sobre uma mesma coisa, com a ressalva de não o ser num sentido contrário.[277] Com efeito, isso é exatamente o que acontece no caso de alguém que apenas conhece as premissas separadamente e não considerou previamente a questão, pois ao supor que a mula está prenhe ele não detém conhecimento em ato e, não obstante, ao mesmo tempo tal suposição não torna seu erro contrário ao seu conhecimento, pois o erro contrário ao conhecimento do universal é um silogismo.[278]

Por outro lado, aquele que pensa que a essência do bem é a essência do mal pensará que a mesma coisa é a essência do

276. Em 66b20-30.

277. Isto é, sua ciência e seu erro não serem contrários.

278. Esta última sentença é um poço de obscuridade e, se é lida na literalidade, soa absurda. Hipoteticamente falando, ou Aristóteles pensava num parassilogismo ou simplesmente queria salientar que o conhecimento resultante do silogismo (contido na conclusão) é sempre do particular e nunca do universal. Além do mais, é evidente que o erro do exemplo apresentado não tem causa lógica (no silogismo), mas sim sensorial, sendo devido a uma falha de percepção.

bem e a essência do mal. Que A corresponda à essência do bem, B à essência do mal e C novamente à essência do bem. Então, uma vez que ele pensa que B e C são idênticos, pensará também que C é B e, também, da mesma forma, que B é A e, portanto, igualmente, que C é A (pois tal como vimos que se B é verdadeiro de C e A de B, A é também verdadeiro de C, o mesmo ocorre com respeito ao *pensar*. Analogamente, também, com respeito ao *ser*, pois vimos que se B e C são idênticos e, por outro lado, B e A são idênticos, C é também idêntico a A. E, portanto, o mesmo vale no que se refere à opinião). Será isso, então, uma conseqüência necessária, caso se conceda a suposição original? Mas é presumível que seja falso alguém pensar que a essência do bem é a essência do mal, salvo por acidente, diante da multiplicidade de sentidos nos quais isso é pensável. Mas é preciso examinarmos esta questão muito minuciosamente.[279]

XXII

Quando os termos extremos são convertíveis, o termo médio tem também que ser convertível com ambos, pois supondo que A se aplica como predicado a C através de B, se esta relação é convertível e C se aplica a todo daquilo a que A se aplica, então B também é convertível com A e se aplica através de C como termo médio a todo daquilo a que A se aplica; e C é convertível com B através de A como termo médio. Assim, também, quando a conclusão for negativa; por exemplo, se B se aplica a C, mas A não se aplica a B, tampouco A se aplicará a C. Então, se B for convertível com A, C também será convertível com A, pois se supormos que B não é aplicável a A e, então, tampouco será C aplicável, uma vez que se supôs que B se aplica a todo C. Ademais, se C for convertível com B, também será convertível com A, pois onde B é predicado (afirmado) do todo, também o é C. E se C é convertível em relação a A, assim também o é B, uma vez que C se aplica
68a1 àquilo a que B se aplica, mas não se aplica àquilo a que A se aplica. Este é o único exemplo que parte da conclusão, os demais diferindo nesse aspecto do silogismo afirmativo.

Agora, se A e B são convertíveis, e igualmente C e D, e ou A ou C necessariamente se aplicam a tudo, B e D têm também

279. Cf. *Metafísica*, Livro IV, capítulo IV (4).

que estar de tal forma relacionados que um ou outro se aplique a tudo, pois, uma vez que B se aplica àquilo a que A se aplica, e D àquilo a que C se aplica, e ou A ou C (porém não ambos simultaneamente) tem que se aplicar a tudo, é evidente que ou B ou D (mas não ambos concomitantemente) têm que se aplicar a tudo – por exemplo, se o não gerado é incorruptível e o incorruptível não gerado, aquilo que foi gerado tem que ser corruptível e aquilo que é corruptível tem que ter sido gerado, pois estamos aqui diante do produto de dois silogismos. Por outro lado, se A ou B (porém não ambos simultaneamente) se aplica a tudo, e igualmente C ou D, se A e C são convertíveis, também o são B e D, uma vez que se B não se aplica a alguma coisa a que D se aplica, está claro que A a ele se aplica; e se A se aplica, também se aplica C, visto que são convertíveis. Portanto, C e D se aplicam ambos simultaneamente, o que é impossível.

Quando A se aplica à totalidade de B e de C e não é predicado (afirmado) de nada mais, e B também se aplica a todo C, A e B são necessariamente convertíveis, pois uma vez que A é predicado (afirmado) somente de B e C, e B é predicado tanto de si mesmo quanto de C, é evidente que B também será predicado de todos os sujeitos dos quais A é predicado, salvo o próprio A.

Agora, quando A e B se aplicam à totalidade de C, e C é convertível com B, A tem que se aplicar a todo B, pois uma vez que A se aplica a todo C, e C por conversão a todo B, A se aplicará também a todo B.

Quando de duas alternativas opostas A e B, A é preferível a B, e analogamente D é preferível a C, se A e C conjuntamente são preferíveis a B e D conjuntamente, A é preferível a D, visto que A é tão desejável quanto B é indesejável, uma vez que são opostos, situação análoga ocorrendo com C e D, uma vez que estes também são opostos. Então, se A é tão desejável quanto D, B é tão indesejável quanto C (porquanto cada um apresenta a mesma medida – um como objeto de aversão, o outro como objeto de desejo). E, portanto, a combinação AC é igualmente desejável à combinação BD. Mas, visto que AC é preferível, não pode ser igualmente desejável, pois se o fosse, BD seria igualmente desejável. E se D é preferível a A, B será também menos indesejável do que C, pois o menor se opõe ao extremo menor, e o maior bem e o menor mal serão preferíveis ao menor bem e ao maior mal. Por conseguinte, a combinação BD será preferível a AC. Mas na realidade não é assim e, portanto, A é preferível a D e, conseqüentemente, C é menos indesejável que B.

68b1 Se então todo amante, por força de seu amor prefere que seu amado esteja disposto a conceder-lhe os seus favores de modo a satisfazê-lo (A), sem fazer o mesmo (C), de preferência a conceder seus favores de modo a satisfazê-lo (D) sem estar inclinado a concedê-los (B), está claro que A é de uma natureza tal que passa a ser preferível à opção de ver o amado lhe conceder favores. Portanto, no amor, ter [do amado] o retorno da afeição dada é preferível a manter relações sexuais com o amado e, conseqüentemente, o amor visa mais a afeição do que o sexo; e se a afeição é o principal alvo do amor, é também o fim deste. Por outro lado, as relações sexuais não são, de modo algum, um fim, ou não o são exceto em vista de receber afeição. Este mesmo princípio, com efeito, regula todos os demais desejos e artes.

XXIII

Fica evidente, assim, como os termos são condicionados no que toca a conversões e no que tange a representar graus de preferência e o inverso. Devemos agora observar que não apenas silogismos dialéticos e demonstrativos são produzidos por meio das figuras já descritas, como também silogismos retóricos e, de modo geral, todo tipo de persuasão, não importa qual a forma assumida por esta.[280] Pois todas as nossas convicções são formadas ou por meio do silogismo ou a partir da indução.

A *indução*, ou raciocínio indutivo, consiste em estabelecer uma relação entre um termo extremo e o termo médio por meio do outro extremo; por exemplo, se B é o termo médio de A e C, a demonstração por meio de C que A se aplica a B: tal é a forma de construir induções. Exemplo: que A corresponda a *longevo*, B a *aquele desprovido de bile* e C a *indivíduos longevos tais como o ser humano, o cavalo e a mula*. Então A se aplica à totalidade de C {pois todo animal sem bile é longevo}.[281] Mas B,

280. Em 24a22 é apresentada a distinção entre raciocínio dialético e raciocínio demonstrativo. Quanto aos raciocínios retóricos, ver *Analíticos Posteriores*, 71a9-11.

281. { } O trecho entre chaves é suspeito e uma provável interpolação que se mostra, inclusive, inconveniente e irrelevante. Hugh Tredennick recomenda sua exclusão; Bekker o mantém e W. D. Ross opta por substituir "todo animal sem bile" por "C".

desprovido de bile, também se aplica a todo C. Então se C é convertível com A, isto é, se o termo médio não apresentar maior extensão, A necessariamente se aplicará a B, posto que foi demonstrado anteriormente[282] que, se quaisquer dois predicados se aplicam ao mesmo sujeito e o extremo é convertível com um deles, então o outro predicado também se aplicará ao convertível . Devemos, entretanto, entender por C a soma de todos os casos particulares, pois a indução procede através de uma enumeração de todos os casos.

Esse tipo de silogismo[283] diz respeito à primeira premissa ou premissa imediata. Onde há um termo médio, o silogismo[284] procede por meio do [termo] médio; onde não há, procede por indução. Num certo sentido a indução se opõe ao silogismo, pois este demonstra através do termo médio que o extremo maior se aplica ao terceiro termo, ao passo que a primeira demonstra através do terceiro termo que o extremo maior se aplica ao médio. Assim, por natureza o silogismo por meio do termo médio[285] é anterior e mais conhecido, enquanto o raciocínio indutivo nos é mais aparente.

XXIV

Temos um paradigma quando se demonstra que o extremo maior é aplicável ao termo médio por meio de um termo semelhante ao terceiro. É preciso que se saiba tanto que o termo médio se aplica ao terceiro termo, como que o primeiro [termo] se aplica ao termo semelhante ao terceiro. Por exemplo, que A correspon-
69a1 da a *má*, B a *guerrear com os vizinhos*, C *Atenas contra Tebas* e D *Tebas contra Fócida*. Então, se necessitamos demonstrar que a guerra contra Tebas é má, temos que nos contentar que a guerra contra os vizinhos é má. A evidência disso pode ser extraída de exemplos similares, digamos que a guerra de Tebas contra a Fócida é má. Então, uma vez que a guerra com os vizinhos é má e que a guerra contra Tebas é contra os vizinhos, fica evidente que

282. Em 68a21-25.

283. Aristóteles estaria mais uma vez pecando por rigor terminológico, a não ser que estivesse aqui utilizando o vocábulo συλλογισμος (*sülogismos*) com a acepção genérica de raciocínio.

284. Vide nota anterior.

285. Ou seja, o silogismo propriamente dito ou dedução.

a guerra contra Tebas é má. Ora, é evidente que B se aplica a C e D (pois são os dois exemplos de guerrear com os vizinhos) e A a D (uma vez que a guerra contra a Fócida não causou nenhum bem a Tebas). Mas que A se aplica a B será demonstrado por meio de D. O mesmo método valerá supondo que nossa convicção de que o termo médio está relacionado ao extremo é extraída de mais do que um termo semelhante.

Assim, evidencia-se que um exemplo representa a relação não da parte com o todo ou do todo com a parte, mas de uma parte com uma outra parte, onde ambas estão subordinadas ao mesmo termo geral e uma delas é conhecida. Difere da indução em que esta última, como vimos,[286] demonstra a partir de um exame de todos os casos particulares, que o termo maior se aplica ao [termo] médio e não liga a conclusão com o termo menor, ao passo que o silogismo[287] a liga e não utiliza todos os casos particulares para sua demonstração.

XXV

Temos a *redução* [em primeiro lugar] quando fica evidente que o primeiro termo se aplica ao [termo] médio, mas é incerto que o [termo] médio se aplica ao último termo, ainda que [esta relação] seja não menos provável ou até mais provável do que a conclusão; [em segundo lugar] quando não há muitos termos intermediários entre o último e o médio, uma vez que em todos estes casos o efeito é nos aproximar mais do conhecimento. Por exemplo, que A corresponda a *aquilo que é ensinável*, B a *conhecimento* e C a *justiça*. Que o conhecimento é ensinável é evidente, mas que a virtude seja conhecimento é incerto. Então, se BC não for menos provável ou for mais provável do que AC, teremos uma redução, pois estaremos mais próximos do conhecimento por termos introduzido um termo adicional, ao passo que antes não tínhamos conhecimento de que AC é verdadeira.

Ou, [no segundo lugar], teremos uma redução, se não houver muitos termos intermediários entre B e C, pois neste caso também somos conduzidos mais proximamente do conhecimen-

286. Em 68b27.

287. A seqüência lógica do texto dá a entender que se trata do paradigma e não do silogismo.

to. Por exemplo, vamos supor que D seja *esquadrar*, E *figura retilínea* e F *círculo*. Supondo que entre E e F haja apenas um termo intermediário – que o círculo se torna igual a uma figura retilínea por meio de lúnulas –, estaríamos próximos do conhecimento.[288] Quando, entretanto, BC não é mais provável do que AC, ou há vários termos intermediários, não emprego a expressão *redução,* e nem quando a proposição BC é imediata, pois esta proposição implica em conhecimento.[289]

XXVI

A *objeção* é uma premissa que é contrária a uma outra premissa. É diferente da premissa [que contraria] pelo fato de poder ser particular, enquanto a premissa [contrariada] ou não pode ser particular de modo algum, ou não o pode ser ao menos nos silogismos universais.

69b1 A objeção pode ser produzida de duas maneiras e em duas figuras; de duas maneiras porque toda objeção é ou universal ou particular, e em duas figuras porque as objeções são produzidas em oposição à premissa e os opostos só podem ser demonstrados na primeira e terceira figuras, pois quando nosso opositor afirma que o predicado se aplica a todo o sujeito, nós *objetamos* que não se aplica a nenhum ou não se aplica a algum. A primeira objeção é produzida pela primeira figura e a segunda pela última. Por exemplo, que A corresponda a ser uma *ciência una* e B a *contrários*. Então, quando é formulado como premissa que há uma ciência dos contrários, a objeção é *ou* que a mesma ciência não trata de opostos e que contrários são opostos, de modo a resultar a primeira figura, *ou* que não há *uma* ciência do cognoscível e incognoscível. Esta é a terceira figura, pois afirmar de C, nomeadamente o cognoscível e o incognoscível, que são contrários é verdadeiro, mas afirmar que há *uma* ciência deles é falso.

O mesmo ocorre no tocante à premissa negativa. Quando é afirmado que não há *uma* ciência dos contrários, respondemos ou que todos os opostos ou que alguns contrários, por exemplo,

288. Aristóteles se refere e se apóia na teoria de Hipócrates de Quios. Ver *Refutações Sofísticas*, 171b15.

289. Απαγωγη (*apagoge*), que traduzimos aqui por *redução*, significa genericamente condução, encaminhamento. A redução *conduz* a uma aproximação do conhecimento, mas não implica em conhecimento.

os sadios e os doentes, são objeto de estudo de uma única ciência. A primeira objeção é suscitada pela primeira figura, e a segunda pela terceira.

A regra geral é que em todos os casos alguém que está levantando uma objeção universal tem que enunciar sua contradição com referência ao universal, incluindo os termos propostos; por exemplo, se é pretendido que a mesma ciência não trata dos contrários, ele terá que sustentar que há *uma* de todos os opostos. Desta maneira, a primeira figura será necessariamente o resultado, pois o universal que inclui o termo original se torna o [termo] médio. Mas quando a objeção é particular, a contradição tem que ser enunciada com referência ao termo que está incluso pelo sujeito da premissa como um universal; por exemplo: tem que ser enunciado que a ciência do cognoscível e do incognoscível não é a mesma, pois estes estão incluídos em contrários como universal, com o que resulta a terceira figura, pois o termo que é suposto como particular, a saber, o cognoscível e o incognoscível, torna-se o [termo] médio. É de premissas das quais é possível argumentar o contrário que procuramos inferir objeções. Conseqüentemente, é somente por meio dessas figuras que tentamos suscitá-las, porque nestas somente são possíveis os silogismos opostos, uma vez que (como vimos) não é possível obter um resultado afirmativo na figura mediana.

Ademais, uma objeção pela figura mediana requereria mais raciocínio. Por exemplo, supondo que não fosse concedido que A se aplica a B com o fundamento de que C não é um conseqüente de B, o que pode ser claramente demonstrado por meio de premissas adicionais. Mas uma objeção não deve recorrer a outras considerações, mas exibir sua premissa adicional imediatamente. {Assim, a outra conseqüência é que essa é a única figura a partir da qual a demonstração mediante signos é impossível.}[290]

É mister que examinemos também as outras formas de objeção, quais sejam, as objeções oriundas de casos contrários ou similares, ou oriundas da opinião recebida;[291] e se as objeções

290. { } O trecho entre chaves é provavelmente interpolativo e a observação nele encerrada não guarda conexão necessária com o tema em pauta. Bekker a admite, Tredennick a considera em sua tradução, mas registra sua irrelevância; quanto a Ross, simplesmente a suprime.

291. Ver *Retórica*, Livro II, Capítulo XXV.

70a1 particulares podem ser extraídas da primeira figura ou objeções negativas da segunda.

XXVII

Uma *probabilidade* não é o mesmo que um signo (indício). A probabilidade é uma premissa geralmente aceita, pois aquilo que as pessoas sabem que acontece ou não acontece, ou é ou não é, usualmente de um modo particular, é uma probabilidade; por exemplo, que os invejosos são malevolentes ou que aqueles que são amados são afetuosos. Um signo, porém, indica uma premissa demonstrativa que é necessária ou geralmente aceita; aquilo que coexiste com alguma coisa mais, quer anterior ou posterior – isso é que é um signo de uma outra coisa mais vir a ser ou ter vindo a ser.

O entimema é um silogismo com base em probabilidades ou signos. E um signo pode ser entendido de três maneiras correspondentes à posição do termo médio nas figuras; pode ser entendido como na primeira figura, na segunda ou na terceira. Por exemplo, a demonstração de que uma mulher está grávida porque tem leite está na primeira figura, pois *ter leite* é o termo médio. A corresponde a *estar grávida*, B a *ter leite* e C a *mulher*. A demonstração de que homens sábios são bons porque Pítaco era bom é pela terceira figura. A corresponde a *bom*, B a *homens sábios* e C a *Pítaco*. Então é exato predicar tanto A quanto B de C – somente não enunciamos este último porque o conhecemos, ao passo que formalmente supomos o primeiro. Entende-se que a demonstração de que uma mulher está grávida porque se mostra pálida enquadra-se na segunda figura (figura mediana), pois uma vez que a palidez constitui uma característica das mulheres grávidas e está associada a essa mulher em particular, supõe-se que está demonstrado que ela está grávida. A corresponde a *palidez*, B a *estar grávida* e C a *mulher*.

Se apenas uma das premissas for enunciada, obteremos somente um signo; mas se a outra premissa também for aduzida, obteremos um silogismo;[292] por exemplo, que Pítaco é liberal[293] porque aqueles que prezam a honra são liberais e Pítaco preza a honra; ou, então, que os sábios são bons porque Pítaco é bom e também sábio.

Silogismos podem ser construídos dessa forma, mas enquanto um silogismo na primeira figura é irrefutável se for verdadeiro, por ser universal, um silogismo na última figura é refutável mesmo que a conclusão seja verdadeira, uma vez que o silogismo não é nem universal nem relevante ao nosso propósito, pois se Pítaco é bom, não se concluirá necessariamente por isso que todos os outros sábios são bons. Um silogismo na figura mediana é sempre e de todas as formas refutável, visto que nunca obtemos um silogismo com os termos nessa relação,[294] visto não se concluir necessariamente do fato de uma mulher grávida estar pálida – e *esta* mulher está pálida – que ela está grávida. Assim, a verdade pode ser encontrada em todos os signos, mas eles diferem das maneiras que foram descritas.

70b1 Cabe-nos ou classificar os signos dessa maneira e considerar seu termo médio como uma evidência (pois a expressão *evidência*[295] é atribuída ao que nos faz conhecer e o termo médio possui de modo especial este caráter), ou descrever os argumentos tirados dos extremos como *signos* e aquele que é extraído do [termo] médio como uma *evidência*, pois a conclusão que é alcançada graças à primeira figura goza da aceitação mais geral e é a mais verdadeira.

É possível avaliar o caráter [dos seres humanos] a partir dos traços físicos, se admitirmos que o corpo e a alma mudam conjuntamente em todas as paixões naturais. (É indubitável que depois de um homem aprender música, sua alma terá experimentado uma certa mudança, mas esta paixão não nos atinge naturalmente – quero dizer paixões tais como acessos de ira ou desejos entre as excitações naturais.) Supondo, então, que isso seja admitido, e também que haja um signo de uma paixão, e que somos capazes de reconhecer a paixão e o signo próprios a cada classe de criaturas, estaremos capacitados a avaliar o caráter com base em traços físicos, pois se uma paixão peculiar se aplicar a qualquer classe particular, por exemplo, a coragem aos

292. A seqüência lógica do texto indica que o que se obtém é mais exatamente um entimema.

293. ελευθεριος (*eleutherios*), liberal no sentido de generoso.

294. Ou seja, a relação na qual as duas premissas são afirmativas.

295. Τεκμηριον (*tekmêrion*) é precisamente o indício ou signo pelo qual nos capacitamos a reconhecer algo.

leões, deverá haver algum signo correspondente a ela, uma vez que supomos que corpo e alma são afetados associativamente. Admitamos que esse signo seja *ter grandes extremidades*. Isso é aplicável a outras classes, mas não como conjuntos, uma vez que um signo é peculiar no sentido de que a paixão é peculiar à classe como um todo, e não a ela isoladamente, como estamos acostumamos a empregar a expressão. Assim, a mesma paixão será também encontrada numa outra classe, de sorte que o ser humano ou algum outro animal serão corajosos. E, assim, ele possuirá o signo, pois, *ex hypothesi*, há um signo de uma paixão. Se, então, assim é, e podemos reunir signos desse tipo no caso dos animais que têm apenas uma paixão peculiar e se cada paixão possui um signo, visto que possui necessariamente somente um signo, seremos capazes de avaliar seu caráter com base em seus traços físicos. Mas se o gênero como um todo tiver suas paixões peculiares, por exemplo, se os leões detiverem coragem e generosidade, como decidiremos qual signo (daqueles que são do ponto de vista da peculiaridade associados ao gênero) pertence a qual paixão? Provavelmente se ambas as paixões forem encontradas numa outra classe não como um todo, isto é, quando nas classes nas quais cada uma delas é encontrada alguns membros possuem uma, mas não a outra. Pois se um homem é corajoso mas não generoso e exibe um dos dois signos, está claro que este será o signo de coragem também no leão.

Assim, é possível avaliar o caráter com base nos traços físicos na primeira figura, desde que o primeiro termo seja convertível com o primeiro extremo, mas possua maior extensão do que o terceiro termo e não seja convertível com este; por exemplo, se A corresponde a *coragem*, B a *grandes extremidades* e C a *leão*. Então B se aplica a tudo aquilo a que C se aplica, e também a outros, enquanto A se aplica a tudo aquilo a que B se aplica e a nada mais, embora seja convertível com B. De outra maneira, não haverá um signo de uma paixão.

ANALÍTICOS POSTERIORES

LIVRO I

I

71a1 Todo o ensino e toda a instrução intelectual procedem de conhecimento pré-existente. Isso é evidenciado se examinarmos todos os distintos ramos do saber, porque tanto as ciências matemáticas quanto qualquer outra arte são adquiridas dessa forma. O mesmo ocorre com os argumentos lógicos,[296] quer silogísticos quer indutivos. Ambos constituem o ensino a partir de fatos já conhecidos, os primeiros[297] levantando hipóteses como se fossem concedidas por uma audiência inteligente; os segundos[298] demonstrando o universal a partir da natureza auto-evidente do particular. Os meios pelos quais os argumentos retóricos convencem são precisamente os mesmos, uma vez que utilizam paradigmas, que são um tipo de raciocínio indutivo, ou entimemas, que são um tipo de raciocínio silogístico.

296. Aristóteles diz λογους (*logous*), mas se refere mais exatamente aos argumentos dialéticos.

297. Ou seja, os raciocínios silogísticos, a dedução.

298. Ou seja, os raciocínios indutivos, a indução.

O conhecimento prévio é necessário em dois sentidos. Por vezes é necessário para supor antecipadamente o fato, por vezes é preciso que compreendamos o significado do termo e, por vezes, ambos são necessários. Por exemplo, é preciso que admitamos como fato que ou a afirmação ou a negação de toda proposição é verdadeira e necessário que saibamos o que significa o termo *triângulo*. E no que diz respeito à unidade, temos tanto que saber o que significa quanto supor que existe. Isso ocorre porque tais verdades não são todas igualmente aparentes para nós. O reconhecimento de um fato pode, às vezes, acarretar tanto conhecimento prévio quanto conhecimento obtido no ato de reconhecimento, ou seja, conhecimento dos particulares que realmente se subordinam ao universal, que nos é conhecido. Já sabíamos que todo triângulo tem a soma de seus ângulos internos igual a dois ângulos retos; mas que *esta figura* inscrita no semi-círculo é um triângulo só reconhecemos à medida que formos levados a relacionar o particular com o universal (pois algumas coisas, a saber, as que são particulares extremos não predicáveis de nenhuma outra coisa como sujeito, são aprendidas somente dessa forma, isto é, o [termo] menor não é reconhecido por meio do termo médio). Antes que o processo de relação seja completado ou a conclusão tirada, seria presumível que disséssemos que num sentido o fato é compreendido e num outro não é, pois como poderíamos saber, no sentido pleno, que a figura contém ângulos iguais à soma de dois ângulos retos, se não soubéssemos em sentido pleno se existe? Fica claro que apreendemos o fato não absolutamente, mas naquele sentido qualificado em que apreendemos um princípio geral.

A menos que façamos esta distinção, estaremos diante do embaraço alcançado no *Mênon*,[299] no qual ou alguém nada pode aprender ou alguém somente pode aprender o que já é conhecido. Decerto não devemos aceitar a explicação com a ajuda da qual certos pensadores tentam resolver esta dificuldade. Supondo que a alguém seja perguntado "Sabes ou não sabes que toda dupla é par?", quando ele responde afirmativamente, seus opositores produzem alguma dupla cuja existência ele desconhecia e que, portanto, não sabia ser par. Esses pensadores resolvem o problema dizendo que não sabem que toda

299. Platão, *Mênon*, 80d-e.

dupla é par, mas somente que as coisas que sabem ser duplas são pares. Mas o que sabem ser par é o que demonstraram ser tal, isto é, aquilo que tomaram como o sujeito de sua premissa, e isso não é tudo que sabem ser *um* triângulo ou *um* número, mas todo número e todo triângulo, sem qualificação. Nunca se supõe uma premissa tal como "o número que sabes ser número" ou "a figura retilínea que sabes ser figura retilínea". A predicação se aplica a todo caso do sujeito. Mas presumo que não haja porque alguém não devesse num sentido conhecer e em outro não conhecer aquilo que está aprendendo. O absurdo consiste não em ele conhecer em algum sentido qualificado aquilo que aprende, mas em ele o conhecer num certo sentido particular, ou seja, no sentido e maneira exatos nos quais aprende.

II

Julgamos dispor de conhecimento *simples e sem qualificação* de tudo (em contraste com o conhecimento acidental dos sofistas) quando acreditamos que sabemos [1] que a causa da qual o fato é originado é a causa do fato e [2] e que o fato não pode ser de outra maneira. Está claro que o conhecimento é algo deste tipo, pois tanto os que não conhecem quanto os que conhecem concordam a respeito, mas enquanto os primeiros meramente pensam que se encontram na condição acima indicada, os segundos realmente se encontram nela. Conseqüentemente, se qualquer fato for o objeto do conhecimento simples e sem qualificação, o fato não poderá deixar de ser o que é.

Se há ou não um outro método de conhecer é um assunto que será discutido mais tarde.[300] Mas o nosso interesse agora é que efetivamente obtemos conhecimento pela demonstração. Por demonstração entendo o silogismo científico,[301] e por [silogismo] *científico*[302] aquele em virtude do qual compreendemos alguma coisa pelo mero fato de apreendê-la.

Ora, se o conhecimento é o que estamos supondo que seja, o conhecimento demonstrativo tem que proceder de premissas que sejam verdadeiras, primárias, imediatas, melhor conhecidas

300. Livro I, Capítulo III e Livro II, Capítulo XIX.

301. συλλογισμον επιστημονικον (*sülogismon epistemonikon*).

302. Ou, mais exatamente, *silogismo capaz de produzir conhecimento científico*.

e anteriores à conclusão e que sejam causa desta. Somente sob estas condições os primeiros princípios podem ser corretamente aplicados ao fato a ser demonstrado. O silogismo enquanto tal será possível sem tais condições, mas não a demonstração, pois o resultado não será conhecimento.[303]

As premissas, portanto, têm que ser proposições verdadeiras, pois é impossível conhecer o que é contrário ao fato, por exemplo, que a diagonal de um quadrado é comensurável em relação aos lados [do quadrado]; têm que ser originárias e indemonstráveis, pois de outra maneira necessitariam de demonstração para que as conhecêssemos, pois conhecer (de uma outra forma que não a acidental) aquilo que é suscetível de demonstração implica em ter dele a demonstração; têm que ser causais, melhor conhecidas e anteriores – *causais* porque só dispomos de conhecimento de uma coisa quando conhecemos sua causa, *anteriores* na medida em que são causais e já conhecidas, não meramente no sentido de que seu significado é entendido, mas também no sentido de que são conhecidas factualmente.

Há dois sentidos nos quais as coisas são anteriores e mais cog-
72a1 noscíveis. Aquilo que é anterior na natureza não é idêntico àquilo que é anterior em relação a nós, e aquilo que é [naturalmente] mais cognoscível não é idêntico àquilo que é mais cognoscível por nós. Por *anterior e mais cognoscível em relação a nós* quero dizer aquilo que está mais próximo de nossa percepção; por *anterior e mais cognoscível no sentido absoluto* quero dizer aquilo que está mais distante da percepção. Os conceitos mais universais são os mais distantes de nossa percepção, enquanto os particulares são os mais próximos dela e se opõem entre si.

Argumentar a partir de premissas originárias (primárias) corresponde a argumentar a partir de primeiros princípios apropriados, pois por *premissa primária* e *primeiro princípio* entendo a mesma coisa. O primeiro princípio de uma demonstração é uma premissa imediata, e uma premissa imediata é aquela que não tem nenhuma outra premissa anterior a ela. Uma premissa é uma ou a outra parte de uma proposição[304] e consiste em um

303. Nem todo silogismo é garantia de conhecimento, apenas o silogismo científico.

304. αποφανσεως (*apofanseos*). O texto de Ross registra αντιφασεως (*antifaseos*), contradição. De qualquer forma, a despeito da obscuridade da passagem, o que se quer dizer é que a premissa é uma de duas: afirmativa ou negativa.

termo predicado de um outro. Se for dialética, assumirá uma parte ou outra, indiferentemente; se demonstrativa, supõe definitivamente a parte que é verdadeira. {Uma proposição é uma ou outra parte de uma contradição.}[305] Uma contradição é uma oposição que, por sua própria natureza, exclui qualquer [termo] médio. A parte da contradição que afirma alguma coisa de alguma coisa mais é uma afirmação; a que nega alguma coisa de alguma coisa mais é uma negação. Chamo de *tese* o primeiro princípio imediato e indemonstrável de um silogismo cuja apreensão é desnecessária à aquisição de certos gêneros de conhecimento; mas aquele que necessita ser apreendido (sem o que nenhum conhecimento será conquistado) chamo de *axioma*, pois há, com efeito, certas coisas desta natureza e estamos habituados a designá-las especialmente com este nome. Uma tese que supõe uma ou a outra parte de uma proposição,[306] isto é, que alguma coisa *existe ou não existe*,[307] é uma *hipótese*; uma tese que não efetua isso é uma *definição*. A definição é um tipo de tese ou (formulação) porque o aritmético formula que ser unidade é ser quantitativamente indivisível. Mas não é uma hipótese porque definir a natureza da unidade não é o mesmo que afirmar sua existência.[308]

Ora, visto que a condição requerida para o nosso conhecimento ou convicção de um fato consiste em apreender um silogismo do tipo que chamamos de demonstrativo, e visto que o silogismo depende da verdade de suas premissas, faz-se mister não apenas conhecer as premissas primárias – todas ou algumas delas – de antemão, mas conhecê-las melhor do que a conclusão, uma vez que o que faz um predicado se aplicar a um sujeito sempre possui esse predicado num grau ainda mais elevado; por exemplo, aquilo que nos faz amar alguma coisa é ele mesmo ainda mais caro a nós. Assim, se as premissas primárias são a causa de nosso conhecimento e convicção, conhecemos e somos convencidos por elas também num grau mais elevado, uma vez que geram nosso conhecimento de tudo que delas resulta.

305. { } O trecho entre chaves é dúbio e, embora Bekker e Ross o mantenham, Jonathan Barnes prefere ignorá-lo.

306. Ross registra αντιφασεως (*antifaseos*), contradição.

307. το ειναι τι η μη ειναι τι (*to einai ti ê mê einai ti*), o mesmo que *é ou não é*.

308. Ou, numa tradução tecnicamente mais precisa sob o prisma ontológico: ...definir o que é a unidade não é o mesmo que afirmar que a unidade *é*.

Mas crer em alguma coisa mais do que nas coisas que conhecemos, se nem realmente a conhecemos nem nos achamos numa melhor situação do que se realmente a conhecêssemos, é impossível. E, no entanto, isso é o que acontecerá se alguém, cuja convicção tem o respaldo da demonstração, não dispor de conhecimento anterior, já que precisamos crer nos primeiros princípios (em alguns, senão em todos), mais do que na conclusão. E se couber a alguém possuir o conhecimento que é produzido pela demonstração, não só terá que reconhecer e crer nos primeiros princípios, mais do que naquilo que está sendo demons-
72b1 trado, como nada que se opõe aos primeiros princípios e do que resultará um silogismo do erro contrário deverá ser mais crível ou melhor conhecido a ele do que esses princípios, considerando-se que aquele que possui conhecimento absoluto deve ser inabalável em sua convicção.

III

A necessidade de conhecer as premissas primárias levou alguns[309] a pensar que não há conhecimento, e outros, admitindo a sua possibilidade, a pensar que todas as coisas são demonstráveis. Nenhum destes dois pontos de vista é exato ou logicamente inevitável. A primeira escola, que sustenta a total ausência do conhecimento, pretende que ocorre um retrocesso ao infinito, sob o fundamento de que não podemos conhecer verdades posteriores por meio de anteriores, salvo se estas dependerem de verdades primárias (no que estão certos uma vez que é impossível atravessar uma série infinita), enquanto que se a série atingir um fim e houver primeiros princípios, estes são incognoscíveis, posto que não admitem demonstração, a qual é para esses pensadores a condição exclusiva do conhecimento; e se não é possível conhecer os primeiros princípios, tampouco é possível saber em sentido estrito e absoluto que as inferências deles extraídas são verdadeiras; só podemos as conhecer hipoteticamente supondo que os primeiros são verdadeiros. A outra escola concorda com esta, no que respeita às condições do conhecimento, na medida em que sustentam que ele somente pode ser garantido por demonstração; mas sustentam [igualmente] que não há o que impeça que haja demonstração de todas as coisas, uma vez que a demonstração pode ser circular ou recíproca.

309. Aristóteles provavelmente tem Antístenes em mente.

Nós, contudo, sustentamos que nem todo conhecimento é de natureza demonstrativa. O conhecimento das premissas imediatas não é demonstrativo. E é evidente que assim deva ser, já que é necessário conhecer as premissas anteriores com base nas quais a demonstração progride e, se o retrocesso finda com as premissas imediatas, têm estas que ser indemonstráveis. Esta é a nossa doutrina a esse respeito. Na verdade, não só sustentamos ser possível o conhecimento científico, como também que há um específico primeiro princípio do conhecimento graças ao qual reconhecemos as definições.

A demonstração no sentido simples e sem qualificação é obviamente impossível pelo método circular, ou seja, se a demonstração tiver que proceder a partir de premissas que sejam anteriores e melhor conhecidas, pois as mesmas coisas não podem ser simultaneamente anteriores e posteriores às mesmas coisas, exceto em sentidos distintos. Refiro-me à distinção entre "anterior a nós" e "absolutamente anteriores", com o que nos familiarizamos por meio da indução. Neste caso nossa definição de conhecimento puro e simples será insatisfatória porque comportará duplo sentido. Mas é presumível que a outra modalidade de demonstração, que procede daquilo que é melhor conhecido a nós, não seja demonstração na precisa acepção do termo.

Os adeptos da demonstração circular têm que enfrentar não só as conseqüências que acabamos de indicar, como também o fato de sua teoria redundar na afirmativa de que uma coisa é porque é – e é fácil demonstrar qualquer coisa por este método. Que isso seja tudo que resta [desse procedimento] pode ser claramente percebido se tomarmos três termos, pois é indiferente dizer que uma demonstração circular é efetuada por meio de muitos ou poucos termos, contanto que não haja menos que dois; pois se A *é*, B tem que *ser*, e se B *é*, C tem que *ser*. Se, então, A *é*, B tem que *ser*, e se B *é*, A tem que *ser* (e é isto que
73a1 se entende por demonstração circular) e A pode substituir C na primeira demonstração. Então dizer que quando B é, A é, equivale a dizer que quando B é, C é, o que equivale [,por seu turno,] a dizer que quando A é, C é. Mas C é idêntico a A. Assim, é de se concluir que aqueles que asseveram que a demonstração é

circular se limitam a sustentar que quando A é, A é – maneira pela qual é fácil demonstrar seja lá o que for.

Ademais, mesmo esse método demonstrativo é impossível, salvo no que tange a predicados que são conseqüentes recíprocos, quais sejam, as propriedades. Foi demonstrado[310] que a partir da postulação de uma coisa – pelo que entendo ou um termo ou uma proposição – nunca nada a mais necessariamente resulta. O número primeiro e mínimo de proposições que possibilita uma conseqüência necessária é dois, uma vez que este é o requisito mínimo para qualquer conclusão lógica. Assim, se A é um conseqüente de B e de C, e estes últimos são conseqüentes tanto um do outro quanto de A, é possível demonstrar reciprocamente, na primeira figura, todas as suposições que levantamos. Isso foi mostrado em nossa discussão do silogismo.[311] Mas também foi mostrado que, nas demais figuras, ou não se obtém nenhum silogismo ou nenhum que confirme nossas suposições. Proposições cujos termos não são reciprocamente predicáveis não podem ser demonstradas de modo algum pela demonstração circular. Conseqüentemente, uma vez que tais termos ocorrem esporadicamente nas demonstrações, resulta como conspicuamente inútil e impossível sustentar que a demonstração é recíproca e, portanto, que todas as coisas são demonstráveis.

IV

Uma vez que o objeto do conhecimento científico, na sua acepção pura e simples, não pode ser distinto do que é, a idéia conquistada pelo conhecimento demonstrativo será necessariamente verdadeira. Ora, o conhecimento é demonstrativo quando o possuímos em virtude de dispormos de uma demonstração. Portanto, as premissas das quais é inferida a demonstração são necessariamente verdadeiras, o que nos obriga a compreender a natureza e o caráter das premissas das quais procede a demonstração. Comecemos por definir o que entendemos pelas expressões *predicado de todo*, *per se* e *universal*.

Emprego a expressão *predicado de todo* a tudo que não é predicado de um caso, mas não de um outro, ou predicado

310. *Analíticos Anteriores*, Livro I, Capítulo XXV.

311. *Analíticos Anteriores*, Livro II, Capítulo V.

numa ocasião, mas não em outra. Por exemplo, se *animal* é predicado de todo *homem*, se é exato chamar *este* de homem, também é exato chamá-lo de *animal*, e se a primeira proposição é verdadeira agora, também o é a última. Analogamente, também, se toda linha contém um ponto. Há evidência no sentido de corroborar essa definição, pois a objeção que aduzimos contra uma proposição que envolve "a predicação de todo" implica ou um exemplo ao qual o predicado não se aplica ou um tempo no qual o predicado não se aplica.

Descrevo uma coisa como *pertencente em si mesma (per se) a uma outra* se constituir um elemento na natureza essencial da outra,[312] como, por exemplo, uma linha pertence a um triângulo e um ponto a uma linha (uma vez que a linha ou o ponto é um constituinte do ser do triângulo ou da linha e é um elemento na fórmula descritiva de sua essência); [também] os predicados encerrados nos sujeitos que estão eles próprios compreendidos na definição que expressa o caráter desses predicados. Por exemplo, *reto* e *curvo* pertencem à *linha*; *ímpar*, *par*, *primo*, 73b1 *composto*, *quadrado*, *oblongo* pertencem ao número; e a fórmula da essência de cada um destes inclui linha ou número respectivamente. Analogamente, em todos os demais casos descrevo todos os termos [ou expressões] de um ou outro entre os tipos indicados como *pertencentes per se* aos seus diversos sujeitos, enquanto aqueles que não se enquadram em quaisquer desses sentidos (como, por exemplo, *musical* ou *branco*, que se aplicam a *animal*), eu chamo de acidentes. Ademais, descrevo como [existente] *per se* tudo o que não é enunciado de alguma coisa mais como sujeito. Quero dizer, por exemplo, que *o que caminha* é alguma coisa mais que caminha e, analogamente, o *branco*, ao passo que a substância, ou seja o que for que denote o individual, não é alguma coisa distinta de exatamente ela mesma. Assim, qualifico como *per se* os termos [ou expressões] que não são predicados (afirmados) de um sujeito, enquanto chamo de *acidentes* aqueles que são assim predicados (afirmados). Diz-se também, num outro sentido, que aquilo que sucede a alguma coisa mais, em virtude da própria natureza desta última coisa, sucede a ela *per se*, enquanto aquilo que não sucede assim é chamado de acidente; por exemplo, se relampeja enquanto

312. Ou, em outras palavras, os predicados que pertencem à essência do sujeito.

alguém caminha, é acidental, pois não foi porque ele caminhava que relampejou – foi, como dizemos, um acidente. Mas um evento que ocorre em virtude da própria natureza de uma coisa lhe ocorre *per se;* por exemplo, se alguma coisa perece ao ser abatida e de acordo com a ação de abater, uma vez que pereceu porque foi abatida, não foi por acidente que pereceu enquanto era abatida. Assim, na esfera do cognoscível na acepção pura e simples, os predicados chamados *per se* como encerrando ou sendo encerrados por seus sujeitos pertencem a esses sujeitos em função de sua própria natureza e necessariamente. É impossível que não pertençam aos seus sujeitos – ou absolutamente ou da maneira que pertencem predicados opostos, a exemplo ou reto ou curvo em relação a uma linha e ou ímpar ou par em relação a um número, uma vez que o contrário de um predicado é ou a privação ou o contraditório desse predicado no mesmo gênero. Por exemplo, no número o não-ímpar é par na medida em que a *paridade* é um conseqüente da *não-imparidade*. Assim, uma vez que um predicado tem que ser ou afirmado ou negado de um sujeito, os predicados têm que pertencer *per se* necessariamente aos seus sujeitos.

Isso basta no que respeita à definição do que se quer dizer com *predicação de todo* e *per se*. Por predicado *universal* entendo aquele que é pertinente como *predicado de todo* em relação ao seu sujeito e pertence a esse sujeito *per se e enquanto ele mesmo*. Assim, é evidente que todos os predicados universais pertencem necessariamente aos seus sujeitos. Um predicado *per se* é idêntico àquele que pertence ao seu sujeito *enquanto ele mesmo*. Por exemplo, *ponto* e *reto* pertencem *per se* a *linha*, porque também pertencem a ela *enquanto linha*. E *ter a soma de seus ângulo internos igual a dois ângulo retos* pertence ao triângulo *enquanto triângulo* porque um triângulo *per se* tem a soma de seus ângulos internos igual a dois ângulos retos. Um predicado somente pertence a um sujeito universalmente quando é possível demonstrar que ele pertence a qualquer caso fortuito desse sujeito e que pertence a esse sujeito primariamente. Por exemplo, *ter a soma de seus ângulos internos igual a dois ângulos retos* não é universalmente aplicável à *figura*. É realmente possível demonstrar, no que toca a uma figura, que a soma de seus ângulos internos é igual a dois ângulos retos, mas não é possível demonstrá-lo no que toca a qualquer figura fortuita; nem tampouco utilizará alguém qualquer figura fortuita para

a demonstração, pois um quadrado é uma figura, mas não contém ângulos iguais a {soma de}[313] dois ângulos retos. Ademais, qualquer triângulo isósceles fortuito possui ângulos iguais a {soma de} dois ângulos retos, mas não é a primeira figura a preencher este requisito – o triângulo é anterior a ele. Assim, aquilo em relação a que se pode demonstrar em qualquer caso fortuito
74a1 que primordialmente cumpre a condição de conter {a soma de} dois ângulos retos, ou qualquer outro requisito, é o sujeito ao qual esse predicado universal pertence primariamente; [além disso], a demonstração de que este predicado é universalmente verdadeiro quanto ao seu sujeito instaura uma relação *per se* entre eles, ao passo que a relação instaurada para outros predicados é, num certo sentido, não *per se*. Tampouco é *contendo ângulos iguais a {soma de} dois ângulos retos* um predicado universal de isósceles – sua extensão é maior.

V

Não devemos ficar desatentos para o fato de que com freqüência ocorre um erro, e o predicado que procuramos demonstrar não se aplica primária e universalmente na acepção em que julgamos estar sendo ele demonstrado. Incorremos nesse erro ou quando não conseguimos descobrir nenhum termo superior separadamente do particular;[314] ou quando existe tal termo, mas carece de nome enquanto aplicado a objetos que diferem do ponto de vista da espécie; ou quando acontece do sujeito da demonstração ser um todo que é uma parte de algum outro, pois ainda que a demonstração apresente validade no que se refere aos particulares nela encerrados e terá predicação do seu todo, a demonstração não se aplicará a ele de forma primária e universal. Quando digo que a demonstração se aplica a um sujeito de forma primária e universal, quero dizer que se aplica a esse sujeito primariamente enquanto tal.

313. { } O contido entre chaves em todo este período está claramente discrepante e deslocado, ainda que o seja apenas formalmente, já que a idéia essencial é que dois ângulos internos são iguais a dois ângulos retos, a *soma* sendo necessariamente implícita a esta ou aquela multiplicidade de ângulos. W. D. Ross não o registra em seu texto.

314. H. Tredennick junta "ou particulares", querendo dizer *indivíduos*. Parece-nos uma adição apropriada.

Assim, se coubesse a alguém demonstrar que perpendiculares [a uma linha reta idêntica] nunca se encontram, poder-se-ia supor que essa qualidade de perpendiculares fosse o próprio sujeito da demonstração, uma vez que isso vale para todas as perpendiculares. Mas não é assim se admitirmos como exato que o seu paralelismo se funda não na igualdade de seus ângulos a dois retos concebida de uma determinada maneira, porém tal igualdade concebida de qualquer maneira.

Ademais, se não houvesse outro triângulo exceto o isósceles, se suporia que a demonstração de que ele contém ângulos iguais {a soma de}[315] de dois ângulos retos seria aplicável a ele *enquanto* [triângulo] isósceles.

Por outro lado, supor-se-ia que a alternância das proporções se aplicasse a números enquanto números e, analogamente, a linhas, sólidos e períodos de tempo, como realmente se costumava demonstrar no que toca a esses sujeitos separadamente. Poderia, está claro, ter sido demonstrado em relação a todos eles mediante uma só demonstração, mas, uma vez que inexistia um termo único que denotasse a qualidade comum de números, extensões, tempo e sólidos, e diferindo eles entre si do ponto de vista da espécie, foram tratados separadamente. Entretanto, agora a demonstração é universal, visto que a propriedade não lhes pertencia *enquanto* linhas ou *enquanto* números, mas *enquanto* detentores dessa qualidade especial que se supôs deterem universalmente. Conseqüentemente, mesmo que alguém demonstre separadamente, quer mediante a mesma demonstração ou não, quanto a cada tipo de triângulo (eqüilátero, escaleno ou isósceles), que contém ângulos iguais a {soma de}[316] de dois ângulos retos, ainda assim não sabe, salvo de uma maneira sofística, que um triângulo possui seus ângulos iguais à soma de dois ângulos retos, ou que isso é uma propriedade universal dos triângulos, mesmo que não haja outro tipo de triângulo além desses, pois ele ignora que essa propriedade pertence a um triângulo *enquanto* triângulo, bem como que pertence a *todo* triângulo, exceto numericamente – visto não saber ele que pertence a todo triângulo especificamente, mesmo que não haja triângulo algum em relação ao qual ele desconheça que possui tal propriedade.

315. { } Ver nota 18.

316. { } *Idem.*

E, então, quando não conhecemos universalmente e quando conhecemos na acepção pura e simples? Está claro que se um *triângulo* fosse essencialmente o mesmo que *eqüilátero* em cada caso ou em todos os casos, teríamos conhecimento na acepção pura e simples; mas se não é o mesmo, mas é diferente e a propriedade pertence ao eqüilátero *enquanto* triângulo, nosso conhecimento não é universal. E devemos perguntar: "Pertence a propriedade ao seu sujeito *enquanto* triângulo ou *enquanto* isósceles? "Quando se aplica ao seu sujeito primariamente?", "Qual o sujeito do qual se pode demonstrar universalmente?". Está claro que o primeiro sujeito ao qual se aplica à medida que as diferenças são eliminadas. Por exemplo, a propriedade de ter ângulos iguais à soma de dois ângulos retos se aplicará a *triân-*
74b1 *gulo isósceles de brônze* e continuará se aplicando quando *bronze* e *isósceles* forem eliminados. Mas não quando *figura* ou *limite* for eliminado. Mas estes não são as primeiras diferenças cuja eliminação torna o predicado inaplicável. "Então qual é o primeiro?" Se for *triângulo,* então será no que respeita à triangularidade que o predicado se aplica a todo o resto dos sujeitos e será no que tange a *triângulo* que o predicado pode ser universalmente demonstrado.

VI

Se, então, o conhecimento demonstrativo procede de primeiros princípios necessários – posto que o que conhecemos não pode ser distinto do que é – e predicados essenciais são necessários aos seus sujeitos (uma vez que alguns deles são inerentes à essência de seus sujeitos, ao passo que outros têm os sujeitos inerentes à sua própria essência, e nesta última classe um dos membros do par de predicados opostos se aplica necessariamente), é evidente que as premissas das quais são extraídos os silogismos demonstrativos terão esse caráter,[317] pois todo predicado se aplica ou neste sentido ou no acidental, e predicados acidentais não são necessários.

É-nos facultado ou argumentar desta forma ou formular o princípio de que a demonstração implica necessidade, isto é, que, se uma coisa foi demonstrada, não pode ser de outra maneira. E,

317. Ou seja, serão também necessárias.

então, resulta que as premissas do silogismo [demonstrativo] são forçosamente necessárias, pois enquanto é possível tirar uma conclusão de premissas verdadeiras sem nada demonstrar, é impossível tirar uma conclusão de [premissas] necessárias sem a demonstração, uma vez que a necessidade a envolve diretamente.

As evidências de que as premissas das quais procede a demonstração são necessárias podem ser encontradas no fato de que a maneira na qual levantamos objeções contra os que imaginam estar demonstrando é dizendo "Não é necessário", se julgamos ou que é absolutamente possível ser o fato distinto do que é, ou ao menos em vista do argumento.

Com base nesses argumentos, fica também claro que é tolo pensar que se está elegendo o princípio acertado se a premissa for [meramente] de aceitação geral e verdadeira – como supõem os sofistas que *conhecer é ter conhecimento.*[318] O princípio não é o que é geralmente aceito ou o inverso, mas o que é primariamente verdadeiro no que tange ao gênero do qual se ocupa a demonstração – e nem toda proposição verdadeira é apropriada.

Que nosso silogismo tem que se fundar em premissas necessárias é evidenciado, inclusive, pelo argumento que se segue, qual seja: uma vez que aquele que é incapaz de dar conta da razão de uma coisa – ainda que haja uma demonstração disponível –, não possui conhecimento científico, se assumirmos um silogismo segundo o qual enquanto A necessariamente se aplica como predicado a C, B – o termo médio pelo qual a conclusão é demonstrada – não se encontra numa relação necessária com os demais termos, o resultado é ele desconhecer a razão [em pauta]; a conclusão não depende do termo médio, uma vez que este pode não ser verdadeiro, ao passo que a conclusão é necessária.

318. το επισταοθαι το επιστημην εχειν (*to epistasthai to epistemên echein*). Aristóteles alude ao diálogo *Eutídemo*, de Platão, em 277b, onde é apresentada a tese (atribuída ao sofista Protágoras) de que aquele que conhece alguma coisa possui em alguma medida o conhecimento e, conseqüentemente, conhece o que o conhecimento *é*. Aristóteles não está neste ensejo criticando propriamente a doutrina gnosiológica sofista expressa nesta tese (que, entre outras coisas, o fato de saber ou, mais exatamente, de possuir *algum* saber nos conduz diretamente ao conceito do autêntico saber, já que o saber (conhecimento), tal como a virtude, não tem origem metafísica, mas não passa de *nomos* [convenção]); o que ele critica aqui é a deficiência lógica estrutural do raciocínio sofista que aventa a tese, no qual o termo maior não é necessário, mas tão-só provável ou verossímil. Atente-se para a imediata seqüência.

Por outro lado, se alguém não conhece uma coisa agora, embora seja capaz de explicá-la, e tanto ele mesmo como a própria coisa estejam inalterados, não tendo ele o esquecido, então ele também não a conhecia antes. Mas se o termo médio não é necessário, ele pode deixar de atuar; neste caso, apesar da própria pessoa e a coisa estarem inalteradas e ainda dispor ela de sua explicação da coisa, não conhece a coisa e, portanto, também a desconhecia antes. Mesmo que o termo médio não houvesse realmente cessado [de atuar], se há a possibilidade de que cesse, a conclusão será problemática e contingente – nestas condições o conhecimento é impossível.

75a1 Quando a conclusão é necessária, não é essencial que o termo médio (pelo qual foi demonstrada) seja necessário, pois é possível alcançar uma conclusão necessária mesmo a partir de premissas que não são necessárias, tal como é possível alcançar uma conclusão verdadeira a partir de premissas que não o são.[319] Mas quando o termo médio é necessariamente verdadeiro, a conclusão também é necessária, tal como a conclusão de premissas verdadeiras é sempre verdadeira. Que A seja necessariamente predicado (afirmado) de B, e B de C e, então, a conclusão de que A se aplica a C é também necessária. Mas quando a conclusão não é necessária, tampouco o pode ser o termo médio. Suponhamos que A se aplica necessariamente a B, mas não se aplica a C, e que B se aplica necessariamente a C. Então A se aplicará necessariamente a C. Mas esta não foi a suposição original.

Por conseguinte, uma vez que dispomos de conhecimento demonstrativo de uma proposição, o predicado deve se aplicar necessariamente ao sujeito, e evidencia-se que o termo médio do qual depende a demonstração deverá também ser necessário. Se assim não for, não reconheceremos nem porque é a conclusão necessária e nem sequer se é necessária. Ou pensaremos que conhecemos [a necessidade da conclusão], embora não a conheçamos – quando supormos como necessário o não-necessário – ou sequer pensaremos que a conhecemos, semelhantemente a conhecer a coisa graças a termos mediatos ou conhecer a razão por termos imediatos.

319. Embora tanto num caso quanto no outro a conclusão não seja demonstrada.

Para os predicados [acidentais] que não são essenciais na acepção por nós definida[320] não há conhecimento demonstrativo, ante a impossibilidade de proporcionar a necessária demonstração da conclusão, pois um predicado acidental pode não se aplicar ao seu sujeito – e é a este tipo de predicado que me refiro. Ao mesmo tempo poder-se-ia indagar por que na dialética, diante de uma conclusão não necessariamente verdadeira, devemos solicitar a concessão de tais premissas para tal conclusão; também poder-se-ia sugerir quaisquer premissas ao acaso e, então, enunciar a conclusão. A resposta é que devemos formular questões definidas – não porque as respostas influenciam a necessidade da conclusão, mas porque, ao enunciá-las, nosso opositor tem que enunciar a conclusão e fazê-lo verdadeiramente, se os predicados tiverem aplicação verdadeira.

Uma vez que, no tocante a cada gênero, os predicados pertencentes essencialmente [aos seus sujeitos enquanto tais] naquele gênero particular são necessários, é evidente que a demonstração científica diz respeito a predicados essenciais e destes procede, considerando-se que predicados acidentais não são necessários e, portanto, não sabemos necessariamente por que a conclusão é verdadeira e nem sequer se os predicados são sempre pertinentes e não *per se*, como ocorre com os silogismos por signos. Isso porque não teremos conhecimento da coisa essencial como essencial, como tampouco conheceremos sua razão. Conhecer a razão de uma coisa é conhecê-la através de sua causa. Portanto, o termo médio tem que se aplicar *per se* ao terceiro, como também o primeiro *per se* ao médio.

VII

Por conseguinte, não é possível demonstrar uma coisa passando de um gênero a outro, digamos demonstrar uma proposição geométrica por meio da aritmética. Três fatores estão presentes na demonstração: [1] a conclusão que se requer ser demonstrada, ou seja, a aplicação de um predicado essencial a algum gênero; [2] os axiomas que servem de fundamento à demonstração; [3] o gênero subjacente,[321] cujas modificações ou

320. Em 73a37 e seguintes; 74b8 e seguintes.

321. O sujeito.

predicados essenciais são revelados pela demonstração. Ora, quando estamos diante de gêneros distintos como, por exemplo, a aritmética e a geometria, ainda que a base de demonstração possa ser a mesma, não é possível aplicar a demonstração aritmética aos predicados das grandezas, salvo se as grandezas forem números. Como é esta transferência possível será explicado posteriormente no que toca a alguns casos.[322] A demonstração aritmética vincula-se sempre ao gênero que é o sujeito da demonstração, e analogamente no que tange a todas as demais ciências. Assim, o gênero tem que ser o mesmo, ou absolutamente ou de uma certa maneira,[323] se pretendermos que a demonstração seja suscetível de transferência. Está claro que isso é impossível por qualquer outro meio. Os termos extremos e médios têm que pertencer ao mesmo gênero; se a conexão não for essencial, terá que ser acidental, razão porque não podemos demonstrar pela geometria que os contrários são objeto de estudo da mesma ciência, nem mesmo que o produto de dois cubos é um cubo. Tampouco pode uma proposição de uma ciência ser demonstrada por outra ciência, exceto quando a relação é tal que as proposições de uma das ciências se subordinam àquelas da outra, como as proposições da ótica se subordinam à geometria e as da harmonia à aritmética.[324] Nem pode a geometria determinar se um dado predicado ou atributo se aplicam a linhas de outra maneira que não *enquanto* linhas e derivado dos seus próprios princípios peculiares, por exemplo, *se a linha reta é a mais bela das linhas* ou se ela é o contrário da circunferência, pois estes atributos aplicam-se às linhas não em virtude de seu gênero peculiar, mas em virtude de uma característica comum a outros gêneros.

VIII

Outro ponto que se evidencia é que se as premissas do silogismo são universais, a conclusão de uma demonstração deste naipe – demonstração em sentido estrito – tem que ser eter-

322. Em 76a 9 e seguintes; 78b34 e seguintes.

323. Isto é, quando envolver disciplinas científicas subordinadas.

324. Aristóteles prefere exemplificar com as matemáticas. A harmonia (αρμονια) é a música entendida restritamente como a técnica do acordo dos sons sob os fundamentos da aritmética, do que é exemplo notório a oitava.

na.[325] Conseqüentemente, no que concerne a relações corruptíveis,[326] não há demonstração ou conhecimento *stricto sensu*, mas somente no sentido acidental em que o predicado ou atributo pertence ao sujeito não universalmente, mas num dado tempo ou sob dadas condições. Quando é assim, a premissa menor tem que ser não-universal e corruptível. *Corruptível* porque somente assim será a conclusão também corruptível e não-universal porque a conclusão será verdadeira em alguns casos, mas não em outros e, assim, não pode ser demonstrada verdadeira universalmente, mas somente num dado tempo. A situação é análoga também no que respeita às definições, na medida em que uma definição ou é um princípio de demonstração, uma demonstração sob forma distinta ou uma conclusão de uma demonstração. Está claro que a demonstração e o conhecimento de acontecimentos intermitentes ou repetitivos, como um eclipse da lua, são eternos enquanto se referem a acontecimentos de um tipo específico; porém, enquanto não eternos, são particulares. É possível que predicados ou atributos se apliquem intermitentemente a outros sujeitos, tal como um eclipse se aplica à lua.

IX

Visto ser evidentemente impossível demonstrar a aplicação de um predicado particular como tal ao seu sujeito, exceto a partir dos primeiros princípios característicos de seu gênero, o conhecimento científico não consiste em demonstração a partir de princípios que são meramente verdadeiros, indemonstráveis e imediatos. Eu o digo porque pode-se conduzir uma demonstração desse modo, tal como Brísson,[327] por exemplo, demonstrou sua teoria da quadratura do círculo, uma vez que tais argumentos demonstram a conclusão através do emprego de um termo médio comum que se referirá igualmente a um sujeito distinto. Conseqüentemente, também são aplicáveis a sujeitos de outros 76a1 gêneros. O resultado é nos habilitarem a conhecer o predicado aplicando-se ao seu sujeito não *enquanto ele mesmo*, porém apenas acidentalmente; de outra maneira, a demonstração não seria também aplicável a um outro gênero.

Nosso conhecimento de qualquer determinado predicado é apenas não-acidental quando o reconhecemos com respeito ao sujeito em função do qual é ele um predicado e a partir dos princípios próprios desse sujeito como tal; por exemplo, o predicado "ter a soma de seus ângulos igual a dois ângulos retos" como pertencente ao sujeito ao qual se aplica *per se*, e com base nos princípios próprios a este sujeito. Portanto, se esta propriedade se aplica *per se* ao seu próprio sujeito, o termo médio tem que pertencer ao mesmo gênero dos termos extremos. As únicas exceções são as proposições da harmonia que são demonstradas pela aritmética. Tais proposições são demonstradas da mesma forma, mas com esta diferença, a saber, que enquanto o fato demonstrado pertence a uma ciência distinta (uma vez que o gênero subjacente é diferente), os fundamentos do fato pertencem à ciência superior à qual os predicados pertencem *per se*. Evidencia-se, com base nestas considerações, também, que a demonstração absoluta[328] de qualquer predicado é impossível, salvo a partir de seus próprios princípios. Nos exemplos oferecidos, contudo, os princípios contêm um elemento comum.

Sendo isso evidente, também o é os princípios especiais de cada gênero não serem suscetíveis de demonstração, uma vez que os princípios com base nos quais seriam demonstráveis seriam princípios da totalidade das coisas existentes e a ciência de tais princípios imperaria sobre tudo, pois alguém conhece com mais exatidão se conhecer com base nas causas mais fundamentais, uma vez que seu conhecimento é a partir de premissas anteriores quando conhece com base em causas que são elas mesmas não causadas. Assim, se ele conhecer um sentido mais exato ou o mais exato, seu conhecimento será conhecimento num sentido mais exato ou no mais exato. Entretanto, a demonstração não é aplicável a um gênero distinto, exceto na

325. αιδιον (*aidion*): certamente o termo aqui não tem absolutamente qualquer denotação ou conotação física ou metafísica. O que se quer dizer é que se trata de uma conclusão impossível de ser questionada, refutada e muito menos alterada; em outros termos, este tipo de conclusão tem caráter irrevogável.

326. φθαρτων (*ftharton*): Aristóteles recorre novamente a um termo emprestado da física e da metafísica. Ele quer dizer *revogável*. Alguns helenistas, como H. Tredennick, preferem traduzir *ftharton* como termo contraditório e *não* contrário, o que nos daria em português não-eterno (com a conotação de não-irrevogável) e *não* corruptível (com a conotação de revogável). Esta tradução é certamente admissível, mas sob o risco de ser interpretativa, a despeito da paridade com *não-universal* [μη καθολου (*me katholou*)].

327. Brísson de Megara. Cf. *Refutações Sofísticas*, 171b16, 172a3.

328. Ou seja, a demonstração na sua acepção pura e simples, em sentido estrito.

condição que explicamos das demonstrações geométricas que se aplicam às proposições da mecânica ou da ótica e as demonstrações aritméticas às proposições da harmonia.

É difícil certificar-se se alguém conhece ou não conhece, visto que é difícil estarmos certos que nosso conhecimento é baseado nos princípios apropriados a cada caso, que é o que constitui o conhecimento genuíno ou não. Supomos que dispomos de conhecimento científico se tivermos um silogismo oriundo de quaisquer premissas primárias e verdadeiras. Mas não é assim – a inferência deve ser do mesmo gênero das premissas primárias.

X

Chamo de princípios em cada gênero aqueles que são indemonstráveis. Assim, o significado tanto das verdades primárias quanto dos predicados demonstrados a partir delas, é assumido; mas que eles *existem* precisa ser suposto do ponto de vista dos princípios e demonstrado do ponto de vista do resto. Por exemplo, supomos o significado de *unidade*, *reto* e *triangular*; mas, embora suponhamos a existência da unidade e da grandeza geométrica, a existência do resto tem que ser demonstrada.

Dos princípios utilizados nas ciências demonstrativas, alguns são peculiares a ciências particulares e alguns são comuns. Mas isto somente num sentido analógico, uma vez que cada um só pode ser empregado na medida em que estiver contido no gênero que se enquadra na ciência envolvida. São princípios peculiares as definições da linha e da retidão; princípios comuns são proposições como *quando tomamos iguais de iguais, os restos são iguais*. Em relação a cada uma destas últimas verdades, basta ser suposta para o gênero de que se trata. O efeito será idêntico para o geômetra se ele supor a verdade não universalmente, mas somente no que respeita a grandezas, e para o aritmético se ele supor apenas no tocante a números. Também são peculiares a cada ciência os sujeitos cuja existência ela supõe e cujos predicados essenciais ela estuda, como a aritmética estuda as unidades, e a geometria pontos e linhas. Desses sujeitos se supõe tanto a existência quanto o significado, mas dos seus predicados essenciais somente se supõe o significado. Por exemplo, a aritmética supõe o significado de ímpar ou par, quadrado ou cubo, e a geometria o significado da incomensurabilidade, do desvio ou da inclinação. Mas sua existência é demonstrada por meio dos princípios comuns e a partir de conclusões já demonstradas. O mesmo ocorre com a astronomia.

Toda ciência demonstrativa concerne a três elementos: [1] os sujeitos que postula (isto é, o gênero cujos predicados essenciais ela estuda), [2] os chamados axiomas comuns, nos quais a demonstração se funda em última instância, e [3] os predicados cujos diversos significados ela supõe. Entretanto, não há porque certas ciências não devam desconsiderar um ou outro desses três elementos; digamos, omitir a postulação da existência do gênero se esta for evidente (pois a existência do número não é tão conspícua como a do quente e do frio), ou supor o significado dos predicados, se este for completamente claro, tal como no caso dos princípios comuns o significado de "quando iguais são subtraídos de iguais, os restos são iguais" não é suposto, uma vez que é bem conhecido. Não obstante, é válida esta natural classificação tripla em sujeito, objeto e fundamento da demonstração.

Aquilo que é em si mesmo necessariamente verdadeiro e necessita ser julgado como o sendo não é uma hipótese nem um postulado, pois a demonstração, como o silogismo, diz respeito não ao discurso externo, mas ao discurso interno da alma, sendo sempre possível objetar ao primeiro, mas nem sempre possível assim agir com o segundo. Assim, qualquer proposição demonstrável que um professor supõe sem demonstrá-la, uma vez que o estudante a aceite, é uma hipótese, uma hipótese que não *é absoluta*, mas *relativa* ao estudante; a mesma suposição, todavia, se feita quando o estudante carece de opinião ou detém opinião contrária acerca dela, é um postulado. Esta é a diferença entre uma hipótese e um postulado – *este* é o contrário da opinião do estudante ou qualquer proposição demonstrável que é suposta e usada sem ser demonstrada.

Termos[329] não são hipóteses porque nada afirmam do *ser* ou do *não-ser*. As hipóteses situam-se entre as proposições, ao passo que aos termos[330] basta serem compreendidos, o que não constitui uma hipótese, a menos que se sustentasse ser o ouvir uma forma de hipótese. Hipóteses consistem de proposições das

329. οροι (*oroi*), mas deve se entender *definições*.
330. *Vide* nota acima.

quais a conclusão resulta em virtude de serem elas o que são. Assim, as hipóteses do geômetra não são falsas, como alguns afirmaram dizendo que não se deve fazer uso da falsidade e que o geômetra é responsável por falsidade ao asseverar que a linha que traçou tem cerca de um pé de comprimento, ou é reta,
77a1 quando não é. O geômetra nada infere a partir da existência da linha particular que ele próprio indicou, mas somente a partir daquilo que é ilustrado por seus diagramas. Ademais, todos os postulados e hipóteses são ou universais ou particulares, enquanto os termos[331] não são nem uma coisa nem outra.

XI

Não é necessário, com o fito de tornar possível a demonstração, que haja *Formas*[332] ou alguma Unidade separada da Multiplicidade;[333] mas é necessário que seja exato enunciar um predicado singular de uma pluralidade de sujeitos, sem o que não haverá termo universal, e não havendo universal não haverá termo médio e, por conseguinte, nenhuma demonstração. Portanto, é imperioso que haja alguma coisa una e idêntica acima dos vários particulares e não se restrinja a compartilhar com eles de um nome comum.

Nenhuma demonstração recorre ao princípio de que a afirmação e negação simultâneas são impossíveis, salvo se for necessário demonstrar também a conclusão dessa forma. A demonstração é levada a efeito supondo-se que é verdadeiro afirmar e não verdadeiro negar o termo maior do [termo] médio. É indiferente acrescer a negação do contraditório ao [termo] médio ou ao terceiro termo, pois, uma vez concedido que tudo que é verdadeiramente chamado de *homem*, é verdadeiramente chamado de *animal* – mesmo que *não-homem* seja verdadeira-

331. *Idem.*

332. Aristóteles critica Platão. Ειδη (*eidê*), a Idéia (acepção platônica) – forma perfeita, una, eterna, imutável e universal, presente no mundo inteligível, de todas as coisas que existem no mundo sensível como meras cópias imperfeitas, múltiplas, corruptíveis, mutáveis e particulares. A realidade autêntica, para Platão, é constituída pelo mundo inteligível e não pelo sensível, que contém apenas a multiplicidade inconsistente e falaciosa de imagens por participação com as Idéias. Ver o *Parmênides* e a *República*, Livro VI, de Platão.

333. Isto porque a Idéia, na teoria de Platão, é singular, e a dualidade mundo inteligível/mundo sensível implica necessariamente uma dissociação.

mente chamado de *animal*, com a única ressalva de que é verdadeiro ser o homem um animal e não verdadeiro que não seja um animal – será verdadeiro chamar Calias de animal, ainda que seja verdadeiro chamar *não-Calias* de animal, e não será verdadeiro chamá-lo de *não-animal*. A razão disso é que o primeiro termo é enunciado não apenas do [termo] médio, como também de um outro termo ou termos, porquanto ele possui maior extensão, de sorte que, mesmo que o termo médio seja tanto ele mesmo quanto seu contraditório,[334] a conclusão não é afetada.

O princípio segundo o qual ou a afirmação ou a negação de todo predicado tem que ser verdadeira é empregado na demonstração por *reductio ad impossibile*. Nem sempre é aplicada universalmente, mas apenas tanto quanto o suficiente, isto é, com referência ao gênero. Por "com referência ao gênero" entendo, à guisa de exemplo, relativamente ao gênero que constitui o sujeito das demonstrações em questão, como observamos anteriormente.[335]

Todas as ciências compartilham entre si do emprego dos [princípios] comuns (por *[princípios] comuns*[336] entendo o que elas empregam visando a demonstração, não os sujeitos acerca dos quais conduzem suas demonstrações, nem as relações que demonstram). A dialética partilha dos princípios de todas as demais ciências, bem como partilharia também qualquer ciência que possivelmente tentasse demonstrar universalmente os [princípios] comuns, tais como que ou a afirmação ou a negação de todo predicado é verdadeira, ou que iguais subtraídos de iguais resultam em restos iguais, ou quaisquer outros axiomas deste tipo. A dialética, contudo, não dispõe de uma esfera assim definida, e tampouco diz respeito a uma determinada classe de objetos. Se assim fosse, não procederia mediante interrogação, uma vez que esta é impossível na demonstração, uma vez que fatos opostos não admitem demonstração do resultado idêntico, assunto este ventilado no meu tratado sobre o silogismo.[337]

334. Isto é, mesmo que o termo médio inclua o que era o termo médio original e o que não era o termo médio original.

335, Em 76a42.

336. κοινα (*koina*).

337. O Estagirita se refere a *Analíticos Anteriores*, Livro II, Capítulo XV, e possivelmente (de maneira mais específica) a A. A., 57b4 e seguintes.

XII

Se uma interrogação silogística for o mesmo que uma proposição enunciadora de uma metade de uma contradição[338] e toda ciência possuir suas próprias premissas, das quais são tiradas as conclusões características dessa ciência, então deverá haver uma interrogação científica correspondente às premissas das quais as conclusões características da ciência são tiradas. Por conseguinte, fica claro que nem toda interrogação será geométrica (ou médica e analogamente quanto às demais ciências), mas apenas aquelas que correspondem aos fundamentos da demonstração
77b1 dos objetos de estudo[339] da geometria ou aqueles de qualquer ciência, como da ótica, a qual utiliza para suas demonstrações os mesmos axiomas da geometria (e semelhantemente no que tange às demais ciências). Cabe ao geômetra dar conta desses questionamentos, com base nos princípios e conclusões da geometria, mas é para ele prescindível dar conta dos princípios [em geral e como tais] (ocorrendo algo análogo no tocante às outras ciências).

Conseqüentemente, não nos cabe dirigir toda gama de interrogação ao homem versado numa ciência particular, nem tampouco pode este ser constrangido a responder tudo que lhe é indagado sobre este ou aquele dado assunto, cabendo-lhe somente responder as questões que se enquadram na esfera de sua própria ciência. Se, ao discutir com um geômetra enquanto tal, discute-se demonstrando qualquer ponto em particular com base em princípios da geometria, por certo a discussão será correta – de outra maneira, não será. Fica claro, igualmente, que neste último caso não podemos refutar o geômetra salvo acidentalmente. Portanto, não se discute geometria entre pessoas que não são geômetras, porque estas não serão capazes de perceber um argumento que carece de razoabilidade. O mesmo vale para todas as outras ciências.

Uma vez que existem interrogações geométricas, existirão também interrogações não-geométricas? E em cada ciência (por exemplo, na geometria), qual é a espécie de erro em relação ao

338. A fraseologia é um tanto obscura. Entenda-se: se a interrogação silogística identificar-se com uma premissa cujo ponto de partida é um dos termos de uma contradição.

339. Ou melhor e mais especificamente: os teoremas.

qual permanecem as interrogações – ainda que viciadas pelo erro – geométricas? É a conclusão errônea aquela tirada de premissas que se opõem às verdadeiras, ou uma inferência que, embora enganosa como raciocínio,[340] é, não obstante, geométrica? Ou é uma inferência tirada de uma ciência distinta, como, por exemplo, uma questão musical é não-geométrica com referência à geometria, enquanto pensar que linhas paralelas se encontram é, num sentido, geométrico, embora em outro, não-geométrico? (Pois não-geométrico, como não-rítmico, apresenta dois sentidos: num deles, a coisa é não-geométrica porque lhe falta completamente a qualidade, e no outro porque possui a qualidade, porém precariamente.) É erro neste último sentido, isto é, erro que procede de premissas desta espécie, que contraria o conhecimento científico. Nas matemáticas, o paralogismo não é tão comum porque é sempre o termo médio que produz a ambigüidade (pois um termo é predicado de todo o médio e este, por sua vez, é predicado de todo um outro, mas o predicado não é distribuído); além disso, nas matemáticas os termos médios estão claramente visíveis, enquanto as ambigüidades passam desapercebidas nos argumentos dialéticos. "Todo círculo é uma figura?". Se traçarmos um círculo, a resposta é evidente. "Bem, o *ciclo* épico é um *círculo*?" É evidente que não é.[341]

Não se deve confrontar um argumento com uma *objeção*[342] na qual a premissa menor é indutiva. Tal como uma premissa que só tem validade para um caso não é uma premissa autêntica (uma vez que não é válida para todos os casos e o silogismo procede de juízos universais), uma objeção dessa natureza não é uma objeção autêntica. Premissas e objeções são idênticas na medida em que qualquer objeção produzida é suscetível de converter-se em premissa, seja demonstrativa ou dialética.

Constatamos que algumas pessoas argumentam falaciosa-
78a1 mente ao tomarem conseqüentes de ambos os termos, como o

340. Um παραλογισμος (paralogismos).

341. Trata-se de uma ambigüidade lingüística mais particularizada no grego, no qual κυκλος (*küklos*) significa tanto *círculo* (a figura geométrica) quanto *ciclo* (período de tempo encerrando uma certa ocorrência seqüencial, no caso o *ciclo* épico, período estimado a grosso modo entre os séculos X e VII a.C., quando surgem na Grécia antiga os grandes poemas épicos que vieram se somar à *Ilíada* e à *Odisséia*, de Homero). A homonímia no grego gera o paralogismo.

342. Ver *Analíticos Anteriores*, 69 a 37 e seguintes.

faz Caineus ao afirmar que o fogo se expande numa progressão geométrica, sob o fundamento de que tanto o fogo quanto a progressão geométrica aumentam celeremente.[343] Estas condições, entretanto, não estabelecem um silogismo, mas somente se a taxa mais elevada de celeridade relativa ao aumento envolvesse proporção geométrica e o fogo em seu movimento [expansivo] envolvesse a mais elevada taxa de celeridade relativa ao aumento. Às vezes não é possível construir um silogismo a partir das suposições; às vezes é, porém o procedimento é descurado.

Se fosse impossível demonstrar uma conclusão verdadeira a partir de premissas falsas, a análise seria fácil porque conclusão e premissas seriam necessariamente recíprocas. Que A seja um fato real cuja realidade implica aquela de certos outros fatos, por exemplo B, que sei ser real; então, com base nestes últimos dados, demonstrarei a existência de A. A reciprocidade é mais corrente nos problemas matemáticos porque a matemática jamais supõe o acidental, mas apenas definições. Trata-se de um outro aspecto que diferencia o raciocínio matemático do dialético.

Uma ciência se expande não graças à interpolação de termos médios, mas pela adição de termos extremos; por exemplo, A é predicado (afirmado) de B e este de C, e este, por seu turno, de D e, assim, *ad infinitum*. Também pode ser expandida lateralmente; por exemplo, A pode ser predicado (afirmado) tanto de C quanto de E. Digamos, a título de exemplificação, que A é um número (finito ou infinito), B é um número ímpar finito, C é um número ímpar particular; então, A é predicável de C. Por outro lado, D é um número par finito e E um número par particular; então, A é predicável de E.

XIII

O conhecimento de um fato e conhecimento da razão deste fato diferem quando ambos se enquadram na mesma ciência, isto sob várias condições, quais sejam: [1] se a conclusão não é tirada de premissas imediatas (pois neste caso a causa anterior não se acha contida nelas e o conhecimento da razão depende da causa anterior); [2] se as premissas são imediatas, mas a conclusão é tirada não da causa, mas do mais conhecido entre

343. A alusão é possivelmente a uma comédia de Antífanes. Cf. *Poética*, 1457b21.

os dois termos convertíveis, pois pode acontecer de, entre dois termos reciprocamente predicáveis, aquele que não é a causa ser, por vezes, o mais conhecido, de sorte que a demonstração se procederá através dele; por exemplo, a demonstração de que os planetas estão próximos porque não cintilam. Que C corresponda a *planetas*, B a *não cintilar* e A a *estar próximos*. Então será exato predicar B de C porque os planetas não cintilam. Mas também é exato predicar A de B porque aquilo que não cintila está próximo (o que pode ter sido suposto indutivamente ou por percepção sensorial). Então A tem que se aplicar a C, e assim ficou demonstrado que os planetas estão próximos. Assim, este silogismo demonstra não a razão, mas o fato, *pois não é porque os planetas não cintilam que estão próximos, mas porque estão próximos que não cintilam*. (É possível, entretanto, demonstrar o [termo] médio por meio do termo maior e, então, a demonstração estabelecerá a razão; por exemplo, que C corresponda a *planetas*, B a *estar próximos* e A a *não cintilar*. Então, B se aplica a C e A a B, e assim A se aplica também a C, com o que o silogismo estabelece a razão porque a causa anterior foi suposta.) Ou, também, demonstrar-se ser a lua esférica com base em suas fases, pois se aquilo que exibe fases desse tipo é esférico, e a lua exibe fases, fica evidente que a lua é esférica. Desta forma o silogismo demonstra o fato, mas quando o termo médio é intercambiado com o maior, nos capacitamos a estabelecer a razão, pois não é devido às suas fases que a lua é esférica, mas porque é esférica que exibe fases desse tipo. C corresponde a *lua*, B a *esférica* e A a *fase*.

[3] Onde os termos médios não são convertíveis e o que não é a causa é melhor conhecido do que a causa, o fato é demonstrável, mas a razão não. [4] Isso também se revela verdadeiro no que toca a silogismos cujo termo médio se exterioriza; nestes, também, a demonstração estabelece o fato e não a razão, uma vez que a causa não é enunciada. Por exemplo, por que a parede não respira? Porque não é um animal. Se esta fosse a razão para não respirar, ser um animal deveria ser a razão para respirar, conforme o princípio de que se uma proposição negativa fornece a razão para a não aplicação de um predicado, a proposição afirmativa correspondente fornecerá a razão para sua aplicação; por exemplo, se o desequilíbrio entre os elementos quente e frio em nós é a causa de não termos saúde, o seu devido equilíbrio é a causa de nossa saúde. Analogamente, também, se

a proposição afirmativa supre a razão para a aplicação de um predicado, a proposição negativa suprirá a razão para a sua não aplicação. Mas, no exemplo indicado, a conclusão não se segue, pois nem todo animal respira.[344] Um silogismo que demonstra este tipo de causa ocorre na figura mediana. Por exemplo, que A corresponda a *animal*, B a *respiração* e C a *parede*. Então, A se aplica a todo B (pois tudo que respira é animal), mas não se aplica a nenhum C, e assim, tampouco, B se aplica a qualquer C. Portanto, a parede não respira. Causas como estas se assemelham a explicações extravagantes. Quero dizer, enunciar o termo médio de uma forma demasiado remota; por exemplo, o dito de Anacarsis de que não há moças flautistas[345] entre os cítios porque não há vinhas.

Estas, então, são as diferenças entre o silogismo que demonstra o fato e o que demonstra a razão no âmbito da mesma ciência e de acordo com a posição dos termos médios. Há, porém, uma outra forma na qual o fato e a razão se distinguem, nomeadamente, em ser cada um estudado por uma ciência distinta. Isso é exato no que concerne a todos os sujeitos que estão de tal modo relacionados que um se subordina a outro, como é a relação dos problemas óticos com a geometria plana, dos problemas mecânicos com a geometria dos sólidos, dos problemas harmônicos com a aritmética e do estudo dos fenômenos celestes com a astronomia. Algumas destas ciências ostentam quase o mesmo nome; por exemplo, tanto a astronomia matemática quanto náutica são designadas como astronomia e tanto a harmonia matemática quanto acústica são designadas como harmonia; nestes casos, compete aos que reúnem dados sensoriais conhecer o fato e aos matemáticos determinar a razão. Estes últimos são capazes de demonstrar as causas, enquanto ignoram amiúde o fato, tal como os que especulam o universal ignoram com freqüência certos casos particulares, devido à falta de completa investigação. Vinculados a este tipo estão todos os objetos que, embora possuam uma existência substancial independente,

344. Em consonância com a zoologia aristotélica, segundo a qual somente os animais de sangue quente possuem sistema respiratório.

345. αυλητριδες (*auletrides*). Bekker e outros helenistas (particularmente mais antigos) registram αυληται (*auletai*) (flautistas). W. D. Ross registra o primeiro termo, que preferimos aqui, pois talvez tornasse a hipérbole de Anacarsis (sábio cítio do século VI a.C.) ainda mais contundente.

ainda assim exibem certas formas específicas, isto porque as ciências matemáticas concernem a formas, não circunscrevendo suas demonstrações a um substrato particular. Mesmo que os problemas da geometria se refiram a um substrato particular, isso ocorre apenas incidentalmente. Como a ótica está relacionada à geometria, uma outra ciência está relacionada com a ótica, a saber, o estudo do arco-íris. Conhecer o fato relativo à existência do arco-íris cabe ao físico; conhecer o porquê [do arco-íris] cabe ao ótico, de maneira simples como ótico ou como matemático. Muitas das ciências que não são estritamente subordinadas situam-se nessa relação; por exemplo, a medicina com a geometria. Cabe ao médico saber que ferimentos circulares saram mais lentamente, mas cabe ao geômetra conhecer a razão desse fato.

XIV

A mais científica das figuras é a primeira. Não são apenas as ciências matemáticas, como a aritmética, a geometria e a ótica, que veiculam suas demonstrações através dessa figura, mas, nos exprimindo em termos gerais, praticamente todas as ciências que investigam as causas, uma vez que é mediante essa figura, senão universalmente, a menos a título de regra geral e na maioria dos casos, que é construído o silogismo que estabelece a razão. Por conseguinte, também por conta disso, a primeira figura deve ser considerada a mais científica, uma vez que a parte mais essencial do conhecimento é a investigação dos porquês. Acresça-se a isso que é exclusivamente por meio dessa figura que é possível buscar o conhecimento da essência, pois na figura mediana não obtemos conclusão afirmativa,[346] e o conhecimento da essência da coisa é necessariamente afirmativo; por outro lado, na última figura obtemos uma conclusão afirmativa, mas que, contudo, não é universal,[347] quando a essência pertence aos universais. Não é em qualquer acepção particular que o homem é um animal bípede. Finalmente, a primeira figura é independente das outras, enquanto estas são por ela complementadas e ampliadas até que premissas imediatas sejam obti-

346. *Analíticos Anteriores*, Livro I, Capítulo V.

347. *Analíticos Anteriores*, Livro I, Capítulo VI.

das. Evidencia-se assim a maior importância da primeira figura para o conhecimento.

XV

Tal como A pode – como vimos[348] – se aplicar de maneira indivisível[349] a B, assim também pode não se aplicar desta forma. Por aplicar-se ou não aplicar-se de maneira indivisível quero dizer que não há termo médio entre eles, pois neste caso o aplicar-se ou não aplicar-se não dependerá mais de algum outro termo. Quando A ou B, ou ambos, estão contidos em alguma totalidade, é impossível que A deva não aplicar-se a B imediatamente. Que A esteja contido na totalidade de C. Então, se B não estiver contido na totalidade de C (uma vez que é possível para A estar contido numa totalidade, ainda que B nela não esteja também), haverá um silogismo demonstrando que A não se aplica a B, pois se C se aplicar a todo A, mas não se aplicar a nenhum B, A não se aplicará a nenhum B. Analogamente, também, se B estiver contido em algum todo, por exemplo, D, pois D se aplica a todo B e A não se aplica a nenhum D, de sorte que, por força de um silogismo, A não se aplicará a nenhum B. A demonstração assumirá a mesma forma, inclusive se ambos os termos estiverem contidos em alguma totalidade.

Que não é possível que B esteja contido no todo que contém A, e vice-versa ficará evidente a partir do exame da série de predicados mutuamente exclusivos, pois se nenhum dos termos na série ACD for predicável de qualquer dos termos da série BEF e A estiver inteiramente contido em H – um termo da primeira série –, obviamente B não estará contido em H, pois então a série não seria mutuamente exclusiva. Situação análoga se revelará também se B estiver inteiramente contido em algum outro termo.

Por outro lado, se nem um nem outro estiver inteiramente contido em qualquer termo e A não se aplicar a B, ocorrerá não-aplicação imediata, pois se tiver que existir um termo médio, um dos termos A e B terá que estar inteiramente contido em algum gênero. O silogismo ocorrerá na primeira figura ou na mediana; se

348. Em 72b18-25.

349. ατομως (*atomos*), mas leia-se *imediatamente*.

ocorrer na primeira, será B que estará inteiramente contido em algum gênero (uma vez que a premissa que se relaciona com B tem que ser afirmativa); se ocorrer na figura mediana, será A ou B, indiferentemente, visto que obtemos um silogismo quando a proposição negativa é suposta em conexão com um ou outro deles, ao passo que quando ambas são negativas não haverá silogismo.

Assim evidencia-se que um termo pode não se aplicar *de maneira indivisível*[350] a um outro, e explicamos quando e como isso é possível.

XVI

A ignorância, considerada não num sentido negativo, mas como uma disposição do espírito,[351] é o erro alcançado pelo silogismo. Em proposições que enunciam uma relação imediata afirmativa ou negativa ele surge de duas maneiras: [1] quando supomos diretamente que um termo se aplica ou não se aplica a um outro, e [2] quando chegamos a essa suposição através de um silogismo. O erro resultante da suposição direta é simples, mas o resultante do silogismo assume mais de uma forma. Que A não se aplique de maneira imediata a nenhum B. Então, se deduzirmos, tomando C como o [termo] médio, que A se aplica a B, nosso erro será baseado na dedução (silogismo). É possível que ambas as premissas sejam falsas ou que apenas uma o seja, pois se A não se aplicar a nenhum C e C a nenhum B – e nós supomos o contrário em cada caso –, ambas as premissas serão falsas (é possível para C ser de tal sorte relacionado a A e B de modo a nem se subordinar a A nem aplicar-se universalmente a B, uma vez que B não pode ser contido inteiramente num gênero, por força de termos indicado anteriormente[352] que A é diretamente inapli-

350. *Vide* nota anterior.

351. Ignorância é αγνοια (*agnoia*), palavra cuja raiz é νους (*nous*), espírito, faculdade do pensar, inteligência. Não confundir *agnoia* com *anoia* (ανοια), que pertence à mesma raiz, mas significa ininteligência, estupidez, loucura, desrazão, ausência de inteligência. Formalmente, a *agnoia* pode ser tanto negativa quanto positiva, enquanto a *anoia* é necessariamente negativa. O louco ou obtuso é incapaz de conhecimento porque é destituído da faculdade do pensar, enquanto o ignorante detém a faculdade do pensar, porém não a utiliza ou a utiliza regularmente, mas de modo incorreto, o que o conduz ao erro. É a esta *agnoia* (ignorância) positiva que Aristóteles se refere aqui.

352. Em b29.

cável a B, e A não precisa necessariamente aplicar-se universalmente a todas as coisas, do que resulta serem ambas as premissas falsas). É também possível supor uma única premissa verdadeira, não uma ou outra premissa indiscriminadamente, mas AC (a 80a1 premissa CB será sempre falsa porque B não está contido em nenhum gênero, mas é possível que AC seja verdadeira); por exemplo, se A se aplica de modo indivisível[353] tanto a C quanto a B, pois quando o mesmo termo é imediatamente predicado de mais de um sujeito, nem um nem outro desses termos se aplicarão entre si. Do ponto de vista do resultado, será indiferente a relação [de A com C] não ser imediata.

Assim, a predicação afirmativa errônea surge apenas dessas causas e nessas condições, pois vimos que um silogismo que demonstra a relação afirmativa [universal] não ocorre em nenhuma outra figura.[354] A predicação negativa errônea, porém, ocorre tanto na segunda figura quanto na primeira. Principiemos por indicar sob quantas formas ocorre na primeira figura e como são as premissas relacionadas.

O erro é possível quando ambas as premissas são falsas; por exemplo, se A se aplica imediatamente tanto a C quanto a B, pois se supormos que A não se aplica a nenhum C e que C se aplica a todo B, as premissas serão falsas. [O erro também] é possível quando uma ou outra das premissas, indiferentemente, é falsa, pois é possível que AC seja verdadeira e CB falsa – AC verdadeira porque A não se aplica a tudo e CB falsa porque C não pode se aplicar a B quando A não se aplica a nenhum C, uma vez que a premissa AC não será mais verdadeira e, ademais, se ambas as premissas forem verdadeiras, a conclusão também será verdadeira. Também CB pode ser verdadeira, sendo a outra premissa falsa; por exemplo, se B estiver contido tanto em C quanto em A, já que um destes termos tem que ser subordinado ao outro, de sorte que, se supormos que A não se aplica a nenhum C, a premissa será falsa. Assim, fica evidente que o silogismo será falso quer apenas uma das premissas seja falsa, quer ambas o sejam.

Na figura mediana é impossível que ambas as premissas sejam completamente falsas, pois quando A se aplica a todo B

353. De maneira imediata.

354. Em *Analíticos Anteriores*, Livro I, Capítulos V e VI.

estaremos incapacitados de encontrar qualquer termo que se aplique ao todo de um e ao nenhum do outro, ainda que necessitemos supor as premissas de tal modo que o [termo] médio se aplique a um, mas não o outro termo extremo, se pretendermos que haja um silogismo. Se, então, as premissas assim supostas são falsas, está claro que, uma vez seus contrários sejam supostos, teríamos o resultado inverso. Mas isso é impossível. Todavia, nada impede, do ponto de vista da razão, que ambas as premissas sejam parcialmente falsas; por exemplo, na suposição de que C se aplicasse a algum tanto de A quanto de B, pois se suposto que se aplicasse a todo A e não se aplicasse a nenhum B, ambas as premissas seriam falsas – não *completamente*, contudo, mas *parcialmente*. E, assim, também se a negativa for colocada na outra premissa. [Outro caso] é uma premissa ou outra poder ser isoladamente falsa [por completo], pois aquilo que se aplica a todo A também se aplicará a B e, então, se supormos que C se 80b1 aplica ao todo de A, mas que é inaplicável ao todo de B, CA será verdadeira e CB falsa. Por outro lado, aquilo que não se aplica a nenhum B não se aplicará a todo A, pois caso se aplicasse a A, se aplicaria a B... mas, *ex hypothesi*, não é assim. Então, se supormos que C se aplica ao todo de A, mas não se aplica a nenhum de B, a premissa CB será verdadeira e a outra será falsa. Analogamente, também, quando transpomos a premissa negativa, pois aquilo que não se aplica a nenhum A não se aplicará a qualquer B. Assim, se supormos que C é inaplicável ao todo de A, mas aplicável ao todo de B, a premissa AC será verdadeira e a outra falsa. Agora, é falso supor que aquilo que se aplica a todo B não se aplica a nenhum A, pois se aplica-se a todo B tem também que se aplicar a algum A. Assim, se supormos que C se aplica a todo B, mas não se aplica a nenhum A, CB será verdadeira e CA, falsa.

A conseqüência disso é a evidência de que, no que tange às proposições *indivisíveis*,[355] haverá possibilidade de silogismo errôneo quando ambas as premissas forem falsas e quando apenas uma for falsa.

355. ατομοις (*atomois*): entenda-se *imediatas, sem mediação.*

XVII

Na predicação *não indivisível,*[356] seja afirmativa ou negativa, quando a falsa conclusão é alcançada por meio do termo médio apropriado, não é possível que ambas as premissas sejam falsas, mas apenas a premissa maior. (*Por termo médio apropriado* entendo aquele graças ao qual a conclusão *contraditória*[357] é alcançada). Que A se aplique a B através de C como termo médio. Então, visto que a premissa BC tem quer ser suposta como afirmativa para que produza um silogismo, está claro que tem que ser sempre verdadeira, uma vez que não convertida. Mas AC é falsa, pois é em sua conversão que se produz a conclusão contrária. A situação é análoga se supormos que o termo médio deva ser tomado de uma outra série de predicados; por exemplo, se D está tanto inteiramente contido em A como também predicado de todo B, pois a premissa DB precisa permanecer inalterada enquanto a outra é convertida, de modo que a primeira é sempre verdadeira e a segunda sempre falsa. O erro deste tipo é muito semelhante ao que é deduzido pelo [termo] médio apropriado. Se, entretanto, o silogismo não é produzido por meio do [termo] médio apropriado, quando o termo médio está subordinado a A, mas não se aplica a nenhum B, ambas as premissas são necessariamente falsas, uma vez que têm que ser supostas no sentido contrário se for para se ter um silogismo, e quando são assim supostas, ambas se tornam falsas; por exemplo, se A se aplica ao todo de D, e D não se aplica a nenhum B, pois quando estas proposições forem convertidas haverá um silogismo e ambas as premissas serão falsas. Mas quando o termo médio, digamos D, não estiver subordinado a A, a premissa AD será verdadeira e DB falsa. AD será verdadeira porque D não estava contido em A; DB será falsa porque se tivesse sido verdadeira, a conclusão teria sido verdadeira também, ao passo que é, *ex hypothesi*, falsa.

Quando o erro surge na figura mediana, é impossível que ambas as premissas sejam completamente falsas (pois quando B está subordinado a A, nada pode se aplicar ao todo de um e ao nenhum do outro, como observamos anteriormente[358]), mas é

356. μη ατομως (*me atomos*): entenda-se *não-imediata*.

357. Que, neste caso, é a verdadeira.

358. Em 80a29.

possível que uma seja completamente falsa, e esta uma ou outra indiferentemente, pois quando C se aplica tanto a A quanto a B, se supormos que se aplique a A, mas não se aplique a B, a premissa CA será verdadeira, mas a outra será falsa; no caso de supormos que C se aplica a B, mas não se aplica a A, CB será verdadeira, mas a outra [premissa] será falsa.

Deste modo, indicamos quando e a partir de que tipo de premissas surgirá o erro, se a conclusão errônea for negativa; se afirmativa, quando alcançada através do termo médio apropriado, será impossível que ambas as premissas sejam falsas, uma vez que a premissa CB necessita permanecer inalterada se quisermos um silogismo, como observamos anteriormente.[359] Conseqüentemente, AC será sempre falsa, pois é esta a premissa que apresenta convertibilidade. Analogamente, também, supondo que o termo médio seja tomado de uma outra série de predicados, em consonância com o que asseveramos com referência ao erro negativo, pois é necessário que DB se mantenha inalterada e AD tem que ser convertida, o erro sendo o mesmo de antes. Mas quando a conclusão não é alcançada através do termo médio apropriado, se D está subordinado a A, essa premissa será verdadeira e a outra falsa, uma vez que A pode se aplicar a dois ou mais termos que não estejam subordinados entre si. Mas se D não está subordinado a A, fica claro que essa premissa será sempre falsa (uma vez que é suposta como afirmativa), enquanto DB pode ser verdadeira ou falsa, pois nada impede que A não se aplique a nenhum D e D se aplique a todo B (como, a título de exemplo, *animal* não se aplica a nenhuma *ciência*, mas *ciência* se aplica a toda música), nem que A não se aplique a nenhum D, e D a nenhum B. {Assim, evidencia-se que, quando o termo médio não está subordinado a A, não só ambas as premissas como também uma ou outra, indiferentemente, podem ser falsas.}[360]

Assim, fica evidente de quantas formas e por meio de qual tipo de premissas é possível ocorrer o erro silogístico tanto na predicação imediata quanto na predicação demonstrativa.

359. Em 80b23.

360. { } Este trecho é considerado suspeito por Bekker. Já Filópono o descartava. Ross o elimina. Jonathan Barnes, traduzindo o texto de Ross, o retém, mas indica a ação de Ross. H. Tredennick vai mais além e o julga um provável aditamento infeliz de algum editor antigo da obra de Aristóteles.

XVIII

É visível também que caso se perca alguma faculdade sensorial, algum conhecimento se perderá necessária e irrevogavelmente com ela, uma vez que aprendemos por indução ou por demonstração. Ora, a demonstração procede dos universais, e a indução dos particulares. Entretanto, é impossível ter uma visão dos universais, salvo por meio da indução (visto que mesmo o que chamamos de abstrações só podem ser apreendidas via indução, porque embora não sejam dissociáveis, algumas delas são inerentes a classes particulares de objetos, na medida em que cada classe possui uma natureza definida) – e estamos impossibilitados de utilizar a indução se nos faltar a percepção sensorial, uma vez que é a percepção sensorial que apreende os particulares. É impossível conquistar conhecimento científico dos [objetos] particulares, uma vez que nem podem ser apreendidos a partir dos universais sem indução, nem através da indução separadamente da percepção sensorial.

XIX

Todo silogismo é produzido por meio de três termos. Um tipo de silogismo serve para demonstrar que A se aplica a C porque A se aplica a B e B a C; outro é o silogismo negativo, que tem como uma das premissas a predicação afirmativa e como a outra a [predicação] negativa de um termo em relação ao outro. Fica evidente, assim, que temos aqui os princípios e as chamadas hipóteses [do silogismo], pois é supondo-os desta forma que cabe a cada um realizar a sua demonstração, por exemplo que A se aplica por meio de B a C e, por outro lado, que A se aplica a B através de algum outro termo como médio, e, analogamente, que B se aplica a C. Ora, se argumentamos visando a plausibilidade, isto é, apenas dialeticamente, está claro que bastará considerar se a conclusão procede de premissas que contem com o máximo possível de aceitação, de modo que embora um dado termo não seja realmente o [temo] médio entre A e B, contanto que seja aceito como tal, se deduzirmos através dele, o silogismo se mostrará dialeticamente correto. Mas se nosso objetivo é a verdade, temos que basear nossa investigação em fatos. Ora, a situação é a seguinte: há termos que são predicáveis de alguma coisa mais não acidentalmente (por *acidentalmente* quero dizer – como por vezes dizemos – "aquela coisa branca é um homem", o que não é o mesmo que dizer "o homem é branco", uma vez que um homem não é uma coisa branca porque *ele é alguma coisa mais*, mas *a coisa branca é um homem porque o homem é branco acidentalmente*); algumas coisas, assim, são tais que são por força de sua própria natureza, predicáveis. Que C seja tal que não se aplique adicionalmente a qualquer outro termo, mas que B se aplique diretamente a C, não havendo nenhum outro termo intermediário entre eles. Por outro lado, que E se aplique da mesma forma a F, e F a B. Haverá, então, qualquer limite necessário para essa série ou é possível que prossiga infinitamente? E, também, se nada é de si mesmo predicável de A, mas A se aplica diretamente a H e a nenhum termo intermediário primeiramente, e H se aplica a G e G a B, deverá esta série, igualmente, atingir um fim, ou é possível que prossiga infinitamente? Esta última questão difere da primeira em que a primeira indaga: "É possível, se partirmos de um termo tal que não se aplica a nada mais, mas que alguma coisa mais a ele se aplique, prosseguir infinitamente na direção ascendente?", enquanto a última indaga se, caso partamos de um termo tal que seja ele próprio predicável de alguma coisa mais, mas nada seja dele predicável, é possível prosseguir infinitamente na direção descendente. Ademais, podem os termos intermediários ser em número indefinido quando os extremos são definidos? Quero dizer, por exemplo, se A se aplica a C, e B é seu termo médio, e outros termos são predicáveis de B e A e, adicionalmente, outros termos são predicáveis destes últimos, podem estes, também, prosseguir infinitamente ou é isto impossível? Indagar isso é o mesmo que indagar se as demonstrações formam uma série infinita, isto é, se há uma demonstração de tudo ou os extremos são limitados um em relação ao outro. Ocorre algo análogo quanto aos silogismos e premissas negativos – por exemplo, se A não se aplica a nenhum B, ou o faz diretamente ou há algum termo intermediário, digamos G, ao qual ele não se aplica em primeiro lugar, mas que se aplica a todo B e, ainda, algum outro termo anterior a G, digamos H, ao que A não se aplica, mas que se aplica a todo G. Neste caso, também, *ou* os termos intermediários aos quais A está mais diretamente relacionado na predicação apresentam número infinito, *ou* a série tem um limite.

Se, entretanto, as premissas forem convertíveis, as condições não serão idênticas. Onde os termos são reciprocamente predicáveis, não há nada de que um outro seja predicado em primeira ou última instância, uma vez que, neste aspecto, todos estão analogamente relacionados, quer os termos predicados do sujeito tenham número infinito, quer as classes acerca das quais expressamos incerteza sejam em número infinito. A única exceção é se os termos não forem convertíveis da mesma maneira, mas um deles apenas acidentalmente e o outro como um predicado verdadeiro.

XX

É óbvio que os termos intermediários não podem apresentar número infinito, se houver um limite ascendente e um limite descendente para a predicação (por *ascendente* entendo na direção do universal e por *descendente* naquela do particular), pois se quando A for predicado de F, os termos intermediários (os Bs) forem em número infinito, está claro que seria possível que ambos partissem de A para predicar um termo de um outro na direção descendente infinitamente (uma vez que os termos intermediários antes de atingir F são em número infinito), e que partissem de F para predicação *ad infinitum* na direção ascendente, antes que se atinja A. Assim, se estes resultados são impossíveis, também é impossível que haja infinitamente muitos termos intermediários entre A e F. Tampouco afetará esta situação supor que se diga que alguns dos termos da série AB...F são contíguos, de modo a impossibilitar a presença de intermediários entre eles, e que outros estão totalmente impossibilitados de ser apreendidos, pois seja qual for o B que tomemos, os intermediários na direção de A ou F serão em número infinito ou não. Não faz diferença onde a série infinita se inicia primeiramente, se imediatamente ou não. O resto dos termos é em número infinito.

XXI

Se houver um limite à série em ambas as direções na demonstração afirmativa, haverá evidentemente um limite também na demonstração negativa. Que seja impossível proceder *ad infinitum*, quer ascendentemente, a partir do último termo (por

82b1 *último termo* entendo aquele que não se aplica a nenhum outro termo, ao passo que algum outro termo, digamos F, a ele se aplica), quer a partir do primeiro termo rumo ao último (por *primeiro termo* entendo aquele que é predicável de um outro, mas não tem nenhum outro termo dele predicado). Uma vez presentes tais condições, haverá um limite também na negação. Há três maneiras nas quais é possível demonstrar que um termo não se aplica a um outro: [1] B se aplica a tudo aquilo a que C se aplica, mas A a nada daquilo a que B se aplica. Ora, na premissa BC – e geralmente na premissa menor – é mister que alcancemos proposições imediatas, porque essa premissa é afirmativa. Quanto ao outro termo, está claro que, se inaplicável a um outro termo anterior, digamos D, esse termo terá que se aplicar a todo B. Por outro lado, se for inaplicável a um outro termo anterior a D, esse termo terá que se aplicar a todo D. *Assim, uma vez que o processo ascendente [afirmativo] é limitado, o processo [negativo] rumo a A será também limitado*[361] e haverá algum primeiro termo ao qual A não se aplica.

[2] Se B se aplica a todo A, mas não se aplica a nenhum C, A não se aplica a nenhum C. Caso se requeira demonstrar isso, está claro que a demonstração será através da maneira descrita anteriormente, através da presente maneira ou através da terceira.[362] A primeira já foi indicada. A segunda será indicada agora. A demonstração é como se segue: D se aplica a todo B, mas não se aplica a nenhum C (uma vez que algum predicado tem que se aplicar a B). Por outro lado, visto que não é para D se aplicar a C, algum outro termo que não se aplica a C se aplica a D. Assim, como a série afirmativa de predicação é limitada na direção ascendente, a série negativa também o será.

[3] A terceira maneira é, como vimos: se A se aplica e C não se aplica a todo B, C não se aplica a tudo aquilo a que A se aplica. Isso também pode ser demonstrado mediante as maneiras supracitadas ou mediante uma similar. No primeiro caso, a série é claramente limitada; no último, suporemos desta vez que B se aplica a E, a não tudo aquilo a que se aplica C, o que novamente será demonstrado analogamente. Como supomos que

361. Esta passagem (em *itálico*) é objeto de polêmica entre os helenistas. Neste caso específico nos aproximamos de Ross na medida em que nos distanciamos de Bekker.

362. Ou seja, através da primeira figura, da mediana ou da última.

há um limite descendente também, está claro que haverá um limite para a não predicação de C.

É evidente que mesmo se a demonstração não fosse efetuada através de um método,[363] mas de todas os três – ora pela primeira figura, ora pela segunda ou terceira –, ainda assim a série será limitada, uma vez que os métodos[364] são em número finito e o produto de um número finito de coisas tomadas num número finito de maneiras tem sempre que ser finito.

Assim, fica claro que há um limite à série de predicação negativa, caso haja também um limite na predicação afirmativa. Haver um no último caso ficará aparente à luz do argumento *lógico*.[365]

XXII

No que respeita a predicados que formam parte da essência, fica patente que há um limite, uma vez que se a definição é possível, ou seja, se a essência é cognoscível e as coisas em número infinito são inesgotáveis, os predicados que constituem parte da essência têm que ser em número limitado. Mas podemos tratar da questão em termos gerais como se segue. É possível enunciar verdadeiramente "a [coisa] branca caminha" e "aquela coisa grande é madeira" e, também, "a tora é grande" e "o homem caminha". As duas últimas proposições são completamente diferentes das duas primeiras. Quando digo "a coisa branca é madeira", quero dizer que o sujeito do qual a brancura é um acidente *é madeira*, não que a brancura é o substrato a que é inerente a madeira, pois não foi *enquanto branca* ou *enquanto um tipo particular de branco* que a coisa branca se tornou madeira e, assim, é madeira apenas acidentalmente. Mas quando digo "a madeira é branca", não quero dizer que alguma coisa mais é branca e que é um acidente dessa alguma coisa mais *ser madeira*, como quando digo "o músico[366] é branco",

363. οδω (*odo*), mas entenda-se *figura*.

364. οδοι (*odoi*), mas entenda-se *figuras*.

365. λογικως (*logikos*), mas o Estagirita alude ao que entendemos por *dialético*. W. D. Ross suprime aqui esta adjetivação específica. Como no geral, preferimos o texto de Bekker.

366. μουσικω (*mousiko*), ou, indiscriminadamente, o instruído, o indivíduo instruído.

pois, então, quero dizer que o homem, do qual constitui um acidente ser músico, é branco; mas a madeira é o *substrato*[367] que realmente se tornou branca, não *enquanto* alguma coisa mais, mas *enquanto* madeira em geral ou uma tora particular. Assim, se tivermos que formular uma regra geral, designemos este último tipo de asserção como *predicação*, e o primeiro ou como *não-predicação* ou como *predicação não propriamente dita*, porém como *predicação acidental*. O predicado no exemplo corresponde a *branco* e o sujeito a *madeira*. Suponhamos, então, que o predicado se predica do sujeito não acidentalmente, mas sempre inqualificadamente,[368] pois é como se conduzem as demonstrações. Então, quando um termo é predicado de um outro, aquele que é predicado é ou parte da essência[369] ou qualidade, quantidade, relação, ação, paixão, espaço ou tempo.

Ademais, predicados que denotam a essência[370] indicam que o sujeito é idêntico ao predicado ou a alguma parte deste. Contudo, aqueles que não a denotam, mas que são afirmados de algum outro sujeito, o qual não é idêntico nem ao predicado nem a alguma parte deste, indicam acidentes, como, por exemplo, *branco* é predicado (afirmado) de *homem* – *homem* não sendo idêntico nem a *branco* nem a alguma forma particular de *branco*; mas ele é presumivelmente um *animal*, uma vez que o *homem* é idêntico a um tipo particular de *animal*. Predicados que não denotam essência (substância) se predicam necessariamente de algum sujeito – não é possível que uma coisa seja branca antes de ser *alguma coisa diferente* antes.[371] As *Formas* podem ser descartadas: não passam de ingenuidades[372] e, mes-

367. ...το υποκειμενον (*to üpokeimenon*), o que funciona como fundamento, aquilo que serve de base.

368. Ou seja, a predicação propriamente dita.

369. εν τω τι εστιν (*en to ti estin*), daquilo que é – Aristóteles se refere a *ousia* (substância), a primeira das Categorias.

370. Ουσια (*ousia*), melhor traduzido por *substância*, por uma questão de rigor ou uniformização terminológica, já que a alusão é especificamente à Categoria.

371. Ou: *não há qualquer coisa branca que seja branca sem ser outra coisa que não a coisa branca.*

372. τερετισματα (*teretismata*), literalmente *acordes* ou *sons* que imitam o gorjeio dos pássaros. Aristóteles é irônico ao utilizar uma sutil figura de linguagem para referir-se à teoria das Formas de Platão. Do ponto de vista do Estagirita, a doutrina gnosiológica platônica colocara, por assim dizer, "o mundo de pernas para o ar" ao atribuir substância e realidade às Idéias e fazer do mundo sensível precisamente o mundo inconsistente e insubstancial dos simulacros.

mo se existissem, seriam irrelevantes, uma vez que as demonstrações dizem respeito somente aos predicados tal como os descrevemos.

Ademais, se não é possível tanto para *isto* ser uma qualidade *daquilo* quanto *vice-versa*, isto é, se não pode haver uma qualidade de uma qualidade, *isto* e *aquilo* não podem ser predicados reciprocamente da forma que estabelecemos. Pode ser verdadeiro predicar um do outro, mas a proposição de reciprocidade não pode ser verdadeira, pois o predicado pode ser enunciado como
83b1 substância, ou seja, o gênero ou diferença do sujeito. (Foi demonstrado que a predicação deste tipo não pode proceder *ad infinitum*, quer de modo ascendente ou descendente; por exemplo, o homem é bípede, o bípede é animal, o animal é alguma coisa diferente; ou animal é predicado (afirmado) de homem, homem de Cálias, e Cálias de alguma coisa mais que seja parte da essência – pois toda substância desse tipo é definível, porém é impossível esgotar pelo pensamento uma série infinita. Conseqüentemente, não é possível que a série seja infinita em sentido ascendente ou descendente, pois não podemos definir uma substância da qual é predicado um número infinito de termos.) E, portanto, não podem ser predicados como gêneros um do outro, pois neste caso uma coisa seria idêntica a uma porção particular de si mesma. Tampouco pode qualquer coisa ser predicada em reciprocidade da qualidade ou qualquer uma das demais categorias, salvo acidentalmente, pois todas estas são atributos e predicáveis somente de substâncias. Quanto à demonstração de que a série não será infinita na direção ascendente, a cada estágio o predicado denota qualidade ou quantidade ou das outras categorias, ou ainda os elementos da substância. Mas estes apresentam número limitado, ocorrendo o mesmo com os tipos de categorias, a saber, qualidade, quantidade, relação, ação, paixão, espaço e tempo.[373]

Ficou estabelecido que na predicação um predicado é afirmado de um sujeito e que os predicados (exceto os que denotam a essência) não se predicam um do outro. São todos predicados acidentais, alguns *per se* e outros num sentido diferente,

373. As categorias da *posição* e do *estado* não são indicadas, possivelmente porque a distinção entre predicados essenciais e predicados acidentais não as envolve. Ver *Categorias*, 1b25.

mas ainda assim sustentamos que são todos predicados de algum sujeito, enquanto um predicado acidental não é um tipo de sujeito, uma vez que não consideramos como tal nada que não seja alguma coisa mais distinta da proposição que é feita acerca dela, mas é meramente afirmada de algum outro termo, enquanto outros atributos são predicados de um diferente sujeito. Segue-se que a asserção de um predicado singular de um sujeito singular não pode formar uma série infinita ascendente ou descendente, pois os sujeitos dos quais são afirmados os acidentes não são outros senão aqueles contidos na substância individual, e estes não são em número infinito, ao passo que na direção ascendente temos esses sujeitos e seus acidentes, uns e outros em número limitado. Por conseguinte, há forçosamente algum sujeito do qual alguma coisa é predicada primeiramente, e alguma coisa mais necessita ser predicada desta, e a série tem que ser finita, isto é, deve haver um termo que não é predicado de qualquer outro termo anterior a ele, e do qual nenhum outro termo anterior é predicado.

Esta é uma primeira modalidade de demonstração, porém há também uma outra. Predicados de cujos sujeitos outros predicados anteriores podem ser predicados são demonstráveis e não é possível encontrar-se em melhor relação do que naquela do conhecimento com qualquer coisa que seja demonstrável e tampouco conhecê-la à parte da demonstração. Ademais, se uma coisa é cognoscível através de certas outras coisas e desconhecemos estas últimas ou nos colocamos numa melhor relação com elas do que na do conhecimento, não teremos conhecimento científico do que é cognoscível através delas. Se, então, é possível conhecer uma coisa pura e simplesmente através de demonstração, e não como uma conseqüência qualificada ou hipotética, a série de predicações intermediárias terá que apre-
84a1 sentar um limite. Se não houver limite, e houver sempre alguma coisa acima do último termo tomado, tudo será demonstrável. E, portanto, como é impossível transpor o numericamente infinito, por meio da demonstração não conheceremos aqueles predicados que são demonstráveis. Conseqüentemente, se ao mesmo tempo não nos colocamos numa melhor relação com eles do que naquela do conhecimento, não será possível possuir conhecimento científico de qualquer coisa pura e simplesmente através da demonstração, mas somente hipoteticamente.

Poder-se-ia convencer-se logicamente[374] da verdade de nossas assertivas com base na discussão que acabamos de empreender. Entretanto, pelo método analítico é possível apreender mais prontamente, com base nos argumentos que se seguem, que não pode haver – quer na direção ascendente, quer na descendente – uma série infinita de predicados no âmbito das ciências demonstrativas, que constituem o assunto de nossa investigação.

A demonstração concerne aos predicados essenciais das coisas. É em dois sentidos que os predicados podem ser essenciais: [1] porque são inerentes à essência de seus sujeitos ou [2] porque seus sujeitos são inerentes à essência deles. Um exemplo de [2] é a relação de *ímpar* com número; *ímpar* é um predicado de número e o próprio número é inerente à definição de *ímpar*; por outro lado, como exemplo de [1], a pluralidade ou divisibilidade é inerente à definição de número. Nem um nem outro destes processos de predicação pode proceder *ad infinitum*. A série não pode ser infinita quando a relação é a de *ímpar* com *número*, pois neste caso, *ímpar*, por sua vez, teria um outro predicado ao qual *ímpar* fosse inerente, e se assim for, *número* terá, em última instância, que ser inerente aos muitos *ímpares* que são seus predicados. Assim, uma vez que um número infinito de tais predicados é inaplicável a um sujeito singular, a série não será, tampouco, infinita na direção ascendente. Na verdade, todos esses predicados devem, assim, ser inerentes ao sujeito primário – os predicados de número no número e o número neles – de modo a serem conversíveis com ele e não o ultrapassarem. Nem são, igualmente, em número infinito os predicados inerentes à essência de seu sujeito, já que, se o fossem, a definição seria impossível. Assim, se todos os predicados se predicam como essenciais, e como tais não podem ser em número infinito, a série ascendente terá que ter um limite e, portanto, o terá também a descendente.

Se assim é, os intermediários entre dois termos quaisquer têm que ser sempre em número finito[375] e, sendo assim, patenteia-se imediatamente a necessidade de princípios de demonstração e que a opinião de que tudo é demonstrável (que apontamos no início[376] como defendida por alguns) é falsa, pois havendo princípios, [1] nem tudo é demonstrável e [2] a demonstração não pode constituir uma série infinita porque a rejeição de uma ou outra conseqüência acarreta de imediato que nenhuma premissa é imediata e indivisível, sendo todas divisíveis, pois é pela adição de um termo internamente, e não externamente, que uma proposição é demonstrada. Assim, se o processo de demonstração pudesse prosseguir *ad infinitum*, seria possível haver um número infinito de [termos] médios entre dois termos. Isso, contudo, é impossível se a série de predicações
84b1 apresentar um limite superior e um inferior. Que ela apresenta tais limites foi demonstrado nas páginas anteriores logicamente[377] e acabamos de demonstrar analiticamente.

374. Λογικως (*logikos*), mas leia-se *dialeticamente*.
375. Ver Capítulo XX.
376. Em 72b6.

XXIII

Uma vez estabelecido isso, evidencia-se que se o mesmo predicado se aplica a dois sujeitos, por exemplo, se A se aplica tanto a C quanto a D, os quais não são predicáveis reciprocamente – ao menos não universalmente –, esta aplicação do predicado nem sempre será devido a uma característica comum. Por exemplo, "ter a soma de seus ângulos igual a dois ângulos retos" é aplicável em virtude de uma característica comum ao triângulo isósceles e ao escaleno – pertence a cada um deles *enquanto* um tipo particular de figura e não *enquanto* diferentes. Mas nem sempre é assim. Que B corresponda à característica devido à qual A se aplica a C e D. Então, claramente, B também se aplica a C e D, em virtude de alguma outra característica e esta, por seu turno, em virtude de uma outra, de sorte que um número infinito de termos será interpolado entre os dois originais. Mas isso é impossível. Assim, no caso da forçosa presença de premissas imediatas, não será necessariamente em virtude de alguma característica comum que o mesmo predicado se aplicará a mais de um sujeito. Se, todavia, trata-se de demonstrar o caráter comum de um predicado essencial, os termos [médios] terão que pertencer ao mesmo gênero e [as premissas] derivadas das mesmas premissas imediatas, pois vimos que, ao demonstrar proposições, não podemos passar de um gênero para outro.[378]

377. Leia-se *dialeticamente*.
378. No Capítulo VII.

É evidente também que, quando A se aplica a B, se houver um termo médio, é possível demonstrar que A se aplica a B e os elementos desta demonstração *são idênticos aos termos médios,*[379] ou melhor, os mesmos, no que respeita ao número, pois são as premissas imediatas (todas ou as que são universais) que são elementos. Se não houver termo médio, a demonstração será impossível, com o que nos voltamos para os princípios. Analogamente, também, se A não se aplica a B, se houver ou um [termo] médio ou um termo anterior ao qual A não se aplica, a demonstração será possível (de outra maneira, não é, uma vez que estamos diante de um princípio) e haverá a mesma quantidade de elementos que há de [termos] médios, pois são as premissas que os contêm que constituem os princípios da demonstração. Tal como há algumas premissas indemonstráveis, por força de *isto* ser *aquilo* ou *isto* aplicar-se *àquilo*, do mesmo modo há outras, por força de *isto* não ser *aquilo* ou não se aplicar *àquilo*, de forma que algumas serão princípios produtores de uma afirmativa e outras produtores de uma proposição negativa.

Quando, entretanto, requer-se a demonstração, temos que supor [como termo médio] o predicado imediato de B. Que este corresponda a C e que D, analogamente, seja predicado (afirmado) de C. Se continuamos este processo, jamais temos como suposto em nossa demonstração uma premissa ou um predicado que esteja fora de A, mas permanecemos preenchendo o espaço intermediário até que os intervalos sejam indivisíveis ou unitários, e dispomos de uma unidade quando a premissa é imediata. Somente premissa imediata é una em acepção estrita. Tal como em todos os outros gêneros, o padrão básico é algo simples, mas não é o mesmo em todos os casos, no peso sendo a mina, na melodia o semitom e assim por diante em cada gênero; no silogismo, a unidade é a premissa imediata, ao passo que, na de-
85a1 monstração e conhecimento, é a inteligência.

Nos silogismos afirmativos, portanto, nada fica fora do predicado. Nos silogismos negativos da primeira figura nada fica fora do termo cuja predicação se requer que seja demonstrada; por exemplo, supondo que se requeira ser demonstrado por meio de C que A não se aplica a B (sendo as premissas C se aplica a todo B e A não se aplica a nenhum C); se, diferentemente, se requer demonstrar que A não se aplica a nenhum C, um termo médio terá que ser suposto entre A e C e o processo progredirá desta forma. Se, entretanto, requer-se demonstrar que D não se aplica a E porque C se aplica a todo D, porém a nenhum {ou não a todo}[380] E, os termos adicionais jamais ficarão fora de E, isto é, o sujeito ao qual se requer que o predicado {não}[381] se aplique. No terceiro *modo*[382] os termos adicionais jamais procederão além do sujeito ou do predicado da exigida conclusão negativa.

379. Ross ignora o trecho em *itálico*.

XXIV

Como a demonstração pode ser universal ou particular e afirmativa ou negativa, é discutível qual seja a melhor. O mesmo se diga no que toca às chamadas demonstração ostensiva e *reductio ad impossibile*. Comecemos por examinar a demonstração universal e a particular. Esclarecida esta questão, nos ocuparemos da demonstração ostensiva e da *reductio ad impossibile*.

Alguns, visualizando a questão da maneira que expomos na imediata seqüência, poderiam supor ser a demonstração particular, superior. Se o método superior de demonstração é aquele mediante o qual conquistamos mais conhecimento (porquanto é este o mérito distintivo da demonstração) e dispomos de mais conhecimento de uma coisa particular quando a reconhecemos em virtude de si mesma, do que quando o fazemos em virtude de alguma coisa mais (como, por exemplo, temos mais conhecimento do *instruído Corisco*[383] quando sabemos que Corisco é instruído, do que quando nos limitamos a saber que o homem é instruído e, analogamente, em todos os demais casos), enquanto

380. { } Esta alternância é suprimida no texto de Ross.

381. Este *não* é certamente uma interpolação, considerada cabível e até necessária na opinião de muitos helenistas. Bekker o inclui restritivamente entre colchetes. Ross o ignora. A cadeia de raciocínios de Aristóteles parece justificá-lo.

382. τριτου τροπου (*tritou tropou*): há quem traduza aqui *figura* e não *modo* (ou seja, cada uma das formas que o raciocínio silogístico pode assumir [em qualquer das três figuras], conforme a variação das proposições que o compõem do ponto de vista da quantidade e da qualidade). Parece-nos equivocado, pois embora Aristóteles não use exclusivamente a palavra σχημα (*schema*) para *figura*, fazendo uso por vezes de *tropos*, o contexto específico aqui aponta para o conceito de *modo* e não para aquele de *figura*. É o que pensam, a propósito, W. D. Ross e H. Tredennick.

383. Corisco de Cépsis, amigo de Aristóteles.

a demonstração universal nos informa que *alguma coisa mais* – não que a coisa particular – possui um dado predicado (por exemplo, não nos informa que um triângulo isósceles possui um dado predicado porque é isósceles, mas porque é um triângulo), a demonstração particular informa que *a coisa particular* o possui – se, então, a melhor demonstração é a que nos informa de alguma coisa em virtude de si mesma, e a demonstração particular é mais desta natureza do que a demonstração universal, então a [demonstração] particular será superior à universal. Ademais, se o universal não existe à parte dos particulares e a demonstração produz em nós uma crença de que há alguma coisa dessa natureza, em virtude da qual a demonstração procede, e que esta é inerente às coisas como uma característica definida (por exemplo, as características do triângulo, da figura e do número à parte dos triângulos, figuras e números particulares), e se a demonstração que se ocupa *do ser,*[384] e é infalível, for superior àquela que trata do *não-ser,*[385] e é falível, e se a demonstração universal for deste último tipo (uma vez que é procedendo desta forma que *eles*[386] ensaiam demonstrações como aquela que assevera que uma proporcional é qualquer coisa que tenha uma certa característica definida e que não é nem uma linha, nem um número, nem um sólido, nem um plano, mas algo distinto destes) –, se, então, este tipo de demonstração se acha mais próximo da demonstração universal e trata menos do *ser* do que a demonstração particular e produz a falsa opinião, a demonstração universal será inferior à particular.

A rigor, contudo, o primeiro destes argumentos[387] não se aplica mais à demonstração universal do que à particular. Se o predicado *de ter a soma de seus ângulos internos igual a dois ângulos retos* pertence a uma figura não *enquanto* isósceles, mas *enquanto* triângulo, o homem que sabe que a figura possui esse predicado porque é isósceles *sabe menos* sobre a razão essencial

384. περι οντος (*peri ontos*): do *existente*, do *que existe*. As distinções entre *ser* e *existência* e entre *ser* e *ente* (introduzidas por Heidegger) não são cogitadas explicitamente no pensamento grego.

385. μη οντος (*me ontos*): não-existente.

386. Impossível saber a quem exatamente Aristóteles alude. Provavelmente aos matemáticos ou "filósofos" de viés matematizante da Academia pós-Platão, entre eles o próprio Espeusipo, e/ou aos discípulos de Eudoxo.

387. Qual seja, o primeiro dos dois argumentos que sustentam a superioridade da demonstração particular em relação à universal.

para o fato do que aquele que sabe que é assim porque a figura é um triângulo. E, em geral, se no caso de um predicado não se aplicar a um dado sujeito *enquanto* triângulo, ainda que o predicado seja demonstrado desse sujeito, isso não será uma demonstração; mas se [o predicado] aplicar-se ao sujeito (*enquanto* triângulo), então terá maior conhecimento quem souber que um dado predicado se aplica a um dado sujeito como tal. Assim, se *triângulo* for o termo mais lato e detiver um significado unívoco, o termo triângulo não sendo equívoco,[388] e se o predicado de ter a soma de seus ângulos interiores igual a dois ângulos retos aplicar-se a todo triângulo, então será o isósceles *enquanto* triângulo e não o triângulo *enquanto* isósceles que possuirá esses ângulos. Assim, o homem que conhece o universal possui mais conhecimento do que aquele que conhece o particular e, conseqüentemente, a demonstração universal é superior à particular. [No tocante ao segundo argumento], se o significado for unívoco e o termo universal não for meramente equívoco, ele não será menos, porém mais efetivamente existente do que alguns dos particulares, na medida em que universais compreendem o incorruptível, ao passo que os particulares tendem, ao contrário, a ser corruptíveis. Ademais, é desnecessário supor que o universal seja alguma coisa separada dos particulares, simplesmente porque apresenta uma denotação singular – não mais do que aquilo que concerne ao que denota não substância, mas qualidade,[389] relação ou ação. Se tal suposição é feita, não cabe à demonstração a falta, mas sim ao ouvinte.

Há também o argumento de que a demonstração é um silogismo probatório da causa e da explicação [do fato]; ora, o universal tem mais a ver com a natureza de uma causa, uma vez que um sujeito que possui um predicado *per se é* ele mesmo a causa de sua própria posse de tal predicado; ademais, o universal é primário. A conclusão é ser o universal a causa e, portanto, a demonstração universal é superior porque é mais adequadamente probatória da causa e explicação [do fato].

Por outro lado, cessamos a nossa indagação do porquê e supomos conhecê-lo ao alcançarmos um fato cujo *vir a ser* ou *ser*

388. Ou seja, não apresentando homonímia.

389. Bekker não inclui aqui a categoria da quantidade [ποσον (*poson*)], que, entretanto, é registrada em outros textos dos *Analíticos Posteriores*.

não depende de qualquer outro fato, uma vez que a última etapa de uma investigação por meio desse método é *ipso facto* o fim e o termo; por exemplo, "Por que ele veio?" – para apanhar o dinheiro, e este, para pagar o que deve, e isso, por seu turno, para não cometer uma desonestidade. Quando, ao progredirmos por este caminho, alcançamos uma causa que nem depende de qualquer outra coisa nem tem qualquer outra coisa como seu objeto, dizemos que este é o fim para o qual alguém veio, para o qual alguém existe ou passou a existir – é, então, que dizemos que compreendemos o mais cabalmente por que alguém veio. Se, então, o mesmo princípio se aplica a todas as causas e porquês [dos fatos], e se nosso conhecimento de todas as causas finais se apresenta o mais completo sob as condições que acabamos de expor, então, em todos os outros casos, também, nosso conhecimento será o mais completo quando alcançamos um fato que não mais depende de qualquer outro fato. Assim, quando reconhecemos que a soma dos ângulos externos de uma figura é igual a quatro ângulos retos porque a figura é isósceles, ainda persistirá a razão por que é a figura isósceles, a
86a1 saber, que é um triângulo, e isto porque é uma figura retilínea. Se esta razão não depende de nada mais, o nosso conhecimento está agora completo, além do que é, agora, universal. Conseqüentemente, o conhecimento universal é superior.

Que se acresça que quanto mais uma demonstração é particular, mais tende a cair no infinito, ao passo que a demonstração universal tende para o simples e finito; ora, causas *enquanto* infinitas não são cognoscíveis, ao passo que *enquanto* finitas são cognoscíveis. Por conseguinte, as causas são mais cognoscíveis *enquanto* universais do que *enquanto* particulares, do que se conclui que as causas universais são mais suscetíveis de demonstração. A demonstração de coisas mais suscetíveis de demonstração é demonstração num sentido mais verdadeiro, pois correlativos variam simultaneamente em grau. Por conseguinte, a demonstração universal é superior na medida em que é demonstração num sentido mais verdadeiro.

Ademais, o tipo de demonstração pelo qual se conhece um dado fato e um fato adicional é preferível àquele pelo qual se conhece apenas o fato apresentado. Mas quem possui conhecimento universal conhece também a causa particular, ao passo que aquele que possui somente conhecimento particular desconhece a causa universal. Por conseguinte, igualmente neste aspecto, a demonstração universal é preferível.

E ainda desponta o argumento que se segue. A demonstração do fato mais universal consiste em demonstrar por meio de um [termo] médio que se acha mais próximo do princípio. Ora, o que se encontra mais próximo do princípio é a premissa imediata, isto é, o próprio princípio. Se, então, a demonstração a partir do princípio é mais exata do que a demonstração que não parte do princípio, a primeira (a que está mais próxima do princípio) é mais exata do que a segunda (a que se encontra menos próxima dele). Ora, é a demonstração universal a que mais se enquadra nessa natureza, com o que se conclui que a demonstração universal é superior. Por exemplo, suponhamos que se requer demonstrar A de D, sendo os termos médios B e C. B é o termo superior e, assim, a demonstração por meio de B é mais universal.

Alguns dos argumentos que acabamos de expor são, todavia, meramente *dialéticos*.[390] A indicação mais clara de que a demonstração universal é superior é que quando compreendemos a primeira das duas premissas, num certo sentido dispomos de conhecimento também da segunda e a compreendemos do ponto de vista de sua potência. Exemplifiquemos: se qualquer pessoa sabe que todo triângulo tem a soma de seus ângulos internos igual a dois ângulos retos, também saberá, num certo sentido (isto é, potencialmente), que a soma dos ângulos internos de um triângulo *isósceles* é igual a dois ângulos retos, ainda que não saiba que isósceles é um triângulo. Mas a pessoa que compreende a segunda premissa não conhece em sentido algum o fato universal, quer em potência, quer em ato. Ademais, a demonstração universal é inteligível, ao passo que a particular finda na percepção sensorial.

XXV

O que se acabou de expor basta para mostrar que a demonstração universal é superior à particular. Que a demonstração

390. λογικα (*logika*). Sempre implícita a distinção gnosiológica entre o dialético (domínio da persuasão e da opinião ou crença) e o científico [επιστημων (*epistemon*)] (domínio da verdade).

afirmativa é superior à negativa se esclarecerá mediante o argumento que se segue. É possível supor-se que, uma vez diante de condições idênticas, será superior às restantes a forma de demonstração que depender de menos postulados, hipóteses ou premissas, pois supondo que são igualmente bem conhecidas, quando são em menor número o conhecimento será atingido mais celeremente, resultado que deve ser preferido. O argumento de que a demonstração com base em menos premissas é superior pode ser estabelecido universalmente da maneira que se segue. Na suposição de que igualmente em ambos os casos os termos médios são conhecidos e que os termos médios são melhor conhecidos na medida em que são anteriores, suponhamos a demonstração de que A se aplica a E, num caso, por meio dos termos médios B, C e D e, num outro, por meio de F e G. Então a proposição segundo a qual A se aplica a D será igualmente evidente à proposição [do segundo caso] de que A se aplica a E. Mas a proposição de que A se aplica a D é anterior e mais cognoscível do que a proposição [do primeiro caso] de que A se aplica a E, uma vez que esta última é demonstrada pela primeira e o meio de demonstração é mais certo do que a coisa demonstrada. Portanto, a demonstração que procede de menos premissas é superior a qualquer outra conduzida nas mesmas condições. Ora, tanto a demonstração afirmativa quanto a negativa se constituem através de três termos e duas premissas, mas enquanto a primeira supõe que *alguma coisa é*, a segunda supõe tanto que *alguma coisa é* quanto que *alguma coisa não é*, ou seja, procede de mais premissas, sendo, portanto, inferior.

Já foi demonstrado que não pode haver nenhum silogismo quando ambas as premissas são negativas;[391] se uma for negativa, a outra terá que constituir uma proposição afirmativa. E, além disso, é preciso que tenhamos compreensão do seguinte fato, qual seja, à medida que a demonstração é expandida, as premissas devem aumentar seu número, mas não pode haver mais de uma premissa negativa em qualquer silogismo. Suponhamos que A não se aplica a nenhum caso de B e que B se aplica a todo C. Então, se for também necessário expandir ambas essas premissas, um termo médio terá que ser inserido. Que D seja o [termo] médio de AB e E de BC. Então é óbvio que E é

391. Em *Analíticos Anteriores*, Livro I, Capítulo VII.

afirmativo, mas D, ainda que relacionado afirmativamente com B, está relacionado negativamente a A, pois D tem que ser predicado (afirmado) de todo B, enquanto A necessariamente não se aplica a nenhum D. Com isso, obtemos uma premissa negativa, nomeadamente AD. O mesmo vale para todos os demais silogismos. Onde os termos são afirmativos, o [termo] médio está sempre relacionado afirmativamente com os dois outros; num silogismo negativo, porém, o termo médio tem que estar [somente] negativamente relacionado a um dos outros e, portanto, esta é a única premissa negativa obtida, as restantes sendo afirmativas. Ora, se o meio de demonstração é mais cognoscível e mais certo do que a coisa demonstrada, e se a [proposição] negativa é provada por demonstração afirmativa, mas não a [proposição] afirmativa pela [demonstração] negativa, a afirmativa – sendo anterior, mais cognoscível e mais certa – deve ser superior.

Por outro lado, se o princípio de um silogismo é a premissa imediata universal, e se, na demonstração afirmativa, a premissa universal é afirmativa, e negativa na demonstração negativa, e se a premissa afirmativa é anterior e mais cognoscível do que a premissa negativa (uma vez que é através da afirmação que a negação se torna conhecida, e a afirmação é anterior à negação, tal como o *ser* é anterior ao *não-ser*), então o princípio da demonstração afirmativa é superior ao da negativa. Mas a demonstração que utiliza princípios superiores é, ela mesma, superior.

A demonstração afirmativa se aparenta mais à natureza do princípio, pois a demonstração negativa é impossível sem que seja demonstrada afirmativamente.

XXVI

Sendo a demonstração afirmativa superior à negativa, está claro que também é superior à *reductio ad impossibile.* É necessário, entretanto, compreendermos no que consiste a diferença entre elas.[392] Suponhamos que A não se aplica a nenhum B, mas que B se aplica a todo C. Então, A necessariamente não se aplica a nenhum C. Quando os termos são assim tomados, a demonstração negativa de que A não se aplica a C será ostensi-

392. Quer dizer, entre a demonstração ostensiva negativa e a *reductio ad impossibile.*

va. A *reductio ad impossibile* assume a forma que se segue. Supondo que seja necessário demonstrar que A não se aplica a B, temos que assumir *que se aplica* e que B se aplica a C, de modo a resultar que A se aplique a C. Que se saiba e se admita que isso é impossível. Então A não pode se aplicar a B. Assim, uma vez admitido que B se aplica a C, A não pode se aplicar a B. Os termos, então, são dispostos da mesma maneira, dependendo a diferença de qual forma é melhor conhecida a premissa negativa, se como a proposição "A não se aplica a B" ou "A não se aplica a C". Assim, quando é a proposição negativa na conclusão que é melhor conhecida, obtemos a demonstração por *reductio ad impossibile*; quando é uma das premissas do silogismo, obtemos a demonstração ostensiva. Mas a proposição "A não se aplica a B" é naturalmente anterior a "A não se aplica a C", uma vez que as premissas das quais é tirada a conclusão são anteriores à conclusão, e a proposição "A não se aplica a C" é a conclusão, enquanto "A não se aplica a B" é uma das premissas das quais é tirada a conclusão, pois se obtermos um resultado que contém a refutação de uma hipótese, este não será uma conclusão na acepção estrita, como não serão premissas na acepção estrita os seus antecedentes. As proposições das quais resulta um silogismo são premissas inter-relacionadas como o todo com a parte ou a parte com o todo – e as premissas AC e BC não se relacionam entre si assim. Portanto, se a demonstração superior é a que procede de premissas melhor conhecidas e anteriores e ambos estes tipos de demonstração dependem de proposições negativas das quais uma é anterior e a outra posterior, então a demonstração negativa será absolutamente superior à *reductio ad impossibile* e, portanto, a demonstração afirmativa, sendo superior à negativa, será *a fortiori* também superior à demonstração por *reductio ad impossibile*.

XXVII

A *ciência que é simultaneamente do* **o que** *e do* **porque**, se comparada à *ciência do primeiro divorciado do segundo*, é mais exata e anterior. O mesmo se diga da ciência de objetos que não são inerentes a um substrato, se comparada com a de objetos que apresentam esta inerência (por exemplo, a aritmética e a harmonia) e daquela [ciência] que depende de menos fatores, se comparada com a que emprega fatores complementares (por

exemplo, a aritmética e a geometria). Eis o que entendo por *fatores complementares*: uma unidade é uma substância *não posicionada*,[393] enquanto um ponto é uma substância *posicionada*.[394] Considero que este último contém um fator complementar.

XXVIII

Ciência una é a que concerne a um só gênero ou classe de objetos, os quais são compostos dos elementos primários desse gênero e são partes dele ou modificações essenciais dessas partes. Uma ciência é distinta da outra quando os princípios delas não pertencem ao mesmo gênero ou quando os princípios de
87b1 uma não são oriundos dos princípios da outra. Isso é manifestado quando se alcança os indemonstráveis, uma vez que estes precisam pertencer ao gênero idêntico ao das coisas demonstradas. Isso é mais uma vez evidenciado quando as conclusões demonstradas por seus meios pertencem ao mesmo gênero e são cognatas.

XXIX

É possível contar com mais de uma demonstração da mesma conclusão, não apenas por meio da seleção de um termo médio (sem conexão direta) da mesma série, digamos elegendo C ou D ou F como o termo médio para AB, como também através da eleição de um [termo médio] de uma outra série. Por exemplo, A é *transformação*, D *ser alterado*, B *prazer* e G *repouso*: então será exato tanto predicar D de B quanto A de D, pois quando um homem sente prazer é alterado, e aquilo que é alterado se transforma. Também é exato predicar A de G e G de B porque todo aquele que sente prazer entra em repouso, e quem entra em repouso se transforma. Assim, a conclusão pode ser tirada por meio de diferentes termos médios não pertencentes à mesma série. Certamente os dois [termos] médios não devem excluir-se mutuamente – ambos devem aplicar-se a *algum* do mesmo sujeito. É preciso que examinemos este ponto nas outras figuras, a fim de apurar em quantas maneiras é possível extrair a mesma inferência.

393. αθετος (*athetos*).

394. θετος (*thetos*).

XXX

Não pode haver conhecimento demonstrativo do casual. Aquilo que ocorre por acaso não ocorre nem necessária nem regularmente, mas algo que ocorre de maneira distinta; ora, a demonstração diz respeito ao necessário ou ao regular. Todo silogismo se desdobra através de premissas que são ou necessárias ou regulares – se necessárias, a conclusão também será necessária; se regulares, também a conclusão será regular. Conseqüentemente, não sendo o casual nem necessário nem regular, não poderá dele haver demonstração.

XXXI

É impossível obter conhecimento cientifico via percepção sensorial. Ainda que admitindo que a percepção é do objeto qualificado[395] e não de um mero particular, o que percebemos é necessariamente uma coisa particular num lugar e tempo particulares. Por outro lado, um termo universal de aplicação geral não pode ser percebido pelos sentidos porque não é uma coisa particular num tempo determinado; se o fosse, não seria universal, uma vez que descrevemos como universal somente o que *é* sempre e em toda parte.[396] Portanto, como as demonstrações são universais e os universais não podem ser percebidos pelos sentidos, fica evidente que o conhecimento não pode ser adquirido mediante a percepção sensorial. É óbvio que mesmo que fosse possível perceber sensorialmente que a soma dos ângulos [internos] de um triângulo é igual a dois ângulos retos, ainda assim necessitaríamos de uma demonstração disso; não teríamos (como alguns sustentam[397]) um conhecimento de que assim é. A percepção sensorial concerne necessariamente aos particulares, enquanto o conhecimento depende do reconhecimento do universal. Assim, se estivéssemos na lua e víssemos a Terra interceptando a luz do sol, não saberíamos a causa do eclipse. Só
88a1 *perceberíamos* que um eclipse estaria ocorrendo naquele momento. Desconheceríamos completamente a razão do mesmo, porque (como vimos) a percepção sensorial não nos informa coisa alguma acerca dos universais. Se, entretanto, pela observação regular de casos reiterados houvéssemos conseguido apreender o universal, teríamos nossa demonstração, porque é a partir da repetição de experiências particulares que obtemos nossa visão do universal. O valor do universal está [na sua capacidade] de revelar a causa. Assim, no exame de fatos deste tipo, que têm um causa distinta deles mesmos, o conhecimento do universal é mais valioso do que a percepção sensorial e a intuição. As verdades primeiras exigem um exame em separado.

Fica claro, portanto, que é impossível adquirir conhecimento de qualquer fato demonstrável via percepção sensorial, exceto se entendermos por percepção sensorial a aquisição de conhecimento mediante demonstração. Há, contudo, alguns problemas que se referem a uma deficiência da percepção sensorial; por exemplo, fenômenos cuja explicação não acarretaria dificuldades se estivéssemos em condições de ver o que ocorre, não porque conhecemos uma coisa vendo-a, mas porque vê-la nos capacita a apreender o universal. Por exemplo, se pudéssemos ver os poros do vidro ustório e a luz que os atravessa, ficaria também esclarecido porque ele calcina,[398] porque teríamos observado o efeito várias vezes em cada caso particular e apreciado concomitantemente que é isso o que ocorre em todos os casos.

395. Quando percebemos o objeto mediante nossos sentidos, o percebemos necessariamente *qualificado*, ou seja, de uma certa configuração, de um certo cheiro, de uma certa cor, de um certo tamanho, de uma certa consistência, etc.

396. Ou seja, aquilo cuja apreensão é puramente intelectual e para a qual não há necessidade das dimensões do tempo e do espaço, sem as quais a percepção sensível é impossível.

397. A alusão é aos sofistas e, mais precisamente, a Protágoras, ao menos ao Protágoras retratado por Platão no *Teêteto*.

XXXII

Não pode haver princípios idênticos para todos os silogismos. Isso pode ser mostrado, antes de mais nada, por meio de [simples] argumentos dialéticos. Alguns silogismos são verdadeiros, outros são falsos. É certamente possível extrair uma conclusão verdadeira de premissas falsas, mas isto só acontece uma vez, por exemplo, se é verdadeiro afirmar A de C, mas falso afirmar o termo médio B, porque A não se aplica a B nem B a C; agora, se tomarmos termos médios para [demonstrar] essas premissas, elas serão falsas, porque toda falsa conclusão é baseada em

398. Embora do ponto de vista da exemplificação dê na mesma, outros textos que não o de Bekker não se reportam à calcinação do vidro, mas sim à sua transparência.

falsas premissas, enquanto conclusões verdadeiras são tiradas de premissas verdadeiras.[399] E aquilo que é falso é diferente daquilo que é verdadeiro. Mesmo conclusões falsas nem sempre possuem princípios idênticos uma vez que um falso juízo pode ou envolver uma *contradição*, por exemplo, que a *justiça é injustiça* ou que o *igual é maior* ou *menor*, ou uma incompatibilidade, por exemplo, que a *justiça é covardia*, ou que um *ser humano* é um *cavalo* ou um *boi*.

A impossibilidade é indicável com base naquilo que já estabelecemos, como se segue. Nem sequer todos os silogismos verdadeiros possuem os mesmos princípios. Muitos apresentam princípios *genericamente* distintos e não intercambiáveis, como, por exemplo, *unidades* não são intercambiáveis com *pontos*, uma vez que estes têm posição, e as unidades não. Em qualquer caso, os termos precisam ser introduzidos quer como [termos] médios, quer como [termos] maiores ou menores, aos termos originais, ou parcialmente como os primeiros e parcialmente como os últimos. É impossível que quaisquer dos princípios comuns (por exemplo, o princípio do termo médio excluído) sirvam como premissas para todas as demonstrações, porque os sujeitos pertencem a diferentes gêneros, alguns dos quais são predicados (afirmados) somente de quantidades e outros somente de qualidades. É mediante o concurso destes que as demonstrações são realizadas por meio dos princípios comuns. Os princípios não são muito inferiores em número às conclusões porque as premissas são princípios e as premissas são formadas graças à adição de um outro termo quer externa ou internamente. As conclusões são em número infinito, ao passo que os termos são em número finito. Alguns princípios são apodíticos, outros são problemáticos.

Se encararmos a questão dessa forma, os princípios não poderão ser idênticos para todos [os silogismos] ou em número finito quando as conclusões são infinitas. Supondo que *idêntico* seja utilizado em outra acepção, como se alguém viesse a dizer "Estes são os *próprios* princípios da geometria, estes da aritmética e estes da medicina", isto simplesmente significaria que as ciências têm princípios. É absurdo dizer que são idênticos porque são idênticos a si próprios, porque nesta acepção de identidade tudo pode ser classificado como idêntico. Nem tampouco a tentativa de sustentar que todos os silogismos possuem princípios *idênticos* significa que qualquer dada proposição possa ser demonstrada com base na totalidade dos princípios. Isso seria demasiado ingênuo. Não é o que ocorre nas ciências matemáticas, cujos métodos são evidentes, e não é possível na análise [do silogismo], uma vez que neste caso são as premissas imediatas os princípios e cada nova conclusão é formada pela adição de uma nova premissa imediata. No caso da sugestão de que são as premissas imediatas primárias os princípios, haverá uma em cada gênero. Se, todavia, não obstante não se pretenda que qualquer conclusão tenha que ser demonstrável com base na totalidade dos princípios, se insiste em negar que estes últimos diferem a ponto de serem *genericamente* distintos para cada ciência, restará examinar se os princípios de todas as proposições são cognatos, mas que alguns são apropriados às demonstrações de uma determinada ciência e alguns o são àquelas de uma outra ciência particular. Salta aos olhos, contudo, que mesmo isso é impossível, porque demonstramos que os princípios das coisas de gênero diferente são eles próprios genericamente diferentes.[400] Efetivamente, os princípios são de dois tipos: as premissas das quais procede a demonstração e o gênero ao qual a demonstração diz respeito. Os primeiros são comuns, ao passo que os segundos (*digamos*, o número e a grandeza) são peculiares.

XXXIII

O conhecimento e seu objeto diferem da opinião e seu objeto pelo fato do conhecimento pertencer ao universal e progredir através de proposições necessárias, e aquilo que é necessário não pode ser de outra maneira. Há, contudo, algumas proposições que, embora verdadeiras e reais, também podem ser de outra maneira. É evidente que não é o conhecimento que lhes diz respeito; se fosse, aquilo que é capaz de ser de outra maneira seria incapaz de ser de outra maneira; tampouco é a inteligên-

399. Isso apenas do prisma da diferença *geral* entre silogismos verdadeiros e falsos, porque uma conclusão *falsa* pode partir de uma premissa *verdadeira* e uma conclusão verdadeira pode partir de *uma* premissa falsa ou até de *duas* premissas falsas (conforme 88a22, logo acima – conferir também, *Analíticos Anteriores*, Livro II, Capítulos II a IV).

400. No Capítulo VII.

cia[401] – pelo que entendo o ponto de partida do conhecimento ou conhecimento indemonstrável e que é a apreensão de uma premissa imediata. Mas as únicas coisas *que são verdadeiras* são a inteligência (intuição), o conhecimento e a opinião, incluindo o discurso que deles resulta.[402] Assim, resta-nos concluir que é a
89b1 opinião que concerne ao que é verdadeiro ou falso e que pode ser de outra maneira. Em outras palavras, a opinião é a suposição de uma premissa que não é nem mediada nem necessária, descrição que se coaduna com o uso que observamos – posto que a opinião, como os eventos do caráter que acabamos de expor, *é incerta*. Além disso, ninguém julga que está *opinando* ao pensar que uma coisa *não pode ser de outra maneira* – julga que detém conhecimento. É quando pensa que uma coisa é assim, não obstante não haja razão para que não seja de outra maneira, que julga estar *opinando*, o que significa que a opinião toca a esse tipo de proposição, ao passo que o conhecimento tange ao necessário.

Mas é possível a uma mesma coisa ser objeto tanto da opinião quanto do conhecimento? E se alguém sustentar que é capaz de opinar sobre tudo que conhece, qual razão poderemos oferecer a fim de mostrar porque opinião não é conhecimento? Tanto aquele que conhece como aquele que opina procederão por meio dos termos médios até atingirem as premissas imediatas, de sorte que se o primeiro *conhece*, também o segundo *conhece*, uma vez que é igualmente possível opinar sobre o *o que* e sobre o seu *porquê*,[403]que é o termo médio. A solução [para este impasse] é provavelmente a seguinte: se apreendemos proposições que não podem ser de outra maneira do mesmo modo que apreendemos as definições através das quais as demonstrações

401. νους (*nous*), a faculdade do pensar ela mesma, mas Aristóteles parece acenar para algo mais especializado da faculdade intelectual, ou seja, a *intuição*.

402. A inclusão da *doxa* (δοξα), opinião, neste elenco é suspeita, pois esta não é nem necessária nem assertoricamente verdadeira, sendo tal apenas contingentemente. Via de regra, helenistas e tradutores enveredam basicamente por dois caminhos na tentativa de solucionar este impasse: ou eliminam o assertórico do período, com o que teríamos "...que ***podem** ser verdadeiras...*", ou (como H. Tredennick) entendem o δ εστι (*d' esti*), "coisas" como algo específico, no caso do helenista citado, "disposições ou atividades do espírito", com o que se retira o sentido puramente lógico de αληθης (*alethes*), verdadeiras, conferindo-lhe sentido ontológico.

403. O fato e a causa deste fato.

são efetuadas, não termos opinião, mas conhecimento; porém, se nos restringimos a apreender que os predicados são verdadeiros e não que se aplicam em virtude da essência e natureza específica de seu objeto, não teremos conhecimento verdadeiro, mas uma opinião, tanto do *o que* quanto do seu *porque* – isto é – alcançamos nossa opinião através das premissas imediatas; de outro modo, teremos uma opinião somente sobre o *o que*. Não é em todos os sentidos que a opinião e o conhecimento têm o mesmo objeto, mas somente naquele sentido em que a opinião verdadeira e a falsa têm, de uma certa maneira, o mesmo objeto. A pretensão de *alguns*[404] de que a opinião verdadeira e a opinião falsa se reportam ao mesmo objeto envolve, entre outros disparates, a idéia de que a opinião falsa não é opinião. Como a expressão *o mesmo* é equívoca, há um sentido no qual isso é possível e um outro no qual não é. Seria absurdo dispor de uma opinião verdadeira de que a diagonal de um quadrado é comensurável com os lados, mas como a diagonal – a que diz respeito às opiniões – é a mesma, neste sentido a opinião verdadeira e a falsa possuem o mesmo objeto. Mas a essência (de acordo com a definição) dos dois objetos não é a mesma. É neste sentido que o conhecimento e a opinião podem ter o mesmo objeto. O conhecimento apreende o termo *animal* como um predicado necessário, ao passo que a opinião o apreende como um predicado contingente; exemplificando: o conhecimento o apreende como *essencialmente* predicável de *homem*; a opinião também o apreende como predicável de *homem*, mas *não* essencialmente. O sujeito *homem* é o mesmo em ambos os casos, mas o modo de predicação não é o mesmo.

Estas considerações deixam claro que é impossível ter opinião e conhecimento simultaneamente do mesmo objeto; se assim
89b1 não fosse, apreenderíamos que a mesma coisa tanto poderia como não poderia ser de outra maneira, o que é impossível. Conhecimento e opinião do mesmo objeto podem existir sepa-

404. Alusão ao grande sofista Protágoras, que defendia, do ponto de vista gnosiológico, a *ortodoxia*, ou seja, a idéia de que toda opinião é verdadeira – se falsa, não é opinião. A questão da distinção ciência/opinião não é formulada pelo sofista porque todo saber, para ele, é convenção, está ungido exclusivamente ao *nomos* e à *praxis* (lei e ação), sendo sua origem inteiramente convencional e arbitrária. O único saber é, portanto, o contido na opinião. Neste sentido, o conhecimento científico, que é conhecimento dos universais, é inatingível ou, mais exatamente, não existe. Só existe o saber dialético encerrado nas opiniões.

radamente em espíritos diferentes na acepção que indicamos, mas não podem assim existir no mesmo espírito. Isso acarretaria a apreensão de maneira concomitante; por exemplo, de que o homem é essencialmente um *animal* (vimos ser isso o entendido ao dizer que é impossível ao homem não ser um animal) e não é essencialmente um *animal* (o que podemos entender como sendo o significado da asserção contrária).

Quanto a como devem as outras modalidades do pensamento se distribuir entre reflexão, intuição, ciência, arte, prudência e sabedoria, é algo a ser melhor examinado em parte pela física, em parte pela ética.

XXXIV

A perspicácia é um tipo de talento para atinar com o termo médio sem um único momento de hesitação. Alguém percebe que a lua sempre tem sua face luminosa voltada para o sol e imediatamente compreende a razão, qual seja, porque a lua retira sua luminosidade do sol, ou vê uma pessoa conversando com um homem rico e conclui que é porque está pedindo dinheiro emprestado, ou entende porque [certas] pessoas são amigas, a saber, porque têm um inimigo comum. Em todos estes casos, a percepção dos termos extremos o habilita a reconhecer a causa ou termo médio. Suponhamos que A corresponde a *face luminosa voltada para o sol*, B a *retirar luminosidade do sol* e C *lua*. Então B, *retirando luminosidade do sol* se aplica a C, *lua*, e A, *ter a face luminosa voltada para a fonte de sua luminosidade* se aplica a B. Conseqüentemente, A se aplica a C através de B.

LIVRO II

I

89b23 São quatro os tipos de questões que formulamos, correspondentes aos tipos de coisas que conhecemos. São elas: as questões do *o que*, do *porquê*, do *se é* e do *o que é*.[405] Quando perguntamos se isso é isto ou aquilo, introduzindo uma pluralidade de termos (por exemplo, se o sol sofre o eclipse ou não), estamos perguntando pelo *o que*. Uma vez de posse da demonstração, ou seja, descoberto que ele sofre o eclipse, nossa investigação estará concluída com a questão respondida; e se soubéssemos desde o inicio que o sol sofre o eclipse, não perguntaríamos se o sofre ou não. É quando conhecemos o *o que* (o fato) que perguntamos pelo *porquê* (a razão) – por exemplo, se sabemos que o sol experimenta o eclipse e que a Terra se move, indagamos pelos *porquês* destes fatos. É assim que formulamos tais questões. Mas há outras que assumem forma diferente; por exemplo, se um centauro ou um deus *é*. A questão do *ser* tange ao simples existir e não a se o sujeito é, digamos, branco ou não. Quando sabemos que o sujeito é, perguntamos *o que é*, por exemplo, "O que é, então, um deus?... ou um homem?"

II

São estes os quatro tipos de questões que fazemos e os quatro tipos de conhecimento de que dispomos quando descobrimos as respostas. Quando formulamos a questão do fato ou do simples existir, estamos indagando se a coisa possui ou não um termo médio; mas quando, após termos ciência do fato ou de
90a1 que o sujeito existe (em outras palavras, que o sujeito *é* num sentido particular, ou simplesmente *é*), passamos, em seguida, a questionar o porquê do fato, ou o que é o sujeito, estamos indagando o que é o termo médio. Ao descrever o fato e a existência como modos particulares e simples do ser, entendo o seguinte:

405. το οτι, το διοτι, ει εστι, τι εστιν (*to oti, to dioti, ei esti, ti estin*), ou seja, as questões do fato ou fenômeno, da razão ou causa, do ser ou existência e da essência.

um exemplo de *ser particular* está na questão "A lua experimenta eclipse?" ou em "A lua cresce?" porque nestas questões indagamos se um atributo é predicável do sujeito; um exemplo do *ser simples* está na questão "A lua existe?" ou "A noite existe?".

Conclui-se, portanto, que em todas essas questões estamos indagando ou "Há um termo médio?" ou "Qual é o termo médio?", porque o termo médio é a causa e isso é o que estamos procurando descobrir em todos os casos. "Experimenta eclipse?" significa "Há ou não há uma causa [para o eclipse]?"; e, então, uma vez cientes de que há uma causa, indagamos "Qual é a causa?". A causa do ser da substância – não ser isto ou aquilo, mas simplesmente *existir* – e a causa não do seu simples existir, mas por ser associada a algum predicado essencial ou acidental – são em ambos os casos o termo médio. Entendo pelo *simplesmente existente* o sujeito (lua, Terra, sol ou triângulo); por aquilo que o sujeito é num sentido particular, entendo o predicado: o ser eclipsado, a igualdade, a desigualdade, *a interposição ou não-interposição* [da Terra]?[406] Em todos estes casos é óbvio que a questão do *o que é* (essência) e a questão do *porquê* (causa) são idênticas. A questão "O que é um eclipse?" e a resposta "A privação lunar de luz devida à obstrução produzida pela Terra" são idênticas a "Qual é a causa de um eclipse?" (ou "Por que é a lua eclipsada?") e "Porque a luz [solar lhe] falta devido à obstrução da Terra." Outro exemplo, questão: "O que é um acorde?",[407] resposta: "Uma proporção numérica entre agudo e grave" é o mesmo que a questão: "Por que a nota aguda se harmoniza com a grave?", resposta: "Porque exibem uma proporção numérica" e a questão: "As notas aguda e grave são harmoniosas?" é idêntica à questão: "É numérica a sua proporção?". E uma vez tenhamos disso conhecimento, segue-se a questão "Então qual é a sua proporção?".

Que o objeto de nossa indagação é o termo médio fica claramente visível nos casos em que o termo médio é percebido pelos sentidos. Nossa questão é formulada quando ainda não percebemos se há ou não um termo médio; por exemplo, no

406. A variação aqui (*italicizado*) entre Bekker e W. D. Ross é considerável. O texto de Ross seria traduzível como: *...se está no centro ou não do universo...* . Parece-nos incompreensível, a não ser que eliminemos *do universo*.

407. συμφωνια (*sümfonia*): harmonia ou proporção de um conjunto de sons ou vozes.

tocante ao eclipse. Se estivéssemos na lua, não perguntaríamos nem se [o eclipse] estaria ocorrendo nem porquê, uma vez que as respostas a ambas estas questões seriam concomitantemente evidentes, já que mediante um ato da percepção seríamos capazes de apreender o universal. O fato do eclipse estar então acontecendo seria óbvio e, como a percepção sensorial nos estaria informando que a Terra estaria então obstruindo a luz, disto adviria o universal.

Assim, como asseveramos, conhecer a essência de uma coisa é o mesmo que conhecer sua causa. Isto assim é, quer o sujeito simplesmente *seja*, independentemente de *ser* qualquer de seus predicados, quer *seja* um dos seus predicados; por exemplo, ter a soma de seus ângulos [internos] igual a dois ângulos retos, ou maior ou menor.

III

É manifesto, portanto, que em todas as nossas indagações buscamos descobrir um termo médio. Compete-nos agora explicar como o *o que é*[408] se revela e de que forma pode ser referido à demonstração, o que é a definição e quais coisas são definíveis, começando por examinar as dificuldades envolvidas nestas
90b1 questões. Principiemos esta próxima seção com uma discussão que é sumamente pertinente à investigação que se desenvolve.

Seria cabível perguntar se é possível conhecer a mesma coisa num mesmo aspecto, tanto por definição quanto por demonstração. Sustenta-se geralmente que a definição é da *essência* e a essência [409] é sempre universal e afirmativa; mas alguns silogismos são negativos e alguns não são universais; por exemplo, todos aqueles da segunda figura são negativos e os da terceira não são universais. Ademais, mesmo as conclusões afirmativas da primeira figura não são todas definíveis (por exemplo, "todo triângulo tem a soma de seus ângulos igual a dois ângulos retos"). A razão disso é que ter conhecimento científico daquilo que é demonstrável é o mesmo que ter dele uma demonstração

408. Isto é, a essência.

409. τι εστιν (*ti estin*), *o que é*. Em todo o presente contexto desta temática, o leitor não deve apreender a acepção de essência como estritamente sinônima de substância (*ousia*) na acepção da primeira categoria, embora haja necessária e precisa correspondência entre ambas e sejam até conceitos por vezes intercambiáveis.

e, assim, se a demonstração é possível nas conclusões silogísticas supracitadas, está claro que não são também definíveis; se assim não fosse, poder-se-ia conhecer a conclusão em virtude da definição sem estar de posse da demonstração, uma vez que nada impede que tivesse uma sem ter a outra. A indução também nos supre de motivos suficientes para sustentarmos que definição e demonstração não são idênticas, porque jamais logramos conhecer qualquer predicado, quer essencial ou acidental, mediante a sua definição. Que se acrescente que, se a definição for o método de obtenção do conhecimento da essência, é óbvio que tais predicados não são essências.

Fica claro, portanto, que nem tudo que é demonstrável é também definível. Muito bem... e é demonstrável tudo o que é definível ou não? Um dos argumentos indicados anteriormente também vale aqui. De um fato na sua singularidade há somente um conhecimento. Portanto, se conhecer o demonstrável é possuir a demonstração, resultará algo impossível, ou seja, o possuidor da definição terá conhecimento sem estar de posse da demonstração. Os pontos de partida das demonstrações são definições, e foi mostrado anteriormente que destas não pode haver demonstração:[410] ou os pontos de partida serão demonstráveis e terão pontos de partida que são demonstráveis numa regressão *ad infinitum*, ou as verdades primárias serão definições indemonstráveis.

Mas talvez sejam algumas coisas, se não todas, tanto definíveis quanto demonstráveis. Decerto é isso impossível, uma vez que não há demonstração do definível. A definição é da essência ou da natureza essencial e é evidente que todas as demonstrações tomam a essência como tal; por exemplo, as matemáticas tomam a natureza da unidade e da imparidade, verificando-se situação análoga nas outras ciências. Toda demonstração é probatória de algum predicado de algum sujeito, ou afirmativa ou negativamente. Mas numa definição nada é predicado de alguma coisa mais; *animal* não é predicado de *bípede* nem vice-versa, tampouco *é figura* predicado de plano; um *plano* não é uma *figura*, nem uma *figura* é um *plano*. Revelar a essência de uma coisa não é o mesmo que demonstrar uma proposição a
91a1 seu respeito; ora, a definição revela a essência, mas a demonstração demonstra que um predicado se predica ou não de um

410. Em 72b18-25, 84a 29-b2.

sujeito. Ademais, coisas distintas apresentam distintas demonstrações, a não ser que mantenham uma relação parte/todo (qualificação pela qual quero dizer, por exemplo, que se é demonstrado que todo triângulo tem a soma de seus ângulos igual a dois ângulos retos, isto também é demonstrado do triângulo isósceles, sendo isósceles a parte, e triângulo o todo). Entretanto, esta não é a relação entre a proposição e a essência, porque uma não constitui uma parte da outra.

Impõe-se, portanto, como evidente que nem tudo que é definível é demonstrável, e nem tudo que é demonstrável é definível, e que em situação alguma é possível ter tanto definição quanto demonstração da mesma coisa, com o que também se evidencia que definição e demonstração não podem ser idênticas e não são mutuamente inclusivas – de outra maneira, seus objetos seriam analogamente relacionados.

IV

Pode-se agora julgar suficientemente enunciadas as dificuldades em pauta. Mas, será o silogismo ou a demonstração da essência possível ou impossível, em conformidade com a argumentação que acabamos de assumir? O silogismo demonstra um predicado de um sujeito através do termo médio, mas o que uma coisa é tanto lhe é próprio quanto está predicado na sua essência. Ora, termos assim relacionados são necessariamente convertíveis, pois se A é peculiar a C, está claro que também é peculiar a B, e B a C, de sorte que todos são reciprocamente peculiares. Ademais, se A é um predicado essencial de todo B, e B é afirmado universal e essencialmente de todo C, A tem que ser afirmado essencialmente de C; contudo, na ausência desta dupla suposição, não se concluirá necessariamente que A seja predicado essencialmente de C, com o que quero dizer: se A é essencialmente predicado de B, mas B não é essencialmente verdadeiro de tudo que é predicado. Assim, ambas as premissas têm que expressar a essência e, portanto, B também será predicado como essência de C. Por conseguinte, como ambas as premissas expressam a essência ou natureza essencial, a essência aparecerá, no caso do termo médio, antes de aparecer na conclusão. No geral, se é requerido demonstrar a essência de *homem*, que C seja *homem* e A a *essência* (animal bípede ou tudo o mais que possa ser) . Então, se pretendemos ter um silogismo,

A terá que ser predicado de todo C. Esta premissa, todavia, será mediada por uma outra definição, de sorte que esta também será a essência de *homem*. Resulta estarmos supondo o que nos foi solicitado demonstrar, já que B também será a *essência* de *homem*. Convém, entretanto, examinar a situação em relação às duas premissas e conexões primárias e imediatas, porque isso projeta mais luz no ponto que é objeto de nossa discussão. Aqueles que procuram demonstrar a essência da *alma* ou do *ser humano*, ou de qualquer outra coisa mediante conversão, são responsáveis por petição de princípio. Suponhamos, à guisa de exemplo, que alguém afirma que a alma é a causa da vida da própria alma e que esta é um número que move a si mesmo. Ele está necessariamente postulando que a alma é essencialmente um número que move a si mesmo, no sentido de ser idêntica a ele, pois se A é um conseqüente de B, e B de C, A não será a essência de C, sendo somente verdadeiro predicá-lo de C; tampouco será A a essência de C, se A for predicado de todo B como gênero de uma espécie. A animalidade se predica de toda a humanidade porque é exato dizer que toda a humanidade é uma *espécie* animal, tal como é exato dizer que todo homem é um animal – não, contudo, no sentido de que são idênticos. Assim, a menos que as premissas sejam tomadas da maneira que indicamos, não poderemos inferir que A é a essência e/ou substância de C; e se forem assim tomadas, terá sido já suposto qual é a essência de C, com o que a conclusão não foi demonstrada, visto que foi cometida uma petição de princípio.

V

Tampouco conduz a uma conclusão o método da divisão, como foi explicitado na minha análise das figuras.[411] Em estágio algum constatamos a necessidade lógica de, em determinadas condições, o objeto ter que apresentar a requerida definição. O processo é tão inconclusivo quanto a indução. A conclusão não deve ser uma questão, nem conservar-se somente graças a uma concessão [do opositor] – deve resultar necessariamente das premissas, ainda diante da contestação daquele que responde. [O adepto do método da divisão indaga:] "É o homem animal

411. *Analíticos Anteriores*, Livro I, Capítulo XXXI.

ou inanimado?", e, em seguida, assume que é animal, mas não se trata do resultado da inferência. A seguir, ante "todo animal é ou terrestre ou aquático", ele assume "terrestre", mas que *homem* é animal terrestre toda a expressão não resulta necessariamente do que ele disse, ainda que ele o assuma também. Não faz diferença se o processo acarreta muitas ou poucas etapas, a posição sendo precisamente a mesma. Com efeito, quando empregado dessa forma, o método acaba por realizar uma operação não-dedutiva daquilo que é deduzível. É perfeitamente possível que a expressão toda seja verdadeiramente predicável de *homem* e, não obstante, deixe de revelar a essência ou natureza essencial do homem. Afinal, do que se dispõe [no domínio desse método] que impeça a divisão de acrescer algo, omitir algo ou negligenciar uma etapa na definição da substância?

Tais falhas são geralmente ignoradas, mas pode-se administrá-las tomando em cada etapa apenas elementos contidos na essência, dividindo consecutivamente, com a postulação contínua das primeiras [diferenças] e não omitindo nenhuma delas. Este resultado deve surgir se o termo a ser definido for completamente abrangido pela divisão sem qualquer omissão, pois o processo deve conduzir diretamente a um termo que dispensa qualquer divisão adicional.

A despeito disso, entretanto, nesse processo não reside nenhum silogismo, e se nos transmite algum conhecimento, o faz diferentemente. Isso não é de surpreender uma vez que é de se presumir que também a indução nada demonstre e, não obstante, nos fornece alguma informação. Mas ao selecionar a definição pelo método divisório não se produz um silogismo. Tal como no caso das conclusões alcançadas sem o uso de termos médios, onde se alguém estabelece que uma vez dadas certas condições deve resultar isto ou aquilo, vemo-nos autorizados a perguntar: "Por que?", o mesmo ocorre neste caso das definições alcançadas pela divisão. O que é o homem? Um ser animal, mortal, dotado de pés, bípede, sem asas. A cada predicado adicionado pode-se perguntar "Por que?", porque aquele que divide pode enunciar e demonstrar (como supõe ele), mediante sua divisão, que tudo é ou mortal ou imortal. Mas tal proposição, tomada como um todo, não constitui uma definição. Assim, ainda que a proposição pudesse ser demonstrada pela divisão, a definição continuaria não resultando num silogismo.

VI

Poderia ser sugerido, entretanto, que é realmente possível demonstrar a definição que expressa a substância de um sujeito hipoteticamente, supondo que a definição consiste dos elementos encerrados na essência e é peculiar ao sujeito; e que este e aquela são os únicos elementos na essência e que o agregado deles é característico do sujeito porque esse agregado representa sua natureza essencial. Mas, por certo, nesta premissa menor a definição foi mais uma vez suposta porque a demonstração tem que proceder através de um termo médio. Tal como num silogismo, não supomos [como premissa] a definição do silogismo (porquanto as premissas das quais a conclusão é tirada estão sempre relacionadas como todo e parte), também não deve *a definição da definição* aparecer no silogismo, devendo ser algo distinto das premissas formuladas. E quando um opositor questionar se houve ou não demonstração silogística, deveremos responder: "Sim, porque concordamos ser isso o que é o silogismo"; e se alguém objetar que o silogismo não demonstrou a definição: "Sim, pois isso é o que se supôs ser a definição." Assim, é de se esperar que já tenhamos feito alguma inferência sem [ter usado como premissa] a definição de silogismo ou de definição.

Igualmente destituída de validade é a demonstração a partir de uma hipótese do modo que se segue. Se o mal é definível como divisibilidade e se qualquer termo que possua um contrário é definível pelo contrário da definição daquele contrário, e se o bem é contrário ao mal, e a indivisibilidade à divisibilidade, então o bem é definível como indivisibilidade. Aqui também a demonstração começa por assumir a definição e a supõe para demonstrá-la. "Mas é uma definição diferente." Muito bem, mas a objeção permanece porque também nas demonstrações supomos que um termo é predicável de um outro, mas não deve ser o próprio termo[412] ou um termo detentor da mesma definição ou que lhe seja correlativo.

Tanto o opositor que busca demonstrar pelo [método da] divisão quanto o que apresenta o silogismo dessa forma têm que enfrentar a mesma dificuldade consubstanciada na seguinte

412. Ou seja, aquele a ser demonstrado.

pergunta: por que deveria o *homem* ser *animal terrestre*[413] e não *terrestre* **e** *animal*? Nada há nas suposições de molde a tornar necessário que o predicado deve ser uma unidade, sendo possível que o mesmo homem seja músico e gramático.

VII

Como então é possível que a pessoa que busca definir demonstre a *substância* ou *o que é?* Não pode apresentar *dedutivamente* com base em fatos reconhecidos que diante destes fatos resulte necessariamente uma conclusão deles distinta – uma vez que isto é demonstração; tampouco pode mostrar *indutivamente,* via enumeração de exemplos particulares manifestos, que todo caso é semelhante a esse, porque nenhum é de outra maneira. A indução não demonstra *o que é* o sujeito, mas [meramente] o fato de que é ou de que não é. Que outro caminho restaria, considerando-se que ele está presumivelmente impossibilitado de demonstrar a essência amparando-se da percepção sensorial, ou apontá-la com seu dedo?

Como demonstrar *o que é*? Qualquer um que sabe *o que é* o homem ou qualquer outra coisa tem também que saber que *é*, porquanto *ninguém conhece* ***o que é*** *uma coisa* ***que não é***. (Pode-se conhecer o significado de uma frase ou de um nome se, por exemplo, falo de um *bode-cervo,*[414] porém é impossível saber *o que é* um bode-cervo.) [Por outro lado,] caso se proponha demonstrar *o que é* uma coisa e que *ela é,*[415] como demonstrar ambos mediante o mesmo argumento? Tanto a definição quanto a demonstração esclarecem *uma* coisa, mas *o que é o homem e que o homem é*[416] são duas coisas distintas.

A seguir, asseveramos que é pela demonstração que se prova que todas as coisas são, exceto a substância.[417] E a existência não é a substância de coisa alguma, uma vez que o *ser* não é

413. O texto de W. D. Ross acresce *bípede* [διπουν (*dipoun*)] a *animal terrestre.*

414. Τραγελαφος (*tragelafos*).

415. Isto é, demonstrar sua existência e sua essência.

416. Precisamente, a essência e o ser (existir) do homem.

417; O texto de W. D. Ross (confrontado ao *italicizado* de Bekker) exibe uma variação considerável e interessante, mas inconvincente: *A seguir, asseveramos que é necessário que tudo que uma coisa é seja provado mediante demonstração, exceto sua substância.*

um gênero. Assim, haverá demonstração de que uma coisa é. É como as ciências realmente operam. O geômetra *supõe* o que significa triângulo, mas demonstra que o triângulo existe (é). Assim, quando se define *o que é*, o que se prova? O triângulo? Então, se conhecerá por definição o que é uma coisa sem conhecer que ela é. Mas isso é impossível.

É também evidente no tocante aos métodos de definição atualmente utilizados que aqueles que definem não demonstram a existência do definido. Mesmo supondo que haja alguma coisa eqüidistante do centro, por que existe o objeto assim definido e por que é um círculo? Poder-se-ia igualmente bem afirmar que é a definição de *oricalco*.[418] Definições não incluem a evidência de que seja possível o objeto de sua descrição existir e, tampouco, que seja idêntico àquilo que pretendem definir. Há sempre a possibilidade de indagar: Por que?

Assim, como ao definir exibe-se ou o que é o objeto ou o que significa seu nome, se a definição nada tem a ver em sentido algum com *o que é*,[419] é forçoso que seja uma expressão significando o mesmo que um nome. Mas isso é um absurdo. Em primeiro lugar, haveria definição não apenas de não-substâncias,[420] como também de não-seres,[421] porquanto mesmo estes podem ter um nome com significado. Todas as expressões seriam definições porque um nome poderia ser vinculado a qualquer uma delas, com o que todo o nosso discurso seria definição e a [própria] *Ilíada* seria uma definição. Nenhuma demonstração é capaz de demonstrar que um dado nome possui um dado significado. Portanto, tampouco as definições também outorgam evidência de que o nome possui um dado significado.

Essas considerações deixam claro que definição não é o mesmo que silogismo e que eles não têm os mesmos objetos. Fica claro também que a definição nem demonstra nem revela nada e [finalmente] que nem pela definição nem pela demonstração podemos adquirir conhecimento do *o que é*.

418. Ορειχαλκος (*oreicalkos*), liga de cobre e zinco semelhante ao latão.
419. Mais exatamente, a essência do sujeito.
420. μη ουσιων (*me ousion*).
421. μη οντων (*me onton*).

VIII

93a1 Cabe-nos agora retomar o que afirmamos anteriormente e considerar quais argumentos são válidos e quais não são, o que é a definição e se a essência é em qualquer sentido demonstrável e definível, ou se não o é de modo algum.

Conforme dissemos anteriormente,[422] conhecer o que uma coisa *é* é o mesmo que conhecer a causa de sua existência. A razão disso é que a coisa possui uma causa definida, que é ou idêntica a ela ou dela distinta e que, se distinta, é ou demonstrável ou indemonstrável. Ora, no caso desta causa ser distinta e demonstrável, tem ela que ser um termo médio e ser demonstrada na primeira figura, uma vez que é [somente] nesta [figura] que a conexão demonstrada é universal e afirmativa.

Bem, um modo de empregar tal demonstração é o método que criticamos há pouco,[423] e que consiste em demonstrar uma definição pela outra, pois o termo médio através do qual as essências são inferidas tem ele mesmo que ser essência, e aquele através do qual são inferidos predicados peculiares tem que ser um predicado peculiar. Assim, para um mesmo sujeito uma proposição de sua natureza essencial será demonstrada, enquanto a outra, não.

Foi observado páginas atrás[424] que esse método carece da força de uma demonstração: não passa de uma inferência dialética da essência. Reiniciemos agora a partir do zero e expliquemos de qual maneira é possível a demonstração. É quando estamos certos sobre o *o que* (o fato) que buscamos o *porquê* (a razão). Às vezes, tornamo-nos cientes deles simultaneamente, mas é inteiramente impossível reconhecer a razão antes do fato. Está claro que do mesmo modo a natureza essencial implica o fato. É impossível conhecer *o que* uma coisa *é* se não sabemos se ela *existe* (*é*). Ora, é possível estarmos cientes do ser de uma coisa *acidentalmente* ou porque dispomos de alguma compreensão da própria coisa; por exemplo, que o trovão é um ruído entre as nuvens, que um eclipse é uma privação de luz, que o ser humano é um tipo de animal

422. Capítulo II.
423. 91a14-b11.
424. Em 91b10.

e que a alma é alguma coisa que *move a si mesma.*[425] Quando nosso conhecimento do ser da coisa é somente acidental, não nos encontramos em situação de compreender o que a coisa é, pois sequer temos conhecimento de que é. E investigar o que uma coisa é, quando não estamos seguros de que é (existe), pura e simplesmente não é investigação. Quando, ao contrário, dispomos de alguma compreensão da própria coisa, a tarefa é facilitada. Assim, nossa capacidade de descobrir o que é uma coisa depende de nossa ciência de que ela é.

Comecemos por tomar um exemplo de alguma coisa de cujo *o que é* (essência) temos alguma compreensão e que A corresponda a *eclipse*, C a *lua* e B a *obstrução produzida pela Terra.* Neste caso, indagar se há um eclipse ou não é indagar se B existe ou não, o que equivale a indagar se há alguma coisa que o explique: se houver, diremos que B *é* também. Analogamente, podemos perguntar qual entre os pares de contraditórios é verdadeiro (por exemplo, ter ou não ter a soma dos ângulos [de um triângulo] igual a dois ângulos retos); e quando descobrimos a resposta, conhecemos ao mesmo tempo tanto o fato quanto a sua causa, se as premissas forem imediatas; de outro modo, conhecemos o fato, mas não a causa. C é a *lua*, A o *eclipse*, B *a incapacidade da lua, quando cheia, de projetar uma sombra,*
93b1 *mesmo não havendo nenhuma interposição visível no caminho.*[426] Então, se B (*incapacidade de projetar uma sombra, mesmo não havendo nenhuma interposição visível no caminho*) se aplica a C, e A (*experimentar um eclipse*) a B, fica óbvio que há um eclipse, mas ainda não é obvio porquê, e embora saibamos que o eclipse seja um fato, não sabemos o que ele é. Quando está claro que A se aplica a C, perguntar porquê se

425. αυτο κινουν (*auto kinoun*): o verbo κινεω (*kineo*), como acontece com muitos vocábulos gregos, apresenta uma rica e ampla gama de significações impossíveis de estarem conceitualmente contidas numa só palavra de uma língua moderna como o português. O sentido destacadamente físico que atribuímos a *mover* é apenas uma das muitas acepções de *kineo*, ao qual devemos acrescentar *comover, emocionar, perturbar, agitar, estimular, impulsionar, excitar, transformar, etc.*, que são justamente diversos "movimentos" autônomos da alma, dentro da psicologia tanto aristotélica quanto platônica. A pretensa disparidade entre os três primeiros exemplos e este último é explicada exatamente no horizonte da teoria da *psüquê* (ψυχη) presente no pensamento de Platão e de Aristóteles. Ver Platão, *Leis*, Livro X, 895 e, e *Fedro* 245c e seguintes; Aristóteles, *Da alma*.

426. Ou seja, entre nós, na Terra, e a lua.

aplica equivale a perguntar o que B é: se uma obstrução [da Terra], se uma rotação [da lua], se extinção [da luz] da lua, e isso é a explicação do outro termo extremo, a saber, A nestes exemplos, porque uma eclipse é uma obstrução causada pela Terra da luz lunar. O que é o trovão? Uma extinção do fogo numa nuvem. Por que troveja? Porque o fogo é extinto na nuvem. *Nuvem* é C, *trovão* é A e *extinção do fogo* é B. Então, B se aplica a C, nuvem, porque o fogo está sendo extinto nela, e A, ruído, se aplica a B, sendo B indubitavelmente a explicação de A, o termo maior. Se B, por seu turno, tiver um outro termo médio para sua causa, este será uma das explicações restantes de A.

Com isso expomos como a essência é apreendida e se faz conhecida a nós, já que embora não admita ela o silogismo ou a demonstração, é através do silogismo e da demonstração que se manifesta a nós. Segue-se que a essência de uma coisa que possui uma causa distinta dela mesma é incognoscível, independentemente da demonstração, sendo ao mesmo tempo não suscetível de demonstração, como constatamos ao reexaminar as dificuldades da matéria.[427]

IX

Algumas coisas possuem uma causa que se distingue delas próprias, e outras, não. Deste modo, fica claro que no que respeita às essências, também algumas são imediatas, isto é, são *princípios*, e tanto *que são* quanto *o que são* têm que ser suposto ou revelado de alguma outra forma. Isso é o que faz um aritmético, que supõe tanto *o que é* uma unidade como *que esta é*. No que toca a coisas que têm um termo médio, ou seja, alguma coisa distinta delas mesmas que uma causa de seu ser, é possível (como asseveramos[428]) revelar sua essência mediante demonstração, ainda que realmente não a demonstremos.

X

Uma vez que se entende por definição "uma frase explicativa do que uma coisa é", obviamente um dos tipos de definição consistirá numa explicação do significado do nome ou de uma

427. Reexame constante nos Capítulos II e III.

428. Capítulo VIII.

denominação equivalente, por exemplo, explicará o que significa *triangularidade*. Se estamos cientes da existência de uma tal coisa, indagamos pela causa de seu existir. É difícil, porém, captar dessa forma a definição de coisas cuja existência não conhecemos. Explicitamos anteriormente a causa dessa dificuldade,[429] nomeadamente, que efetivamente não sabemos, salvo num sentido acidental, se a coisa existe ou não. (Um discurso explicativo pode ser uma unidade de duas maneiras: por conexão, como a *Ilíada*,[430] ou por exibição de um termo enquanto predicado de um outro termo numa relação não-acidental.)

Eis aí uma definição de definição. Mas um outro tipo de definição é o discurso explicativo do por que uma coisa existe. Assim, o primeiro tipo veicula um significado, mas não demonstra, ao passo que o segundo tipo constitui visivelmente uma semi-demonstração da essência, diferindo da demonstração [tão-só] na disposição de seus termos. Explicar por que troveja não é o mesmo que explicar o que o trovão é. Na primeira situação diremos "porque o fogo está extinto nas nuvens." Entretanto, a resposta à questão "O que é o trovão" é: "o ruído gerado pela extinção do fogo nas nuvens." Assim, o mesmo discurso é expresso diferentemente – sob uma forma ele é uma demonstração contínua; sob a outra é uma definição. Ademais, enquanto trovão pode ser definido como um ruído nas nuvens, que é a conclusão do silogismo que demonstra o *o que é* (essência), a definição dos termos imediatos consiste numa suposição indemonstrável da essência.

Assim, num sentido a definição é um discurso indemonstrável da essência; num outro é um silogismo sobre *o que é* que difere da demonstração pela disposição de seus termos. Num terceiro [sentido] é a conclusão do silogismo demonstrativo do *o que é* (essência). A discussão precedente mostra claramente: em que sentido a essência é demonstrável e em que sentido não é, de quais coisas é demonstrável a essência e de quais não é, os distintos aspectos da definição, em que sentido esta revela ou não revela a essência, quais coisas são ou não são definíveis, a relação da definição com a demonstração [e] em qual sentido pode haver definição e demonstração da mesma coisa.

429. Em 93a24 e seguintes.

430. Ver 92b32. Cf. *Metafísica*, 1045a13.

XI

Só julgamos que temos conhecimento de uma coisa quando conhecemos sua causa. E há quatro tipos de causa: a essência, as condições determinantes,[431] a causa eficiente desencadeadora do processo e a causa final.[432] Todas estas são exibidas através do termo médio.[433] Não há condição determinante, caso se assuma apenas uma premissa. São necessárias, ao menos, duas, e a condição é atendida quando as premissas possuem um termo médio. Assim, a suposição deste único termo faz seguir necessariamente a conclusão. Isso fica claro observando-se o exemplo que se segue. Por que o ângulo num semicírculo é reto? Qual o fundamento para que seja um ângulo reto? Que A corresponda a ângulo reto, B à metade de dois ângulos retos e C ao ângulo inscrito num semicírculo. Então, a causa para que A, ângulo reto, esteja ligado a C, o ângulo inscrito no semicírculo, é B, pois este é igual a A e o ângulo C a B, visto que B é a metade de dois ângulos retos. Assim, o fato de B ser a metade de dois ângulos retos constitui a condição determinante de A se aplicar a C, isto é, que conforme nossa suposição, o ângulo num semicírculo seja reto. Ora, [a condição ou fundamento determinante] é idêntico à essência, na medida em que é o que a definição implica. Foi demonstrado também que a causa (no sentido de essência) é [termo] médio.[434] Por que a expedição guerreira dos *persas*[435] atingiu Atenas? Ou, em outras palavras: qual foi a causa de [Atenas] ter se envolvido na guerra? Porque Atenas, apoiando os eretrianos, havia atacado Sardis,[436] o que em primeira instância fez irromper a guerra. A é *guerra*, B é *agressão não provocada* e C *Atenas*. Então B (agressão não provocada) se aplica a C (Atenas) e A se aplica a B porque a guerra é travada contra aqueles que cometem uma agressão injusta. Assim, A, fazer a guerra, se

431. A existência de um antecedente implica necessariamente a de um conseqüente.

432. Ver a *Física*, Livro II, capítulo iii, onde Aristóteles expõe sua doutrina da causalidade e onde o que ele designa aqui como *condições determinantes* (com finalidade lógica) corresponde à *causa material*.

433. Esta sentença é infeliz neste contexto. Melhor seria entender que *todas estas causas podem atuar como termos médios numa demonstração ou silogismo.*

434. Isto no Capítulo VIII; ver também 93b38 e seguintes.

435. Aristóteles diz Μηδικος πολεμος (*Medikos polemos*), literalmente *guerra dos medas.*

436. Os persas, chefiados por Dátis, atacaram Atenas em 490 a.C. e Aristágoras comandara o ataque a Sardis em 497 a.C..

aplica a B, o lado que iniciou as hostilidades, e B, por sua vez, se aplica a C, Atenas, quem em primeira instância fez irromper as hostilidades. Assim, também aqui a causa (a causa eficiente) é um [termo] médio. Agora visualizemos o caso no qual a causa é final; por exemplo, Por que alguém faz uma caminhada? Para ter saúde. Qual a finalidade de uma casa? A preservação dos bens nela contidos. As causas finais são, respectivamente, saúde e preservação. Não faz diferença se indagamos *por que* ou *qual a finalidade* de alguém caminhar após o jantar. C corresponde a "caminhar após o jantar", B a "digestão normal"[437] e A a "saúde". Vamos supor que caminhar após o jantar possui o atributo de promover a digestão normal e que esta concorre para a saúde, porque aceita-se geralmente que B (digestão normal) se aplica a C (caminhar) e que A (saúde) se aplica a B. Então, qual a razão para A, a causa final, aplicar-se a C? A resposta é: B (digestão normal). [B] é uma espécie de definição de A porque A será explicado por este meio. Por que B se aplica a C? Porque *saúde* é a condição representada por B. As definições deveriam ser transpostas, com o que os vários fatos ficariam mais claros. Nestes exemplos, a ordem dos eventos é a inversa daquela das causas eficientes; na ordem das causas eficientes é o termo médio que deve apresentar-se primeiro, enquanto aqui é o termo menor C, e o fim ou propósito vem por último.

Efeito idêntico pode ser obtido tanto para um fim quanto como uma conseqüência necessária, como, por exemplo, "a luz brilha através de uma lanterna"; sendo [a luz] composta por partículas menores do que os *poros* da lanterna,[438] não há como não atravessá-los (supondo que seja assim que a luz se propague). Mas ela também brilha com uma finalidade, qual seja, para que não tropecemos. Se, então, um efeito pode ser obtido para duas causas, pode também ser produzido por duas causas? Exemplo: trovejar tanto porque tem que haver um silvo e um ribombar quando o fogo é extinto [nas nuvens] quanto também (conforme sustentam os pitagóricos) para ameaçar as almas no Tártaro e torná-las cheias de temor. Há uma grande quantidade desses casos, especialmente entre os processos e produtos da

437. το μη επιπολαζειν τα σιτια (*to me epipolazein ta sítia*), literalmente *...o alimento não flutue na superfície*, quer dizer, não fique na boca do estômago sem ser adequadamente digerido.

438. Ver *Da investigação sobre os animais*, 531a5.

natureza, uma vez que a natureza, por um lado, atua com um fim, e por outro, por necessidade. A propósito, há duas classes 95a1 de necessidade: uma se comporta de acordo com a natureza ou tendência natural de um objeto; a outra se opõe compulsoriamente a esta [natureza ou tendência natural de um objeto] – assim, tanto o movimento ascendente quanto o descendente de uma pedra são devidos à necessidade, mas não à *mesma* necessidade.[439] Entre os produtos do pensamento racional alguns, como uma casa ou uma estátua, jamais devem sua existência a espontaneidade ou a necessidade, mas sempre a algum fim; outros, como a saúde e a segurança, também podem dever-se ao acaso. É principalmente em circunstâncias que admitem mais de um resultado – quando o processo não é devido ao acaso, de sorte que o fim é algum bem – que ocorre o propósito, que pode ser natural ou artificial. Nenhum resultado proposital é devido ao acaso.

XII

Os eventos presentes, pretéritos e futuros são causados precisamente da mesma forma que os seres, a causa sendo sempre o termo médio; mas enquanto a causa de um ser é um ser, a causa de um evento presente é um evento presente, e analogamente no que diz respeito ao passado e ao futuro. Por exemplo: Por que *ocorreu* um eclipse? Porque a Terra *se interpôs* [entre o sol e a lua]; e um eclipse *está ocorrendo* porque a Terra *está se interpondo;* [um eclipse] *ocorrerá* porque a Terra se *interporá e ocorre* [eclipse] porque a Terra *se interpõe.* O que é o gelo? Suponhamos que seja água gelada. *Água* é C, *gelada* é A – a causa é o termo médio B: *a completa ausência de calor*. Então B se aplica a C e A (gelada) se aplica a B. O gelo *se forma* quando B *ocorre*, *formou-se* ou *se formará* quando B *ocorreu* ou *ocorrerá.*

Causas e efeitos relacionados dessa forma ocorrem simultaneamente quando ocorrem, quer no presente, passado ou futuro; e coexistem quando existem. Mas surge a questão de se, como comumente se supõe, eventos que não ocorrem simulta-

439. O movimento ascendente necessário de uma pedra é causado pela transmissão de uma força externa (por exemplo, a oferecida pelo braço de alguém que lançou a pedra ao ar ou por qualquer outro instrumento arremessador de projéteis); o movimento descendente necessário da pedra é produzido pela gravidade.

neamente num tempo contínuo podem ser relacionados como causa e efeito – um efeito passado tendo uma causa no passado mais remoto, um efeito futuro uma causa no futuro mais próximo e um efeito presente, também, uma causa anterior a ele. Deste ponto de vista, a inferência é possível a partir do evento passado posterior (ainda que eventos passados tenham sua origem em eventos anteriores) e, portanto, o mesmo vale para os eventos presentes, mas não a partir de anteriores; por exemplo, não podemos argumentar que porque *isto* aconteceu, *aquilo* aconteceu subseqüentemente (e, analogamente, no tocante a eventos futuros); quer o intervalo seja definido ou não, não resulta que por ser verdadeiro dizer que *isto* aconteceu, é também verdadeiro dizer que *aquilo* (o evento posterior) aconteceu, pois durante o intervalo será falso dizer que *aquilo* aconteceu, enquanto *isto* já aconteceu. O mesmo argumento é aplicável a eventos futuros. Não resulta que por ter *isto* acontecido *aquilo* acontecerá. O termo médio tem que ser homogêneo relativamente aos extremos: passado quando eles são passados, futuros quando eles são futuros, presentes quando eles são presentes, reais quando eles são reais; e nada pode ser homogêneo concomitantemente com o que é passado e o que é futuro. O intervalo entre causa e efeito tampouco pode ser indefinido ou definido, porque durante o intervalo será falso afirmar o efeito. É preciso que sondemos qual é o vínculo de continuidade que faz com que um processo presente suceda o completamento de um evento passado. Decerto é óbvio que um processo presente não é contíguo a um completamento passado, não mais do que um processo completado o é a um outro. Tais completamentos constituem limites e são indivisíveis. Não são mais contíguos do que pontos numa linha: ambos são igualmente indivisíveis. Pela mesma razão, um processo presente não pode ser contíguo ao completamento de um evento passado, em virtude da divisibilidade do primeiro e a indivisibilidade do segundo. Conseqüentemente, a relação de um processo presente com o completamento de um evento passado é como a de uma linha com um ponto porque num processo há um número infinito de completamentos. Cabe-nos, entretanto, tratar deste assunto mais explicitamente na nossa discussão geral acerca do movimento.[440]

440. Tarefa que o Estagirita realmente empreende no seu tratado *Física*, Livro IV, Capítulos X-XIV.

É possível considerar agora que demonstramos como numa seqüência de eventos o termo médio é capaz de conter a causa. Aqui, mais uma vez, os termos médio e maior precisam estar conectados de modo imediato. Exemplo: A aconteceu porque C aconteceu. C é o evento posterior, enquanto A é o anterior. Mas C é o ponto de partida por estar mais próximo do presente, que é o ponto de partida no tempo. Ora, C aconteceu se D aconteceu. Então, se D *acontece*, A *deve ter acontecido*. Mas a causa [imediata] é C porque se D *acontece*, C *deve ter acontecido*, e se C *aconteceu*, A *deve ter acontecido* primeiro. Mas se tomarmos o termo médio dessa maneira, a série terminará em algum lugar numa premissa imediata ou será ela infinita, admitindo, inclusive, sempre a inserção de um outro termo? – isto porque um evento passado não é contíguo a um outro, como observamos há pouco.[441] Num caso ou outro, temos que partir de uma conexão imediata e do tempo presente. A situação é análoga no tocante ao futuro. Se é verdadeiro dizer que D será, tem que ser verdadeiro num tempo anterior dizer que A será. Mas C é a causa de A, porque se D será, C será antes dele; e se C será, A será antes que C seja. Aqui novamente a série será infinitamente divisível da mesma maneira que antes, porque eventos futuros não apresentam contigüidade recíproca. E também neste caso temos que assumir como nosso ponto de partida uma conexão imediata. Tal princípio pode ser exemplificado com fatos práticos. Se uma casa foi construída e passou a existir, para isto pedras tiveram que ser talhadas e produzidas. Por que? Porque o fato de uma casa ter sido construída e passado a existir implica o mesmo para os alicerces, e se assim foi, as pedras tiveram que passar a existir primeiramente. E também se é para haver uma casa, haverá pedras [talhadas] antes. A demonstração, como anteriormente, é pelo termo médio. Haverá alicerces antes de haver uma casa.

Pode-se observar que os eventos por vezes ocorrem ciclicamente. Isso é possível quando os termos médio e extremos são conseqüentes recíprocos, porque nestas condições a seqüência é convertível. Foi mostrado na primeira parte de nosso tratado[442] que as conclusões são convertíveis, o que constitui uma forma

441. Em 95b3-6.

442. Em 73a6 e seguintes.

de seqüência circular ou cíclica. Segue-se um exemplo tangível disto. Quando a terra apresenta umidade, forma-se necessariamente vapor, e após o vapor formam-se nuvens, e após as nuvens cai a chuva, e após a chuva a terra volta necessariamente *a estar úmida*, o ponto de onde partimos, os eventos tendo se processado num ciclo. Qualquer um deles conduz a um outro, este a um terceiro que retorna ao primeiro.

Alguns eventos ocorrem universalmente (pois um dado estado ou processo pode ser aplicável sempre e a todos os casos), ao passo que outros nem sempre ocorrem, mas [apenas] no mais das vezes (usualmente); por exemplo, nem todos os indivíduos humanos do sexo masculino deixam crescer barba no queixo, mas é o que ocorre usualmente. Nestes casos, também o termo médio deve ocorrer usualmente. Se A é predicado universalmente de B, e B universalmente de C, A terá também que ser predicado de C e do *todo* de C, uma vez que *universalmente* significa sempre e em todos os casos. Mas, *ex hypothesi*, A é predicado usualmente de C. Assim, o termo médio B tem também que ser *usual* e, conseqüentemente, as premissas imediatas de eventos usuais têm também que descrever estados ou processos que sejam usuais.

XIII

Explicamos nas páginas anteriores como a essência é distribuída entre os termos e em que sentido admite ou não admite demonstração ou definição. Examinemos agora como devemos buscar os predicados que se predicam como elementos na definição.

Dos predicados não-acidentais de qualquer sujeito, alguns têm aplicação mais ampla, embora não além do gênero. Por *predicado que apresenta aplicação mais ampla* entendo aquele que se aplica universalmente a um sujeito particular, mas que também se aplica a alguns outros [sujeitos]. Por exemplo, há predicados que se aplicam a todo *três* e também ao que não é triplo, daquele modo que *ser* se aplica ao *três* e também a sujeitos que não são números. Por outro lado, a imparidade se aplica a todo *três* e apresenta uma aplicação mais ampla porque se aplica também ao *cinco*. Mas não se estende além do gênero porque *cinco* é um número e nada fora do gênero número é ímpar. São predicados deste tipo que temos que selecionar até o

ponto em que, apesar de isoladamente exibirem uma maior extensão de significado do que o sujeito, coletivamente não a exibirão. Isto[443] é necessariamente a substância da coisa. Por exemplo, o *três* apresenta os seguintes predicados universais: é um número, é ímpar, é primo em ambos os sentidos, porquanto não é nem numericamente mensurável nem numericamente composto. Temos agora *o que é* o três: um número, ímpar, primo e primo neste sentido particular. Os dois primeiros destes predicados aplicam-se a todos os números ímpares e o último se
96b1
aplica também ao *dois*. Mas nenhum outro número os possui a todos. Ora, como demonstramos anteriormente que predicados que se predicam como elementos na definição são universais e que predicados universais são necessários,[444] e como os predicados selecionados são elementos na definição do *três* (ou de qualquer outro sujeito na hipótese de serem assim selecionados), então a *triplicidade* deve consistir precisamente nesses atributos. Que eles constituem sua essência ficará claro com base no argumento que se segue. Se essa combinação de predicados não fosse a essência de *três*, seria forçosamente um tipo de gênero, com ou sem um nome peculiar. Então sua aplicação tem que se estender além de *três*. Suponhamos que o gênero é tal de modo a apresentar a aplicação mais ampla possível. Neste caso, se limitar sua aplicação a *treses* (3s) individuais, será necessariamente *triplicidade*, pois temos que supor, ademais, que a essência de qualquer coisa dada é o último predicado desse tipo que se aplica aos individuais. Analogamente, qualquer outra combinação de predicados assim exibidos será a essência do sujeito em pauta.

Ao executar um estudo sistemático de toda uma classe de objetos, deve-se começar por dividir o gênero nas suas *ínfimas espécies irredutíveis* (por exemplo, o número em *três* e *dois*) e, a seguir, procurar apreender as definições dessas espécies ínfimas, por exemplo, a da linha reta, do círculo e do ângulo reto, com a ajuda dos métodos descritos anteriormente; em seguida, após determinar [a categoria] do gênero (digamos, se quantidade ou qualidade), examinar suas propriedades peculiares à luz dos predicados comuns primários. Os predicados de sujeitos compostos dessas ínfimas espécies ficarão evidentes a partir da defi-

443. A saber, a coleção de predicados.

444. No Livro I, Capítulo IV.

nição delas, porque em todos os casos o ponto de partida é a definição e o sujeito simples – e predicados pertencem *per se* exclusivamente a sujeitos simples e aos outros [apenas] indiretamente. Para investigações deste tipo, a divisão de acordo com as diferenças se mostra útil; a forma como os fatos são por ela revelados foi exposta anteriormente.[445] Todavia, com o propósito de inferir a natureza essencial de um sujeito, seu uso é limitado, conforme explicarei na seqüência. Poderia, de fato, até parecer que é totalmente inútil, procedendo por suposição direta, tal como se alguém tomasse os fatos como aceitos sem o emprego da divisão. Entretanto, representa uma diferença considerável se ou não os predicados são enunciados na ordem correta, por exemplo, se é dito "animal, domesticado, bípede" ou "bípede, animal, domesticado", porque se todo definido consiste de dois elementos e "animal, domesticado" é uma unidade, e se "homem" (ou seja qual for outra espécie singular que estejamos tentando definir) consiste, por sua vez, desse gênero acrescido de suas diferenças, temos que usar a divisão na suposição dos elementos. Ademais, este constitui o único meio de assegurar que nenhum elemento da definição seja omitido. Se, depois de tomar o gênero mais superior, tomarmos em seguida uma das divisões inferiores, a classe que estivermos dividindo não se subordinará totalmente nessa divisão; por exemplo, nem todo animal tem ou asas inteiriças ou asas bipartidas,[446] embora todo animal alado seja holóptero ou esquizóptero, uma vez que esta é a classe à qual diz respeito a diferença. A diferença primordial de *animal* é aquela à qual todo *animal* está submetido. O mesmo se aplica a todos os demais gêneros, sejam coordenados ou subordinados. A diferença primordial de *ave* ou *peixe* é aquela na qual toda ave ou todo peixe se enquadra. Se progredirmos por este caminho, poderemos estar certos de que nada foi omitido; caso contrário, incorreremos em omissões, sem qualquer possibilidade de as detectarmos.

Ao definir por divisão, o conhecimento de todos os fatos é dispensável. Alguns,[447] entretanto, sustentam que é impossível conhecer as diferenças entre uma coisa particular e o resto sem

445. Ver Capítulo V; cf. Livro I, Capítulo XXXI dos *Analíticos Anteriores*.

446. η ολοπτερον η σχιζοπτερον (*e olopteron e schizopteron*).

447. A referência é provavelmente a Espeusipo, sucessor de Platão na Academia após a morte deste último.

conhecer cada coisa na sua individualidade, e impossível conhecer cada coisa na sua individualidade sem o conhecimento das diferenças, pois se A não difere de B, eles são idênticos, e se [A] realmente difere, são espécies distintas. Ora, para começar, isso é falso, porque nem toda diferença impõe uma distinção específica. Muitas diferenças são aplicáveis, porém nem essencialmente nem *per se*, a coisas especificamente idênticas. Em segundo lugar, quando se toma um par de atributos opostos e a diferença que os distingue e se supõe que todo individual se enquadra em um ou outro e, em seguida, se supõe que o termo dado está contido em um dos dois (e se conhece a classe), é irrelevante o fato de conhecer-se ou não todos os outros termos dos quais as diferenças são predicáveis, pois está claro que se prosseguir por este caminho até atingir o ponto em que não haja mais diferenças, ter-se-á a definição [da essência]. Não constitui uma suposição asseverar que todo membro do gênero tem que se enquadrar numa ou noutra divisão, se esgotados os opostos, porque todo membro de um gênero tem que estar em uma ou outra de duas espécies distinguidas por uma diferença daquele gênero.

Com o fito de estabelecer uma definição por divisão, é necessário que tenhamos três coisas em mente: [1] a seleção de predicados descritivos da essência, [2] a disposição [destes predicados] em ordem de prioridade e [3] a certeza de que a seleção está completa. A primeira dessas coisas é atingível através da possibilidade de estabelecer o gênero e a diferença pelo *gênero*,[448] tal como, no que tange ao acidente, é possível inferirmos que é inerente ao sujeito. [Quanto a 2,] os predicados podem ser dispostos corretamente se tomarmos primeiramente o primeiro na ordem, isto é, aquele que está implícito nos outros, mas não implica em todos os outros [predicados], sendo necessário que este termo seja *um* [apenas]. Uma vez que o tenhamos selecionado, poderemos prosseguir imediatamente da mesma maneira com os termos inferiores. O segundo será o primeiro dos restantes e o terceiro o primeiro dos que são imediatamente sucessivos (porque quando o primeiro de uma série é eliminado, o próximo passa a ser o primeiro dos restantes) e assim por diante.

448. Rigorosamente falando, pelo *tópico* [τοπος] do gênero, que é o *lugar comum* num argumento ou o *grupo de regras* que transmite convincibilidade à própria argumentação. Ocioso dizer que o tópico tem caráter dialético e não científico. Ver *Tópicos*, Livros II, III e, principalmente, Livro IV.

[Quanto a 3,] a completitude de nossa seleção se revelará evidente pelo fato de tomarmos primeiramente a primeira classe a ser dividida e supormos que todo animal é ou A ou B e, em seguida, que uma dessas diferenças lhe é pertinente, e então tomarmos a diferença da classe inteira assim obtida, até que a classe finalmente atingida não apresente mais nenhuma diferença, ou, em outras palavras, no momento em que tivermos suposto a última diferença que caracteriza o termo complexo [a ser definido], este último não será mais divisível em espécies. Está claro 97b1 que nada supérfluo é incluído, uma vez que todos os predicados foram supostos como formando parte da essência; [por outro lado,] nada [não supérfluo] é omitido, pois se o fosse, teria que ser ou um gênero ou uma diferença; ora, o primeiro termo é um gênero e, assim, é a combinação desse termo com suas diferenças, e as diferenças estão todas incluídas porque atingimos um ponto no qual não existe mais diferenciação; se houvesse, o último termo seria divisível em espécies e formulamos que não é.

Temos que encetar nossa investigação procurando examinar um grupo de sujeitos que sejam semelhantes no sentido de serem indiferenciados e prosseguir indagando o que todos possuem em comum. Na seqüência nos caberá fazer o mesmo com um outro grupo do mesmo gênero e pertencente à mesma espécie de qualquer outro, porém pertencente a uma espécie diferente daquela do primeiro grupo. Uma vez descoberto neste segundo grupo o que os seus membros possuem em comum (e, analogamente, no tocante a todos os outros grupos), nossa tarefa será examinar novamente se os traços comuns estabelecidos por nós apresentam qualquer traço que seja comum a todos eles, até atingirmos uma expressão única, a qual será a definição requerida.

Se a série se encerrar não em uma única expressão, mas em duas ou mais, ficará claro que o definido não pode ser uma coisa singular, mas múltipla. Quero dizer, por exemplo, na suposição de necessitarmos de uma definição de *grandeza de alma*[449] será necessário examinarmos indivíduos dotados de grandeza de alma que conhecemos e apurarmos qual a característica singular que todos possuem *enquanto* grandiosos de alma. Por exemplo,

449. μεγαλοψυχια (*megalopsüchia*), uma das virtudes *éticas* ou morais (todas distintas das virtudes *dianoéticas* ou intelectuais). Ver *Ética a Nicômaco*, Livro IV, 1123a34 e seguintes (obra presente em *Clássicos Edipro*).

se Alcibíades, Aquiles e Ajax[450] são grandiosos de alma, qual era sua característica comum? *Não suportar a desonra*, uma vez que foi isso que fez o primeiro [dos três] ir à guerra, despertou a ira do segundo e levou o terceiro a cometer suicídio. Em seguida, teremos que aplicar o mesmo procedimento a um outro grupo, digamos Lisandro e Sócrates.[451] Suponhamos que aqui a característica comum não seja afetada pela boa ou má sorte. Ora, tomo estes dois e examino o que há de comum entre a indiferença pela sorte e o não suportar a desonra, e se não houver nada [de comum], terá que haver dois tipos de grandeza de alma. Mas toda definição é sempre universal. Um médico receita o que é salutar não para um único olho, mas para todos os olhos, ou para o olho numa condição específica.

É mais fácil definir o particular do que o universal e, portanto, deveríamos proceder dos particulares para os universais. Também é mais difícil detectar ambigüidades nos universais do que nas *espécies ínfimas*. Tal como a demonstração exige rematada inferência, a definição exige clareza, o que será obtido se pudermos – por meio dos traços comuns que estabelecemos – definir nosso conceito separadamente em cada classe de objetos (por exemplo, definir a similaridade não no geral, mas com respeito às cores ou formatos, e definir o agudo com respeito ao som), e assim avançar à definição geral, acautelando-se para não se envolver em homonímias. Se estamos dispostos a evitar a argumentação dialética por metáforas, está claro que também devemos nos dispor a evitar *definir* por metáforas e *definir* termos metafóricos – caso contrário, nos veremos forçados a argumentar por metáforas.

450. Alcibíades (450-404 a.C.), político e general ateniense. Aquiles e Ajax são famosos heróis mitológicos atuantes na guerra de Tróia: o primeiro, sentindo-se profundamente ofendido por Agamenon, chefe do exército grego, principalmente por este ter lhe retirado a escrava Briseida (que coubera a Aquiles como butim de guerra), e tomado pela ira com a afronta, deixou de lutar ao lado dos gregos; o segundo, também se sentindo insultado e injustiçado porque as armas do bravo pelida Aquiles morto em batalha (após regressar à luta) lhe foram negadas em favor do ardiloso Odisseu, enlouqueceu e no seu acesso de insanidade matou vários de seus próprios companheiros. Depois de voltar ao juízo, Ajax lançou-se contra a própria espada. Ver Homero, *Ilíada*, Canto I.

451. Lisandro (?-395 a.C.), general e político espartano. Sócrates (469-399 a.C.), filósofo ateniense e mestre de Platão. Condenado à morte, apesar de julgar-se inocente dos crimes de impiedade e corrupção da juventude, não abjurou de uma só sílaba dos princípios filosóficos que sustentava, não se motivou a pagar uma multa ao tribunal e nem fugiu da prisão de Atenas e da jurisdição ateniense quando teve chance para safar-se da morte.

XIV

Com o objetivo de formular os problemas [de uma ciência em particular], é preciso que selecionemos as seções ou divisões adequadas da maneira que se segue. Devemos começar por postular o gênero que é comum a todos os particulares; por exemplo, se nosso objeto de estudo são os animais, compete-nos apurar quais predicados pertencem a todos os animais. Feito isso, teremos, em seguida, que considerar todos os predicados pertencentes à primeira das classes restantes; por exemplo, se esta classe for *ave*, será mister considerar quais o predicados pertencentes a todas as aves, e assim sucessivamente, sempre tomando o sub-gênero imediato. Desta forma, nos capacitaremos obviamente a revelar diretamente a razão dos predicados pertencerem a cada um dos sub-gêneros, tais como o ser humano ou o cavalo. Que A corresponda a animal, B a predicados pertencentes a todo animal e C, D e E a espécies animais. Então ficará evidente por que B se aplica a D, a saber, através de A, ocorrendo situação análoga com C e E. O mesmo princípio é válido para todos os demais sub-gêneros.

Presentemente empregamos as designações de classe tradicionais, mas não devemos nos circunscrever a elas em nossa investigação. Cumpre-nos selecionar qualquer outra característica comum observada e, a seguir, determinar a que sujeitos pertence e quais propriedades acarreta; por exemplo, no caso dos animais providos de chifres, a posse de um terceiro estômago e uma só fileira de dentes. Então indagar: "Quais animais detêm a propriedade de possuir chifres?" Será óbvio porque a característica especificada pertence a tais animais, qual seja, porque eles possuem chifres.

Há um outro método de seleção: por analogia. É impossível encontrar um nome único que seja aplicável à *concha óssea interna de uma siba,*[452] à espinha [do peixe] e ao osso [do animal terrestre]; no entanto, o fato deles também terem propriedades [comuns] implica a existência de uma única substância natural desse tipo.

452. σηπιον (*sépion*): σηπια (*sépia*) significa tanto *siba* (o molusco), quanto a carapaça óssea interna do corpo deste animal e *sépia*, pigmento preparado a partir do líquido ejetado pela siba.

XV

Alguns problemas são idênticos, devido a apresentarem o mesmo termo médio; por exemplo, podendo todos serem explicados pelo princípio da substituição recíproca.[453] Destes termos médios, alguns são [somente] genericamente idênticos, a saber, diferem em virtude de terem distintos sujeitos ou operarem de diferentes maneiras; por exemplo, os fenômenos do eco, da reflexão e do arco-íris. Em todos estes, o problema é genericamente o mesmo – uma vez que são todos formas de repercussão ou refração – mas especificamente diferentes.

Outros problemas diferem [exclusivamente] pelo fato do termo médio de um ser subordinado ao termo médio do outro. Por exemplo, por que [as águas] do Nilo sobem na última parte do mês? Porque nesta ocasião o clima se mostra mais tempestuoso. E por que o clima é mais tempestuoso nesta ocasião? Porque a lua está na crescente. A relação dos dois [termos] médios é de subordinação.

XVI

No que respeita à causa e efeito, poder-se-ia questionar se a presença do efeito implica a presença da causa (por exemplo, se uma árvore deixa cair suas folhas ou ocorre um eclipse, a causa do eclipse ou da queda das folhas tem também que estar presente, a saber, neste último caso, o fato da árvore apresentar folhas largas, e, no primeiro, o fato da interposição da Terra – isto porque se a causa não estiver presente, deverá haver alguma outra causa para tais efeitos); e estando a causa presente, estará presente também o efeito (por exemplo, se a Terra produz uma interposição, ocorre um eclipse, ou sendo a árvore de folhas largas, é decídua). Se assim é, causa e efeito serão concomitantes e demonstráveis um em função do outro. Que A corresponda a *decídua*, B a *de folhas largas* e C a *videira*. Então, se A se aplica a B (visto que todas as plantas de folhas largas são decíduas) e B a C (visto que todas as videiras têm folhas largas), A se aplica a C, isto é, todas as videiras são decíduas. A causa é o termo médio B. Mas também podemos demonstrar que a videira tem folhas largas porque é decídua. Que D seja *de folhas*

453. Ver *Física*, Livro IV, Capítulos VII a IX.

largas, E *decídua* e F *videira*. Então E se aplica a F (visto que toda videira é decídua), e D a E (visto que toda planta decídua tem folhas largas). Conseqüentemente, todas as videiras têm folhas largas. Neste caso, a causa é *folhas que caem*. Mas como é impossível que duas coisas sejam causas uma da outra, porquanto a causa é anterior ao seu efeito,[454] e é a interposição da Terra que é a causa do eclipse, e não o inverso; se a demonstração por meio da causa demonstra o porquê, enquanto a demonstração que não é através da causa limita-se a demonstrar o mero fato; [quem argumenta desta segunda maneira] conhece o fato da interposição da Terra, mas não a razão para ela. Que a interposição da Terra é a causa do eclipse, e não o inverso, é óbvio, se considerarmos o fato de que a primeira constitui um elemento da definição da segunda, o que claramente indica que obtemos nosso conhecimento da segunda através da primeira, e não o inverso.

Ou é possível que um efeito tenha diversas causas? Se o mesmo atributo pode ser predicado de forma imediata de mais de um sujeito, que A se aplique imediatamente a B e, igualmente, a C, e que B e C se apliquem imediatamente a D e E respectivamente. Então A se aplicará a D e E, as causas sendo B e C respectivamente. Assim, a presença da causa necessariamente implica aquela do efeito, porém a presença do efeito não implica necessariamente aquela de toda a cadeia de causas possíveis – implica alguma causa, mas não toda causa.

Mas, decerto, se o problema for sempre universal, a causa será um todo e o efeito será universal. Exemplifiquemos: a deciduidade é apropriada a um sujeito como um todo, e se este consiste em espécies, o atributo (predicado) pertence a estas também universalmente, ou a plantas ou a espécies particulares de plantas. Conseqüentemente, no que tange a estas, o termo médio e o efeito têm que ser adequáveis e convertíveis. Por exemplo, por que são decíduas as árvores? Se é porque ocorre coagulação da seiva, então, se uma árvore é decídua, deve haver coagulação; e se a coagulação está presente, não em qualquer e todo objeto, mas numa árvore, a árvore deve ser decídua.

454. Não necessariamente do ponto de vista cronológico, entenda-se, mas daquele lógico. Não há necessárias anterioridade e posterioridade temporais, já que a causa formal é concomitante ao seu efeito. Ver 95a14 e seguintes.

XVII

99a1 É possível que um mesmo efeito seja produzido não pela mesma causa na totalidade dos casos, mas [por vezes] por uma causa distinta? Isso é com certeza impossível, [1] se tiver sido demonstrado que o efeito é essencial (e não demonstrado com base em um sinal ou através de uma conexão acidental), pois então o termo médio será a definição do termo maior; é possível, [2] se aquela demonstração[455] não tiver sido realizada. É possível considerar o efeito e seu sujeito numa relação acidental, mas tais conexões não são tidas como *problemas*. Independentemente da relação acidental, o [termo] médio corresponderá aos termos extremos: [em primeiro lugar,] se apresentarem homonímia, o [termo] médio será homônimo, [em segundo lugar,] se exprimirem uma conexão genérica, o [termo] médio também a exprimirá. Por exemplo [com referência ao segundo caso], "por que proporcionais se alternam?" A causa é diferente para linhas e números e, não obstante, é a mesma: *diferente*, se as linhas forem consideradas como linhas, e *idêntica*, se consideradas como reveladoras de um incremento. O mesmo vale para todos os proporcionais. [Com referência ao primeiro caso,] a causa da similaridade entre cores difere daquela da similaridade entre figuras, porque a *similaridade* nesses dois casos é homônima; no que concerne às figuras, ela significa presumivelmente que os lados são proporcionais e os ângulos iguais, ao passo que, no que respeita às cores, significa que nossa percepção delas é una e idêntica, ou algo deste jaez. [Em terceiro lugar,] coisas que são idênticas por analogia terão um termo médio análogo.

A correta perspectiva da reciprocidade de causa, efeito e sujeito é a que se segue. Se as espécies são tomadas separadamente, o efeito apresenta uma extensão maior do que o sujeito; por exemplo, "ter a soma dos ângulos externos igual a quatro ângulos retos" possui uma extensão maior do que possui triangularidade ou quadratura; mas, se são tomadas conjuntamente, o efeito tem a mesma extensão, a saber, com todas as figuras que têm a soma de seus ângulos externos igual a quatro ângulos retos e, analogamente, com o [termo] médio. O [termo] médio é a definição do termo maior, e é por isso que todas as ciências são baseadas em definições. Exemplificando, a deciduidade é um

455. Ou seja, da essencialidade do efeito.

predicado universal da videira ou da figueira e, também, apresenta uma extensão maior do que uma ou outra; todavia, não é mais extensa, mas igual à soma de todas as espécies. Assim, se tomarmos o *primeiro* termo médio, teremos uma definição de *decíduo*. [E digo *primeiro*] porque há [um outro] termo médio que se constitui como primeiro na direção dos sujeitos, descritos todos como detentores de uma certa característica, o que, por sua vez, apresenta um [termo] médio "porque a seiva é coagulada" ou alguma coisa neste sentido. O que é deciduidade? Coagulação da seiva na junção do pecíolo.

Em caso de necessidade de mostrar esquematicamente a correspondência entre causa e efeito, será como se segue. Suponhamos que A se aplica a todo B, e B a cada uma das espécies de D, mas com uma extensão maior. Então, B será um predicado universal dos Ds, pois classifico como universal um predicado, mesmo que a premissa não seja convertível (ainda que o classifique como universal na acepção primária somente se, enquanto cada espécie separadamente não for com ele convertível, a soma das espécies for convertível e da mesma extensão que ele). Assim, B é a causa de A se aplicar aos Ds. Portanto, A tem que apresentar uma extensão maior do que B; de outra maneira, A poderia também simplesmente ser a causa de B. Se, agora, A se aplica a todas as espécies de E, eles constituirão um todo único distinto de B; de outro modo, como dizer que A se aplica a tudo aquilo a que E se aplica, e não o inverso? Decerto deve haver alguma causa,[456] como há para a totalidade dos Ds. Assim, parece que os Es também constituirão um todo único. É preciso que examinemos o que isso significa, e o representaremos por C. Assim, é possível, para o mesmo efeito, ter mais de uma causa, mas não quando os sujeitos forem idênticos do ponto de vista da espécie. Exemplificando: no tocante aos quadrúpedes, a causa da longevidade é a ausência de bílis [nos seus organismos], mas nas aves é a *secura* de sua constituição ou alguma outra característica distinta.[457]

Se não chegarmos diretamente a proposições *indivisíveis*,[458] isto é, se não houver meramente um, porém mais de um termo médio, haverá também mais de uma causa.

456. Ou seja, *da aplicação de A aos Es.*

457. Isto, é claro, de acordo com o zoologia aristotélica.

458. Leia-se *imediatas*.

XVIII[459]

Mas qual dos termos médios é a causa para os particulares? Aquele que está mais próximo na direção do universal, ou aquele que está mais próximo na direção da espécie [particular]? Ora, está claro que é o que está mais próximo da espécie particular que é o seu sujeito, porque este [termo] médio constitui a causa da subordinação do sujeito imediato ao universal. Por exemplo, C é a causa da predicação de B a D. Conseqüentemente, C é a causa da predicação de A a D; B a de A a C, ao passo que a causa da predicação de A a B é o próprio B.

XIX

Explicamos a natureza do silogismo e da demonstração e, inclusive, a ciência demonstrativa, que é idêntica à demonstração [em acepção estrita], e [explicamos] também como são produzidos. É necessário, a seguir, indagarmos qual é a forma de obtenção do conhecimento dos primeiros princípios e qual é a faculdade asseguradora desse conhecimento. A resposta surgirá com clareza se começarmos por examinar algumas dificuldades preliminares.

Observamos anteriormente[460] que é impossível alcançar conhecimento científico através da demonstração, a menos que se apreendam os primeiros princípios imediatos. No que respeita à apreensão dos imediatos, as questões podem ser formuladas como se segue. [1] Se é ou não é o mesmo que apreensão de premissas mediatas, [2] se existe um conhecimento científico de ambos, ou apenas das últimas, os primeiros sendo apreendidos por um tipo distinto de conhecimento, [3] se desenvolvemos faculdades cognitivas que não possuíamos antes ou que sempre possuímos, sem, entretanto, disso ter ciência.

Parece despropositado que as tenhamos possuído sempre, porque, se assim fosse, seríamos forçados a concluir que possuímos, sem saber, recursos de apreensão [de conhecimento] e

459. Diferentemente de Bekker, outros helenistas (entre eles W. D. Ross) apontam o capítulo XVIII como se iniciando no parágrafo anterior. Como é visível a continuidade do mesmo tema, esta divergência é totalmente irrelevante. É muito provável, inclusive, que a indicação injustificável de mudança de capítulo nesta oportunidade tenha sido alguma intervenção infeliz de algum editor antigo.

460. No Livro I, Capítulo I.

maior precisão do que a demonstração. Se, por outro lado, nós as adquirimos, não estando de posse delas antes, como podemos obter conhecimento e aprender sem algum poder pré-existente de apreensão? Isso constitui uma impossibilidade, tal como dissemos no que tange à demonstração.[461] Assim, fica evidente tanto que não podemos tê-las possuído sempre quanto que não podemos adquiri-las se somos completamente ignorantes e não dispomos de nenhuma faculdade positiva. Devemos, então, possuir alguma faculdade, mas não tal que seja superior, do ponto de vista da precisão, às mencionadas anteriormente. Está claro que se trata de uma propriedade de todos os animais. Possuem uma faculdade discriminatória inata, a que damos o nome de percepção sensorial. Todos os animais a possuem, porém em alguns deles a percepção persiste, enquanto em outros, não. No caso negativo, ou não há cognição alguma fora do ato perceptivo, ou não há cognição dos objetos em relação aos quais a percepção não é retida; quando a percepção persiste, após o término do ato perceptivo, aquele que percebe pode ainda reter as impressões da percepção na alma. Se isso ocorrer
100a1 repetidamente, surgirá imediatamente uma distinção entre os animais que extraem uma impressão coerente da persistência [da percepção] e aqueles que não extraem.

Assim, a percepção sensorial dá origem à *memória*, segundo a denominação que damos, e memórias sucessivas da mesma coisa dão origem à experiência, uma vez que as memórias, ainda que numericamente múltiplas, constituem uma experiência singular. *E a experiência, que é o universal quando estabelecida como um todo na alma*[462] – o *singular* que corresponde ao *múltiplo*, a unidade que está identicamente presente em todos os sujeitos particulares – outorga o princípio da arte e da ciência: arte no domínio da criação e ciência no domínio do ser. Assim, tais faculdades não são nem inatas de forma definida e completamente desenvolvida em nós, nem derivadas de outras faculdades desenvolvidas num plano superior de conhecimento; elas provêm da percepção sensorial, como quando ocorre uma retirada durante uma batalha, se um homem se detém e o mesmo o faz um outro e, em seguida, um outro, até que a posição original

461. Em 71a1 e seguintes.

462. Ou, com base no texto de W. D. Ross: *E da experiência ou do universal inteiro que encontrou repouso na alma...* .

seja recuperada. A alma é constituída de tal modo que está apta ao mesmo tipo de processo. Reafirmemos o que acabamos de exprimir[463] com insuficiente precisão. Logo que um indivídual, entre muitos especificamente não diferenciados, se detém na alma, trata-se do mais primordial nela, no que diz respeito à presença de um universal (porque embora seja o particular o que percebemos, o ato da percepção envolve o universal, por
100b1 exemplo, *homem*, não *um homem*, Calias). Então outras *paradas* ocorrem entre esses universais [imediatos], até que os gêneros indivisíveis ou os universais são estabelecidos; por exemplo, uma espécie particular de animal conduz ao gênero *animal* e assim por diante. Está claro, então, que tem que ser por indução que adquirimos conhecimento das premissas primárias, porque é este também o modo no qual os conceitos gerais nos são transmitidos pela percepção sensorial.

Bem, das faculdades intelectuais que utilizamos na busca da verdade, algumas (por exemplo, o conhecimento científico e a intuição) são sempre verdadeiras, enquanto outras (por exemplo, a opinião e o cálculo) admitem a falsidade. E nenhum outro tipo de conhecimento, exceto a intuição, é mais exato do que o conhecimento científico. Primeiros princípios são mais cognoscíveis do que as demonstrações, e todo o conhecimento científico envolve o discurso racional. Conclui-se que não pode haver conhecimento científico dos primeiros princípios; e uma vez que nada pode ser mais infalível do que o conhecimento científico, salvo a intuição, é forçosamente esta que apreende os primeiros princípios. Isso se mostra evidente não apenas com fundamento nas considerações precedentes, como também porque o princípio da demonstração não é ele próprio demonstração, e assim o princípio do conhecimento científico não é ele próprio conhecimento científico. Portanto, como não dispomos de outra faculdade infalível além do conhecimento científico, a fonte de tal conhecimento deve ser a intuição. Assim, será a fonte primária de conhecimento científico que apreende os primeiros princípios, ao passo que o conhecimento científico como um todo está analogamente relacionado à esfera total dos fatos.

463. Em 100a3-9.

TÓPICOS

LIVRO I

I

O propósito deste tratado é descobrir um método que nos capacite a raciocinar, a partir de opiniões de aceitação geral, acerca de qualquer problema que se apresente diante de nós e nos habilite, na sustentação de um argumento, a nos esquivar da enunciação de qualquer coisa que o contrarie. Devemos, portanto, começar por dizer o que é o silogismo e quais tipos dele existem, para possibilitar que o silogismo dialético[464] seja apreendido, já que é a busca deste que empreendemos no presente tratado.

O silogismo é um discurso argumentativo no qual, uma vez formuladas certas coisas, alguma coisa distinta destas coisas resulta necessariamente através delas pura e simplesmente.[465] O silogismo é demonstração quando procede de premissas verdadeiras e primárias ou tais que tenhamos extraído o nosso co-

---

464. ...διαλεκτικος συλλογισμος (*dialektikos sülogismos*), a dedução dialética enquanto distinta da dedução científica.

465. Tendo em vista agora a dialética, Aristóteles didaticamente *repete,* mediante outras palavras, a definição de silogismo, bem como *repetirá* outras definições, inclusive a definição de definição. Ver *Analíticos Anteriores*, Livro I, Capítulo I, 24b19. Dizemos *repete* e *repetirá* meramente em função da ordem que se convencionou adotar para os tratados que compõem o *Órganon*, pois é quase certo que Aristóteles escreveu o tratado *Tópicos* antes dos *Analíticos Anteriores*.

nhecimento original delas através de premissas primárias e verdadeiras. O silogismo dialético é aquele no qual se raciocina a
100b18 partir de opiniões de aceitação geral. São verdadeiras e primárias as coisas que geram convicção através de si mesmas e não através de qualquer outra coisa, pois, no que toca aos primeiros princípios da ciência, faz-se desnecessário propor qualquer questão adicional quanto ao *por que*, devendo cada princípio por si
100b20 mesmo gerar convicção. Opiniões de aceitação geral, por outro lado, são aquelas que se baseiam no que pensam todos, a maioria ou os sábios, isto é, a totalidade dos sábios, ou a maioria deles, ou os mais renomados e ilustres entre eles. O silogismo é *polêmico,*[466] se fundado em opiniões que, embora pareçam receber aceitação geral, de fato não recebem, ou se meramente parece se fundar em opiniões que são, ou parecem ser, geralmente aceitas, pois nem toda opinião que parece receber aceitação geral realmente a recebe. Em nenhuma das chamadas opiniões de aceitação geral é a aparência falaciosa totalmente manifesta como acontece com os princípios dos argumentos polêmicos, pois usualmente a natureza de falsidade nestes é imediatamente visível, mesmo para aqueles que possuem modesta
100a1 capacidade de entendimento. Portanto, dos silogismos polêmicos supracitados, os primeiros deveriam realmente ser classificados como silogismos, mas os outros deveriam ser classificados não simplesmente como *silogismos*, mas como silogismos polêmicos, porque, embora pareçam produzir raciocínio dedutivo, de fato não o produzem.

Ademais, além de todos os silogismos citados anteriormente, há falsos silogismos baseados em premissas características de determinadas ciências, encontrados na geometria e nas ciências que lhe são afins. Dizemo-lo porque esta modalidade parece diferir dos silogismos já mencionados. Com efeito, aquele que constrói uma falsa figura não raciocina nem a partir de premissas verdadeiras e primárias nem a partir de opiniões de aceitação geral, não sendo enquadrado em nossa definição, pois não toma como suas premissas quer opiniões de aceitação universal, quer as que se fiam na maioria ou nos sábios (a saber, em todos os sábios, na sua maioria ou nos mais ilustres entre eles), mas seu processo de raciocínio é baseado em suposições peculiares a

466. εριστικος (*eristikos*), adjetivo derivado do substantivo ερις (*eris*), luta, querela, discórdia, rivalidade.

uma ciência, mas não verdadeiras. Há, de sua parte, no caso, raciocínio falso tanto na descrição incorreta dos semicírculos quanto no traçado impróprio das linhas.

Que o dito anteriormente valha como uma descrição sumária dos diferentes tipos de silogismo. Em geral, no que tange a todos os já mencionados e a serem mencionados daqui para a frente, que a distinção indicada nos baste, uma vez que não nos propusemos a oferecer a definição exata de qualquer um deles, mas desejamos meramente descrevê-los a grosso modo, considerando tal o suficiente do ponto de vista do método que estabelecemos, para estarmos aptos a reconhecer cada um deles de uma forma ou outra.

II

Feitas as observações anteriores, o próximo passo é esclarecer quais e quantas utilidades apresenta este tratado. Ele é útil sob três formas: o exercício [intelectual], os encontros casuais e as ciências filosóficas.[467] Que é útil para o exercício intelectual se evidencia por si mesmo, pois, se dispomos de um método, seremos capazes de, com maior facilidade, raciocinar em torno do

467. É difícil saber o que Aristóteles, neste contexto, quer dizer precisamente com φιλοσοφιαν επιστημας (*filosofian epistemas*). Sua classificação básica do conhecimento é tríplice: ciências teóricas, ciências práticas e ciências *poiéticas*. As ciências teóricas são aquelas que correspondem aproximadamente ao que chamamos posteriormente de ciências puras e especulativas, classe em que o Estagirita coloca as matemáticas (geometria, aritmética, astronomia, harmonia, etc.), a física e a metafísica, entre outras; são ciências que nada visam de externo ao objeto delas mesmas. As ciências práticas são teleologicamente distintas, no sentido de visarem objetivos externos a si mesmas, das quais os exemplos mais importantes são a ética e a política (são as ciências da *práxis* [πραξις]). As ciências poiéticas (de *poieo* [ποιεω] fazer, criar, fabricar) implicam, na sua atividade, na produção de alguma coisa distinta delas mesmas, de seu objeto e que os transcende; estas ciências se confundem com as artes (Aristóteles às vezes chama a medicina de ciência – *epistemê* (επιστημη), às vezes de arte – *tecnê* (τεχνη); esta classe compreende uma enorme e heterogênea gama, desde a carpintaria e a construção de navios até a arquitetura, a escultura, a pintura, a poesia, a retórica e a já citada medicina. É mais provável que sua alusão, ao dizer ciências *filosóficas*, seja às principais ciências teóricas, quais sejam, as matemáticas, a física e a metafísica, onde a utilização do silogismo (e da analítica ou lógica em geral) na determinação do verdadeiro e do falso se faz especialmente presente. As ciências filosóficas seriam aquelas cuja finalidade é exclusiva e estritamente a busca e apreensão da verdade.

assunto proposto. É útil nos encontros casuais porque, tendo elencado as opiniões da maioria, estaremos lidando com as pessoas com base em suas próprias opiniões, não naquelas de outros, nos facultando mudar o curso de qualquer argumento que nos pareça estarem utilizando erroneamente. É útil às ciências filosóficas porque, se formos capazes de suscitar dificuldades em ambos os lados, discerniremos mais facilmente tanto a verdade quanto a falsidade em todos os pontos. Ademais, é útil em conexão com os fundamentos primários de cada ciência, pois é absolutamente impossível discuti-las com base nos princípios peculiares à ciência em questão, uma vez que os princípios são primários em relação a tudo o mais e é necessário com eles lidar
101b1 à luz e em função das opiniões de aceitação geral pertinentes a cada um deles. Este processo diz respeito caracteristicamente, ou mais propriamente, à dialética, pois, dada a sua natureza investigatória, ela nos franqueia o caminho aos princípios de todos os métodos de investigação.

III

Estaremos cabalmente de posse do método quando estivermos numa posição semelhante àquela na qual estamos relativamente à retórica, à medicina e outras artes tais, isto é, quando concretizamos nosso desígnio com todos os meios disponíveis, pois nem o retórico tentará persuadir nem o médico curar mediante todo expediente, mas se um ou outro não omitir nenhum dos meios disponíveis, diremos que eles possuem a ciência num grau adequado.

IV

Temos, portanto, que começar investigando quais as bases de nosso método, pois se pudermos apreender a quantidade e a natureza dos objetos aos quais são dirigidos os nossos argumentos, em quais fundamentos se apóiam e como estarmos bem supridos destes, teremos atingido suficientemente a meta estabelecida por nós. Ora, as bases dos argumentos são iguais em número e idênticas aos sujeitos dos silogismos, uma vez que os argumentos se originam de proposições, enquanto os sujeitos dos silogismos são problemas. Ora, toda proposição e todo problema indicam ou um gênero, ou uma peculiaridade, ou um acidente, visto que a diferença também, sendo de caráter *genérico*, deve estar na esfera do gênero. Mas como parte da peculiaridade indica a essência e parte não indica, que a peculiaridade seja dividida nas duas partes anteriores e que a que indica a essência seja chamada de "definição", a parte remanescente sendo chamada de "propriedade", em conformidade com a nomenclatura comumente utilizada nesses casos. Fica claro, portanto, a partir do que foi dito, que, como resultado da divisão realizada, há quatro alternativas ao todo, ou sejam, ou propriedade, ou definição, ou gênero, ou acidente. Mas que não se suponha que queremos dizer que cada um destes enunciados por si mesmo seja uma proposição ou um problema, mas somente que problemas e proposições são formados por eles. A diferença entre o problema e a proposição está na maneira em que são enunciados. Se dissermos "Não é *animal pedestre bípede* uma definição de ser humano?" ou "Não é *animal* o gênero de homem?", uma *proposição* será formada. Mas se dissermos "É *animal pedestre bípede* uma definição de ser humano ou não?", um *problema* será formado. Situação análoga se apresenta nos outros casos. Conclui-se, então, naturalmente que os problemas e as proposições são iguais em número, visto sermos capazes de formar um problema de qualquer proposição alterando a maneira na qual é enunciada.

V

Cabe-nos, na seqüência, dizer o que são *definição*, *propriedade*, *gênero* e *acidente*. Uma definição é uma frase que indica a essência de alguma coisa. A definição é afirmada ou como
102a1 uma frase empregada no lugar de um termo, ou como uma frase empregada no lugar de uma frase, pois é possível também *definir* algumas coisas indicadas por uma frase. Mas é óbvio que todos que fazem uma asserção por meio de um termo de uma maneira qualquer, não asseveram a definição da coisa porque toda definição é uma frase de um certo tipo. Entretanto, uma proposição como "O que é conveniente é belo" deve também ser reconhecida como sendo "definitória", como também a questão "A sensação e o conhecimento são idênticos ou distintos?". Isto porque, quando nos ocupamos de definições, passa-

mos a maior parte de nosso tempo debatendo se as coisas são idênticas ou distintas. Em síntese, chamemos de *definitório* tudo que se subordina ao mesmo tipo de investigação ao qual se subordinam as definições. E salta aos olhos que todos os exemplos supracitados são deste tipo, pois quando pudermos argumentar que as coisas são idênticas ou que são distintas, estaremos – em virtude do mesmo procedimento – bem abastecidos de argumentos para trabalharmos também com definições, pois quando demonstrarmos que uma coisa não é idêntica à outra, teremos destruído a definição. O inverso, contudo, do que acabamos de declarar não tem validade, pois não basta à construção de uma definição mostrar que uma coisa é idêntica à outra; mas para destruir uma definição basta mostrar que não é idêntica.

Uma *propriedade* é algo que não mostra a essência de alguma coisa, mas pertence exclusivamente a ela e é predicada convertivelmente dela. Por exemplo, é uma propriedade humana ser capaz de aprender gramática, pois se um determinado ser é um homem, ele é capaz de aprender gramática, e se é capaz de aprender gramática, é um homem. Ninguém chama de propriedade alguma coisa que é possível pertencer a alguma coisa mais; por exemplo, não diz que o sono é uma propriedade humana, ainda que num determinado momento poderia acontecer de pertencer somente a ele. Se, portanto, uma tal coisa tivesse que ser chamada de propriedade, assim seria chamada não absolutamente, mas numa determinada circunstância ou numa certa relação, pois "estar do lado direito" é uma propriedade circunstancial, enquanto *bípede* é realmente atribuído como uma propriedade numa certa relação; por exemplo, como uma propriedade do homem relativamente a um cavalo ou a um cão. Que nada que possivelmente pertença a alguma coisa distinta de uma certa coisa seja um predicado convertível daquela coisa é óbvio, pois não se conclui necessariamente que se alguma coisa está dormindo, trata-se de um ser humano.

O *gênero* é aquilo que é predicado (afirmado) na categoria do *o que é*[468] de coisas diversas que diferem do ponto de vista do tipo. Predicados na categoria do *o que é* podem ser descritos como as coisas que estão apropriadamente contidas na resposta

468. τι εστι κατηγορουμενον (*ti esti kategoroümenon*), ou seja, a categoria da *substância*.

de alguém a quem fora perguntado: "Qual é o objeto diante de ti?" Por exemplo, no caso do ser humano, se alguém perguntou o que é o objeto diante dele, é apropriado que diga "Um animal". A questão de se uma coisa se encontra no mesmo gênero de uma outra ou num gênero diferente também é uma questão *genérica*, pois tal questão também se subordina ao mesmo tipo de investigação do gênero, pois tendo demonstrado que *animal* é o gênero do ser humano e, igualmente, também do boi, teremos
102b1 demonstrado que se encontram no mesmo gênero, mas se mostrarmos que é o gênero de um, mas não de outro, teremos demonstrado que não se encontram no mesmo gênero.

O *acidente* é aquilo que, não sendo nem definição, nem propriedade, nem gênero, ainda assim tem pertinência com a coisa. Ademais, é alguma coisa que pode se aplicar ou não se aplicar a qualquer coisa particular; por exemplo, "uma posição de sentado" pode se aplicar ou não se aplicar a alguma coisa particular. O mesmo é igualmente exato no que toca à *brancura*, pois nada impede que a mesma coisa seja, numa ocasião, branca, e numa outra, não branca. A segunda destas definições de acidente é a melhor, pois quando a primeira é enunciada, é necessário, se pretendemos que seja entendida, saber de antemão o que significam definição, gênero e propriedade, ao passo que a segunda basta por si mesma para nos capacitar a conhecer o que significa, sem qualquer outro recurso adicional. Podemos também referir ao acidente as mútuas comparações das coisas quando são descritas em termos derivados de uma maneira ou outra do acidente, por exemplo, as questões "É preferível o honroso ou o conveniente?" e "É a vida virtuosa ou a vida dos prazeres a mais agradável?" e qualquer outra questão que aconteça ser formulada de uma forma semelhante, pois em todos esses casos a questão é a qual dos dois [termos] o predicado se aplica mais propriamente como um acidente. É manifesto que nada impede o acidente de ser temporária ou relativamente uma propriedade; por exemplo, a posição de sentado, ainda que seja um acidente, será circunstancialmente uma propriedade quando um homem é o único indivíduo sentado, ao passo que, se não é o único indivíduo sentado, será uma propriedade relativamente a quaisquer indivíduos que não estão sentados. Assim, nada obsta o acidente de vir a ser tanto uma propriedade relativa quanto temporária. Entretanto, jamais será uma propriedade em acepção estrita.

VI

Não devemos, contudo, nos furtar de observar que tudo que é aplicável à propriedade, ao gênero e ao acidente é adequadamente aplicável também às definições, pois quando mostrarmos que um certo predicado não pertence ao sujeito da definição somente (como fazemos também no que toca à propriedade), ou que aquilo que é atribuído na definição não é o verdadeiro gênero do sujeito, ou que alguma coisa mencionada na proposição não é pertinente (como também seria asseverado no caso de um acidente), teremos destruído a definição. Portanto, em consonância com a afirmação feita antes, todos os casos que foram enumerados seriam num certo sentido *definitórios*. Mas isso não justifica que busquemos um método único de investigação que seja geralmente aplicável a todos eles, pois não é fácil descobri-lo, e, se fosse cabível sua descoberta, seria totalmente obscuro e de difícil aplicação ao nosso presente tratado. Se, entretanto, um método especial de investigação for proporcionado a cada uma das diferentes classes que distinguimos, a exposição do sujeito diante de nós seria levada a cabo mais facilmente com base no que é apropriado a cada classe. E, assim, como já foi declarado, temos que fazer amplas divisões e nestas encaixar aquelas entre as outras questões que sejam as mais apropriadas a cada uma, chamando-as de *definitórias e genéricas*. As questões por mim referidas estão agora, do prisma de todas as finalidades e propósitos, alocadas às suas diversas classes.

VII

Antes de mais nada, é preciso que distingamos as várias significações de *idêntico*. Em geral, a *identidade* pareceria distribuir-se em três classes, uma vez que comumente falamos de identidade *numérica, específica e genérica*. Ocorre identidade *numérica* quando há mais de um nome para a mesma coisa; por exemplo, *manto e túnica*. Ocorre identidade *específica* quando há várias coisas, mas estas não diferem em espécie; por exemplo, um homem e um outro homem, um cavalo e um outro cavalo; com efeito se diz que são *especificamente idênticas* tais coisas que se enquadram na mesma espécie. Analogamente, as coisas são *genericamente idênticas* quando se enquadram no mesmo gênero; por exemplo, cavalo e homem. Poderia parecer que a água proveniente da mesma fonte descrita como "a mesma água" representasse uma *identidade* um tanto diferente dos tipos acima indicados. Entretanto, um caso desta natureza deve também ser colocado na mesma classe daqueles chamados de idênticos no sentido de pertencentes a uma espécie.[469] Com efeito, todas essas coisas parecem ser aparentadas e semelhantes entre si, pois se diz de qualquer água que é *especificamente* a mesma que qualquer outra porque apresenta uma certa similaridade com esta – e a água proveniente da mesma fonte não é diferente em nenhum outro aspecto, senão no seu grau mais acentuado de similaridade, de modo que não distinguimos este caso daquelas coisas contidas na classe da identidade *específica*, ou seja, que são chamadas de *idênticas* por pertencerem a uma *mesma espécie*. O termo *idêntico* parece ser aplicado com a mais geral aceitação de todos ao que é numericamente uno. Mas até aqui é freqüente ocorrer variação de sentidos. Seu sentido principal e primordial ocorre quando a identidade é aplicada a um nome ou a uma definição; por exemplo, quando se diz que um *manto* é o mesmo que uma *túnica*, ou quando se diz que um *animal pedestre bípede* é o mesmo que um *homem*. Ocorre um segundo sentido quando *identidade* é aplicada a uma propriedade; por exemplo, quando se diz que *capaz de receber conhecimento* é o mesmo que *homem*, e que *aquilo que se dirige naturalmente para cima* é o mesmo que *fogo*. Ocorre uma terceira acepção quando a identidade se funda num acidente; por exemplo, quando se diz que *aquilo que está sentado ou aquilo que é musical é idêntico a Sócrates*.[470] Todos estes usos visam a indicação da identidade numérica. A exatidão do que acabamos de afirmar pode ser melhor apreendida mediante uma alteração do modo descritivo, pois freqüentemente quando ordenamos que alguém convoque uma, entre diversas pessoas sentadas, fornecendo o seu nome, alteramos a descrição [ou informação] quando acontece da pessoa a quem estamos dando a ordem não entender, uma vez que entenderá melhor com a ajuda da [informação] de algum traço acidental e, portanto, lhe dizemos para convocar *o homem que está sentado* ou *o homem que está falando*, obviamente imaginando que estamos indicando a mesma coisa tanto quando a nomeamos quanto quando informamos a respeito de um acidente que lhe diz respeito.

469. Ou seja, a classe da identidade específica.

VIII

103b1 Conforme foi dito, portanto, podem-se distinguir três sentidos da *identidade*. Bem, que os argumentos partem dos elementos supracitados, progridem através deles e a eles se aplicam é demonstrado, em primeiro lugar, pela indução, pois se alguém fosse examinar cada proposição e problema independente, ficaria claro que passou a existir ou a partir da definição de alguma coisa, ou a partir de sua propriedade, de seu gênero ou de seu acidente. Uma outra demonstração é através do silogismo, pois necessariamente qualquer coisa que é predicada acerca de alguma coisa deve ser ou não ser convertível com seu sujeito. Se for convertível, seria uma definição ou uma propriedade, visto que, se indicar a essência, é uma definição, mas se não o fizer, é uma propriedade, pois vimos ser uma propriedade aquilo que é predicado convertivelmente, mas não indica a essência. Se, contudo, não é predicado de modo convertível com o sujeito, ou é ou não é um dos termos dados na definição do sujeito, e se for um dos termos da definição, deverá ser ou o gênero ou a diferença, uma vez que a definição é composta de gênero e diferenças. Se, entretanto, não for um dos termos dados na definição, é óbvio que deverá ser um acidente, pois dissemos que o acidente é aquilo que, enquanto pertencente ao sujeito, não é nem uma definição, nem um gênero, nem uma propriedade.

IX

A seguir nos cabe distinguir as categorias nas quais os quatro predicados mencionados anteriormente são encontrados. São elas em número de dez: *essência*,[471] *quantidade*, *qualidade*, *relação*, *espaço*, *tempo*, *posição*, *estado*, *ação*, *paixão*. O acidente, o gênero, a propriedade e a definição estarão sempre numa destas categorias, pois todas as proposições constituídas por meio de-

470. Este trecho em *itálico* se apresenta, segundo o texto de W. D. Ross, apreciavelmente diferente: *aquele que se acha sentado ou que é instruído é idêntico a Sócrates.*

471. τι εστι (*ti esti*), *o que é*, o mesmo que ουσια (*ousia*), substância. Ver o tratado *Categorias*, capítulo IV, 1b25 e seguintes.

les[472] indicam ou a essência, ou a qualidade, ou a quantidade ou uma das demais categorias. É evidente que aquele que indica a essência de alguma coisa indica às vezes uma substância, às vezes uma qualidade e às vezes uma das outras categorias, pois quando um homem é posto diante de nós e dizemos que o que temos diante de nós é um homem ou um animal, enunciamos uma essência e indicamos uma substância; mas quando a cor branca é colocada diante de nós e dizemos que o que temos diante de nós é branco ou uma cor, enunciamos uma essência e indicamos uma qualidade. Analogamente, se a grandeza de um côvado é colocada diante de nós e dizemos que o que temos diante de nós é uma grandeza de um côvado, estaremos enunciando uma essência e indicando uma quantidade. É análogo com as outras categorias, pois cada uma dessas noções, tanto se asseverada a respeito de si mesma quanto se seu gênero for asseverado a respeito dela, indica uma essência; mas quando é asseverado a respeito de alguma outra coisa, não indica uma essência, mas uma qualidade, quantidade ou uma das outras categorias. Tal, então, é a natureza e tal é o número dos sujeitos acerca dos quais ocorrem os argumentos e os elementos em que estão ba-
104a1 seados. Quanto a como obtê-los e por quais meios conquistaremos um suprimento deles, é o que trataremos na seqüência.

X

Comecemos por definir a natureza de uma proposição dialética e de um problema dialético, pois nem toda proposição e nem todo problema podem ser formulados como dialéticos. Com efeito, nenhum homem sensato formularia como proposição aquilo que não constitui opinião de ninguém, nem como problema aquilo que é evidente para todos ou para a maioria, pois se este último não suscita questionamento algum, o primeiro não seria aceito por ninguém. Ora, uma proposição dialética é uma questão em consonância com a opinião sustentada por todos, ou pela maioria, ou pelos sábios (todos os sábios, a maioria destes ou os mais afamados entre estes) e que não é paradoxal,[473] pois a opinião

472. Ou seja, por meio do acidente, do gênero, da propriedade e da definição.

473. A tautologia aqui é inevitável e flagrante pois παραδοξος (*paradoxos*) significa precisamente o que é bizarro, extraordinário, contrário à opinião geral.

dos sábios seria aceita se não se opusesse aos pontos de vista da maioria.[474] Pareceres semelhantes às opiniões recebidas [e aceitas] também constituem proposições dialéticas, como igualmente o são as proposições formadas mediante a contradição do contrário das opiniões recebidas [e aceitas], e ainda os pareceres que se harmonizam com os dados oferecidos pelas artes reconhecidas, pois se é opinião aceita que o conhecimento dos contrários é uno e idêntico, é possível que parecesse constituir uma opinião aceita que a percepção também dos contrários seja una e idêntica; e se, segundo uma opinião aceita, há uma única arte da gramática, poderia parecer que segundo uma [outra] opinião aceita também, há somente uma arte de execução musical da flauta, ao passo que, se constitui uma opinião aceita haver mais de uma arte da gramática, poderia parecer constituir uma opinião aceita haver mais de uma arte de execução da flauta, pois todas estas se afiguram como sendo semelhantes e afins. De maneira análoga, também, proposições formadas mediante a contradição do contrário de opiniões recebidas [e aceitas] parecerão ser opiniões recebidas [e aceitas], pois, se constitui uma opinião recebida [e aceita] que *se deve fazer o bem aos amigos*, é também uma opinião recebida [e aceita] que *não se deve fazer-lhes o mal*. Ora, que *devemos fazer o mal aos nossos amigos* é contrário à opinião recebida [e aceita] e isto, enunciado sob forma contraditória, é que não devemos fazer o mal aos nossos amigos. Igualmente, também, se devemos fazer o bem aos nossos amigos, não devemos fazer o bem aos nossos inimigos, assumindo isto também a forma de uma contradição dos contrários, pois o contrário é que devemos fazer o bem aos nossos inimigos. O mesmo vale para todos os demais casos. O contrário enunciado a respeito do contrário numa comparação também parecerá ser uma opinião recebida [e aceita]; por exemplo, se devemos fazer o bem aos nossos amigos, devemos também fazer o mal aos nossos inimigos. Fazer o bem aos próprios amigos poderia também parecer o contrário de fazer o mal aos próprios inimigos, porém se isso é realmente exato ou não será o tema de nossa discussão dos contrários.[475] É também óbvio que todas as opiniões que se harmonizam com as artes são

474. Devemos entender esta colocação de Aristóteles exclusivamente para efeito analítico ou lógico, pois está claro que, na prática, muito dificilmente a opinião dos sábios deixará de se opor às opiniões da maioria.

475. Em 112b27 e seguintes.

proposições dialéticas, pois seriam aceitas as opiniões daqueles que são estudiosos deste ou daquele assunto; por exemplo, em questões de medicina pensaríamos como pensa o médico, em questões de geometria como pensa o geômetra, o mesmo ocorrendo com as outras artes.

XI

104b1 Um problema dialético é um objeto de estudo que leva ou ao escolher e evitar, ou à verdade e o conhecimento, quer por si mesmo, quer como um auxílio para a solução de algum outro problema desse tipo. Seu assunto é algo sobre o que ou a maioria dos homens não tem opinião num ou noutro sentido, ou defendem uma opinião contrária à dos sábios, ou a destes contraria a da maioria dos homens, ou sobre a qual membros de cada uma destas duas classes discordam entre si. O conhecimento de alguns desses problemas é útil ao propósito de escolher ou evitar; por exemplo, se o prazer é digno de escolha ou não. O conhecimento de alguns desses [problemas] é útil puramente pelo próprio conhecimento; por exemplo, se o universo é eterno ou não. Outros, por outro lado, não são úteis em si mesmos a um ou outro desses propósitos, mas o são a título de auxílio para a solução de algum problema semelhante, pois há muitas coisas que não desejamos conhecer por elas mesmas, mas sim com outros intuitos, para que através delas possamos obter conhecimento de alguma coisa distinta [delas mesmas]. Problemas também ocorrem onde há silogismos em conflito (por envolverem uma dúvida quanto a alguma coisa ser *assim* ou não ser *assim*, em vista de existirem fortes argumentos em ambos os lados) e também onde, por serem as questões muito extensas, falta-nos um argumento a oferecer, julgando difícil indicar uma razão, por exemplo, se o universo é eterno ou não, pois é possível também investigar estas questões.

Que os problemas, então, bem como as proposições, sejam definidos tal como dissemos. *Tese* é a concepção contrária à opinião geral, mas proposta por alguém renomado como filósofo, do que é exemplo a afirmação de Antístenes de que *a contradição é impossível*, ou a opinião de Heráclito de que *todas as coisas estão* em movimento ou a de Melisso, que afirma que *o ser é uno*. Isto porque levar em conta que uma pessoa ordinária expressa um parecer contrário à opinião geral é tolice. A tese

também pode dizer respeito a matérias acerca das quais temos uma opinião racionalmente justificada contrária às opiniões comuns dos homens, do que constitui exemplo o parecer dos sofistas segundo o qual *nem tudo o que é foi gerado ou é eterno*, uma vez que um músico que é um gramático o é sem haver sido gerado como tal e sem o ser eternamente. Este parecer, embora inaceitável para algumas pessoas, é aceitável por sua plausibilidade.

Uma tese também é um problema, mas nem todo problema é uma tese, pelo fato de alguns problemas serem de tal natureza que não são de modo algum objeto de nossa opinião. Que uma tese é também um problema é obvio, pois se conclui necessariamente do que já foi declarado que ou a multidão diverge dos sábios acerca de uma tese, ou um destes dois partidos encerra uma divergência interna entre seus membros, uma vez que a tese é um paradoxo. Quase todos os problemas dialéticos são classificados atualmente como teses. Mas não importa qual dos dois nomes é empregado, pois os distinguimos da forma acima não com a intenção de criar uma nova nomenclatura, mas para não olvidarmos quais diferenças realmente existem entre eles.

Não é necessário submeter a exame todo problema e toda tese, bastando examinar aquele ou aquela que venha a suscitar dúvidas para alguém que necessita de argumentos e não de punições, pessoa esta a quem não falta percepção, pois os que alimentam dúvidas quanto a deverem os deuses ser ou não ser reverenciados e os pais amados, necessitam de punição, enquanto os que alimentam dúvidas quanto à neve ser ou não ser branca carecem de percepção. Não nos cabe discutir matérias cuja demonstração seja excessivamente palpável ou excessivamente remota, pois as primeiras não levantam dúvidas, ao passo que as segundas envolvem dificuldades que fogem à esfera do exercício dialético.

XII

Traçadas estas definições, é mister que distingamos quantos tipos de argumentos dialéticos existem. Em primeiro lugar, há a indução, e em segundo, o silogismo. Quanto ao que é o silogismo, isto já foi abordado.[476] A indução é o raciocínio caracterizado pelo progresso dos particulares para os universais; por exemplo, se o piloto hábil é o melhor piloto e o auriga hábil o melhor auriga, então, em geral, o homem hábil é o melhor homem em qualquer esfera particular. A indução é mais convincente e mais clara, além de ser mais facilmente apreendida pela percepção sensorial, sendo compartilhada pela maioria das pessoas; o silogismo, entretanto, detém maior vigor racional e é mais eficaz contra os contestadores.

476. Em 100a25.

XIII

Portanto, as classes de coisas sobre as quais e coisas das quais são os argumentos construídos devem ser distinguidas da forma que apontamos acima. Os meios graças aos quais obteremos um grande suprimento de silogismos {e de raciocínios indutivos}[477] são em número de quatro: [1] a provisão de proposições, [2] a capacidade de distinguir em quantos sentidos é usada uma expressão particular, [3] a descoberta de diferenças e [4] o exame das similaridades. Estes três últimos instrumentos são, num certo sentido, também proposições, pois é possível constituir uma proposição em conformidade com cada um deles. Por exemplo, podemos dizer: "um objeto de escolha é o honroso ou o prazeroso ou o conveniente", "a sensação difere do conhecimento porque é possível recuperar este último se o houvermos perdido, porém não a primeira" e "o sadio está para a saúde como o vigoroso está para o vigor". A primeira proposição é derivada do uso de uma palavra em diversas acepções, a segunda [é derivada] de diferenças e a terceira [é derivada] de similaridades.

XIV

O número de maneiras em que as proposições têm que ser selecionadas é idêntico ao número de distinções que fizemos relativamente às proposições. Pode-se eleger ou as opiniões de todos ou as da maioria ou as dos sábios (de todos estes, de sua maioria ou dos mais famosos entre eles) ou opiniões contrárias

477. { } και των επαγωγων (*kai ton epagogon*): Bekker registra este complemento restritivamente entre colchetes. Outros helenistas simplesmente o omitem. Tudo indica que Aristóteles se refira aqui exclusivamente ao raciocínio dedutivo.

àquelas que parecem ser geralmente sustentadas e ainda opiniões
105b1 que se harmonizam com as artes. Proposições têm também que ser formadas a partir de opiniões contrárias às que parecem ser geralmente aceitas formuladas sob forma contraditória, como foi descrito anteriormente.[478] Um outro método útil de formá-las é elegendo não apenas opiniões realmente aceitas, como também opiniões que se assemelham a estas; por exemplo, "a percepção de contrários é una e idêntica" (uma vez que o conhecimento deles é também uno e idêntico), e "vemos recebendo, e não emitindo algo" (uma vez que isso também é verdadeiro no que tange aos outros sentidos), pois ouvimos pela recepção e não pela emissão de alguma coisa, e degustamos da mesma maneira. E igualmente nos demais casos. Ademais, opiniões que são aparentemente verdadeiras em todos ou na maioria dos casos devem ser tomadas como um ponto de partida e uma tese aceita, pois são postuladas por aqueles que não percebem que há possíveis exceções. Devemos também selecionar a partir de tratados escritos e elaborar descrições de cada classe de assunto, encerrando-as em listas independentes; por exemplo, sobre o *bem* (ou sobre a *vida animal*), nos ocupando de todo tipo de bem, a começar pela essência. Devemos, também, anotar de passagem a opinião dos indivíduos; por exemplo, que Empédocles disse que os elementos constitutivos dos corpos são em número de quatro, pois é possível aceitar a asserção de algum pensador ilustre.

Formulando o assunto com brevidade, [pode-se dizer que] há três classes de proposições e problemas: algumas são proposições *éticas*, outras, *naturais*, e outras, *lógicas*. Proposições éticas são tais como, por exemplo, "deve alguém obedecer aos pais ou às leis, caso estejam em desacordo?". Proposições lógicas são tais como a seguinte: "o conhecimento dos contrários é uno e idêntico ou não?" Problemas[479] naturais são do tipo "o universo é eterno ou não?". Há classes semelhantes de problemas. A natureza de cada uma das classes acima indicadas não é facilmente explicitada pela definição, mas temos que tentar obter conhecimento de cada uma delas com o auxílio de uma prática habitual da indução, examinando-as à luz dos exemplos acima.

478. Em 104a21.

479. προβλεματα (*problemata*), porém presume-se estarem incluídas também as proposições.

Com finalidades filosóficas, cabe nos ocuparmos com as proposições sob o prisma da verdade, mas se nossas intenções são de caráter dialético, nossa perspectiva deve ser aquela da opinião.[480] É necessário que as proposições sempre sejam assumidas sob a sua forma mais universal, e o singular deve ser convertido no múltiplo; por exemplo, "o conhecimento dos opostos é uno e idêntico", e, então, "o conhecimento dos contrários é uno e idêntico", e, finalmente, "o conhecimento dos termos relativos é uno e idêntico". De igual modo, aqueles também precisam ser divididos novamente, tanto quanto a divisão seja possível; por exemplo, "o conhecimento do bem e do mal", "do preto e do branco" e "do frio e do quente é uno e idêntico", e assim com os outros casos.

XV

106a1 No que concerne à produção de proposições, basta o que foi dito anteriormente. No que tange ao número de maneiras nas quais um termo pode ser usado, não devemos nos limitar a lidar com os termos utilizados diferentemente, mas também procurar indicar suas definições. Por exemplo, não devemos nos restringir a dizer que num sentido se diz que *bom é justiça e coragem*, que em outro se diz que *bom é o conducente ao vigor e o conducente à saúde*, devendo também dizer que algumas coisas são qualificadas de *boas* porque possuem certas qualidades em si mesmas, enquanto outras coisas são *boas* porque produzem um certo resultado, e não porque possuem certas qualidades em si mesmas. O mesmo se aplica aos demais casos também.

Se um termo é usado somente em um sentido, ou em muitos, é constatável pelo método que indicamos a seguir. Primeiramente, examina-se o caso do contrário [do termo] e se vê se é empregado em vários sentidos, se a diferença é de tipo ou de nome, pois em alguns casos uma diferença se evidencia de imediato nos nomes usados. Por exemplo, o contrário de *agudo*, quando empregado com referência a uma nota musical, é *grave*; quando é empregado com referência a uma substância material,

480. Mais uma vez Aristóteles enfatiza a fronteira que separa o domínio filosófico ou do conhecimento científico daquele da dialética, a qual trata dos mecanismos do convencimento e da persuasão na esteira do provável e do razoável, e não da busca e acesso ao conhecimento verdadeiro.

é *embotado*. O contrário de *agudo*, portanto, encerra evidentemente diversos significados, e sendo assim também os encerram *agudo*, uma vez que o contrário apresentará diferentes significados, correspondentes a cada um daqueles significados, pois *agudo* não é o mesmo quando é o contrário de *cego* e quando é o contrário de *grave*, embora agudo seja o contrário em ambos os casos. Por outro lado, o contrário de *grave* (denso), com referência à nota musical, *é agudo*, mas com referência a uma substância material, é *leve*, de sorte que *grave* é usado em muitos sentidos, visto que seu contrário é também assim usado. Analogamente, o contrário de *belo*, aplicado a um ser vivo, é *feio*, mas aplicado a uma casa *é vil* (de má qualidade), uma vez que belo[481] é um termo homônimo.

Por vezes, não há diferença nos termos empregados, mas a variação *específica*[482] é imediatamente visível; por exemplo, no caso de *claro e escuro*,[483] pois se diz do som ser *claro e escuro*,[484] e o mesmo da cor. Ora, não há diferença nos termos usados, mas a variação específica mostra-se evidente no seu uso, pois *claro* não é usado no mesmo sentido quando aplicado à cor e ao som. A percepção sensorial também o manifesta, pois a percepção sensorial de coisas que pertencem à mesma espécie é a mesma, mas não apreciamos a clareza do som e a da cor através do mesmo sentido, mas esta ultima pela visão e a primeira pela audição. É análogo no que tange a agudo e embotado se referindo aos sabores e às substâncias materiais. Apreciamos estas últimas pelo tato, enquanto os primeiros pelo paladar.[485] Aqui também não há diferença nos termos usados, seja nos próprios termos, seja em seus contrários, pois *embotado* é o contrário de *agudo* nos seus dois sentidos.

481. Ou seja, καλος (*kalos*), um termo de grande variação semântica e realmente equívoco e não unívoco. Quanto a agudo, grave, agudo, embotado, agudo, cego, grave (denso), leve, a homonímia ou equivocidade, inclusive do ponto de vista dos contrários, é similar no grego e no português.

482. Entenda-se: *da espécie*.

483. λευκη και μελαινα (*leukê kai melaina*), literalmente branco e preto.

484. Em português dizemos impreciso, indistinto.

485. Aristóteles aqui, na verdade, amplia a homonímia, pois no caso de οξυς (*oxüs*) e βαρυ (*barü*) significarem *agudo* e *grave* com referência à nota musical, o sentido é a audição, mas quando οξυς (*oxüs*)] significa picante, azedo, por oposição a αμβλυς, (*amblüs*) significando insípido, o sentido é o paladar.

É preciso, ademais, verificarmos se há um contrário de um termo num sentido, mas absolutamente nenhum num outro sentido. Por exemplo, o prazer experimentado no beber tem como seu contrário o sofrimento causado pela sede, mas o prazer experimentado pela visão de que a diagonal é incomensurável com o lado carece de contrário, de sorte que [o nome]
106b1 *prazer*[486] é usado em mais de um sentido. Outro exemplo, *amar*, no sentido de disposição mental, tem o seu contrário em *odiar*, mas, empregado na acepção de [realização do] ato físico,[487] não possui contrário, com o que se conclui que amar é obviamente um termo homônimo.[488] Além disso, no tocante a intermediários, cumpre verificar se alguns significados de termos e seus contrários possuem intermediários enquanto outros não possuem nenhum, ou se ambos possuem um intermediário, mas não o mesmo. Por exemplo, no que toca às cores, o intermediário entre claro e escuro[489] é *cinza*, mas quando estes termos são usados com referência a uma nota musical, não possuem intermediários, a não ser que seja *surdo*, pois há quem afirme que uma nota surda é intermediária. Por conseguinte, tanto *claro* quanto *escuro* são termos equívocos. É preciso verificar também se alguns termos possuem diversos intermediários, se outros apenas um, como no caso de claro e escuro, pois quando se aplicam à cor, possuem muitos intermediários, mas quando se aplicam às notas musicais, apenas um, a saber, *surdo*.

Ademais, com respeito ao oposto formulado sob forma contraditória, é mister verificar se é usado em mais de uma acepção, pois se for usado em diversas acepções, então seu oposto também será usado em diversas acepções. Por exemplo, "não ver" é usado em mais de uma acepção: primeiro, *não possuir o sentido da visão;* e, segundo, *não fazer uso do sentido da visão*; e se "não ver" possui mais de uma acepção, "ver" necessariamente terá que apresentar também mais de um significado, pois cada acepção (significado) de "não ver" apresentará um oposto, o oposto de *não possuir o sentido da visão* sendo *possuir o sentido*

486. ηδονη (*edonê*).

487. σωματικην ενεργειαν (*somatiken energeian*).

488. Isto é, equívoco.

489. ...λευκου και μελανος (*leukou kai melanos*), literalmente branco e preto.

da visão, e o oposto de *não fazer uso do sentido da visão* sendo *fazer uso do sentido da visão*.

Ademais, é preciso examinar casos nos quais se afirma a ausência e a presença[490] de algum estado, pois se um ou outro dos termos usados apresentar vários significados, o outro também os apresentará. Por exemplo, se *sentir* for usado em várias acepções em conexão tanto com a alma quanto com o corpo, *não sentir* também será usado em várias acepções em conexão com a alma e o corpo. Que os termos analisados se opõem com respeito à ausência e presença de um certo estado é óbvio, uma vez que os seres vivos possuem naturalmente cada uma dessas formas de sentir, quais sejam, vinculadas tanto à alma quanto ao corpo.

Importa também considerar as inflexões das palavras, pois se *justamente* pode ser usado em várias acepções, *justo* igualmente será usado em várias acepções, pois há um significado de *justo* para cada um dos significados de *justamente*. Por exemplo, se julgar *justamente* significa julgar *segundo o próprio critério* e também julgar *segundo o dever*, então *justo* apresentará os dois significados similares. Do mesmo modo, se *saudável* apresenta vários significados, também os apresentará *saudavelmente*; por exemplo, se *saudável* significa a um tempo *o que produz saúde*, *o que conserva a saúde* e *o que anuncia a saúde*, então *saudavelmente* significará *de uma maneira que produz saúde* ou *de uma maneira que conserva a saúde* ou *de uma maneira que anuncia a saúde*. Analogamente, em todos os outros casos, quando a palavra, ela mesma, é empregada em vários sentidos, a inflexão dela formada também será empregada em vários sentidos, e *vice-versa*.

É preciso também examinar os tipos de predicados denotados pela palavra usada e verificar se são idênticos em todos os casos, pois se não forem, é óbvio que a palavra é homônima. Por exemplo, *bom*, quando aplicado ao alimento, significa *gerador de prazer;* quando aplicado à medicina, significa *gerador de saúde;* se aplicado à alma, denota uma certa qualidade, tal como *moderado*, *corajoso* ou *justo*, e semelhantemente também se aplicado ao ser humano. Às vezes, significa o que acontece numa certa ocasião; por exemplo, na ocasião oportuna, porque o

490. Ou, a privação e a posse.

que acontece na ocasião oportuna é classificado como bom. É amiúde, também, aplicado à quantidade, sendo usado, por exemplo, referindo-se àquilo que está na *justa medida*, pois o que está na justa medida é igualmente chamado de bom. Assim, *bom* é um termo equívoco. De modo análogo, *claro*,[491] se aplicado a um corpo, denota cor, e se aplicado a uma nota musical, significa *facilmente ouvido*. O caso de *agudo* é também semelhante pois esta palavra não encerra sempre o mesmo significado, uma vez que uma nota rápida é *aguda*, como nos informam os teóricos matemáticos da harmonia, e um ângulo menor que um ângulo reto é *agudo*, e uma faca de gume afiado é *aguda*.

É necessário também examinar os gêneros das coisas que se enquadram no mesmo termo e determinar se são distintas e não subordinadas. Por exemplo, *burro*[492] é tanto o animal quanto a máquina, pois a definição aplicada à palavra é diferente nos dois casos, visto que uma diz respeito a um animal de uma determinada espécie e outra a um determinado tipo de engenho. Mas se os gêneros são subordinados, as definições não são necessariamente diferentes; por exemplo, *animal* é o gênero de *corvo* e assim é *ave*. Quando, portanto, dizemos que o corvo é uma ave, também dizemos que é uma espécie de animal, de sorte que ambos os gêneros são predicados dele. Igualmente, quando chamamos o corvo de *animal bípede alado*, estamos enunciando que ele é uma ave, de modo que desta maneira também ambos os gêneros são predicados do corvo e, inclusive, suas definições. Isso não ocorre no caso dos gêneros que não são subordinados, pois quando dizemos uma *máquina* não queremos dizer um *animal*, nem *vice-versa*.

Há necessidade também de inspecionar não apenas se os gêneros do termo em questão são diferentes sem ser subordinados, como também examinar o caso de seu contrário, pois se seu contrário for utilizado em várias acepções, obviamente o termo em questão também será assim utilizado.

É útil igualmente considerar a definição resultante do uso do termo numa expressão composta; por exemplo, em um *corpo claro* e uma *nota musical clara*, pois quando o que é peculiar é afastado, o mesmo significado deve permanecer. Mas isso não

491. λευκον (*leukon*), literalmente *branco*.

492. Ονος (*onos*).

sucede quando termos equívocos são usados, tal como nas ex-
107b1 pressões supracitadas, pois o primeiro será um *corpo de uma dada cor*, o segundo *uma nota musical que é facilmente ouvida.* Se, portanto, um *corpo* e uma *nota musical* forem afastados, o que restar em cada expressão não é o mesmo. Mas deve ter sido o mesmo, se o termo *claro* em cada caso houvesse sido sinônimo.

É freqüente, também, nas definições efetivas, o equívoco passar sem ser detectado, motivo pelo qual é preciso também examinar as definições. Por exemplo, se alguém enuncia que o que anuncia e o que produz saúde estão "na justa medida relacionados à saúde", não devemos nos furtar à tarefa, mas investigar o que ele quis dizer com *na justa medida* em cada caso; por exemplo, se no último caso significa que é "o quantitativamente necessário para produzir saúde", enquanto no primeiro caso significa que é "o qualitativamente necessário para indicar qual tipo de estado prevalece".

Adicionalmente, é mister verificar se os termos não são comparáveis do ponto de vista de grau semelhante ou maior; por exemplo, uma nota musical clara e uma vestimenta clara, e um sabor picante e uma nota musical aguda, pois não se diz destas coisas serem *claras* ou *agudas* num grau semelhante ou uma num grau maior do que a outra e, assim, os termos *claro* e *agudo* são homônimos. Com efeito, todo termo sinônimo é suscetível de comparação, pois será usado ou num grau semelhante ou num grau maior numa coisa do que noutra.

Ora, como as diferenças de gêneros que são diferentes, mas não subordinados, são também diferentes em espécie; por exemplo, aquelas de *animal e conhecimento* (pois as diferenças destes são diferentes), é preciso apurar se os significados que se enquadram no mesmo termo são diferenças de gêneros que são diferentes sem serem subordinados; por exemplo, *agudo* aplicado a uma nota e a uma substância sólida, pois o som[493] (voz ou nota musical) difere do som no *agudo* e, analogamente, uma substância sólida de uma outra. *Agudo*, portanto, é um termo

493. Φωνη (*fonê*) significa genericamente som, menos genericamente qualquer som articulado (incluindo a voz humana); particularmente, significa um som claro e forte, que é a acepção contemplada aqui por Aristóteles, referindo-se especificamente à voz humana no canto ou à nota musical emitida pelos instrumentos de forma distinta e clara; também significa fala, linguagem e língua (idioma).

homônimo, pois seus significados são diferenças de gêneros que são diferentes sem serem subordinados.

Ademais, é preciso verificar se as diferenças dos significados efetivos que se enquadram no mesmo termo são diferentes; por exemplo, aquelas de cor em corpos e cor em melodias,[494] pois as diferenças de cor em corpos são distinguíveis e comparáveis pela visão, nas melodias as diferenças não sendo as mesmas, com o que a cor é um homônimo,[495] pois quando as coisas são idênticas, apresentam diferenças idênticas.

Ademais, como a espécie jamais é a diferença de qualquer coisa, é necessário verificar se um dos significados que se enquadra no mesmo termo é uma espécie e um outro uma diferença; por exemplo, *claro* quando aplicado a um corpo, é uma *espécie* de cor, mas quando aplicado a uma nota, é uma diferença, pois uma nota *difere* de uma outra, por ser clara.

XVI

O número de significados de um termo, por conseguinte, de-
108a1 ve ser examinado por este e outros métodos similares. As diferenças devem ser consideradas em sua relação entre si *tanto* nos gêneros eles mesmos – exemplo: "No que difere a justiça da coragem, e a sabedoria da moderação?" (uma vez que todas estas pertencem ao mesmo gênero) – *quanto* também de um gênero para outro, onde sua separação não seja demasiado larga; por exemplo, "No que a sensação difere do conhecimento?", pois onde os gêneros estão largamente separados, as diferenças são absolutamente óbvias.

XVII

A semelhança deve ser examinada em coisas pertencentes a diferentes gêneros – como A está para B, assim está C para D (por exemplo, tal como *o conhecimento está relacionado com o objeto do conhecimento, está a sensação relacionada com o*

494. Χρωμα (*croma*) significa, além de cor, tanto a modulação da melodia quanto especificamente uma forma de composição musical caracterizada pela progressão dos semi-tons (música *cromática*).

495. Um termo equívoco.

objeto da sensação) e também como A está em B, assim está C em D (por exemplo, tal como *está a visão no olho, está a razão na alma* e tal como *há tranqüilidade no mar, há ausência de vento no ar*). É necessário que tenhamos, em particular, prática em lidar com os gêneros de larga separação, uma vez que nos outros casos seremos capazes de detectar as semelhanças mais prontamente. É forçoso que examinemos também coisas que estão no mesmo gênero, a fim de determinarmos se há algum predicado pertencente a todas e que seja idêntico, por exemplo, a um homem, um cavalo e um cão, pois estes guardam semelhança na medida em que qualquer predicado que possuam seja o mesmo.

XVIII

O exame dos vários significados de um termo mostra-se útil *tanto* em benefício da clareza (pois alguém conhecerá melhor o que enuncia se os vários sentidos nos quais [o termo] pode ser empregado houverem sido esclarecidos) *quanto* também para que seus silogismos possam ser dirigidos à coisa real e não ao nome pelo qual é designada, pois se os vários sentidos nos quais um termo pode ser empregado não estiverem claros, será possível acontecer que aquele que responde e aquele que pergunta não estejam dirigindo suas mentes à mesma coisa, ao passo que se houver sido esclarecido quais são os vários sentidos nos quais um termo pode ser empregado e a qual deles aquele que responde está se referindo no seu enunciado, aquele que pergunta pareceria ridículo se não dirigisse seu argumento a este. É igualmente útil para que alguém possa não se enganar e para que ninguém possa enganar outros mediante o raciocínio falseado, pois se conhecermos os vários sentidos nos quais um termo pode ser empregado, jamais seremos enganados pelo falso raciocínio, mas estaremos cientes dele se aquele que pergunta não conseguir dirigir seu argumento ao mesmo ponto, e nós mesmos, quando estivermos formulando questões, seremos capazes de enganar aquele que responde, caso aconteça de não conhecer ele os vários significados de um termo. Isso, entretanto, não é sempre possível, mas somente quando alguns dos vários sentidos são verdadeiros e outros, falsos. Este tipo de argumento, contudo, não constitui uma parte apropriada da dialética e, portanto, os dialéticos devem se manter em guarda contra tal

discussão verbal, a menos que seja inteiramente impossível debater o assunto de outra maneira.

A descoberta de diferenças é proveitosa tanto para silogismos acerca de identidade e diferença quanto para o reconhecimento do que é alguma coisa particular. Sua utilidade para silogismos
108b1 acerca de identidade e diferença é óbvia, pois toda vez que descobrirmos uma diferença de um tipo ou outro entre os sujeitos em discussão, teremos demonstrado que não são idênticos. É proveitoso para o reconhecimento do que é alguma coisa particular porque usualmente isolamos a descrição apropriada da essência de uma coisa particular por meio das diferenças que lhe são peculiares.

O exame da similaridade é proveitoso tanto para os argumentos indutivos quanto para os silogismos hipotéticos, bem como para a formulação das definições. Sua utilidade para o raciocínio indutivo se explica porque sustentamos que é pela indução dos particulares, com base nas similaridades, que inferimos o universal, visto não ser fácil empregar a inferência se desconhecemos os pontos de similaridade. A utilidade para o silogismo hipotético se explica porque constitui opinião aceita que tudo o que vale para um de muitos similares, também vale para os restantes. Assim, se tivermos o material apropriado para discutir qualquer um deles, estaremos assegurando antecipadamente uma admissão de que aquilo que vale para outros similares vale igualmente para o sujeito em discussão e, havendo demonstrado o primeiro, teremos também demonstrado, com base na hipótese, o sujeito em discussão, uma vez que teremos completado nossa demonstração mediante a admissão hipotética de que tudo o que vale para outros similares vale igualmente para o sujeito em discussão. É útil para a formulação das definições porque se formos capazes de determinar o que é idêntico em cada caso particular, não teremos dúvidas a respeito do gênero no qual temos que colocar o sujeito em discussão quando o estivermos definindo, pois, dos predicados comuns, o que se enquadra mais definitivamente na essência tem que ser o gênero. De igual modo, o exame da similaridade é útil para a formação das definições quando lidamos com sujeitos que apresentam larga separação; por exemplo, os enunciados de que "a tranqüilidade no mar e a ausência de vento no ar são idênticas" (visto que uma e outra são estados de quietude ou repouso) e de que

"um ponto numa linha e uma unidade no número são idênticos
(visto que um e outra são pontos de partida). Assim, se formu-
lamos como gênero aquilo que é comum a todos os casos, nossa
definição não será considerada inadequada. Aqueles que se
ocupam de definições geralmente as formam com base neste
30 princípio, pois dizem que a unidade é o ponto de partida do
número e que o ponto é o ponto de partida de uma linha. Fica
evidente, portanto, que formulam como gênero aquilo que é
comum a ambas [essas noções].

Tais são os instrumentos pelos quais os silogismos são realizados. Os lugares-comuns,[496] para cuja aplicação os instrumentos supracitados são úteis, são o nosso tema seguinte.

496. Ou *tópicos* [...τοποι (*topoi*)].

LIVRO II

I

108b34 Alguns problemas são universais, outros particulares. Exem-
35 plos de problemas universais são: "Todo prazer é bom" e "Ne-
nhum prazer é bom"; exemplos de problemas particulares são:
"Algum prazer é bom" e "Algum prazer não é bom". Métodos
109a1 universalmente construtivos e destrutivos[497] são comuns a ambos
os tipos de problemas, pois quando demonstramos que algum
predicado se aplica em todos os casos, também demonstramos
5 que se aplica em algum caso particular e, analogamente, se
demonstramos que não se aplica em qualquer caso, também
demonstramos que não se aplica em todos os casos. Em primei-
ro lugar, portanto, é mister que abordemos os métodos univer-
salmente destrutivos, porque tais métodos são comuns a pro-
blemas universais e particulares e porque as pessoas aventam
teses afirmando mais a presença de um predicado do que sua
ausência, enquanto aqueles que argumentam contra eles procu-
10 ram refutá-las. É muito difícil converter uma denominação pró-
pria que tenha sido derivada de um *acidente*, pois apenas no
caso dos acidentes pode alguma coisa ser predicada condicio-
nalmente e não universalmente, uma vez que a conversão tem
necessariamente que ser baseada na definição, na propriedade e
no gênero. Por exemplo, se "ser um animal pedestre bípede for
um predicado de algum sujeito", será exato dizer por conversão
15 que "algum sujeito é um animal pedestre bípede". Assim, tam-
bém, se a denominação é derivada do gênero, já que se "ser um
animal é um predicado de algum sujeito", então "algum sujeito
é um animal". O mesmo ocorre no tocante a uma propriedade;
se "ser capaz de aprender gramática for um predicado de algum
sujeito", então "algum sujeito será capaz de aprender gramáti-
ca", pois é impossível a quaisquer desses predicados se aplica-
rem ou não se aplicarem apenas parcialmente, devendo se apli-
20 carem ou não se aplicarem absolutamente. No caso dos aciden-
tes, contudo, nada há que impeça que um predicado se aplique

497. Métodos *destrutivos*, ou seja, métodos de refutação.

apenas parcialmente (por exemplo, *brancura* ou *justiça*), e assim não basta demonstrar que a brancura ou a justiça é um predicado de um homem, com o fito de demonstrar que ele é branco ou justo, uma vez que é possível argumentar que ele é apenas parcialmente branco ou justo. No caso dos acidentes, portanto, a conversão não é necessariamente possível.

Temos também que definir os erros que ocorrem nos problemas, os quais são de dois tipos: os devidos à representação errônea do uso estabelecido da linguagem e os devidos à transgressão do uso estabelecido da linguagem. Aqueles que empregam a representação errônea e asseveram que uma coisa possui algum predicado que esta não possui, cometem erro, ao passo que aqueles que chamam as coisas por nomes que não lhes são pertinentes (por exemplo, chamando de plátano a um homem) violam a nomenclatura estabelecida.

II

Um [primeiro] lugar-comum consiste no observar se o interlocutor tomou como acidente alguma coisa que é aplicável diferentemente. Este erro é geralmente cometido com respeito aos gêneros; por exemplo, se disséssemos que o branco é uma cor por acidente, pois não é *por acidente* que o branco é uma cor, uma vez que cor é o gênero do branco. Talvez aconteça daquele que o enuncia definir expressamente o predicado como um
109b1 acidente, dizendo, por exemplo, que é *por acidente* que a justiça é uma virtude, mas freqüentemente, mesmo que não o defina assim, é óbvio que tomou o gênero pelo acidente; por exemplo, se alguém se dispusesse a dizer que "a brancura é colorida" ou que "o caminhar está em movimento", pois um predicado tomado de um gênero jamais é aplicado a uma espécie numa forma verbal derivada, mas todos os gêneros são predicados inequivocamente de suas espécies, uma vez que as espécies tomam o nome e a descrição de seus gêneros. Alguém, portanto, que se refere a branco como "colorido", não tomou *cor* como um gênero, uma vez que a descreveu mediante uma forma derivada da palavra, nem como uma propriedade, nem como uma definição, pois a definição e a propriedade de uma coisa pertencem exclusivamente a essa coisa, enquanto muitas outras coisas são "coloridas"; por exemplo, um pedaço de madeira, uma pedra, um homem ou um cavalo. É óbvio, portanto, que está tomando "colorido" como um acidente.

Outro tópico consiste em examinar casos nos quais um predicado foi afirmado ou negado universalmente de um sujeito, considerando-os do ponto de vista das espécies (uma a uma) e não [do ponto de vista] de seu número infinito, pois assim o exame será mais metódico e composto de menos estágios. O exame tem que ser realizado e começar pelas classes primárias e, então, progredir passo a passo até ser impossível uma nova divisão. Por exemplo, se o interlocutor disse que "a ciência dos opostos é una e idêntica", é preciso examinar se a ciência é a mesma e una no que respeita a opostos e contrários relativos e predicados baseados na ausência e presença de certas condições e no que respeita a predicados contraditórios. Se a matéria não se mostrar ainda clara à luz dessas etapas de investigação, o processo de divisão deverá prosseguir até atingir-se o indivisível; por exemplo, até apurar-se sua exatidão no que tange a "ações justas e injustas", ao "duplo e a metade", à "cegueira e a visão" ou ao "ser e o não-ser", pois se for demonstrado em qualquer caso que a ciência não é a mesma, teremos refutado o problema. Analogamente, também, se o predicado não apresentar aplicação em quaisquer dos casos. Este tópico é convertível tanto com propósitos destrutivos quanto construtivos, pois se após um longo processo de divisão o predicado mostrar-se aplicável a todos os casos ou a numerosos casos, teremos que reivindicar que nosso interlocutor admita sua aplicação universal ou que avente uma objeção e demonstre em qual caso não apresenta aplicabilidade. Se não fizer uma coisa ou outra, fará papel de tolo se recusar-se a admiti-lo.

Um outro tópico consiste em formular definições tanto do acidente quanto daquilo a que ele pertence, ou de ambos separadamente ou de um deles e, então, apurar se alguma coisa falsa foi assumida como verdadeira nas definições. Por exemplo, para apurar se é possível cometer injustiça contra um deus, é necessário indagar o significado de *cometer injustiça*, pois se significar "prejudicar deliberadamente", ficará óbvio que é impossível a um deus ser objeto de injustiça, uma vez que é impossível que um deus seja prejudicado. Igualmente, para apurar se *um homem bom é invejoso*, é imperioso indagar *quem é invejoso* e *o que é inveja*, pois se *inveja* for tristeza diante da aparente pros-

peridade de um homem honrado, certamente o homem bom não é invejoso, pois neste caso ele seria um homem mau. Também para apurar se o homem indignado é invejoso, é necessário indagar qual o significado de cada um desses termos, com o que se mostrará visível se a proposição é verdadeira ou falsa; por 110a1 exemplo, se o *invejoso* for o que se entristece com a prosperidade dos bons e o indignado o que se entristece com a prosperidade dos maus, ficará óbvio que o indignado não poderia ser invejoso. Devemos ainda substituir os termos contidos nas definições pelas próprias definições e prosseguirmos neste processo até atingirmos algum termo familiar, pois é freqüente que, embora a definição toda tenha sido dada, o objeto de nossa busca não se faça ainda claro, mas se fará claro quando for dada uma definição em lugar de um dos termos da definição.

Ademais, deve-se transformar o problema numa proposição para si mesmo e, em seguida, levantar uma objeção que se dirija a ela, pois uma objeção será um argumento contra uma tese. Este tópico é quase o mesmo do exame de casos nos quais se disse que um predicado se afirma ou se nega universalmente, a diferença estando no método [de formular o argumento].

Além disso, é preciso definir quais tipos de coisas deveriam ser chamadas como a maioria as chama, e quais não, em vista da utilidade disso quer para finalidades construtivas, quer para destrutivas [no que toca a um problema]. Por exemplo, deve-se formular que as coisas devem ser descritas na linguagem utilizada pela maioria; mas quando se indaga quais coisas são de um certo tipo e quais não são, é necessário não se prestar mais atenção à maioria. Por exemplo, cumpre dizer, como a maioria o diz, que *saudável* é o que produz saúde; mas quando se indaga se o objeto em discussão produz saúde ou não, é necessário não recorrer mais à linguagem da maioria, mas à do médico.

III

Ademais, se um termo for usado com mais de um significado e houver sido enunciado que se aplica ou que não se aplica a algum sujeito, deveremos demonstrar um dos dois significados, se não for possível demonstrar ambos. Este método deveria ser usado quando a variedade de significados passa desapercebida, pois se percebida, o interlocutor objetará que a questão que ele mes-

mo levantou não foi discutida, mas o outro significado. Este tópico é convertível com propósitos tanto construtivos quanto destrutivos. Se desejarmos argumentar construtivamente, demonstraremos que o predicado é aplicável em um de seus sentidos, se não pudermos demonstrar que o é em ambos. No caso de refutação, demonstraremos que um de seus sentidos não é aplicável se não pudermos demonstrar que ambos não são aplicáveis. Na refutação, entretanto, não há necessidade de argumentar, com base numa admissão, se o predicado for enunciado com aplicação universal ou se for enunciado como totalmente inaplicável, pois se demonstrarmos que há qualquer coisa que seja a que ele não se aplique, teremos destruído a asserção de que tem aplicação universal e, analogamente, se pudermos demonstrar que realmente se aplica num caso singular, teremos destruído a asserção de que não se aplica a nada. Se, contudo, estamos argumentando construtivamente, devemos obter uma admissão preliminar de que, se o predicado se aplicar a qualquer coisa, aplicar-se-á universalmente, desde que a pretensão seja plausível, pois não basta ar- 110b1 gumentar num caso singular com o propósito de demonstrar que um predicado se aplica universalmente; argumentar, por exemplo, que se a alma humana é imortal, então toda alma é imortal. Temos, portanto, que obter antecipadamente uma admissão de que se qualquer alma for imortal, então toda alma é imortal. Este método não deve ser empregado sempre, mas somente quando não nos achamos numa posição de enunciar um só argumento que se aplique igualmente à totalidade dos casos, como, por exemplo, quando um geômetra enuncia que os ângulos de um triângulo são iguais a dois ângulos retos.

Se for evidente que um termo possui múltiplos significados, será necessário distinguir todos eles e, em seguida, prosseguir visando a refutação ou confirmação. Por exemplo, quanto a se a *coisa certa* é o *conveniente* ou o *honrado*, temos que tentar confirmar ou refutar esses dois termos, enquanto aplicados ao sujeito em discussão, demonstrando que é *honrado e conveniente* ou que não é nem *honrado* nem *conveniente*. Se for impossível demonstrar [simultaneamente] ambas [as acepções,] teremos que demonstrar uma, indicando também que [o sujeito] é verdadeiro em um dos [dois] significados, e falso no outro. O mesmo argumento também vale quando as acepções nas quais o termo é divisível forem mais de duas.

Ademais, há o caso de termos que são empregados em diversos sentidos não porque são equívocos, mas de alguma outra maneira. Tome-se, por exemplo, "a ciência da multiplicidade das coisas é una" – aqui, as coisas em questão podem ser os fins ou os meios para um fim (exemplo, a medicina é a ciência da produção da saúde e da dieta), ou podem ser ambas fins, como se diz ser a ciência dos contrários una e idêntica (pois um contrário não é mais um fim do que outro), ou podem ser um predicado essencial ou um predicado acidental, sendo exemplo do primeiro os ângulos de um triângulo serem iguais a dois ângulos retos, e exemplo do segundo ser isso exato no que respeita a um triângulo eqüilátero, pois sabemos que é porque acidentalmente o triângulo eqüilátero é um triângulo que seus ângulos são iguais a dois ângulos retos. Se, portanto, não há sentido em que seja possível à ciência da multiplicidade das coisas ser una, é óbvio que é completamente impossível que isso possa ser assim ou, se há algum sentido em que seja possível, então é óbvio que é possível. Temos que distinguir tantos sentidos quantos sirvam ao nosso propósito. Por exemplo, se desejamos argumentar construtivamente, devemos propor os significados que sejam admissíveis e dividi-los somente naqueles que são úteis ao argumento construtivo; no que toca à crítica destrutiva,[498] por outro lado, devemos apresentar apenas os inadmissíveis e omitir os restantes. Isso precisa também ser feito quando a variedade de significados passa desapercebida. Os mesmos tópicos também devem ser usados para confirmar que uma coisa é ou não é *de* uma outra; por exemplo, que uma ciência particular é *de* uma coisa particular, como um fim ou como um meio para um fim, ou como uma circunstância acidental ou, por outro lado, que não é *dela* em nenhuma das formas supracitadas. O mesmo vale para o desejo e quaisquer outros termos que se diz serem *de* mais de uma coisa, pois o desejo de uma coisa particular pode ser o desejo dela como um fim (por exemplo, saúde), ou como um meio para um fim (por exemplo, tomar remédio), ou como uma circunstância acidental, como, no caso do vinho, o homem que gosta de coisas doces o deseja não porque é vinho, mas porque é doce; com efeito, seu desejo essencial é pelo que é doce e ele apenas deseja o vinho acidentalmente, pois se fosse seco, ele

498. Ou seja, a refutação.

não o desejaria mais, sendo, portanto, seu desejo, acidental. Este tópico é também útil em conexão com os termos relativos, uma vez que casos deste tipo geralmente têm a ver com termos relativos.

IV

Ademais, há o tópico que consiste na substituição por um termo que é mais familiar; por exemplo, empregando *claro* em lugar de *exato*, ao nos referirmos a uma concepção, e *intrometer-se* em lugar de *atuar oficiosamente*, pois quando o termo é tornado mais familiar, lida-se com a tese mais facilmente. Esse tópico é comum a ambos os processos, tanto o construtivo quanto o destrutivo.

A fim de demonstrar que predicados contrários se aplicam à mesma coisa,[499] é preciso observar o seu gênero. Por exemplo, se quisermos demonstrar que há exatidão e erro na percepção, e se perceber é distinguir e distinguir pode ser exato ou inexato, então pode haver exatidão e erro na percepção, também. Aqui, então, a demonstração parte do gênero e concerne à espécie, pois *distinguir* é o gênero de *perceber*, uma vez que aquele que percebe está distinguindo de uma certa forma. Por outro lado, a demonstração pode partir da espécie e concernir ao gênero, pois todos os predicados que pertencem à espécie também pertencem ao gênero. Por exemplo, se há bom e mau conhecimento, então há também boa e má disposição, uma vez que a disposição é o gênero do conhecimento. O primeiro tópico é falacioso para o argumento construtivo, porém o segundo é verdadeiro, pois não é necessário que todos os predicados do gênero devam também se aplicar à espécie, pois *animal é alado e quadrúpede*, mas o *ser humano* não é nem uma coisa nem outra. Mas todos os predicados que se aplicam à espécie aplicam-se necessariamente ao gênero, pois se *homem* é bom, então *animal* também é bom. Por outro lado, para a refutação, o primeiro desses argumentos é verdadeiro, e o segundo, falacioso, pois todos os predicados que não se aplicam ao gênero não se aplicam igualmente à espécie, enquanto todos aqueles que deixam de se aplicar à espécie não deixam necessariamente de se aplicar ao gênero.

499. Vale dizer: são predicáveis de um sujeito idêntico.

Uma vez que todas aquelas coisas das quais o gênero é predicado devem também necessariamente ter uma de suas espécies delas predicada, e uma vez que aquelas coisas que possuem o gênero em questão, ou extraem sua designação desse gênero, têm também que possuir uma de suas espécies ou extrair sua designação de uma de suas espécies (por exemplo, se o conhecimento for predicado de alguém, então o conhecimento gramatical ou o conhecimento musical, ou um dos outros tipos de conhecimento será predicado dele, e se um homem possui
111b1 conhecimento, ou se a designação que ele detém for extraída de seu conhecimento, então ele também possuirá conhecimento gramatical ou conhecimento musical, ou um dos outros tipos de conhecimento, ou extrairá sua designação de um deles, sendo chamado, por exemplo, de *gramático*, ou de *músico*); então, se uma proposição é feita, a qual é extraída de alguma forma do gênero (por exemplo, que a alma está em movimento), será preciso examinar se é possível à alma estar em movimento de acordo com qualquer das espécies de movimento, digamos, se é capaz de crescer ou degenerar, ou ser gerada, ou se mover segundo qualquer outra das espécies de movimento, pois se não é capaz de se mover conforme qualquer uma delas, é óbvio que não está em movimento. Esse tópico é comum a ambos os processos, tanto o destrutivo quanto o construtivo, pois se ela se mover segundo uma das espécies de movimento, é óbvio que está em movimento, e se não se mover segundo qualquer um deles, é óbvio que não está em movimento.

Se não dispusermos de argumentos para combater a tese, teremos que buscar argumentos tomados das definições reais ou geralmente aceitas do sujeito em discussão, e se não pudermos argumentar a partir de uma, teremos que fazê-lo a partir de várias, pois é mais fácil argumentar contra a tese quando definições foram estabelecidas, {uma vez que o ataque é mais fácil quando dirigido às definições}.[500]

É preciso examinar, quanto ao sujeito em pauta, pelo que é ele condicionado ou o que ele condiciona necessariamente, uma vez que ele exista. Se os objetivos são construtivos, é necessário verificar o que há, de cuja existência se acompanhe a existência disso que há (pois se foi demonstrada a existência do primeiro, terá sido demonstrada a existência do sujeito); se a finalidade é a refutação, é preciso verificar o que existe, uma vez que exista o sujeito, pois se demonstramos que o que é conseqüente em relação ao sujeito não existe, então teremos destruído o sujeito.

500. { } trecho suspeito, a ponto de certos helenistas, como Brunschvig, o excluírem.

Que se acresça que é preciso examinar a questão do tempo e verificar se ocorre qualquer discrepância em algum lugar; se o interlocutor, por exemplo, disse que *aquilo que é alimentado necessariamente cresce*, pois os animais estão sendo sempre alimentados, mas nem sempre estão crescendo. Analogamente, também, se ele disse que *o conhecimento é reminiscência*, uma vez que esta pertence ao passado, enquanto aquele pertence também ao presente e ao futuro; com efeito, diz-se que conhecemos coisas presentes e futuras (que haverá um eclipse, por exemplo); a memória, entretanto, é exclusivamente do passado.

V

Ademais, há o método sofístico, pelo qual conduzimos o interlocutor ao tipo de asserção contra a qual dispomos de copiosos argumentos. Este expediente será às vezes necessário, às vezes parecerá apenas necessário e, às vezes, nem será nem parecerá necessário. É necessário quando, após aquele que respondeu ter negado algum ponto que seja útil no emprego contra a tese, aquele que pergunta dirige suas observações em apoio desse ponto e acontece de ser um do tipo sobre o qual é possível dispor de muitos argumentos. É igualmente necessário também quando aquele que pergunta, tendo atingido um certo ponto através de indução por meio do ponto de vista que seu
112a1 interlocutor formulou, tenta então destruir esse ponto, pois uma vez este destruído, o ponto de vista originalmente formulado será também destruído. Parece necessário quando o ponto para o qual a discussão tende parece ser útil e pertinente à tese, mas não o é realmente, seja quando aquele que está sustentando um argumento haja negado o ponto, seja se aquele que pergunta chegou ao ponto mediante indução plausível baseado na tese e então tenta refutá-la. O outro caso é quando o ponto para o qual tende a discussão nem é necessário nem parece ser necessário, neste caso estando aquele que responde fadado a ser derrotado em algum [outro] ponto irrelevante. É necessário que estejamos alertas contra o último dos métodos supracitados, pois ele parece estar completamente divorciado da dialética, além de

lhe ser totalmente estranho. E assim, inclusive, aquele que responde não deve exibir irritação, mas fazer concessões nos pontos que não se mostram proveitosos à refutação da tese, indicando todos os pontos por ele concedidos, ainda que não os aprove. De fato, aqueles que propõem as questões, via de regra somente se envolvem em grandes dificuldades quando são feitas todas essas concessões, se não conseguirem alcançar uma conclusão.

Ademais, aquele que fez uma asserção de qualquer tipo, fez, de certa forma, muitas asserções, porque cada asserção envolve necessariamente muitas conseqüências. Por exemplo, aquele que disse que *Isto é um homem,* também disse que *Isto é um animal, um ser animado, um bípede e um ser capaz de razão e de conhecimento*; de maneira que, se qualquer uma dessas conseqüências singulares for destruída, a asserção original também será destruída. Mas temos que estar atentos para não transformar a asserção em algo mais difícil, pois, às vezes, a asserção conseqüencial, como também às vezes a própria proposição, é de mais fácil refutação.

VI

Onde necessariamente somente um de dois predicados tem que ser verdadeiro (por exemplo, um homem tem que ser saudável ou doente), se dispormos de recursos para argumentar, no tocante a um deles, que está presente ou não, disporemos também de recursos argumentativos no que toca ao outro. Esta regra é convertível para as duas finalidades, pois se houvermos demonstrado que um está presente, teremos também demonstrado que o outro não está presente; se houvermos demonstrado que um não está presente, teremos demonstrado que o outro está presente. É óbvio, portanto, que este tópico é útil para ambas as finalidades.

Um outro método de ataque consiste em remontar ao significado original de um termo, sob o fundamento de que é mais apropriado tomá-lo nesse sentido do que no [sentido] corrente. Por exemplo, *de ânimo vigoroso*[501] pode ser usado para significar não *corajoso*, que é seu significado corrente, mas aplicado a um homem cujo princípio vital se encontra em bom estado; como, também, o termo *esperançoso* pode significar aquele que espera boas coisas; analogamente, {*afortunado é aquele cuja fortuna é boa, como diz Xenócrates que "Afortunado é aquele que tem uma alma boa, pois a alma é a fortuna de cada homem*}.[502]

501. ευψυχον (*eüpsüchon*), literalmente *de alma plena;* por extensão, corajoso.

112a1 Constatando que algumas coisas ocorrem necessariamente, outras usualmente, outras segundo o acaso, a asserção de que uma ocorrência necessária é uma ocorrência usual ou de que uma ocorrência usual (ou o contrário de uma ocorrência usual) é uma ocorrência necessária sempre enseja o ataque, pois se é afirmado que uma ocorrência necessária é uma ocorrência usual, fica evidente que aquele que faz a asserção está sustentando que um predicado universal não é universal, estando, portanto, em erro. O mesmo se revela verdadeiro se houver afirmado que um predicado usual é necessário, pois estará afirmando que [tal predicado] tem aplicação universal, quando [sabemos que] não tem. Analogamente, se asseverou que o contrário do que é usual é necessário, uma vez que o contrário de um predicado usual se predica sempre de forma esporádica. Por exemplo, se os homens são usualmente maus é porque são esporadicamente bons, de modo que cometeu um erro ainda maior se tiver dito que são necessariamente bons. E também de maneira análoga, se houver declarado que uma ocorrência casual acontece necessariamente ou usualmente, pois uma ocorrência casual não acontece quer necessária quer usualmente. Mesmo que tenha feito sua asserção sem distinguir se é uma ocorrência usual ou necessária, e de fato se trata de uma ocorrência usual, é possível argumentar como se ele entendesse que era uma ocorrência necessária. Por exemplo, se ele disse que pessoas deserdadas são más, sem fazer qualquer distinção, poder-se-ia argumentar como se ele dissesse que eram necessariamente más.

502. { } Este trecho é, a rigor, intraduzível, precisamente porque Aristóteles se reporta ao sentido etimológico da palavra ευδαιμων (*eudaimon*), que traduzimos precariamente por *afortunado, feliz.* A raiz da palavra é δαιμων (*dáimon*), que significa genericamente divindade, deus, mas especificamente o gênio ("anjo") tutelar de cada um de nós. Por extensão, *dáimon* pode até significar abstratamente sorte, fortuna e, inclusive, felicidade (ou seja, *boa* fortuna). As implicações ocultas e místicas são evidentes: feliz ou afortunado é aquele que é assistido e favorecido por um *dáimon*, ou, mais exatamente, por *seu dáimon.*

Além disso, é preciso apurar se o interlocutor afirmou alguma coisa como um predicado acidental do sujeito, tomando-o como algo diferente porque ostenta um nome diferente, exatamente como Pródico[503] dividiu o prazer em alegria, deleite e divertimento, pois estes são todos nomes para a mesma coisa, a saber, o prazer. Se, portanto, alguém vier a asseverar que a alegria é um predicado acidental do divertimento, estará dizendo que é um predicado acidental de si mesmo.

VII

Constatando que os contrários são combináveis entre si de seis formas, quatro destas combinações constituindo uma contrariedade, temos que considerar os contrários em função da utilidade que possam apresentar tanto com a finalidade destrutiva quanto com aquela construtiva. Que há seis tipos de combinação ressalta óbvio, pois *ou* cada um dos verbos contrários será combinado a cada um dos objetos contrários (e isso de duas maneiras; por exemplo, "fazer o bem aos amigos e fazer o mal aos inimigos" ou, inversamente, "fazer o mal aos amigos e fazer o bem aos inimigos"), *ou* ambos os verbos podem ser usados com um objeto (e isso também de duas maneiras; por exemplo, "fazer o bem aos amigos e fazer o mal aos amigos", ou "fazer o bem aos inimigos e fazer o mal aos inimigos"), *ou* um verbo deve ser usado com ambos os objetos (e isso, também, de duas maneiras; por exemplo, "fazer o bem aos amigos e fazer o bem aos inimigos", ou "fazer o mal aos amigos e fazer o mal aos inimigos).

113a1 As duas primeiras combinações supracitadas não formam uma contrariedade, uma vez que "fazer o bem aos amigos" não é o contrário de "fazer o mal aos inimigos", visto que estas duas ações são objetos do escolher e pertencem ao mesmo caráter. Tampouco é "fazer mal aos amigos" o contrário de "fazer bem aos inimigos", visto que estas duas ações são objetos do evitar e pertencem à mesma disposição, e um objeto do evitar não é geralmente encarado como o contrário de um outro objeto do evitar, a menos que um seja utilizado para denotar excesso, e o

503. Pródico de Céos, filósofo sofista.

outro, deficiência, pois o excesso é geralmente considerado como um objeto do evitar,[504] o mesmo valendo para a deficiência. Mas todas as outras quatro combinações formam uma contrariedade, uma vez que "fazer o bem aos amigos" é o contrário de "fazer o mal aos amigos", pois procedem de disposições contrárias e um é um objeto do escolher, e o outro, do evitar. Ocorre algo análogo com as demais combinações, pois em cada par um é um objeto do escolher, o outro do evitar – um pertence sempre a uma disposição boa, o outro a uma disposição má. É evidente, portanto, com base no que foi dito, que a mesma coisa possui, de fato, mais de um contrário, pois "fazer o bem aos amigos" tem como seu contrário tanto "fazer o bem aos inimigos" quanto "fazer o mal aos amigos". De maneira análoga, se os examinarmos do mesmo modo, ficará visível que os contrários de cada um dos outros são em número de dois. Temos, portanto, que tomar aquele dos dois contrários que for útil no tratamento da tese.

Ademais, se o acidente de alguma coisa possuir um contrário, será necessário examinar se pertence àquilo ao que se disse pertencer o acidente, pois se o primeiro pertencer, o segundo não pode pertencer, uma vez ser impossível que dois contrários pertençam à mesma coisa simultaneamente.

Resta ainda verificar se qualquer coisa foi afirmada de alguma coisa tal que, se existir, predicados contrários terão necessariamente que pertencer à coisa; por exemplo, se o interlocutor afirmou que *Idéias*[505] existem em nós, pois se assim for, se concluirá que estão tanto em movimento quanto em repouso e, adicionalmente, que são objetos tanto da sensação quanto do pensamento; aqueles que sustentam a existência das *Idéias* as consideram tanto em repouso quanto inteligíveis, mas se existem em nós, é-lhes impossível serem imóveis, pois quando nos movemos tudo que existe em nós tem necessariamente que se mover conosco. É óbvio, igualmente, que são sensíveis, se de fato existem em nós, pois é através do sentido da visão que reconhecemos a forma de cada coisa.

504. Isto é, algo *indesejável*.
505. Na acepção platônica, isto é, as formas universais, imutáveis, eternas, reais e perfeitas do mundo inteligível.

Ademais, se um acidente que possua um contrário é afirmado, é mister verificar se aquilo que admite o acidente também admite seu contrário, pois a mesma coisa admite contrários. Por exemplo, se o interlocutor disse que o ódio sucede a ira, então o ódio estaria na faculdade irascível, uma vez que a ira se acha nesta faculdade.[506] É preciso, por conseguinte, verificar se seu contrário, nomeadamente o amor,[507] também se encontra na faculdade irascível, pois se não se encontrar aqui, mas na faculdade apetitiva, então o ódio não sucede a ira. De maneira análoga, igualmente, se ele declarou que a faculdade apetitiva é *ignorante*, pois se fosse capaz de ignorância, também seria capaz de conhecimento – e não constitui opinião geralmente aceita que a faculdade apetitiva seja capaz de conhecimento. Esse método, como foi dito, deveria ser utilizado na refutação. Entretanto, no que tange a propósitos construtivos, [esse] tópico é inútil para demonstrar que o acidente pertence [ao sujeito], embora seja útil para demonstrar que seja possível que pertença, pois quando demonstrarmos que alguma coisa não admite contrário, teremos demonstrado que o acidente nem pertence [ao sujeito] nem pode pertencer. Mas se demonstrarmos que o contrário pertence [ao sujeito] ou que o sujeito admite contrário, não teremos ainda demonstrado que o acidente pertence [ao sujeito], mas tudo que teremos feito será haver demonstrado que é possível que pertença.

VIII

Como há quatro tipos de oposição, é preciso verificar se argumentos podem ser extraídos dos contraditórios tomando-os em ordem inversa, tanto com finalidades destrutivas (de refutação) quanto com finalidades construtivas, devendo-se obtê-los mediante indução; por exemplo, "se *homem é animal*, *não-animal é não-homem*" e, assim, com os demais casos, pois aqui a ordem é inversa, uma vez que *animal* sucede a *homem*, mas *não-animal* não sucede a *não-homem*, porém, inversamente, *não-homem* sucede a *não-animal*. Em todos os casos, é imperioso formular um axioma do seguinte tipo: se o bom é agradável,

506. Ver o tratado de psicologia de Aristóteles intitulado *Da alma*.

507. φιλια (*filia*) se opondo a μισος (*misos*), ódio.

o que não é agradável não é bom, mas se esta última proposição não é verdadeira, também não o será a primeira. Analogamente, se o que não é agradável não é bom, *o agradável é bom*.[508] Fica claro, portanto, que a seqüência inversa dos termos usada na contradição é convertível para ambas as finalidades.

É preciso examinar, no que toca aos contrários, se o contrário se sucede ao contrário, quer diretamente, quer em ordem inversa, tanto na refutação quanto na argumentação construtiva. Tais argumentos devem ser obtidos também mediante indução, na medida em que haja utilidade nisso. A seqüência é direta no caso, por exemplo, da coragem e da covardia, uma vez que o primeiro termo apresenta como conseqüente a virtude, enquanto o segundo, o vício. O objeto do escolher é conseqüente da primeira (virtude), enquanto o objeto do evitar é conseqüente do segundo (vício). A seqüência, portanto, no último caso, também é direta, uma vez que o objeto do escolher (o desejável) é contrário ao objeto do evitar (o indesejável), valendo o mesmo também nos demais casos. Por outro lado, a seqüência é em ordem inversa num caso como o seguinte: a saúde é conseqüente do bom estado [físico], mas a doença não é conseqüente do mau estado [físico], mas este da doença. Fica claro, portanto, que aqui a seqüência está invertida. Mas a seqüência invertida é rara quando se trata dos contrários, caso em que a seqüência é geralmente direta. Se, então, o contrário não sucede ao contrário quer diretamente quer em ordem inversa, fica claro que tampouco um dos termos da proposição sucede ao outro. Mas se houver sucessão de um pelo outro no caso dos contrários, um dos termos na proposição deverá também necessariamente suceder ao outro.

Tal como se verificam os contrários, devem ser verificados os casos da ausência ou presença dos estados, com a ressalva de que no caso da ausência a seqüência inversa é impossível, a seqüência tendo que ser sempre necessariamente direta; por exemplo, a sensação tem que ser conseqüente da visão, e a ausência de sensação tem que ser conseqüente da cegueira, uma vez que a sensação se opõe à ausência de sensação, pois constituem [a presença ou posse de] um estado e uma ausência ou privação, a primeira sendo [a presença ou posse de] um estado e a segunda uma ausência ou privação.

508. Ou *o bom é agradável*.

É necessário também nos ocuparmos dos termos relativos, tal como nos ocupamos da ausência ou presença dos estados, pois neste caso igualmente a seqüência é direta. Por exemplo, se *três vezes* é um múltiplo, *um terço* é uma fração, pois *três vezes* é descrito como relativo a *um terço* e um múltiplo como relativo a uma fração. Por outro lado, se o conhecimento é um conceber, então o cognoscível é concebível, e se a visão é uma sensação, então o visível é sensível. Pode-se objetar que, no tocante aos termos relativos, a seqüência não ocorre necessariamente da maneira que acabamos de expor, uma vez que o sensível é cognoscível, mas a sensação não é conhecimento. Esta objeção, entretanto, não é geralmente tida como procedente, pois muitas pessoas negam que haja um conhecimento das coisas sensíveis. Ademais, o princípio acima não é menos útil para demonstrar o contrário; por exemplo, que o sensível não é cognoscível, pois tampouco é a sensação conhecimento.

IX

Outra necessidade é examinar os coordenados e as inflexões verbais, quer na argumentação destrutiva, quer na construtiva. Entende-se por *coordenados* termos tais como *ações justas* e *homem justo*, que são coordenados de *justiça e ações corajosas e homem corajoso*, que são coordenados de *coragem*. Analogamente, também, termos que tendem a criar ou a preservar alguma coisa são *coordenados* com aquilo de que são criativos ou preservativos, do que é exemplo *coisas saudáveis*, que são coordenados de *saúde*, e *coisas que produzem um bom estado* são coordenados de *bom estado*, e assim por diante nos demais casos. Tais termos, portanto, são usualmente designados como *coordenados*. Inflexões verbais são palavras tais como *justamente, corajosamente e saudavelmente*[509] e outros vocábulos assim formados. Inflexões são geralmente tidas também como *coordenados;* por exemplo, *justamente* como um coordenado de *justiça* e *corajosamente* como um coordenado de *coragem*. Todas as palavras que se situam na mesma série de coordenados são classificadas como coordenados; por exemplo, *justiça*, *homem*

509. δικαιως και ανδρειως και υγιεινως (*dikaiôs kai andreiôs kai ügieinôs*), ou seja, o que chamamos de advérbios de modo.

justo, *ação justa e justamente*. É óbvio, portanto, que quando se 114b1 demonstrou que qualquer membro da série coordenada é bom ou louvável, terá sido demonstrado o serem também todos os restantes. Por exemplo, se a *justiça* é algo louvável, então o *homem justo*, a *ação justa* e o *justamente* serão algo digno de louvor. E *justamente* denotará *louvavelmente*, sendo esta a inflexão *do louvável*,[510] tal como *justamente* é de *justiça*.

É preciso não se restringir a examinar o próprio sujeito que está em discussão, mas também o seu contrário, do prisma do predicado contrário. Por exemplo, pode-se dizer que o bem não é necessariamente agradável, pois tampouco é o mal necessariamente desagradável, ou se esta última parte é verdadeira,[511] também a primeira o é;[512] e se justiça é conhecimento, injustiça é ignorância, e se *justamente* é *conhecidamente* e *habilmente*, *injustamente* é *ignorantemente* e *inabilmente*; porém, se esta última parte é falsa, também o é a primeira, como no exemplo acima, uma vez que *injustamente* pareceria mais próximo de *habilmente* do que *inabilmente*. Este tópico foi mencionado anteriormente[513] quando tratávamos da seqüência dos contrários. Agora nos restringimos a postular que o contrário segue o contrário.

Também cabe verificar as formas de geração e corrupção das coisas, bem como seus agentes criadores e destruidores, seja com finalidade de refutar [uma tese], seja com a de ratificá-la. Coisas cujas formas de geração constituem boas coisas são elas próprias boas, e se são elas próprias boas, também o serão suas formas de geração; se, contudo, suas formas de geração são coisas más, também serão elas próprias, coisas más. Inversamente, no caso das formas de corrupção, o verdadeiro é o contrário: se as formas de corrupção são boas, as próprias coisas

510. Aristóteles emprega o adjetivo επαινετος (*epainetos*) e não o substantivo επαινος (*epainos*): louvor. Embora a inflexão corresponda ao advérbio de modo, não se deve entender que seja puramente a *derivação* morfológica (por alteração gráfica ou sufixação) do adjetivo. A referência essencial e discursiva da inflexão é o substantivo ou nome e não o adjetivo, isto embora a derivação formal do advérbio de modo seja diretamente do adjetivo e não do substantivo. *Louvavelmente* é επαινετως (*epainetôs*). Helenistas como W. A. Pickard-Cambridge preferem traduzir como *do* louvável (substantivando o adjetivo) e não *de* louvável. Aprovamos.

511. Ou seja, o mal é necessariamente desagradável.

512. Ou seja, o bem é necessariamente agradável.

513. Em 113b27 e seguintes.

são más, e se as formas de corrupção são más, as próprias coisas são boas. O mesmo argumento se aplica também aos agentes criadores e destruidores: as coisas cujos agentes criadores são bons são também elas próprias boas, enquanto as coisas cujos agentes destruidores são bons são também elas próprias más.

X

Também é preciso examinar os semelhantes [do sujeito em questão] e verificar se o mesmo se revela exato quanto a eles; por exemplo, se uma [determinada] ciência se ocupa de diversos objetos, assim também sucederá a uma [determinada] opinião, e se possuir visão é ver, então também ter audição é ouvir, o mesmo ocorrendo com os demais casos tanto de coisas que são semelhantes quanto de coisas que são tidas geralmente como semelhantes. Este tópico é útil a ambas as finalidades, pois se alguma coisa é verdadeira, no que respeita a um dos semelhantes, também o será com respeito aos outros, mas se não for verdadeira, no que respeita a um deles, também não o será com respeito aos outros. Faz-se mister também verificar se há semelhança de condições no que tange a uma coisa singular e coisas múltiplas, pois neste caso por vezes ocorre uma discrepância. Exemplo: se *conhecer* uma coisa *é pensar numa coisa*, então *conhecer muitas coisas é pensar em muitas coisas*. Mas, na verdade não é assim, já que é possível conhecer muitas coisas e não estar pensando nelas. Se, portanto, a segunda proposição não é verdadeira, então a primeira, que tratava de uma coisa singular, a saber, *conhecer uma coisa é pensar numa coisa*, também não é verdadeira.

Ademais, pode-se extrair material [argumentativo] dos graus superiores e inferiores. Há quatro tópicos ligados aos graus superiores e inferiores. Um consiste em verificar se o grau superior é conseqüente do grau superior, por exemplo, se o prazer é bom e o prazer maior é um bem maior, e se cometer injustiça é um mal, cometer uma injustiça maior é também um mal maior. Este tópico é útil para ambas as finalidades, pois se o aumento do acidente é conseqüência do aumento do sujeito, como indicado acima, é óbvio que trata-se realmente de um acidente do sujeito, mas se não é sua conseqüência, não é um acidente do sujeito. Este resultado deve ser obtido por indução. O outro tópico é

quando um predicado se aplica a dois sujeitos: então, se não se aplicar àquele em relação ao qual há maior probabilidade de ser aplicável, não se aplicará tampouco àquele em relação ao qual é menos provável a sua aplicabilidade; e se aplicar-se àquele em relação ao qual é menos provável que seja aplicável, aplicar-se-á também àquele em relação ao qual é mais provável que seja aplicável. Por outro lado, se dois predicados são aplicados a um sujeito, então, se aquele que é mais geralmente considerado aplicável ao sujeito singular não se aplicar, também não se aplicará aquele menos geralmente considerado aplicável; ou, se o predicado que é menos geralmente considerado aplicável se aplicar, então também se aplicará aquele que é mais geralmente considerado aplicável. Além disso, quando dois predicados são aplicados a dois sujeitos, se o predicado que é mais geralmente considerado aplicável a um dos sujeitos não se aplicar, tampouco se aplicará o outro predicado ao outro sujeito; ou, se o predicado que é menos geralmente considerado aplicável a um sujeito se aplicar, então o outro predicado também se aplicará ao outro sujeito.

Ademais, é possível argumentar a partir do fato de que um predicado se aplica, ou é geralmente considerado aplicável em grau semelhante de três formas, a saber, as descritas nos últimos três tópicos já mencionados em conexão com o grau maior, pois se um predicado se aplicar, ou for geralmente considerado como aplicável aos dois sujeitos num grau semelhante, então, se não se aplicar a um, também não se aplicará ao outro, e se aplicar-se a um, também se aplicará ao outro. Ora, se dois predicados se aplicam num grau semelhante ao mesmo sujeito, se um não se aplica, tampouco se aplica o outro, enquanto se um realmente se aplica, também ou outro se aplica. A mesma coisa também acontece se dois predicados se aplicam num grau semelhante a dois sujeitos, pois se um predicado não se aplica a um sujeito, tampouco o outro predicado se aplica ao outro sujeito, ao passo que se um predicado se aplica a um sujeito, então o outro predicado também se aplica ao outro sujeito.

XI

Tais são, portanto, as várias formas nas quais se pode argumentar a partir do grau superior e do inferior, como também do grau semelhante. Pode-se, além disso, atingir argumentos adi-

cionando-se uma coisa à outra. Se a adição de uma coisa a uma outra torna esta última *boa* ou *branca*, enquanto não era *branca* ou *boa* antes, então aquilo que foi adicionado será *branco* ou *bom*, isto é, terá a qualidade que também outorga no todo. Ademais, se algo adicionado à qualidade existente de uma coisa transmite um grau superior da mesma qualidade existente, será ele próprio também daquela qualidade. O mesmo ocorre nos demais casos. Mas este tópico nem sempre é útil, sendo-o somente quando o resultado da adição é a produção de uma intensificação maior. Esse tópico não é convertível com finalidades de refutação, pois se aquilo que é adicionado não torna boa uma coisa, não há ainda evidência de que ele mesmo não seja bom, uma vez que o bem adicionado ao mal não resulta necessariamente num todo bom, como também o branco adicionado ao negro não resulta necessariamente num todo branco.

Por outro lado, se qualquer coisa é predicada num grau superior ou inferior, também se aplica absolutamente, porque aquilo que não é bom (ou branco) jamais será classificado como bom (ou branco) num maior ou menor grau, pois uma coisa má nunca será descrita como detentora de um grau maior ou menor de bem do que uma outra coisa, mas somente de mal. Este tópico também não é convertível com finalidades de refutação, uma vez que muitos predicados aos quais não podemos atribuir um grau maior ou menor se aplicam de maneira absoluta, pois *homem* é impredicável num maior ou menor grau, embora um homem por conta disso não deixe de ser homem.

Devemos igualmente examinar predicados que se aplicam apenas num determinado aspecto ou numa certa ocasião, ou num certo lugar, pois se um predicado é possível num determinado aspecto, também é possível *absolutamente*. O mesmo se revela exato no que tange a predicados que são qualificados no tocante ao tempo e ao espaço, porque aquilo que é impossível absolutamente não é possível em aspecto algum, em lugar algum ou em tempo algum. Poder-se-ia contestar que, num certo aspecto, as pessoas são naturalmente virtuosas; à guisa de exemplo, que podem ser generosas ou inclinadas ao autocontrole. Entretanto, de modo absoluto elas não são virtuosas por natureza, pois ninguém é por natureza sensato. Analogamente, também, é possível *numa certa ocasião* para alguma coisa corruptível não ser corrompida, mas é impossível para ela esquivar-se à corrupção em termos absolutos. Igualmente, é conveniente *em certos lugares* adotar uma certa dieta; por exemplo, em localidades insalubres, porém não o é de maneira absoluta. Que se diga também que *em certos lugares* é possível para alguém viver uma existência isolada, embora não seja possível para alguém viver uma existência isolada em termos absolutos. É, igualmente, honroso em certos lugares sacrificar o próprio pai, como, por exemplo, entre os *tríbalos*,[514] mas não o é em termos absolutos. Ou estaremos indicando aqui uma relatividade que toca a pessoas e não a lugares?... Uma vez que não importa onde possam estar, pois onde quer que estejam será honroso aos seus olhos [sacrificar o próprio pai] porque são tríbalos. Em certas ocasiões é conveniente tomar remédios; por exemplo, quando estamos enfermos; mas não é conveniente em termos absolutos. Ou será uma relatividade vinculada a uma certa condição e não a uma certa ocasião aqui indicada?... pois não faz diferença *quando* alguém toma o remédio, uma vez que esteja numa condição que o requer. Ora, o honroso *absolutamente* ou seu contrário é o que se dirá que é ser honroso ou seu contrário, sem qualquer qualificação complementar. Por exemplo, não se dirá que sacrificar o próprio pai é honroso, mas que "para certas pessoas é honroso", não sendo, portanto, honroso pura e simplesmente (de modo absoluto). Mas dir-se-á que reverenciar aos deuses é honroso sem o acréscimo de qualquer qualificação, pois é *absolutamente* honroso. Assim, tudo o que for geralmente considerado como honroso ou desonroso, ou qualquer outra coisa desse tipo, sem qualquer qualificação adicional, será assim chamado numa acepção estrita e absoluta.

514. Povo antigo que habitava o norte da Trácia (região ao norte da Grécia).

LIVRO III

I

É preciso que, à luz das considerações que se seguem, examinemos o que é mais elegível ou melhor entre duas ou mais coisas. Mas antes é necessário que estabeleçamos uma limitação ao nosso investigar, qual seja, este não toca a coisas que estão amplamente apartadas e que exibem uma apreciável divergência entre si (pois ninguém se questiona quanto a decidir qual é a mais elegível: se a felicidade ou a riqueza), tocando sim a coisas que estão estreitamente relacionadas e a respeito das quais questionamos a qual devemos dar a preferência, uma vez que não detectamos qualquer superioridade de uma sobre a outra. Está claro, portanto, que, no que tange a essas coisas, se for possível demonstrar um ou mais pontos de superioridade, nosso intelecto aquiescerá que aquela das duas que for realmente superior será a mais elegível.

Em primeiro lugar, o que é mais duradouro ou mais estável é mais elegível do que o que o é menos e também aquilo que constitui a preferência do homem[515] prudente ou bom, da lei correta, dos mais excelentes em qualquer esfera particular [de estudo] quando fazem sua escolha enquanto tal e dos que detêm especial habilidade em algum assunto particular, ou o que a maioria deles, ou todos eles, elegeriam; por exemplo, na medicina (ou na carpintaria), o que a maioria ou todos os médicos escolheriam, ou geralmente as coisas que a maioria das pessoas ou todas ou tudo[516] elegeriam; por exemplo, o bem, pois tudo visa ao bem. É preciso orientar o futuro curso da discussão neste ou naquele rumo que possa se revelar útil, porém o critério absoluto do que é melhor e mais elegível é o melhor conhecimento, ainda que para o indivíduo possa ser a ciência particular que lhe é própria.

515. ανηρ (*anér*), homem no sentido restrito de ser humano do sexo masculino.

516. παντες η παντα (*pantes ê panta*): para Aristóteles não é só o homem como ser racional, capaz de conhecimento e ação ética que visa ao bem, mas *tudo* (todas as coisas) visa a *algum* bem. Ver *Ética a Nicômaco*, Livro I, capítulo i. Esta obra figura em *Clássicos Edipro*.

A seguir, aquilo que é de uma certa espécie é mais elegível do que aquilo que não se acha no gênero daquela coisa; por exemplo, a *justiça* é mais elegível do que o *homem justo*, pois o primeiro está no gênero *bem*, mas o segundo, não, e o primeiro é aquilo que é chamado de *bem*, mas o segundo não é, pois nada é chamado pelo nome do gênero que realmente não pertença ao gênero; por exemplo, *homem branco* não é uma cor e igualmente nos demais casos.

Também aquilo que é elegível por si mesmo é mais elegível do que aquilo que o é por alguma outra coisa; por exemplo, a saúde é mais elegível do que o exercício, uma vez que a primeira é elegível por si mesma, o segundo em função de alguma outra coisa. Igualmente, aquilo que é em si mesmo elegível é mais elegível do que aquilo que o é acidentalmente; por exemplo, que os amigos de alguém sejam justos é mais elegível do que os inimigos de alguém o serem, pois a primeira situação é elegível em si mesma, enquanto a segunda o é acidentalmente, pois é só por acidente que desejamos que nossos inimigos sejam justos para que seja possibilitado não nos causarem mal. Esta regra é idêntica àquela que a precede, com a ressalva de que difere na forma em que é expressa, pois que nossos amigos sejam justos é algo que elegemos por si mesmo, ainda que isso não vá nos afetar de modo algum e ainda que possam estar na Índia. Mas elegemos que nossos inimigos sejam justos por uma outra razão, a saber, para que possam não nos causar nenhum dano.

116b1 Também aquilo que é em si mesmo a causa do bem é mais elegível do que aquilo que é acidentalmente a causa do bem; por exemplo, a virtude é mais elegível do que a sorte, uma vez que a primeira é em si mesma a causa de coisas boas, porém a segunda o é apenas acidentalmente. O mesmo ocorre em todas as demais situações similares e, inclusive, no caso contrário, pois aquilo que é em si mesmo a causa do mal deve ser mais evitado do que aquilo que é apenas acidentalmente a causa do mal, como no que respeita ao vício e à sorte, pois o primeiro é em si mesmo um mal, ao passo que a sorte o é somente acidentalmente.

Além disso, aquilo que é bom absolutamente (em acepção estrita) é mais elegível do que aquilo que é bom para um indivíduo; por exemplo, o gozo da saúde [é mais elegível] do que uma intervenção cirúrgica, pois o primeiro é bom em sentido absoluto, enquanto a segunda o é somente para um indivíduo, ou seja, aquele que requer uma intervenção cirúrgica. Igualmente, aquilo que é naturalmente bom é mais elegível do que aquilo que não o é por natureza; por exemplo, a *justiça* [é mais elegível] do que o *homem justo*, pois a primeira é *bem* naturalmente, enquanto o bem do segundo é um bem adquirido. Ademais, aquilo que diz respeito ao que é melhor e digno da mais elevada honra é mais elegível; por exemplo, o que diz respeito a um deus [é mais elegível] do que o que diz respeito a um ser humano, e o que diz respeito à alma [é mais elegível] do que aquilo que diz respeito ao corpo. Também o que é próprio do melhor é melhor[517] do que aquilo que é próprio do pior; por exemplo, o atributo próprio de um deus é melhor do que aquele próprio de um homem, uma vez que naquilo que é comum a ambos não há diferença entre eles, mas naquilo que lhes é próprio um é superior ao outro. Também é melhor aquilo que é inerente às coisas melhores, anteriores ou dignas de maior reverência, como, por exemplo, a saúde é melhor do que o vigor e a beleza, isto porque a saúde é inerente ao úmido, ao seco, ao quente e ao frio – numa palavra, a todos os elementos primários dos quais consiste o ser vivo, ao passo que o vigor e a beleza são inerentes [apenas] aos [elementos] constitutivos secundários, uma vez que geralmente se admite que o vigor reside nas fibras nervosas e nos ossos, a beleza [, por sua vez,] consistindo numa certa simetria dos membros. Por outro lado, o fim é usualmente considerado mais elegível do que o meio que conduz ao fim, e, entre dois meios, aquele que se acha mais próximo do fim. E, a nos expressarmos em termos gerais, o meio que tem como fim a vida é mais elegível do que aquele que tem algum outro fim; por exemplo, aquele que tende para a felicidade é mais elegível do que aquele que tende para a prudência. O possível é mais elegível do que o impossível. Além disso, de dois agentes produtivos, é mais elegível aquele cujo fim é melhor. Podemos avaliar entre um agente produtivo e um fim estabelecendo uma proporção, na qual a superioridade de um fim sobre o outro é maior do que aquela do segundo sobre seu próprio agente produtivo; por exemplo, se a felicidade apresenta uma superioridade maior

517. το του βελτιονος ιδιον Βελτιον (*to tou beltionos idion beltion*): aqui se manifesta, como em outras oportunidades, a precariedade literária e terminológica dos *Tópicos*, que testemunhamos aqui e ali em todo o *Órganon*. Entenda-se o segundo *melhor* como mais elegível, mais digno de escolha, mais desejável.

sobre a saúde do que a saúde apresenta sobre aquilo que produz saúde, então aquilo que produz felicidade é superior à saúde, uma vez que aquilo que produz felicidade é superior àquilo que produz saúde no mesmo grau em que a felicidade é superior à saúde. Entretanto, a saúde mostra menos superioridade sobre o que produz saúde e, portanto, aquilo que produz felicidade mostra maior superioridade sobre o que produz saúde do que a saúde mostra sobre o que produz saúde. Fica claro, assim, que aquilo que produz felicidade é mais elegível do que a saúde, pois exibe uma maior superioridade sobre a mesma coisa.

Além disso, o que é em si mesmo mais belo, mais valioso[518] e mais louvável, é mais elegível; por exemplo a amizade é mais elegível do que a riqueza, e a justiça o é mais do que o vigor, porque as primeiras em si mesmas estão entre as coisas valiosas e louváveis, ao passo que as segundas são valiosas e louváveis não em si mesmas, mas devido a alguma razão à parte. Com efeito, ninguém atribui valor à riqueza em função de si mesma, mas em função de alguma outra coisa,[519] enquanto se atribui valor à amizade por ela mesma, mesmo que não seja provável que possamos dela extrair alguma coisa mais.

II

Ademais, quando duas coisas são muito semelhantes uma à outra e não podemos detectar qualquer superioridade de uma sobre a outra, é necessário que julguemos por suas conseqüências, pois aquela cuja conseqüência constitui um bem maior é mais elegível e, caso as conseqüências sejam más, será mais elegível aquela que for sucedida pelo menor mal; pois se ambas são elegíveis, não há nada que impeça alguma conseqüência secundária desagradável. O exame baseado na conseqüência assume duas formas, uma vez que uma conseqüência pode ser anterior ou posterior no tempo; exemplo: para aquele que aprende, a ignorância é *anterior*, e o conhecimento, *posterior*. A conseqüência posterior é via de regra melhor. Deve-se, portanto, tomar aquela conseqüência que é útil.

518. τιμιωτερον (*timioteron*), valioso ou precioso precisamente na acepção que exclui o *valor* monetário ou pecuniário.

519. Digamos, o emprego que se faz dela. A riqueza é meio e não fim.

Além disso, um número maior de bens é preferível a um número menor, ou em termos absolutos ou quando um existe no outro, isto é, o número menor [de bens] está incluído no maior. É possível que se levante uma objeção, se ocorrer um caso no qual uma coisa é preferida por causa de uma outra, uma vez que as duas coisas tomadas juntas não são, de modo algum, mais preferíveis do que uma só, do que podemos aduzir como exemplo: *tornar-se saudável somado à saúde* não é preferível à *saúde tão-somente*, uma vez que optamos por nos tornar saudáveis em vista da saúde. Ademais, nada há que impeça que mesmo coisas que não são boas sejam preferíveis a coisas que são boas; exemplo: a felicidade somada a algo mais que não é bom *pode* ser preferível à justiça somada à coragem. Além disso, as mesmas coisas são mais elegíveis quando lhes é adicionado prazer, do que na ausência deste, e quando livres de dor, do que quando acompanhadas de dor.

Também tudo é preferível quando apresenta maior importância; por exemplo, estar livre da dor na velhice é preferível à ausência de dor na juventude, pois tem maior peso na velhice; com base neste mesmo princípio, também a prudência é preferível na velhice, pois ninguém elege jovens como líderes, uma vez que não espera que sejam prudentes. No que toca à coragem, vale o contrário, pois na juventude a ação corajosa é mais necessária, o mesmo acontecendo com a moderação, porque os jovens são mais perturbados por suas paixões do que os velhos.

É preferível também aquilo que se revela mais útil em todas as ocasiões ou na maioria das ocasiões; por exemplo, a justiça e a moderação são preferíveis à coragem, visto que as primeiras são constantemente úteis, ao passo que a coragem o é apenas algumas vezes. Também *de duas coisas,* aquela cuja posse em tudo e por tudo nos faz dispensar a outra é preferível àquela cuja posse universal nos deixa ainda carentes da outra. Tomemos, por exemplo, a justiça e a coragem: se todos fossem justos, a coragem seria totalmente dispensável; mas se todos fossem corajosos, a justiça ainda seria útil.

Complementemos, ainda, afirmando que se pode extrair argumentos das corrupções, rejeições, gerações, aquisições e contrários das coisas, uma vez que aquilo em relação ao que se deve evitar mais a corrupção é preferível. Situação análoga se

verifica no que respeita às rejeições e contrários, pois aquilo em relação a que se deve mais evitar a rejeição ou o contrário é preferível. No que concerne à geração e à aquisição ocorre o oposto, uma vez que aquilo em relação a que a aquisição ou geração é preferível é ele próprio preferível.

Um outro tópico consiste em que aquilo que está mais próximo do bem é melhor e preferível, e também o que mais se assemelha ao bem; por exemplo, *justiça* é preferível a *um homem justo*. Igualmente, é *preferível* aquilo que mais se assemelha a alguma coisa que supera a si mesma; por exemplo, algumas pessoas dizem que Ajax era melhor do que Odisseu porque se assemelhava mais a Aquiles. Pode-se contestar a verdade disso, pois nada impede Ajax de ser mais semelhante a Aquiles, mas não com respeito àquilo em que Aquiles se destacava, ao passo que Odisseu poderia ser um homem bom, ainda que não se assemelhasse a Aquiles.[520] É mister que verifiquemos também se a semelhança pende para o ridículo; por exemplo, aquela de um macaco com um homem, enquanto o cavalo não exibe nenhuma semelhança [com o homem]; com efeito, o macaco não é mais atraente do que o cavalo, a despeito de ser mais semelhante ao homem. Ademais, de duas coisas, se uma é mais semelhante àquela que é melhor, e a outra mais semelhante à que é pior, então aquela que é mais semelhante à melhor é, ela mesma, melhor. Pode-se também aqui objetar, pois não há razão por que uma não deva assemelhar-se à melhor apenas num grau modesto, enquanto a outra se assemelha intensamente ao pior – por exemplo, Ajax pode assemelhar-se ligeiramente a Aquiles, enquanto Odisseu se assemelha fortemente a Nestor.[521] Pode ainda suceder que o semelhante ao melhor o seja no que há de pior, ao passo que o semelhante ao pior o seja no que há de melhor, como na semelhança do cavalo com o asno e naquela do macaco com o homem.

520. O leitor poderá apreciar, analisar e confrontar as personalidades destas três grandes figuras mediante a leitura da *Ilíada* de Homero. O fator de semelhança sugerido por Aristóteles entre Aquiles e Ajax é a indignação diante da injustiça, a intolerabilidade da vida sem honra e o enorme valor guerreiro de ambos, do qual Aquiles é o referencial. Odisseu, por seu lado, pouco ou nada tem a ver com estas virtudes éticas, sendo outros os predicados que o caracterizam, tais como a astúcia, a habilidade estratégica, o espírito de liderança, o calculismo e a tenacidade. Por motivos cuja discussão não cabe aqui, Homero lhe dedicou um extenso e fascinante poema, a *Odisséia*.

521. Nestor é o mais velho dos chefes gregos que atuam no assédio de Tróia (além de ser o mais judicioso dos conselheiros). É caracterizado pela sobriedade e a sabedoria. A forte semelhança aqui apontada pelo Estagirita entre Nestor e Odisseu é puramente hipotética para ilustração do tópico, posto que, segundo a narrativa de Homero na *Ilíada*, suas personalidades distam enormemente.

Um outro tópico consiste em que aquilo que é mais conspícuo é preferível ao que é menos conspícuo, o mesmo valendo para o que é mais difícil, pois para nós está em mais elevada estima a posse de coisas cuja obtenção não é fácil. O que nos é mais peculiar, por outro lado, é preferível ao que é mais comum. Também preferimos aquilo que menos compartilha com o mal {porque aquilo que não é acompanhado de dissabor é preferível àquilo que é acompanhado deste}.[522]

Por outro lado, se uma coisa é, em acepção estrita (de modo absoluto), melhor do que uma outra, então também o melhor membro da primeira é melhor do que o melhor membro da segunda; por exemplo, se o ser humano é melhor do que o cavalo, então também o melhor homem é melhor do que o melhor cavalo; ademais, se o melhor em uma classe é melhor do que o melhor na outra classe, então, igualmente, a primeira classe é absolutamente melhor do que a segunda classe; por exemplo, se o melhor homem é melhor do que o melhor cavalo, então também o ser humano é melhor do que o cavalo de modo absoluto.

118a1 Além disso, aquelas coisas das quais nossos amigos podem compartilhar são preferíveis àquelas das quais eles não podem compartilhar. São também preferíveis as coisas que faríamos a um amigo às que faríamos a uma pessoa qualquer; por exemplo, agir justamente e beneficiar são preferíveis a meramente parecer que o fazemos, pois realmente preferiríamos beneficiar os nossos amigos, em lugar de meramente parecer que o fazemos, ao passo que o que ocorre é o oposto, no que se refere ao nosso comportamento com quaisquer pessoas.

Também o supérfluo é melhor do que o meramente necessário, e, por vezes, inclusive preferível, pois viver bem é melhor do que simplesmente viver, e viver bem é uma superfluidade, enquanto a vida ela mesma é uma necessidade. Algumas vezes melhores coisas não são também preferíveis, pois não se conclui que, porque são melhores, são também preferíveis; por exem-

522. { } Este trecho consta do texto de Bekker, mas o texto de Brunschvig o ignora. Sua autenticidade é realmente dúbia.

plo, ser filósofo é melhor do que ganhar dinheiro, mas não é preferível àquele que carece do necessário à vida.[523] Há superfluidade quando, já se estando de posse do necessário para viver, se busca obter algumas boas coisas extras. Não incorreremos, talvez, extremante em equívoco se dissermos que o necessário é preferível, enquanto o supérfluo é melhor.

Acrescentemos que aquilo que não pode ser obtido de um outro é preferível ao que também pode ser obtido de um outro; o que, por exemplo, é exato no que concerne à justiça em cotejo com a coragem. Igualmente, uma coisa é preferível a uma outra, se a primeira for um objeto de escolha sem a segunda, enquanto esta não é um objeto de escolha sem a primeira; por exemplo, o poder não é um objeto de escolha sem a prudência, mas esta é um objeto de escolha sem o poder. Ademais, se negamos a posse de uma entre duas coisas para que possa parecer que possuímos a outra, é preferível a que parecemos possuir. Exemplo: negamos que somos mourejadores para que se possa pensar que somos naturalmente talentosos.

Some-se que é preferível aquilo cuja ausência é menos censurável na adversidade e, por outro lado, é preferível aquilo cuja ausência se torna mais censurável quando não nos encontramos na adversidade.

III

Ademais, das coisas que se enquadram na mesma espécie, a que possui a virtude característica da espécie é preferível à que não a possui. Se ambas a possuem, será preferível a que a possui em grau mais elevado.

Além disso, se uma coisa beneficia qualquer coisa em que está presente, e uma outra coisa não, então a que beneficia é preferível, tal como o que aquece é mais quente do que o que não aquece. Se ambas beneficiam, a que mais beneficia ou beneficia ao que é melhor e mais importante é preferível; por exemplo, se uma coisa beneficia a alma, e a outra o corpo.

523. A comparação implica, evidentemente, que a atividade filosófica se opõe e exclui a atividade de acumular riqueza, e vice-versa. O Estagirita talvez pensasse no velho Sócrates, ao atinar com este exemplo – certamente não em Platão e em si mesmo, que, já ricos, podiam se dar o direito ou o luxo de filosofar.

Podemos, ainda, julgar as coisas por suas inflexões, usos, ações, realizações e, inclusive, vice-versa, pois se sucedem. Por exemplo, se *justamente* é preferível a *corajosamente*, então justiça também é preferível a coragem, e se justiça é preferível a coragem, então justamente também é preferível a corajosamente. Nos demais casos a situação é análoga.

118b1 Ademais, se para o mesmo sujeito uma coisa constitui um bem maior, e a outra um menor, o bem maior é preferível, ou se uma tocar a um bem superior, também ela será superior. Que se acresça também que se duas coisas forem para ser preferíveis a alguma [terceira] coisa, a que foi preferível em um grau superior será preferível àquela preferível em um grau inferior. Por outro lado, se o excesso de uma coisa for preferível ao excesso de uma outra, a primeira destas coisas é ela mesma também preferível. Por exemplo, a amizade é preferível ao dinheiro, uma vez que o excesso de amizade é preferível ao excesso de dinheiro. Ajuntemos ainda que aquilo de que alguém preferiria ser a causa de seu próprio ato é preferível àquilo de que ele desejaria fosse um outro a causa. Exemplo: os amigos são preferíveis ao dinheiro.

Além disso, pode-se argumentar por meio de uma adição e apurar se a adição de um predicado ao mesmo sujeito ao qual um outro foi adicionado torna o conjunto mais elegível. Mas é preciso acautelar-se quanto a formular uma proposição em casos nos quais o termo comum utiliza ou de alguma outra forma apóia uma das coisas adicionadas, mas não utiliza ou apóia a outra. Exemplo disto seria associarmos uma serra ou uma foice à arte da carpintaria, pois a serra nessa associação é preferível, porém não preferível pura e simplesmente. O mesmo se aplica se alguma coisa adicionada a um bem menor transforma o todo num bem maior. Igualmente no que tange à subtração, uma vez que aquilo em cuja subtração o resto resulta como sendo um bem menor pode ser considerado um bem maior, não importa qual coisa transforme o resto num bem menor.

É preciso, também, verificar se uma coisa é elegível por si mesma e a outra pela impressão que produz nos outros; por exemplo, a saúde, quando comparada à beleza. Aquilo que é elegível pela impressão que causa pode ser definido como o que alguém não estaria ansioso para possuir, se fosse de todos desconhecido. É preciso também verificar se uma coisa é elegível por si mesma e também pela impressão que produz, e a outra

por uma única destas razões. Mais uma vez, a que for mais valiosa por si mesma é também melhor e mais elegível. *Mais valiosa por si mesma* significaria aquilo que elegemos pela preferência por si mesma, quando é provável que nada mais dela resulte.

Que se diga ainda que é imperioso distinguir os vários significados que *elegível* pode ter e quais são os fins em vista, tais como conveniência, honra ou prazer, pois aquilo que se revelasse útil a todos esses fins, ou à maioria deles, seria mais elegível do que aquilo que não fosse tão útil. Se as mesmas qualidades forem pertinentes a duas coisas, será necessário apurar a qual das duas são pertinentes num grau maior, ou seja, qual é mais agradável, honrosa ou conveniente. Ademais, aquilo que serve ao propósito melhor é mais elegível; por exemplo, aquilo que visa a virtude, do que aquilo que visa ao prazer. O mesmo ocorre com as coisas a serem evitadas. O que deve ser mais evitado é aquilo que mais provavelmente se opõe àquilo que é elegível; por exemplo, a doença deve ser mais objeto do evitar do que a disformidade, uma vez que a doença constitui um maior óbice tanto ao prazer quanto à virtude.

Ademais, pode-se argumentar demonstrando que a matéria em questão é igualmente objeto do evitar e do eleger, pois o tipo de coisa que alguém igualmente elegeria e evitaria é menos elegível do que uma alternativa que seja apenas elegível.

IV

119a1 Comparações, portanto, das coisas entre si devem ser feitas da maneira descrita. Os mesmos tópicos também são úteis para demonstrar que alguma coisa é simplesmente elegível ou evitável, para o que basta subtrair o excesso de uma coisa em relação à outra, pois se aquilo que é mais valioso é mais elegível, então também aquilo que é valioso é elegível, e se aquilo que é mais útil é mais elegível, então também aquilo que é útil é elegível, isto também sendo aplicável aos demais casos nos quais tal comparação é possível. Com efeito, há ocasiões quando estamos efetivamente comparando duas coisas que asseveramos de modo imediato que cada uma delas ou uma entre elas é elegível; por exemplo, quando dizemos que uma coisa é naturalmente boa e uma outra não naturalmente boa, pois o que é naturalmente bom é evidentemente elegível.

V

Os tópicos que se ocupam do mais e do menos (*graus comparativos*) devem ser tomados da forma mais universal possível, pois quando são assim tomados serão úteis numa gama mais ampla de casos. Dos exemplos tangíveis dados antes, alguns podem ganhar uma aplicação mais geral por meio de uma ligeira alteração da maneira em que são expressos. Podemos dizer, por exemplo, que aquilo que naturalmente possui uma certa qualidade possui esta qualidade num grau maior do que aquilo que não a possui naturalmente. Por outro lado, se uma coisa produz e outra não produz uma certa qualidade naquilo que a possui ou em que está presente, então aquela das duas que a produz possui aquela qualidade num grau maior do que aquela que não a produz; e caso ambas a produzam, então aquela que a produz num grau mais elevado a possui num grau mais elevado.

Acrescente-se que, se numa dada qualidade uma coisa é excessiva e a outra é insuficiente relativamente ao mesmo padrão e se uma excede algo detentor da qualidade, enquanto a outra excede algo que não a detém, então fica claro que a primeira exibe tal qualidade num grau mais elevado. É necessário também verificar, como algo resultante da adição, se alguma coisa adicionada à mesma coisa constitui o todo de uma certa qualidade num grau mais elevado, ou se, sendo adicionada a alguma coisa que detém a qualidade num grau inferior, transmite ao todo tal qualidade num grau superior. E, analogamente, em caso do uso da subtração, uma vez que aquilo sobre cuja subtração o resto vem a exibir uma certa qualidade num grau inferior, exibe ele próprio essa qualidade num grau mais elevado. Também possuem qualidades num grau superior as coisas que apresentam menos mescla dos contrários dessas qualidades; por exemplo, *é mais* branca uma coisa que apresenta menos mescla de preto. Ademais, além do que já foi dito, uma coisa possui uma qualidade num grau mais elevado quando admite a definição particular do sujeito em questão a um grau mais elevado; por exemplo, se a definição de *branco* é "uma cor que dissocia a visão", é mais branco aquilo que num grau mais elevado for uma cor que seja dissociante da visão.

VI

Se o problema for formulado de uma forma particular e não universal, em primeiro lugar os tópicos gerais mencionados anteriormente como aplicáveis tanto no argumento construtivo [da tese] quanto naquele que refuta [a tese] se mostram todos úteis, pois quando destruímos[524] ou construímos alguma coisa universalmente, também a exibimos no particular, uma vez que se alguma coisa pertence ao todo, também pertence a um singular, e se não pertence a nenhum, tampouco pertence a um particular. Os tópicos que são especialmente convenientes e de larga aplicação são os baseados nos opostos, nos coordenados e nas inflexões, pois a afirmação de que se todo prazer é bom, então toda dor é má topa com a mesma aceitação geral da afirmação de que se algum prazer é bom, então alguma dor é má. Ademais, se alguma forma de percepção não é uma capacidade, então alguma ausência de percepção não é uma incapacidade. Por outro lado, se algo concebível é cognoscível, então alguma concepção é conhecimento. Igualmente, se algo que é injusto é bom, então algo que é justo é mau, e se algo que pode ser feito justamente é mau, algo que pode ser feito injustamente é bom. Ademais, se alguma coisa prazerosa é para ser evitada, o prazer é, por vezes, para ser evitado. Ainda acatando o mesmo princípio, se uma coisa prazerosa é às vezes benéfica, o prazer é às vezes benéfico. A situação é análoga no tocante aos agentes destrutivos e aos processos de geração e destruição, pois se algo que é destrutivo do prazer ou do conhecimento fosse bom, o prazer ou o conhecimento seria às vezes uma coisa má. Também, analogamente, se a destruição do conhecimento for, por vezes, uma boa coisa ou a sua produção uma coisa má, o conhecimento será, por vezes, uma coisa má. Por exemplo, se o esquecimento das ações infames de alguém for uma boa coisa ou a lembrança delas uma coisa má, o conhecimento das coisas infames por ele cometidas seria uma coisa má. Analogamente, também nos demais casos, pois em todos eles a opinião geralmente aceita é formada da mesma maneira.

Também argumentos podem ser extraídos do grau superior, do grau inferior e do grau igual. Se alguma coisa num outro gênero possui alguma qualidade num grau maior do que o objeto em discussão, e nenhum dos membros desse gênero possui essa qualidade, então tampouco poderia o objeto em discussão a possuir; por exemplo, se uma certa forma de conhecimento fosse boa num grau mais elevado do que o prazer, embora nenhuma forma de conhecimento fosse boa, então tampouco seria bom o prazer. Podemos argumentar, de maneira similar, a partir do grau igual e do grau menor, uma vez que será possível assim argumentar tanto destrutiva quanto construtivamente, salvo se ambos os processos puderem ser baseados no grau igual; entretanto, o grau menor só pode ser utilizado para propósitos construtivos, e não para destrutivos, pois se uma certa capacidade é boa num grau igual ao conhecimento, e uma certa capacidade for boa, então o conhecimento será também bom; mas se nenhuma capacidade é boa, tampouco é bom o conhecimento. Por outro lado, se uma certa capacidade é boa num grau inferior ao conhecimento, e uma certa capacidade for boa, então assim também o será o conhecimento; mas se nenhuma capacidade for boa, não se concluirá necessariamente que nenhum conhecimento tampouco será bom, com o que fica claro, portanto, que argumentos a partir do grau menor somente podem ser utilizados para propósitos construtivos.

Não é apenas por meio de um outro gênero que é possível destruir um ponto de vista, como também por meio do mesmo gênero mediante assumir um caso extremo. Por exemplo, se é sustentado que uma certa forma de conhecimento é boa, supondo-se que fosse demonstrado que a prudência não é boa, então nenhuma outra forma de conhecimento seria boa, uma vez que não é bom nem sequer aquele conhecimento que goza geralmente da reputação de o ser. Que se acresça que podemos argumentar mediante uma hipótese, sustentando que se algum predicado pertence ou não pertence a um membro do gênero, ele também pertence ou não pertence num grau igual a todos; por exemplo, que se a alma humana é imortal, todas as outras almas são também imortais, mas se não é, tampouco o são as outras almas. Se, portanto, for formulado que um predicado pertence a algum membro do gênero, terá que ser demonstrado que há algum membro ao qual ele não pertence, pois se concluirá, em consonância com a hipótese, que ele não pertence a nenhum membro do gênero. Mas, se for formulado que não pertence a nenhum membro, terá que ser demonstrado que há um membro ao qual ele pertence, pois assim se concluirá que

524. Quer dizer, *refutamos*.

ele pertence a todos os membros do gênero. Ora, fica claro que quem levanta a hipótese, torna o problema universal, ainda que este seja postulado de uma forma particular, pois ele exige que o autor de uma admissão particular faça uma admissão universal, já que exige que se um predicado se predica num caso particular, se predicará de igual maneira em todos.

Quando o problema é indefinido, há somente uma forma de destruir uma proposição;[525] por exemplo, se alguém afirmou que o prazer é um bem ou não é um bem, e nada juntou à guisa de definição. Se quis dizer que um *certo* prazer é um bem, terá que ser demonstrado universalmente que nenhum prazer é um bem, caso se pretenda que a proposição seja destruída. Analogamente, se quis dizer que algum prazer particular não é um bem, será necessário demonstrar universalmente que todo prazer é um bem. Não há como refutar a proposição de qualquer outra forma, pois se demonstrarmos que um prazer particular não é um bem ou é um bem, ainda assim a proposição não estará refutada. Fica claro, então, que existe um só método de destruição [da proposição], mas dois de construção, pois a proposição terá sido demonstrada tanto se demonstrarmos universalmente que todo prazer é um bem, quanto se demonstrarmos que algum prazer particular é um bem. Analogamente, quando alguém tem que argumentar que um prazer particular não é um bem, se demonstrarmos que nenhum prazer é um bem ou que um prazer particular não é um bem, teremos argumentado de dois modos, ou seja, universal e particularmente, que um prazer particular não é um bem. Por outro lado, quando a tese é definida, será possível destruí-la mediante dois métodos; por exemplo, se é formulado que o predicado de algum prazer particular é ser um bem, mas não de um outro, pois se for demonstrado que todo prazer é um bem ou que nenhum é um bem, a proposição[526] terá sido destruída. Se, contudo, nosso interlocutor afirmou que um único prazer é um bem, é possível destruir a proposição (tese) de três maneiras, pois se demonstramos [1] que *todo* prazer, ou [2] *nenhum* prazer, ou [3] *mais de* um prazer, é um bem, teremos destruído a proposição (tese). Se a tese for ainda mais estritamente definida, por exemplo, *que entre as virtudes somente a*

525. Entenda-se aqui por proposição a *tese* apresentada.

526. Ou melhor, a tese.

prudência é conhecimento, contaremos com quatro maneiras possíveis de refutá-la, pois se tiver sido demonstrado [1] que toda virtude é conhecimento, ou [2] que nenhuma virtude é conhecimento, ou [3] que alguma outra virtude (*digamos*, a justiça) é conhecimento, ou [4] que a própria prudência não é conhecimento, a proposição (tese) terá sido destruída.

É proveitoso atentar para casos particulares relativamente aos quais se afirmou que algum predicado se predica ou não se predica, tal como no caso dos problemas universais. Ademais, é preciso que se examinem os gêneros, dividindo-os em conformidade com suas espécies até atingir o indivisível, como já foi ventilado,[527] pois se for demonstrado que o predicado está presente em todos ou em nenhum, dever-se-á, após a apresentação de numerosos casos, reivindicar ou que o interlocutor aceita universalmente a tese, ou caberá que uma objeção seja feita indicando em que caso a tese carece de validade. Além disso, nos casos em que for possível definir o acidente por espécie ou por número, é preciso verificar se nenhum deles é aplicável,
120b1 mostrando, por exemplo, que o tempo não se move e que não é uma forma de movimento, enumerando todos os diversos tipos de movimento, pois se nenhum destes disser respeito ao tempo, ficará claro que este não se move e que não é uma forma de movimento. De modo análogo, também, pode-se demonstrar que a alma não é um número distinguindo-se todos os números como ímpares ou pares, pois se a alma não é nem ímpar nem par, fica claro que não é um número.

No que tange ao acidente, portanto, tais são os meios e métodos a serem empregados.

527. Em 109b15.

LIVRO IV

I

120b12 As próximas questões a serem examinadas são as relacionadas ao gênero e à propriedade.[528] Estes são elementos das questões que tocam às definições, porém, em si mesmos, raramente são objeto das inquirições dos debatedores. Se, então, se afirma um gênero de algo que existe, é preciso principiar pelo exame de todas as coisas que estão relacionadas ao gênero em pauta e verificar se deixa de ser predicado de uma delas, como sucedeu no caso do acidente. Por exemplo, quando se afirma que *bem* é um gênero do prazer, é necessário verificar se algum prazer particular não é um bem, pois, se assim for, ficará claro que *bem* não é o gênero do prazer, uma vez que o gênero é predicado de tudo que se enquadra na mesma espécie. O próximo passo é verificar se ele é predicado não da categoria do *o que é*,[529] mas como um acidente, como *branco* é predicado de *neve* ou *movida por si mesma* da alma, pois nem é *neve* uma espécie de branco e, portanto, *branco* não é o gênero de *neve*, nem é a *alma* essencialmente o que se move, pois é por acidente que ela se move, tal como são amiúde acidentais, para um animal, o andar e o estar andando. Ademais, *mover* não parece significar o *o que é* de uma coisa mas *o que ela faz ou que lhe é feito*.[530] O mesmo se diga de *branco*, pois não significa *o que é* da neve, mas sua posse de uma certa qualidade. Assim, nem um nem outro é predicado na categoria do *o que é*.[531]

Convém atentar especialmente para a definição do acidente e verificar se ele se ajusta ao gênero afirmado, como, por exemplo, nos casos mencionados, pois é possível a uma coisa ser e não ser *movida por si mesma* e, analogamente, ser e não ser branca, de sorte que nenhum predicado é um gênero, mas am-

---

528. το γενος και το ιδιον (*to genos kai to idion*), o que é *genérico* e o que é *próprio*.

529. ...τι εστι κατηγορειται... (*ti esti kategoreitai*), ou seja, a categoria da substância.

530. Ou, seja o movimento tem a ver com as categorias da ação e da paixão, e não com a categoria da substância.

531. Ver nota 529.

bos são acidentes, uma vez que dissemos que um acidente é algo que pode e também não pode se aplicar a algo.

Ademais, é preciso verificar se o gênero e a espécie não se encontram na mesma divisão, mas sendo *um* uma substância, e a *outra* uma qualidade, ou sendo *um* um relativo, e a *outra* uma qualidade, como, por exemplo, *neve e cisne*, que são substância, mas *branco*, que não é uma substância e sim uma qualidade, de maneira que branco não é o gênero de *neve* ou de *cisne*. 121a1 Também *conhecimento* é um relativo, enquanto *bom e belo* são qualidades, de modo que *bom e belo* não são gêneros de conhecimento, uma vez que os gêneros de relativos têm que ser eles próprios relativos, como ocorre com *duplo*, pois *múltiplo*, que é o gênero de duplo, é ele próprio também um relativo. Formulando o assunto em termos gerais, o gênero tem que se subordinar à mesma divisão da espécie, pois se a espécie é uma substância, também o é o gênero, e se a espécie é uma qualidade, também é o gênero uma qualidade; exemplificando: se *branco* é uma qualidade, também o é *cor*. Analogamente também com os outros casos.

Igualmente deve-se verificar se é necessário ou possível ao gênero participar daquilo que foi classificado dentro do gênero. A definição de *participar* é "acolher a definição daquilo que é objeto da participação". É evidente, portanto, que as espécies *participam* dos gêneros, enquanto os gêneros *não participam* das espécies, pois a espécie admite a definição do gênero, ao passo que este não admite a definição da espécie. É preciso, portanto, examinar e apurar se um dado gênero participa ou pode participar da espécie; por exemplo, se nos coubesse assinalar alguma coisa como o gênero do *ser* ou do *uno*, uma vez que o resultado será que o gênero participa da espécie, pois *ser e uno* são predicados de tudo que existe e, portanto, assim também o é a definição deles.

Outrossim, é preciso observar se há qualquer caso em que uma dada espécie é verdadeira, mas o gênero não é verdadeiro; por exemplo, se *ser* ou *cognoscível* foram apresentados como o gênero de opinável, pois *opinável* será predicado (afirmado) daquilo que não existe, uma vez que muitas coisas que não existem são objeto da opinião. Entretanto, está claro que *ser e cognoscível* não são predicados (afirmados) daquilo que não existe, de sorte que nem ser nem cognoscível é o gênero de

opinável, pois das coisas das quais a espécie é predicada (afirmada), também o gênero tem que ser predicado.

Além disso, é preciso verificar se aquilo que é colocado no gênero não pode participar de alguma de suas espécies, porquanto é impossível, para ele, participar do gênero, se não participa de alguma de suas espécies, a menos que se trate de uma das espécies obtidas na primeira divisão, que realmente participam apenas do gênero. Se, portanto, *movimento* é formulado como o gênero do prazer, é necessário verificar se o prazer não é nem locomoção, nem alteração, nem qualquer uma das outras modalidades de movimento, pois então, obviamente, ele não participaria de alguma das espécies e, portanto, tampouco poderia participar do gênero, uma vez que aquilo que participa do gênero tem necessariamente que participar também de uma das espécies. Assim, o prazer não pode ser uma *espécie* do movimento, nem qualquer um dos fenômenos individuais que se enquadram no *gênero*[532] do movimento, pois o individual também participa do gênero e da espécie; por exemplo, o indivíduo humano participa tanto de *homem* quanto de *animal*.

121b1 Ademais, é preciso apurar se aquilo que é colocado no gênero tem uma aplicação mais ampla do que o gênero, como, por exemplo, o *opinável* é mais amplo do que o *ser*, pois tanto o que *é* quanto o que *não é* são opináveis, de forma que o opinável não poderia ser uma espécie de *ser*, pois o gênero é sempre aplicado mais amplamente do que a espécie. Além disso, cumpre examinar se a espécie e seu gênero são aplicados a um número igual de coisas; por exemplo, se dos predicados que acompanham tudo, coubesse a um ser formulado como uma espécie e a outro como um gênero; por exemplo, *ser* e *uno*, uma vez que ambos se predicam de todos os sujeitos, de sorte que nenhum deles é gênero do outro, posto que se aplicam a um igual número de coisas.[533] Analogamente, também, se o *começo* e o *princípio*[534] tivessem que ser subordinados um ao outro, pois o princípio é começo e o começo é um princípio, de sorte que ou estas duas expressões são idênticas ou nenhuma das duas é o gênero da

532. O manuscrito registra: ...ειδος (*eidos*). Por uma mera questão de coerência interna, Bekker, ao estabelecer o texto, substituiu *eidos* (espécie) por γενος (*genos*), gênero.

533. Quer dizer, sua extensão é igual.

534. A αρχη (*archê*) se somam também os conceitos de fundamento e origem.

outra. Em todos estes casos, o princípio elementar é que o gênero apresenta uma aplicação mais extensa do que a espécie e sua diferença, pois a diferença também apresenta uma aplicação mais restrita do que o gênero.

É preciso, ademais, verificar se o gênero enunciado é inaplicável ou se seria geralmente tido como inaplicável a alguma coisa que não é *especificamente* diferente da coisa em discussão; ou, se estivermos argumentando construtivamente, se é aplicável, pois o gênero de todas as coisas que não são especificamente diferentes é o mesmo. Se, portanto, for demonstrado que se trata do gênero de uma, será evidente tratar-se do gênero também de todas, e se for demonstrado que não se trata do gênero de uma, obviamente não será o gênero de nenhuma; por exemplo, se, postuladas as *linhas indivisíveis,* pretendêssemos que *o indivisível* fosse seu gênero, pois o gênero enunciado é inaplicável a linhas divisíveis, as quais em espécie não diferem de linhas indivisíveis, uma vez que todas as linhas retas não exibem quaisquer diferenças entre si do ponto de vista da espécie.

II

Cabe também examinar se há qualquer outro gênero de uma dada espécie que nem inclui o gênero apontado nem se subordina a ele; por exemplo, se alguém quisesse formular *que o conhecimento é o gênero da justiça*, pois a virtude é também seu gênero e nem um nem outro dos gêneros inclui o outro, de modo que o conhecimento não poderia ser o gênero da justiça – isto porque se sustenta em geral que, quando uma espécie se subordina a dois gêneros, um está incluído no outro. Mas um tal princípio por vezes envolve uma dificuldade, já que algumas pessoas julgam que a prudência é tanto virtude quanto conhecimento e nem um nem outro dos seus gêneros se acha incluído no outro. Entretanto, a opinião de que a prudência é conhecimento não goza de consenso universal. Se, portanto, alguém se prontificasse a concordar que essa proposição é verdadeira, seria, contudo, considerado geralmente necessário que os gêneros da mesma coisa devessem ser ao menos subordinados ou um ao outro ou os dois à mesma coisa. Isto acontece no caso da virtude e do conhecimento, pois ambos se enquadram no mes-

mo gênero, cada um deles sendo um estado[535] e uma disposição. É preciso, portanto, verificar se nem uma ou outra dessas coisas pertence ao gênero imputado, pois se os gêneros não
122a1 forem subordinados nem um ao outro, nem ambos à mesma coisa, então aquilo que foi imputado não poderia ser o gênero efetivo.

É necessário, outrossim, examinar o gênero do gênero e assim sucessivamente até o gênero superior, apurando se são todos predicados das espécies e predicados na categoria do *o que é*; todos os gêneros superiores, com efeito, têm que ser predicados da espécie na categoria do *o que é.*[536] Se, neste caso, ocorrer uma discrepância em alguma parte, ficará claro que o que foi apontado não é o gênero. Cumpre verificar igualmente se o próprio gênero[537] ou um dos gêneros superiores participa da espécie, pois o gênero superior não participa de nenhum dos inferiores. O método acima deve ser utilizado quando a finalidade for destrutiva.[538] Quando o propósito for construtivo,[539] se for admitido que o gênero proposto pertence à espécie, mas for discutível se pertence como gênero, então bastará mostrar que um de seus gêneros superiores se predica da espécie na categoria do *o que é,*[540] pois se um gênero se predica na categoria do *o que é*, todos eles – tanto os superiores quanto os inferiores a este [que foi predicado,] – se predicados (afirmados) da espécie, o serão na categoria do *o que é*, de forma que o gênero imputado também é predicado nessa categoria. O fato de se um gênero for predicado na categoria do *o que é*, todos os restantes, se predicados, o serão nessa categoria, deve ser assegurado por meio da indução. Mas, se for discutível que o gênero apresentado absolutamente se aplique, não será suficiente demonstrar que um dos gêneros superiores é predicado na categoria do *o que é*. Por exemplo, se alguém apontou *locomoção*[541] como o gênero de *caminhar*, não basta demonstrar que caminhar *é movimento* para demonstrar que *é locomoção*, uma vez que há outras for-

---

535. ...εξις (*exis*), mais precisamente *um estado ou hábito da alma ou do espírito.*
536. A categoria da substância.
537. Ou seja, aquele dado gênero, o gênero imputado.
538. Ou seja, de refutação da tese.
539. Ou seja, de formulação da tese.
540. A categoria da substância.
541. φοραν (*foran*), a ação de mover-se, impulsionar-se.

mas de movimento também, sendo adicionalmente necessário demonstrar que *caminhar* não participa de nenhuma das outras espécies de movimento resultantes da mesma divisão, exceto *locomoção*, pois aquilo que participa do gênero tem necessáriamente também que participar de uma das espécies resultantes da primeira divisão dele. Se, portanto, *caminhar* não participa nem do aumento e diminuição nem de quaisquer dos outros tipos de movimento, é óbvio que participa da *locomoção*, de maneira que *locomoção* seria o gênero de caminhar.

Outrossim, nos casos em que a espécie afirmada é predicada como gênero, é preciso atentar e apurar se aquilo que é apontado como gênero também é predicado na categoria do *o que é* das próprias coisas das quais a espécie é predicada, e igualmente, se o mesmo se revela também exato no que tange a todos os gêneros superiores a esse gênero, pois se houver qualquer discrepância em alguma parte, ficará óbvio que aquilo que foi apontado não é o gênero, pois se o fosse todos os gêneros acima dele e ele próprio seriam predicados na categoria do *o que é* de todas aquelas coisas das quais a espécie também é predicada na categoria do *o que é*. Em caso de propósito destrutivo [da tese], então é útil verificar se o gênero não é predicado na categoria do *o que é* daquelas coisas das quais a espécie também é predicada; quando a finalidade é construtiva, por outro lado, é pro-
122b1 veitoso verificar se *ele é* predicado nessa categoria, pois neste caso o resultado será que o gênero e a espécie são predicados da mesma coisa na categoria do *o que é*, de modo que o mesmo objeto cai em dois gêneros, com o que os gêneros têm necessariamente que se enquadrar mutuamente e, assim, se houver sido demonstrado que o que desejamos estabelecer como um gênero não se subordina à espécie, será óbvio que a espécie é que se subordinará a ele, ficando assim demonstrado que é ele o gênero.

É preciso também examinar as definições do gênero para determinar se ajustam-se tanto à espécie apontada quanto às coisas participantes da espécie, pois as definições dos gêneros têm também que ser predicadas da espécie e das coisas participantes da espécie. Se, portanto, houver uma discrepância em alguma parte, ficará óbvio que o que foi apontado não é o gênero.

Ademais, é necessário verificar se nosso opositor propôs a diferença como o gênero; por exemplo, *imortal* como o gênero de [um] deus, pois *imortal* é uma diferença do ser vivo, *uma vez que alguns seres vivos são mortais e alguns, imortais*.[542] É, portanto, evidente que um erro foi cometido, pois a diferença jamais é o gênero de qualquer coisa, o que é claramente exato, visto que nenhuma diferença indica a essência, mas alguma qualidade, tais como *pedestre* e *bípede*.

Cumpre verificar também se [o opositor] situou a diferença dentro do gênero; por exemplo, se disse ser o *ímpar* um número, quando *ímpar* é uma diferença do número, não uma espécie. Tampouco se considera geralmente que a diferença participa do gênero, pois tudo que participa do gênero é ou uma espécie ou um indivíduo, não sendo a diferença nem uma nem outra coisa. É óbvio, portanto, que a diferença não participa do gênero, de sorte que *ímpar* igualmente não pode ser uma espécie, tendo que ser uma diferença, uma vez que não participa do gênero.

Além disso, é preciso verificar se o opositor situou o gênero dentro da espécie, tomando, por exemplo, *contato* por *conjunção* ou *mistura* por *fusão* ou, de acordo com a definição de Platão,[543] *locomoção* por *deslocamento*, pois *contato* não é necessariamente *conjunção*, embora o inverso seja exato, a saber, *conjunção é contato*, isto porque aquilo que se acha em contato nem sempre está em conjunção, mas aquilo que se encontra em conjunção está sempre em contato. Situação análoga ocorre com os outros exemplos, pois *mistura* não é sempre *fusão* (a mistura de substâncias secas não é fusão) nem é *locomoção* sempre *deslocamento*, pois o caminhar geralmente não é tido como *deslocamento*, pois este se aplica geralmente a objetos que mudam sua posição involuntariamente, como sucede com as coisas inanimadas. É óbvio, também, que a espécie é utilizada num sentido mais amplo do que o gênero nos exemplos supracitados, ao passo que o inverso é que deveria ser.

542. A assertiva aristotélica nos soa estranha. Somente mediante o estudo da física, zoologia, metafísica e psicologia de Aristóteles é possível compreender a imortalidade dos seres vivos. Franquearemos o caminho desta compreensão ao leitor dizendo que o ser dotado de vida, para o Estagirita, é o ser detentor de *alma* [ψυχη (*psüchê* – princípio vital)], o ser *animado*, de sorte que o espectro dos seres animados abarca não apenas a espécie humana e as outras espécies mortais ditas *animais*, mas também espécies de seres imortais, como os *dáimons* e os deuses.

543. No diálogo *Teêteto*, 181d5.

Outro ponto é apurar se o opositor colocou a diferença dentro da espécie; por exemplo, se tomou *imortal* como o que é um deus, pois o resultado disso será o uso da espécie num número maior de casos, uma vez que é a diferença que é sempre usada num número igual de casos ou num maior número de casos do que a espécie. É indispensável também verificar se ele colocou o gênero dentro da diferença; por exemplo, se tomou *cor* como o que é dispersivo ou *número* como [o que é] ímpar. É imperioso, inclusive, verificar se ele enunciou o gênero como a diferença, já que é possível produzir uma tese deste tipo também, por exemplo, fazendo de *mistura* a diferença de *fusão* ou de *locomoção* aquela de *deslocamento*. Todos esses casos devem ser examinados por métodos idênticos, uma vez serem os tópicos inter-relacionados e porque o gênero precisa tanto ser usado num sentido mais amplo do que sua diferença quanto não participar de sua diferença. Mas se o gênero for apontado como diferença, nenhuma das condições acima pode ocorrer, pois o gênero será utilizado num sentido mais restrito e participará da diferença.

Ademais, se nenhuma diferença pertencente ao gênero for predicada da espécie apontada, tampouco será o gênero dela predicado; por exemplo nem *ímpar* nem *par* é predicado de *alma*, e assim tampouco *número* é predicado dela. É preciso, além disso, verificar se a espécie é anterior por natureza, suprimindo o gênero quando este a acompanha, uma vez que o ponto de vista oposto é o geralmente sustentado. Acresça-se que se for possível ao gênero enunciado ou sua diferença ser dissociado da espécie, por exemplo, *movimento* da *alma* ou *verdade e falsidade* da *opinião*, então nenhum dos termos mencionados será o gênero ou sua diferença, pois é geralmente aceito que o gênero e sua diferença acompanham a espécie enquanto esta subsiste.

III

É necessário também verificar se o que é colocado no gênero participa ou poderia participar de alguma coisa contrária ao gênero, pois então a mesma coisa participará de contrários concomitantemente, visto que o gênero jamais se torna ausente em relação a ela, pelo que ele participa, ou é possível que participe de seu contrário. Acrescente-se a necessidade de verificar se a

espécie participa em qualquer coisa que não possa, por força de qualquer possibilidade, pertencer a alguma coisa que se enquadra no gênero. Por exemplo, se a alma participa da vida e é impossível para qualquer número *viver*, a alma não poderia ser uma espécie de número.

Outro item necessário é verificar se a espécie é usada *equivocamente* no que toca ao gênero,[544] para isso empregando os princípios já formulados para lidar com os homônimos,[545] pois o gênero e a espécie são sinônimos.

Como para todo gênero há sempre diversas espécies, cumpre verificar se é impossível haver uma outra espécie do gênero enunciado, pois se não houver nenhuma, ficará óbvio que o que foi enunciado não poderia, de modo algum, ser um gênero.

Forçoso, também, apurar se o opositor propôs como um gênero um termo utilizado metaforicamente, referindo-se, por exemplo, à *moderação* como uma *harmonia*, pois todo gênero se predica de sua espécie na sua acepção própria, porém *harmonia* se predica de *moderação* não na sua acepção própria, mas metaforicamente, posto que uma harmonia consiste invariavelmente em sons.

É necessário, também, inspecionar se há algum contrário à espécie. Esta inspeção pode assumir várias formas, a primeira consistindo em verificar se o contrário também existe no mesmo gênero, [supondo que] o gênero, ele mesmo, não tenha contrário, pois contrários têm necessariamente que estar no mesmo gênero, se não há nenhum contrário ao gênero. Se, entretanto, houver um contrário ao gênero, será preciso verificar se o contrário da espécie está no gênero contrário, pois a espécie contrária tem necessariamente que estar no gênero contrário se o gênero possuir um contrário. Cada um destes pontos se torna evidente por meio de indução. Será preciso, agora, verificar se o contrário da espécie não é encontrado absolutamente em gênero algum, mas ele mesmo um gênero, por exemplo, *bem*, pois se este não for encontrado em qualquer gênero, tampouco será encontrado o seu contrário em qualquer gênero, mas será ele próprio um gênero, como ocorre com *bem e mal*, uma vez que

544. Ou, em outras palavras, *se a espécie é um homônimo do gênero*.
545. Em 106a9 e seguintes.

nem um nem outro é encontrado num gênero, sendo cada um deles um gênero. Além disso, é preciso verificar se tanto o gênero quanto a espécie são contrários a alguma coisa e se há um intermediário entre um par de contrários, mas não entre o outro, pois se houver um intermediário entre os gêneros, também haverá um entre as espécies e, se entre as espécies, igualmente também entre os gêneros, como no caso da virtude e do vício e da justiça e da injustiça, pois cada par apresenta um intermediário. Poder-se-ia objetar aqui que não há intermediário entre a saúde e a doença, como há entre o mal e o bem. Cumpre também verificar se, ainda que haja um intermediário entre ambos os pares, isto é, entre as espécies e entre os gêneros, não o seja, entretanto, de forma semelhante, mas num caso negativamente e em outros como um sujeito, pois se julga geralmente que o intermediário é de um tipo semelhante em ambos os casos, como acontece com a virtude e o vício e com a justiça e a injustiça, uma vez que entre ambos esses pares os intermediários são puramente negativos; além disso, quando não há nenhum contrário ao gênero, não é necessário apenas verificar se o contrário se acha no mesmo gênero, mas se o intermediário também se acha – isto porque os intermediários se encontram no mesmo gênero dos extremos, como no caso, por exemplo, do *preto* e do *branco*, pois a cor é o gênero tanto deles como de todas as cores intermediárias. Poder-se-ia [neste caso] objetar que a *deficiência* e o *excesso* se encontram no mesmo gênero – posto que ambos se acham no gênero do *mal* – ao passo que *aquilo que é moderado*, que é intermediário entre eles, não está no gênero do mal, mas no do bem. Necessário ainda verificar se quando o gênero é contrário de algo, a espécie não o é, pois se o gênero for o contrário de alguma coisa, também o será a espécie, tal como a virtude é o contrário do vício e a justiça da injustiça. Analogamente, se examinarmos os outros casos também, este ponto de vista ficará patente. Há uma objeção relativamente à saúde e à doença, pois a saúde – em termos gerais – é sempre contrária à doença, ainda que uma doença *particular*, que é uma *espécie* de doença (por exemplo, uma febre ou oftalmia ou qualquer outra doença *específica*) não é o contrário de alguma coisa.

124a1 Tais são, portanto, os diversos meios investigativos a serem utilizados quando se busca refutar uma opinião, pois se as condições indicadas acima não estiverem presentes, patentear-se-á

que aquilo que foi proposto [como gênero] não é o gênero. Por outro lado, no que respeita ao argumento construtivo, dispomos de três métodos utilizáveis. É preciso principiar verificando se o contrário da espécie é encontrado no gênero designado quando não há contrário do gênero, pois se o contrário for nele encontrado, obviamente a espécie proposta também será aí encontrada. Ademais, é mister verificar se o intermediário é encontrado no gênero designado, uma vez que os extremos são encontrados no mesmo gênero dos intermediários. Que se acresça que, se houver um contrário do gênero, será necessário apurar se a espécie contrária também é encontrada no gênero contrário, pois se for, ficará claro que a espécie proposta será também encontrada no gênero proposto.

Em seguida, será preciso tomar as inflexões e os coordenados e verificar se seguem-se semelhantemente, tanto no argumento destrutivo quanto no construtivo, pois tudo o que pertença ou não pertença a um, simultaneamente pertence ou não pertence a todos. Exemplo: se a *justiça* for um tipo de conhecimento, então também *justamente* será *cientemente* e o *justo* será o *homem de conhecimento*. Se, contudo, uma destas coisas não for exata, tampouco será exata qualquer uma das restantes.

IV

É preciso, ademais, atentar para as coisas que guardam relação de analogia entre si. Por exemplo, o *agradável* está para o prazer como o *benéfico* está para o bem, pois tanto num caso como no outro um produz o outro. Se o prazer é o que é bom, então o agradável será o que é benéfico, pois está claro que seria produtivo do bem, uma vez que o prazer é um bem. Do mesmo modo com os processos de geração e corrupção. Se, por exemplo, construir é ser ativo, ter construído é ter sido ativo; se aprender é rememorar, ter aprendido é ter rememorado, e se ser dissolvido é ser destruído, ter sido dissolvido é ter sido destruído e dissolução é um tipo de destruição. Deve-se lidar da mesma forma com os agentes da geração e da corrupção, bem como com as capacidades e usos das coisas. Em resumo, tanto no argumento destrutivo quanto no construtivo é preciso executar o exame à luz de qualquer analogia possível, como asseveramos no tocante à geração e à corrupção, pois se o que é agente de corrupção é dissolvente, então ser corrompido é ser dissolvido, e

se o agente de geração é produtivo, então ser gerado é ser produzido e geração é produção. O mesmo, igualmente, ocorre com capacidades e usos. Se a capacidade é uma disposição, então ser capaz de alguma coisa é estar disposto para ela, e se o uso de alguma coisa é uma atividade, então usar é ser ativo e ter usado é ter sido ativo.

Se o oposto da espécie é uma privação, podemos destruir um argumento de duas maneiras: *primeiramente*, verificando se o oposto é encontrado no gênero apontado, pois ou a privação não é detectada absolutamente no mesmo gênero ou não é encontrada no gênero último; por exemplo, se a *visão* for encontrada na percepção sensorial como o gênero último, a *cegueira* não será uma percepção sensorial; *em segundo lugar*, se uma privação se opor tanto ao gênero quanto à espécie, mas o oposto da espécie não for encontrado no oposto do gênero, então tampouco poderá a espécie apontada estar no gênero apontado. Assim, no tocante ao argumento destrutivo, deve-se utilizar os dois métodos supracitados. Mas no caso do argumento construtivo, dispõe-se de um único método. Se a espécie oposta for encontrada no gênero oposto, então a espécie proposta será encontrada no gênero proposto – por exemplo, se a *cegueira* é uma forma de ausência de percepção sensorial, então a *visão* é uma forma de percepção sensorial.

Adicionalmente, cumpre tomar as negações e examiná-las, invertendo a ordem dos termos, da maneira que foi descrita quando se tratou do acidente;[546] por exemplo, se o agradável é o que é bom, o que não é bom não é agradável, *pois se assim não fosse, algo não bom também seria agradável.*[547] Ora, é impossível que, sendo o bem o gênero do agradável, qualquer coisa não boa seja agradável, uma vez que onde o gênero não é predicado, tampouco pode qualquer das espécies ser predicada. No que concerne ao argumento construtivo, faz-se nevessário realizar um exame análogo, pois se o que não é bom não é agradável, o agradável é bom e, assim, *bem* é o gênero de agradável.

Se a espécie for um termo relativo, será preciso verificar se o gênero também é um termo relativo, pois se a espécie o for, também o será o gênero. Por exemplo, *duplo e múltiplo*, que

546. Em 113b15 e seguintes.

547. As duas orações em *itálico* são suprimidas no texto de Brunschwig.

são, cada um deles, um termo relativo. Se, entretanto, o gênero for um termo relativo, não se concluirá necessariamente que a espécie também o seja, pois *conhecimento* é um termo relativo, porém *gramática* não é. Ou talvez se pudesse sustentar que nem sequer a primeira asserção é exata, pois a *virtude* é algo *nobre* e *bom* e, não obstante, embora *virtude* seja um termo relativo, *bom e nobre* não são termos relativos, mas qualidades.

Outro item necessário é verificar se a espécie não está sendo utilizada na mesma relação tanto *per se* quanto em respeito ao gênero. Por exemplo, se *duplo* é empregado na acepção de *dobro de uma metade*, então também *múltiplo* deve ser empregado na acepção de *múltiplo de uma metade*; de outra maneira, *múltiplo* não seria o gênero de *duplo*.

É necessário apurar, inclusive, se a espécie não está sendo empregada na mesma relação com respeito ao gênero e com respeito a todos os gêneros do gênero. Isto porque se o duplo é um múltiplo da metade, aquilo que *é excedente* também será dito da metade e, em geral, será dito com respeito a todos os gêneros superiores em relação à metade. Aqui pode-se objetar que um termo não se refere necessariamente à mesma coisa quando é utilizado *per se* e quando é utilizado com respeito ao gênero, pois se diz ser o *conhecimento* conhecimento do *cognoscível*, mas é um *estado* ou *disposição* não do *cognoscível*, mas da *alma*.

Além disso, é preciso verificar se o gênero e a espécie são empregados da mesma maneira com respeito às inflexões que os acompanham, por exemplo, como pertinente *a alguma coisa*[548] ou predicado como sendo *de alguma coisa*[549] ou nas outras formas possíveis, pois como é a espécie predicada, assim também é o gênero predicado, como, por exemplo, no caso do duplo e seus gêneros superiores, uma vez que tanto o duplo quanto o múltiplo são predicados *de alguma coisa.*[550] É análogo no caso de *conhecimento*, pois se diz que tanto o próprio conhecimento quanto seus gêneros, por exemplo, *disposição e estado*,

548. *Dativo* (caso) em grego.

549. *Genitivo* em grego.

550. *Idem.*

125a1 são *de alguma coisa*.[551] É possível objetar que às vezes isso não é verdadeiro, pois dizemos *estranho a* e *contrário a*,[552] mas quando dizemos *diferente*, o qual é um gênero desses termos, acrescentamos um *de*[553] e não *a*, pois dizemos *diferente de*.

Por outro lado, é preciso verificar se termos que são usados da mesma maneira com respeito às inflexões que os acompanham não tomam os mesmos *casos*[554] quando são convertidos, como é o exemplo de *duplo* e *múltiplo*, pois de cada um destes se diz serem *de* alguma coisa tanto na sua forma original quanto na convertida, pois uma coisa é tanto *uma metade de* quanto *uma fração de* alguma coisa mais. O mesmo ocorre com *conhecimento* e *opinião*, uma vez que estes tomam o genitivo e nas formas convertidas *cognoscível* e *opinável* tomam igualmente o dativo. Se, portanto, em qualquer exemplo as formas convertidas não tomam o mesmo *caso*, fica claro que um termo não é o gênero do outro.

Cabe ainda verificar se a aplicação relativa da espécie e do gênero se estende a um número igual de coisas, pois se julga geralmente que a aplicação relativa de cada um é semelhante e co-extensiva como em *dádiva* e *doação*, pois falamos de uma dádiva *de* alguma coisa **ou** *a* alguém e de uma doação *de* alguma coisa **e** *a* alguém; doação é o gênero de dádiva, uma vez que uma dádiva é *uma doação que dispensa o retorno de qualquer doação*. Algumas vezes, contudo, as aplicações relativas não se estendem a um número igual de coisas, visto que o duplo é duplo *de alguma coisa*, mas falamos de *em excesso* ou *maior* ***de***, ou **do que** alguma outra coisa e ***em*** alguma coisa, pois o que é *em excesso* ou *maior* é sempre *em excesso* (*excede*) ***em*** alguma coisa, bem como *em excesso* ***de*** alguma coisa.[555] Conseqüentemente, os termos acima não são os gêneros de *duplo*, uma vez que sua aplicação relativa não é co-extensiva com aquela da espécie. Ou talvez não seja universalmente verdadeiro que a aplicação relativa da espécie e do gênero se estenda a um igual número de coisas.

551. *Idem.*
552. *Dativos.*
553. *Genitivo.*
554. Aristóteles continua se referindo aos *casos* genitivo e dativo.
555. Alternadamente, genitivo e dativo e dativo e genitivo.

Cumpre também verificar se o oposto do gênero é o gênero do oposto da espécie, por exemplo, se *múltiplo* é o gênero de *duplo*, *fração* é também o gênero de *metade*, pois o oposto do gênero tem que ser o gênero da espécie oposta. Se, portanto, alguém formulasse que *conhecimento* é um tipo de percepção sensorial, então também o objeto do conhecimento seria necessariamente um tipo de objeto da percepção sensorial. Mas não é assim porque nem todo objeto do conhecimento é objeto da percepção sensorial, pois alguns dos objetos da inteligência são objetos do conhecimento. E, assim, *objeto da percepção sensorial* não é o gênero de *objeto do conhecimento* e, sendo isso verdadeiro, tampouco é *percepção sensorial* o gênero de *conhecimento*.

Como dos termos relativos [1] *alguns* são necessariamente encontrados naquelas coisas ou acerca daquelas coisas em relação às quais sucede serem empregados a qualquer tempo – por exemplo, *disposição*, *estado* e *proporção* (pois estes termos não podem existir em nenhuma outra parte, salvo nas coisas em relação às quais são empregados) – [2] *outros* não existem necessariamente naquelas coisas em relação às quais são empregados a qualquer dado tempo, ainda que *possam* existir (por exemplo, se a alma for classificada como um *objeto de conhecimento*, pois nada há que impeça a alma de ter conhecimento de si mesma, embora ela não o possua *necessariamente*, uma vez que é possível a esse mesmo conhecimento existir em outra
125b1 parte), e [ainda] [3] *outros* simplesmente não podem existir naquelas coisas em relação às quais sucede serem empregados a qualquer dado tempo (por exemplo, o contrário não pode existir no contrário nem o conhecimento no objeto do conhecimento, a menos que o objeto do conhecimento seja eventualmente uma alma ou um ser humano), de modo que se alguém coloca um termo de um certo tipo dentro de um gênero, será necessário observar e verificar se o colocou dentro de um gênero que não seja daquele tipo, por exemplo, se foi enunciado que *a memória é a permanência*[556] *do conhecimento*, pois a permanência sempre existe naquilo que é permanente e concerne ao que o é, de sorte que *a permanência do conhecimento* também existe no

556. μονη (*monê*), literalmente a pausa, o repouso; *monê* tem o significado também de abrigo, morada.

conhecimento. A memória, portanto, existe no conhecimento, uma vez que é a permanência do conhecimento. Entretanto, isso é impossível, pois a memória existe sempre na alma. O tópico acima é comum também ao acidente, pois não faz diferença se dizemos que a permanência é o gênero da memória ou a classificamos como acidental a ela, visto que se a memória é de uma forma ou outra a permanência do conhecimento, o mesmo argumento acerca dela será aplicável.

V

É necessário também verificar se o opositor situou um *estado* no gênero da *atividade* ou uma *atividade* no gênero do *estado*, por exemplo, classificando a *percepção sensorial* como *movimento através do corpo*, uma vez que a percepção sensorial é um *estado*, enquanto o movimento é uma *atividade*. De igual modo, também, se ele transformou a *memória* num *estado que pode reter uma opinião*, pois a memória jamais é um *estado*, mas uma *atividade*.

Também erram os que situam um *estado* na *capacidade* que o acompanha, por exemplo, tornando a *brandura* o controle da *ira*, e a *coragem* e a *justiça* o controle dos *temores* e da *cupidez*, respectivamente, visto que *corajoso* e *brando* são ditos daquele que é imune à paixão, ao passo que *auto-controlado* é aquele que está sujeito à paixão, mas não é dominado por ela. Ora, talvez cada um dos primeiros detenha uma capacidade de tal natureza que se for submetido a uma paixão, não seja por ela dominado, mas seja capaz de controlá-la. Isto, todavia, não é ser *corajoso* num caso e *brando* no outro, mas ser absolutamente imune a qualquer paixão desse tipo.

Às vezes, também, as pessoas formulam como gênero aquilo que de qualquer modo acompanha a espécie, tornando, por exemplo, a *dor* o gênero da *ira* e a *crença* aquele da *convicção*, posto que ambas num certo sentido acompanham a espécie apontada, embora nenhuma delas seja seu gênero. Isto porque quando o indivíduo irado experimenta dor, esta foi nele produzida antes que estivesse irado, porque a ira não é a causa da dor, mas sim a dor [é a causa] da ira, de forma que a ira simplesmente não é dor. Segundo este mesmo princípio, convicção não é crença, pois é possível ter a mesma crença até sem estar convicto dela, enquanto isso é impossível se a convicção fosse uma espécie de *crença*. É impossível a uma coisa subsistir como a mesma se for inteiramente subtraída de sua espécie, tal como tampouco pode o mesmo animal ser um homem numa ocasião e não [o ser] numa outra. Mas se alguém asseverar que o homem que tem uma crença tem também necessariamente que estar convicto dela, então a crença e a convicção serão empregadas com uma denotação igual, de sorte que nem sequer assim poderia ser uma o gênero da outra, uma vez que o gênero tem que cobrir um campo mais vasto de predicação.

É indispensável também verificar se ambos[557] podem por natureza passar a existir numa única e mesma coisa, pois onde está a espécie aí também está o gênero. Exemplo: onde há *brancura* há também *cor*, e onde há a *ciência da gramática* há também *conhecimento*. Se, portanto, alguém disser que *vergonha é temor* ou que *ira é dor*, disso resultará que a espécie e o gênero não existem na mesma coisa, pois a *vergonha* está na faculdade *racional* [da alma], o *temor* na *irascível* e a *dor* na *apetitiva*[558] (porquanto o prazer também está nesta), a *ira* na faculdade *irascível*, de sorte que os termos apontados não são gêneros, uma vez que não corresponde à sua natureza vir a ser na mesma coisa da espécie. De maneira análoga, também, se *amizade* está na faculdade apetitiva, não pode ser um tipo de *vontade*, pois uma *vontade* se acha sempre na faculdade racional.[559] Este tópico também se mostra útil ao se lidar com o acidente, pois este e aquilo de que é acidente estão ambos na mesma coisa, de sorte que se não aparecem na mesma coisa, obviamente não se trata de um caso de acidente.

Outrossim, é preciso apurar se a espécie participa apenas parcialmente do gênero apontado, pois julga-se geralmente que o gênero não é parcialmente objeto de participação, porquanto um ser humano não é apenas *parcialmente* um animal nem é a ciência da gramática *parcialmente* conhecimento, o que vale igualmente para as demais situações. É preciso examinar, portanto, se em alguns casos o gênero é somente distribuído parcial-

557. Isto é, o gênero e a espécie.

558. Ver o tratado *Da alma*.

559. A compreensão de todo este período depende fundamentalmente da compreensão da psicologia aristotélica contida no *Da alma*.

mente, por exemplo, se *animal* foi descrito como um *objeto da sensação* ou um *objeto da visão*, uma vez que um animal é apenas em parte um objeto sensível ou visível, pois é um objeto sensível e visível no que toca ao corpo do animal, mas não no tocante à sua alma. Por conseguinte, *objeto da visão* e *objeto da sensação* não podem ser o gênero de *animal*.

Às vezes, também, as pessoas inadvertidamente encerram o todo na parte, descrevendo, por exemplo, *animal* como *corpo animado*.[560] Mas a parte não é, de modo algum, predicável do todo, de maneira que *corpo* não pode ser o gênero de *animal*, pois não passa de uma parte.

Indispensável também verificar se o opositor introduziu alguma coisa censurável ou a ser evitada na *capacidade* ou no *capaz*, por exemplo, em sua definição de sofista, ou de caluniador, ou de ladrão, a quem ele descreve como capaz de subtrair furtivamente os bens alheios, pois nenhum dos supracitados é descrito por seu nome particular por ser capaz em um desses aspectos, uma vez que até mesmo um deus e o homem bom são capazes de cometer más ações, não sendo, contudo, este o caráter do deus e do homem [bom], posto que os perversos são sempre assim chamados devido à sua deliberada escolha do mal. Além disso, uma capacidade está invariavelmente entre as coisas elegíveis, pois mesmo capacidades para o mal são elegíveis, pelo que dizemos que o deus e o homem bom as possui, uma vez que afirmamos serem eles capazes de fazer o mal. Portanto, a capacidade não pode ser o gênero de nada censurável; de outra maneira, resultará que alguma coisa censurável constitui um objeto elegível, pois haverá um tipo de capacidade que é censurável.

Cumpre ainda verificar se ele situou qualquer coisa que é em si mesma valiosa ou elegível na capacidade ou no capaz, ou no produtivo, pois toda capacidade e tudo que é capaz ou produtivo é elegível em vista de alguma coisa mais.

Ou, ademais, será preciso verificar se ele colocou alguma coisa enquadrável em dois ou mais gêneros em um deles apenas, isto porque há algumas coisas que não podem ser colocadas num

560. σωμα εμψυχον (*soma empsüchon*).

só gênero; por exemplo, *o impostor* e o *caluniador*,[561] pois nem é um caluniador ou um impostor quem possui o desígnio próprio mas não a capacidade, nem quem possui a capacidade mas não o desígnio próprio – mas sim quem possui a capacidade e o desígnio. Deveria ele, portanto, colocar os termos citados não em um gênero apenas, mas em ambos os gêneros acima.

Ademais, graças a um processo de inversão, as pessoas algumas vezes apontam o gênero como diferença e a diferença como gênero, chamando, por exemplo, de *perplexidade* a um *excesso de admiração* e de *convicção* a uma *crença intensa*. Ora, excesso e intensificação não são o gênero, mas diferenças, pois se julga a perplexidade geralmente como admiração excessiva e a convicção como uma crença sólida, *de maneira que admiração e crença são o gênero, enquanto excesso e intensificação são as diferenças*.[562] Além disso, se excesso e intensificação tivessem que ser propostos como gênero, *coisas inanimadas teriam convicção e ficariam perplexas*, uma vez que a intensificação e o excesso de qualquer coisa particular estão presentes naquilo de que constituem a intensificação e o excesso. Se, portanto, a perplexidade é um excesso da admiração, a perplexidade está presente na admiração, de sorte que a admiração estará perplexa. Analogamente, a convicção está presente na crença, uma vez que é a intensificação da crença – e, assim, a crença estará convicta. Ademais, o resultado de fazer uma asserção deste jaez será chamar de *intensificada* à intensificação e de *excessivo* ao excesso, pois haverá uma convicção sólida (intensificada); e se, portanto, convicção for intensificação, a intensificação seria intensificada. Analogamente, também, a perplexidade é excessiva, e se, portanto, perplexidade for excesso, o excesso seria excessivo. Mas nenhuma destas assertivas se harmoniza com o que se admite correntemente – não mais do que dizermos que o conhecimento é um objeto do conhecimento ou que o movimento é uma coisa móvel.

561. τον φενακα και τον διαβολον (*ton fenaka kai ton diabolon*); διαβολος (*diabolos*) significa literalmente aquilo que causa ruptura, que divide e também aquilo que suscita ou inspira a inveja ou o ódio.

562. O trecho em *itálico* é suprimido e ignorado por W. D. Ross.

Por vezes, também, comete-se erro ao colocar uma *paixão*[563] naquilo que foi afetado *como seu gênero* – por exemplo, quando se diz que *a imortalidade é a vida eterna* porque a imortalidade parece ser uma *paixão* ou propriedade acidental da vida. A verdade deste juízo seria claramente constatada se admitíssemos que um homem pode tornar-se imortal depois de ter sido mortal, pois neste caso ninguém diria que ele estaria assumindo uma outra vida, mas que uma propriedade acidental ou paixão esta-
127a1 ria sendo acrescentada à vida tal como ela é. A vida, portanto, não é o gênero da imortalidade.

Necessário também verificar se [as pessoas] sustentam que o gênero de uma paixão é aquilo de que é ela uma paixão; por exemplo, quando dizem ser o vento ar em movimento, *pois o vento é, ao contrário, movimento do ar*,[564] uma vez que o mesmo ar permanece tanto quando em movimento como quando em repouso. Assim, o vento não é, de modo algum, ar – de outra maneira, haveria vento mesmo quando o ar não estivesse em movimento, visto que o mesmo ar que foi vento ainda permanece. É análogo nos demais casos deste tipo. Mas se, afinal, tivéssemos neste caso que conceder que *o vento é ar em movimento*, ainda assim não deveríamos aceitar tal proposição no tocante a tudo de que o gênero não é verdadeiramente afirmado, mas somente onde o gênero apontado é verdadeiramente predicado; isto porque em alguns casos, por exemplo, *lama* e *neve*, não parece haver predicação verdadeira do gênero; com efeito, dizem ser a neve *água congelada*, e a lama *terra mesclada à umidade*. Mas nem é a neve água, nem é a lama terra, de modo que nem um nem outro dos termos apontados poderia ser o gênero porque este tem que ser sempre verdadeiramente afirmado de toda espécie. Analogamente, tampouco é o vinho *água fermentada*, nos reportando a Empédocles quando este fala da *água fermentada na madeira*,[565] pois ele simplesmente não é, de modo algum, água.

563. το παθος (*to pathos*), a "paixão", aquilo que se experimenta, que se sofre, aquilo em relação a que estamos passivos e de que somos pacientes e em relação a que não somos ativos e nem agentes.

564. Este trecho em *itálico* é suprimido por W. D. Ross.

565. Empédocles, filósofo fisicista pré-socrático, fragmento 81 em Diels-Kranz.

VI

Além disso, é necessário verificar se o termo proposto é o gênero de alguma coisa, pois se o for, obviamente não será o gênero da espécie designada. Este exame deve ser feito com base numa ausência de qualquer diferença do ponto de vista da espécie entre as coisas que participam do gênero proposto; por exemplo, *objetos brancos*, pois estes não diferem entre si, de modo algum, *especificamente*, enquanto as espécies de um gênero são sempre diferentes entre si, de sorte que *branco* não poderia ser o gênero de coisa alguma.

Cumpre também verificar se o opositor afirmou que algum predicado que acompanha tudo é gênero ou diferença, uma vez que há diversos predicados que acompanham tudo; *ser*, por exemplo e *uno* entre eles. Se, então, ele apontou *ser* como um gênero, obviamente seria o gênero de tudo, já que é predicado de tudo, pois o gênero não é predicado de coisa alguma, exceto de sua espécie. Conseqüentemente, *uno* também seria uma espécie de *ser*. O resultado é a espécie ser também predicada de tudo de que o gênero é predicado, uma vez que *ser* e *uno* são predicados de absolutamente tudo, ao passo que a espécie *deve* ser menos amplamente predicada. Se, contudo, ele afirmou que o predicado que acompanha tudo é uma diferença, fica óbvio que a diferença será predicada numa extensão igual ou superior ao gênero, pois se o gênero também for um dos predicados que acompanham tudo, a diferença seria predicada numa extensão igual; entretanto, se o gênero não acompanhar tudo, [a diferença seria predicada] numa extensão superior ao gênero.

127b1 Ademais, é preciso verificar se é afirmado que o gênero proposto é inerente à espécie em um sujeito, como se diz do *branco* no tocante à *neve*, de modo a ficar evidente que não pode ser o gênero, visto que este é somente predicado da espécie-sujeito.

Outrossim, é preciso verificar se o gênero não é sinônimo da espécie, visto ser o gênero sempre predicado da espécie sinonimamente.

Ademais, há a situação na qual, tendo tanto a espécie quanto o gênero um contrário, o opositor coloca o melhor da espécie contrária no gênero pior, pois o resultado disso será as outras espécies serem colocadas no outro gênero, uma vez que contrários são encontrados em gêneros contrários, de maneira que a

melhor espécie será encontrada no pior gênero e a pior espécie no melhor gênero, enquanto se julga *geralmente* que o gênero da melhor espécie é também melhor. Será necessário, inclusive, verificar se – quando a mesma espécie se relaciona semelhantemente a ambos – o opositor a colocou no pior gênero e não no melhor, dizendo, por exemplo, que a *alma* é [essencialmente] um *tipo de movimento* ou uma *coisa móvel*, porquanto se julga *geralmente* que a mesma alma é de modo semelhante um princípio do repouso e um princípio do movimento, de sorte que se o repouso é melhor, [a alma] deveria ter sido colocada neste como seu gênero.

Ademais, é preciso que se argumente a partir do grau maior e do menor. No que toca ao argumento refutatório, é necessário verificar se o gênero admite o grau mais elevado, enquanto nem a própria espécie nem qualquer coisa que é designada segundo ela o admite. Por exemplo, se *virtude* admite o grau mais elevado, *justiça e o justo* também o admitem, porque se chama a um homem de *mais* justo do que outro. Se, portanto, o gênero apontado admite o grau mais elevado, mas nem a própria espécie nem qualquer coisa que é designada segundo ela o admite, o termo apontado não pode ser o gênero.

Também, se aquilo que se julga *mais* geralmente ou com *igual* generalização ser o gênero não é o gênero, obviamente tampouco é o gênero o termo apontado. Este tópico é útil especialmente quando várias coisas são claramente predicáveis da espécie na categoria do *o que é*[566] e nenhuma distinção foi feita entre elas e estamos impossibilitados de dizer qual delas é o gênero. Por exemplo, se julga geralmente que tanto a *dor* quanto a *crença de desprezo* são predicados da *ira* na categoria do *o que é*, uma vez que o homem irado tanto experimenta sofrimento quanto acredita ser objeto de desprezo. A mesma investigação também é aplicável, no caso da espécie, por meio de uma comparação com algumas outras espécies, pois se o que se julga estar *mais* geralmente ou com *igual* generalidade no gênero apontado não estiver presente no gênero, obviamente tampouco poderá a espécie apontada estar presente no gênero.

No argumento destrutivo [da tese], portanto, o método acima deveria ser empregado; no entanto, quando se tratar da construção [da tese], o tópico que consiste em verificar se tanto o gênero apontado quanto a espécie admitem o grau mais elevado não terá serventia, pois ainda que ambos o admitam, nada impede que um não seja o gênero do outro, pois tanto *belo* quanto *branco* admitem grau mais elevado e nem um nem outro é gênero do outro. A comparação, contudo, dos gêneros e espécies entre si é útil; por exemplo, se *isto* e *aquilo* são iguais pretendentes a serem considerados como gêneros, então se um for gênero, o outro também o será. Analogamente, também, se o grau inferior for um gênero, também o será o superior – por exemplo, se *capacidade* for *mais* reivindicatória do que *virtude* para ser considerada o gênero do *auto-controle*, e a *virtude* for o gênero, também o será a *capacidade*. As mesmas considerações serão adequadamente aplicadas também à espécie, pois se *isto* e *aquilo* apresentarem igual pretensão a serem consideradas espécies do gênero proposto, então se um for uma espécie, também o outro o será; e, inclusive, se aquilo que se julga *menos* geralmente ser uma espécie for uma espécie, também o será aquilo que se julga *mais* geralmente sê-lo.

566. A categoria da substância.

128a1

Que se some a isso que quando se trata da finalidade construtiva, é preciso sondar se o gênero foi predicado na *categoria do o que é* daquelas coisas às quais ele foi destinado (no caso em que a espécie apontada não é uma espécie única, mas há muitas espécies diferentes), pois neste caso será evidentemente o gênero. Se, todavia, a espécie apontada é uma espécie única, cumpre examinar se o gênero é predicado na *categoria do o que é* das outras espécies também, pois mais uma vez resultará ser ele predicado de muitas espécies diferentes.

Como algumas pessoas sustentam que a diferença também é predicada da espécie na categoria do *o que é*, o gênero necessita ser distinguido da diferença recorrendo-se ao emprego dos princípios elementares já mencionados, a saber, [1] que o gênero é mais extensivamente predicado do que a diferença, [2] que, ao apontar a essência, é mais apropriado enunciar o gênero do que a diferença, pois aquele que descreve *homem* como um *animal* indica sua essência melhor do que aquele que o descreve como *pedestre*, e [3] que a diferença sempre indica uma qualidade do gênero, enquanto este não descreve uma qualidade da diferença, porquanto quem utiliza o termo *pedestre* descreve um certo tipo de animal, mas quem utiliza o termo *animal* não descreve um certo tipo de *pedestre*.

É assim, portanto, que a diferença deve ser distinguida do gênero. Ora, visto que se julga geralmente *que se* aquilo que é musical – na medida em que é musical – possui uma certa forma de conhecimento, então também a *música* é uma forma de conhecimento, e *que se* aquilo que caminha se move pelo caminhar, então *caminhar* é uma forma de movimento – convém inspecionar com base no princípio acima indicado qualquer gênero no qual se queira confirmar a presença de alguma coisa; por exemplo, se quer-se confirmar que conhecimento é uma forma de convicção, é preciso verificar se aquele que conhece – na medida de seu conhecimento – tem convicção, com o que ficaria evidente que o conhecimento seria uma forma de convicção. É necessário, ademais, empregar o mesmo método nos demais casos deste tipo.

Além disso, como é difícil distinguir aquilo que sempre acompanha uma coisa e não é convertível com esta e demonstrar que não é seu gênero – se *isto* acompanha sempre *aquilo*, ao passo que *aquilo* nem sempre acompanha *isto* – exemplos: o repouso sempre acompanha a tranqüilidade e a divisibilidade acompanha o número – porém, o contrário não é exato (pois o divisível nem sempre é um número, como tampouco o repouso é sempre uma tranqüilidade) –, será conveniente ocupar-se da matéria norteado pelo princípio de que aquilo que sempre acompanha uma coisa é o gênero sempre que a outra não é convertível consigo; mas quando alguém mais apresenta a proposição, não convém admiti-la em todos os casos. A isso pode-se objetar que *o não-ser*[567] sempre acompanha *aquilo que vem a ser* (pois *aquilo que vem a ser **não é***) e não é convertível com ele (pois ***aquilo que não é*** nem sempre *vem a ser*). Contudo, o *não-ser* não é o gênero *daquilo que vem a ser,* uma vez que o *não-ser* não tem absolutamente espécie alguma.

Tais são, portanto, os métodos a serem observados ao lidar com o gênero.

567. το μη ον (*to mê on*).

LIVRO V

I

A questão do predicado proposto *ser ou não uma propriedade*[568] deve ser examinada à luz dos princípios que se seguem.

A propriedade é proposta ou *essencial e permanentemente* ou *relativa e temporariamente* – por exemplo, constitui uma propriedade *essencial* do ser humano ser *por natureza um animal civilizado.*[569] Uma propriedade *relativa* pode ser exemplificada pela conexão da alma com o corpo, na qual a primeira comanda e o segundo obedece. Um exemplo de propriedade *permanente* é o do deus como *um ser vivo imortal*; de uma propriedade *temporária,* o de um determinado homem *passeando num ginásio.*

A atribuição de uma propriedade *relativamente* gera ou dois ou quatro problemas. Se é atribuída a uma coisa e negada de uma outra, surgem apenas dois problemas, por exemplo, quando se enuncia como propriedade de um homem em relação a um cavalo ser [o homem] bípede, pois seria possível alguém argumentar [1] que um homem não é um bípede e [2] que um cavalo é bípede – mediante estas duas proposições se buscaria eliminar a propriedade. Mas se um de dois predicados for atribuído a duas coisas particularmente e negado no que tange à outra, haverá quatro problemas; por exemplo, quando esse alguém diz que a propriedade de um homem em relação a um cavalo é ser um, um bípede, e o outro, um quadrúpede, pois então será possível argumentar que [1] o homem não é um bípede e [2] que corresponde à sua natureza ser um quadrúpede, estando facultado também [ao interlocutor] argumentar [3] que o cavalo é um bípede e [4] que não é um quadrúpede. Caso ele possa

568. ιδιον η ουκ ιδιον εστι (*idion ê oük idion esti*), literalmente *ser próprio ou não-próprio.*

569. ημερον (*êmeron*), no que se refere aos outros animais, domado, domesticado, amansado. O processo de abrandamento do homem se confunde com o processo civilizatório.

demonstrar qualquer uma dessas proposições, o predicado proposto estará destruído.[570]

A propriedade *essencial* é a atribuída a alguma coisa em contraste com tudo o mais, e que distingue uma coisa de tudo o mais; por exemplo, a propriedade do *homem* como *um ser vivo mortal passível de receber conhecimento.* A propriedade *relativa* é a que distingue uma coisa não de tudo o mais, porém de alguma coisa especificada; por exemplo, a *propriedade* da virtude em relação ao conhecimento é ser a natureza da primeira se produzir em muitas faculdades e do segundo se produzir somente na faculdade racional e nos seres possuidores desta faculdade. A propriedade *permanente* é aquela que é verdadeira em todo o
129a1 tempo e que é infalível; por exemplo, a de um ser vivo que é *composto de alma e corpo.* A propriedade *temporária* é aquela verdadeira num tempo em particular e que não é sempre um acompanhamento necessário; por exemplo, a *propriedade* de um homem particular enquanto *passeando na ágora.*

Atribuir uma propriedade a alguma coisa *relativamente* a alguma coisa mais é afirmar uma diferença entre elas *ou* universal e permanentemente *ou* amiúde e na maioria dos casos. A título de exemplo de uma diferença universal e permanente, podemos indicar a propriedade do *homem* de ser bípede *relativamente* ao cavalo, pois o ser humano é sempre e em todos os casos um bípede, enquanto nenhum cavalo jamais é um bípede. A diferença que é encontrada amiúde e na maioria dos casos pode ser exemplificada pela propriedade detida pela faculdade racional relativamente à faculdade apetitiva e irascível,[571] a saber, aquela segundo a qual a primeira comanda enquanto a segunda obedece. Com efeito, nem sempre a faculdade racional comanda, sendo também por vezes comandada, nem é a faculdade apetitiva e irascível sempre comandada, sendo por vezes esta que comanda quando a alma de um ser humano é viciosa.

Das propriedades, as mais adequadas aos argumentos são as essenciais, as permanentes e as relativas. Uma propriedade relativa, como já indicamos,[572] gera diversos problemas, sendo os problemas que surgem necessariamente em número de *dois* ou *quatro* e, portanto, de forma que os argumentos surgidos em conexão com eles são diversos. As essenciais e as permanentes podem ser discutidas em relação a muitas coisas e podem ser observadas em relação a vários períodos de tempo. A essencial pode ser discutida em confronto com muitas coisas, pois a propriedade deve necessariamente pertencer ao seu sujeito em confronto com tudo o mais que existir, e assim, se o sujeito não é por ela dissociado relativamente a tudo o mais, a propriedade não pode ter sido devidamente atribuída. A [propriedade] permanente tem que ser observada em relação a muitos períodos de tempo, pois se não existir presentemente ou se não existiu no passado, ou se não for existir no futuro, não será, de modo algum, uma propriedade. Por outro lado, examinamos a [propriedade] temporária somente em relação ao que chamamos de tempo presente, não havendo, portanto, muitos argumentos em torno dela, ao passo que um problema apropriado ao argumento é aquele em torno do qual é possível surgirem numerosos bons argumentos.

570. Alguns helenistas (diferentemente de Bekker e outros) preferem situar todo este parágrafo após 129a16.
571. Na verdade, são duas faculdades distintas da alma (apetitiva e irascível).
572. Em 128b22 e seguintes.

Por conseguinte, o que foi chamado de *propriedade relativa* precisa ser examinado por meio dos tópicos acerca do acidente, a fim de apurar se aconteceu a uma coisa, mas não a uma outra. As propriedades permanente e essencial, entretanto, têm que ser tratadas com base nos princípios que se seguem.

II

129b1 A primeira tarefa necessária é verificar se a propriedade foi correta ou incorretamente expressa. Um critério para apurar se foi correta ou incorretamente expressa consiste em verificar se a propriedade é expressa em termos menos compreensíveis ou mais compreensíveis: nos argumentos destrutivos [da tese], se são *menos* compreensíveis; nos construtivos, se são *mais* [compreensíveis]. Para demonstrar que os termos são menos compreensíveis, um método consiste em verificar se em geral a propriedade que o opositor expressa é menos compreensível do que o sujeito do qual ele a enunciou como sendo a propriedade, pois neste caso a propriedade não terá sido corretamente expressa, uma vez que é a favor da compreensão que introduzimos a propriedade. E, portanto, esta tem que ser expressa em termos mais compreensíveis, com o que será possível entendê-la mais

adequadamente. Por exemplo, alguém que tenha afirmado que constitui uma propriedade do *fogo* ser *muito semelhante à alma,* ao usar o termo *alma* empregou algo que é menos compreensível do que fogo (visto que sabemos melhor o que é o *fogo* do que o que é a *alma*) e, assim, não seria uma afirmação correta, no que tange à propriedade do fogo, dizer que ele é *muito semelhante à alma.* Um outro método consiste em verificar se a propriedade não é mais compreensivelmente atribuída ao sujeito, pois não apenas deve a propriedade ser mais compreensível do que o sujeito, como também deve ser mais compreensível que é atribuída ao sujeito. Isto porque qualquer um que não saiba se ela é um atributo (predicado) do sujeito também desconhecerá se ela é o atributo (predicado) desse sujeito exclusivamente, de modo que, ocorrendo uma ou outra destas duas situações, a propriedade se converterá numa matéria obscura. Por exemplo, alguém que haja enunciado que constitui uma propriedade do *fogo* ser *aquilo em que a alma por natureza existe primordialmente* manifestou uma consideração que é menos compreensível do que *fogo,* ao levantar a questão da alma nele existir e nele existir primordialmente, com o que não se terá expresso corretamente a propriedade do fogo ao dizer que é *aquilo em que a alma por natureza existe primordialmente.* No caso dos argumentos construtivos, por outro lado, é preciso verificar se a propriedade é expressa em termos que sejam mais compreensíveis e se são mais compreensíveis em cada uma das duas maneiras [que acabamos de expor]; com efeito, neste caso a propriedade terá sido corretamente expressa nesse aspecto, pois dos tópicos utilizados para respaldar a exatidão da forma de expressá-la, alguns mostrarão que está corretamente expressa somente nesse aspecto, e outro que está corretamente expressa absolutamente. Por exemplo, aquele que afirmou como propriedade de um *ser vivo ter este percepção sensorial,* tanto empregou termos mais compreensíveis quanto tornou a propriedade mais compreensível das duas maneiras [que indicamos]; e assim *ter percepção sensorial* teria sido, nesse aspecto, corretamente expresso como uma propriedade do *ser vivo.*

A seguir, no que tange aos argumentos destrutivos [da tese], cumpre verificar se qualquer um dos termos propostos na propriedade é empregado em várias acepções, ou se toda a expressão também possui mais de uma significação, pois se assim for, a propriedade não terá sido corretamente expressa. Por exemplo, visto que *perceber sensorialmente* significa mais de uma coisa, nomeadamente *ter percepção sensorial* e *exercer percepção sensorial*, perceber sensorialmente por natureza não estaria corretamente expresso a título de uma *propriedade* do *ser vivo.* Portanto, não se deve usar como significando propriedade quer uma palavra quer uma expressão que sejam utilizadas com vários significados, pois qualquer coisa que tenha diversos significados torna a proposição obscura, posto que aquele que está prestes a argumentar fica incerto quanto a qual dos diversos significados seu opositor está empregando. Afinal, a propriedade é formulada com o fito de promover entendimento. Que se acresça que além disso uma oportunidade é necessariamente oferecida para refutar aqueles que expressam a propriedade dessa maneira, baseando o próprio silogismo no significado irrelevante de um termo usado em vários sentidos. Nos argumentos construtivos [da tese], por outro lado, é preciso verificar se qualquer um dos termos ou a expressão como um todo não encerra mais de um significado, pois neste caso a propriedade terá sido corretamente expressa nesse aspecto. Por exemplo, uma vez que nem *corpo*, nem *aquilo que mais celeremente se move para cima no espaço*, nem a expressão total formada pela união dos dois termos possui mais de um significado, seria correto nesse aspecto afirmar que é uma propriedade do *fogo* ser ele *o corpo que mais celeremente se move para cima no espaço.*

Em seguida, para o propósito refutatório [da tese], é preciso verificar se o termo ao qual o opositor atribui a propriedade é usado em vários sentidos, mas sem que haja sido feita nenhuma distinção quanto a qual deles tem a ver com a propriedade afirmada, uma vez que neste caso a propriedade não terá sido corretamente expressa. A razão para isso salta aos olhos se atentarmos para o que já foi dito, porquanto os resultados têm que ser necessariamente os mesmos. Por exemplo, visto que *conhecimento disto* significa muitas coisas distintas, considerando-se que significa que *[o sujeito] tem conhecimento*, que *[ele] utiliza conhecimento*, que *[dele] há conhecimento* e que *há utilidade do conhecimento [dele]*, nenhuma propriedade de *conhecimento disto* poderia ser corretamente expressa, salvo se houvesse sido definido em qual desses significados a propriedade está sendo afirmada. No caso dos argumentos construtivos, cumpre verificar se aquilo de que se enuncia a propriedade não comporta diver-

sos significados, mas é uno e simples, pois então a propriedade terá sido corretamente expressa nesse aspecto. Por exemplo, como *homem*[573] é utilizado somente em um sentido, *animal naturalmente civilizado* seria corretamente expresso como uma propriedade tocante ao *homem*.

Avançando, no caso do argumento destrutivo, é mister verificar se o mesmo termo foi empregado mais de uma vez para descrever a propriedade, pois sem que tenham percepção disso, as pessoas freqüentemente assim agem ao descrever propriedades, tal como agem também com as definições. Uma propriedade à qual isso tenha ocorrido não terá sido corretamente expressa, pois a repetição freqüente confunde o ouvinte, o que forçosamente produz obscuridade, além do que é instaurada a ininteligibilidade. A repetição ocorre provavelmente de duas maneiras: em primeiro lugar, quando alguém utiliza a mesma palavra mais de uma vez; por exemplo, quando atribui ao *fogo* a propriedade de ser *o corpo que é o mais leve dos corpos*[574] (visto que usou a palavra *corpo* mais de uma vez); em segundo lugar, quando coloca definições no lugar de palavras; por exemplo, se pretendesse atribuir à *terra* a propriedade de ser *a substância que entre todos os corpos,*
130b1 *é a que mais facilmente, por sua natureza, se move para baixo no espaço* e se dispusesse então a substituir *corpos* por *substâncias de uma certa espécie*, uma vez que *corpo* e *substância de uma certa espécie* são uma e a mesma coisa. Ele teria assim repetido o termo *substância* e, desta forma, nem uma nem outra das propriedades teria sido corretamente expressa. Quanto ao argumento construtivo, por outro lado, é preciso verificar se ele evita usar o mesmo termo mais de uma vez, pois neste caso a propriedade terá sido corretamente expressa nesse aspecto. Por exemplo, aquele que enunciou como uma propriedade do *homem* ser ele *um ser vivo passível de receber conhecimento* não utilizou o mesmo vocábulo mais de uma vez, e assim a propriedade do *homem* seria nesse aspecto corretamente expressa.

Na seqüência, no que se refere ao argumento refutatório [da tese], é preciso verificar se foi introduzido na propriedade qualquer termo que tenha uma aplicação universal (pois qualquer

573. ανθρωπος (*anthropos*), ser humano (referindo-se à *espécie*).

574. *σωμα* το λεπτοτατον των *σωματων* (*soma to leptotaton ton* somaton).

termo que não distinga o sujeito de quaisquer outras coisas será inútil – o que é enunciado nas propriedades, bem como o que é enunciado nas definições, exige distinção) e com isso a propriedade não terá sido corretamente expressa. Por exemplo, aquele que formulou como uma propriedade do *conhecimento* ser este *uma crença não passível de ser alterada pelo argumento por ser uma* utilizou na propriedade um termo, qual seja, *uno*, de um tal tipo que se presta a ser de aplicação universal, com o que a propriedade do *conhecimento* não pôde ser corretamente expressa. Por outro lado, se a meta em questão é construtiva, é preciso averiguar se ele usou não um termo comum, mas um [termo] que distingue o sujeito de alguma coisa mais, pois neste caso terá sido corretamente expressa nesse aspecto. Por exemplo, aquele que disse que *ter uma alma* é uma propriedade do *ser vivo* não usou qualquer termo comum, com o que *ter uma alma* teria sido nesse aspecto corretamente expresso como uma propriedade do *ser vivo*.

A seguir, no que respeita ao argumento destrutivo, é necessário averiguar se o opositor atribui mais de uma propriedade à mesma coisa sem definir que está formulando mais de uma, com o que a propriedade não terá sido corretamente expressa, pois tal como nas definições nada mais deve ser agregado além da expressão que revela a essência, do mesmo modo também nas propriedades nada deve ser atribuído (predicado) que ultrapasse a expressão que constitui a propriedade que é afirmada, posto que este procedimento se mostra inútil. Por exemplo, alguém que tenha dito que constitui uma propriedade do *fogo* ser *o corpo mais sutil e mais leve* expressou mais de uma propriedade (uma vez que é exato predicar cada um desses termos com exclusividade do fogo) e, conseqüentemente, *o corpo mais sutil e mais leve* não seria uma expressão correta para uma propriedade do *fogo*. Por outro lado, quanto ao argumento construtivo, é preciso averiguar se o opositor não atribuiu múltiplas propriedades à mesma coisa, mas apenas uma, caso em que a propriedade terá sido corretamente expressa nesse aspecto. Por exemplo, alguém que afirmou que é propriedade do *líquido* ser ele *um corpo que pode ser levado a assumir qualquer forma* atribuiu uma coisa e não mais do que uma como sua propriedade, de modo que neste caso a propriedade do *líquido* teria sido nesse aspecto corretamente expressa.

III

Subseqüentemente, com finalidade refutatória, cumpre verifi-
car se ele introduziu o efetivo sujeito cuja propriedade está ex-
pressando ou alguma coisa que lhe é pertencente, pois neste
131a1 caso a propriedade não terá sido corretamente enunciada, uma
vez que esta é expressa para fomentar entendimento e o próprio
sujeito se mostra mais ininteligível do que nunca, ao passo que
qualquer coisa que lhe diga respeito, uma vez que lhe é posterior,
não é mais compreensível do que ele, com o que o resultado
desse método não representa qualquer ajuda para compreensão
5 do sujeito. Por exemplo, aquele que disse constituir uma proprie-
dade do ser vivo *ser uma substância da qual o homem é uma*
espécie introduziu alguma coisa que pertence a ser vivo, com o
que a propriedade não pode ser corretamente expressa. Quando
se trata da finalidade construtiva, é preciso averiguar se ele evita
introduzir ou o próprio sujeito ou qualquer coisa que lhe perten-
ça, com o que a propriedade terá sido corretamente expressa
nesse aspecto. Por exemplo, aquele que afirmou que constitui
uma propriedade do ser vivo *ser composto de alma e corpo* não
10 introduziu o próprio sujeito nem qualquer coisa que lhe perten-
ça, e assim a propriedade do ser vivo teria sido corretamente
expressa nesse aspecto.

É preciso investigar do mesmo modo os outros termos que
tornam ou não tornam o sujeito mais compreensível. Na argu-
mentação refutatória, é preciso averiguar se o opositor introdu-
ziu qualquer coisa *oposta* ao sujeito ou, em geral, naturalmente
15 concomitante, ou posterior a ele, pois neste caso a propriedade
não será corretamente expressa, porque o oposto de uma coisa
é naturalmente concomitante a esta e o que é naturalmente
concomitante e o que é posterior a uma coisa não a tornam
mais compreensível. Por exemplo, quem disse que constitui uma
propriedade do *bem* ser *aquilo que mais se opõe ao mal* intro-
20 duziu o oposto do *bem*, e assim a propriedade do *bem* não po-
deria ter sido corretamente expressa. No argumento construtivo,
por outro lado, é necessário verificar se ele evitou introduzir
qualquer coisa que seja ou oposta ao sujeito ou naturalmente
concomitante a ele, ou posterior a ele, pois neste caso a proprie-
dade terá sido corretamente expressa nesse aspecto. Por exem-
plo, aquele que afirmou que constitui uma propriedade do *co-*
nhecimento ser *a crença mais confiável* não introduziu qualquer

coisa oposta ao sujeito, ou naturalmente concomitante a ele ou
25 posterior a ele, e assim a propriedade do *conhecimento* terá sido
corretamente expressa nesse aspecto.

Como próximo passo, no que toca à argumentação refutató-
ria, é preciso verificar se ele aduziu como uma propriedade al-
guma coisa que nem sempre acompanha o sujeito, mas que às
vezes deixa de ser uma propriedade, pois neste caso a proprie-
30 dade não terá sido corretamente afirmada, pois nem é o nome
do sujeito necessariamente verdadeiro daquilo a que julgamos
dizer respeito a propriedade, nem será ele necessariamente não
aplicável àquilo a que julgamos que a propriedade não diz res-
peito. Que se acresça que além disso, mesmo quando ele tenha
expresso a propriedade, não terá ficado claro se ela é predicável
[do sujeito], visto ser um caráter falível, resultando na falta de
35 clareza da propriedade. Por exemplo, aquele que afirmou consti-
tuir uma propriedade do ser vivo *às vezes se mover e às vezes*
permanecer em repouso aduziu o tipo de propriedade que às
vezes não é uma propriedade, com o que a propriedade não
teria sido corretamente expressa. Na argumentação construtiva,
por outro lado, é preciso verificar se ele expressou o que deve
necessariamente ser sempre uma propriedade, pois neste caso a
131b1 propriedade terá sido corretamente expressa nesse aspecto. Por
exemplo, aquele que afirmou que é uma propriedade da *virtude*
ser *aquilo que torna bom o seu detentor* indicou como uma
propriedade aquilo que sempre acompanha seu sujeito, e assim
a propriedade da virtude teria sido corretamente expressa nesse
aspecto.

5 A seguir, na argumentação destrutiva, cumpre verificar se,
apontando o que é uma propriedade presentemente, ele deixou
de estabelecer de maneira definida que está propondo o que é
uma propriedade *presentemente*, pois neste caso a propriedade
não terá sido corretamente proposta, uma vez que, para come-
çar qualquer procedimento que se afasta do habitual, precisa ser
esclarecido e constitui hábito propor como propriedade aquilo
10 que sempre acompanha o sujeito. Em segundo lugar, qualquer
um que não haja explicitamente estabelecido se era sua intenção
enunciar o que é uma propriedade no presente, se mostra obs-
curo, nenhum ensejo devendo, portanto, ser propiciado à crítica.
Por exemplo, aquele que afirmou constituir uma propriedade de
um certo homem *estar sentado com alguém* indica o que é uma

propriedade *presentemente*, com o que não terá expresso a propriedade corretamente, uma vez que se manifestou sem qualquer indicação explícita. No caso do argumento construtivo, é preciso verificar se, ao propor o que é uma propriedade no presente, ele enunciou com precisão que estava formulando o que era uma propriedade *no presente*, pois neste caso a propriedade terá sido corretamente expressa nesse aspecto. Por exemplo, aquele que afirmou que constitui uma propriedade de um determinado homem *estar passeando presentemente* realizou esta distinção em seu enunciado, com o que a propriedade teria sido corretamente enunciada.

Na seqüência, no tocante ao argumento destrutivo, deveria ser verificado se a propriedade que ele expressou é de um tal tipo que sua presença só é manifesta por percepção sensorial, pois então a propriedade não terá sido corretamente enunciada, uma vez que *todo objeto da percepção sensorial,*[575] quando passa fora da esfera da percepção sensorial se torna obscuro, já que sua existência como predicado não é mais evidente por ser ele somente conhecido pela percepção sensorial. Isso se revelará verdadeiro no que tange aos predicados que não acompanham sempre e necessariamente o sujeito. Por exemplo, aquele que afirmou constituir uma propriedade do sol ser *o mais brilhante astro que se move acima da Terra* empregou na propriedade algo de um caráter que é somente conhecido por meio da percepção sensorial, a saber, *que se move acima da Terra* e, assim, a propriedade do sol não teria sido corretamente expressa, pois não será evidente com o pôr do sol se este permanecerá se movendo acima da Terra, pois então nos faltará a percepção sensorial. Para o argumento construtivo, por outro lado, é preciso averiguar se a propriedade por ele apontada é tal que não se manifesta por percepção sensorial ou, sendo *sensível*, se predica necessariamente do sujeito, com o que a propriedade terá sido nesse aspecto corretamente enunciada. Por exemplo, aquele que afirmou que constitui uma propriedade da *superfície* ser *a primeira coisa suscetível de ser colorida* utilizou um predicado sensível, a saber, *ser colorido*, mas um predicado que obviamente está sempre presente, com o que a propriedade da *superfície* terá sido nesse aspecto corretamente expressa.

575. Na qualidade de atributo ou predicado.

Em seguida, para o argumento destrutivo, é preciso apurar se ele formulou a definição como uma propriedade, pois neste caso a propriedade não terá sido corretamente enunciada, pois não
132a1 cabe à propriedade indicar a essência. Por exemplo, aquele que disse que constitui uma propriedade do *ser humano* ser *um animal pedestre bípede* apontou como propriedade do ser humano aquilo que denota sua essência, com o que a propriedade do ser humano não terá sido corretamente apontada. Para o argumento construtivo, por outro lado, é preciso verificar se ele apontou como propriedade um predicado que é convertível com o sujeito, mas que não denota a essência, pois neste caso a propriedade terá sido corretamente indicada nesse aspecto. Por exemplo, aquele que afirmou que constitui uma propriedade do ser humano ser *naturalmente um animal civilizado* expressou uma propriedade que é convertível com o sujeito, mas que não denota a essência, e assim a propriedade do ser humano terá sido corretamente expressa nesse aspecto.

A seguir, para efeito de refutação, é necessário verificar se ele expressou a propriedade sem colocar o sujeito em sua essência, pois em propriedades, como em definições, o primeiro termo a ser expresso deve ser o gênero, e então – e *só* então – os outros termos devem ser adicionados, devendo distinguir o sujeito. A propriedade, portanto, que não for enunciada desta maneira não terá sido corretamente expressa. Por exemplo, aquele que disse que é uma propriedade do ser vivo *ter uma alma* não colocou *ser vivo* em sua essência, e assim a propriedade do *ser vivo* não terá sido corretamente expressa. No argumento construtivo, por outro lado, é preciso verificar se ele situou o sujeito cuja propriedade está expressando em sua essência, adicionando em seguida os demais termos, pois neste caso a propriedade terá sido corretamente expressa nesse aspecto. Por exemplo, aquele que afirmou como propriedade do *ser humano* ser este *um ser vivo passível de receber conhecimento* situou o sujeito em sua essência, e então expressou a propriedade, com o que a propriedade do *ser humano* teria sido corretamente enunciada nesse aspecto.

IV

É por meio desses métodos, portanto, que se deve realizar o exame que apure se a propriedade foi expressa correta ou incor-

retamente. Quanto a ser efetivamente uma propriedade ou, de modo algum ser aquilo que é afirmado como tal, precisa ser examinado conforme os princípios que se seguem, pois os tópicos que confirmam de modo absoluto que a propriedade está corretamente enunciada serão os mesmos que constituem estritamente uma propriedade, pelo que serão expostos em paralelismo a eles.

Em primeiro lugar, portanto, no caso da argumentação destrutiva [da tese], é preciso atentar para cada sujeito do qual [o opositor] apontou a propriedade, e verificar se não é predicável de qualquer um deles, ou se não é verdadeira no aspecto em particular em pauta, ou se não é uma propriedade de cada um deles relativamente àquele do qual ele expressou a propriedade, pois então isso que é apontado como sendo uma propriedade não será uma propriedade. Por exemplo, na medida em que não é verdadeiro dizer do geômetra que ele é *insuscetível de ser enganado por um argumento* (uma vez que é enganado quando uma figura falsa é traçada), não poderia ser uma propriedade de um homem de ciência *não ser enganado por um argumento*. Para o argumento construtivo, por outro lado, é preciso averiguar se a propriedade é verdadeira em todos os casos e no aspecto particular em questão, pois neste caso o que é enunciado como não sendo uma propriedade será uma propriedade. Por
132b1 exemplo, vendo que *um ser vivo passível de receber conhecimento* constitui uma descrição verdadeira de todo homem *enquanto* homem, seria uma propriedade do homem ser *um ser vivo passível de receber conhecimento*. O objetivo deste tópico é, no caso da finalidade destrutiva, averiguar se a descrição é falsa daquilo de que o nome é verdadeiro e se o nome é falso daquilo de que a descrição é verdadeira; por outro lado, no argumento construtivo, o objetivo é verificar se a descrição também é predicada daquilo de que o nome é predicado e se o nome também é predicado daquilo de que a descrição é predicada.

A seguir, quanto ao argumento destrutivo (refutatório), é preciso verificar se a descrição não é asseverada daquilo de que o nome é asseverado e se o nome não é asseverado daquilo de que a descrição é asseverada, pois neste caso a propriedade que é enunciada não será uma propriedade. Por exemplo, visto que *um ser vivo que compartilha de conhecimento* é verdadeiro no que tange ao deus, mas o ser humano não é predicado do deus, *um ser vivo que compartilha de conhecimento* não seria uma propriedade do ser humano. No que diz respeito ao argumento construtivo, por outro lado, é preciso verificar se o nome também é predicado daquilo de que a descrição é predicada, e se a descrição também é predicada daquilo de que o nome é predicado, pois neste caso aquilo que se afirma não ser uma propriedade será uma propriedade. Por exemplo, visto que *ser vivo* é verdadeiro daquilo de que é verdadeiro *ter uma alma*, e *ter uma alma* é verdadeiro daquilo de que *ser vivo* é verdadeiro, *ter uma alma* seria uma propriedade de *ser vivo*.

Na seqüência, no argumento contestatório, é necessário verificar se [o opositor] propôs o sujeito como uma propriedade daquilo que se diz estar *no sujeito*, pois neste caso o que é enunciado como sendo uma propriedade não será uma propriedade. Por exemplo, aquele que propôs o *fogo* como uma propriedade do *corpo que consiste das partículas mais sutis* propôs o sujeito como uma propriedade de seu predicado, de sorte que *fogo* não poderia ser uma propriedade do *corpo que consiste das partículas mais sutis*. O sujeito não será uma propriedade daquilo que está no sujeito por esta razão, a saber, que a mesma coisa será então a propriedade de muitas coisas especificamente diferentes, pois muitas coisas especificamente diferentes pertencem à mesma coisa, sendo afirmado que pertencem exclusivamente a ela, e o sujeito será uma propriedade de todas elas se alguém enunciar a propriedade desta maneira. No que toca ao argumento construtivo, por outro lado, é preciso que se verifique se ele aduziu o que se encontra no sujeito como uma propriedade do sujeito, pois neste caso o que se enuncia como não sendo uma propriedade será uma propriedade, se predicado somente daquelas coisas das quais foi afirmado ser a propriedade. Por exemplo, quem disse que constitui uma propriedade da *terra* ser esta *especificamente o corpo mais pesado* apontou como uma propriedade do sujeito algo que é afirmado exclusivamente dessa coisa e é predicado como a propriedade, com o que a propriedade da *terra* teria sido corretamente enunciada.

Em seguida, para o argumento contestatório, cumpre averiguar se ele propôs a propriedade como alguma coisa da qual o sujeito participa, pois então aquilo que se enuncia como sendo uma propriedade não será uma propriedade, uma vez que aquilo que se predica porque o sujeito dele participa constitui uma

contribuição à sua essência e, como tal, seria uma diferença atribuída a uma determinada espécie. Por exemplo, aquele que disse que constitui uma propriedade do *homem* ser um *pedestre bípede*, expressou a propriedade como alguma coisa da qual o sujeito participa e, assim, *pedestre bípede* não poderia ser uma propriedade do *homem*. Para o argumento construtivo, por outro lado, é mister averiguar se ele não conseguiu propor a propriedade como algo de que o sujeito participa, ou exibindo a essência, o sujeito sendo convertível, pois neste caso o que é afirmado não ser uma propriedade será uma propriedade. Por exemplo, aquele que afirmou que é uma propriedade de um *ser vivo* ser *naturalmente detentor de percepção sensorial* apontou uma propriedade da qual não participa o sujeito, e que, tampouco exibe sua essência, sendo o sujeito, convertível; de forma que ser *naturalmente detentor de percepção sensorial* seria uma propriedade do *ser vivo*.

A seguir, no argumento destrutivo (contestatório) é preciso ver se a propriedade não apresenta a possibilidade de se predicar simultaneamente, mas tem que se predicar como alguma coisa posterior ou anterior àquilo a que o nome pertence, pois então aquilo que se afirma ser uma propriedade não será uma propriedade, isto é, não será *nunca* ou *nem sempre* uma propriedade. Por exemplo, uma vez que é possível para *passear pela ágora* ser um predicado de alguma coisa tanto anterior como posterior ao predicado *homem*, *passear pela ágora* não poderia ser uma propriedade do *homem*, quer dizer, não seria nunca ou nem sempre seria uma propriedade. Para o argumento construtivo, é preciso verificar se a propriedade sempre se predica necessariamente de modo simultâneo, não sendo nem uma definição nem uma diferença, pois neste caso o que é afirmado não ser uma propriedade será uma propriedade. Por exemplo, *animal passível de receber conhecimento* sempre se predica com necessária simultaneidade de *homem*, e não é nem uma diferença nem uma definição, de sorte que *animal passível de receber conhecimento* seria uma propriedade do *homem*.

Na seqüência, no que respeita ao argumento destrutivo, é preciso verificar se a mesma coisa deixa de ser uma propriedade de coisas que são idênticas ao sujeito na medida em que são idênticas, pois neste caso o que se enuncia como sendo uma propriedade não será uma propriedade. Por exemplo, uma vez

que não é uma propriedade de um objeto de pesquisa *parecer bom a certas pessoas,* tampouco poderia ser uma propriedade de um objeto de escolha *parecer bom a certas pessoas,* pois *objeto de pesquisa e objeto de escolha* são idênticos. Para o argumento construtivo, por outro lado, é preciso verificar se a mesma coisa é uma propriedade de alguma coisa que seja idêntica ao sujeito na medida em que é idêntica, pois neste caso o que se enuncia como não sendo uma propriedade será uma propriedade. Por exemplo, visto que se diz ser uma propriedade do *homem* enquanto homem *ter uma alma tripartida,*[576] seria também uma propriedade do *mortal* enquanto mortal *ter uma alma tripartida.* Este tópico é útil também no lidar com um acidente, pois as mesmas coisas devem necessariamente se predicar ou não se predicar das mesmas coisas na medida em que são as mesmas.

Na seqüência, no que concerne ao argumento contestatório, é preciso verificar se a propriedade das coisas que são as mesmas na espécie não são sempre as mesmas em espécie, pois neste caso tampouco será uma propriedade do sujeito proposto aquilo que é afirmado ser uma propriedade. Por exemplo, como o *homem* e o *cavalo* são idênticos do ponto de vista da espécie e não constitui sempre uma propriedade de um cavalo permanecer em repouso por iniciativa própria, tampouco poderia ser uma propriedade de um homem se mover por iniciativa própria, uma vez que permanecer em repouso e se mover por iniciativa própria são idênticos do ponto de vista *específico* e ocorrem na medida em que cada um deles é um animal. Para o argumento construtivo, por outro lado, é preciso verificar se a propriedade das coisas que são idênticas na espécie é sempre a mesma, pois neste caso o que se afirma não ser uma propriedade será uma propriedade. Por exemplo, uma vez que constitui uma propriedade do *homem* ser um *pedestre bípede*, seria também uma propriedade da *ave* ser um *bípede alado*, já que cada um destes é o mesmo na espécie, na medida da identificação entre *homem* e *ave* como espécie subordinada ao mesmo gênero, ou seja, *animal*, enquanto *pedestre* e *alado* são idênticos,[577] sendo diferenças do gênero, a saber, *animal*. Este tópico é enganoso

576. Constante em Platão, *A República*, Livro IV, 435b e seguintes.
577. Ou seja, do ponto de vista da espécie.

quando uma das propriedades mencionadas pertence unicamente a uma espécie, enquanto a outra pertence a muitas, como, por exemplo, *pedestre quadrúpede*.

Ora, uma vez que *idêntico* e *diferente* apresentam vários significados, representa uma difícil tarefa diante de um opositor de perfil sofístico aduzir a propriedade que, por si só, predique uma só coisa, pois aquilo que se predica de alguma coisa à qual um acidente está vinculado também se predicará do acidente tomado com o sujeito ao qual está vinculado. Por exemplo, o que se predica de *homem* se predicará também de *homem branco*, se houver um homem branco, e o que se predica de *homem branco* também se predicará de *homem*. Seria possível, portanto, representar erroneamente a maioria das propriedades tornando o sujeito uma coisa quando tomado sozinho e uma outra coisa quando tomado com seu acidente, dizendo, por exemplo, que *homem* é uma coisa e *homem branco* uma outra, e, ademais, produzindo uma diferença entre o estado e aquilo que é descrito nos termos do estado, pois aquilo que se predica do estado se predicará também daquilo que é descrito nos termos do estado, e aquilo que se predica do que é descrito nos termos do estado se predicará também do estado. Por exemplo, visto que a condição de um homem de ciência é descrita nos termos de sua ciência, não pode ser uma propriedade da *ciência* ser esta *irrefutável pela força do argumento*, pois então o homem de ciência também será ele *irrefutável pela força do argumento*. No caso da finalidade construtiva, conviria dizer que aquilo a que o acidente pertence não é absolutamente diferente do acidente tomado com aquilo ao que ele é *acidental*, mas que é classificado como *distinto dele* porque seu modo de ser é diferente, pois não é a mesma coisa para um *homem* ser um homem e para um *homem branco* ser um homem branco. Que se acresça que convém observar as inflexões, sustentando que o homem de ciência não *é aquilo que*, mas *aquele que* é irrefutável por força do argumento, ao passo que a ciência não é *aquilo que*, mas
134a1 *aquela*[578] *que* é irrefutável por força do argumento, pois contra o homem que utiliza qualquer tipo de objeção deve-se utilizar todo tipo de oposição.

578. Como em muitas línguas, inclusive modernas, *ciência* em grego [επιστημη (*epistemê*)], é feminino, enquanto *homem de ciência* [επιστημων (*epistemon*)] é masculino.

V

A seguir, na argumentação contestatória, deve-se verificar se o opositor, ao pretender atribuir ao sujeito um predicado de predicação natural, se expressa numa tal linguagem que signifique um predicado que predique sempre, pois então aquilo que se afirma ser uma propriedade pareceria ser derrubado. Por exemplo, aquele que disse ser *bípede* uma propriedade do *homem* pretende propor um predicado que o é por natureza; entretanto, considerando-se a linguagem por ele usada, significa um predicado que se predica sempre, com o que *bípede* não poderia ser uma propriedade do *homem*, uma vez que nem todo homem possui dois pés. Para o argumento construtivo, por outro lado, é preciso verificar se ele pretende apontar como uma propriedade aquilo que se predica naturalmente e significa tal coisa na linguagem que ele utiliza, pois neste caso a propriedade não será derrubada nesse aspecto. Por exemplo, aquele que propõe como uma propriedade do *homem* ser este *um animal passível de receber conhecimento* tanto tem a intenção quanto consegue denotar por sua linguagem a propriedade predicável por natureza, e assim *um animal passível de receber conhecimento* não pode ser invalidado nesse aspecto sob o fundamento de não ser uma propriedade do *homem*.

De resto, constitui uma árdua tarefa propor a propriedade de coisas que são primariamente descritas nos termos de alguma coisa mais ou primariamente [descritas] em si mesmas, pois no caso de se apontar uma propriedade daquilo que é descrito nos termos de alguma coisa mais, esta também será verdadeira daquilo que é primário; ao passo que, se for apontada de alguma coisa que é primária, também será predicada daquilo que é descrito nos termos de alguma outra coisa. Por exemplo, se alguém aponta *colorido* como uma propriedade da *superfície*, *colorido* também será verdadeiro de *corpo*, mas se for apontado como uma propriedade de *corpo*, também será predicado de *superfície*, de modo que o nome também não será verdadeiro daquilo do que a descrição é verdadeira.

No que toca a algumas propriedades, sucede amiúde a ocorrência de um erro, por falta de uma proposição definida no que diz respeito ao *como* e ao *do que* a propriedade é afirmada. Isto porque todos tentam apontar como a propriedade de uma coisa *ou* aquilo que se predica naturalmente, como *bípede* se predica

de homem, *ou* aquilo que se predica factualmente, como *ter quatro dedos* se predica de um determinado homem, *ou* especificamente como *que consiste das mais sutis partículas* se predica do *fogo*, *ou* absolutamente, como a *vida* se predica do *ser vivo*, *ou* em virtude de alguma coisa mais, como a *prudência* se predica da *alma*, *ou* primariamente, como a *prudência* se predica da *faculdade da razão*, *ou* devido a alguma coisa que está num certo estado, como *irrefutável por força de argumento* se predica do homem de ciência (pois é somente porque ele se encontra num certo estado que ele será *irrefutável por força de argumento*), *ou* porque constitui um estado detido por alguma coisa, como *irrefutável por força de argumento* se predica de ciência, *ou* porque é objeto de participação, como a percepção sensorial se predica de *ser vivo* (pois alguma coisa mais também possui percepção sensorial; por exemplo, o homem, mas este a possui porque já participa do *ser vivo*), *ou* porque participa de alguma coisa, como *vida* se predica de um *ser vivo* particular. Alguém, portanto, erra, se não acrescenta as palavras *por natureza*, já que é possível àquilo que se predica *por natureza* não se predicar *factualmente* daquilo de que se predica por natureza. Por exemplo, se predica do *homem* por natureza ter dois pés. Também cometerá erro se não precisar que está apontando o que se predica *factualmente*, porque não se predicará sempre, como acontece agora àquele sujeito particular; por exemplo, o homem que tem quatro dedos. Ainda cometerá erro se não tiver deixado claro que o está afirmando como sendo primário ou como sendo classificado como o é em virtude de alguma coisa mais, porque neste caso também o nome não será verdadeiro daquilo de que a descrição é verdadeira; por exemplo, *colorido,* se apontado como uma propriedade da *superfície* ou do *corpo*. Ele também erra se não houver enunciado de antemão que apontou a propriedade por que alguma coisa se encontra num certo estado ou por que é possuída por alguma coisa como um estado, pois então não será uma propriedade, pois se ele apontar a propriedade como um estado possuído por alguma coisa, ela se predicará daquilo que possui o estado, ao passo que se ele a atribuir ao possuidor do estado, ela se predicará do estado que é possuído, como *irrefutável por força de argumento* apontado como uma propriedade da *ciência* ou do *homem da ciência*. Ainda errará se não exprimiu complementarmente que propõe a propriedade por que o sujeito participa de alguma coisa ou é objeto

da participação de alguma coisa, já que neste caso a propriedade se predicará de algumas outras coisas também, isto porque se ele a propõe porque é objeto de participação, se predicará das coisas que dela participam, enquanto se ele a propõe por que o sujeito dela participa, ela se predicará das coisas que são objeto da participação; por exemplo, se *vida* é proposto como sendo uma propriedade de um *ser vivo* particular ou meramente do *ser vivo*. Incorrerá novamente em erro se não distinguiu a propriedade como predicável especificamente, porque então ela se predicará de uma única coisa entre aquelas que se subordinam ao termo do qual está ele enunciando a propriedade, e isto porque o grau superlativo se predica apenas de uma delas; por exemplo, *o mais leve*, quando se referindo ao *fogo*. Por vezes, também, ele incorre em erro mesmo quando adicionou a palavra *especificamente*, pois as coisas mencionadas terão que ser de uma espécie quando se adiciona *especificamente*, o que não ocorre, contudo, em alguns casos; por exemplo, naquele do *fogo*, uma vez que não há somente uma espécie de fogo, porquanto um carvão em brasa, uma chama e a luz são *diferentes do ponto de vista da espécie*, e ainda assim cada um deles *é fogo*.[579] É necessário, quando se adiciona *especificamente*, que não esteja presente uma outra espécie além daquela que é enunciada, pela razão de que a propriedade mencionada se predicará de algumas coisas num grau mais elevado, e de outras num grau menos elevado; por exemplo, *que consiste das mais sutis partículas* enquanto aplicado ao *fogo*, posto que a luz consiste de partículas mais sutis do que um carvão incandescente ou uma chama. Mas isso não deve ocorrer, a menos que o nome seja predicado num grau mais elevado daquilo de que a descrição é exata a um grau mais elevado; de outro modo, o nome não será mais exato quando aplicado àquilo de que a descrição é mais exata. Que se

579. Aristóteles utiliza o termo πυρ (*pür*) num sentido amplo, não propriamente como o elemento primordial, mas como o veículo ígneo associado intimamente à coisa inflamada, o que acaba por atingir o próprio conceito de luz [φως (*fos*)], uma vez que, para os gregos e demais povos antigos, toda luz era natural, proveniente do fogo, manifestamente a luz solar: desconheciam o princípio científico da eletricidade e, portanto, a luz artificial ou qualquer fonte não natural do fogo. Não esqueçamos que foi somente em meados do século XVIII que o cientista e inventor norte-americano Benjamin Franklin (1706-1790) teorizou o princípio geral da eletricidade, possibilitando a posterior revolução civilizatória com o advento da energia elétrica, a qual, entre outras façanhas, ilumina as noites do mundo deste então, além de ter possibilitado majoritariamente a "vida virtual" da informática.

acresça, além disso, que acontecerá que a mesma coisa seja a propriedade tanto daquilo que a possui absolutamente quanto daquilo que a possui no mais elevado grau [deste espectro ou gama] do absoluto, como no caso do *que consiste nas mais sutis partículas* quando aplicado ao *fogo*, pois essa mesma coisa será uma propriedade da *luz*, uma vez que a luz consiste das partículas mais sutis. Se, portanto, alguém mais apontar a propriedade desta forma, deve-se argumentar contra isso sem, entretanto, abrir caminho para essa objeção e definindo de que maneira está ele enunciando a propriedade no exato momento em que a está enunciando.

No próximo passo, para efeito do procedimento contestatório, é preciso verificar se o opositor declarou uma coisa ela mesma como uma propriedade de si mesma, caso em que o que se afirma ser uma propriedade não será uma propriedade, pois uma coisa ela mesma sempre exibe sua própria essência e o que exibe a essência não é uma propriedade, mas uma definição. Por exemplo, alguém que disse que *vistoso*[580] constitui uma propriedade do *belo* apontou a coisa mesma como sua própria propriedade (pois *belo* e *vistoso* são a mesma coisa) e, assim, *vistoso* não pode ser uma propriedade de *belo*. Para o argumento construtivo, é mister averiguar se, não obstante não tenha ele apontado a coisa ela mesma como uma propriedade de si mesma, haja, contudo, enunciado um predicado convertível, pois neste caso o que se afirmou não ser a propriedade será a propriedade. Por exemplo, aquele que afirmou que *substância animada* é uma propriedade do *ser vivo*, a despeito de não ter afirmado que a coisa ela mesma é uma propriedade de si mesma, propôs, no entanto, um predicado convertível, de modo que *substância animada* seria uma propriedade do *ser vivo*.

Em seguida, ao lidar com coisas que têm partes semelhantes, no argumento destrutivo é preciso verificar se a propriedade do todo é falsa no que tange à parte ou se a propriedade da parte não é predicada do todo, pois neste caso o que se afirma ser

580. πρεπον (*prepon*): palavra grega de rica significação, uma das tantas que não é possível traduzir (mesmo contextualmente) por uma única palavra das línguas ocidentais modernas; *prepon* é o conveniente, o que se enquadra no decoro, o decente, o apropriado, o que cai bem, inclusive do mero prisma da aparência. Em função da lição aristotélica neste ensejo, atraente ou vistoso nos parece a tradução menos sofrível.

uma propriedade não será uma propriedade. Isso pode ocorrer em alguns casos, pois se poderia, ao lidar com coisas que possuem partes semelhantes, propor uma propriedade às vezes considerando o todo e, às vezes, dirigindo sua atenção ao que é predicado de uma parte, com o que nem num caso nem no outro a propriedade terá sido corretamente proposta. Por exemplo, no caso do todo, aquele que disse que constitui uma propriedade do *mar* ser *a maior massa de água salgada* enunciou a propriedade de alguma coisa que possui partes semelhantes, porém apontou um predicado de tal tipo que não se revela verdadeiro no que tange à parte (pois um mar particular não constitui *a maior massa de água salgada*), com o que *a maior massa de água salgada* não poderia ser uma propriedade de *mar*. O mesmo ocorre no caso da parte. Por exemplo, aquele que afirmou que *respirável* é uma propriedade do *ar* afirmou a propriedade de alguma coisa que tem partes semelhantes, mas apontou um predicado de tal tipo que se revela verdadeiro no que toca a *algum* ar, mas não é predicável do todo (pois a totalidade do ar não é respirável), de sorte que *respirável* não poderia ser uma propriedade do *ar*. No argumento construtivo, por outro lado, é preciso verificar se – ainda que seja verdadeiro de cada uma das coisas que apresentam partes semelhantes – delas constitui uma propriedade se tomadas como um todo, pois neste caso o que se afirma não ser uma propriedade será uma propriedade. Por exemplo, embora seja verdadeiro da totalidade da terra ser conduzida naturalmente para baixo,[581] sendo isso também uma propriedade de uma certa porção de terra como formando parte da Terra, seria uma propriedade da *terra* ser conduzida naturalmente para baixo.

VI

A seguir, é preciso examinar com base nos opostos e, em primeiro lugar, nos contrários, e para o argumento contestatório averiguar se o contrário do termo não consegue ser uma propriedade do sujeito contrário, pois neste caso tampouco será o contrário do primeiro uma propriedade do contrário do segundo. Por exemplo, como a injustiça é contrária à justiça, e o maior mal é contrário ao maior bem, mas não é uma propriedade da

581. Ou seja, o princípio da gravidade demonstrado na modernidade por Isaac Newton.

justiça ser *o maior bem*, então *o maior mal* não seria uma propriedade da *injustiça*. Quanto ao argumento construtivo, por outro lado, é preciso verificar se o contrário constitui uma propriedade do contrário, pois neste caso o contrário também do primeiro será uma propriedade do contrário do segundo. Por exemplo, uma vez que *mal* é contrário de *bem*, e *objeto do evitar* o contrário de *objeto do eleger*, e este constitui uma propriedade do *bem*, *objeto do evitar* seria uma propriedade do *mal*.

Em segundo lugar, o exame deve ser realizado com base nos opostos relativos, verificando-se, no caso do argumento destrutivo, se um correlativo do termo não consegue ser a propriedade dos correlativos do sujeito, pois neste caso tampouco será o correlativo do primeiro uma propriedade do correlativo do segundo. Por exemplo, *dobro* é descrito como relativo a *metade* e *excedente* a *excedido*, mas *excedente* não é uma propriedade de *dobro*, de modo que *excedido* não poderia ser uma propriedade de *metade*. Para o argumento construtivo, por outro lado, é preciso verificar se o correlativo da propriedade é uma propriedade do correlativo do sujeito, pois neste caso igualmente o correlativo do primeiro será uma propriedade do correlativo do segundo. Por exemplo, *dobro* é descrito como relativo a *metade*, e a proporção 2 por 1 como relativa à proporção 1 por 2 e constitui uma propriedade de *dobro* estar na proporção 2 por 1. Seria, portanto, uma propriedade da *metade* estar na proporção 1 por 2.

Em terceiro lugar, para o argumento destrutivo (contestatório), é preciso verificar se o que é descrito nos termos de um estado [A] não é uma propriedade do estado [B], pois então tampouco será o que é descrito nos termos da privação [de A] uma propriedade de privação [de B]. De resto, se o que é descrito nos termos de uma privação [de A] não é uma propriedade da privação [de B], tampouco será o que é descrito nos termos do estado [A] uma propriedade do estado [B]. Por exemplo, uma vez que *ausência de percepção sensorial* não é predicada como uma propriedade da surdez, tampouco poderia *percepção sensorial* constituir uma propriedade de *audição*. Para o argumento construtivo, por outro lado, é necessário verificar se o que é descrito nos termos de um estado [A] é uma propriedade do estado [B], pois neste caso o que é descrito nos termos de uma privação [de A] será uma propriedade da privação [de B]. E, além disso, se o que é descrito nos termos de uma privação [de A] é uma propriedade da privação [de B], então igualmente o que é descrito nos termos do estado [A] será uma propriedade do estado [B]. Por exemplo, uma vez que *ver* é uma propriedade da *visão*, na medida em que detemos *visão*, *incapacidade de ver* seria uma propriedade da *cegueira* na medida em que não detemos visão, ainda que seja natural que a detenhamos.

Na seqüência, é necessário argumentar a partir de afirmações e negações, e primeiramente dos próprios predicados. Este tópico só é útil ao argumento contestatório. Por exemplo, é preciso verificar se a afirmação ou o atributo predicado afirmativamente constitui uma propriedade do sujeito, pois neste caso nem a negação nem o atributo predicado negativamente serão uma propriedade do sujeito. Ademais, se a negação ou o atributo predicado negativamente é uma propriedade do sujeito, então nem a afirmação nem o atributo predicado afirmativamente serão uma propriedade do sujeito. Por exemplo, como *animado* constitui uma propriedade do *ser vivo*, *não animado* não poderia ser uma propriedade sua.

Em segundo lugar, é preciso argumentar a partir das coisas que são predicadas ou não predicadas e a partir dos sujeitos dos quais elas são ou não são predicadas, e, para o argumento destrutivo, verificar se o predicado afirmativo não é uma propriedade do sujeito afirmativo, pois neste caso tampouco será o predicado negativo uma propriedade do sujeito negativo. Ademais, se o predicado negativo não conseguir ser uma propriedade do sujeito negativo, tampouco o predicado afirmativo será uma propriedade do sujeito afirmativo. Por exemplo, como *ser vivo* não é uma propriedade de *homem*, tampouco poderia *não-ser vivo* ser uma propriedade de *não-homem*. Além disso, se *não-ser vivo* parece não ser uma propriedade de *não-homem*, tampouco será *ser vivo* uma propriedade de *homem*. Para o argumento construtivo, por outro lado, é preciso verificar se o predicado afirmativo constitui uma propriedade do sujeito afirmativo, pois neste caso igualmente o predicado negativo será uma propriedade do sujeito negativo. E se o predicado negativo for uma propriedade do sujeito negativo, o predicado afirmativo também será uma propriedade do sujeito afirmativo. Por exemplo, como *não viver* constitui uma propriedade se um *ser não vivente*, *viver* constituiria uma propriedade do *ser vivo*, e se *viver* parece cons-

tituir uma propriedade do *ser vivo*, *não viver* parecerá constituir uma propriedade do *ser não vivente*.

Em terceiro lugar, é necessário argumentar a partir dos próprios sujeitos e, no caso do argumento contestatório, verificar se a propriedade proposta é uma propriedade do sujeito afirmativo, pois neste caso a mesma coisa não será uma propriedade do sujeito negativo também. E se a propriedade expressa for uma propriedade do sujeito negativo, não será uma propriedade do sujeito afirmativo. Por exemplo, uma vez que *animado* é uma propriedade de *ser vivo*, *animado* não poderia ser uma propriedade de *ser não vivente*. Para o argumento construtivo, é preciso averiguar se a propriedade apontada não consegue ser uma propriedade do sujeito afirmativo, pois se não o for será uma propriedade do sujeito negativo. Mas este tópico é enganoso, uma vez que um termo afirmativo não é uma propriedade de um sujeito negativo, nem um termo negativo de um sujeito afirmativo, porquanto um termo afirmativo não se predica de modo algum de um sujeito negativo, enquanto um termo negativo efetivamente se predica de um sujeito afirmativo, mas não como uma propriedade.

Na seqüência, pode-se tomar os membros opostos das divisões correspondentes e verificar, para o argumento destrutivo, se nenhum membro de uma divisão é uma propriedade de qualquer membro oposto da outra divisão, pois neste caso tampouco será o termo proposto uma propriedade daquele de que é ele proposto como sendo uma propriedade. Por exemplo, uma vez que *ser vivo sensível* não é uma propriedade dos outros *seres vivos*, *ser vivo inteligível* não poderia ser uma propriedade do *deus*.[582] Para o argumento construtivo, por outro lado, é preciso verificar se qualquer um dos outros membros opostos é uma

582. Muitos ilustres tradutores (inclusive contemporâneos) optam por traduzir θεος (*theos*) por ***Deus*** (ou equivalente em outras línguas modernas como o inglês ***God*** e o francês ***Dieu***), sugerindo uma noção monoteísta entranhada no pensamento aristotélico, devido provavelmente à marcante influência da filosofia escolástica, especialmente a doutrina tomista. Nós o julgamos equívoco. Embora a metafísica aristotélica contemple e até demonstre a existência de um ser supremo (o *Ato puro*, a *energeia* originária sem a causalidade de nenhuma *dúnamis* anterior), seria filosoficamente simplista e artificioso, senão infundado, identificar essa concepção com a corrente noção monoteísta de um Espírito supremo presente na teologia judaico-cristã ou mesmo com o *Ain-soph* cabalístico, noção ocidental mais elaborada do que chamamos profanamente de Deus. Ver *Metafísica*.

propriedade de cada um dos membros opostos, pois neste caso o [termo] restante também será uma propriedade daquilo de que foi enunciado não ser uma propriedade. Por exemplo, visto que é uma propriedade da *prudência* ser *em si mesma naturalmente a virtude da faculdade racional [da alma]*, então, se cada uma das outras virtudes fosse tratada analogamente, seria a propriedade da *moderação* ser *em si mesma naturalmente a virtude da faculdade apetitiva [da alma]*.

VII

A seguir, pode-se tomar as inflexões e averiguar, com a finalidade contestatória, se uma inflexão não consegue ser uma propriedade de uma outra inflexão, pois então tampouco será uma inflexão alterada uma propriedade da outra inflexão alterada. Por exemplo, como *belamente* não constitui uma propriedade de *justamente*, tampouco poderia *belamente* constituir uma propriedade de *justo*. Quanto ao argumento construtivo, deve-se averiguar se uma inflexão é uma propriedade de outra inflexão, pois então uma inflexão alterada será uma propriedade da outra inflexão alterada. Por exemplo, visto que *pedestre bípede* constitui uma propriedade de *homem*, será *uma propriedade de **a um homem** ser descrito como **a um pedestre bípede***.[583] É preciso examinar as inflexões não apenas no efetivo termo expresso, mas também em seus opostos, como foi indicado também nos tópicos anteriores,[584] e – no que toca ao argumento contestatório – verificar se a inflexão de um oposto não logra ser uma propriedade da inflexão do outro oposto, pois neste caso tampouco será a inflexão alterada de um oposto uma propriedade da inflexão alterada do outro oposto. Por exemplo, como *bem*[585] não constitui uma propriedade de *justamente*, tampouco poderia *mal*[586] constituir uma propriedade de *injustamente*. Quanto ao argumento construtivo, é preciso verificar se a inflexão de um

583. É praticamente impossível traduzir satisfatoriamente o trecho em *itálico* com os dois dativos (em **negrito**) de uma língua declinada (com a inflexão do *caso*) para uma língua moderna não declinada. Para os conhecedores do latim, emprestamos aqui a tradução de Pácio: *homini proprium est dici pedestri bipedi*.

584. Em 114b6 e seguintes.

585. αγαθως (*agathôs*), o advérbio *bem*, não o substantivo *bem*.

586. κακως (*kakôs*), o advérbio *mal*, não o substantivo *mal*.

oposto constitui uma propriedade da inflexão do outro oposto, pois então a inflexão alterada de um oposto será também uma propriedade da inflexão alterada do outro oposto. Por exemplo, como *o melhor*[587] é uma propriedade de *bom*, *o pior*[588] também seria uma propriedade de *mau*.

A seguir, é necessário argumentar a partir de coisas que se colocam numa relação de semelhança e, para o argumento contestatório, verificar se um predicado que mantém uma relação de semelhança consegue ser uma propriedade do sujeito relacionado por semelhança, pois então tampouco conseguirá aquilo que está relacionado semelhantemente ao primeiro constituir uma propriedade daquilo que está relacionado semelhantemente ao segundo. Por exemplo, como o construtor se coloca numa relação de semelhança, para a produção de uma casa, com aquela na qual o médico se coloca para a *produção* da saúde,[589] mas como não constitui uma propriedade de um médico produzir saúde, não seria a propriedade de um construtor produzir uma casa. Para o argumento construtivo, é preciso ver se um predicado relacionado por semelhança constitui uma propriedade do sujeito relacionada por semelhança, pois então um predicado que está relacionado semelhantemente ao primeiro será uma propriedade de um sujeito que está relacionado semelhantemente ao segundo. Por exemplo, uma vez que um médico se coloca numa relação de similaridade, como produtor de saúde, com aquela em que um treinador se coloca como produtor de boa forma física e é uma propriedade do treinador ser produtor de boa forma física, seria uma propriedade do médico ser produtor de saúde.

Na seqüência, é preciso argumentar a partir de coisas que se colocam em relações de identidade e verificar, quanto ao argumento destrutivo, se aquilo que é identicamente relacionado a

587. βελτιστον (*beltiston*), a acepção aqui não é precisa e específica, podendo também entender-se *ótimo, excelente*.

588. ...χειριστον (*cheiriston*), o sentido não é exato e específico, podendo também entender-se *péssimo*.

589. ιατρος προς το *ποιειν* υγιειαν (*iatros pros to* poiein *ügieian*): a medicina é classificada a rigor como uma τεχνη [*tecnê* (arte)], tal como a carpintaria, a arquitetura, a tecelagem, a poesia, a pintura, etc.; daí a presença do verbo ποιεω [*poieo* (fabricar, executar e criar, produzir, compor)]. Entende-se que o médico, estritamente falando, não promove ou reinstaura a saúde, mas sim a *produz* como o poeta compõe o poema, o escultor cria a estátua, o comandante do navio *produz* a viagem.

duas coisas não logra ser uma propriedade de uma destas duas coisas, pois então também não será tampouco a propriedade da outra; mas se aquilo que é identicamente relacionado a duas coisas é uma propriedade de uma delas, não será uma propriedade daquela de que se afirma ser uma propriedade. Por exemplo, como a *prudência* está identicamente relacionada ao nobre e ao torpe,[590] uma vez que é um conhecimento de cada um deles e não constitui uma propriedade da prudência ser um conhecimento do nobre, não seria uma propriedade da prudência ser um conhecimento do torpe. Mas se um conhecimento do nobre fosse uma propriedade da prudência, um conhecimento do torpe não poderia ser uma propriedade da prudência, visto ser impossível para uma mesma coisa ser uma propriedade de mais de uma coisa. Para o argumento construtivo, este tópico se revela inútil, posto que o que é identicamente relacionado corresponde a uma única coisa que é comparada a mais de uma coisa.

A seguir, para o argumento contestatório, é preciso verificar se o predicado qualificado pelo [verbo] *ser* não é uma propriedade do sujeito qualificado pelo [verbo] *ser*, pois então nem será a destruição de um uma propriedade do outro qualificado pelo [verbo] *ser destruído*, nem será a geração (o vir a ser) de um uma propriedade do outro qualificado pelo [verbo] *gerar*.[591] Por exemplo, como não é a propriedade do homem *ser um animal*, tampouco poderia *vir a ser um animal* uma propriedade de *vir a ser um homem*; nem poderia a *destruição de um animal* ser uma propriedade da *destruição de um homem*. Da mesma forma, dever-se-ia extrair argumentos do *vir a ser* ao *ser* e *ser destruído*, e do *ser destruído* ao *ser* e *vir a ser*, exatamente através do processo de argumentação descrito do *ser* ao *vir a ser* e *ser destruído*. Para o argumento construtivo, por outro lado, é preciso verificar se o predicado que é formulado pelo [verbo] *ser* constitui uma propriedade do sujeito formulado pelo [verbo] *ser*, pois neste caso também o predicado descrito pelo [verbo] *vir a ser* será uma propriedade do sujeito que é descrito como *vir a ser*, e o predicado apontado em virtude da destruição (corrupção) será

590. ...το καλον και το αισχρον (*to kalon kai to aischron*), alternativamente *ao honroso e ao vergonhoso*.

591. Explicitamente no sentido ontológico de *vir a ser*, bem como *ser destruído* como *deixar de ser, deixar de existir*.

uma propriedade do sujeito que se diz *ser destruído*. Por exemplo, uma vez que constitui uma propriedade do homem *ser mortal*, o *vir a ser mortal* seria uma propriedade de *vir a ser um homem* e a *destruição de um mortal* seria uma propriedade da *destruição de um homem*. Da mesma maneira, deve-se argumentar também de *vir a ser* e *ser destruído* a *ser* e às outras conseqüências que deles são derivadas, como foi exposto para o argumento contestatório.

A seguir, é preciso considerar a *Idéia*[592] daquilo que é enunciado e, para o argumento contestatório, verificar se a propriedade não é predicada da Idéia, ou se não é predicada devido àquele caráter que a faz encerrar a descrição do que a propriedade foi apontada, pois neste caso o que se afirmou ser uma propriedade não será uma propriedade. Por exemplo, como *estar em repouso* não se predica do *homem ele mesmo* como *homem*, mas como Idéia, *estar em repouso* não poderia ser uma propriedade de *homem*. Para o argumento construtivo, é preciso averiguar se a propriedade se predica da Idéia e desta se predica no aspecto em virtude do qual é dela predicado aquele caráter de que o predicado em pauta foi afirmado como não sendo uma propriedade, pois então o que se afirmou ser uma propriedade não será uma propriedade. Por exemplo, uma vez que se predica do *animal ele mesmo* ser composto de alma[593] e corpo e, ademais, isso dele se predica *enquanto* animal, *ser composto de alma e corpo* seria uma propriedade de *animal*.

VIII

A seguir, pode-se argumentar a partir de um grau mais elevado e de um inferior e, em primeiro lugar, para a argumentação destrutiva (contestatória), verificar se o grau mais elevado do predicado não logra ser uma propriedade do grau mais elevado do sujeito, pois então tampouco será o grau inferior do predicado uma propriedade do grau inferior do sujeito, ou o grau mais inferior [de um] do grau mais inferior [do outro], ou o grau mais elevado [de um] do grau mais elevado [do outro], ou o predicado puro e simples do sujeito puro e simples.[594] Por exemplo, uma vez que *ser mais colorido* não constitui uma propriedade do que *é mais corpo*, tampouco seria *ser menos colorido* uma propriedade do que é menos corpo, ou seria a cor pura e simplesmente a propriedade do corpo. Para o argumento construtivo, por outro lado, é preciso verificar se um grau mais elevado do predicado constitui uma propriedade de um grau mais elevado do sujeito, pois neste caso um grau inferior do predicado será uma propriedade de um grau inferior do sujeito, e o grau mais inferior do grau mais inferior e o grau mais elevado do grau mais elevado, e o predicado pura e simplesmente do sujeito pura e simplesmente. Por exemplo, como um grau mais elevado de percepção sensorial é uma propriedade de um grau mais elevado de ser vivo, um grau mais baixo de percepção sensorial seria uma propriedade de um grau inferior de ser vivo, e o mais elevado grau do mais elevado grau, e o mais baixo grau do mais baixo grau, e a percepção sensorial pura e simplesmente do ser vivo pura e simplesmente.

A seguir, pode-se argumentar da predicação simples para essas mesmas modalidades de predicação e, no que toca ao argumento destrutivo, verificar se o predicado pura e simplesmente não é uma propriedade do sujeito pura e simplesmente, pois então nem será um grau mais elevado do predicado uma propriedade de um grau mais elevado do sujeito, nem um grau inferior de um grau inferior, nem o grau mais elevado *do* grau mais elevado, nem *o* grau mais baixo *do* grau mais baixo. Por exemplo, como *virtuoso* não constitui uma propriedade de *homem*, *mais virtuoso* não poderia constituir uma propriedade de *mais homem*. No que respeita ao argumento construtivo, por outro lado, é preciso verificar se o predicado pura e simplesmente constitui uma propriedade do sujeito pura e simplesmente, pois então também um grau mais elevado do predicado será uma propriedade de um grau mais elevado do sujeito, e um grau inferior de um grau inferior, e *o* grau mais inferior *do* grau mais inferior, e *o* grau mais elevado *do* grau mais elevado. Por

592. Acepção platônica.

593. A ψυχη *(psüchê)* se refere ao princípio da vida, ao sopro vital, daí o ser *animado* e, portanto, todo animal (ser vivo) é animado, possui *alma*. Neste sentido, o leitor deve afastar rigorosamente de sua mente o conceito medieval de *alma* da teologia cristã. Na verdade, o conceito grego se aproxima, sim, do conceito hebraico cabalístico *nephesch*.

594. Ou seja, sem qualquer graduação.

138a1 exemplo, uma vez que constitui uma propriedade do fogo *ser conduzido naturalmente para cima*, seria uma propriedade de *um grau mais elevado de fogo* ser conduzido naturalmente para cima a um grau mais elevado. Da mesma maneira, também é preciso examinar essas coisas do ponto de vista dos demais graus igualmente.

Em segundo lugar, para o argumento contestatório, cumpre ver se o *mais* não logra ser uma propriedade do *mais*, pois neste caso tampouco será o *menos* uma propriedade do *menos*. Por exemplo, como *perceber sensorialmente é mais* uma propriedade do *animal* do que *conhecer* é uma propriedade do *homem*, e *perceber sensorialmente* não é uma propriedade do *animal*, *conhecer* não seria uma propriedade do *homem*. Para o argumento construtivo, por outro lado, é preciso averiguar se o *menos* constitui uma propriedade de *menos*, pois então o *mais* será também uma propriedade do *mais*. Por exemplo, como *ser naturalmente civilizado é menos* uma propriedade do *homem* do que *viver* é uma propriedade do *animal*, e é uma propriedade do homem *ser naturalmente civilizado*, *viver* seria uma propriedade do *animal*.

Em terceiro lugar, para o argumento contestatório, é necessário averiguar se um predicado não logra ser uma propriedade daquilo de que é num grau maior uma propriedade, pois neste caso tampouco será ele uma propriedade daquilo de que é num menor grau uma propriedade, e se constituir uma propriedade do primeiro, não será uma propriedade do segundo. Por exemplo, como *ser colorido* é num grau mais elevado uma propriedade de *superfície* do que de *corpo*, e não constitui uma propriedade de superfície, *ser colorido* não poderia ser uma propriedade de *corpo*; e se fosse uma propriedade de superfície, não poderia ser uma propriedade de *corpo*. Este tópico é inútil ao argumento construtivo, visto que não é possível à mesma coisa ser propriedade de mais de uma coisa.

Em quarto lugar, para o argumento contestatório, é preciso verificar se o que é num grau mais elevado uma propriedade do sujeito deixa de ser sua propriedade, pois neste caso tampouco será o que num menor grau é uma propriedade sua propriedade. Por exemplo, uma vez que *sensorialmente perceptível* é num grau mais elevado uma propriedade de *animal* do que *divisível* e *sensorialmente perceptível* não é uma propriedade de *animal*, *divisível* não poderia constituir uma propriedade de *animal*. Para o argumento construtivo, é preciso verificar se o que é num menor grau uma propriedade do sujeito *é uma propriedade*, pois neste caso o que é num mais elevado grau uma propriedade *será uma propriedade*. Por exemplo, como *percepção sensorial* constitui num menor grau uma propriedade de *animal* do que *vida*, e *percepção sensorial* constitui uma propriedade de *animal*, *vida* seria uma propriedade de *animal*.

Em seguida, pode-se argumentar a partir de predicados que predicam num grau igual e, primeiramente, no que tange ao argumento destrutivo, verificar se o que é uma propriedade num grau igual não logra ser uma propriedade daquilo que é uma propriedade num grau igual, pois então tampouco será *o que é uma propriedade num grau igual* uma propriedade daquilo de que é num grau igual uma propriedade. Por exemplo, uma vez que *apetite* é uma propriedade da *faculdade apetitiva [da alma]*, num grau igual àquele em que a razão é uma propriedade da *faculdade racional [da alma]*, e *apetite* não é uma propriedade da *faculdade apetitiva*, a *razão* não poderia ser uma propriedade da *faculdade racional*. Para o argumento construtivo, deve-se verificar se *o que é uma propriedade num grau igual* é uma propriedade daquilo de que é uma propriedade num grau igual, pois então também o que é num grau igual uma propriedade
138b1 será uma propriedade daquilo de que é num grau igual uma propriedade. Por exemplo, como *prudência primordial* constitui uma propriedade da *faculdade racional [da alma]* num grau igual àquele no qual a *moderação primordial* constitui uma propriedade da *faculdade apetitiva [da alma]*, e *prudência primordial* é uma propriedade da *faculdade racional*, *moderação primordial* seria uma propriedade da *faculdade apetitiva*.

Em segundo lugar, no tocante ao argumento contestatório, cumpre verificar se o que é num grau igual uma propriedade de um sujeito não consegue ser sua propriedade, pois neste caso tampouco será *o que é num igual grau uma propriedade*, sua propriedade. Por exemplo, como *visão* e *audição* são em igual grau propriedades do *homem*, e a *visão* não é uma propriedade do *homem*, tampouco poderia *audição* ser uma propriedade do *homem*. Para o argumento construtivo, é forçoso verificar se o que é num grau igual uma propriedade do sujeito *é uma propriedade*, pois então o que é num grau igual uma propriedade *será*

uma propriedade. Por exemplo, visto que é uma propriedade da *alma*, como alguma coisa primária, parte dela ser *apetitiva* num grau igual àquele no qual parte dela é parcialmente *racional*, e é uma propriedade da *alma*, como alguma coisa primária, parte dela ser *apetitiva*, seria uma propriedade da alma, como alguma coisa primária, parte dela ser *racional.*

Em terceiro lugar, quanto ao argumento destrutivo, deve-se verificar se a propriedade não é uma propriedade disso de que é num grau igual uma propriedade, pois então tampouco será uma propriedade disso de que é num igual grau uma propriedade; e se for uma propriedade do primeiro, não será uma propriedade do segundo. Por exemplo, uma vez que *causar queimadura* constitui em igual grau uma propriedade da *chama* e do *carvão em brasa*, e *causar queimadura* não é uma propriedade da *chama*, *causar queimadura* não poderia ser uma propriedade de *carvão em brasa*; e se fosse uma propriedade de *chama*, não poderia ser uma propriedade de *carvão em brasa*. Para o argumento construtivo, contudo, este tópico se revela inútil.

O tópico baseado em coisas que guardam uma relação de semelhança difere daquele baseado em coisas que se predicam num grau igual porque o primeiro é obtido por analogia e não a partir de uma consideração acerca de algum predicado que se predica [de um sujeito], ao passo que o segundo envolve uma comparação baseada no fato de que algum predicado se predica [de um sujeito].

IX

A seguir, quanto ao argumento contestatório, é preciso verificar se, propondo a propriedade *potencialmente*, o opositor também, através da potência, propôs a propriedade em relação a alguma coisa que *não existe*, uma vez que a potência não é predicável do *não-ser*, pois então o que se afirma ser uma propriedade não será uma propriedade. Por exemplo, aquele que disse que *respirável* é uma propriedade do *ar*, apontou, por um lado, a propriedade em virtude de uma potência (pois é respirável o que *pode* ser respirado), enquanto, por outro lado, também apontou a propriedade em relação ao que *não existe*, pois o ar pode existir mesmo que não existisse nenhum animal de um tal tipo que o respirasse; no entanto, seria impossível respirá-lo se não existisse nenhum animal [para fazê-lo]. E, portanto, não será uma propriedade do ar ser *respirável* quando não existir animal algum de um tal tipo que o respire, com o que *respirável* não poderia ser uma propriedade do ar.

139a1 Para o argumento construtivo, é preciso verificar se, ao propor a propriedade potencialmente, a pessoa aponta a propriedade em relação ou a alguma coisa que existe ou a alguma coisa que não existe, quando a potência é predicável do que realmente existe, pois então o que se afirma não ser uma propriedade será uma propriedade. Por exemplo, aquele que propõe *capaz de ser afetado ou afetar*[595] como uma propriedade do *ser*, propondo a propriedade potencialmente, a propôs em relação ao que existe (pois se o *ser é*, também será *capaz de ser afetado ou afetar alguma outra coisa*), e assim ser *capaz de ser afetado ou afetar alguma coisa mais* seria uma propriedade do *ser*.

Em seguida, quanto ao argumento destrutivo, cumpre verificar se a pessoa enunciou a propriedade num grau superlativo, pois então o que se afirma ser uma propriedade não será uma propriedade, porque o resultado de enunciar a propriedade dessa maneira é o nome não ser verdadeiro no que tange àquilo de que a descrição é verdadeira, pois se a própria coisa pereceu, a descrição dela, entretanto, permanecerá, pois se predica no mais elevado grau de alguma coisa que existe. Por exemplo, se alguém pretender apontar como uma propriedade do *fogo* ser ele *o mais leve dos corpos*, pois embora o fogo tenha perecido, ainda haverá algum corpo que será o mais leve e, assim, *o mais leve dos corpos* não poderia ser uma propriedade de *fogo*. Para o argumento construtivo, por outro lado, é preciso ver se a pessoa deixou de expressar a propriedade num grau superlativo, pois então a propriedade terá sido corretamente expressa nesse aspecto. Por exemplo, uma vez que aquele que afirmou que constitui uma propriedade do *homem* ser ele *por natureza um animal civilizado* não indicou a propriedade num grau superlativo, a propriedade terá sido corretamente expressa nesse aspecto.

595. παθειν η ποιησαι (*pathein ê poiesai*), ou seja, *sofrer [ação de] e agir [sobre].*

LIVRO VI

I

No que diz respeito à discussão das definições, temos diante de nós cinco partes. É preciso demonstrar ou [1] que é completamente falso usar a descrição também sobre o sujeito ao qual o nome é dado (uma vez que a definição de *homem* tem que ser verdadeira de todo homem); ou [2] que, embora o sujeito tenha um gênero, o opositor não o colocou em seu gênero ou não o colocou em seu gênero apropriado (pois quem define deve colocar o sujeito no seu gênero e, então, acrescer as diferenças, visto que, mais do que quaisquer das outras partes componentes de uma definição, o gênero é geralmente considerado como indicativo da essência do sujeito da definição); ou [3] que a descrição não é peculiar ao sujeito (pois a definição tem que ser peculiar, como já foi observado[596]); ou [4] que embora tenha ele satisfeito todas exigências supracitadas, não deu uma definição, isto é, não indicou a essência do sujeito que está definindo. À parte das condições acima, [5] resta ainda verificar se, ainda que haja ele dado uma definição, não conseguiu dar uma correta definição.

A questão de se a descrição também não é verdadeira a respeito do sujeito ao qual o nome é dado precisa ser examinada com base nos tópicos que se relacionam com o acidente, uma vez que nesse caso também a questão sempre feita é: "É verdadeiro ou não?" Com efeito, quando estamos argumentando que o acidente se predica, afirmamos que é verdadeiro; quando estamos argumentando que não se predica, afirmamos que é falso. Se o opositor não conseguiu colocar o sujeito em seu gênero apropriado, ou se a descrição apontada não é peculiar ao sujeito, teremos que fazer nossa investigação com base nos tópicos relativos ao gênero e propriedade já mencionados.

Resta indicar como devemos proceder para investigar se o sujeito não foi definido ou se foi incorretamente definido. Em primeiro lugar, é preciso examinar se foi incorretamente defini-

596. Em 101b19.

do, pois é mais fácil fazer qualquer coisa, seja de qual forma for, do que fazê-la corretamente. É óbvio, então, que o erro seja mais freqüente nesta última tarefa, visto ser esta a que envolve mais dificuldade, de modo que o ataque é feito mais facilmente neste último, do que no primeiro caso.

A incorreção da definição pertence a duas classes. A primeira constitui o uso de linguagem obscura, uma vez que aquele que constrói uma definição deve obrigatoriamente utilizar a linguagem mais clara possível, já que a definição é expressa com o fito de tornar o sujeito conhecido. A segunda consiste na extensão desnecessariamente excessiva da descrição, pois qualquer coisa adicional numa definição se revela supérflua. Cada uma destas duas classes é dividida [,por sua vez,] em diversas partes.

II

Um tópico tocante à obscuridade consiste em verificar se o que é afirmado é *equívoco* (homônimo) relativamente a alguma outra coisa, como, por exemplo, na enunciação de que *o vir a ser é uma passagem para a substância* ou que *a saúde é um equilíbrio de quente e frio*. As palavras *passagem* e *equilíbrio* [neste contexto] são *equívocas*, resultando, portanto, obscuro qual das significações de uma palavra que apresenta mais de um significado o opositor deseja transmitir. A situação é análoga se ele fez uma afirmação quando o sujeito que está sendo definido possui diversas acepções, sem as distinguir, pois neste caso resulta incerto em qual sentido deu ele a definição, o que enseja, inclusive, a apresentação de uma objeção capciosa sob o fundamento de que a descrição não se ajusta a tudo de que ele deu a definição. Tal procedimento é especialmente possível caso a equivocidade não seja detectada. Ademais, o próprio opositor pode ele mesmo distinguir os vários significados do sujeito representado na definição e argumentar em consonância com isso, pois se a descrição não for adequada com respeito a quaisquer dos vários sentidos, ficará evidente que ele não poderá ter dado uma descrição apropriada.

Um outro tópico consiste em verificar se o opositor se expressou metaforicamente, como, por exemplo, se descreveu o conhecimento como *inabalável*, ou a terra como uma *nutriz*, ou a moderação como uma *harmonia*, uma vez que expressões metafóricas são sempre obscuras. Além disso, é possível sofismar com aquele que se expressou metaforicamente, representando-o como tendo usado a palavra em sentido literal, pois então a definição dada não será adequada, como no caso de moderação, uma vez que *harmonia* é sempre usada para sons. Ademais, se *harmonia* for o gênero de *moderação*, a mesma coisa será encontrada em dois gêneros que não se incluem mutuamente, pois nem a harmonia inclui a virtude, nem a virtude inclui a harmonia.

Além disso, é preciso averiguar se ele usa termos dos quais o uso não está bem estabelecido, como Platão, que descreve o olho como *sombreado pelas sobrancelhas*, ou a tarântula como *de mordedura venenosa*, ou a medula como *gerada pelos ossos*,[597] uma vez que expressões incomuns são sempre obscuras.

As palavras às vezes não são usadas nem *equivocamente*[598] nem metaforicamente, nem em sua acepção literal; por exemplo: diz-se da lei ser a *medida* ou *imagem* do naturalmente justo. Estas expressões são piores do que metáforas, pois estas últimas de alguma forma fornecem um certo conhecimento do objeto indicado em função da semelhança aduzida, pois os que as usam sempre o fazem por conta de alguma semelhança. O tipo de expressão a que nos referimos agora, contudo, não fornece conhecimento algum, já que não há qualquer semelhança em função da qual possa ser a lei uma *medida* ou uma *imagem*, não sendo a lei usualmente descrita mediante essas palavras em sua acepção própria. Assim, se alguém afirma *que a lei é uma medida ou uma imagem* no sentido literal destas palavras, está mentindo, pois uma imagem é alguma coisa cuja geração é devida à imitação, o que não se aplica à lei. Se, entretanto, não está utilizando a palavra em sua acepção literal, é óbvio que seu discurso foi obscuro e produziu um efeito pior do que qualquer tipo de linguagem metafórica.

De resto, é preciso verificar se a definição do contrário carece de clareza a partir da descrição dada, pois definições corretamente expressas também indicam seus contrários. Ou, mais uma

597. Nenhuma destas expressões é encontrada na obra de Platão. Ou Aristóteles se refere a algum escrito platônico perdido que não chegou à contemporaneidade (hipótese mais improvável), ou alude a expressões que tenha eventualmente escutado de viva voz na Academia, possivelmente da boca do próprio Platão.

598. Ou seja, como homônimos.

vez, é preciso verificar se, quando indicada isoladamente, deixa de mostrar claramente o que é que define, tal como nas obras dos antigos pintores que, na falta de uma inscrição, era impossível reconhecer o que cada figura representava.

III

Se, então, a definição não é expressa com clareza, deve ser submetida a exame mediante os métodos descritos anteriormente. Se, entretanto, a [pessoa] enunciou a definição com excesso de palavras, é mister principiar por verificar se fez uso de qualquer predicado universalmente aplicável, ou seja, ou geralmente a coisas existentes, ou a coisas que se enquadram no mesmo gênero do sujeito da definição, pois então haverá necessariamente redundância no enunciado, uma vez que o gênero deve separar o sujeito de todas as demais coisas e a diferença de alguma coisa no mesmo gênero. Ora, o que é universalmente aplicável não separa o sujeito, de modo algum, de qualquer coisa, e o que se predica de tudo que se subordina ao mesmo gênero não o separa das outras coisas que se subordinam ao mesmo gênero. E, assim, qualquer adição desse tipo é destituída de sentido.

Outrossim, cumpre verificar se, não obstante a adição seja peculiar ao sujeito, sua remoção ainda deixa o resto da descrição peculiar ao sujeito e demonstra a essência. Por exemplo, na descrição de *homem*, a adição de *passível de receber conhecimento* é supérflua, pois, se for removida, o resto da descrição conservará sua peculiaridade e demonstrará a essência. Numa palavra, tudo aquilo cuja remoção deixa um claro enunciado do sujeito da definição é supérfluo. A definição da alma, se expressa como um *número que move a si mesmo,*[599] seria o caso, pois a alma *é aquilo que move a si mesmo*, conforme a definição de Platão.[600] Ou, talvez, o enunciado, ainda que peculiar ao sujeito, não exibe a substância,[601] se a palavra *número* for removida. É

599. Esta definição aparece no *Da alma*, 404b29 e é atribuída a Xenócrates.

600. No *Fedro*, 245e.

601. ουσιαν (*ousian*), que no significado do *o que é*, referindo-se à categoria da substância, pode ser indiscriminadamente traduzido por *essência*, embora no elenco e âmbito das categorias se prefira (numa tentativa de uniformização terminológica) utilizar o termo *substância*.

difícil determinar qual dos dois enunciados é verdadeiro. Mas em todos esses casos, nosso procedimento deve ser guiado pela conveniência. Por exemplo, tome-se a definição de fleuma como *a primeira umidade não digerida que se produz do alimento.* Aqui, o que é o *primeiro* é uno e não múltiplo, de modo que a adição de *não digerida* é supérflua, pois, se for removida, o resto da descrição permanecerá peculiar ao sujeito: com efeito, não é possível, tanto para a fleuma quanto algo mais, também ser a primeira coisa produzida a partir do alimento. Ou, possivelmente, a fleuma não é a primeira coisa produzida a partir do alimento, mas somente a primeira das coisas *não digeridas*, de sorte que a expressão *não digerida* tem que ser adicionada, porque, de acordo com o outro enunciado, a descrição é falsa, a menos que fleuma seja o primeiro de todos os produtos.

Ademais, é preciso verificar se qualquer coisa, na descrição, deixa de se predicar de tudo que se enquadra na mesma espécie, pois uma definição deste tipo é pior do que uma que emprega um predicado de aplicação universal. Pois, naquele caso, se o resto da descrição for peculiar ao sujeito, toda a definição também será peculiar; com efeito, sem admitir qualquer exceção, se absolutamente qualquer coisa que seja verdadeira for adicionada ao que é peculiar, o todo se tornará peculiar. Se, por outro lado, nada na descrição se predicar de tudo o que se enquadra na mesma espécie, a descrição como um todo não poderá ser peculiar, pois não será predicada convertivelmente com o sujeito. Tome-se, por exemplo, a definição *animal pedestre bípede com quatro côvados de altura*: esta descrição não é predicada convertivelmente com o sujeito porque *quatro côvados de altura* não se predica de tudo que se enquadra na mesma espécie.

É preciso verificar também se [o opositor] disse a mesma coisa mais de uma vez, como, por exemplo, se ele declara que o *desejo é um apetite para o agradável*, pois todo *desejo é para o agradável*, de maneira que o que é idêntico ao desejo também será *para o agradável.* O resultado, então, é uma definição do *desejo* como *um* ***apetite-para-o agradável*** *para o agradável* porque não há diferença entre dizer *desejo* e *apetite para o agradável*, de sorte que ambos serão *para o agradável.* Ou, talvez, não haja nada de absurdo aqui. Tome-se a proposição *o homem é um bípede*: então o que é idêntico a homem será um bípede. Mas *animal pedestre bípede* é idêntico a homem e, por-

tanto, *animal pedestre bípede* é um bípede. Mas nenhuma absurdidade realmente é gerada aqui, pois *bípede* não é predicado de *animal pedestre* (pois neste caso *bípede* seria predicado duas vezes da mesma coisa), mas *bípede* é usado na descrição de *animal pedestre bípede*, de modo que *bípede* é predicado somente uma vez. Igualmente com *desejo*, pois ser *para o agradável* é predicado não de apetite, mas da totalidade da frase, de sorte que aqui também a predicação ocorre somente uma vez. O absurdo não consiste em proferir a mesma palavra duas vezes, mas em *predicar* a mesma coisa mais de uma vez de alguma coisa, do que é exemplo quando Xenócrates[602] diz que *a prudência é que define e contempla os seres*, pois o que *define* é de um certo modo *contemplativo,* de forma que, quando ele adiciona *e contempla,* está dizendo a mesma coisa duas vezes. Assim, também, sucede com aqueles que dizem que *resfriamento* é uma *privação de calor natural,* pois toda privação é uma privação daquilo que é natural, de sorte que é supérfluo adicionar *natural*, sendo suficiente dizer *privação de calor*, uma vez que o próprio termo *privação* esclarece que o calor a que se alude é *natural.*

Ademais, é preciso verificar se, após haver enunciado um universal ele também adiciona um particular; por exemplo, se disse que *eqüidade é uma redução do conveniente e do justo*, pois o justo é alguma coisa conveniente, de modo a estar contido no conveniente. Resulta que *o justo* é supérfluo e, assim, depois de enunciar o universal, ele adicionou o particular. O mesmo ocorre com a definição de *medicina* como *conhecimento de coisas saudáveis para o animal e o homem* ou a *lei* como *a imagem de coisas naturalmente nobres e justas*, pois o justo é alguma coisa nobre, de forma que se está dizendo a mesma coisa mais de uma vez.

IV

Ter o opositor proferido uma definição correta ou incorreta deve ser investigado por esses e métodos semelhantes. Entretanto, se ele enunciou e definiu ou não a essência deve ser investigado da maneira que se segue.

602. Xenócrates viveu entre 396 e 314 a.C.

Em primeiro lugar, é preciso verificar se ele deixou de construir a definição por meio de termos anteriores e mais compreensíveis, pois o objeto na atribuição da definição é tornar conhecido o significado do sujeito, e tornamos as coisas conhecidas usando não quaisquer termos casuais, mas aqueles que são anteriores e mais compreensíveis, como fazemos nas demonstrações (uma vez que isso é exato em todo ensino e conhecimento). A conclusão evidente é que aquele que não define mediante tais termos não definiu de modo algum. Com qualquer outro método haverá mais de uma definição da mesma coisa, pois está claro que aquele que utilizou termos anteriores e mais compreensíveis proporcionou uma outra definição, e melhor, de sorte que ambas seriam definições da mesma coisa. Mas esta não é a opinião geralmente sustentada, pois tudo aquilo *que é* possui uma única essência e, assim, se é para haver mais de uma definição da mesma coisa, a essência, que é demonstrada de acordo com cada uma das definições, será a mesma para quem construiu a definição. Suas demonstrações, porém, não são as mesmas, uma vez que as definições são diferentes. É, portanto, óbvio que qualquer um que não haja construído sua definição por meio de termos anteriores e mais compreensíveis não produziu uma definição.

Pode-se entender o não enunciamento da definição em termos mais compreensíveis em dois sentidos, a saber, quando é composta ou por termos menos compreensíveis *pura e simplesmente* (absolutamente) ou por termos que são menos compreensíveis *para nós*, pois ambos os casos são possíveis. Assim, *pura e simplesmente* (absolutamente) o *anterior* é mais compreensível do que o *posterior*. Por exemplo, um ponto é mais compreensível do que uma linha, uma linha mais do que uma superfície e uma superfície mais do que um sólido, tal como uma unidade é mais compreensível do que um número, uma vez que lhe é anterior e o ponto de partida de todo número. De modo análogo, uma letra é mais compreensível do que uma sílaba. *Para nós*, contudo, ocorre às vezes o inverso, visto que um sólido *cai mais sob nossa percepção sensorial*[603] e uma superfície mais do que uma linha e uma linha mais do que um ponto,

603. Ou melhor, *é mais anteriormente e facilmente apreendido por nossa percepção sensorial.*

posto que a maioria das pessoas reconhece coisas tais como sólidos e superfícies *antes* de reconhecer linhas e pontos, já que os primeiros podem ser apreendidos pelo entendimento ordinário, enquanto os segundos somente por aquele que é acurado e superior.

Do prisma absoluto, portanto, é melhor visar ao conhecimento do posterior por meio do que é anterior, uma vez que este método é mais científico. Todavia, em benefício daqueles que são incapazes de adquirir conhecimento mediante esse recurso, talvez seja necessário construir a *descrição*[604] por meio de termos que lhes sejam compreensíveis. Entre as definições deste tipo estão as do ponto, da linha e da superfície, pois todas estas demonstram o anterior por meio do posterior – o ponto sendo classificado como limite da linha, a linha aquele da superfície e a superfície aquele do sólido. Não devemos, entretanto, deixar de observar que é impossível para os que definem desta maneira exibir a essência do sujeito de sua definição, a menos que aconteça que a mesma coisa é tanto mais compreensível *para nós* quanto mais compreensível pura e simplesmente (absolutamente), pois o construtor de uma boa definição tem que definir por meio do gênero e das diferenças, e estes estão entre as coisas que são mais compreensíveis *absolutamente* do que a espécie e anteriormente a ela, porquanto o gênero e a diferença cancelam a espécie e, portanto, lhe são anteriores. São, inclusive, mais compreensíveis, pois se a espécie for conhecida, tanto o gênero quanto a diferença têm também que ser conhecidos (pois quem tem conhecimento do *homem* tem também conhecimento do *animal* e do *pedestre*). Por outro lado, se o gênero e a diferença são conhecidos, não se conclui necessariamente que a espécie seja também conhecida, sendo, portanto, a espécie, menos compreensível. Ademais, os que declaram que tais definições, a saber, as baseadas no que é conhecido para os indivíduos, se harmonizam com a verdade terão, à guisa de resultado, de dizer que há muitas definições da mesma coisa, pois coisas diferentes são mais compreensíveis para diferentes indivíduos, e não as mesmas coisas igualmente compreensíveis a todos, de modo que uma
142a1 definição diferente teria que ser dada a cada indivíduo, se a

604. Entenda-se preferivelmente *definição*, por mera questão de coerência interna do texto.

definição tiver que ser construída como a base do que é mais compreensível para cada um deles. Além disso, para os mesmos indivíduos coisas diferentes são mais compreensíveis em ocasiões diferentes, começando pelos objetos da percepção sensorial e, então, quando seu conhecimento se torna mais acurado ocorrendo o inverso; e, assim, tampouco a mesma definição teria sempre que ser dada ao mesmo indivíduo pelos que dizem que uma definição deve ser dada por meio do que é mais compreensível a cada indivíduo. É evidente, portanto, que definições não devem ser produzidas por meio de termos desse tipo, mas por meio daqueles que são mais compreensíveis *absolutamente*, pois somente assim poderia uma e a mesma definição ser produzida sempre. Pode ser, também, que o que é compreensível *absolutamente* seja o que é compreensível não para todos, mas somente para aqueles que se encontram numa íntegra condição intelectual, tal como também o que é saudável *absolutamente* é o que é saudável aos que se encontram numa condição física íntegra. Todos estes pontos devem ser meticulosamente observados e utilizados na discussão, tal como exigido pelas circunstâncias. Mas admite-se mais geralmente como possível a subversão de uma definição, se acontecer de quem define ter construído sua *descrição*[605] nem a partir do que é mais compreensível *absolutamente* nem a partir do que é mais compreensível *para nós*.

Uma maneira, portanto, de não definir por meio de termos mais compreensíveis é demonstrar o anterior por meio do posterior, como dissemos antes.[606] Um outro modo consiste em haver expresso a descrição do que está em repouso e é definido por meio do que é indefinido e está em movimento.

Há três maneiras de omitir a definição por meio de termos anteriores.

[1] A primeira é quando um oposto foi definido por meio de seu oposto, por exemplo, o bem por meio do mal, uma vez que os opostos são naturalmente simultâneos. Do ponto de vista de alguns indivíduos, também, há o mesmo conhecimento de ambos, de sorte que um não é mais compreensível do que o outro. Não devemos, entretanto, deixar de notar que é talvez impossí-

605. Ver nota anterior.

606. Em 141a26 e seguintes.

vel definir algumas coisas de qualquer outra maneira. Não podemos, por exemplo, definir o dobro sem a metade, o mesmo sendo verdadeiro também no que respeita a coisas que são descritas como em si mesmas relativas, pois em todas estas coisas seu ser é idêntico a uma certa relação na qual se colocam com alguma coisa, de sorte que é impossível reconhecer uma sem a outra e, portanto, necessário que uma também seja incluída na descrição da outra. Cumpre, portanto, nos cientificarmos de todos esses fatos e deles fazer uso conforme pareça conveniente.

[2] Uma outra maneira é quando o termo que está sendo definido é usado na própria definição. Isso passa desapercebido quando o nome efetivo do objeto que está sendo definido não é empregado; por exemplo, se alguém definiu o sol como *um* 142b1 *astro que se mostra de dia*, pois ao introduzir o dia introduz-se o sol. Para a detecção deste tipo de prática temos que substituir o nome pela descrição, dizendo, por exemplo, que *dia é a passagem do sol sobre a Terra*, pois é evidente que quem falou *da passagem do sol sobre a Terra* falou do *sol*, de sorte que aquele que introduziu *o dia* introduziu *o sol*.

[3] Ademais, é necessário verificar se o opositor definiu um dos membros opostos de divisões correspondentes por meio de um outro; por exemplo, se definiu *um número ímpar* como *aquele que é maior em uma unidade do que um número par*, pois os números opostos de divisões correspondentes tomados do mesmo gênero são naturalmente simultâneos, e *ímpar* e *par* são membros opostos de divisões correspondentes, uma vez que ambos são diferenças de número.

[4] Analogamente, também, é preciso verificar se ele definiu um superior por meio de subordinados; por exemplo, se definiu um *número par* como *um número divisível em duas partes* ou o *bem* como um *estado de virtude*, pois a expressão *em duas partes* é tomada de *dois*, que é um número par e a virtude é um tipo de bem, de sorte que os primeiros termos são subordinados aos segundos. Ademais, ao introduzir o termo subordinado, fica-se obrigado a introduzir o próprio termo também, pois quem introduz o termo *virtude* introduz *o bem*, uma vez que a virtude é um tipo de bem; e também analogamente aquele que introduz a expressão *em duas partes* introduz *par*, pois divisão *em duas partes* significa divisão por dois, e dois é um número par.

V

Falando geralmente, então, um tópico diz respeito a deixar de construir a *descrição*[607] por meio de termos anteriores e mais compreensíveis e as divisões acima são aquelas nas quais ele se enquadra. Um segundo tópico consiste em averiguar se, embora o sujeito da definição se subordina a um gênero, não foi colocado num gênero. Este tipo de erro sempre ocorre em casos nos quais a essência não é introduzida primeiramente na descrição, por exemplo, na definição de *corpo* como *aquilo que tem três dimensões* ou a definição de homem, se fosse para ser dada como *aquilo que sabe contar*, pois não é enunciado o que é que tem três dimensões ou o que é que sabe contar, ao passo que o gênero visa a significar *o que é* e é a primeira coisa a ser formulada na descrição contida na definição.

Ademais, é preciso verificar se, ainda que o termo que está sendo definido se aplique a muitas coisas, o opositor deixou de aplicá-lo a todas elas, por exemplo, se definiu *gramática* como *o conhecimento de escrever a partir do ditado*, pois devia acrescentar que é também o conhecimento da leitura, pois ao descrevê-la como *um conhecimento do escrever* não deu mais uma definição do que aquele que a classificou como *um conhecimento do ler*, de modo que nem um nem outro deu uma definição, mas somente aquele que expressa ambas essas coisas, uma vez que não pode haver mais de uma definição da mesma coisa. Em 143a1 alguns casos, decerto, o enunciado acima coincide com a verdade, mas não em outros, por exemplo, onde o termo não é essencialmente aplicável a ambas as coisas, digamos na definição da medicina no tocante à *produção de doença e saúde*, pois se diz que produz essencialmente a segunda, e a primeira apenas acidentalmente, uma vez que é absolutamente estranho à medicina *produzir doença*. Assim, aquele que descreveu a medicina com referência tanto à saúde quanto à doença não produziu definição melhor do que aquele que o fez com referência a somente uma delas – de modo algum, pois talvez tenha produzido até uma definição pior, visto que todos que não são médicos são capazes de produzir doença.

Ademais, quando há mais de uma coisa a que o termo que está sendo definido se aplica, é preciso verificar se [a pessoa] o

607. *Definição.*

apontou com referência não ao melhor, mas ao pior, pois todo tipo de conhecimento e capacidade é geralmente visto como concernente ao melhor.

Outrossim, se o termo que foi descrito não é colocado em seu gênero apropriado, é preciso que seja examinado de acordo com as regras elementares relativas aos gêneros, como foi indicado antes.[608]

Além disso, cumpre averiguar se em sua descrição ela não passou sobre os gêneros, por exemplo, quando define justiça como *um estado que produz igualdade* ou *que distribui o que é igual*, pois mediante uma tal definição terá passado sobre a virtude, e assim omitindo o gênero da justiça não logra exprimir sua essência, uma vez que a essência de uma coisa envolve seu gênero. Isso equivale ao mesmo que não colocar o sujeito no seu gênero mais próximo, pois aquela que o colocou no gênero mais próximo indicou todos os gêneros superiores, uma vez que todos os gêneros superiores são predicados dos inferiores. Assim, ou se o coloca necessariamente no gênero mais próximo ou todas as diferenças através das quais o gênero mais próximo é definido deverão ser adicionadas ao gênero superior. Assim fazendo não teria omitido nada, mas teria indicado o gênero inferior ao invés de mencionar o nome. Mas aquela que meramente indicou o gênero superior isoladamente não indica o inferior também, pois a pessoa que chama alguma coisa de uma *planta* não a está chamando de uma *árvore*.

VI

Ademais, é preciso, analogamente, examinar se as diferenças que ela indicou são as do gênero, pois se não construiu sua definição por meio das diferenças peculiares ao sujeito, ou mencionou alguma coisa que não possa ser uma diferença de coisa alguma (por exemplo, *animal* ou *substância*), está óbvio que não apresentou uma definição, pois os termos acima não são diferenças de coisa alguma. Cumpre também verificar se há um membro oposto de uma divisão correspondente à diferença indicada, pois em caso negativo, obviamente a diferença indicada não poderia ser uma diferença do gênero, uma vez que todo

608. Em 139b3.

gênero é distinguido por diferenças que são os membros opostos
143b1 de uma divisão correspondente; por exemplo, *animal* pelos termos *pedestre*, *alado*, *aquático* e *bípede*. Ou será preciso que seja verificado se a diferença correspondente existe, mas não é verdadeira no que tange ao gênero, pois neste caso evidentemente nem uma nem outra poderia ser uma diferença do gênero, pois todas as diferenças correspondentes são verdadeiras do gênero que é próprio. De maneira análoga, também, é preciso averiguar se, embora seja verdadeira, sua adição ao gênero não produz uma espécie, pois neste caso é óbvio que esta não poderia ser uma diferença *específica* do gênero, pois uma diferença *específica* combinada com o gênero sempre produz uma espécie. Mas se esta não é uma diferença, tampouco o é aquela que foi indicada, visto que é um membro oposto de uma divisão correspondente a essa.

Além disso, é preciso verificar se divide o gênero por meio de uma negação, como fazem aqueles que definem *linha* como *comprimento sem largura*, pois isso significa simplesmente que não tem largura. O resultado, portanto, será o gênero participar de sua espécie, pois como ou a afirmação ou a negação é verdadeira de tudo, o comprimento tem sempre que ou ser sem largura ou ter largura, de modo que o gênero de *linha*, que é *comprimento*, será também ou sem largura ou possuirá largura. Mas *comprimento sem largura* é uma descrição de uma espécie, como o é semelhantemente *comprimento com largura*, pois *sem largura* e *com largura* são diferenças, e a descrição da espécie é constituída pela diferença e o gênero, de sorte que o gênero admitiria a descrição da espécie. Analogamente, admitiria a descrição da diferença, visto que uma das diferenças supracitadas é necessariamente predicada do gênero. O tópico acima é útil ao lidarmos com os que sustentam a existência das Idéias,[609] pois se existir o comprimento absoluto,[610] como se poderá dizer do gênero que este é com largura ou em largura? Isto porque uma destas duas proposições tem que ser verdadeira de todo comprimento, se o for do gênero. Não é, entretanto, o que ocorre, pois há comprimentos sem largura e comprimentos que possuem largura. Este tópico, portanto, é útil somente quando lida-

609. Alusão a Platão.
610. Ou melhor, *se a Idéia de comprimento em si mesma é.*

30 mos com os que dizem que todo gênero é numericamente uno, que é o que fazem os que sustentam a existência de Idéias, uma vez que dizem que o *comprimento absoluto* e o *animal absoluto* são o gênero.

Talvez em alguns casos o autor da definição deva necessariamente usar a negação; por exemplo, ao definir privações, uma vez que *cego* é aquilo que não possui visão quando é sua natu-
35 reza a possuir. Mas não há diferença entre dividir o gênero por meio de uma negação e por meio de uma tal afirmação que possuísse necessariamente uma negação no membro oposto de uma divisão correspondente; por exemplo, quando uma definição foi dada como *comprimento que tem largura*, pois o mem-
144a1 bro oposto da divisão correspondente àquela que possui largura é aquele que não possui largura e nada mais, de forma que mais uma vez o gênero é dividido por uma negação.

5 Outrossim, é preciso verificar se ele expressou a espécie como uma diferença, como fazem aqueles que definem a *contumélia* como *insolência combinada com escárnio*, pois o escárnio constitui um tipo de insolência, e assim o escárnio não é uma diferença, mas uma espécie.

Ademais, é preciso verificar se enunciou o gênero como uma diferença, dizendo, por exemplo, que a *virtude é um hábito bom*
10 *ou nobre*, pois *bem* é o gênero de *virtude*. Ou talvez *bem* não seja o gênero, mas a diferença, se, de fato, é verdadeiro que é impossível para a mesma coisa estar em dois gêneros, sendo que um destes não inclui o outro, uma vez que *bem* não inclui *hábito*, nem *hábito* inclui *bem*, pois nem todo *hábito* é um *bem* e
15 nem todo *bem* um *hábito*. Não poderiam, portanto, ambos ser gêneros e, assim, se *hábito* é o gênero da virtude, obviamente *bem* não é seu gênero, mas uma diferença. Ademais, um *hábito* indica a essência da virtude, enquanto *bem* indica não a essência, mas uma qualidade; ora, geralmente se sustenta que é a diferença que indica uma qualidade.

20 É necessário, inclusive, verificar se a diferença expressa indica não uma qualidade, mas uma coisa particular, pois geralmente se sustenta que a diferença sempre denota uma qualidade.

Cumpre, também, examinar se a diferença se predica aciden-
25 talmente do sujeito da definição, pois nenhuma diferença pertence ao número de coisas que se predicam acidentalmente,

como tampouco pertence o gênero, uma vez que é impossível para a diferença se predicar de alguma coisa e também não se predicar.

Ademais, se a diferença, a espécie ou qualquer coisa que se subordina à espécie é predicada do gênero, o autor da definição não pode ter dado uma definição, pois nenhuma das anteriores
30 pode ser predicada do gênero, uma vez que este apresenta o campo mais extenso de todos. É preciso verificar também se o gênero é predicado da diferença, pois se sustenta geralmente que o gênero é predicado não da diferença, mas das coisas das quais a diferença é predicada. Por exemplo, *animal* é predicado
35 de *homem* e de *boi* e dos demais animais pedestres, não da própria diferença, que é predicada da espécie, pois se *animal* fosse predicado de cada uma das diferenças, muitos animais seriam predicados da espécie, uma vez que as diferenças são
144b1 predicadas da espécie. Além disso, todas as diferenças serão ou espécies ou indivíduos, caso se trate de animais, na medida em que cada animal é ou uma espécie ou um indivíduo.

De maneira análoga, é preciso verificar também se a espécie
5 ou quaisquer das coisas subordinadas à espécie são predicadas da diferença, o que é impossível, visto que a diferença é usada num campo mais amplo do que a espécie. Ademais, se qualquer das espécies for dela predicada, resultará que a diferença é uma espécie, pois se *homem* é predicado, obviamente a diferença é homem. Deve-se verificar também se a diferença deixa de ser
10 anterior à espécie, já que a diferença deve ser posterior ao gênero, mas anterior à espécie.

Indispensável também averiguar se a diferença enunciada pertence a um gênero diferente, o qual não é nem contido nem continente, pois geralmente se sustenta que a mesma diferença não pode se vincular a dois gêneros, nenhum dos dois contendo o
15 outro; de outro modo, resultará que a mesma espécie também estará em dois gêneros, dos quais nenhum dos dois inclui o outro, pois cada uma das diferenças envolve seu próprio gênero; por exemplo, *pedestre* e *bípede* envolvem *animal*. Se, portanto, cada um dos gêneros também for predicado daquilo de que a diferença é predicada, é óbvio que a espécie cairá em dois gêneros, dos
20 quais um não contém o outro. Ou talvez não seja impossível que a mesma diferença se predique de dois gêneros que não se contenham mutuamente e devamos acrescentar *se não se enquadram*

no mesmo gênero, pois *animal pedestre e animal alado* são gêneros dos quais nem um nem outro contém o outro, e *bípede* constitui uma diferença de ambos, de sorte que *"se não se enquadram no mesmo gênero"* deve ser acrescentado, visto que ambos se enquadram em *animal*. É igualmente óbvio que, uma vez que é possível para a mesma diferença vincular-se a dois gêneros mutuamente excludentes, não se segue necessariamente que a diferença envolve todo gênero apropriado, necessitando apenas envolver um ou outro deles e os gêneros que lhe são superiores, tal como *bípede* envolve *animal alado* ou *animal pedestre*.

É também necessário verificar se aquele que define expressou a existência em alguma coisa como uma diferença da substância, pois se sustenta geralmente que uma substância não difere de outra com respeito à localidade. Conseqüentemente, assoma a crítica aos que dividem os animais pelos termos *pedestre* e *aquático*, sob o fundamento de que *pedestre* e *aquático* denotam localidade. Ou talvez a crítica não seja justificada, pois *aquático* não denota existência em alguma coisa nem localidade, mas uma certa qualidade, pois ainda que sobre terra seca, um animal aquático é igualmente *aquático*, e do mesmo modo o
145a1 animal terrestre, ainda que na água, permanece sendo *terrestre* e não aquático. Mas, de uma maneira ou outra, toda vez que a diferença denotar existência em alguma coisa, ele terá obviamente cometido um grave erro.

Além disso, será necessário verificar se ele expressou uma *paixão* como uma diferença, pois toda paixão, se intensificada, subverte a substância, ao passo que uma diferença não é deste tipo, pois se sustenta geralmente que a diferença tende mais a preservar aquilo de que é a diferença e que é absolutamente impossível a uma coisa individual existir sem sua diferença apropriada, uma vez que, se *pedestre* não existe, *homem* não existirá. Para nos exprimirmos em termos gerais, nada em respeito ao que seu possuidor sofre alteração constitui uma diferença de seu possuidor, pois todas as coisas deste tipo, se intensificadas, subvertem a substância. Se, portanto, o autor da definição apontou qualquer diferença desse tipo, cometeu um erro, pois não experimentamos absolutamente nenhuma alteração com respeito a nossas diferenças.

É preciso também verificar se ele não conseguiu apontar a diferença de um termo relativo como relativo a alguma coisa mais,

pois as diferenças de termos relativos são também relativas, por exemplo, as do conhecimento, visto se dizer deste que *é especulativo, prático e criativo*[611] e cada um destes termos denota uma relação, pois ele especula sobre alguma coisa, ou cria alguma coisa ou faz alguma coisa.

Necessário também verificar se aquele que define expressa cada termo relativo relativamente àquilo para que está naturalmente adaptado, pois algumas coisas podem ser usadas para aquilo para que cada um deles está naturalmente adaptado e para nada mais, enquanto outras coisas podem ser usadas também para algum outro propósito; por exemplo, a visão somente pode ser usada para ver, ao passo que é possível usar uma almofaça[612] para extrair líquido. Entretanto, se alguém definir uma almofaça como um instrumento *para extrair líquido* estará cometendo um erro, pois esta não é sua finalidade natural.[613] A definição da finalidade natural de um objeto *é aquilo para o que o homem prudente, em virtude de sua prudência, e a ciência apropriada ao objeto, o usariam.*

Ou, ademais, é preciso verificar se quando acontece de um termo ser aplicado em diversas relações, ele deixou de apontá-lo em sua relação primária; por exemplo, se ele definiu a *prudência* como a virtude do *ser humano* ou da *alma*, e não da faculdade racional [da alma], uma vez que a prudência é primariamente a virtude da faculdade racional, pois é com respeito a esta que se diz serem dotados de prudência tanto a *alma* quanto o *ser humano*.

Além disso, o autor da definição terá perpetrado um erro se aquilo de que o termo definido tiver sido considerado ser uma paixão ou disposição, ou seja lá mais o que possa ser, não o admitir, pois toda disposição e toda paixão naturalmente *vêm a ser* naquilo de que constitui uma disposição ou paixão; por exemplo,

611. θεωρητικη γαρ και πρακτικη και ποιητικη (*theoretikê gar kai praktikê kai poietikê*).

612. στλεγγιδι (*stleggidi*): o *stleggis* era um instrumento de higiene pessoal, geralmente de osso ou metal, para friccionar a pele durante ou após o banho, ou retirar da pele a poeira ou o suor. Aristóteles emprega a palavra aqui numa acepção distinta, como Aristófanes a usa ainda numa acepção mais específica, qual seja, *um instrumento para retirar vinho de um tonel.* Tudo indica, contudo, que se trata estruturalmente de um mesmo instrumento.

613. Ou seja, não se pode definir com base na descrição de um uso secundário da coisa.

conhecimento na alma, uma vez que é uma disposição da alma. Mas às vezes as pessoas cometem erros em tais matérias; por
145b1 exemplo, os que dizem ser o *sono uma incapacidade da percepção sensorial*, a *perplexidade uma igualdade de raciocínios contrários* e a *dor uma cisão violenta de partes unidas*, pois nem é o sono um predicado da percepção sensorial (embora deva ser, caso seja uma incapacidade da percepção sensorial), nem analogamente é a perplexidade um predicado de raciocínios contrários, nem a dor um predicado de partes unidas, pois se assim fosse, coisas inanimadas experimentariam dor, uma vez que a dor estaria presente nelas. Tem caráter similar a definição de *saúde*, caso se afirme ser ela *um equilíbrio de coisas quentes e frias*, pois neste caso coisas quentes e frias teriam necessariamente que possuir saúde, pois o equilíbrio de qualquer coisa existe nas coisas das quais constitui o equilíbrio, de modo que a saúde existiria nelas. Ademais, o resultado produzido por aqueles que constroem definições dessa maneira é situar o efeito no lugar da causa e *vice-versa*, pois a cisão das partes unidas não é dor, mas uma *causa* da dor, e a incapacidade de percepção sensorial não é sono, sendo um a causa do outro, pois ou vamos dormir devido à incapacidade de percepção sensorial ou perdemos a capacidade sensorial devido ao sono. Analogamente, também, se sustentaria geralmente que a igualdade dos raciocínios contrários é uma causa da perplexidade, pois quando estamos raciocinando de ambos os lados de uma questão e tudo parece ter igual peso num lado e outro, ficamos perplexos quanto a qual dos dois cursos adotar.

Outrossim, deve-se examinar todos os possíveis períodos de tempo e atentar para qualquer discrepância. Toma, por exemplo, a definição de *imortal* como *um ser vivo presentemente incorruptível*, pois um ser vivo *presentemente* incorruptível será *presentemente* imortal. Ou é possível que neste caso não haja nenhum resultado, visto que *presentemente incorruptível* é ambíguo, já que pode significar ou que não foi corrompido presentemente ou que não pode ser corrompido presentemente, ou que é presentemente tal que jamais é corruptível. Quando, portanto, dizemos que um ser vivo é *presentemente incorruptível* queremos dizer que é presentemente um ser vivo tal que jamais será corruptível, o que equivale a dizer que é imortal, de modo que não se segue que é imortal apenas presentemente. Mas, não obstante isso, se sucede daquilo que é expresso na descrição

aplicar-se apenas ao presente ou ao passado, enquanto aquilo que é expresso nominalmente não se aplica assim, não é possível que sejam a mesma coisa. O tópico, portanto, deve ser empregado como descrito anteriormente.

VII

Cumpre também examinar se o termo definido é aplicado em virtude de alguma coisa distinta daquilo que é expresso na descrição apontada. Tome-se, por exemplo, a definição de *justiça* como *uma capacidade de distribuir o que é igual*, pois um indivíduo justo é mais aquele que deliberadamente escolhe distribuir o que é igual do que aquele que detém a capacidade de
146a1 fazê-lo, de maneira que a justiça não poderia ser uma capacidade de distribuir o que é igual, pois então também o homem mais justo será o homem com máxima capacidade de distribuir o que é igual.

Ademais, é preciso averiguar se o sujeito da definição admite um grau mais elevado, enquanto aquele que é atribuído pelos termos da descrição não admite; ou, pelo contrário, se aquele que é atribuído pelos termos da descrição admite um grau mais elevado, enquanto o que é atribuído pelos termos da definição não admite, uma vez que ou ambos o admitem necessariamente ou nenhum deles, se aquele que é atribuído pelos termos da descrição é idêntico ao sujeito da definição. Adicionalmente, é necessário verificar se ambos admitem um grau mais elevado ao mesmo tempo que ambos não experimentam o aumento simultaneamente. A definição de *amor*[614] como *um apetite por relações íntimas* constitui um exemplo, pois quem ama *mais* não tem *mais* apetite pela união carnal, de sorte que ambos os sentimentos não admitem um grau mais elevado simultaneamente, ao passo que é o que deveria acontecer se fossem a mesma coisa.

Ademais, quando alternativas são propostas, é necessário ver se, onde o sujeito da definição se aplica num grau mais elevado, o que é apontado pela definição se aplica num grau inferior. Tome-se, por exemplo a definição de *fogo* como *um corpo que consiste das mais sutis partes*, pois a chama é *mais* fogo do que a luz; por outro lado, a chama é menos *o corpo que consiste das*

614. ερως (*eros*): não confundir com φιλια (*filia*).

mais sutis partes do que a luz, enquanto ambas devem pertencer num grau mais elevado à mesma coisa, se são idênticas. É preciso, igualmente, verificar se [no que respeita a definido e definição,] um deles se aplica analogamente aos termos propostos, enquanto o outro não se aplica analogamente a ambos, mas num grau mais elevado a um deles.

Ademais, é preciso verificar se o autor da definição expressa a mesma em relação a duas coisas separadamente; por exemplo, quando ele define *o belo* como *o que é agradável à visão ou à audição*, e *o ser* como *o que é capaz de ser afetado ou de afetar [alguma coisa]*, pois neste caso a mesma coisa será tanto *bela* quanto *não-bela* e igualmente será *ser* e *não-ser*, pois *agradável à audição* será o mesmo que *belo* e, assim, *não-agradável à audição* será o mesmo que *não-belo*, pois os opostos de coisas idênticas são também idênticos e *não-belo* é o oposto de *belo*, enquanto *não-agradável à audição* é o oposto de *agradável à audição*. Evidentemente, portanto, *não-agradável à audição* é idêntico a *não-belo*. Se, assim, uma coisa é agradável à visão mas não à audição, será tanto *bela* quanto *não-bela*. E, analogamente, mostraremos também que a mesma coisa é tanto *ser* quanto *não-ser*.

Além disso, é preciso construir descrições tanto dos gêneros quanto das diferenças e tudo mais apontado nas definições para tomar o lugar dos nomes e verificar se há qualquer discrepância.

VIII

Se o que está sendo definido é relativo, ou em si mesmo ou em seu gênero, é preciso verificar se houve uma omissão na definição quanto a mencionar ao que é relativo, ou em si mes-
146b1 mo ou em seu gênero, por exemplo, se o autor da definição definiu *conhecimento* como uma concepção irrefutável, ou a *vontade* como um desejo sem dor, pois a substância de qualquer coisa relativa é relativa a alguma coisa, uma vez que o ser de todo termo relativo é idêntico ao ser em alguma relação a alguma coisa. Ele devia, portanto, ter descrito o conhecimento como *concepção do cognoscível* e vontade como *desejo do bem*. Analogamente, se definiu *gramática* como *um conhecimento das letras*, enquanto *ou* aquilo a que o próprio termo é relativo *ou* aquilo a seja lá o que for seu gênero é relativo devia ter sido expresso na definição. Ademais, é preciso averiguar se um termo mencionado em relação a alguma coisa não foi expresso em relação ao seu fim, pois o fim em qualquer caso particular é aquilo que é o melhor ou aquilo pelo que tudo o mais existe. Portanto, aquilo que é o melhor ou o extremo deveria ser enunciado; por exemplo, o apetite deveria ser descrito não em função do agradável, mas em função do prazer, pois é pelo prazer que também elegemos o que é agradável.

É preciso também examinar se aquilo em relação ao que ele expressou o termo é um *vir a ser* ou uma *atividade*, pois nenhuma destas coisas é um fim, uma vez que *ter completado* uma *atividade* ou um *vir a ser* constitui mais um fim do que o *vir a ser* e a *atividade* eles mesmos. Ou talvez tal proposição não seja invariavelmente verdadeira, pois quase todos desejam fruir o prazer e não cessar de fruí-lo, de sorte que as pessoas aparentemente estimariam a atividade ela mesma como um fim, de preferência ao seu completamento.

Além disso, há casos em relação aos quais é preciso verificar se ele não conseguiu definir a quantidade, qualidade ou lugar, ou as outras diferenças envolvidas; por exemplo, no que tange ao ambicioso, qual a qualidade e a quantidade das honras desejadas, uma vez que todos os homens desejam honra, de modo que não basta dizer que o homem que deseja honra é ambicioso, devendo ser acrescentadas as diferenças mencionadas anteriormente. Analogamente, é preciso estabelecer qual quantidade de dinheiro desejada por ele torna alguém avarento e qual qualidade de prazeres por ele desejada torna alguém desregrado, pois alguém não é classificado como desregrado por ser o escravo de qualquer tipo de prazer, mas somente se for o escravo de um tipo *particular*. Ou, ademais, quando as pessoas definem *noite* como *uma sombra sobre a Terra* ou um terremoto como *um movimento da terra* ou uma nuvem como *uma condensação do ar*, ou o vento como *movimento do ar*, tendo que ser acrescidas a qualidade, a quantidade e a causa. E, analogamente, em todos os casos deste tipo, pois a omissão de qualquer diferença envolve um malogro no que respeita a expressar a essência. Convém sempre lidar com a deficiência, pois um terremoto não resultará de *qualquer tipo ou qualquer grau* de movimento da terra e, tampouco, um vento de *qualquer tipo ou grau* de movimento do ar.

Ademais, quanto aos desejos, e em qualquer outro caso aplicável, é preciso ver se ocorre uma omissão do acréscimo da palavra *aparente;* por exemplo, nas definições *vontade é um desejo do*
147a1 *bom* ou *apetite é um desejo do agradável,* em vez de *aparentemente bom ou agradável*, pois com freqüência os que experimentam desejo não conseguem perceber o que é bom ou agradável, de sorte que o objeto de seu desejo não é necessariamente bom ou agradável, sendo-o apenas *aparentemente.* Devia-se, portanto, ter expresso a definição com essa qualificação. Aquele, por outro lado, que sustenta a existência de *Idéias,*[615] se realmente indicar a palavra qualificadora acima, terá que ser confrontado com suas Idéias, pois não pode haver Idéia do que é somente *aparente*, sustentando-se geralmente que uma Idéia é empregada em relação a uma outra Idéia. Por exemplo, o apetite absoluto é para o *absolutamente* agradável e a vontade absoluta para o *absolutamente* bom, de modo que não são para o *aparentemente* bom ou o *aparentemente* agradável, uma vez que é absurdo supor que um bom ou agradável *absolutamente/aparentemente* possa existir.

IX

Ademais, se a definição for do estado de qualquer coisa, é necessário examinar o detentor do estado ou, se a definição for do detentor do estado, é necessário examinar o estado e, de modo igual, em todos esses casos. Por exemplo, se o agradável é o que é benéfico, aquele que sente prazer é beneficiado. Expressando-se a matéria em termos gerais, em definições deste tipo acontece daquele que molda a definição de uma certa maneira definir mais de uma coisa, pois quem define o conhecimento *de uma certa maneira* também define a ignorância e, igualmente, também o que detém e o que não detém conhecimento e o que é *conhecer e ser ignorante*, pois quando a primeira destas coisas é clara, o resto também, de uma certa maneira, se torna claro. Urge então ser cuidadoso em todos esses casos, para que não haja discrepância, recorrendo-se aos princípios elementares derivados dos contrários e termos correspondentes.

615. Sempre na acepção platônica de Formas reais, perfeitas, imutáveis, eternas e singulares existentes no mundo inteligível, das quais as coisas múltiplas, falaciosas, imperfeitas, mutáveis e perecíveis do mundo sensível são apenas cópias.

Além disso, ao lidar com os relativos, é preciso examinar se a espécie é expressa como relativa a uma espécie da qual o gênero em si mesmo é relativo. Por exemplo, se *crença* é relativa a *objeto de crença*, é preciso verificar se uma crença particular é apontada como relativa a um objeto particular de crença e, se um múltiplo é relativo a uma fração, se um múltiplo particular é expresso como relativo a uma fração particular, pois se não foi assim expresso, um erro foi cometido.

Forçoso também verificar se o oposto da descrição descreve o oposto do termo; por exemplo, se o oposto da descrição de *dobro* é a descrição de *metade*, pois se *dobro é aquilo que excede por uma quantidade igual, metade é aquilo que é excedido por uma quantidade igual.* O mesmo sucede no caso dos contrários, pois a descrição que é contrária conforme um dos modos de conjunção dos contrários descreverá o termo contrário. Por exemplo, se *benéfico é o que gera o bem*, *danoso é o que gera o mal* ou *o que destrói o bem*, uma vez que um destes tem neces-
147b1 sariamente que ser o contrário do termo original. Se, então, nenhum dos dois é o contrário do termo original, obviamente nenhuma das descrições enunciadas posteriormente poderia ser a descrição do contrário daquele termo e, assim, tampouco foi a descrição originalmente enunciada corretamente enunciada. Ora, uma vez que alguns contrários extraem seus nomes da privação de um outro contrário – por exemplo, a desigualdade é geralmente tida como uma privação de igualdade, visto que coisas que não são iguais são chamadas de *desiguais* – é evidente que o contrário cujo nome toma a forma de uma privação tem necessariamente que ser definido por meio do outro contrário, mas o outro contrário não pode então ser definido por meio do contrário cujo nome toma a forma de uma privação, pois então o resultado seria cada um ser conhecido através do outro. Precisamos, portanto, estar de atalaia contra esse erro ao lidar com os contrários; por exemplo, no caso de alguém definir a igualdade como o contrário da desigualdade, uma vez que está definindo por meio de um termo que toma a forma de uma privação. Ademais, aquele que define desta forma tem necessariamente que empregar o próprio termo que está definindo, o que se evidencia se pelo nome substituímos sua descrição, pois não faz diferença se dizemos *desigualdade* ou *privação de igualdade*. Igualdade, portanto, será *o contrário da privação de igual-*

dade, de modo que ele teria usado o termo efetivo. Se, entretanto, nenhum dos contrários é nomeado sob a forma de uma privação, mas a descrição é expressa da mesma maneira; por exemplo, na definição de *bem* como *o contrário de mal*, é evidente que *mal* será *o contrário de bem* (uma vez que a descrição de coisas que são contrárias dessa forma tem que ser expressa de maneira semelhante) e, assim, o resultado mais uma vez será ele usar o termo efetivo que está sendo definido, pois *bem* está inerente na descrição de *mal*. Se, então, bem é *o contrário de mal* e *mal* é indistinguível do *contrário de bem*, *bem* será *o contrário do contrário de bem*, com o que fica óbvio que ele recorreu ao termo efetivo.

Ademais, é preciso verificar se, ao expressar um termo nomeado na forma de uma privação, ele não conseguiu expressar aquilo de que é uma privação, por exemplo o *estado*, ou o contrário, ou tudo o mais do que é a privação, e também se ele não conseguiu acrescentar aquilo em que a privação é naturalmente gerada – ou sem qualificação ou de outra forma em que seja naturalmente gerada primariamente, por exemplo, se ao chamar a *ignorância* de privação, deixou de chamá-la de uma privação de *conhecimento*, ou não conseguiu acrescentar no que ela é naturalmente gerada ou, embora o tenha acrescentado, não apontou aquilo em que é naturalmente gerada primariamente, situando-o, por exemplo, no *ser humano* ou na *alma*, e não na *faculdade racional*, pois se deixou de fazer quaisquer dessas coisas terá cometido um erro. Analogamente, se deixou de classificar a *cegueira* como *uma privação de visão no olho*, pois aquele que está corretamente expressando o *o que é*[616] tem que expressar tanto do que é privação quanto qual é o sujeito desta privação.

Cumpre também verificar se – não sendo um termo usado como uma privação – ele o definiu como uma privação. Por exemplo, geralmente se consideraria que um erro deste tipo foi cometido no caso de *ignorância* por aqueles que não usam ignorância como um termo meramente negativo, pois o que é considerado como *ignorante* não é [o sujeito] que não detém conhecimento mas [o sujeito] que se enganou. Por conseguinte, não nos referimos às coisas inanimadas[617] ou às crianças como *ignorantes*, de sorte que não se emprega *ignorância* como uma mera privação de conhecimento.

616. το τι εστι (*to ti esti*), ou seja, a essência.

617. τα αψυχα (*ta apsücha*).

X

Ademais, é preciso verificar se as inflexões similares presentes na descrição se aplicam às inflexões similares do termo; por exemplo, considerando-se que *benéfico* significa *o que produz saúde*, *beneficamente* significa *de uma maneira produtiva de saúde* e *tendo sido benéfico* significa *tendo produzido saúde*.

Forçoso também sondar se a definição dada se ajustará também à Idéia. Em alguns casos isso não ocorre; por exemplo, quando Platão, em suas definições dos seres vivos, introduz o termo *mortal* em seu definir, pois a Idéia, por exemplo, *homem ele mesmo* não é *mortal*, de maneira que a definição não se ajustará à Idéia. Também onde os termos *capaz de afetar* ou *de ser afetado*[618] são adicionados, há necessariamente uma discordância absoluta entre a definição e a Idéia, uma vez que Idéias, no ponto de vista daqueles que sustentam a existência destas,[619] não são suscetíveis de qualquer paixão ou movimento. No trato com estas pessoas, tais argumentos, entre outros, são úteis.

É preciso, ademais, averiguar se ele[620] apresentou uma descrição comum dos termos usados homonimamente, uma vez que termos cuja descrição correspondente ao nome é una e idêntica são sinônimos e, assim, se a definição indicada se ajusta ao termo homônimo igualmente bem em todos seus sentidos, não pode se aplicar a nenhum dos significados que se subordinam ao nome. Este é o defeito da definição de *vida* dada por Dionísio,[621] a qual ele descreve como *o movimento inato e présente de um organismo nutrido por alimento*, pois isso se detecta tanto em vegetais quanto em animais, enquanto se pensa geralmente que o termo *vida* não apresenta somente um significado, havendo sim uma vida *animal* e uma outra *vegetal*. É possível, entretanto, também de maneira deliberada expressar a definição

618. το ποιητικον η παθητικον (*to poietikon ê pathetikon*), *o que exerce ação ou o que sofre ação.*

619. Quais sejam, Platão e seus seguidores.

620. Ou seja, nosso opositor, interlocutor no debate.

621. Dionísio, o sofista.

dessa forma sob o fundamento de que a vida como um todo constitui um termo *sinônimo*[622] e aplicado somente a um tipo de coisa; porém, não há razão porque um homem, embora tanto perceba o equívoco quanto deseje expressar a definição de um significado apenas, não expresse inadvertidamente uma descrição que não seja peculiar a um entre dois significados, mas comum a ambos. Contudo, seja qual destes dois cursos tenha adotado, terá igualmente incorrido em erro. Visto que termos *homônimos*[623] por vezes passam desapercebidos, é conveniente – quando somos nós que formulamos as questões – tratá-los como
148b1 sinônimos (pois a definição de um significado não coincidirá com a outra, de modo que a definição será tida geralmente como incorreta, uma vez que deve se ajustar a todas as instâncias do termo sinônimo); por outro lado, quando somos nós mesmos que respondemos, devemos distinguir os diversos significados. Visto que alguns respondentes chamam um termo de *homônimo* que é realmente *sinônimo* toda vez que a descrição aduzida não se ajusta a todos os seus significados, e chamam um termo de *sinônimo* que é realmente *homônimo* se a descrição se ajusta a ambos os significados, é preciso obter um prévio acordo no que tange a tais pontos, ou demonstrar de antemão que o termo é *homônimo* ou *sinônimo*, independentemente do que o seja, pois as pessoas estão mais dispostas a concordar quando não prevêem qual será o resultado. Se, por outro lado, na ausência de um acordo, alguém declara que um termo sinônimo é homônimo porque a descrição aduzida não se ajusta a um significado particular dela, será preciso verificar se a descrição desse significado se ajusta também aos outros significados, pois neste caso é óbvio que tem que ser sinônimo dos outros significados. Se assim não for, haverá mais de uma definição dos demais significados, pois existem duas descrições aplicadas ao termo que a elas se ajusta, *a saber*, a originalmente expressa e a que foi posteriormente expressa. Ademais, se alguém se pusesse a definir um termo utilizado em diversos significados e, então, a descrição não se ajustasse a todos os significados, não tivesse que dizer que é homônimo, mas tivesse que afirmar que o termo não se ajusta a todos os significados exatamente porque a descrição tampouco se ajusta a eles, seria preciso dizer a tal pessoa que embora por vezes

622. Isto é, *unívoco*.
623. Isto é, *equívocos*.

não se deva usar a mesma linguagem da multidão, ainda assim deve-se empregar a terminologia tradicional e herdada e não transtornar as matérias desta natureza.

XI

Se foi dada uma definição de algum termo complexo, será preciso separar a descrição de uma parte do complexo e averiguar se o restante da definição constitui uma descrição do restante dele; em caso negativo, se evidenciará que tampouco a definição total descreve o complexo todo. Suponhamos, por exemplo, que alguém definiu uma *linha reta finita* como o *limite de uma plano finito tal que seu centro se acha diretamente entre suas extremidades*; se a descrição de uma *linha finita é* o *limite de um plano finito*, o restante, a saber, *tal que seu centro se acha diretamente entre suas extremidades,* deve ser a descrição de *reta.* Uma linha *infinita*, porém, não possui nem extremidades nem um centro e, no entanto, é reta, de modo que a porção restante da definição não descreve o restante do termo.

Ademais, quando o que está sendo definido é composto, é preciso verificar se a descrição enunciada possui o mesmo número de membros daquilo que está sendo definido. Diz-se que a descrição contém o mesmo número de membros quando os nomes e verbos nela são iguais em número às partes componentes do sujeito da definição, posto que em tais casos é forçoso que haja uma alteração de todos ou de alguns dos próprios
149a1 termos, visto que não mais termos são usados agora do que antes, enquanto quem está apresentando uma definição tem que indicar uma descrição no lugar de todos os termos, se possível for, ou na falta disso, da maioria deles, pois com base neste princípio, quando nos ocupamos também de termos simples, aquele que *simplesmente alterou o nome* teria apresentado uma definição; por exemplo, dizendo *manto* em lugar de *gibão*.

O erro é ainda maior quando se substituem os termos por termos menos conhecidos; por exemplo, coloca-se *mortal brilhante* no lugar de *homem branco*, pois não forma definição alguma e é menos compreensível quando expresso desta maneira.

É preciso, ademais, considerar se na alteração dos termos a significação não é mais a mesma, por exemplo, quando *conhecimento especulativo* é chamado de *concepção especulativa*,

uma vez que *concepção* não é o mesmo que *conhecimento* e, não obstante, deveria ser o mesmo se toda a expressão igualmente tivesse que ser o mesmo; com efeito, enquanto *especulativo* é comum a ambas as expressões, o restante é diferente.

Adicionalmente, é necessário verificar se na substituição de um dos termos a alteração é feita não da diferença, mas do gênero, como no exemplo que acabamos de dar, uma vez que *especulativo* é menos familiar do que *conhecimento*, este último sendo o gênero e o primeiro uma diferença, e o gênero sendo sempre o mais conhecido de todos os termos. A substituição deve, portanto, ter ocorrido não no gênero, mas na diferença, uma vez que esta última é menos compreensível. Ou talvez esta crítica se revele ridícula, pois não há razão por que a diferença e não o gênero não seja descrita pelos termos mais conhecidos e, se assim for, evidentemente a alteração deveria ser feita no termo que expressa não a diferença, mas o gênero. Mas se é uma questão de substituir não termo por termo, mas expressão por termo, obviamente uma definição deveria ser dada da diferença e não do gênero, posto que uma definição é dada para tornar alguma coisa mais conhecida, uma vez que a diferença é menos conhecida do que o gênero.

XII

Se o autor da definição apresentou a definição da diferença, é preciso ver se a definição dada é comum a alguma coisa mais também. Por exemplo, quando um número ímpar é descrito como *um número que possui um termo médio*, uma definição complementar deve ser dada para mostrar em que sentido ele possui um termo médio, pois a palavra *número* é comum a ambas as expressões, porém a nova expressão substituiu o *ímpar*. Ora, uma linha e um corpo também têm um termo médio, ainda que não sejam *ímpares*, de modo que esta não poderia ser uma definição de *ímpar*. Mas se a expressão *ter um termo médio* for usada em vários sentidos, o sentido no qual *ter um termo médio* é usado precisa ser definido. Isso resultará ou na contestação da definição ou demonstrará que nenhuma definição foi dada.

Ademais,[624] é preciso verificar se o termo do qual está ele dando a descrição está entre as *coisas que são*, ao passo que o

624. Segundo o texto de W. D. Ross, o Capítulo XII se inicia aqui.

149b1 que é dado na descrição não está. Um exemplo disso é a definição de *branco* como *cor mesclada com fogo*, pois é impossível para o incorpóreo ser mesclado com um corpo, de sorte que *cor mesclada com fogo* não poderia existir, enquanto o *branco* realmente existe.

Além disso, aqueles que, ao lidarem com termos relativos, deixam de distinguir aquilo com o que o sujeito está relacionado, mas ao descrevê-lo o incluem entre muitas coisas, incorrem inteira ou parcialmente em erro; por exemplo, se alguém descreveu a *medicina* como uma *ciência do que é*, se a medicina não é uma ciência *daquilo que é*, estará *inteiramente* errado, mas se ela é uma ciência de alguma coisa que é real, mas não de alguma outra coisa que é real, ele estará parcialmente errado, pois ela deve ser uma ciência de tudo se for descrita como sendo uma ciência do que é essencialmente e não acidentalmente, como é verdadeiro no que toca a todos os demais termos relativos, pois todo *objeto da ciência* é usado em relação à ciência. O mesmo ocorre com os outros termos relativos, uma vez que são todos convertíveis. Além disso, se aquele que oferece uma descrição de alguma coisa não como esta é em si mesma, mas como é acidentalmente, estiver oferecendo uma descrição correta, todo termo relativo será empregado em relação não a uma coisa, mas a muitas coisas, pois nada impede que a mesma coisa *seja*, seja branca e seja boa, de maneira que se oferecer uma descrição de uma coisa como ela é acidentalmente constitui o método correto, estar-se-ia oferecendo uma descrição correta se fosse oferecida em relação a qualquer uma destas [coisas]. Ademais, é impossível a uma tal descrição ser característica daquilo de que o relato descritivo foi feito, pois não apenas a medicina, mas a maioria das ciências também é empregada em relação a alguma coisa que *é*, de maneira que cada uma delas será uma ciência do que *é*. Fica evidente, portanto, que essa definição não é uma definição de qualquer ciência, uma vez que a definição deve ser peculiar a uma coisa e não comum a muitas.

Às vezes as pessoas definem não a coisa, mas a coisa num estado bom e perfeito. Exemplos disso são as definições de *orador* como *aquele capaz de perceber o que é um argumento plausível em qualquer oportunidade e nada omitir*, e de *ladrão* como *aquele que subtrai alguma coisa furtivamente*, pois, evidentemente, se cada um deles assim age, o primeiro será um

bom orador e o segundo, um *bom* ladrão; de fato, quem realmente é um ladrão não é aquele que efetivamente subtrai alguma coisa furtivamente, mas sim aquele que deseja assim agir.

Ademais, é preciso verificar se o autor da definição representou o que é elegível em função de si mesmo como o sendo porque produz ou realiza alguma coisa, ou por alguma outra razão, descrevendo, por exemplo, a *justiça* como *o que preserva as leis* ou a *sabedoria* como *o que produz a felicidade*, pois o que preserva ou produz está entre as coisas que são elegíveis em função de alguma coisa mais. Ou, talvez, nada haja que obste o que é elegível em função de si mesmo de ser também elegível em função de alguma outra razão; mas aquele que assim definiu o que é elegível em função de si mesmo, ainda assim cometeu um erro, pois o melhor em qualquer coisa particular é o que é o mais inerente à sua essência, e o que é elegível em função de si mesmo é melhor do que aquilo que é elegível em função de alguma outra razão – e é isso, portanto, o que a definição deve ter denotado.

XIII

É preciso também verificar se o autor da definição, ao apresentar uma definição de qualquer coisa, a definiu ou como [1] *isto e aquilo*, ou [2] *constituído disto e daquilo*, ou [3] *isto mais aquilo*. Se o define como *isto e aquilo*, resultará que se aplica a ambos e a nenhum; por exemplo, se definiu *justiça* como *moderação e coragem*. Isto porque se houver duas pessoas, cada uma delas possuindo uma dessas qualidades, as duas juntas serão *justas*, mas nenhuma das duas o será isoladamente, uma vez que ambas juntas detêm a justiça, mas cada uma tomada isoladamente não a detém. Supondo que nossa afirmação não seja inteiramente despropositada à primeira vista, devido ao fato deste tipo de coisa ocorrer em outros casos (por exemplo, nada há que impeça que duas pessoas juntas possuam uma mina, embora nenhuma delas isoladamente a possua), ainda assim de qualquer maneira seria geralmente considerado um total despropósito possuírem qualidades contrárias, e isso acontecerá se uma delas for moderada e covarde e a outra justa e desregrada, uma vez que, consideradas juntas, serão *justas e injustas*, pois se

a justiça é moderação e coragem, *injustiça* será covardia e desregramento. Em termos gerais, todos os argumentos utilizáveis para demonstrar que o todo e suas partes não são idênticos são úteis para confrontar a proposição que acabamos de indicar, pois aquele que assim define parece afirmar que as partes são idênticas ao todo. Mas esses argumentos são especialmente apropriados quando o processo de compor as partes é óbvio, como numa casa e em todas as demais coisas deste jaez, pois neste caso fica evidente que, embora as partes existam, nada impede que o todo não exista, de sorte que as partes não são idênticas ao todo.

Se, contudo, ele asseverou que aquilo que está sendo definido não é *isto e aquilo*, mas *constituído de isto e aquilo*, deve-se primeiramente examinar se é não-natural para um produto singular passar a existir a partir de tais partes componentes, pois algumas coisas são constituídas de tal forma na sua relação recíproca que nada pode vir a ser a partir delas; por exemplo, uma *linha* e um *número*. Ademais, é forçoso averiguar se o que foi definido naturalmente vem a ser primariamente em alguma coisa singular, enquanto aquelas coisas que, de acordo com sua descrição, a produzem, não vêm a ser primariamente em qualquer coisa singular, mas cada uma numa coisa distinta, pois neste caso obviamente não poderia vir a ser a partir dessas coisas, uma vez que o todo tem necessariamente que existir nas coisas nas quais as partes existem, de modo que o todo não existe primariamente numa coisa somente, mas em muitas. Se, entretanto, tanto as partes quanto o todo existem primariamente em alguma coisa singular, cumpre verificar se existem na mesma coisa, e não o todo em uma coisa e as partes em uma outra. Outrossim, é necessário verificar se as partes perecem quando o todo perece, uma vez que o inverso deve ocorrer, *nomeadamente*, o todo perece quando as partes perecem, e não se segue necessariamente que as partes tenham também perecido quando o todo haja perecido. Também cumpre verificar se o todo é bom ou mau, ainda que as partes não sejam nem boas nem más, ou, inversamente, se as partes são boas ou más, ainda que o todo não seja nem bom nem mau, uma vez que é impossível que qualquer coisa boa ou má passe a existir a partir de alguma coisa que não é nem boa nem má, ou que qualquer coisa que não é nem boa nem má venha a ser a partir de coisas que são boas ou más. Cabe, adicionalmente, verificar se uma coisa en-

cerra mais bem em si do que a outra mal em si e, não obstante, se o produto das duas não tem mais bem em si do que mal, como, por exemplo, na definição de *impudência* como *constituída de coragem e falsa opinião*, pois a coragem possui mais bem em si do que a falsa opinião possui mal, de sorte que seu produto deve conservar esse excesso e ser ou absolutamente bom ou, ao menos, mais bom do que mau. Ou talvez isso não resulte necessariamente, a menos que cada um seja em si mesmo bom ou mau, porquanto muitas das coisas que produzem efeitos não são boas em si mesmas, mas somente quando combinadas ou, inversamente, são boas separadamente, mas *ou* boas ou *nem* boas *nem* más quando combinadas. A condição que acabamos de descrever pode ser vista com máxima acuidade nas coisas que produzem saúde e doença, visto que algumas drogas são de tal modo constituídas que, se isoladamente são boas, se administradas numa mistura se mostram más.

É preciso verificar, ademais, se o todo, quando constituído de um melhor e de um pior, não consegue ser pior do que o melhor e melhor do que o pior. Talvez este também não seja um resultado necessário, a menos que as partes componentes sejam elas mesmas boas; todavia, nada há que venha impedir que o todo seja bom, tal como nos casos há pouco mencionados.

Adicionalmente, cumpre averiguar se o todo é sinônimo de uma das partes, pois não deve sê-lo, como ocorre com as sílabas, pois a sílaba não apresenta sinonímia com nenhuma das letras das quais é composta.

Ademais, é preciso verificar se ele[625] deixou de indicar o método de composição, pois limitar-se a dizer que alguma coisa é constituída disto e daquilo não basta para esclarecer o assunto. A substância de cada composto não consiste meramente em ser constituída disto e daquilo, mas em ser constituída disto e daquilo combinados de um modo particular, como no que toca a uma casa, onde a reunião indiscriminada deste e daquele material não resulta na construção de uma casa.

Se ele apresentou uma definição de alguma coisa sob a forma de *isto mais aquilo*, a primeira coisa a ser estabelecida é que

625. Como sempre, o opositor, o interlocutor no debate dialético.

isto mais aquilo equivale ou a *isto e aquilo* ou a *constituído disto e daquilo*, uma vez que aquele que fala de *mel mais água* quer dizer ou *mel e água* ou algo *constituído de mel e água*. Se, portanto, ele admite que *isto mais aquilo* equivale a um ou outro dos acima indicados, será relevante utilizar os mesmos argumentos que foram empregados anteriormente neste caso. Ademais, é preciso distinguir os vários sentidos nos quais se diz ser alguma coisa *mais* alguma outra coisa e averiguar se é impossível para *isto* ser em qualquer sentido *mais aquilo*. Por exemplo, se significa que *isto é mais aquilo* no sentido ou de que estão contidos num recipiente idêntico – como a justiça e a coragem na alma – ou no mesmo espaço ou tempo, enquanto o sentido aduzido não é, de modo algum, exato *disto* e *daquilo*, é evidente que a definição dada seria inaplicável a todas as coisas, posto que não há maneira possível de *isto* ser *mais aquilo*. Se, contudo, entre
151a1 os vários sentidos que distinguimos, é exato que *isto* e *aquilo* existem cada um ao mesmo tempo, será preciso sondar se é possível que cada um seja usado numa relação diferente. Suponhamos, por exemplo, que *ousadia mais juízo acertado* foi apresentado como a definição de *coragem*. É possível, para uma pessoa, mostrar ousadia praticando roubo e juízo acertado em assuntos de saúde, mas aquele que detém *a primeira mais o segundo* ao mesmo tempo está longe de ser corajoso. Ademais, mesmo se ambos são usados na mesma relação, por exemplo, em assuntos de saúde – uma vez que não há razão por que alguém não deva mostrar tanto ousadia como juízo acertado em assuntos de saúde – ainda assim, por conta de tudo isso, aquele que detém *uma mais o outro* não é *corajoso*, pois cada um não deve ser relacionado nem a algum objeto distinto nem a algum objeto fortuito que seja idêntico, mas à genuína função da coragem; por exemplo, no enfrentamento dos perigos da guerra ou qualquer coisa que seja uma função ainda mais característica da coragem.

Algumas das definições oferecidas desta maneira não se enquadram de modo algum na classificação anterior; por exemplo, aquela da *ira* como *sofrimento mais uma consciência de que se é desprezado*, pois o propósito da definição é mostrar que o sofrimento é causado por uma consciência desse tipo, porém dizer que é causada por uma coisa não é o mesmo que dizer que é *mais* essa coisa em qualquer dos sentidos mencionados.

XIV

Ademais, se ele descreveu o todo como uma composição de tais e tais coisas, por exemplo, um *ser vivo* como uma *composição de corpo e alma*, será necessário verificar, antes de tudo o mais, se ele deixou de indicar o tipo de composição, como, por exemplo, na definição de *carne* ou *osso* como *uma composição de fogo, terra e ar*, não bastando referir-se à composição, mas sendo necessário definir suplementarmente o tipo de composição, uma vez que a *carne* não é formada de tais componentes associados de qualquer maneira, havendo uma forma de composição para a carne e uma outra para o osso. Ora, afigura-se provável que nenhuma das substâncias mencionadas seja, em absoluto, o mesmo que uma *composição*, visto que toda *composição* tem como seu contrário uma *dissolução*, e nem a carne nem o osso tem um contrário. É de se acrescentar que se é plausível que todos os compostos sejam igualmente composições ou que nenhum deles seja uma composição e que todo ser vivo, embora seja um composto, não é uma composição, tampouco poderia qualquer outro composto ser uma composição.

Acresça-se que se é natural, para dois contrários, existirem igualmente numa coisa e esta foi definida por meio de um deles, fica claro que ela realmente não foi definida, de outra maneira o resultado seria haver mais de uma definição da mesma coisa, pois em que aspecto aquele que deu uma definição por meio de um contrário melhor a descreveu do aquele que definiu por meio do outro, uma vez que ambos gozam de igual probabilidade de nela ocorrer? A definição da *alma* como *substância passível de receber conhecimento* constitui um caso pertinente, pois ela é igualmente passível de receber ignorância.

Além disso, embora não se possa atacar a definição como um todo por não se conhecê-la como tal, ainda assim deve-se atacar uma parte dela, sendo esta conhecida e tendo sido obviamente expressa de maneira incorreta, pois se a parte é destruída, a definição toda é também destruída. Quando as definições são obscuras, é preciso corrigi-las e remodelá-las de modo a tornar alguma parte clara e ter alguma coisa para atacar e, em seguida, efetuar o exame, pois aquele que responde tem ou que aceitar a interpretação sugerida por aquele que pergunta ou ele próprio tornar claro o que é indicado pela descrição. Ademais, tal como se costuma, nas assembléias públicas, apresentar uma nova lei e,

se esta lei recentemente introduzida for melhor, revogar a antiga, do mesmo modo deve-se agir com as definições também, e nós mesmos apresentarmos uma nova definição, pois se for obviamente uma melhor definição e suprir uma melhor indicação do objeto definido, ficará claro que a definição já formulada terá sido derrubada, uma vez que nunca há mais de uma definição da mesma coisa.

Ao afrontar qualquer definição, instaura-se como princípio elementar sumamente importante atinar por si mesmo, de maneira meticulosa, uma definição do objeto em pauta, ou então adotar alguma definição corretamente expressa, pois se conclui necessariamente que, mediante um modelo, por assim dizer, diante de si, pode-se ver qualquer coisa que esteja faltando que a definição deva conter e qualquer adição desnecessária, com o que se estará melhor munido de recursos para ataque.

E que isso baste, por conseguinte, no que toca ao nosso tratamento das definições.

LIVRO VII

I

151b28 Se as coisas são *idênticas* ou *diferentes* no mais estrito sentido verbal do termo *idêntico* – e asseveramos que o idêntico em seu sentido mais estrito é a unidade numérica[626] – é algo a ser 30 examinado do ponto de vista de suas inflexões, coordenados e opostos, pois se *justiça* é idêntica a *coragem*, então também o *justo* é idêntico ao *corajoso* e *justamente* idêntico a *corajosamente*, ocorrendo o mesmo também com os opostos, pois se duas coisas são idênticas, seus opostos, de acordo com qualquer das chamadas oposições, também são idênticos, uma vez que não faz diferença se é tomado o oposto de uma ou da outra, uma vez 152a1 que são idênticos. Um outro exame deve ser executado do ponto de vista dos agentes de sua *produção e destruição e de sua geração e corrupção*, e geralmente de qualquer coisa que se encontra numa relação similar com cada uma delas, pois quando as coisas são absolutamente idênticas, sua geração e corrupção são também idênticas, bem como os agentes de sua produção e destruição.[627]

5 É preciso também examinar – quando se diz que uma de duas coisas é alguma coisa num grau superlativo – se a outra destas coisas idênticas também atinge um grau superlativo no mesmo aspecto. Por exemplo, Xenócrates tenta demonstrar que a vida feliz e a vida boa são idênticas, uma vez que de todas as vidas a vida boa e a vida feliz são as mais elegíveis, pois somente uma coisa pode ser caracterizada como *a mais elegível* e *a mais im-* 10 *portante*. Igualmente com todas as demais coisas deste tipo. Mas cada uma das duas coisas que é descrita como *a mais importante* ou *a mais elegível* tem que ser numericamente una, de outro modo não terá sido demonstrado que são idênticas, pois não se conclui necessariamente que se os peloponesianos e os lacedemônios são os mais corajosos gregos, os peloponesianos são 15 idênticos aos lacedemônios, uma vez que nem *peloponesiano*

626. Em 103a23.

627. Ver o tratado *Da geração e corrupção*.

nem *lacedemônio* é uma coisa numericamente una; apenas se conclui que um grupo deve ser incluído no outro, como os lacedemônios estão incluídos nos peloponesianos.[628] Caso contrário, se um grupo não estiver incluído no outro, resultará que cada um será melhor do que o outro, pois segue-se necessariamente que os peloponesianos são melhores do que os lacedemônios se um grupo não estiver incluído no outro, visto que são ambos melhores do que quaisquer outros. Analogamente, também, os lacedemônios têm que ser melhores do que os peloponesianos porque eles também são melhores do que quaisquer outros. Assim, cada um é melhor do que o outro. É evidente, portanto, que o que é descrito como *o melhor* e *o mais importante* tem que ser numericamente uno, se pretende-se demonstrar que é *idêntico* a alguma coisa mais. Por esta razão, também, Xenócrates não demonstra sua alegação porque nem a vida feliz nem a vida boa são numericamente una e, por conseguinte, não são necessariamente idênticas porque são ambas as mais elegíveis, somente que uma deve se enquadrar na outra.

Ademais, cumpre averiguar se quando uma de duas coisas é a mesma que uma terceira, a outra também é idêntica a esta terceira, pois se as duas não forem idênticas a esta mesma coisa, evidentemente também não são idênticas entre si.

Além disso, é indispensável examiná-las do ponto de vista de seus acidentes ou das coisas das quais elas são acidentes, pois qualquer acidente de uma tem também que ser um acidente da outra, e se uma delas for um acidente de alguma coisa mais, também a outra o deverá ser, pois se houver qualquer discordância em tais pontos, obviamente elas não são idênticas.

Também é preciso verificar se ambas não pertencem a uma mesma categoria, uma significando uma qualidade, a outra uma
152b1 quantidade ou uma relação; adicionalmente, se o gênero de cada uma deixa de ser o mesmo, um sendo *bem* e o outro, *mal*, ou um, *virtude* e o outro, *conhecimento;* ou se, embora o gênero seja o mesmo, as diferenças predicadas de um ou outro deles não são as mesmas, a de um sendo conhecimento *especulativo* e a do outro, *prático*, e assim igualmente com todos os demais casos.

628. A Lacônia (região onde se situava a Lacedemônia ou Esparta) encontra-se na península do Peloponeso.

Ademais, do ponto de vista do grau mais elevado, é preciso verificar se uma admite grau mais elevado enquanto a outra não, ou se ambas o admitem, porém não simultaneamente; por exemplo, aquele que ama mais não tem um desejo mais elevado por relações sexuais, de modo que o amor e o desejo por relações sexuais não são a mesma coisa.

Que se acresça que é preciso observar o resultado de uma adição e verificar se cada uma feita à mesma coisa deixa de produzir o mesmo todo, ou se a subtração da mesma coisa de cada uma altera o restante. Supõe, por exemplo, que alguém afirmou que *um dobro de uma metade e um múltiplo de uma metade* são coisa idêntica; então, se *de uma metade* tiver sido subtraída de cada uma [das expressões], os restantes deverão significar a mesma coisa, e não significam uma vez que *dobro* e *múltiplo* não significam o mesmo.

Resta ainda ver não somente se alguma impossibilidade resulta imediatamente da afirmação de que duas coisas são idênticas, como também se pode resultar de uma suposição, como, por exemplo, quando se assevera que *vazio e repleto de ar* são o mesmo, pois é óbvio que se o ar foi expulso, o espaço não estará *menos*, mas *mais* vazio, embora não estará mais repleto de ar. Assim, mediante uma suposição, seja falsa ou verdadeira (pois é indiferente), um dos dois termos é derrubado, ao passo que o outro, não – de sorte que não podem ser idênticos.

Em termos gerais, é necessário atentar para todo possível predicado de cada um dos dois termos e para as coisas das quais eles são predicados, e verificar se há qualquer discordância em algum lugar, pois qualquer coisa que seja predicada de um deve também ser predicada do outro, e de qualquer coisa de que um seja um predicado, o outro também deve ser um predicado.

Ademais, visto que *idêntico* é usado em diversos sentidos, é preciso atentar se as coisas são idênticas de alguma maneira diferente também, pois coisas que são idênticas *especificamente* ou *genericamente* não são necessariamente idênticas ou não podem ser idênticas numericamente e [cumpre] examinarmos se são ou não são idênticas nesse sentido.

Ademais, é preciso verificar se uma pode existir sem a outra, pois neste caso não podem ser idênticas.

II

Estes são, então, os vários tópicos que se relacionam com o *idêntico*. É evidente, com base no que foi dito, que todos os tópicos destrutivos que se ocupam do idêntico são também úteis para lidar-se com a definição, como já foi observado,[629] porque se o termo e a descrição não significam a mesma coisa, fica
153a1 óbvio que a descrição expressa não pode ser uma definição. Por outro lado, nenhum dos tópicos construtivos é útil para a definição, pois não basta mostrar que o conteúdo da descrição e o termo são idênticos a fim de estabelecer que a descrição é uma definição, devendo também a definição possuir todas as demais características que foram indicadas.[630]

III

Desta maneira e segundo estes métodos, cumpre a nós sempre procurar destruir uma definição. Mas se desejarmos construir uma, deveremos começar por compreender que *poucos* – se os há – daqueles que empreendem discussões atingem uma definição por dedução, tomando, ao contrário, todos eles como seu ponto de partida uma suposição, como fazem aqueles que se ocupam da geometria e dos números[631] e de todos os demais estudos deste tipo. Em segundo lugar, precisamos compreender que pertence a uma outra investigação[632] formular minuciosamente tanto o que é uma definição quanto como devemos construí-la, e que de momento necessitamos apenas ir até onde requer nossa presente tarefa, de modo que só nos é exigido afirmar que é possível haver silogismo em torno de uma definição e do *o que é* de uma coisa, pois se uma definição é uma descrição que indica a essência de uma coisa e os predicados na definição devem também ser os únicos a serem predicados da coisa na categoria do *o que é*,[633] e os gêneros e diferenças são predicados na categoria do *o que é*, é óbvio que, se fosse alguém assumir que *isto* e *aquilo* são os únicos atributos predicados da coisa na categoria do *o que é*, a descrição contendo *isto* e *aquilo* seria necessariamente uma definição, pois nada mais pode ser uma definição, uma vez que nada mais é um predicado da coisa na categoria do *o que é*.

629. Em 102a11.

630. Em 139a24 e seguintes.

631. Quer dizer, a aritmética.

632. Presente em *Analíticos Posteriores*, Livro II, Capítulos III a XIII.

633. κατηγορειται δ εν τω τι εστι (*kategoreitai d en to ti esti*): a categoria da substância.

Fica claro, portanto, que é possível deduzir uma definição. De quais materiais as definições deveriam ser construídas foi determinado mais precisamente alhures,[634] mas os mesmos tópicos são úteis à investigação que se coloca diante de nós agora. Cabe indispensavelmente observar os contrários e os outros opostos, inspecionando as descrições tanto como todos quanto como partes, pois se a descrição oposta for uma definição do termo oposto, a descrição dada terá que ser necessariamente uma definição do termo que está sendo considerado. Como, entretanto, há diversas possíveis conjunções dos contrários, é preciso selecionar entre os contrários aquela cuja definição contrária seja maximamente clara. As descrições, então, como um todo, têm que ser examinadas do modo indicado, e, como partes, da maneira que se segue. Deve-se começar por averiguar se o gênero expresso foi corretamente expresso, pois se o contrário foi colocado no gênero contrário, e o termo que está sendo considerado não estiver no mesmo gênero, é evidente que estaria no gênero contrário, uma vez que contrários devem necessariamente estar no mesmo gênero ou em gêneros contrários. Além disso, sustentamos que as diferenças contrárias deveriam ser predicadas dos contrários, como, por exemplo, do branco e do negro, pois uma é diacrítica[635] e a outra sincrítica[636] da visão.
153b1 Assim, se diferenças contrárias são predicadas do termo contrário, as diferenças expressas seriam predicadas do termo que está sendo considerado. Uma vez, portanto, que tanto o gênero quanto as diferenças foram corretamente expressos, é evidente que a descrição expressa seria uma definição. Mas é possível que não resulte necessariamente que as diferenças contrárias são predicadas dos contrários, a menos que estes estejam no mesmo gênero; porém, onde os gêneros são contrários não há razão por que a mesma diferença não deva ser predicada de ambos, por exemplo, da justiça e da injustiça, pois uma é uma virtude e a

634. Helenistas como E. S. Forster, reconhecem esta determinação em *Analíticos Posteriores*, Livro II, Capítulos XIII e XIV.

635. Isto é, tende a dispersar.

636. Isto é, tende a comprimir.

outra um vício da alma, e assim *da alma* é empregado como uma diferença em ambos os casos, uma vez que há uma virtude e um vício também do corpo. Isto, contudo, de uma maneira ou outra é verdadeiro [ou seja,] que as diferenças dos contrários são ou contrárias ou idênticas. Se, portanto, a diferença contrária é predicada do termo contrário e não do termo em questão, é óbvio que a diferença indicada seria predicada deste último. Expressando-nos em moldes gerais, como a definição é composta de gênero e diferença, se a definição do contrário for clara, a definição do termo sob consideração também será clara, pois uma vez que o contrário está ou no mesmo gênero ou no gênero contrário e, igualmente, as diferenças predicadas dos contrários são ou contrárias ou idênticas, obviamente ou [1] o mesmo gênero seria predicado do termo que está sendo considerado como de seu contrário – sejam as diferenças todas contrárias ou alguma delas contrárias e as restantes idênticas – ou [2] inversamente, as diferenças são idênticas e os gêneros contrários, ou [3] tanto os gêneros quanto as diferenças são contrários, pois não é possível que ambos sejam idênticos, de outra maneira contrários terão a mesma definição.

Necessário também examinar *inflexões e coordenados*.[637] Por exemplo, se *esquecimento é uma perda de conhecimento*, *esquecer é perder conhecimento* e *ter esquecido é ter perdido conhecimento*. Se, portanto, qualquer uma destas coisas for admitida, também o restante terá necessariamente que ser admitido. Do mesmo modo, se *corrupção é uma dissolução da substância*, então *ser corrompido é ter a própria substância dissolvida* e *corruptivelmente* significa *de um tal modo a dissolver a substância*, e se *corruptível* significa *tendente a corromper a substância*, *corrupção é a dissolução da substância*. O mesmo ocorre com as demais inflexões: se qualquer uma delas é assumida, todas as outras também são admitidas.

É preciso também considerar as coisas que entretêm uma relação mútua igual, pois se *saudável* significa *o que produz saúde*,
154a1 *vigoroso* também significará *o que produz vigor* e *benéfico* significará *o que produz bem*, pois cada um dos [termos] mencionados se acha semelhantemente relacionado ao seu próprio fim particular, de sorte que se a definição de um deles é de que *produz* seu fim, esta seria também a definição de cada um dos outros.

637. Aristóteles se refere fundamentalmente aos casos (das declinações) e às conjugações verbais.

Ademais, é preciso considerar o grau de superioridade e o grau de igualdade em todas as múltiplas situações nas quais é possível ser construtivo comparando-se duas coisas com duas outras coisas. Por exemplo, se *isto* define *aquilo* melhor do que alguma coisa mais define alguma coisa mais e esta última é uma definição, então também o será a primeira. Também, se *isto* define *aquilo* no mesmo grau em que alguma coisa mais define alguma coisa mais e esta última é uma definição, também será uma definição a primeira. O exame com base no grau de superioridade se revela inútil quando *uma* definição é comparada com *duas* coisas ou *duas* definições com *uma* coisa, pois possivelmente não haja uma definição de duas coisas ou duas definições da mesma coisa.

IV

Os tópicos mais funcionais são os já mencionados e aqueles baseados em coordenados e inflexões. Disso se conclui ser particularmente necessário compreendê-los e tê-los prontos para o uso por serem muito freqüentemente úteis. No que respeita aos restantes, devem ser empregados os de mais larga aplicação – porque são os mais eficazes dos restantes – por exemplo, a consideração dos casos individuais e o exame das espécies visando verificar se a descrição é aplicável, já que a espécie apresenta sinonímia com seus membros. Este procedimento é útil contra aqueles que supõem a existência de Idéias, como indicado anteriormente.[638] Ademais, é preciso verificar se um termo foi utilizado metaforicamente ou foi predicado de si mesmo como se fosse alguma coisa distinta. Que se acresça que qualquer outro tópico deve ser utilizado, caso apresente ampla gama de aplicação e se mostre eficaz.

V

O fato de ser mais difícil construir do que destruir uma definição se evidencia pelas razões que indicaremos na seqüência.

638. Em 148a14 e seguintes.

[Assim é porque] para alguém discernir e obter daqueles que estão sendo interrogados o tipo de premissas de que necessita é sumamente difícil, por exemplo, que as partes constituintes da descrição dada sejam, em primeiro lugar, *gênero*, e em segundo lugar, *diferença*, e que o gênero e as diferenças sejam predicados na categoria do *o que é*. Mas sem tais premissas é impossível deduzir uma definição, pois se outras coisas também são predicadas da coisa na categoria do *o que é*, é incerto se a descrição dada ou alguma outra descrição seja a definição da coisa, pois uma definição é uma descrição que denota o *o que é*,[639] o que também se evidencia pelas considerações que se seguem. É mais fácil chegar a *uma* conclusão do que a *muitas*. Quando, portanto, alguém está contestando (destruindo) uma definição, basta que argumente contra um ponto único (já que se tivermos destruído qualquer ponto que seja da definição, a teremos deitado toda por terra); entretanto, no caso da argumentação construtiva, é necessário estabelecer que tudo na definição é aplicável. Ademais, quando se trata de construir, é preciso aduzir a 154b1 raciocínio dedutivo de aplicação universal, pois a definição tem que ser predicada de tudo de que o termo é predicado e, além disso, é necessário que seja convertível se pretendemos que a definição apontada seja peculiar ao sujeito. Por outro lado, quando se trata da finalidade destrutiva, cessa a necessidade de demonstrar a universalidade, uma vez que basta demonstrar que a descrição é falsa no que tange a alguma coisa subordinada ao termo. Ademais, se fosse necessário destruir a definição universalmente, mesmo assim não haveria a necessidade da proposição ser convertível para destruí-la, pois basta para sua destruição de maneira universal demonstrar que a descrição não é predicada de nenhuma das coisas das quais o termo é predicado; e o inverso disso não é necessário para demonstrar que o termo é predicado daquelas coisas das quais a descrição não é predicada. Ademais, se for aplicável a tudo que se subordina ao termo, mas não a ele isoladamente, a definição estará destruída.

Algo análogo ocorre também no tocante à propriedade e ao gênero, pois em ambos os casos é mais fácil derrubar do que construir. O caso da propriedade fica claro com base no que foi dito, pois a propriedade é geralmente indicada numa expressão

639. το τι ηv ειναι (*to ti ên einai*), ou seja, a essência, a substância.

complexa, de modo que é possível derrubá-la pondo por terra um elemento presente nela, enquanto para construí-la é necessário estabelecer todos os elementos por meio do raciocínio. Também, quase todas as outras coisas suscetíveis de serem ditas da definição podem também ser adequadamente ditas da propriedade, pois aquele que está formulando uma propriedade precisa demonstrar que ela se predica de tudo que está subordinado ao termo, ao passo que basta às finalidades contestatórias demonstrar que não consegue se predicar de um dos sujeitos. Ademais, mesmo que se predique de todos eles, mas não exclusivamente, nestas circunstâncias também a propriedade é posta por terra, como foi observado no que tange à definição. No que toca ao gênero, está claro que só há um procedimento a ser seguido ao formulá-lo, qual seja, demonstrar que ele se aplica a todos os casos, enquanto para contestá-lo (destruí-lo) há dois procedimentos possíveis, uma vez que a suposição original é destruída tanto se foi demonstrado que jamais se aplica, quanto também se foi demonstrado que não se aplica num caso particular. Ademais, na formulação de um gênero, não é suficiente demonstrar que é aplicável (predicável), sendo necessário demonstrar também que se aplica como um gênero, enquanto na contestação que o deita por terra basta demonstrar que não consegue se aplicar quer num caso particular, quer em todos os casos. De fato, parece, tal como sucede, que em tudo o mais, destruir é mais fácil do que construir, aqui também contestar destrutivamente é mais fácil do que formular.

No caso do acidente, é mais fácil contestar do que confirmar o universal, uma vez que para confirmá-lo é preciso demonstrar que se predica em todos os casos, enquanto para contestá-lo basta demonstrar que não se predica num caso particular. O particular, ao contrário, é mais fácil de confirmar do que de contestar, pois para confirmá-lo basta demonstrar que se predica 155a1 num caso, enquanto para contestá-lo é preciso demonstrar que jamais se predica.

Também está claro que, de tudo, o mais fácil de destruir é uma definição, pois, visto conter ela muitas asserções, as oportunidades que oferece [para ser atacada] são numerosíssimas, e quanto mais copioso o material, mais prontamente pode o raciocínio atuar, pois é mais provável a ocorrência de erro quando o material é copioso, do que quando é escasso. Ademais, é

também possível atacar uma definição por meio dos outros atributos, pois se a descrição não é peculiar ou se aquilo que é apontado não é o gênero, ou se alguma coisa na descrição não se predica, a definição estará refutada. Por outro lado, contra os outros é impossível argumentar com todos os *materiais*[640] oriundos das definições, e, tampouco, podem os restantes ser usados, isto porque somente aqueles que se relacionam ao acidente são comuns a todos os ditos atributos (predicados), uma vez que cada um destes deve se predicar do sujeito, mas se o gênero não se predicar como uma propriedade, não é ainda destruído. Analogamente, também, a propriedade não se predica necessariamente como um gênero, nem o acidente como um gênero ou uma propriedade, embora possam meramente se predicar. É, portanto, impossível usar um conjunto contra o outro, salvo quando a definição está envolvida. Fica evidente, portanto, que a definição é, entre todas as coisas, a mais fácil de ser destruída, porém a mais difícil de ser construída, visto que é necessário estabelecer todos os demais pontos pelo raciocínio dedutivo (a saber, que os atributos afirmados [efetivamente] se predicam e que aquilo que foi expresso é um verdadeiro gênero, e que a descrição é peculiar) e, além disso, que a descrição indica a essência da coisa, o que deve ser feito corretamente.

No que diz respeito ao restante, a propriedade majoritariamente se limita a assemelhar-se à definição, na medida em que é mais fácil de ser destruída por ser usualmente composta de muitos termos, e a mais difícil de ser formulada, uma vez que muitos pontos exigem argumentação e, além disso, porque se aplica exclusivamente ao sujeito e é predicada convertivelmente com ele.

A coisa mais fácil de ser formulada é o acidente, pois nos demais casos é preciso demonstrar não apenas que o predicado predica o sujeito, como também que o predica de uma maneira particular, ao passo que no caso do acidente, basta demonstrar que predica. Por outro lado, o acidente é o mais difícil de ser destruído porque oferece o mínimo de oportunidades [para ser atacado], isto porque ao enunciar um acidente não se acrescenta nenhuma indicação da maneira na qual ele se predica, de forma que nos outros casos é possível refutar a afirmação de

640. Isto é, argumentos ou tópicos.

dois modos, ou mostrando que o predicado não pertence [ao sujeito] ou que não pertence [a ele] de uma maneira particular; entretanto, tratando-se do acidente, é impossível destruí-lo, exceto mostrando que não se predica [do sujeito].

Deste modo, os tópicos que nos munirão de copiosos recursos para atacar cada tipo de problema foram enumerados de maneira suficientemente adequada.

LIVRO VIII

I

153b3 O próximo passo é discorrer sobre a organização e o método de propor as questões. Aquele que está prestes a fazer indagações necessita, antes de qualquer outra coisa, escolher o *terre-*
153b5 *no*[641] do qual deve desferir seu ataque; em segundo lugar, precisa formular suas questões e organizá-las uma a uma em sua própria mente; em terceiro e último lugar, deve proceder a dirigi-las a uma outra pessoa. No que concerne à escolha do terreno, o filósofo e o dialético estão numa situação análoga, mas a organização subseqüente do material e a construção das questões constituem o domínio característico do dialético, uma vez que tal procedimento envolve sempre uma relação com uma outra parte. Por outro lado, o filósofo e o investigador individual não se importam se, ainda que as premissas por meio das quais seu raciocínio procede sejam verdadeiras e familiares, o respondente se recusa a admiti-las porque estão demasiado próximas do ponto de partida e ele prevê o que resultará de sua admissão; na verdade, o filósofo talvez até esteja interessado que seus axiomas sejam tão familiares e tão próximos de seu ponto de partida quanto possível, uma vez que é deste material que são construídos os raciocínios científicos.[642]

As fontes das quais os tópicos devem ser extraídos já foram indicadas.[643] Temos agora que nos ocupar da organização e da construção das questões, depois de ter primeiramente distinguido as premissas que têm que ser adotadas, além das necessárias. As que são chamadas premissas necessárias são aquelas por meio das quais procede o raciocínio. As que são adotadas além destas pertencem a quatro classes:[644] servem ou [1] indutiva-

641. ...τοπον (*topon*), mais exatamente o *fundamento do raciocínio.* Na verdade, Aristóteles está se referindo pura e simplesmente ao *tópico.*

642. Sempre implícita a distinção entre raciocínios científicos e raciocínios dialéticos.

643. Nos Livros II a VII.

644. Que correspondem a quatro finalidades.

mente, de modo a garantir a [premissa] universal, ou [2] para acrescentar peso ao argumento, ou [3] para ocultar a conclusão, ou [4] para proporcionar maior clareza ao argumento. Além destas, não há necessidade de nenhuma outra premissa, mas por meio delas temos que tentar ampliar e moldar nossas questões. Aquelas que são utilizadas para ocultação servem a propósitos de controvérsia, mas, uma vez que este tipo de procedimento é sempre dirigido contra uma outra parte, estas também devem ser empregadas.

As premissas necessárias, portanto, através das quais o raciocínio procede, não devem ser aventadas imediatamente sob sua forma original, devendo-se manter todo o possível afastado delas; por exemplo, se quer-se estabelecer que o conhecimento dos contrários é uno e o mesmo, será conveniente afirmar não os contrários, mas os opostos, pois se isso for admitido, argumentar-se-á que o conhecimento dos contrários é também uno e o mesmo, visto que contrários são opostos. Se, por outro lado, o respondente se recusa a admiti-lo, convém então estabelecê-lo mediante indução, construindo uma proposição que se ocupa de contrários particulares, pois se tem que assegurar as necessárias premissas mediante dedução ou indução, ou então parcialmente mediante indução, e parcialmente mediante dedução, embora se possa aventar sob sua forma original quaisquer premissas que sejam indubitavelmente claras, pois a conclusão resultante é sempre menos óbvia quando se encontra ainda distante e alcançada pela indução, e concomitantemente, se não se puder estabelecer as premissas necessárias da maneira acima indicada, ainda será possível aventá-las em sua forma original. As premissas além destas já mencionadas[645] precisam ser estabelecidas em vista dessas premissas necessárias, devendo cada uma ser utilizada como se segue, a saber, *por indução dos particulares para o universal e do conhecido para o desconhecido*, e os objetos da percepção sensorial são melhor conhecidos ou pura e simplesmente (absolutamente) ou, ao menos, pela maioria das pessoas. Para a dissimulação da conclusão, deve-se estabelecer mediante prévios silogismos, as premissas através das quais a dedução da proposição original deve proceder, e elas devem ser tão numerosas quanto possível. Isso seria melhor atingido se

645. Em 155b.

alguém se dispusesse a estabelecer, mediante o raciocínio dedutivo, não apenas as premissas necessárias, como também algumas daquelas requeridas para sua obtenção. Ademais, não se deve declarar as conclusões, mas estabelecê-las dedutivamente todas juntas num estágio posterior, com o que se conservaria o respondente o mais distante possível da proposição original. Para nos expressarmos de maneira geral acerca desse assunto, aquele que desejar ocultar seu propósito enquanto deduz respostas deveria construir suas questões de uma tal forma que, quando o argumento inteiro tiver sido o sujeito das questões e ele houver indicado a conclusão, restasse ainda indagar "Por que é assim?", o que é alcançado da melhor forma seguindo-se o método acima, pois se somente a conclusão final é indicada, não fica claro como ela foi obtida, porque o respondente não pode prever a base sobre a qual ela se apóia, visto que os silogismos preliminares não formaram um todo orgânico e o silogismo da conclusão é o que menos forma um todo orgânico, se formulamos não as premissas admitidas, mas somente aquelas pelas quais procede o raciocínio dedutivo.

Constitui também uma prática útil não estabelecer as proposições admitidas, nas quais os silogismos são baseados na sua ordem natural, mas alternar uma que conduz a uma conclusão com uma outra que conduz a uma outra conclusão, pois se aquelas que estão estreitamente ligadas são dispostas lado a lado, a conclusão delas resultante é antecipadamente mais evidente.

Dever-se-ia, também, toda vez que possível, estabelecer a premissa universal sob a forma de uma definição que se relacione não com os termos efetivos em questão, mas com os seus coordenados, pois as pessoas se deixam enganar quando uma definição é estabelecida tratando de um coordenado, imaginando que não estão fazendo a admissão universalmente. Isso aconteceria, por exemplo, se fosse necessário estabelecer que o homem irado deseja a vingança em razão de um aparente menoscabo e tivesse que ser estabelecido que a ira é um desejo de vingança em razão de um aparente menoscabo, pois obviamente, se isso fosse estabelecido, teríamos a admissão universal que necessitamos. Por outro lado, sucede com freqüência, quando as pessoas emitem proposições que tratam do termo efetivo, que o respondente se recusa a dar seu assentimento porque ele objeta mais prontamente quando o termo efetivo é usado, dizendo, por

exemplo, que o homem irado não deseja vingança, já que, embora fiquemos irados com nossos pais, não obstante isso não estamos desejosos de vingança. [Mas] possivelmente tal objeção não seja autêntica, pois, no que toca a algumas pessoas, meramente causar sofrimento e induzir ao arrependimento constituem 156b1 vingança suficiente. Entretanto, isso tende a gerar uma impressão de que a negação da proposição não é implausível. Mas, no que concerne à definição da ira, não se mostra tão fácil encontrar uma objeção como em alguns outros casos.

Ademais, cumpre formular a proposição como se o fizesse não em vista dela mesma, mas como se houvesse alguma outra meta, pois as pessoas estão alertas contra o que seja útil à tese. Em suma, aquele que apresenta as questões, deve deixar na obscuridade se deseja estabelecer o que está realmente propondo ou seu oposto, pois se aquilo que é útil ao argumento é obscuro, será mais provável que as pessoas expressem o que realmente pensam.

Adicionalmente, deve-se levar avante o questionamento por meio da similaridade, sendo este um método plausível e a universal é menos óbvia. Por exemplo, dever-se-ia argumentar que como conhecimento e ignorância dos contrários é a mesma coisa, também é a percepção dos contrários a mesma coisa, ou, inversamente, se a percepção deles é a mesma, conseqüentemente também o é o conhecimento. Este método se assemelha à indução, mas não é o mesmo, já que na indução o universal é estabelecido a partir dos particulares, ao passo que, quando se lida com similares, o que é estabelecido não é o universal a que estão subordinados todos os similares.

Por vezes, se deve também propor a si mesmo uma objeção, pois os respondentes não se mostram suspeitosos quando lidam com aqueles que lhes parecem estar argumentando imparcialmente. Também se revela útil acrescentar "Esta ou aquela opinião é a geralmente sustentada e manifestada", pois as pessoas se esquivam de tentar um confronto com opiniões correntes, a menos que disponham de uma objeção contra elas, e como simultaneamente se valem de argumentos deste mesmo gênero, se sentem pouco à vontade na tentativa de refutá-los. É de se lembrar, também, que não se deve pecar por excesso de zelo, ainda que fosse inteiramente vantajoso assim agir. O problema é que as pessoas oferecem mais oposição aos zelosos. Outro cuidado consiste em apresentar a proposição como se esta fosse uma ilustração, pois as pessoas estão mais predispostas a admitir o que é proposto em vista de uma finalidade distinta e que não detém utilidade para si mesmo. Ademais, não se deve aventar a própria proposição que tem que ser estabelecida, mas alguma coisa de que ela necessariamente resulte, uma vez que é mais provável que as pessoas concedam esta última porque a conseqüência dela é menos óbvia e, quando houver sido estabelecida, a outra[646] terá também sido estabelecida. Além disso, convém reservar para última questão o ponto que mais se deseja estabelecer, pois as pessoas mostram maior aptidão para negar as primeiras questões apresentadas porque a maioria dos questionadores formula primeiro os pontos que mais deseja ver concedidos. Mas quando se trata com certos opositores, é conveniente aventar tais proposições em primeiro lugar, pois pessoas de mau gênio concedem mais prontamente os primeiros pontos, se aquilo que se vai concluir não é absolutamente óbvio, e manifestam seu mau gênio no fim. Algo do mesmo feitio ocorre com aqueles que se julgam hábeis nas respostas, pois após admitirem a maioria dos pontos, acabam por fazer uso de jogos de palavras, alegando que a conclusão não resulta daquilo que foi admitido – ainda que façam prontas concessões, confiando em sua prática 157a1 habitual e imaginando que não serão derrotados. Além disso, constitui bom expediente prolongar o argumento e neste introduzir pontos que carecem de utilidade, exatamente como fazem aqueles que constroem falsas figuras geométricas, pois quando o material é copioso, é menos evidente onde se encontra a falácia. É por esta razão também que os proponentes de questões não são apanhados por introduzirem de uma maneira sub-reptícia coisas que, se propostas separadamente, não seriam admitidas.

Visando dissimular o propósito, portanto, deve-se recorrer aos métodos supracitados. Se o que se pretende é ornamentar o discurso, deve-se empregar a indução e a distinção das [noções das] coisas pertencentes a um gênero estreitamente semelhante. O que é a indução salta óbvio; quanto à distinção, é obtida mediante proposições tais como *que uma ciência é melhor do que uma outra*, ou porque é mais exata ou porque diz respeito a objetos de maior excelência, e *que algumas ciências são especu-*

646. Ou seja, a própria proposição.

lativas, outras práticas e outras criativas.[647] Toda distinção deste tipo ajuda a adornar o argumento, ainda que sua inclusão não seja necessária à conclusão.

No que diz respeito à clareza da discussão, devem ser aduzidos exemplos e ilustrações, os exemplos sendo apropriados e retirados de coisas que nos são familiares, do tipo utilizado por Homero, e não daquele empregado por Quérilo.[648] Graças a esta prática a proposição pode ganhar clareza.

II

Na argumentação dialética, o silogismo deve ser usado mais contra os dialéticos do que contra a multidão; pelo contrário, o raciocínio indutivo deve, de preferência, ser utilizado contra a multidão, assunto de que nos ocupamos antes.[649] Quando se emprega a indução, é possível às vezes formular a questão de uma forma geral, mas às vezes não é fácil fazê-lo porque não há termo comum formulado que se aplique a todas as similaridades; mas quando é necessário estabelecer o universal, as pessoas utilizam a expressão *Assim em todos os casos deste tipo.* Entretanto, constitui uma das mais árduas tarefas definir quais dos termos propostos são *deste tipo* e quais não são. Devido a isso, as pessoas freqüentemente confundem um com o outro em suas discussões, alguns alegando que as coisas são similares quando não o são, outros argumentando que coisas similares não são similares. Portanto, é preciso tentar cunhar um termo que seja aplicável a todas as coisas de um certo tipo, de modo a impossibilitar ou que o respondente argumente que aquilo que está sendo proposto não é usado em similaridade, ou que o questionador falsamente o represente como usado em similaridade

647. É precisamente a classificação aristotélica básica das ciências: as *especulativas* [θεωρητικαι (*theoretikai*)] têm como meta um conhecimento puramente conceitual ou intelectivo (tais como as matemáticas, a física e a metafísica); as *práticas* [πρακτικαι (*praktikai*)] visam a um conhecimento para utilização nas ações externas (como a economia, a ética e a política); as *criativas ou produtivas* [ποιητικαι (*poietikai*)] objetivam a um conhecimento que possibilita a criação de produtos distintos da própria ciência (são as diversas artes [τεχνη (*tecnê*)], como a medicina, a construção de navios, a tecelagem, a carpintaria, a arte bélica, a arquitetura, a poesia, a escultura, a pintura, etc.).

648. Poeta épico, de importância secundária, oriundo da Ásia Menor.

649. Em 105a16-19.

quando não o é, uma vez que muitas coisas parecem ser usadas em similaridade quando realmente não o são.

Quando alguém realiza um raciocínio indutivo com base em muitos particulares e o respondente se recusa a admitir o universal, justifica-se exigir-lhe a objeção. Se, por outro lado, não foram indicados os casos nos quais o objeto é tal, não estará justificado exigir-lhe os casos nos quais o objeto não é tal. Deve-se
157b1 primeiro proceder ao raciocínio indutivo para, em seguida, exigir a objeção. Ademais, deve-se exigir que as objeções não sejam referidas ao próprio sujeito da proposição, salvo se for a única coisa de seu gênero, como, por exemplo, *dois* é o único número par que é primo, pois aquele que objeta deve ou fazer sua objeção relativamente a um outro caso ou então afirmar que o caso em pauta constitui o único de seu gênero. Quando as pessoas objetam uma proposição universal, referindo sua objeção não à própria coisa, mas a algo que lhe é homônimo – dizendo, por exemplo, que se poderia ter uma cor, ou um pé ou uma mão que não lhe são próprios (porquanto um pintor poderia ter uma cor e um cozinheiro poderia ter um pé que não lhes são próprios[650]) – é bastante conveniente fazer uma distinção em tais casos e, então, propor sua questão, pois se o homônimo não for exposto, a objeção à proposição parecerá válida. Se, todavia, ele interrompe nossa indagação objetando não em relação a um homônimo, mas em relação à própria coisa, deve-se omitir o ponto a que se dirige a objeção e trazer à baila o restante, formulando-o sob a forma de um universal, até que se consiga o que se necessita. Por exemplo, no caso do *esquecimento e ter esquecido*, as pessoas não concedem que aquele que perdeu o conhecimento de alguma coisa *o tenha esquecido* porque se houve alteração da coisa ele perdeu o conhecimento dela, mas não a esqueceu. É preciso, portanto, omitir o ponto a que se dirige a objeção e afirmar o resto, dizendo, por exemplo, que se ele perdeu o conhecimento da coisa enquanto esta ainda subsiste, então ele a esqueceu. É necessário lidar analogamente com aqueles que objetam a proposição de que *o mal maior é o oposto do bem maior*, pois eles aventam o argumento de que a saúde, que é um bem menor do que a condição corporal vigorosa, possui um mal maior como seu oposto, uma vez que a doença é

650. O pintor pode estar utilizando uma tinta preta ou vermelha, sendo ele branco, enquanto o cozinheiro pode estar preparando o pé de um animal que não é o seu.

um mal maior do que a condição corporal débil. É preciso, portanto, omitir, neste caso, também o ponto ao qual a objeção é dirigida, pois se este for omitido, o opositor estará mais predisposto a conceder algo como "o maior mal é o oposto do maior bem, a menos que um bem também implique o outro", na medida em que condição corporal vigorosa implica saúde. Este é o curso a ser seguido não somente quando ele oferece uma objeção, como também se ele negar nossa proposição sem fazer uma objeção por que prevê alguma coisa deste tipo, pois se aquilo a que a objeção se dirige for omitido, ele se verá forçado a admitir a proposição porque é incapaz de prever qualquer caso em que não seja verdadeira no desenrolar futuro da argumentação. Se não a admitir, ficará completamente incapacitado de expressar uma objeção quando for solicitado a fazê-lo. Proposições deste tipo são aquelas que são parcialmente falsas e parcialmente verdadeiras. Quando se lida com estas, é possível omitir algo e deixar o restante como verdadeiro. Se uma proposição é feita com base em muitos casos e ele não oferece objeção, tem-se que afirmar que ele a aceita, já que uma proposição dialética é a que assim se apóia em muitos casos e contra a qual não há objeção.

Quando é possível estabelecer o mesmo ponto quer sem ou com uma *reductio ad impossibile*, se alguém está demonstrando e não argumentando dialeticamente, não importa se o raciocínio dedutivo é feito pelo primeiro ou pelo último método; se, contudo, alguém está argumentando dialeticamente com uma outra pessoa, a dedução mediante o recurso a *reductio ad impossibile* não deve ser empregada. Se raciocinamos sem recorrer a *reductio ad impossibile*, nenhuma dúvida pode ser suscitada [pelo opositor]. Se, por outro lado, se deduz uma conclusão impossí-
158a1 vel, a menos que sua falsidade seja demasiado evidente, as pessoas negam que seja impossível, de sorte que os questionadores não logram o que desejam.

Cabe aventar todas as proposições verdadeiras em muitos casos e para os quais não haja objeção alguma ou, de qualquer modo, nenhuma que transpareça à superfície, pois se as pessoas não podem ver casos nos quais a proposição não é válida, elas a admitem como verdadeira.

Não se deve formular a conclusão sob a forma de uma questão, caso contrário nosso opositor meneará a cabeça e parecerá

que a dedução não surtiu efeito, já que amiúde, mesmo quando não se a formula sob a forma de uma questão, mas é proposta como uma conseqüência, as pessoas a negam, e assim fazendo evitam parecer que foram refutadas aos olhos daqueles que não conseguem perceber que a conclusão resulta das concessões que foram feitas. Sempre, portanto, que alguém formula a conclusão sob forma de uma questão, sem sequer mencionar que resulta como uma conseqüência, e a outra parte expressa negação, parecerá que a dedução fracassou completamente.

Concorda-se geralmente que nem todo universal pode formar uma proposição dialética; por exemplo: *O que é o homem?* ou *Em quais vários sentidos pode o bem ser usado?* Com efeito, pode-se responder *sim* ou *não* a uma proposição dialética, enquanto é impossível fazê-lo com as questões citadas. Conclui-se que tais questões não são dialéticas, a menos que o próprio questionador execute divisões ou distinções antes de apresentá-las, dizendo, por exemplo, *É o bem neste ou naquele sentido?* Tais questões podem ser facilmente respondidas afirmativa ou negativamente, de modo que é assim que se deve procurar aventar tais proposições sob essa forma. Ao mesmo tempo, talvez seja também justificável inquirir do respondente quais são os vários sentidos em que *o bem* é empregado, uma vez que tenhamos nós mesmos os distinguido e formulado e ele absolutamente se recusa a concordar.

Qualquer um que insista numa questão por um longo tempo é um mau interrogador, pois se a pessoa interrogada se mantém respondendo sua pergunta, obviamente ou ele indaga muitas coisas ou indaga a mesma coisa repetidamente, de modo que ou ele está em meio a um discurso vazio ou então não tem qualquer argumento racional a oferecer, já que o raciocínio dedutivo é sempre baseado apenas em algumas premissas. Por outro lado, se ele insiste em propor questões porque a outra parte não responde, por que não a repreende ou então pára de fazer indagações?

III

Há hipóteses que são a um tempo difíceis de atacar e fáceis de defender. Tanto coisas naturalmente primárias quanto coisas naturalmente finais pertencem a essa classe, porque as coisas

primárias requerem definição e as coisas finais são atingidas mediante muitos estágios, caso se queira estabelecer um contínuo encadeamento demonstrativo a partir de princípios primários, ou então os argumentos parecerão sofísticos, pois é impossível demonstrar qualquer coisa sem partir dos apropriados primeiros princípios e manter uma argumentação concatenada até atingir os princípios finais. Ora, os que estão sendo questionados não estão interessados em dar definições, como tampouco não atentam de modo algum se o interrogador as dá; e, todavia, é difícil argumentar se o que é proposto não é exposto com clare-
158b1 za. É o que ocorre principalmente no tocante aos primeiros princípios, pois enquanto é através deles que tudo o mais adquire clareza, eles não podem adquirir clareza através de qualquer outra coisa – e tudo desse tipo precisa ser tornado conhecido mediante definição.

Coisas que se situam muito próximas de um primeiro princípio também são difíceis de serem atacadas porque não é possível suprir muitos argumentos contra elas, uma vez que os estágios entre elas e o primeiro princípio – através dos quais é necessário demonstrar o que se segue – são poucos. Quanto às definições, as mais difíceis de atacar são as que empregam termos em relação aos quais em primeiro lugar não está claro se são usados num único sentido ou em vários sentidos e, ademais, não se sabe se são usados em seu sentido original ou metaforicamente pelo construtor da definição. Com efeito, devido à sua obscuridade, não oferecem pontos que possam ser atacados, e porque se desconhece se são obscuras por serem empregadas metaforicamente, não proporcionam objeto de refutação.

A nos expressarmos em geral, pode-se supor que qualquer problema que se mostra de difícil ataque *ou* requer definição, *ou* é um daqueles que comporta diversos significados, *ou* é expresso em linguagem metafórica, *ou* não está muito afastado dos primeiros princípios; *ou* ainda pode ser porque inicialmente esse ponto não está claro para nós, a saber, em qual das maneiras anteriormente mencionadas surge a causa de nossa dificuldade, pois quando a maneira na qual ela surge é clara, fica óbvio que seria necessário ou apresentar uma definição, ou estabelecer uma distinção, ou suprir as premissas intermediárias, pois é mediante tais recursos que as conclusões finais são exibidas.

Há muitas teses que não são facilmente discutidas e administradas salvo se a definição for corretamente expressa; por exemplo, a questão de se uma coisa possui um único contrário ou muitos. Se foi dada uma definição correta dos *contrários*, será fácil fazer as pessoas perceberem se a mesma coisa pode ter mais de um contrário ou não. Os outros termos que requerem definição podem ser administrados da mesma forma. Parece provável que nas matemáticas também a construção de figuras geométricas se torna, por vezes, difícil por falta de definição; por exemplo, na demonstração de que *a linha que corta o plano paralelo ao lado [de um paralelogramo] divide tanto a [própria] linha quanto a área semelhantemente.* Se a definição de *semelhantemente* for indicada, o significado se tornará imediatamente claro, uma vez que as áreas e linhas sofrem a mesma redução correspondente, e esta é a definição de *na mesma proporção.* De modo geral, é facílimo esclarecer os mais primários dos princípios elementares, tais como o significado de uma linha ou de um círculo, se suas definições forem formuladas, com a ressalva de não ser possível aventar numerosos argumentos sobre qualquer uma delas porque os estágios intermediários não são muitos. Se, contudo, as definições dos primeiros princípios não fo-
159a1 rem formuladas, será difícil e talvez mesmo completamente impossível [proporcionar esse esclarecimento]. Ocorre uma semelhança estreita entre os argumentos dialéticos e as noções geométricas.

Precisamos, em seguida, observar cuidadosamente que, quando uma tese se mostra de difícil manejo, é porque uma das circunstâncias anteriormente mencionadas[651] passou a existir em conexão com ela. Quando, entretanto, constitui uma tarefa mais árdua discutir o princípio assumido formador da premissa do que a tese, será o caso de se por em dúvida se tal suposição deveria ser feita ou não, pois se o opositor não se dispõe a admitir a suposição e se prepara para exigir que a discutamos também, ele estará prescrevendo uma tarefa maior do que foi originalmente proposto, ao passo que se ele se dispõe a admitir a suposição, estará fundando sua crença numa base menos digna de crédito. Se, portanto, não se deve aumentar a dificuldade do problema, a admissão deverá ser feita; mas se nos couber racio-

651. Indicadas em 158b16-21.

cinar dedutivamente por meio de premissas mais conhecidas, a admissão não deverá ser feita, ou, para nos expressarmos diferentemente, aquele que busca conhecimento não deve proceder à admissão, a menos que seja mais conhecida do que a conclusão; aquele, contudo, que se limita a praticar o exercício dialético deve proceder à admissão, bastando para isso que esta pareça verdadeira. Fica claro, portanto, que um *mero interrogador* e um *mestre* não têm o mesmo direito de reivindicar uma admissão.

IV

A formulação e a organização das questões foram, até este estágio, tratadas de modo plausivelmente adequado. No que respeita à resposta, deve-se começar por definir a função do bom respondente, bem como aquela do bom interrogador. A função do interrogador é de tal forma orientar a discussão que faça o respondente proferir as respostas mais implausíveis que possam resultar necessariamente de sua tese. A função do respondente é fazer parecer que *o impossível ou o paradoxal*[652] não é falha sua, sendo devidos à tese, porque possivelmente formular a tese errônea originalmente constitui um tipo diferente de erro daquele que consiste em não mantê-la adequadamente após alguém a ter formulado.

V

Ora, como não existem princípios definidos para aqueles que discutem pelo exercício e pelo exame (uma vez que os que ensinam ou aprendem e os que pugnam entre si não têm o mesmo objetivo, e o objetivo destes últimos difere daquele dos que debatem visando a investigação –, pois aquele que está aprendendo necessita sempre expressar o que pensa, visto que ninguém tenta ensinar uma falsidade; e, por outro lado, quando as pessoas contendem entre si, o interrogador deve, recorrendo a um meio ou outro, parecer que produz algum efeito, enquanto o respon-

652. το αδυνατον η το παραδοξον (*to adünaton ê to paradoxon*): o *paradoxos* é literalmente a opinião *que vai além da opinião comum e corrente*, que é a opinião geralmente aceita; é a opinião *extra*ordinária, o que não significa que seja falsa ou verdadeira. Entretanto, do ponto de vista dialético, o paradoxo ressalta suspeito ou insatisfatório pela simples razão de contrariar a opinião geralmente (universalmente) aceita.

dente deve parecer imperturbável, ao passo que nas reuniões dialéticas onde os debatedores argumentam não pela mera contenda competitiva, mas pelo exame e a investigação, regras formais não foram ainda estabelecidas quanto ao objetivo que o respondente deve perseguir e que tipo de coisas deve ele oferecer e que tipo não deve, de modo a sustentar sua tese adequadamente ou de outra maneira), porquanto não dispomos de tradições que nos foram legadas por outros, cabe a nós mesmos tentar dizer algo sobre o assunto.

O respondente tem necessariamente que sustentar o argumento assumindo uma tese que seja ou geralmente aceita ou geralmente rejeitada, ou nem aceita nem rejeitada, ou que é
159b1 aceita ou rejeitada ou absoluta ou condicionalmente, por exemplo, por alguma pessoa particular, ou pelo próprio discursador, ou por alguém mais. Mas a maneira na qual é aceita ou rejeitada é indiferente, pois o modo correto de responder será o mesmo, *nomeadamente*, admitir ou rejeitar o que foi indagado. Se a tese assumida pelo respondente é a geralmente rejeitada, a conclusão terá que ser a que é geralmente aceita e vice-versa, uma vez que o interrogador sempre procura deduzir a conclusão que é o oposto da tese do respondente. Se, entretanto, sua tese for tal que não seja nem geralmente aceita nem geralmente rejeitada, a conclusão também será desse tipo. Ora, como aquele que deduz bem demonstra sua conclusão a partir de premissas mais geralmente aceitas e mais conhecidas, é evidente que, se a proposição do interrogador é uma proposição que é geralmente rejeitada pura e simplesmente (absolutamente), o respondente não deverá conceder o que é assim absolutamente rejeitado, ou o que é realmente aceito, porém menos geralmente do que a conclusão que se visa, pois se a tese do respondente é uma tese geralmente rejeitada, a conclusão será uma conclusão que é geralmente aceita, de sorte que as premissas que o interrogador procura assegurar têm que ser todas geralmente aceitas, e ainda mais do que a conclusão, se o *menos* conhecido tiver que ser atingido através do *mais* conhecido. Portanto, se quaisquer das questões feitas não for deste tipo, o respondente não deverá concordar com ela. Se, entretanto, a tese assumida pelo respondente é uma tese geralmente aceita absolutamente, é óbvio que a conclusão visada pelo interrogador será uma conclusão que é geralmente rejeitada absolutamente. O respondente, portanto, deve conceder todos os pontos que são geralmente aceitos e

todos aqueles não geralmente aceitos que são menos geralmente rejeitados do que a conclusão visada, pois neste caso se julgaria ter ele argumentado adequadamente. E, assim, do mesmo modo, se a tese do respondente for uma tese que não é nem geralmente rejeitada nem geralmente aceita, pois também nestas circunstâncias tudo que pareça verdadeiro deveria ser concedido, e também, entre os pontos não geralmente aceitos, os que são mais geralmente aceitos do que a conclusão, pois o resultado disso é que os argumentos serão mais geralmente aceitos. Se, então, a proposição do respondente é uma proposição geralmente aceita ou geralmente rejeitada *absolutamente*, a comparação terá que ser feita com referência ao que é geralmente aceito; mas se a proposição não é geralmente aceita ou rejeitada *absolutamente*, mas somente pelo respondente, então terá que ser concedida ou não concedida com referência ao seu próprio julgamento pessoal do que é geralmente aceito ou não. Se, contudo, o respondente estiver defendendo a opinião de outrem, obviamente terá que conceder ou rejeitar cada ponto, de acordo com o julgamento daquela pessoa. É, inclusive, por esta razão que os que apresentam as opiniões de outros indivíduos, por exemplo, a afirmação de Heráclito de que *o bem e o mal são idênticos*, se recusam a conceder que é impossível aos contrários se aplicarem à mesma coisa ao mesmo tempo, não porque esta não seja a opinião deles, mas porque, de acordo com Heráclito, eles precisam dizê-lo. Esta também é a prática daqueles que defendem mutuamente as teses um do outro, pois visam a dizer o que aquele que assumiu a tese em pauta diria.

VI

Evidenciam-se agora quais deveriam ser as metas do respondente, se a posição adotada é geralmente aceita absolutamente ou somente por algum indivíduo. Ora, toda questão proposta tem que ser ou geralmente aceita ou geralmente rejeitada, ou nem aceita nem rejeitada, e o que é indagado tem que ser ou relevante ou irrelevante ao argumento; se [a questão] for geral-
160a1 mente aceita e [o que é indagado] irrelevante, o respondente deverá dar aceitação geral da questão proposta e admiti-la. Se, contudo, a questão não gozar de aceitação geral e for irrelevante, ele deverá admiti-la, mas observar que não goza de aceitação geral, a título de uma precaução para que não seja julgado um simplório. Se, por outro lado, o que é indagado for relevante e a questão gozar de aceitação geral, ele deverá observar que goza de aceitação geral, mas que se acha demasiadamente próxima da proposição original e dizer que, se for admitida, a proposição cairá por terra. Se o que o interrogador reivindica é relevante ao argumento, porém goza de excessiva rejeição geral, ele deverá declarar que, se esta concessão for feita, uma conclusão resultará, mas que o proposto é demasiado tolo para ser aceito. Quando não é nem geralmente rejeitado nem geralmente aceito, se não for relevante ao argumento, deverá ser concedido sem qualificação, mas se o for, uma observação deverá ser acrescentada de que, se concedido, a proposição original cairá por terra. Desta maneira, o respondente não será pessoalmente responsabilizado pelo que sucede a ele, uma vez que prevê o resultado de suas várias concessões, e o interrogador estará capacitado a extrair sua inferência, ao perceber que todas as premissas que gozam de maior aceitação do que a conclusão lhe são concedidas. Aqueles que tentam raciocinar dedutivamente a partir de premissas menos geralmente aceitas do que a conclusão, obviamente não raciocinam corretamente e, portanto, tais premissas não devem ser concedidas aos interrogadores.

VII

A situação será análoga para o interrogador quando os termos forem usados com obscuridade e apresentarem significação múltipla, pois se sempre é permitido ao respondente dizer, se não compreende, "Não compreendo" e se a questão tiver mais de um significado, ele não precisará aquiescer ou negar – é óbvio – em primeiro lugar, que, se o que é dito não apresenta clareza, ele não deve hesitar em dizer que não compreende, pois as pessoas sempre se defrontam com dificuldades se dão assentimento a questões que a elas não foram formuladas com clareza. Quando a questão é inteligível, mas pode comportar mais de um significado, supondo então que o que expressa é verdadeiro ou falso em todos os casos, ele terá que assentir ou negar absolutamente; porém, se for parcialmente verdadeira e parcialmente falsa, ele terá que juntar a observação que ela tem diversos significados e que num significado é falsa, no outro verdadeira, pois se ele fizer esta distinção apenas num estágio posterior, não

ficará claro se originalmente ele percebeu a ambigüidade. Se não previu a ambigüidade, mas assente quando apenas percebeu um significado, deverá dizer ao interrogador ao passar ao outro significado: "Não era este significado que eu tinha em vista, mas o outro, quando assenti", pois quando diversas coisas se enquadram no mesmo termo ou expressão, surge facilmente a discordância. Se, por outro lado, a questão proposta é clara e simples, a resposta tem que ser *sim* ou *não*.

VIII

Ora, uma vez que toda premissa usada no silogismo é ou uma das partes constituintes do silogismo ou então é suposta em vista de uma dessas partes (e é óbvio quando é suposta em vista de alguma coisa mais a partir da colocação de muitas questões similares, pois as pessoas usualmente garantem o universal ou por indução ou por similaridade), todos os diversos particulares
160b1 têm que ser admitidos se forem verdadeiros e gozarem de aceitação geral. Mas contra o universal é preciso tentar apresentar uma objeção, pois obstruir o argumento sem uma objeção, quer real ou aparente, é comportar-se impertinentemente. Se, portanto, alguém se recusa a conceder a universal num caso em que muitos exemplos são exibidos, sem dispor de uma objeção a ser oferecida, está claramente se conduzindo de forma impertinente. Ademais, se não pode sequer aventar um contra-argumento para demonstrar que [a proposição] não é verdadeira, será julgado mais do que impertinente. Entretanto, mesmo [esse contra-argumento] não basta, pois obtemos muitos argumentos que são contrários às opiniões aceitas e que, não obstante, são de difícil resolução; por exemplo, aquele de Zenão *de que o movimento ou travessia do estádio é impossível.*[653] Mas não devemos por conta disso nos recusar a afirmar os opostos dessas opiniões. Se, portanto, alguém se recusa a fazer uma concessão quando não dispõe de nenhuma objeção ou contra-argumento para apresentar, decerto está agindo com impertinência, uma vez que a impertinência no debate corresponde a responder diferentemente das maneiras mencionadas anteriormente, com o fito de destruir o raciocínio dedutivo.

653. Aristóteles trata especificamente dos argumentos de Zenão na *Física*, 233a21 e seguintes e 239b9 e seguintes.

IX

Antes de sustentar uma tese ou uma definição, [o respondente] deve dirigir ele mesmo a ela o ataque, pois é óbvio que precisa fazer oposição aos fundamentos com base nos quais o interrogador procura derrubar a posição que ele assumiu.

Deve-se tomar cuidado para não sustentar uma hipótese que é geralmente inaceitável. E há duas maneiras nas quais ela o pode ser. Pode ser inaceitável quando resulta na elaboração de proposições absurdas, como, por exemplo, se alguém se predispusesse a dizer que *tudo está em movimento ou nada está*; por outro lado, [a hipótese] pode ser inaceitável quando constitui uma daquelas que um indivíduo de mau caráter elegeria ou que é contrária às nossas aspirações, por exemplo, que *o prazer é o bem e que cometer injustiça é melhor do que sofrê-la*, pois as pessoas detestam aquele que faz estas afirmações, julgando-o não como se as sustentasse em favor da argumentação, mas como se expressasse o que realmente pensa.

X

Quanto aos argumentos que trabalham com um raciocínio conduzente à falsidade, deve-se suprir uma solução destruindo aquilo que constitui a origem da falsidade, visto que não se alcança uma solução mediante a destruição de qualquer ponto fortuito, ainda que o que foi destruído seja falso; com efeito, o argumento poderia encerrar muitas falsidades; por exemplo, se alguém supusesse que *aquele que está sentado, escreve*, e *Sócrates está sentado*, pois o resultado destas premissas é que *Sócrates está escrevendo*. Se a proposição *Sócrates está sentado* for destruída, o argumento não estará com isso mais próximo de uma solução e embora o que foi afirmado seja falso, o argumento não é falso em função disso, pois se acontecesse de alguém estar sentado, mas sem estar escrevendo, a mesma solução não seria mais aplicável. Conseqüentemente, este não é o ponto a ser posto por terra, mas aquele de que *aquele que está sentado, escreve*, pois nem todos os indivíduos que estão sentados estão escrevendo. Aquele que destruiu aquilo de que depende a falsidade forneceu uma solução completa, e aquele que sabe que o argumento depende de um ponto particular conhece a solução, tal como no caso das falsas figuras geométricas, pois não basta

fazer uma objeção, mesmo se o que foi destruído é falso, tendo também que ser demonstrado por que é falso, com o que ficaria claro se ele faz ou não sua objeção com um objetivo em vista.

161a1 Há quatro modos nos quais é possível impedir alguém de conduzir seu argumento a uma conclusão. Primeiro, pondo por terra aquilo de que depende a falsidade ou, em segundo lugar, apresentando uma objeção ao interrogador, pois freqüentemente quando uma solução não foi realmente trazida pelo respondente, ainda assim o interrogador é, em função disso, incapacitado de levar o argumento adiante. Em terceiro lugar, pode-se fazer uma objeção às questões, visto que poderia acontecer que aquilo que o interrogador deseja não se segue como um resultado de suas questões porque elas foram mal formuladas, mas se alguma coisa é acrescida, assoma a conclusão. Se, portanto, ele não pode fazer avançar mais seu argumento, uma objeção poderia ser levantada contra o interrogador, mas se ele puder ainda levar seu argumento avante, contra suas questões. A quarta e pior forma de objeção é aquela que se relaciona ao tempo disponível, pois algumas pessoas apresentam objeções que exigem mais tempo para serem administradas do que o permitido pela discussão em curso.

Os tipos de objeção, então, como dissemos, são em número de quatro, mas, daqueles mencionados, somente o primeiro constitui uma solução, os demais não passando de obstáculos e impedimentos na senda rumo às conclusões.

XI

A censura dirigida a um argumento quando este é tomado em si mesmo não é a mesma coisa de quando ele se apresenta sob a forma das questões, pois amiúde a pessoa interrogada é a causa do argumento não ser apropriadamente discutido, porque ela não admite os pontos que teriam permitido o argumento contra sua tese ser corretamente estabelecido, pois não está no poder de apenas um partido assegurar a execução devida da tarefa comum. É, portanto, necessário às vezes atacar o discursador e não a sua tese, quando o respondente fica na espreita quanto a pontos contra o interrogador e também recorre ao abuso. Devido a uma conduta impertinente, portanto, as pessoas tornam suas discussões contenciosas, em lugar de dialéticas.

Ademais, uma vez que esses argumentos são construídos em vista do exercício e do exame, e não em vista da instrução, é evidente que as pessoas têm que argumentar para estabelecer não somente a verdade, mas também a falsidade, e nem sempre por meio do que é verdadeiro, como também, às vezes, por meio do que é falso, isto porque com freqüência, quando o que é verdadeiro foi afirmado, o dialético tem que destruí-lo, de sorte que opiniões falsas precisam ser aventadas. Às vezes, também, quando o que é falso foi afirmado, tem que ser destruído por meio de falsidades, pois nada há que impeça alguém de aceitar o que não são fatos, de preferência à verdade; e, assim, se o argumento é baseado no que ele aceita, ele será persuadido e não auxiliado. Entretanto, aquele que busca converter uma outra pessoa [a uma opinião diferente] da maneira correta deveria fazê-lo *dialeticamente* e não *contenciosamente*, tal como um geômetra raciocina geometricamente, seja a conclusão almejada falsa ou verdadeira. A natureza dos silogismos dialéticos já foi descrita.[654] Ora, como nos negócios aquele que obstrui a tarefa comum é um mau sócio, o mesmo sucede na argumentação, posto que aqui também há um propósito comum, a não ser que as partes se limitem a uma competição mútua, uma vez que
161b1 neste caso não podem ambas atingir a mesma meta, visto que mais de uma não pode ser vitoriosa. Não faz diferença se alguém assim age em suas respostas ou em suas questões, pois *quem* formula suas questões num ânimo contencioso e *quem*, ao responder recusa-se a admitir o que é aparente e a aceitar qualquer questão que o interrogador quer propor, são ambos maus dialéticos. Está claro, portanto, do que foi dito, que o argumento por si mesmo e o interrogador por si mesmo não estão abertos ao mesmo tipo de censura, pois não há razão por que, ainda que o argumento seja ruim, o interrogador não tenha discutido com o respondente da melhor maneira possível. Contra aqueles que exibem impertinência, talvez não seja possível empregar imediatamente tais raciocínios dedutivos como se quer, mas se emprega tão-só os que se pode.

Uma vez que não pode ser determinado quando os seres humanos estão assumindo contrários e quando estão assumindo a contenção original, pois com freqüência quando discursam

654. Em 100a22.

para si mesmos sustentam contrários e, depois de primeiramente negar algo, posteriormente o admitem – e conseqüentemente, quando são interrogados, freqüentemente assentem aos contrários e à contenção original –, os argumentos necessariamente se deterioram. Mas é o respondente que é responsável, na medida em que se recusa a conceder certos pontos, mas concede outros do mesmo tipo. É evidente, portanto, que os interrogadores e os argumentos não se encontram abertos ao mesmo tipo de censura.

O argumento em si mesmo está sujeito à crítica sob cinco condições distintas: [1] quando, a título de resultado das questões, nem a conclusão proposta nem qualquer conclusão que seja é alcançada, porque todas ou a maioria das premissas das quais depende a conclusão são ou falsas ou não geralmente aceitas, e quando nem a supressão nem a adição de quaisquer premissas torna a conclusão possível; [2] se o silogismo, baseado nas premissas da maneira descrita anteriormente, não for para ser aplicável à tese; [3] se for para o silogismo proceder como um resultado de certas premissas adicionais, mas ainda assim estas tiverem que ser inferiores às contidas nas questões e menos geralmente aceitas do que a conclusão; [4] se for para o silogismo proceder como o resultado de algumas supressões, pois às vezes as pessoas assumem mais premissas do que o necessário, de forma que não é a presença delas que permite o prosseguimento do silogismo; ademais, [5] se for para o silogismo proceder a partir de premissas menos geralmente aceitas e menos dignas de crédito do que a conclusão, ou se for para ele proceder a partir de premissas que, embora verdadeiras, requerem maior empenho para demonstração do que o problema.

Não é de se exigir que o silogismo de todo problema venha a encontrar a mesma aceitação geral e seja igualmente convincente, pois constitui resultado imediato da natureza das coisas o fato de alguns objetos de investigação serem mais fáceis e alguns, mais difíceis, de modo que, se alguém sustenta uma convicção mediante pontos de vista que encontram a mais ampla aceitação possível, ele terá argumentado bem. Fica claro, portanto, que a mesma crítica não se aplica a um argumento *enquanto* visto na sua relação com a proposição e *enquanto* tomado por si mesmo, pois não há razão por que o argumento não seja criticável em si mesmo, porém elogiável quando encarado em relação à propo-
162a1 sição e, também, inversamente, elogiável em si mesmo, mas criticável quando encarado na sua relação com a proposição, quando é fácil tirar uma conclusão a partir de muitas premissas que são geralmente aceitas e verdadeiras. Pode ser também que por vezes um argumento seja, a despeito de ser conduzido a uma conclusão, inferior a um outro que não é conduzido a uma conclusão, quando o primeiro é concluído a partir de premissas ingênuas, ainda que a proposição não seja ingênua, ao passo que o segundo requer premissas complementares que são geralmente aceitas e verdadeiras, mas o argumento não depende destas suposições complementares. É injusto criticar os que tiram conclusões verdadeiras de premissas falsas, pois uma conclusão falsa é necessariamente e sempre objeto de argumentação de uma falsa premissa, ao passo que a verdade pode, às vezes, ser argumentada mesmo por meio de premissas falsas, o que é claramente indicado nos *Analíticos*.[655]

Quando o argumento enunciado é uma demonstração de alguma coisa, mas é alguma coisa irrelevante que nada tem a ver com a conclusão, nenhuma inferência será tirada dele acerca desta última. Se parecer que há tal inferência, será um sofisma, não uma demonstração. Um *filosofema* é um silogismo demonstrativo, um *epiquirema* é um silogismo dialético, um *sofisma* é um silogismo contencioso e um *aporema* é um silogismo dialético de contradição.

Se algo tivesse que ser demonstrado a partir de duas premissas, ambas geralmente aceitas, mas não igualmente aceitas, não haveria razão por que o que é demonstrado não fosse mais geralmente aceito do que uma ou outra delas. Mas se fosse para uma das premissas ser geralmente aceita e a outra nem aceita nem rejeitada, ou se fosse para uma ser aceita e a outra rejeitada, neste caso, se a aceitação e a rejeição fossem iguais, a conclusão seria também igualmente aceita e rejeitada. Se, entretanto, uma de duas, a aceitação ou a rejeição, for mais geral, a conclusão seguirá a mais geral.

Um erro no silogismo também ocorre quando alguém demonstra algo mediante um processo mais longo, quando poderia empregar um processo mais curto utilizando material já existente no argumento; por exemplo, quando demonstra que uma opinião é mais verdadeiramente uma opinião do que uma outra;

655. Ou seja, *Analíticos Anteriores*, 53b26 e seguintes.

se se dispusesse a sustentar [1] que *uma coisa em si mesma é o mais completamente essa coisa* e [2] que *um objeto de opinião em si mesmo realmente existe*, de maneira que *é mais completamente um objeto de opinião do que os objetos particulares de opinião* e se dispusesse a sustentar que *quando uma coisa em si mesma admite um grau mais elevado, aquilo que a ela se refere também admite um grau mais elevado e a opinião em si mesma, a qual é mais precisa do que os objetos particulares, é verdadeira* e foi sustentado que *há uma verdadeira opinião em si mesma* e que *uma coisa em si mesma é o mais completamente essa coisa*, segue-se que esta opinião particular é mais precisa. O que é contestável nisso? Não é o fato de que causa a ocultação do fundamento em que o argumento se apóia?

XII

Um argumento é claro *num sentido* – e este é o mais ordinário – se for conduzido a uma conclusão de tal forma que seja desnecessário apresentar quaisquer questões adicionais, e *num outro sentido* – sentido no qual o termo é mais amiúde usado – quando os resultados são obtidos a partir de premissas das quais devem necessariamente se seguir, e o argumento é concluído
162b1 por meio de premissas que são, elas mesmas, conclusões, e se, ademais, houver uma marcante ausência de opiniões ordinárias.

Classifica-se um argumento de falacioso em quatro sentidos distintos: [1] quando parece ser conduzido a uma conclusão quando isso realmente não acontece (o chamado silogismo contencioso); [2] quando ele atinge uma conclusão, porém não a conclusão proposta, o que acontece mais freqüentemente nas *reductiones ad impossibile*; [3] quando alcança a conclusão proposta, mas não pelo método apropriado, isto é, quando um argumento não médico parece ser médico, ou quando um não geométrico [parece ser] geométrico, ou um não dialético parece ser dialético, quer o resultado seja verdadeiro ou falso; e [4] quando a conclusão é alcançada por meio de falsas premissas, caso no qual a conclusão será às vezes falsa e, às vezes, verdadeira, pois uma falsa conclusão é sempre atingida mediante falsas premissas, mas uma verdadeira conclusão pode ser atingida mesmo a partir de falsas premissas, como já foi indicado.[656]

656. Em 162a10 e seguinte.

A falácia de um argumento é mais falha do argumentador do que do próprio argumento, embora nem sempre seja falha do argumentador, sendo-o apenas quando ele deixa de observar sua falácia, pois com freqüência aceitamos um argumento falacioso por ele mesmo, de preferência a vários argumentos verdadeiros, se ele destruir alguma proposição verdadeira por meio de premissas que são tão geralmente aceitas quanto possível, pois um argumento deste tipo constitui uma demonstração de outras verdades, uma vez que uma das premissas não deve encontrar, de modo algum, nele um lugar, e assim será uma demonstração deste fato. Mas se uma conclusão verdadeira tivesse que ser alcançada a partir de premissas falsas e inteiramente ingênuas, o argumento seria pior do que muitos que operam para uma falsa conclusão e um argumento conduzente a uma falsa conclusão poderia também ser deste tipo. É, portanto, evidente que a primeira coisa a se buscar num argumento ele mesmo é se ele atinge uma conclusão; a segunda coisa, se sua conclusão é verdadeira ou falsa, e a terceira coisa, de quais premissas é ele extraído, pois se for atingido a partir de premissas que são falsas, mas geralmente aceitas, trata-se de um argumento lógico;[657] mas se for atingido a partir de premissas que são reais,[658] mas geralmente rejeitadas, trata-se de um [argumento] defeituoso, ao passo que se as premissas forem ambas falsas e inteiramente rejeitadas pela opinião geral, ele é obviamente defeituoso, ou absolutamente ou com referência ao objeto em questão.

XIII

Quanto a como o interrogador faz a petição de princípio e também a petição de contrários, isso foi verdadeiramente exposto nos *Analíticos*.[659] Falta agora tratarmos do assunto sob o prisma da opinião ordinária.

Parece haver cinco formas nas quais as pessoas fazem a petição de princípio. A primeira forma e mais óbvia é quando alguém postula o próprio ponto a ser demonstrado, o que não

657. λογικος (*logikos*), entenda-se *dialético*.

658. οντων (*onton*), entenda-se *verdadeiras*.

659. *Analíticos Anteriores*, II, XVI (64b28 e seguintes).

escapa facilmente da detecção quando o próprio termo em causa é usado, mas é mais suscetível de não ser detectado quando são usados sinônimos, e o termo e a descrição significam a 163a1 mesma coisa. Uma segunda forma é quando alguém postula alguma coisa universalmente quando deve demonstrá-la num caso particular. Por exemplo, se quando ele está se empenhando em demonstrar que há uma *ciência una dos contrários*, se dispusesse a sustentar que há em geral uma *ciência una dos opostos*, pois então julga-se que ele está postulando, entre várias outras coisas, o que devia ter demonstrado por si mesmo. Uma terceira forma é quando é proposto demonstrar alguma coisa universalmente e ele o postula num caso particular; se, por exemplo, quando se propõe demonstrar que a ciência dos contrários é sempre una, ele o postula de um particular par de contrários, pois se julga também que ele postula separadamente e por si mesmo alguma coisa que ele devia ter demonstrado em conjunção com muitos outros casos. Uma outra forma é quando ele divide a proposição e postula suas partes separadas; por exemplo, se quando tem que demonstrar *que a medicina é a ciência do saudável e do doente*, tivesse que sustentar os dois pontos separadamente; ou [como quinta forma] se fosse para ele postular uma de duas coisas que necessariamente se sucedem entre si; por exemplo, *que o lado é incomensurável com a diagonal* quando tem ele que demonstrar *que a diagonal é incomensurável com o lado*.

Há o mesmo número de formas de fazer petição de contrários que aquele de fazer a petição de princípio. A primeira forma ocorre se alguém tivesse que postular a afirmação e negação opostas; a segunda, se tivesse que postular os contrários numa antítese, dizendo, por exemplo, *que a mesma coisa é boa e má*; a terceira, se se dispusesse a sustentar alguma coisa universalmente e postular a contradição dela num caso particular; por exemplo, se fosse assegurar uma suposição *de que a ciência dos contrários é una* e então sustentasse *que a ciência do que é saudável e do que é doente* é distinta; ou [em quarto lugar] se, após postular isso, ele se predispusesse a ensaiar e assegurar a contradição universalmente. [Em quinto lugar], ocorre uma outra forma se fosse para ela postular o contrário daquilo que necessariamente resulta das premissas, mesmo sem assegurar a suposição dos opostos efetivos, mas meramente postulando duas premissas de um tal tipo que a contradição oposta resultará delas. A suposição de contrários difere da petição de princípio porque neste último caso o erro concerne à conclusão (pois consideramos a conclusão quando dizemos que há uma petição de princípio), ao passo que os contrários estão situados nas premissas, nomeadamente, na relação na qual se postam reciprocamente.

XIV

Para o treino e prática neste tipo de argumento, deve-se, em primeiro lugar, acostumar-se a converter argumentos, pois assim se estará melhor munido para tratar o assunto em discussão e obter, mediante um método ágil, um completo conhecimento de muitos argumentos. A conversão é a inversão da conclusão, juntamente com as demais questões suscitadas, e a derrubada de um dos pontos concedidos, pois necessariamente, se a conclusão não for verdadeira, uma das premissas terá que ser derrubada, uma vez que foi devido à suposição de todas elas que a conclusão necessariamente resultou. Ao administrar qualquer tese, é preciso que examinemos o argumento tanto em seu favor quanto em seu 163b1 desfavor, e tendo-o descoberto, deveremos procurar imediatamente a solução, com o que teremos nos exercitado tanto na interrogação quanto na resposta. Se não dispusermos de alguém para exercitarmos a discussão, deveremos fazê-lo com nós mesmos. Também é preciso escolher argumentos que se relacionem à mesma tese e compará-los, uma vez que este procedimento supre copioso material para constranger o opositor e representa também grande ajuda na refutação, quando se terá uma grande quantidade de argumentos tanto a favor quanto contra, pois o resultado é que nos colocamos em guarda contra os argumentos contrários. Ademais, perceber ou ter percebido de um relance os resultados de cada uma de duas hipóteses não constitui instrumento desprezível para o culto do conhecimento e da sabedoria filosófica, pois então só restará fazer a correta eleição de um dos dois. Para tal processo é preciso possuir uma certa capacidade natural e capacidade natural efetiva consiste em ser capaz de escolher o verdadeiro e evitar o falso. Indivíduos com capacidade natural podem fazê-lo na medida em que julgam corretamente o que é o melhor graças a um acertado sentimento de amor ou ódio pelo que se coloca diante deles.

É preciso aprender consumadamente argumentos que tratam de questões que ocorrem amiúde e especialmente proposições

primárias, visto que os respondentes freqüentemente se tornam desencorajados ao lidar com elas. Ademais, seria conveniente que dispuséssemos de um bom suprimento de definições, tendo prontas as das idéias mais conhecidas e primárias, pois é por meio destas que os silogismos são construídos. Seria igualmente conveniente experimentar e apreender as classes nas quais os outros argumentos mais freqüentemente se enquadram, pois, tal como na geometria é útil ter sido treinado nos elementos, e na aritmética dispor de um pronto conhecimento da tabela de multiplicação até dez vezes, no grande auxílio ao reconhecimento de outros números que são o resultado da multiplicação, também nos argumentos é importante dispor de pronto conhecimento sobre os primeiros princípios e conhecer as premissas de cor. Isto porque, tal como para uma memória exercitada a mera referência aos lugares nos quais eles ocorrem faz com que as próprias coisas sejam lembradas, do mesmo modo as regras indicadas acima tornarão alguém um melhor raciocinador, porque ele vê as premissas definidas e numeradas. Uma premissa de aplicação geral deve ser mais memorizada do que um argumento, uma vez que é bastante difícil dispor de um primeiro princípio ou hipótese pronto para uso.

É necessário acostumar-se a transformar um único argumento em muitos, mantendo este processo o mais secreto possível. Isso seria melhor logrado evitando o máximo possível qualquer coisa intimamente ligada à matéria em discussão. Argumentos que sejam inteiramente universais se adequarão melhor a este tratamento; por exemplo, o argumento de que *não há um co-* 164a1 *nhecimento uno de mais de uma coisa*, uma vez que isso se aplica a termos relativos, contrários e coordenados.

Cumpre também registrar argumentos de uma forma universal, ainda que a discussão tenha tocado a um caso particular, pois assim será possível transformar um único argumento em muitos, o que se aplica também aos *entimemas* da retórica. Entretanto, devemos nós mesmos evitar, o máximo possível, dirigir discussões ao universal. Deve-se, também, sempre examinar os próprios argumentos e verificar se procedem com base em princípios de aplicação geral, pois todos os argumentos particulares são também argumentados universalmente e a demonstração do universal é inerente àquela do particular, porque é absolutamente impossível raciocinar dedutivamente sem empregar o universal.

Contra um jovem [inexperiente] deve-se exibir o treino nos raciocínios indutivos, ao passo que contra um veterano o treino nos raciocínios dedutivos. É preciso tentar obter premissas daqueles que empregam o silogismo e exemplos paralelos daqueles que praticam a indução, pois foram exercitados neste ou naquele ramo respectivamente. Numa palavra, a título de resultado do exercício dialético, deve-se ensaiar e obter ou um silogismo sobre algum assunto, ou uma solução, ou uma proposição, ou uma objeção, ou uma determinação, se uma questão foi formulada correta ou incorretamente seja por si mesma seja por alguém mais, e a causa de ter sido correta ou incorretamente formulada.
164b1 Aqui residem as fontes da capacidade de discutir e a finalidade do exercício é a aquisição da capacidade, particularmente em conexão com proposições e objeções, já que, colocando a matéria simplesmente, aquele que é capaz de formular proposições e objeções é o debatedor habilitado. Formular uma proposição é transformar muitas coisas em uma (uma vez que a meta visada pelo argumento tem que estar incluída num todo único), enquanto formular uma objeção é transformar uma coisa em muitas, visto que aquele que objeta distingue ou derruba, concedendo uma proposição e recusando-se a conceder uma outra.

Não se deve discutir com todos ou exercitar-se contra qualquer indivíduo casual, pois contra algumas pessoas todo argumento está fadado à deterioração, pois com aquele que recorre a todos os meios para parecer evitar a derrota, é justificado usar todos os meios para atingir a própria conclusão, mas este não é um procedimento digno. Não se deve, portanto, encetar prontamente disputas com pessoas casuais, o que só pode resultar numa forma aviltada de discussão, e os que assim se conduzem não conseguem barrar uma discussão que acaba em contenda.

Que se acresça que é preciso também dispor de argumentos já estruturados para administrar os problemas, situação na qual embora contemos com muito poucos argumentos, aqueles de que dispomos serão úteis no maior número de oportunidades. Estes argumentos são os universais e aqueles para os quais é mais difícil suprir material proveniente de fontes de pronto acesso.

REFUTAÇÕES SOFÍSTICAS

I

Tratemos agora das refutações sofísticas, isto é, argumentos que parecem ser refutações (contestações), porém são realmente falácias, e não refutações. Principiemos, pela ordem natural, por aquelas que vêm primeiramente.

Que alguns silogismos o são realmente, enquanto outros parecem ser, mas não o são realmente, é evidente, pois como isso sucede em outros domínios por força de uma certa semelhança entre o verdadeiro e o falso, o mesmo também sucede com os argumentos. Com efeito, algumas pessoas possuem boa condição física enquanto outras possuem meramente a aparência disso, por se encherem de si e se vestirem como os coros das tribos; por outro lado, alguns indivíduos são belos devido à sua beleza, ao passo que outros ostentam a aparência da beleza à custa de enfeites. O mesmo ocorre também com as coisas inanimadas, pois algumas destas são realmente de prata e algumas de ouro, enquanto outras não o são, mas apenas o parecem ser aos nossos sentidos; por exemplo, objetos feitos de litargírio[660] e de estanho parecem de prata e objetos [feitos de metal] amarelo

660. λιθαργυρινα (*lithargürina*), protóxido de chumbo.

parecem ser de ouro. Do mesmo modo, também o silogismo e a refutação às vezes *são* e às vezes *não são*,[661] mas o parecem ser por conta da inexperiência das pessoas, pois os indivíduos inexperientes são como os que têm uma visão distanciada das coisas. O silogismo é baseado em certas proposições feitas de tal forma a produzir necessariamente a asserção de alguma coisa distinta das proposições e como um resultado de tais proposições; a refutação, por outro lado, é o silogismo acompanhado por uma contradição da conclusão. Algumas refutações não afetam seu objeto, mas somente parecem fazê-lo, o que se pode reportar a diversas causas, das quais a classe mais fértil e difundida é o argumento baseado nos nomes, pois uma vez que é impossível argumentar apresentando as próprias coisas em discussão, usando nós *nomes* como símbolos que substituem as coisas pensamos que o que acontece no que toca aos nomes também acontece no que toca às coisas, tal como as pessoas que contam julgam no caso de seus objetos de cômputo.[662] Mas não há realmente semelhança entre as duas situações, pois nomes e a somatória dos termos são finitos, ao passo que as coisas são em número infinito, e assim a mesma expressão e um único nome têm necessariamente que significar muitas coisas. Por conseguinte, tal como sugerido na ilustração acima, aqueles que não são hábeis na manipulação das pequenas pedras de cômputo são ludibriados pelos indivíduos experientes; do mesmo modo no que tange aos argumentos, também os que não estão familiarizados com o poder dos nomes são as vítimas dos falsos silogismos, tanto quando estão eles próprios argumentando como quando estão ouvindo os outros. Por esta razão, portanto, e por outras que serão mencionadas na seqüência, há tanto silogismo quanto refutação que, a despeito de parecerem autênticos, não o são realmente. Porém, visto que aos olhos de algumas pessoas vale mais parecer sábio do que ser sábio sem o parecer (uma vez, que a arte do sofista consiste na sabedoria aparente e não na real, e o sofista é aquele que ganha dinheiro graças a uma sabedoria aparente e não real), está claro que para estas pessoas é essencial *parecer exercer* a função de sábio, em lugar de realmente exercê-la sem

661. και συλλογισμος και ελεγχος ο μεν εστιν, ο δ ουκ εστι μεν... (*kai sillogismos kai elegchos o men estin, o d ouk esti men*), quer dizer, o silogismo e a refutação às vezes são autênticos e às vezes são falsos.

662. O ψηφος (*psefos*) é uma pequena pedra ou seixo utilizado para a contagem.

parecer que o fazem.[663] Atendo-nos a um só ponto de comparação, constitui a tarefa daquele que detém ele mesmo conhecimento de um determinado assunto abster-se de argumentos falaciosos em torno dos temas de seu conhecimento e ser capaz de denunciar aquele que os utiliza. Destas funções, a primeira consiste em proporcionar a razão [do que diz], a segunda em estar capacitado a cobrar uma [do que o outro diz]. É essencial, portanto, àqueles que desejam ser sofistas, buscar o tipo de argumentos que mencionamos, pois isso lhes valerá a pena, uma vez que a posse de uma tal capacidade os fará *parecerem* sábios, o que é o efetivo propósito que os sofistas têm em vista.

Fica claro, então, que existe uma classe de argumentos desse jaez e que os que chamamos de *sofistas*[664] visam a esse tipo de capacidade.[665] Discutamos na seqüência quais são os vários tipos de argumentos sofísticos, quais as diversas partes componentes dessa capacidade e em quais divisões distintas o tratamento da matéria se enquadra, além de todos os demais elementos que contribuem para essa arte.

663. Os sofistas, no tempo de Aristóteles, constituíram um movimento *filosófico* (adjetivo que o Estagirita jamais usaria a eles se referindo) muito expressivo e difundido em Atenas, inclusive graças à existência da famosa Escola de retórica de Isócrates, que foi lídima rival tanto da Academia de Platão quanto do Liceu de Aristóteles. Independentemente da Escola isocrática, célebres sofistas como Protágoras, Pródico, Górgias e Hípias atuaram como professores particulares itinerantes que muito influenciaram principalmente os jovens atenienses pertencentes a famílias ricas e, com isso, os rumos da vida política da importante cidade-Estado helênica. As teses dos sofistas (entre as quais o caráter artificial e convencional da virtude e do conhecimento, em franca oposição ao pensamento socrático, àquele de Platão e ao de Aristóteles) e seu comportamento pouco conforme aos costumes conservadores vigentes em Atenas, acabaram por convertê-los (todos, inclusive, não naturais de Atenas) numa espécie de opositores ao governo essencialmente aristocrático local e arautos da democracia. Protágoras de Abdera, o mais brilhante dos sofistas, ao expressar e publicar sua postura cética quanto aos deuses, incorreu em impiedade, pelo que foi banido de Atenas e seus escritos incinerados em praça pública em 411 a.C.

664. A palavra σοφιστης (*sofistes*) significa genericamente *aquele que se destaca numa arte*, ou *sábio*. O peso pejorativo incorporado ao vocábulo (identificando o *sofista* com o falseador, o embusteiro, o charlatão, o capcioso e o rábula ou chicaneiro na esfera do direito) se deve precisamente à crítica desfavorável contida na obra de Platão e de Aristóteles. É de se notar, inclusive, a aproximação morfológica das palavras *sofistes* e *sofisma* (σοφισμα), esta última significando habilidade, destreza, expediente engenhoso e, pejorativamente, artifício ou astúcia.

665. Aristóteles usa a palavra δυναμις (*dünamis*), potência, poder, faculdade, mas seria melhor o entendermos como *arte*.

II

165b1 No que concerne aos argumentos empregados na discussão, há quatro tipos: instrucionais, dialéticos, *examinacionais*[666] e contenciosos. Os instrucionais são os que raciocinam dedutivamente a partir dos princípios apropriados a cada ramo do aprendizado, e não a partir das opiniões do respondente (pois é necessário que aquele que aprende deva estar convencido das coisas); argumentos dialéticos são os que, partindo de opiniões de aceitação geral, deduzem visando estabelecer uma contradição; *examinacionais* são os que são baseados em opiniões sustentadas pelo respondente e necessariamente conhecidos de quem reivindica conhecimento da disciplina envolvida (como nós descrevemos alhures[667]); argumentos contenciosos são os que deduzem ou parecem deduzir a partir de opiniões que parecem ser geralmente aceitas, mas não o são realmente.[668] Argumentos demonstrativos foram tratados nos *Analíticos*, enquanto os argumentos dialéticos e os *examinacionais* foram abordados alhures.[669] Tratemos agora dos argumentos litigiosos e contenciosos.

III

Antes de tudo o mais, é preciso que compreendamos as várias metas visadas pelos que polemizam e contendem nos debates. São cinco: a refutação, a falácia, a opinião extraordinária (paradoxo), o solecismo e, em quinto lugar, a redução do interlocutor à redundância, isto é, fazê-lo dizer a mesma coisa repetidamente – ou, se não na realidade, de qualquer forma produzir a aparência de cada uma destas coisas. Sua primeira escolha é uma pura e simples refutação, a segunda mostrar que o opositor está mentindo, a terceira conduzi-lo a um paradoxo, a quarta fazê-lo cometer um solecismo, isto é, fazer o respondente, a título de resultado do argumento, discursar em termos rudimentares ou incultos,[670] e finalmente fazê-lo dizer repetidamente a mesma coisa.

666. πειραστικοι (*peirastikoi*).

667. Nos *Tópicos*, 159a25 e seguintes.

668. Aristóteles distingue a *erística* (arte de debater mediante os argumentos contenciosos) da retórica.

669. Nos *Tópicos*.

670. λεξει βαρβαριζειν (*lexei barbarizein*).

IV

Há dois modos de refutação, quais sejam, um que tem a ver com a linguagem empregada, e o outro que não tem vinculação com a linguagem. As formas de produzir uma ilusão que depende da linguagem são em número de seis: a homonímia (equivocação), a ambigüidade, a combinação, a divisão, a prosódia e a figura de linguagem. A verdade disso pode ser verificada por indução e raciocínio silogístico – entre outras, uma dedução mostrando ser esse o número de formas nas quais poderíamos não conseguir denotar a mesma coisa pelos mesmos termos ou expressões. Argumentos como o seguinte são baseados em equivocação, a saber, *Aqueles que sabem, aprendem*, visto que são os que conhecem o uso das letras que *aprendem*[671] o que lhes é ditado. Aqui, *aprender*[672] é homônimo (equívoco), significando *compreender pelo uso do conhecimento e adquirir conhecimento.* Ou [um outro exemplo]: *Os males são bem uma vez que o que deve existir é o bem e o mal deve existir.* Aqui, *deve existir* é empregado em dois sentidos: significa *aquilo que é necessário*, o que é amiúde verdadeiro no que tange aos males (pois algum mal é necessário) e também dizemos que boas coisas *devem ser.*[673] Ou [ainda outro exemplo]: *O mesmo homem está sentado e de pé e está doente e com saúde*, pois é o indivíduo que se levantou que está de pé e é aquele que está recuperando sua saúde que está com saú-
166a1 de; entretanto, foi o homem que estava sentado que se levantou e o homem que estava doente que esteve em recuperação, pois que o *homem doente* faz isso ou aquilo ou tem isso ou aquilo a ele feito não apresenta apenas uma acepção, mas simultaneamente significa *o homem que está agora doente* e *o homem que estava antes doente.* Mas foi o homem doente que começou recuperar sua saúde quando se achava realmente doente, mas goza de boa saúde quando não está doente e não é então o homem doente, mas o homem que se achava antes doente. Os exemplos seguintes se referem à ambigüidade: *desejar capturar-me o inimigo e quando se conhece alguma*

671. Mais exatamente, que são capazes de escrever ou soletrar.

672. O verbo μανθανω (*manthano*) significa tanto *aprender* quanto *apreender* e *compreender.*

673. Ou seja, a primeira acepção de *dever* é de caráter ontológico (necessário em oposição a contingente), a segunda é de caráter ético.

coisa, decerto disso há conhecimento, pois é possível, mediante essa frase, denotar tanto o conhecedor quanto a coisa conhecida.[674] *E o que alguém vê certamente vê; alguém vê a coluna e, portanto, a coluna tem visão*. Outro exemplo é *Decerto insistes em ser o que insistes em ser; insistes em uma pedra ser e, portanto, insistes em ser uma pedra*. Também *O falar do silencioso é possível*. *O falar do silencioso* igualmente pode ser entendido em duas acepções, ou que o falante está silencioso ou as coisas de que se fala estão silenciosas. Há três modos ligados à homonímia (equivocação) e à ambigüidade: [1] quando a expressão ou o nome significa própriamente mais de uma coisa, como em αετος e κυων;[675] [2] quando habitualmente empregamos uma palavra em mais de um sentido, e [3] quando uma palavra apresenta mais de um significado, em combinação com uma outra palavra, ainda que isoladamente apresente apenas um significado; por exemplo, *conhecer [das] letras*, pois pode suceder que, tomados separadamente, *conhecer* e *letras* tenham um só significado, mas tomados associativamente tenham mais de um significado, *nomeadamente*, ou que as próprias letras *têm conhecimento* ou que alguém, distinto das letras, tem delas conhecimento.

A ambigüidade e a homonímia (equivocação) assumem, assim, tais formas. Os exemplos que se seguem dizem respeito à combinação de palavras, por exemplo: *Alguém pode caminhar enquanto sentado e escrever enquanto não escrevendo*. A significação não é a mesma se alguém proferir as palavras *separadamente*[676] como é se alguém as combinar, dizendo *ser possível caminhar enquanto sentado* e, analogamente, no outro exemplo, se alguém combinar as palavras e disser que *é possível escrever quando não escrevendo*, pois significa que ele pode escrever e não escrever ao mesmo tempo, ao passo que, se alguém não combinar as palavras, significa que quando não estiver escrevendo terá o poder de escrever. Por outro lado, *Ele agora compreende as letras, visto que compreendeu o que conhece*, e também *Uma vez capaz de carregar uma só coisa, é capaz de carregar muitas coisas*.

674. Ou seja, que o conhecimento diz respeito tanto ao sujeito cognoscente quanto ao objeto conhecido.

675. *Aetos* significa especificamente tanto *águia* quanto *frontão*; *cüon* significa especificamente tanto *cão* quanto a constelação do Cão (Sírio) e filósofo da escola *cínica*.

676. O significado sendo que alguém, enquanto sentado e ainda que sentado, possui a capacidade de caminhar, se o desejar.

As proposições seguintes estão ligadas à divisão, quais sejam, *Cinco é dois e três, e ímpar e par*, *O maior é igual ao menor*, uma vez que é esta quantidade e ainda mais. Com efeito, a mesma frase *dividida* não pareceria sempre ter o mesmo significado como quando tomada como um todo; por exemplo: *Fiz de ti, um escravo, livre e Divino Aquiles deixou cem [e] cinqüenta varões*.[677]

166b1 Não é fácil construir um argumento se relacionando à prosódia em discussões que não são escritas, porém é mais fácil na matéria escrita e na poesia. Por exemplo, algumas pessoas retificam Homero em resposta à objeção de críticos de que sua frase *Parte do qual corrompe na chuva*[678] é despropositada, ao resolver a dificuldade, mediante uma alteração de prosódia,[679] pronunciando o ου (*oü*) mais agudamente.[680] Também na passagem sobre o sonho de Agamenon, dizem que o próprio Zeus não disse "Mas nós lhe concedemos a realização de sua súplica", *mas que ordenou ao sonho que a concedesse*.[681] Tais exemplos, assim, dependem da prosódia.

Refutações que dependem da figura de linguagem ocorrem quando o que não é o mesmo é expresso da mesma forma; por exemplo, quando o masculino é expresso pelo feminino ou vice-versa, ou o neutro pelo masculino ou feminino; ou ainda quando uma qualidade é expressa por uma quantidade ou vice-versa, ou ativo pelo passivo, ou o estado pelo ativo e assim por diante, conforme as distinções anteriormente feitas,[682] pois é possível a alguma coisa que não é da natureza de uma ação denotar, mediante a linguagem utilizada, alguma coisa que é da

677. Ou simplesmente *Divino Aquiles deixou cento e cinqüenta varões* ou ainda *Divino Aquiles deixou cem varões cinqüenta*.

678. το μεν ου καταπυθεται ομβρω (*to men oü katapüthetai ombro*), *Ilíada*, Canto XXIII, verso 328.

679. Quer dizer, uma mudança de acentuação na métrica.

680. Isto é, como *oxítono*.

681. O *sonho de Agamenon* se encontra no Canto II, versos 1-35 da *Ilíada*, mas as palavras citadas por Aristóteles não reproduzem textualmente os versos de Homero, mas apenas expressam a idéia de Zeus quanto à ordem dada por ele ao *sonho*, que é, inclusive, personificado.

682. Em *Tópicos*, 103b20 e seguintes.

natureza de uma ação; por exemplo, *sarar*[683] é uma figura de linguagem como *cortar* ou *construir*. Entretanto, a primeira denota uma qualidade e uma certa disposição, enquanto as últimas denotam uma ação. O mesmo ocorre com os demais possíveis exemplos.

Portanto, as refutações ligadas à linguagem se baseiam nesses tópicos. Quanto às falácias que não se reportam à linguagem, há sete tipos: [1] as ligadas ao acidente; [2] aquelas nas quais uma expressão é empregada absolutamente ou não absolutamente, mas qualificada do prisma do modo, ou lugar, ou tempo ou relação; [3] as ligadas à ignorância da natureza da refutação; [4] as ligadas ao conseqüente; [5] as ligadas à suposição do ponto original a ser demonstrado; [6] as que asseveram que aquilo que não é uma causa é uma causa; e [7] o tornar várias questões uma só.

V

Falácias ligadas ao acidente ocorrem quando é sustentado que algum atributo pertence similarmente ao sujeito e ao seu acidente, pois uma vez que o mesmo sujeito possui muitos acidentes, não se segue necessariamente que todos os mesmos atributos se aplicam a todos os predicados de uma coisa e também ao seu sujeito. Por exemplo, *se Corisco é diferente de* ser humano, *ele é diferente dele mesmo, uma vez que ele é um ser humano*, ou *se ele é diferente de Sócrates, e Sócrates é um ser humano*, dizem *eles*[684] que foi admitido que Corisco é diferente de um ser humano porque constitui um acidente da pessoa da qual se disse ser ele diferente que ele é um ser humano.

Falácias ligadas ao uso de alguma expressão particular absolutamente ou num certo aspecto, e não no seu sentido próprio, ocorrem quando aquilo que é predicado somente em parte é
167a1 tomado como se fosse predicado absolutamente. Por exemplo, *se aquilo que não é **é** um objeto de opinião, então aquilo que não é **é***, pois não é o mesmo *ser alguma coisa* e *ser absoluta*-

683. O verbo υγιαινω (*ûgiaino*) engloba o sentido não apenas de *recuperar a saúde* como também o de preservar e acumular saúde (vicejar, medrar).

684. Presumível alusão aos sofistas.

mente. Ou ainda, *aquilo que é não é, se não for uma das coisas que são; por exemplo, se não for um ser humano*, pois não é o mesmo *não ser alguma coisa e não ser absolutamente*, mas, devido à similaridade da linguagem, *ser alguma coisa* parece diferir apenas um pouco de *ser, e não ser alguma coisa* de *não ser*. De maneira análoga, quando alguma coisa é predicada num certo aspecto ou absolutamente, por exemplo, *se um indiano, sendo todo negro, é branco no que toca aos seus dentes, então ele é branco e não branco*. Ou se ambos os predicados se aplicam num certo aspecto, eles dizem que os predicados contrários se aplicam simultaneamente. Em alguns casos, esta espécie de falácia pode ser facilmente percebida por qualquer um; se, por exemplo, após assegurar uma admissão de que o etíope é negro, alguém se dispusesse a indagar se ele é branco com respeito aos seus dentes e, então, sendo ele branco neste aspecto, se dispusesse a pensar que havia findado o questionamento e demonstrara dialeticamente que ele era tanto negro quanto não negro. Em alguns casos, por outro lado, a falácia passa desapercebida, a saber, quando um predicado é atribuído somente num aspecto, parecendo também que uma predicação absoluta se seguiria, e quando não é fácil ver qual dos predicados pode ser corretamente expresso. Um exemplo disso ocorre quando ambos os predicados opostos se aplicam similarmente, pois então geralmente se sustenta a necessidade de conceder que *ou* ambos *ou* nem um nem outro pode ser predicado absolutamente; por exemplo, se alguma coisa é meio branca e meio preta, é ela branca ou preta?

Outras falácias surgem porque nenhuma definição foi dada do que seja um silogismo ou do que seja uma refutação e porque há alguma falha na definição de um ou de outra. Com efeito, uma refutação é uma contradição de um mesmo predicado, não de um nome, mas de uma coisa, e não de um nome sinônimo, mas de um nome idêntico, baseado nas premissas dadas e resultando necessariamente delas (o ponto original em pauta não sendo incluído) no mesmo aspecto, relação, modo e tempo. Uma proposição falsa acerca de alguma coisa também ocorre da mesma maneira. Algumas pessoas, contudo, parecem refutar omitindo alguns dos pontos acima indicados, mostrando, por exemplo, que a mesma coisa é *dupla e não dupla*, porque *dois* é o dobro de *um*, mas não o dobro de *três*. Ou mostram que se a mesma coisa é *dupla e não dupla*, ainda assim não é *dupla* no mesmo

aspecto, pois é dupla na extensão, mas não na largura. Ou, se é dupla e não dupla da mesma coisa e no mesmo aspecto e modo, não obstante não o é no mesmo tempo, com o que concluímos haver apenas uma refutação aparente. Poder-se-ia, de fato, empurrar esta falácia também para o interior do grupo daquelas ligadas à linguagem.

Falácias ligadas à suposição do ponto original a ser demonstrado surgem de maneira idêntica e em número idêntico de formas àquele em que é possível postular a petição de princípio. Exibem uma aparência de concluir uma refutação porque não se consegue perceber ao mesmo tempo o que é *idêntico* e o que é *distinto*.

167b1 A refutação ligada ao conseqüente se deve à idéia de que a conseqüência é convertível: se *isto* é, *aquilo* necessariamente é, se imagina que se *aquilo* é, *isto* necessariamente é. É desta fonte que se originam os erros relacionados à opinião baseada na percepção sensorial, isto porque com freqüência se confunde o fel com o mel porque o mel é acompanhado de uma cor amarela; e como acontece do solo tornar-se molhado após a chuva, se ele está molhado julgamos que choveu, ainda que isto não seja necessariamente verdadeiro. Nos argumentos retóricos, demonstrações a partir de signos se fundam em conseqüências, pois quando *se deseja*[685] demonstrar que um homem é adúltero, se aferram à conseqüência de um tal caráter, *nomeadamente*, que o homem se veste elegantemente ou é visto perambulando à noite – fatos que se revelam verdadeiros em relação a muitas pessoas, ao passo que a acusação não é verdadeira. O mesmo também ocorre com os raciocínios dedutivos [da dialética]; por exemplo, o argumento de Melisso[686] de que *o universo é infinito* supõe que o universo *não veio a ser*[687] (pois nada poderia vir a ser a partir do que não é) e que tudo que veio a ser partiu de um princípio; se, portanto, o universo não veio a ser, não tem ele princípio e, por conseguinte, é infinito. Mas a conclusão aqui não é necessária, pois mesmo se aquilo que veio a ser possui sempre um princípio, não se segue que aquilo que possui um

685. Quer dizer, os *oradores* desejam.

686. Melisso de Samos (*circa* 440 a.C.), filósofo da mesma escola de Parmênides de Eléia.

687. αγενητον (*ageneton*), incriado, não gerado.

princípio tem que vir a ser, tanto quanto não se segue que alguém que está quente *tem que estar* com febre porque alguém que está com febre está quente.

A refutação ligada a tomar como uma causa o que não é uma causa ocorre quando aquilo que não é uma causa é impingido no argumento como se a refutação fosse a ele devida. Tal caso sucede em raciocínios dedutivos (silogismos) que conduzem a uma impossibilidade, pois nestes se é obrigado a destruir uma das premissas. Se, portanto, o que não é uma causa é enumerado entre as questões necessárias à produção da impossibilidade resultante, a refutação freqüentemente parecerá proceder dessa [falsa] causa; por exemplo, no argumento de que a *alma* e a *vida* não são o mesmo, pois se o vir a ser é contrário ao perecimento, então uma forma particular de vir a ser será contrária a uma particular forma de perecimento; ora, a morte é uma forma particular de perecimento e contrária à vida, e esta, portanto, é um vir a ser, e viver é vir a ser, o que, todavia, é impossível, de modo que a alma e a vida não são o mesmo. Mas esta conclusão não constitui o resultado de uma dedução, uma vez que a impossibilidade ocorre, mesmo que não se afirme que a vida é idêntica à alma, mas meramente que se diga que a vida é contrária à morte, a qual é perecimento, e que vir-a-ser é contrário a perecimento. Estes argumentos não são absolutamente inconclusivos, mas somente inconclusivos no que tange ao ponto em questão, e os próprios interrogadores se acham amiúde igualmente inscientes de uma tal situação.

Eis aí, então, os argumentos ligados ao conseqüente e à causa falsamente imputada. Aqueles [argumentos] que estão ligados à união de duas questões em uma ocorrem quando não se percebe que são mais de uma, e uma resposta é dada como se
168a1 houvesse apenas uma questão. Às vezes é fácil ver que há mais de uma questão e que uma resposta não deveria ser dada; por exemplo, quando se indaga: *"A terra consiste de mar, ou o céu?"*. Às vezes, todavia, mostra-se menos fácil e, julgando que há somente uma questão, as pessoas ou cedem, não respondendo à questão, ou são alvo de uma aparente refutação. Por exemplo: "É *este* e é *aquele* um homem?". "Se assim for, se um homem ferir *este* e *aquele*, ferirá um homem, não homens." Ou então: "Onde parte é bom e parte mau, é o todo bom ou mau?". Uma ou outra resposta poderia parecer envolver uma refutação apa-

rente ou proposição falsa, pois dizer que alguma coisa é boa quando não é boa ou que não é boa quando é boa é uma proposição falsa. Às vezes, entretanto, se certas premissas são adicionadas, poderia haver uma autêntica refutação. Por exemplo, se alguém concorda que uma só coisa e uma multiplicidade de coisas são igualmente chamadas de *brancas*, ou *nuas* ou *cegas*, pois se *cego* é usado com referência a algo que não possui visão, embora seja sua natureza possuí-la, descreverá também uma multiplicidade de coisas que não possuem visão, ainda que seja a natureza delas possuí-la. Quando, portanto, uma coisa possui visão enquanto outra não, serão ou ambas capazes de ver ou ambas serão cegas, o que é impossível.

VI

Temos ou que dividir os silogismos aparentes e as refutações aparentes da maneira que acabamos de descrever ou então referir todos eles a uma falsa concepção da refutação, fazendo desta nossa base, uma vez que é possível decompor todos os tipos de falácia mencionados por nós em violações da definição da refutação. Devemos principiar verificando se são inconclusivos, pois a conclusão deve resultar das premissas formuladas, de sorte que a enunciamos necessariamente, não meramente parecendo que o fazemos. A seguir, temos que verificar se elas se harmonizam com os elementos restantes da definição, pois das falácias ligadas à linguagem algumas se devem a um duplo sentido, como por exemplo, homonímia (equivocação), fraseologia ambígua e similaridade de forma, visto ser habitual indicar tudo como uma substância particular, enquanto [as falácias ligadas] a combinação, divisão e prosódia se devem ao fato da frase não ser a mesma ou o nome ser diferente, uma vez que o nome também, como a coisa significada, *deve* ser o mesmo, se o resultado pretendido é a refutação ou o silogismo. Por exemplo, se o sujeito é um *gibão*, deve-se chegar a uma conclusão sobre um *gibão*, não sobre um *manto*, pois embora esta última conclusão fosse também verdadeira, o raciocínio dedutivo não está completo e uma questão complementar precisa ser formulada para demonstrar que as palavras significam a mesma coisa, se o respondente indaga como foi refutado.

Falácias ligadas ao acidente se tornam evidentes quando o silogismo demonstrativo foi definido, uma vez que a mesma definição deve ser verdadeira também da refutação, exceto se o contraditório for juntado, uma vez que a refutação constitui um silogismo [demonstrativo] do contraditório. Se, portanto, não houver silogismo [demonstrativo] algum do acidente, não ocorre nenhuma refutação, pois se – quando A e B são – C é e C é branco, não se segue necessariamente que é branco por causa do silogismo. E, também, se o triângulo tem seus ângulos iguais
168b1 a dois ângulos retos e acontece de ser uma figura, elemento ou princípio, não se segue necessariamente que, porque é uma figura, elemento ou princípio, possua esse caráter, pois a demonstração a ele concerne não *enquanto* figura ou *enquanto* elemento, mas *enquanto* triângulo. E assim do mesmo modo com os outros casos. Assim, se a refutação é um tipo de silogismo demonstrativo, um argumento dependente de um acidente não poderia ser uma refutação. Entretanto, é nisso que os versados e os homens de ciência em geral são refutados pelos desprovidos de ciência, uma vez que estes argumentam com os homens de ciência, empregando raciocínios dedutivos baseados no acidente, e os homens de ciência, incapazes de estabelecer distinções, ou cedem quando interrogados ou julgam que assim fizeram quando não fizeram.

Falácias que dependem de se uma proposição é formulada num sentido restrito ou absolutamente ocorrem porque a afirmação e a negação não são da mesma coisa, pois *não parcialmente branco* é a negação de *parcialmente branco*, e *não absolutamente branco* de *absolutamente branco*. Se, então, alguém admite que alguma coisa *é parcialmente branca*, com o intuito de querer dizer que *é absolutamente branca*, não produz uma refutação, mas somente parece fazê-lo devido à ignorância do que é uma refutação.

As falácias mais visíveis são estas já mencionadas,[688] ligadas à definição da refutação (do que, inclusive, provém seu nome), uma vez que a aparência de uma refutação é devida ao defeito da definição, e, se distinguirmos falácias desta maneira, deveremos colocar o *defeito da definição* como sendo comum a todos esses casos.

---

688. Em 167a21 e seguintes.

Aquelas devidas à petição de princípio e ao estabelecimento como causa daquilo que não é uma causa são visivelmente expostas pela definição, uma vez que a conclusão deve se seguir porque *isto e aquilo* são assim, o que não é o caso quando a pretensa causa não é a causa e, ademais, a conclusão deve seguir-se sem a inclusão do ponto original, o que não se revela verdadeiro quanto aos argumentos baseados na petição de princípio.

Aquelas ligadas ao conseqüente formam parte das devidas ao acidente, pois o conseqüente é um acidente, embora deste difira porque o acidente pode ser assegurado no caso de *uma* coisa exclusivamente, por exemplo, algo amarelo e o mel são idênticos, do mesmo modo que algo branco e o cisne, ao passo que o conseqüente sempre existe em mais de uma coisa, visto que afirmamos que coisas que são idênticas a uma única e mesma coisa são idênticas entre si, sendo assim que procede a refutação quando o conseqüente é envolvido. Não é, todavia, sempre exato; por exemplo, no caso da *brancura acidental*, uma vez que tanto a neve quanto o cisne são idênticos do ponto de vista da brancura. Ou ainda, como no argumento de Melisso, alguém entende *ter vindo-a-ser e ter um princípio* como a mesma coisa e *se tornar igual* como o mesmo que *assumir a mesma magnitude*, pois porque o que *veio-a-ser* possui um princípio, ele sustenta também que o que possui um princípio veio-a-ser, sob o fundamento de que *tendo vindo-a-ser e ser finito* são ambos o mesmo porque ambos possuem um princípio. Analogamente, também, no caso de coisas que se tornam iguais, ele supõe que *se coisas que assumem uma e a mesma magnitude se tornam iguais, então também coisas que se tornam iguais assumem uma só magnitude*. Ao fazê-lo, ele está supondo o conseqüente. Como, então, a refutação na qual o acidente está envolvido depende da ignorância da natureza da refutação, ocorre o mesmo, é claro, com a refutação na qual o conseqüente está envolvido. Mas é preciso que examinemos esta questão também sob outros prismas.

Falácias ligadas à união de várias questões em uma se devem à nossa falha em diferenciar ou distinguir a definição do termo *proposição*, porquanto esta é uma predicação singular sobre um sujeito singular. Com efeito, a mesma definição se aplica a *uma coisa singular* e à *coisa* simplesmente; a definição, por exemplo, de *homem* e de *um só homem* é a mesma, ocorrendo o mesmo com os demais casos. Se, portanto, uma *proposição singular* é aquela que afirma um predicado singular para um sujeito singular, uma *proposição* simplesmente será também uma questão desse tipo. E como o silogismo está baseado em proposições, e a refutação é um processo silogístico, a refutação também estará baseada em proposições. Se, portanto, uma proposição é uma predicação singular sobre uma coisa singular, está claro que esta falácia também depende da ignorância da natureza da refutação, pois o que não é uma refutação parece ser uma. Se, portanto, alguém deu uma resposta como se fora a uma questão singular, haverá uma refutação, mas se não a deu, mas apenas pareceu que o fez, haverá somente uma refutação aparente. Assim, todos os tipos de falácias se enquadram no item ignorância da natureza da refutação – as ligadas à linguagem porque a contradição, que constitui uma característica particular da refutação, é apenas aparente, e as restantes por causa da definição do silogismo.

VII

Nas falácias ligadas à equivocação e à ambigüidade, o erro nasce da incapacidade de distinguir os vários significados de um termo (uma vez que há alguns que não são fáceis de distinguir, do que são exemplos os significados de *unidade*, *ser* e *identidade*). Nas falácias vinculadas à combinação e à divisão, o erro se deve à suposição de que não faz diferença se o termo está combinado ou dividido, como de fato geralmente é o caso. Assim também naquelas ligadas à prosódia, pois não parece que a acentuação, por ser aguda ou grave, venha sempre – ou mesmo esporadicamente – a alterar a significação da palavra. Nas falácias ligadas à figura de linguagem, o erro se deve à similaridade da linguagem, pois é difícil distinguir qual tipo de coisas pertence às mesmas categorias e quais a diferentes categorias. Com efeito, aquele que pode realizar esta distinção se coloca sumamente próximo da contemplação da verdade. O que, em particular, nos seduz a outorgar nosso assentimento à falácia é o fato de supormos que todo predicado de alguma coisa é uma coisa individual e se apresenta aos nossos ouvidos como uma coisa singular, pois é ao *uno* e à *substância* que dizem geral e mais genuinamente estar a *individualidade* e o *ser* ligados. Por conta disso, também, esse tipo de falácia deve ser classificado entre os liga-

dos à linguagem, primeiro porque o erro ocorre mais comumente quando estamos inquirindo com outros, do que isoladamente (isto porque um inquirir com outra pessoa é executado por meio de palavras, enquanto em nossos próprios intelectos é executado preferivelmente mediante o exame da coisa em si mesma); em segundo lugar, porque mesmo no inquirir solitário, alguém está sujeito a ser enganado quando leva a cabo seu inquirir por meio de palavras; e em terceiro lugar, o erro nasce da similaridade, nascendo esta da linguagem. Nas falácias ligadas ao acidente, o erro se deve à incapacidade de discernir o idêntico e o diferente, o uno e o múltiplo e quais tipos de predicados apresentam todos os mesmos acidentes que seus sujeitos. Assim, também, nas falácias ligadas ao conseqüente, uma vez que o conseqüente constitui um ramo do acidente. Ademais, em muitos casos parece ser verdadeiro e é tido como axiomático que se *isto* é inseparável *daquilo*, então também *aquilo* é inseparável *disto*. Nas falácias vinculadas à falha na definição da refutação e à distinção entre uma proposição qualificada e uma absoluta, o erro se deve ao fato da diferença ser ligeiríssima, pois consideramos a qualificação de um caso particular, ou aspecto, ou modo, ou tempo como não tendo significação adicional e admitimos a universalidade da proposição. Assim, também, quando as pessoas postulam a petição de princípio e quando a causa errônea é enunciada, e quando várias questões são unidas em uma, pois em todos estes casos o erro se deve ao caráter diminuto da diferença, pois nossa falha em sermos precisos na definição das proposições e dos silogismos é devida à razão mencionada acima.

VIII

Visto que conhecemos as várias fontes onde têm nascedouro os raciocínios silogísticos aparentes, também são de nosso conhecimento aquelas que constituem o nascedouro dos silogismos sofísticos e das refutações sofísticas. Entendo por *refutação sofística e silogismo sofístico*[689] não somente o silogismo ou a refutação que aparenta sê-lo e não o é, como também aquele [ou aquela] que, embora *seja*, apenas *aparentemente* se ajusta ao sujeito em pauta. *Estes são aqueles que não conseguem refutar e demonstram ignorância no âmbito do assunto em questão,*

689. σοφιστικον ελεγχον και συλλογισμον (*sofistikon elegchon kai süllogismon*).

o que constitui a função do exame.[690] Ora, este é um departamento da dialética, mas que pode atingir uma falsa conclusão devido à ignorância do indivíduo sob exame. As refutações sofísticas, contudo, mesmo que demonstrem o contraditório de sua opinião, não deixam claro se ele é ignorante, uma vez que as pessoas[691] procuram embaraçar até o homem do conhecimento mediante esses argumentos.

É evidente que os conhecemos pelo mesmo método, pois as mesmas razões que fazem os ouvintes pensar que uma conclusão foi alcançada como resultado das questões fariam o respondente pensar tal coisa também, de sorte que haverá falsas deduções como resultado de todas essas causas ou de algumas delas, pois aquilo que a alguém não foi perguntado, mas que ele pensa que concedeu, ele concederia se lhe fosse perguntado. Mas certamente às vezes acontece que tão logo fazemos a pergunta requisitada, evidenciamos a falsidade, como sucede nas falácias verbais e naquelas devidas ao solecismo. Se, portanto, raciocínios falaciosos do contraditório dependem da refutação aparente, fica claro que raciocínios silogísticos de conclusões falsas devem também ser devidos ao mesmo número de causas da refutação aparente. Ora, a refutação aparente depende dos elementos que compõem uma genuína, pois se qualquer um destes estivesse faltando, haveria somente uma refutação aparente, por exemplo, a que é devida ao fato da conclusão não resultar do argumento (a *reductio ad impossibile*) e a que une duas questões em uma e que se deve a uma falha na proposição, e a que é devida à substituição de um acidente pela essência de uma coisa e (uma subdivisão desta última) a que se deve ao conseqüente. Além disso, há o caso no qual o resultado se segue somente no discurso, mas não na realidade, e também quando, em lugar da contradição ser universal e no mesmo aspecto, relação e modo, há um limite de extensão ou em conexão com uma outra dessas qualificações; e mais uma vez há o caso da suposição da petição de princípio, devido a uma violação do princípio

690. Aqui (trecho em *itálico*), o texto estabelecido de W. D. Ross apresenta considerável diferença de teor daquele de Bekker, pelo que acrescentamos a tradução do primeiro: Estes são aqueles que não conseguem refutar no que toca ao assunto em questão e que demonstram a ignorância do respondente, o que constituía a função da arte do exame.

691. Quais sejam, os sofistas.

da sua não consideração. Assim, devemos conhecer as diversas condições nas quais ocorrem as falácias, pois não existem outras condições nas quais elas possam ocorrer, resultando elas sempre das causas anteriormente indicadas.

Uma refutação sofística não é uma refutação absoluta, mas relativa a alguma pessoa,[692] o mesmo o sendo um silogismo sofístico, pois, a menos que a refutação dependente de homonímia (equivocação) suponha que o termo equívoco apresenta apenas um único significado, e a menos que aquilo que depende de similaridade da forma suponha *que os termos denotam apenas indivíduos,*[693] e o resto igualmente, nem a refutação nem o silogismo demonstrativo serão possíveis, quer absoluta quer relativamente para o respondente, ao passo que, se realmente realizarem tais suposições, eles serão possíveis *relativamente* ao respondente, mas não *absolutamente*, pois não consolidaram uma proposição que possui um só significado, mas somente uma que parece possuí-lo e apenas de uma pessoa particular.

IX

Carentes de um conhecimento de tudo que *é*, não devemos tentar apreender as diversas formas nas quais a refutação dos que são refutados é levada a cabo. Esta, contudo, não é a função de arte alguma, uma vez que as ciências são possivelmente infinitas, com o que fica claro que também as demonstrações o são. Ora, há tanto refutações verdadeiras quanto falsas, pois, sempre que a demonstração é possível, também é possível refutar aquele que sustenta o contraditório da verdade; por exemplo, se alguém sustenta que a diagonal de um quadrado é comensurável com seus lados, deve-se refutá-lo demonstrando que é incomensurável. Por conseguinte, precisaremos ter conhecimento científico de tudo, uma vez que algumas refutações dependerão dos princípios da geometria e suas conclusões, outras daqueles da medicina e outras daqueles das demais ciências. Ademais, as falsas refutações se encontram também entre as coisas infinitas, pois toda arte detém um silogismo [demonstrati-

692. Isto é, um interlocutor.

693. Ou, em outras palavras, *que há só a substância como categoria.*

vo] falso que lhe é peculiar: a geometria, um geométrico; e a medicina, um médico. Por *peculiar a uma arte* entendo *de acordo com os princípios dessa arte.* Fica claro, então, que não precisamos apreender os tópicos de todas as refutações, mas somente aqueles que tangem à dialética, uma vez que estes são comuns a toda arte e faculdade. E cabe ao *homem de ciência* examinar a refutação que é peculiar a cada ciência e averiguar se é aparente apenas e não real ou, se é real, por que o é, enquanto cabe aos *dialéticos* examinar uma refutação que depende de princípios comuns que não se subordinam a nenhuma arte particular, pois se conhecemos as fontes de silogismos [demonstrativos] de aceitação geral a respeito de qualquer sujeito particular, também conhecemos as fontes das refutações, uma vez que uma refutação é um silogismo [demonstrativo] de um contraditório, de modo que um ou dois silogismos [demonstrativos] de um contraditório formam uma refutação. Assim, conhecemos as diversas fontes de todos esses silogismos [demonstrativos] e conhecendo-as, conhecemos também suas soluções, dado que as objeções a essas refutações são soluções. Também conhecemos as diversas fontes das refutações aparentes, *aparentes* – entenda-se – não a todos, mas somente a [indivíduos de] um certo tipo de intelecto, pois seria uma tarefa infindável *examinar as várias formas em que elas são aparentes para o homem ordinário.*[694] Fica, portanto, claro que cabe ao dialético estar capacitado a apreender as várias formas nas quais, com base em princípios comuns, uma refutação que o *é* realmente ou uma refutação aparente, isto é, dialética ou aparentemente dialética, ou apta a exame, é produzida.

X

Não há nenhuma efetiva distinção, como propõem algumas pessoas, entre argumentos que visam atingir a palavra e aqueles que visam atingir o pensamento, pois é absurdo supor que alguns argumentos são dirigidos às palavras enquanto outros são dirigidos ao pensamento, e que não sejam os mesmos. Afinal, onde está a falha em dirigir o argumento ao pensamento, salvo

694. O texto de W. D. Ross apresenta aqui (trecho em *itálico*) diferença substancial daquele de Bekker, pelo que o traduzimos também: *examinar quantas são as considerações que as tornam aparentes para o homem ordinário.*

no que acontece quando alguém não aplica o termo no sentido em que a pessoa interrogada julgou que estava sendo interrogada quando fez a concessão? E isso equivale a dirigi-lo às palavras, ao passo que dirigi-lo ao pensamento é aplicá-lo ao sentido no qual o respondente estava pensando ao fazer a concessão. Se, então, quando a palavra tem mais de um significado, tanto o interrogador quanto o interrogado se dispusessem a pensar que ela tivesse somente um significado – como, por exemplo, *unidade* e *ser* têm vários significados, mas tanto o respondente responde quanto o interrogador interroga na suposição de que há somente um significado e que o argumento é que tudo é uno – terá sido o argumento dirigido às palavras e não ao pensamento do interrogado? Se, ao contrário, um deles pensa que a palavra encerra vários significados, é óbvio que o argumento visa ao pensamento, uma vez que a aplicação à palavra e a aplicação ao pensamento dizem respeito, primeiramente, aos argumentos que denotam diversas coisas ambiguamente, porém, secundariamente, a qualquer argumento; com efeito, a aplicação ao pensamento não depende do argumento, mas de uma certa postura do respondente em relação ao que foi concedido. A seguir, é possível a todos os argumentos serem aplicados à palavra, pois no caso em discussão *serem aplicados à palavra* significa *não serem aplicados ao pensamento*, pois se todos não são aplicados à palavra ou ao pensamento, haverá uma terceira classe que não se aplica nem a uma nem ao outro. Mas elas[695] declaram que a classificação é exaustiva e os dividem em argumentos aplicáveis à palavra e os aplicáveis ao pensamento, não havendo nenhuma outra classe. Mas, de fato, os silogismos que dependem da palavra estão entre os dependentes de uma multiplicidade de significados, pois constitui uma afirmação despropositada a de que *dependente do nome* descreve todos os argumentos vinculados à linguagem. A verdade é que há alguns argumentos falsos que não dependem de uma postura particular da parte do respondente em relação a eles, mas que se devem ao fato do argumento *ele mesmo* envolver o tipo de questão que pode encerrar mais de um significado.

171a1 É inteiramente absurdo discutir a refutação sem discutir previamente o silogismo, uma vez que a refutação é um silogismo,

695. Ou sejam, as *tais pessoas*, forma implícita de Aristóteles aludir aos sofistas.

de sorte que temos que discutir o silogismo antes de discutir a falsa refutação, uma vez que uma tal refutação é um silogismo [demonstrativo] aparente de uma contradição. Conseqüentemente, a causa da falsidade residirá ou no silogismo [demonstrativo] ou na contradição (visto que esta tem que ser acrescentada), embora, por vezes, resida em ambos, se houver uma refutação meramente aparente. No argumento de que *o silencioso fala* a refutação reside na contradição, não no silogismo; no argumento de que *alguém pode dar o que não possui* reside em ambos; no argumento de que *a poesia de Homero é uma figura porque forma um ciclo*[696] reside no silogismo. O argumento que não incorre em erro em nenhum destes aspectos é uma dedução autêntica.

Retomando, porém, o ponto do qual o argumento partiu:[697] são os argumentos matemáticos sempre aplicados ao pensamento ou não? Se alguém pensar que o termo *triângulo* encerra vários significados e o admitiu num sentido distinto daquele de *figura* que demonstrou conter dois ângulos retos, raciocinou ou não o interrogador visando ao pensamento do respondente?

Ademais, se o nome tem vários significados, mas o respondente não julga ou imagina que é assim, não terá o interrogador raciocinado visando ao pensamento do respondente? Ou, de que outra forma pode a questão ser formulada, salvo sugerindo uma distinção? Em qual caso se perguntará: "É possível ou não é possível a alguém falar, quando silencioso?", ou será a resposta num sentido "Não" e num outro "Sim"? Mas se o respondente se dispusesse a recusar a conceder a possibilidade em qualquer sentido e o interrogador se dispusesse a argumentar que é possível, não teria argumentado visando ao pensamento de seu opositor? A despeito disso, o argumento é tido em geral como aqueles vinculados ao nome. Não há, portanto, nenhuma classe de argumento que vise ao pensamento. Alguns argumentos visam ao nome, e tais argumentos não são todos eles sequer refutações aparentes e, menos ainda, genuínas, uma vez que há também refutações aparentes que não estão ligadas à linguagem, do que são exemplo, entre outras, as ligadas ao acidente.

696. Κυκλος (*kŭklos*) significa tanto *círculo* quanto *ciclo*.
697. Em 170b40.

Mas se alguém reivindicar distinções dizendo "Por *o silencioso fala* entendo às vezes uma coisa e, às vezes, uma outra", esta reivindicação é, em primeiro lugar, absurda (pois às vezes a questão não parece envolver qualquer ambigüidade e é impossível fazer uma distinção onde não se suspeita de nenhuma ambigüidade), e, em segundo lugar, que mais será o argumento instrucional senão isto? Com efeito, ele tornará clara a situação a alguém que não considerou, nem conhece, nem concebe que um segundo sentido é possível, pois por qual razão não deveria o mesmo processo ser usado onde não há duplo sentido? "As unidades no *quatro* são iguais às dualidades? Tenha-se em mente que as dualidades estão contidas num sentido de uma maneira e, num outro sentido, de outra maneira." Por outro lado, "O conhecimento dos contrários é uno ou não? Note-se que alguns contrários são cognoscíveis, enquanto outros não." Assim, aquele que faz esta reivindicação parece não saber que instrução (didática) é uma coisa, e dialética, uma outra, e que aquele que emprega instrução (didática) não deveria formular questões, mas ele próprio esclarecer as coisas, ao passo que o dialético formula questões.

XI

Ademais, exigir que o respondente afirme ou negue não cabe a alguém que está demonstrando algo, mas a quem está executando um exame, pois a arte do exame constitui um tipo de dialética e tem em vista não aquele que conhece, mas aquele que ignora e pretende conhecer. Aquele, então, que observa princípios gerais à luz do caso particular é um *dialético*, enquanto quem o faz apenas aparentemente é um *sofista*. Ora, uma forma de silogismo contencioso e sofístico é aquele que é apenas aparente, com o qual a dialética se ocupa na qualidade de um método de exame, ainda que sua conclusão seja verdadeira, já que ele é enganoso no que respeita à causa. Em seguida, há as falácias que não se harmonizam com o método de investigação característico do sujeito e, não obstante, parecem se conformar à arte envolvida, pois falsas figuras geométricas não são contenciosas (na medida em que as falácias resultantes conformam-se ao objeto de estudo da arte), o mesmo ocorrendo com qualquer falsa figura ilustrativa do que é verdadeiro; por exemplo, a figura de Hipócrates ou a quadratura do círculo por meio de lúnulas.

Por outro lado, o método de Bríson da quadratura do círculo, a despeito de sua eficiência, é, todavia, sofístico, porque não se conforma com a matéria envolvida. E assim, qualquer silogismo meramente aparente em torno desses assuntos constitui um argumento contencioso, como qualquer silogismo que meramente pareça se harmonizar com a matéria de estudo, ainda que seja um silogismo genuíno, constitui um argumento contencioso, uma vez que se limita a conformar-se aparentemente à matéria de estudo, com o que é enganoso e desleal, pois, tal como a deslealdade numa competição atlética assume uma forma definida e constitui uma modalidade desleal de luta, o silogismo contencioso constitui uma modalidade desleal de disputa na argumentação; com efeito, tal como no primeiro caso aqueles que desejam a vitória a qualquer custo recorrem [indiscriminadamente] a todos os meios, no segundo caso do mesmo modo agem os que utilizam o argumento contencioso. Por conseguinte, os que assim se comportam meramente para granjear uma vitória são geralmente tidos como contenciosos e rixentos, ao passo que se assim conduzem a fim de conquistar uma reputação que lhes será útil para ganhar dinheiro são tidos como sofísticos, uma vez que, como dissemos,[698] a arte do sofista é uma arte de ganhar dinheiro que se serve de uma aparente sabedoria, visando os sofistas, por conseguinte, a uma demonstração aparente. Indivíduos rixentos e sofistas utilizam os mesmos argumentos, mas não pelas mesmas razões, e o mesmo argumento será sofístico e contencioso, ainda que não do mesmo ponto de vista. Se a meta é a aparência de vitória, é contencioso; se a a meta é a aparência de sabedoria, é sofístico, uma vez que a sofística é uma aparência de sabedoria destituída da realidade. O argumentador contencioso entretém em muito a mesma relação com o dialético que aquele que traça falsas figuras geométricas entretém com o geômetra, pois ele raciocina falsamente com a mesma base do dialético, enquanto aquele que traça falsas figuras [geométricas] argumenta com base idêntica à do verdadeiro geômetra. Este [indivíduo] do segundo caso, porém, não é um raciocinador contencioso, uma vez que constrói sua falsa figura com base nos princípios e conclusões que se subordinam à arte da geometria, enquanto [o indivíduo] do primeiro caso, argumentando com base em princípios que se subordinam

698. Em 165a 22.

à dialética, se mostrará claramente contencioso acerca de outras matérias. Por exemplo, a quadratura do círculo por meio de lúnulas não é contenciosa, enquanto o método de Bríson é contencioso. É impossível remover a primeira para fora da esfera da geometria porque ela se baseia em princípios peculiares à geometria, ao passo que o segundo pode ser utilizado contra muitos debatedores, a saber, todos os que desconhecem o que é possível e o que é impossível em qualquer caso particular, pois ele será sempre aplicável. E o mesmo é exato no que toca à maneira na qual Antífon quadrava o círculo.[699] Ou, por outro lado, se alguém se predispusesse a negar que é melhor dar um passeio após o jantar devido ao argumento de Zenão,[700] não se trataria de um argumento médico, pois é de aplicação geral. Em consonância com isso, se o argumento contencioso estivesse em todos os aspectos na mesma relação com o dialético que o construtor de falsas figuras está com o geômetra, não haveria argumento contencioso nessas matérias. Mas, tal como é, o argumento dialético não possui esfera definida, nem demonstra qualquer coisa em particular, nem é da natureza do universal. Assim é porque não há gênero que inclua todas as coisas e, se houvesse, não seria possível a elas se subordinarem aos mesmos princípios. Por conseguinte, nenhuma arte que colime demonstrar a natureza de qualquer coisa procede por interrogação, uma vez que é impossível conceder uma ou outra de duas partes da questão, pois um silogismo [demonstrativo] não pode resultar de ambas. A dialética, contudo, procede realmente por interrogação, ao mesmo tempo que, se visar a demonstração de alguma coisa, se absterá de questões, se não acerca de tudo, ao menos acerca de coisas primárias e princípios particulares, pois se o opositor se recusasse a concedê-los, a dialética deixaria de contar com qualquer base em que se apoiar para enfrentar a objeção. A dialética é, concomitantemente, uma arte do exame, uma vez que nem é a arte do exame de natureza idêntica à geometria, como é uma arte que alguém pode possuir mesmo sem qualquer conhecimento científico, isto porque até alguém desprovido de conhecimento do assunto é capaz de examinar um outro indivíduo desprovido de conhecimento, se este último fizer concessões

699. A respeito, ver *Física*, 185a17.

700. Ou seja, os argumentos da impossibilidade do movimento. Ver *Física*, 239b10 e seguintes.

baseadas não no que ele conhece nem nos princípios especiais do assunto, mas nos fatos conseqüenciais, que são tais que, embora conhecê-los não o impeça de ser ignorante da arte em questão, ainda assim não conhecê-los envolve necessariamente ignorância dela. Fica claro, portanto, que a arte do exame não é conhecimento de qualquer assunto definido, concluindo-se que se ocupa de todos os assuntos, pois todas as artes empregam também certos princípios comuns. Conseqüentemente, todos, inclusive os destituídos de conhecimento científico, se servem de alguma forma da dialética e da arte do exame, pois todos, até um certo ponto, procuram testar os que professam conhecimento. Ora, o que lhes é útil aqui são os princípios gerais, pois eles os conhecem tão bem quanto os homens de ciência, ainda que pareça que os expressem de maneira muito imprecisa. Assim, todos eles praticam a refutação, uma vez que realizam não metodicamente a tarefa que o dialético realiza metodicamente, e aquele que executa um exame por meio de uma arte do silogismo é um dialético. Ora, há muitos princípios idênticos em toda esfera, porém estes não são tais de sorte a terem uma natureza particular e formarem uma classe particular (no que são semelhantes às negações), ao passo que outros não pertencem a essa classe, estando limitados a esferas especiais; é, portanto, possível por meio destes últimos realizar exames de todas as coisas, como também é possível haver uma arte para fazê-lo, embora não
172b1 do mesmo tipo das artes demonstrativas. Devido a isso, aquele que argumenta mediante silogismos contenciosos não se encontra, em todos os aspectos, na mesma posição do construtor de uma falsa figura geométrica, visto que não raciocinará falsamente com base em princípios de uma classe definida, mas se ocupará com todos os tipos.

Eis aí as modalidades das refutações sofísticas. É fácil perceber que investigá-las e se capacitar a aplicá-las é a tarefa do dialético, uma vez que o método de lidar com proposições constitui o todo deste estudo.

XII

Acabamos de tratar das refutações aparentes. Quanto a demonstrar que o respondente está enunciando uma falácia e encaminhando o argumento para algo inopinável – pois era esta a

segunda meta do sofista – em primeiro lugar, a melhor forma de consegui-lo é por meio de algum tipo de inquirição e por meio de questionamento, uma vez que fazer uma pergunta sem defini-la relativamente a um objeto formulado constitui um bom procedimento para servir a tal propósito; com efeito, é mais provável que as pessoas incorram em erro quando discursam casualmente, e discursam casualmente quando não dispõem de um objeto definido diante de si. Também propor muitas questões, embora o ponto contra o qual se está argumentando esteja definido, e exigir que o respondente manifeste o que pensa, oferece grande ensejo de conduzir alguém a algo inopinável ou falso, e também, se quando interrogado, ele responder *sim* ou *não* a qualquer das questões, de levá-lo a afirmações em relação às quais se dispõe de copioso material para atacá-lo. Este método desleal, entretanto, é muito menos praticável [atualmente] do que outrora, pois as pessoas retrucam: "O que tem a ver isto com a questão original?" Uma regra elementar para conquistar uma afirmação falsa ou inopinável é não aventar qualquer tese diretamente, mas fingir que se está perguntando movido pelo desejo de aprender; com efeito, este método de inquirição abre uma brecha para o ataque.

Um tópico especialmente apropriado para exibir uma falácia é a regra sofística que consiste em conduzir o opositor ao tipo de asserções contra as quais se dispõe de muitos argumentos. Será possível efetuar tal coisa de uma maneira correta e de uma maneira incorreta, como já foi indicado.[701]

Ademais, para inferir um paradoxo[702] é conveniente verificar a qual escola o opositor pertence e, em seguida, questioná-lo a respeito de alguma declaração dessa escola que a maioria das

701. Em *Tópicos*, 111b32 e seguintes.

702. O paradoxo não é uma afirmação necessariamente falsa ou implausível, mas uma asserção que se distingue e se opõe às opiniões geralmente aceitas, por ser extraordinária. A língua grega distingue entre o αδοξον (*adoxon*) e o παραδοξον (*paradoxon*): o primeiro é o inopinável e, portanto, necessariamente carente de plausibilidade, o segundo é simplesmente o que vai além das opiniões comuns e aceitáveis, e a estas se opondo, torna-se inaceitável. Aristóteles, entretanto, em toda esta discussão em torno da sofística, parece usar os dois vocábulos indiscriminada e intercambiavelmente, preocupando-se apenas com o argumento dúbio capaz *quer* de se opor à verdade, *quer* de se opor às opiniões geralmente aceitáveis, nivelando e fundindo o inopinável (implausível) com o que se opõe à opinião que goza de aceitação universal.

pessoas tem como paradoxal, isto porque toda escola apresenta alguma coisa deste jaez. Uma regra elementar neste sentido é dispor de uma coletânea pronta das teses das diferentes escolas entre nossas proposições. A solução adequada aqui também é tornar claro que o paradoxo não resulta devido ao argumento. Ora, o opositor está sempre desejando que assim seja.

Ademais, cumpre buscar paradoxos nos desejos e opiniões manifestados [pelas pessoas], uma vez que aquilo que desejam e aquilo que declaram não são o mesmo; o declarado por elas são os sentimentos mais decentes, enquanto o que desejam é o que julgam de seu interesse. Declaram, por exemplo, que uma morte nobre deve ser preferida a uma vida de prazeres, e que uma pobreza honrada [deve ser preferida] a uma riqueza indigna. Entretanto, seus desejos constituem o oposto do seu discurso. Aqueles, portanto, cujas asserções coincidem com seus desejos devem ser levados a expressar as opiniões geralmente professadas, e aqueles, cujas asserções correspondem a estas últimas, devem ser levados a enunciar as opiniões geralmente ocultadas, pois em ambos os casos acabarão necessariamente num paradoxo, porque contradirão ou suas opiniões declaradas ou suas opiniões veladas.

Um tópico que leva as pessoas a proferir paradoxos copiosamente é a aplicação dos padrões de natureza e de convenção que se representa Cálicles[703] aplicando no *Górgias*[704] e que todos os antigos julgavam válidos, uma vez que, segundo eles, a natureza e as convenções se opõem e a justiça é uma coisa boa de acordo com a convenção, mas não de acordo com a natureza. Portanto, a alguém que discursa em termos de natureza é preciso responder em termos dos padrões convencionais, e quando ele fala em termos de padrões convencionais deve-se encaminhar o argumento para os termos de natureza, isto porque em ambos os casos, resultará que ele emite paradoxos. Na visão dos antigos, o que se harmonizava com a natureza era a verdade, enquanto o que se harmonizava com a convenção era a opinião geral da espécie humana. Fica, por conseguinte, claro que eles também, como os homens atuais, tentavam refutar o respondente ou fazê-lo proferir paradoxos.

703. O interlocutor de Sócrates no *Górgias*.

704. Diálogo de Platão; Aristóteles se reporta a 482 e.

Algumas questões implicam *alguma coisa implausível*[705] seja como for que sejam respondidas, por exemplo: "Deve-se obedecer aos sábios ou ao próprio pai?" e "Deve-se fazer o que é conveniente ou o que é justo?" e "É preferível sofrer o mal ou infligi-lo?" Cumpre encaminhar as pessoas às opiniões opostas às da multidão e dos sábios: se alguém discursa como os debatedores treinados fazem, convém conduzi-lo às opiniões que se opõem às da multidão; se ele fala como fala a multidão, às opiniões dos sábios; com efeito, dizem alguns que o homem feliz é necessariamente justo. Todavia, do ponto de vista da multidão é implausível um rei não ser feliz. Conduzir alguém a implausibilidades como estas é o mesmo que encaminhá-lo à oposição aos padrões da natureza e da convenção, posto que a convenção é a opinião da maioria,[706] ao passo que as manifestações dos sábios se harmonizam com os padrões da natureza e da verdade.

XIII

É, portanto, por intermédio destes tópicos que se deve procurar a obtenção de paradoxos. Em seguida, quanto a fazer os indivíduos caírem na redundância, já dissemos o que entendemos por este termo.[707] Argumentos do tipo a seguir têm todos eles essa meta em vista. Se é indiferente alguém usar o termo ou a definição deste, e *dobro* e *dobro da metade* são o mesmo, então, se *dobro é dobro da metade*, será *dobro da metade da metade*; e se *dobro da metade* for substituído novamente por *dobro*, haverá uma tripla repetição, *dobro da metade da metade da metade*. Por outro lado: *não é o* desejo, *desejo de prazer?* Ora, *o desejo é um apetite para o prazer* e, portanto, *o desejo é um apetite para o prazer do prazer.*

173b1 Todos os argumentos deste tipo ocorrem [1] quando termos relativos são utilizados, onde não apenas os gêneros como também os próprios termos são relativos e são expressos relativamente a uma e mesma coisa (por exemplo, apetite é apetite de alguma coisa e desejo é desejo de alguma coisa, e dobro é dobro de alguma coisa, a saber, dobro da metade), e [2] onde

705. αδοξον (*adoxon*), literalmente o que não se pode opinar, inopinável.

706. Isto é, a multidão.

707. Em 165b16.

termos são usados dos quais, ainda que não sejam, de modo algum, relativos a *substância* – quer dizer, as coisas das quais são estados ou paixões, ou algo similar – é indicada na definição deles, uma vez que são predicados dessas coisas. Por exemplo, *ímpar é* um número que possui uma unidade intermediária e um *número ímpar* existe, de modo que temos um *número número que possui uma unidade intermediária.* E mais, se *chato* [,com referência a nariz,] *é* a *concavidade do nariz* e existe um *nariz chato*, então um *nariz chato* é um *nariz nariz côncavo.*

As pessoas, às vezes, parecem cair na redundância quando realmente não o estão fazendo, porque não indagaram complementarmente [ao respondente] se *dobro*, por si mesmo, possui uma significação ou não e, se possuir, se trata-se da mesma ou de uma diferente, parecendo que extraem a conclusão *imediatamente*. Parece, entretanto, encerrar a mesma significação, inclusive porque a palavra é a mesma.

XIV

Já indicamos o que é o solecismo.[708] É possível tanto cometê-lo quanto parecer o estar cometendo sem o estar cometendo, bem como o cometer sem parecer que se o está cometendo. Se, como Protágoras costumava dizer, μηνις (*menis*)[709] e πηληξ (*pelex*)[710] são masculinos, segundo ele aquele que chama a ira duradoura de *destruidora* [ουλομενην (*oülomenen*)] comete um solecismo, embora não pareça que o cometa diante das outras pessoas; porém, aquele que a chama de *destruidor* [ουλομενον (*oülomenon*)] parece cometer um solecismo, mas não o está cometendo. É evidente, portanto, que seria possível cometer tal efeito também mediante uma certa arte, pelo que muitos argumentos parecem deduzir um solecismo quando realmente não o fazem, como sucede também com as refutações.

Quase todos os solecismos aparentes ocorrem devido a situações nas quais a inflexão não denota nem um objeto masculino nem um feminino, mas um neutro; com efeito, *ele* denota masculino, e *ela* feminino. Entretanto, *isso*, ainda que com o propó-

708. Em 163b20.

709. Ira duradoura, ressentimento.

710. Capacete, elmo.

sito de denotar um neutro, amiúde denota também um masculino ou um feminino, por exemplo, *O que é isso? É Calíope*, ou *É uma tora de madeira*, ou *É Corisco*. As inflexões[711] do masculino e feminino são todas diferentes, mas algumas do neutro são diferentes, e outras não. Assim, com freqüência, quando se admite o *isso*, as pessoas pensam que *ele*[712] foi expresso e também, semelhantemente, substituem uma inflexão por outra. A falácia ocorre porque *isso* é uma forma comum de várias *inflexões*,[713] denotando às vezes *ele*,[714] às vezes *ele*.[715] Deveria denotá-los alternadamente: com o indicativo *é* deveria denotar o nominativo *ele*,[716] com o infinitivo *ser* deveria denotar [o acusativo] *ele*,[717] por exemplo: *[Isso] É Corisco, Acredito [isso] ser Corisco*.[718] Do mesmo modo, com os nomes femininos e os chamados artigos de uso, que podem ter uma designação masculina ou 174a1 feminina, pois somente aqueles que terminam em ο (*ômicron*) e ν (*nü*) têm a designação que pertence a um artigo de uso; por exemplo, ξυλον (*xülon*),[719] σχοινιον (*schoinion*).[720] Aqueles que não tomam esta forma de terminação possuem uma terminação masculina ou feminina, ainda que alguns destes sejam aplicados a artigos de uso, como ασκος (*askos*),[721] por exemplo, é masculino e κλινη (*klinê*)[722] é feminino. Por conseguinte, nestes casos ocorrerá a mesma diferença quando o indicativo *é*[723] for usado e o infinitivo *ser*.[724] Ademais, de uma certa maneira, o solecismo

711. Entenda-se aqui, as terminações dos casos das declinações no grego.
712. Em português, o *ele* (lhe), pronome pessoal do caso oblíquo.
713. Isto é, casos das declinações.
714. Pronome pessoal masculino do caso reto.
715. Pronome pessoal masculino do caso oblíquo.
716. Em português, o pronome pessoal do caso reto.
717. Em português, o pronome pessoal do caso oblíquo.
718. Registramos aqui a palavra *isso* puramente para efeito explicitativo, pois o gênero neutro inexiste na língua portuguesa, embora presente em outras línguas modernas como o inglês e o alemão. Está claro que não nos referimos ao pronome demonstrativo *isso*, mas a um fictício pronome pessoal neutro da terceira pessoa do singular (correspondente ao ele e ao ela).
719. Madeira.
720. Corda.
721. Odre de vinho.
722. Leito.
723. εστι (*esti*).
724. ειναι (*einai*).

se assemelha ao tipo de refutação, devido ao uso de termos semelhantes para coisas dessemelhantes,[725] pois como num caso acontece de cometermos um solecismo no âmbito das coisas, no outro o cometemos naquele das palavras, uma vez que *homem* e *branco* são tanto palavras quanto coisas.

Está claro, então, que, no que se refere a solecismos, devemos tentar construir nossos argumentos com base nas inflexões acima mencionadas.

Estes são os ramos dos argumentos litigiosos[726] e suas subdivisões, os métodos acima os métodos de empregá-los. Ora, não é de pouca monta se os elementos de questionamento são dispostos de uma certa maneira visando a dissimulação, como na dialética. Por isso, na qualidade de um seqüência ao que foi exposto anteriormente, é imperioso que tratemos deste assunto.

XV

Um recurso na construção de uma refutação é a prolixidade, pois é difícil manter muitas coisas em vista simultaneamente. E a fim de assegurar a prolixidade deve-se empregar as regras elementares indicadas anteriormente.[727] Um outro recurso é a rapidez, porque quando as pessoas são deixadas atrás, elas olham menos adiante. Adicionalmente, há a ira e o espírito de contenda, pois quando as pessoas se tornam agitadas, sempre perdem parte da capacidade de defesa. Regras elementares para despertar ira visam a deixar claro que se deseja agir deslealmente e comportar-se de uma maneira totalmente vergonhosa. Um outro expediente é propor as próprias questões alternadamente, que se disponha de diversos argumentos que se encaminham para o mesmo ponto, quer se disponha de argumentos demonstrando tanto que isso é assim quanto que isso não é assim, pois o resultado é que o respondente se mantém em sua defesa simultaneamente contra vários argumentos ofensivos ou [, inclusive,] dos contrários destes. Em suma, todos os recursos de dissimulação indicados anteriormente[728] também são úteis contra argumentos

725. O autor se refere à falácia causada pela figura de linguagem.
726. αγωνιστικων λογων (*agonistikon logon*): o mesmo que argumentos contenciosos.
727. Cf. *Tópicos*, Livro VIII, Capítulo I.
728. Em *Tópicos*, Livro VIII, Capítulo I (ou seja, 155b26-157a5).

litigiosos, uma vez que a dissimulação tem a finalidade de escapar à detecção, e escapar à detecção serve à finalidade do enganar.

Ao lidar com aqueles que se recusam em assentir com qualquer coisa que julgam favorecer o nosso argumento, é preciso formular a pergunta sob uma forma negativa, como se desejássemos o oposto do que realmente desejamos, ou, de uma maneira ou outra, como se fizéssemos nossa pergunta com indiferença, pois as pessoas se perturbam menos quando não está claro o que se deseja assegurar. Com freqüência, quando, ao lidar com particulares, alguém concede o caso individual, não se deve, no processo indutivo, tornar o universal o sujeito da questão, mas assumir que está concedido e usá-lo em consonância com isso, pois, por vezes, as pessoas pensam que elas próprias o concederam e dão a impressão aos seus ouvintes de que o fizeram, porque recordam do processo de indução e julgam que a questão não teria sido formulada sem algum objeto. Onde não há termo algum para denotar o universal, convém, não obstante isso, fazer uso da *semelhança*[729] dos particulares em nosso próprio proveito, porque a semelhança (similaridade) passa, amiúde, desapercebida. Ademais, a fim de assegurar a premissa, convém contrastá-la com seu contrário na nossa questão. Por exemplo, se o que se deseja é garantir a premissa de que *se deve obedecer ao próprio pai em todas as coisas*, deve-se perguntar se devemos obedecer aos nossos próprios pais em todas as coisas ou desobedecê-los em todas as coisas. Se o que se pretende é estabelecer que a multiplicação de um número muitas vezes resulta num grande número, cumpre indagar se deve ser admitido que é um número grande ou que é um número pequeno, pois se alguém fosse pressionado, preferiria que parecesse ser um grande número, isto porque a justaposição dos contrários aumenta a quantidade e qualidade das coisas – tanto relativa quanto absolutamente – aos olhos dos homens.

É freqüente a mais sofística de todas as fraudes praticadas por interrogadores produzir uma espantosa aparência de refutação, quando, ainda que não hajam demonstrado nada, não formulam a proposição final sob forma de uma questão, mas fazem um enunciado conclusivo, como se a houvessem demonstrado, que *isso ou aquilo, então, não é verdadeiro*.

729. Ou *analogia*, cf. *Tópicos*, 156b10 e seguintes.

Um outro artifício sofístico consiste em, quando a tese é constituída por um paradoxo, exigir (quando a opinião geralmente aceita é originalmente proposta) que o respondente responda o que pensa a respeito e formule a própria questão de uma forma tal como "É esta tua opinião?", pois se a questão for tomada como uma das premissas do próprio argumento, o resultado necessário será ou uma refutação ou um paradoxo. Se ele concede a premissa, haverá uma refutação; se recusar-se a concedê-la e, inclusive, negar que é a opinião geralmente aceita, profere algo inopinável; se recusar-se a concedê-la, porém admitindo que é a opinião geralmente aceita, o que teremos é a aparência de refutação.

Ademais, como nos argumentos retóricos, do mesmo modo nas refutações deve-se procurar por contradições entre as opiniões do respondente e ou suas próprias afirmações ou as opiniões daqueles cujas palavras e ações ele admite estarem corretas, ou daqueles que se afirma geralmente possuírem um caráter semelhante e se assemelharem a eles, ou da multidão, ou de toda a humanidade. Além disso, tal como os respondentes que, ao se considerarem refutados, com freqüência extraem uma distinção se estiverem [efetivamente] na iminência de serem refutados, os interrogadores também devem, por vezes, ao se verem à frente de objetadores – se a objeção for válida relativamente a um sentido da palavra, mas não relativamente a um outro –, recorrer ao expediente que consiste em declarar que o opositor a entendeu neste ou naquele sentido, como faz Cleófon no *Mandróbulo*.[730] Devem, inclusive, suspender subitamente o argumento e abreviar seus outros ataques, enquanto o respondente, se perceber, a tempo, tal lance, deveria suscitar antecipadamente objeções e posicionar seu argumento primeiramente. Deve-se também, algumas vezes, atacar pontos distintos do mencionado, excluindo-o, caso não se possa empreender um ataque contra a posição assumida, como fez Licofron ao ser sugerido que ele devia recitar um encômio na lira. Àqueles que exigem que se assuma algum ponto definido de ataque – uma vez que geralmente se sustenta o dever de expressar o objeto de uma questão, enquanto, se certas proposições são feitas, a defesa é mais

730. É provável que se trate de um *diálogo* de Espeusipo, sobrinho e sucessor de Platão na Academia.

fácil – é conveniente declarar que nosso objetivo é o resultado usual da refutação, *nomeadamente*, *negar* o que o opositor *afirmou e afirmar* o que ele *negou*, e não demonstrar que o conhecimento dos contrários é o mesmo ou não o mesmo. Não convém solicitar a conclusão sob forma de proposição, e algumas proposições não devem, de modo algum, [sequer] serem objeto de questionamento, mas consideradas como admitidas.

XVI

175a1 Finalizamos a discussão das fontes das questões e do como devem estas ser formuladas nos argumentos litigiosos. Nossa próxima tarefa indispensável é tratar da resposta, de como são produzidas as soluções, quais são seus objetos e a qual propósito tais argumentos servem.

Para a filosofia, são úteis por duas razões. Em primeiro lugar, como geralmente dependem da linguagem, colocam-nos numa melhor posição para apreciar os diversos significados que um termo pode encerrar e quais similaridades e diferenças se vinculam às coisas e aos seus nomes. Em segundo lugar, são úteis a favor das questões que assomam à nossa própria mente, pois aquele que foi facilmente desencaminhado, por uma outra pessoa, a uma falácia e não percebe seu erro, poderia, também, freqüentemente, incorrer nesse erro no âmbito de seu próprio intelecto. Constitui uma terceira e derradeira razão estabelecerem [esses argumentos] a nossa reputação, ao nos conferirem o crédito de termos recebido uma instrução universal e havermos tudo experimentado, pois o fato de alguém que participa de um debate detectar falhas nos argumentos, sem estar capacitado a especificar onde reside a debilidade deles, desperta a suspeita de que sua irritação aparentemente não é no interesse da verdade, mas devido à inexperiência.

O modo como os respondentes devem enfrentar tais argumentos salta aos olhos se expomos com acerto anteriormente[731] as fontes das falácias e distinguimos as formas fraudulentas de formulação das questões. Tomar um argumento, averiguá-lo e desenredar a falha nele contida não é o mesmo que ser capaz de encará-lo prontamente quando se é questionado, pois freqüentemente não conseguimos reconhecer algo que conhecemos quando se apresenta sob uma forma diferente. Ademais, como em outras esferas um maior grau de rapidez ou lentidão é mais uma questão de treinamento, o mesmo ocorre no argumento e, portanto, ainda que alguma coisa possa estar clara para nós, não obstante isso, se nos faltar prática, deixamos escapar nossas oportunidades com freqüência. O mesmo, às vezes, acontece, como no traçado das figuras geométricas, pois nesse caso analisamos, por vezes, uma figura, mas não podemos reconstruí-la. Assim, também nas refutações sabemos como o argumento é encadeado, mas estamos desnorteados quanto a decompô-lo em suas partes.

731. Em 165b24 e seguintes.

XVII

Em primeiro lugar, então, tal como dizemos que devemos, às vezes, deliberadamente argumentar com plausibilidade, de preferência a fazê-lo com verdade, do mesmo modo devemos, às vezes, solucionar as questões plausivelmente, a fazê-lo em conformidade com a verdade, pois a nos expressarmos na generalidade, quando temos que disputar com debatedores contenciosos, devemos encará-los não como tentando nos refutar, mas simplesmente como parecendo fazê-lo, uma vez que negamos que estejam deduzindo alguma coisa, de sorte que precisam ser corrigidos para dissipar essa aparência; com efeito, se a refutação é contradição inequívoca baseada em certas premissas, não pode haver necessidade de fazer distinções contra a ambigüidade e a homonímia (equivoção), pois elas não constituem a demonstração. Mas a única razão adicional para fazer distinções complementares é a conclusão parecer-se a uma refutação. É preciso, por conseguinte, acautelar-se não de sermos refutados, mas da aparência de o ser, visto que a indagação de ambigüi-
175b1 dades e questões envolvendo a equivocação e todos os artifícios fraudulentos semelhantes mascaram, até mesmo, uma refutação autêntica e tornam incerto quem é refutado e quem não é, pois quando é possível, no fim, quando a conclusão é alcançada, dizer que o nosso próprio opositor contradisse o que asseverou somente por meio de uma homonímia (equivocação), (não importa quão verdadeiro possa ser ter acontecido de ele estar tendendo no mesmo rumo), será incerto se ocorre uma refutação, na medida em que é incerto estar ele dizendo a verdade agora.

Se, entretanto, alguém tivesse feito uma distinção e questionado o termo equívoco ou ambíguo, a refutação não teria sido incerta. Além disso, o objeto daqueles que praticam argumentações contenciosas – embora seja menos, nos dias de hoje, sua meta de outrora – teria sido levado a cabo, a saber, a pessoa questionada ter respondido *sim* ou *não*. Mas tal como é, contudo, pelo fato dos interrogadores formularem suas questões incorretamente, a pessoa questionada é obrigada a acrescentar alguma coisa em sua resposta, ao retificar a falha da proposição, visto que se o interrogador fizer distinções adequadas, o respondente terá que dizer ou *sim* ou *não*.

Caso alguém venha a supor que um argumento que se apóia em termos equívocos é uma refutação, será impossível ao respondente esquivar-se a ser refutado num certo sentido, pois, quando se trata de coisas visíveis, deve-se necessariamente negar o termo que ele afirmou e afirmar aquele que ele negou, isto porque a correção que alguns sugerem é inútil; com efeito, não dizem que Corisco é *musical e não musical*, mas que *este* Corisco é musical e *este* é não musical. Mas isso não adiantará, porque dizer que *este* Corisco é não musical, ou musical, e dizer que *este* Corisco é *assim* equivale a usar a mesma expressão, e se está afirmando e negando ao mesmo *este*. Mas talvez não signifique o mesmo, pois, tampouco, o significou o nome no primeiro caso e, assim, qual é a diferença? Mas se ele se predispor a atribuir a uma única pessoa o simples nome de *Corisco*, enquanto à outra acrescenta *um certo* ou *este*, será absurdo, uma vez que a adição não pertence mais a uma do que à outra, sendo indiferente a qual das duas ele faz o acréscimo.

Todavia, como não se distinguem os significados de um termo ambíguo, não fica claro se foi refutado ou não e, uma vez que o direito de extrair distinções é outorgado nos argumentos, é evidente que pura e simplesmente conceder a questão, sem proceder a distinções, é um erro, de modo que mesmo que o próprio indivíduo não pareça ser refutado, ainda assim seu argumento certamente parece sê-lo. Sucede freqüentemente, contudo, que – a despeito das pessoas perceberem a ambigüidade – hesitam em fazer a distinção, devido *às numerosas ocasiões nas quais as pessoas propõem assuntos desse tipo, a fim de evitar parecerem estar agindo sempre de maneira maldosa*.[732] Então, mais uma vez, embora jamais houvessem as pessoas pensado que o argumento atingiria este ponto, se vêem, amiúde, confrontadas com um paradoxo. Desta forma, já que se conta com a concessão do direito de proceder à distinção, não devemos titubear quanto a utilizá-lo, como afirmado anteriormente.[733]

Se duas questões não fossem convertidas em uma, a falácia que depende de equivocação e ambigüidade não existiria, tampouco, mas sim refutação ou ausência de refutação, pois qual a diferença entre perguntar se Cálias e Temístocles conhecem
176a1 música e fazer a mesma pergunta a respeito de duas pessoas, ambas com o mesmo nome? Isto porque se um [nome] denota mais de uma coisa, se terá feito mais de uma questão. Se, portanto, não é correto exigir simplesmente o recebimento de uma resposta para duas questões, está claro que não é apropriado dar uma simples resposta a qualquer questão equívoca, ainda que o termo seja verdadeiro, de todos os sujeitos, como alguns indivíduos julgam que deve ser, uma vez que isso é exatamente o mesmo que perguntar: "Estão Corisco e Cálias em casa ou não em casa?", estejam os dois em casa ou nela não estejam, pois em ambos os casos o número das proposições é superior a uma, porquanto, se a resposta fosse verdadeira, não se concluiria tratar-se de questão singular, uma vez ser possível a verdade de dizer *sim* ou *não* quando feito um número incontável de questões. Entretanto, a despeito de tudo isso, não se deve respondê-las mediante uma só resposta, o que significaria a ruína da discussão. Isso se assemelha ao caso do mesmo nome ser aplicado a coisas distintas. Se, portanto, não cabe oferecer uma resposta a duas questões, fica evidente que tampouco deveria alguém dizer *sim* ou *não* quando termos homônimos (equívocos) são empregados, pois neste caso o discursador não ofereceu uma resposta, mas enunciou uma proposição – uma proposição que é tida, de uma certa maneira, como uma resposta entre aqueles que discutem, porque não compreendem qual é a conseqüência.

---

732. O texto de W. D. Ross apresenta neste trecho (em *itálico*) uma considerável diferença de teor: *devido às numerosas pessoas que propõem assuntos desse tipo, objetivando evitar parecerem estar agindo sempre de mau humor.*

733. Em *Tópicos*, Livro VIII, Capítulo VII.

Tal como dissemos, como existem algumas refutações *aparentes* que não são realmente refutações, analogamente existem também algumas soluções *aparentes* que não são realmente soluções. Ora, dissemos que estas, *às vezes*, têm que ser aventadas de preferência às soluções genuínas no argumento litigioso e no confronto da ambigüidade. No caso das proposições que parecem ser verdadeiras, é preciso responder com a expressão "Concedido", pois então a probabilidade de qualquer refutação acessória é ínfima; se alguém, contudo, é obrigado a enunciar algo paradoxal, então cumpre que alguém em particular tenha o máximo cuidado em acrescentar que *assim parece*, pois neste caso nos furtaremos à impressão quer da refutação, quer do paradoxo. Uma vez ser claro o significado de *petição de princípio*, e uma vez que as pessoas sempre julgam que suposições vizinhas à conclusão devem ser derrubadas e que algumas delas não devem ser concedidas no terreno no qual o opositor está fazendo a petição de princípio, quando alguém reivindica alguma coisa desta natureza, de modo a resultar necessariamente da tese, e é falso ou implausível, temos que recorrer ao mesmo pretexto, pois as conseqüências necessárias são usualmente tidas como parte da mesma tese. Ademais, quando o universal obtido carece de nome, sendo indicado exclusivamente por uma comparação, é imperioso que digamos que o interrogador o toma não no sentido no qual foi concedido, nem como o propôs, pois uma refutação, amiúde, atinge também este ponto.

Quando somos excluídos de tais expedientes, temos que recorrer ao argumento de que a conclusão não foi corretamente demonstrada, atacando-a com base na classificação de falácias indicada anteriormente.[734]

Quando os termos são usados em seus próprios sentidos, é preciso responder ou pura e simplesmente, ou efetuando uma distinção. É quando nossa proposição tem nosso significado implícito sem explicitá-lo, por exemplo, quando uma questão
176b1 não é formulada claramente, mas sob uma forma truncada, que se segue a refutação. Eis um exemplo: *É tudo aquilo que pertence aos atenienses uma propriedade dos atenienses?* Sim. *E isso é igualmente verdadeiro no que tange a tudo o mais. Bem, então o ser humano pertence aos animais?* Sim. *Então, o ser humano é uma propriedade dos animais.* Isso porque dizemos que o ser humano *pertence aos* animais porque ele é um animal, tal como dizemos que Lisandro[735] *pertence aos* laconianos porque ele é um laconiano. Fica evidente, portanto, que quando a premissa não é clara, não deve ser concedida pura e simplesmente.

734. Em 168a17 e seguintes.

Quando geralmente se sustenta que se uma de duas coisas é verdadeira, a outra é necessariamente verdadeira, mas se a segunda é verdadeira, a primeira não é necessariamente verdadeira, deve-se – quando interrogado qual é a verdadeira – conceder a menos inclusiva, pois quanto mais elevado for o número de premissas, mais difícil será tirar uma conclusão. Se o debatedor busca estabelecer que *isto* tem um contrário, enquanto *aquilo* não o tem, na hipótese de sua afirmação ser verdadeira devemos dizer que ambos têm seu contrário, mas que um destes contrários não foi nomeado.

Relativamente a algumas das proposições que eles[736] apresentam, a maioria das pessoas declararia que qualquer um que não as concedesse estaria incorrendo em falsidade, ao passo que eles não diriam isso a respeito de outras; por exemplo, matérias que são objeto de discordância entre as pessoas (por exemplo, a maioria das pessoas não tem opinião formada sobre se a alma dos seres vivos é perecível ou imortal). Por conseguinte, quando é incerto em qual sentido a premissa sugerida é geralmente usada, se são empregadas como máximas (visto que as pessoas dão tanto a opiniões verdadeiras quanto a afirmações gerais o nome de *máximas*), ou como a proposição *a diagonal de um quadrado é incomensurável com seus lados*, e também onde a verdade é uma matéria de incerteza – nestes casos se dispõe de uma excelente oportunidade de alterar os termos sem ser flagrado, pois como é incerto em qual sentido a premissa é verdadeira, não se julgará estarmos atuando sofisticamente e, devido à discordância em torno do assunto, não se julgará que estamos incorrendo em falsidade, pois a alteração tornará o argumento irrefutável.

Ademais, toda vez que alguém prevê qualquer questão, é preciso ser o primeiro a fazer a própria objeção e dizer o que se tem a dizer, com o que se pode melhor embaraçar o interrogador.

735. Lisandro (?-395 a.C.), general e político espartano.

736. Os sofistas.

XVIII

Uma vez que uma solução correta consiste em expor um silogismo falso, indicando a natureza da questão da qual a falácia depende, e uma vez que *silogismo falso* pode significar uma de duas coisas (pois ele ocorre, ou se uma conclusão falsa foi alcançada, ou se o que não é uma demonstração parece sê-lo), teremos que dispor tanto da solução que foi descrita[737] quanto também da correção da demonstração aparente, correção esta realizada demonstrando-se de qual das questões ele depende. A conseqüência será resolvermos os argumentos de silogismo correto[738] por meio de sua demolição, e dos silogismos aparentes por meio da realização de distinções. Por outro lado, na medida em que alguns argumentos corretamente deduzidos têm conclusões verdadeiras, enquanto outros as têm falsas, é possível resolver os que possuem conclusões falsas de duas maneiras, quer destruindo uma das questões, quer demonstrando que a conclusão não é tal como enunciada. Por outro lado, os argumentos que têm premissas falsas somente podem ser resolvidos mediante a destruição de uma das premissas, uma vez que a conclusão é verdadeira. Aqueles, portanto, que desejam resolver um argumento, deveriam observar, primeiramente, se foi corretamente deduzido ou não é deduzido e, em seguida, se a conclusão é verdadeira ou falsa, de sorte que possamos obter uma solução ou fazendo uma distinção, ou destruindo uma premissa – e fazendo-o utilizando uma ou outra das duas formas que acabamos de indicar.[739] Há uma enorme diferença entre resolver um argumento quando se está sendo interrogado e quando não se está, pois neste último caso é difícil entrever o que está à espreita, sendo, ao contrário, mais fácil vislumbrar o próprio caminho quando se está tranqüilo.

XIX

Das refutações que dependem de homonímia (equivocação) e ambigüidade, algumas envolvem uma questão que encerra mais de um sentido, ao passo que outras apresentam uma con-

737. No Capítulo XVII.
738. Argumentos deduzidos corretamente.
739. Em 176b36 e seguintes.

clusão capaz de encerrar diversos significados; por exemplo, no argumento sobre o *falar do silencioso*, a conclusão tem um duplo significado, e no argumento de que *um homem que conhece não compreende o que conhece*, uma das questões contém ambigüidade. Além disso, o que encerra um duplo significado é verdadeiro num contexto, mas não o é num outro, significando alguma coisa que tanto é como não é.

Quando a multiplicidade de significados acontece na conclusão, não ocorre refutação alguma, a menos que o interrogador garanta uma contradição antecipadamente, como, por exemplo, no argumento a respeito do *ver do cego*, uma vez jamais ter havido refutação sem contradição. Quando a multiplicidade de significados acontece nas questões, não há necessidade de negar a ambigüidade antecipadamente, pois o argumento não é a ela dirigido como uma conclusão, mas por meio dela levado a cabo. No começo, portanto, deve-se responder a um termo ambíguo ou expressão ambígua da maneira que se segue, a saber, que *num sentido é assim e, num outro, não é assim;* por exemplo, o *falar do silencioso* é possível num sentido e não num outro; também que num sentido *se deve* fazer *o que tem que ser* feito, porém não num outro, pois a expressão *o que tem que ser* comporta muitos significados que são empregados. Se a ambigüidade não é notada, convém realizar uma correção no fim, juntando ao interrogatório: "É possível o falar do silencioso?" "Não, mas o falar deste homem em particular quando está silencioso é possível." Assim, igualmente, quando a variedade de significação está contida nas premissas: "As pessoas não compreendem o que conhecem?" "Sim, mas não as que conhecem desta maneira particular", uma vez que não é o mesmo dizer que não é possível para aqueles que conhecem compreenderem o que conhecem, e que aqueles que conhecem de uma maneira particular não podem compreender seu conhecimento. Também, falando em caráter geral, ainda que o opositor de alguém raciocine de modo absoluto, é preciso sustentar que o que ele contradisse não é o fato efetivo que se afirmou, mas meramente seu nome, com o que não há refutação.

XX

É também evidente como resolver as refutações que dependem da divisão e da combinação de palavras, pois se a expres-

são significar algo diferente, quando dividida e quando combinada, no momento em que o opositor estiver tirando sua conclusão, deveremos tomar as palavras no sentido contrário. Todas as expressões deste jaez, tais como as que se seguem, dependem da combinação ou divisão das palavras: "Foi fulano agredido com aquilo com o que o viste ser agredido?" e "Tu o viste ser agredido com aquilo com o que ele estava sendo agredido?" O argumento aqui possui algo da falácia causada por questões
177b1 ambíguas, porém realmente se prende à combinação, pois o que depende da divisão das palavras não é realmente ambíguo (visto que a expressão, quando dividida diferentemente, não é a mesma), salvo, de fato, se ορος *(óros)* e ορος *(óros)*,[740] pronunciados de acordo com a prosódia (acentuação),[741] constituíssem uma só palavra com diferentes significados (na linguagem escrita, uma palavra é a mesma quando escrita mediante as mesmas letras e da mesma forma, embora as pessoas hoje em dia coloquem *sinais adicionais*[742] [para indicar a pronúncia]); mas as palavras, quando faladas, não são as mesmas. Por conseguinte, uma expressão cujo significado depende de divisão não é ambígua, ficando claro, também, que nem todas as refutações dependem da ambigüidade, como afirmam alguns.

Cabe ao respondente efetuar a divisão, pois *Vi um homem agredido**,** com meus olhos* não é o mesmo que dizer *Vi um homem**,** agredido com meus olhos.*[743] Há também o dizer de Eutídemo,[744] "Sabes agora, na Sicília, que há trirremes no Pireu?" E, também, "Pode um homem bom, que é sapateiro, ser mau?" "Não, mas um homem que é bom pode ser um mau sapateiro, e, portanto, um bom sapateiro será mau. Um outro exemplo: "Coisas das quais o conhecimento é bom são bons objetos de aprendizado, não são?" "Sim, mas o conhecimento do mal é bom e, portanto, o mal é um bom objeto de aprendizado." "Mas, ademais, o mal é tanto mal quanto objeto de aprendizado, de sorte que o mal é um *mau* objeto de aprendizado, ainda que já se tenha constatado que o conhecimento dos males é bom." "É exato dizer que nasceste agora?" "Sim e, então, nasceste agora." Uma divisão diferente dos vocábulos não significa algo diferente?... pois é exato dizer "*Agora* que tu nasceste", mas não dizer que "Tu nasceste *agora.*" E, também, "Podes fazer o que és capaz e como és capaz?" "Sim." "E quando não estás tocando a cítara, tens a potência de tocar a cítara e, assim, poderias tocar a cítara quando não estás tocando a cítara." Em outras palavras, ele não possui a potência de tocar quando não está tocando, mas possui o poder de fazê-lo quando não o está fazendo.

Algumas pessoas resolvem isso também de um outro modo. Se ele concedeu que pode fazer o que é capaz de fazer, dizem que não se conclui que ele pode tocar a cítara quando não a está tocando, porque não foi concedido que ele o fará de todas os modos nos quais pode fazê-lo, pois não é o mesmo fazê-lo do modo que ele pode e de *todos os modos* em que pode. Mas está claro que esta não é uma boa solução, pois a solução de argumentos que dependem de um princípio idêntico é idêntica, ao passo que esta solução não se ajustará a todo argumento nem a toda forma de questão em que possa ser introduzida, sendo dirigida contra o interrogador e não contra o argumento.

XXI

A prosódia (acentuação) não dá origem a argumentos, quer na linguagem escrita, quer na falada, embora seja possível que ocorram alguns, tais como os seguintes: uma casa *é onde te alojas* (***où*** *katalúeis*[745]), não *é*? Sim. Não *é não te alojas* (***oú*** *katalúeis*) a negação de *tu te alojas* (*katalúeis*)? Sim. Mas disseste

740. Bekker registra aqui ορος και ορος (**ó***ros kai* **ó***ros*), palavras de escrita e acentuação gráfica idênticas, mas de significados e declinações diferentes (uma significa montanha, outeiro; a outra, pedra demarcatória, limite, fronteira). W. D. Ross prefere **ó***ros kai* **órós**, este último vocábulo apresentando tanto acentuação gráfica quanto significado diferentes (soro, líquido seminal), embora pertencendo à mesma declinação do segundo *óros*. Parece-nos, entretanto, que do ponto de vista exemplificativo de Aristóteles, é indiferente.

741. A menção aqui não é apenas à acentuação gráfica correspondendo à fonética, mas também especificamente ao sinal gráfico indicativo em grego de vogal inicial *aspirada* na pronúncia, como o ômicron (ο) em *óros* (neste ensejo, *hóros*).

742. Isto é, sinais indicativos de acentuação e aspiração.

743. O leitor deve atentar para a posição das vírgulas (em itálico-negrito) nos dois dizeres, a nosso ver a melhor forma de indicar a divisão e não identidade dos dizeres.

744. Difícil saber com certeza a que Eutídemo o Estagirita se refere, mas é possível que seja ao mesmo Eutídemo que figura no diálogo homônimo de Platão, que versa, inclusive, sobre a *erística* ou debate contencioso.

745. ου καταλυεις...

178a1 que *onde te alojas* (***où*** *katalúeis*) era uma casa e, portanto, *uma casa é uma negação*. Salta aos olhos como isso deve ser resolvido, uma vez que a palavra falada não é a mesma com o acento agudo e com o grave.[746]

XXII

Também fica claro como devemos resolver os argumentos [falaciosos] que dependem da expressão idêntica de coisas que não são idênticas, uma vez que dispomos dos vários tipos de categorias. Suponhamos que alguém, ao ser interrogado, concedeu que alguma coisa que denota uma substância não é um predicado, e uma outra pessoa demonstrou que alguma coisa é um predicado que está na categoria da relação ou da quantidade, mas que geralmente se sustenta – devido à sua expressão – como denotador de uma substância, como ocorre, por exemplo, no argumento a seguir: É possível estar fazendo e ter feito a mesma coisa ao mesmo tempo? Não. Mas é certamente possível estar vendo e ter visto a mesma coisa ao mesmo tempo e sob as mesmas condições. Ou, então: É qualquer forma de paixão (passividade) uma forma de ação (atividade)? Não. Então *ele é cortado, ele é queimado, ele é afetado por um objeto sensível* são formas similares de expressão e todas denotam alguma forma de paixão (passividade) e, por outro lado, *dizer*, *correr* e *ver* são formas de expressão similares entre si; mas como *ver* é, seguramente, um modo de ser afetado por um objeto sensível, aqui paixão e ação ocorrem simultaneamente. No primeiro caso, se alguém, após conceder que é impossível estar fazendo e ter feito a mesma coisa ao mesmo tempo, se dispusesse a dizer que *é possível* ver uma coisa e a ter visto, não teria sofrido ainda refutação, supondo-se que declarasse que *ver* é uma forma não de ação, mas de paixão, pois esta questão adicional é necessária, embora o ouvinte supusesse ter ele o concedido ao conceder que *cortar é estar fazendo alguma coisa e ter cortado é ter feito alguma coisa*, e o mesmo no que se refere a formas similares de expressão, uma vez que o próprio ouvinte adiciona o resto, supondo ser a significação similar, ao passo que não é realmente

746. Na verdade, existe aqui também a diferença (de acentuação) determinada pela presença ou ausência do acento circunflexo, que acompanha o acento grave em *où*, mas não em *oú*.

similar, apenas o parecendo ser devido à expressão. Aqui ocorre o mesmo que nas homonímias, pois, ao lidar com homônimos,[747] aquele que não detém experiência na arte da argumentação julga que seu opositor negou o fato que ele afirmou, e não o termo, enquanto ainda uma outra questão precisa ser formulada, a saber, se ele[748] está empregando o termo equívoco atendo-se apenas a um significado, pois se ele o conceder, será produzida uma refutação.

Também são similares aos argumentos acima os seguintes. [Pergunta-se] se alguém perdeu o que tinha e, posteriormente, não tem... pois um indivíduo não terá mais dez *dados*,[749] ainda que tenha perdido somente um. Não. Ao contrário, é que ele perdeu o que tinha antes e não tem agora; mas não há necessidade, para ele, de ter perdido tanto ou tantas coisas que não tem agora. Na questão, portanto, ele está lidando com o que tem à conclusão de posse do número total, uma vez que o número era dez. Se, portanto, ele perguntasse, em primeiro lugar, se um homem que antes possuía muitos objetos que não possui mais, perdeu a soma total deles, ninguém o teria concedido, mas teria dito que ele havia perdido ou o número total ou um dos objetos. Argumenta-se, também, que alguém poderia outorgar aquilo que não obteve, pois o que não obteve é somente um *dado*. Mas ele outorgou não aquilo que não obtivera, mas de uma maneira na qual não o obtivera, a saber, apenas um [dado]. Isto porque *apenas* não denota um tipo particular de coisa, ou uma qualidade, ou uma quantidade, mas uma certa relação
178b1 com alguma coisa mais, nomeadamente, dissociação de qualquer outra coisa. É, portanto, como se ele houvesse perguntado se um homem poderia dar o que não obteve, e ao receber a resposta negativa, se predispusesse a perguntar se um homem poderia outorgar alguma coisa *rapidamente* quando não a obtivera rapidamente e, ao receber a resposta afirmativa, se predispusesse a inferir que alguém poderia outorgar o que não obtivera. É evidente que ele não fez uma inferência correta, pois *outorgar rapidamente* não significa outorgar uma coisa particular, mas *outorgar de uma maneira particular*, e alguém poderia ou-

747. Termos equívocos.

748. Isto é, o debatedor inexperiente, não o opositor sofista.

749. αστραγαλους (*astragalous*), literalmente vértebras ou ossinhos, em geral provenientes da pata do carneiro, que os gregos usavam como dados.

torgar alguma coisa de uma maneira na qual não a obteve; por exemplo, poderia obtê-la com prazer e outorgá-la com pena.

São também similares todos os argumentos que se seguem: Poderia alguém golpear com uma mão que não tem ou ver com um olho que não tem? Pois não temos um só olho. Algumas pessoas, portanto, resolvem isso dizendo que o indivíduo que tem mais de um olho, ou outra coisa qualquer, tem também somente um.[750] Há também o argumento de algumas pessoas de que *aquilo que se tem, recebeu-se. Este* deu apenas um seixo e *aquele* tem – dizem eles – somente um seixo proveniente *deste*. Outras pessoas argumentam demolindo diretamente a questão levantada, dizendo que se pode ter aquilo que não se recebeu. Por exemplo, pode-se *receber* vinho que está bom, mas *tê-lo* em má condição se estragou no processo de transporte. Mas, como asseveramos antes,[751] todas estas pessoas dirigem suas soluções não ao argumento, mas ao homem, pois se isso fosse uma efetiva solução, seria impossível atingir uma solução concedendo-se o contrário, como sucede em todos os demais casos; por exemplo, se *é em parte assim e em parte não assim* for a solução, uma admissão de que a expressão usada sem qualificação torna válida a conclusão; mas se nenhuma conclusão é alcançada, não pode haver uma solução. Nos exemplos acima, ainda que tudo seja concedido, não obstante isso, dizemos que nenhum silogismo [demonstrativo] foi construído.

Que se acresça, ainda, a esta classe de argumentos os seguintes: Se algo está escrito, alguém o escreveu? Está escrito que *estás sentado*, o que constitui uma afirmação falsa, mas que era verdadeira na ocasião em que foi escrita. Portanto, o que foi escrito é, ao mesmo tempo, falso e verdadeiro. Não, [isso é falacioso] porque a falsidade ou a verdade de uma proposição ou opinião não denota uma substância, mas uma qualidade, pois a mesma avaliação se aplica igualmente a uma opinião e a uma proposição. Outro exemplo: É aquilo que o aprendiz aprende aquilo que ele aprende? Suponhamos que alguém aprende uma marcha lenta *rapidamente* – não se trata, neste caso, *do que* ele aprende, mas de *como* aprende. Mais um exemplo: Um homem

750. O texto de W. D. Ross, como de outros helenistas, tem aqui presente: *Outros o resolvem como resolvem o argumento de que...* .

751. Em 177b33.

pisa naquilo sobre aquilo através do que caminha? [Sim.] Mas ele caminha o dia todo. Não será o que se quis dizer não aquilo pelo que ele caminha, mas quando caminha? Tal como quando nos referimos a alguém que "bebe um copo", não aludimos ao que a pessoa bebe, mas ao que utiliza para beber. Ainda outro exemplo: Não é ou pelo aprendizado ou pela descoberta que conhecemos o que conhecemos? [Sim.] Mas, supõe que, de duas coisas, ele descobriu uma e aprendeu a outra, nem descobriu nem aprendeu as duas em conjunto. Não é exato dizer que o que ele conhece é cada coisa individual, mas não todas as coisas consideradas conjuntamente? Há também o argumento de que há um *terceiro homem* além do *homem* e dos *homens individuais*. Não é assim, porque *homem* e todo termo genérico denotam não uma substância individual, mas uma qualidade, ou relação, ou modo, ou algo deste caráter. O mesmo no que tange à questão de se *Corisco* e *o músico Corisco* são a mesma coisa ou diferentes, pois um termo denota uma substância individual, o outro uma qualidade, de sorte a ser impossível isolá-lo, já que não é o processo de isolamento que produz o *terceiro homem*, mas a admissão de que há uma substância individual, uma vez que *homem* não será uma substância individual como é Cálias, como tampouco fará qualquer diferença se alguém se dispusesse a dizer que o que está isolado não é uma substância individual, mas uma qualidade, porquanto ainda subsistirá um uno em contraste com a multiplicidade, por exemplo, *homem*. É evidente, portanto, que não deve ser concedido que o termo predicado universalmente de uma classe é uma substância individual, devendo nós dizer que ele denota ou uma qualidade, ou uma relação, ou uma quantidade, ou algo deste tipo.

XXIII

Em resumo, tratando-se de argumentos que dependem da linguagem, a solução sempre estará subordinada ao oposto daquilo em torno de que gira o argumento. Por exemplo, se o argumento depender de combinação, a solução será por divisão; se de divisão, por combinação. Por outro lado, se depender de acentuação aguda, a acentuação grave será a solução e vice-versa. Se depender de homonímia (equivocação), poderá ser resolvido mediante o uso do termo oposto; por exemplo, se acontecer de alguém dizer *que alguma coisa é inanimada após*

ter negado que o é, terá que demonstrar que é animada; e se alguém disse que é inanimada e seu opositor argumentou que é animada, terá que asseverar que é inanimada. Analogamente no que se refere ao caso da ambigüidade. Se o argumento depender de similaridade de linguagem, o oposto será a solução. "Poderia alguém outorgar o que não obteve?" Certamente *não o que* não obteve, mas poderia o outorgar *de uma maneira na qual* não o obteve; por exemplo, um único *dado* isoladamente. "Conhece alguém a coisa que conhece por aprendizado ou descoberta?" Sim, porém não "as *coisas* que conhece." Igualmente, um homem pisa sobre a *coisa* mediante a qual caminha, [mas] não no tempo durante o qual caminha. E, analogamente, nos demais casos.

XXIV

No que toca a lidar com argumentos que dependem do acidente, uma só e idêntica solução tem aplicação universal. Não está determinado em quais ocasiões o predicado deva ser atribuído ao sujeito onde se aplica ao acidente, e às vezes [as pessoas] geralmente sustentam e expressam que se aplica, e às vezes, negam que se aplica necessariamente. Temos, portanto, uma vez alcançada uma conclusão, que afirmar igualmente em todos os casos que não se aplica necessariamente. Entretanto, é preciso que tenhamos disso um exemplo para apresentar. Todos os argumentos como os que se seguem dependem do acidente: "Sabes o que estou na iminência de perguntar-te?" "Conheces o homem que está se dirigindo para nós?" ou "O homem que tem o rosto encoberto?" "A estátua é tua obra?" ou "O cão é teu pai?"[752] "É o resultado de multiplicar um pequeno número por um outro pequeno número ele mesmo um pequeno número?" É evidente que, em todos estes exemplos, não resulta necessariamente que o predicado que é verdadeiro no que tange ao acidente seja também verdadeiro no que tange ao sujeito, uma vez que é somente a coisas que são indistinguíveis e *essencialmente* unas que geralmente se sustenta que sejam aplicados todos os mesmos predicados. Mas no caso do bem, não é o mesmo *ser*

752. Ver 179b15 e Platão, *Eutídemo*, 298 e.

bom e estar na iminência de ser interrogado. Tampouco no caso do *homem que está se dirigindo para nós*, ou *com seu rosto encoberto*, *é estar se dirigindo para nós* o mesmo que *ser Corisco*, de sorte que, se conheço Corisco, mas não conheço o homem que está se dirigindo para mim, não se conclui que conheço e não conheço o mesmo homem. E, igualmente, se isto é *meu* e também é uma obra, não é, conseqüentemente de maneira necessária *minha obra*, podendo ser [meramente] minha propriedade, coisa possuída ou alguma outra coisa. Os demais exemplos são suscetíveis do mesmo tratamento.

Algumas pessoas obtêm uma solução destruindo a tese contida na questão, pois afirmam que é possível conhecer e não conhecer a mesma coisa, mas não no mesmo aspecto – quando, portanto, não conhecem o homem que está se dirigindo para eles, mas conhecem Corisco, dizem que conhecem e não conhecem a mesma coisa, mas não no mesmo aspecto. Entretanto, em primeiro lugar, como já asseveramos,[753] o método de corrigir argumentos que dependem do mesmo princípio deve ser idêntico, o que, todavia, não acontecerá caso se tome o mesmo axioma a aplicar-se não ao *conhecer*, mas ao *ser* ou *estar num certo estado;* por exemplo, "Ele é um pai e é teu.".[754] Embora seja por vezes exato e seja possível conhecer e não conhecer a mesma coisa, a solução sugerida se mostra inteiramente inaplicável no exemplo acima. Mas não há porque o mesmo argumento não possa conter vários defeitos. Mas não é a exposição de todas as falhas que forma uma solução, pois é possível a alguém mostrar que uma falsa conclusão foi alcançada sem mostrar do que ela depende, como, por exemplo, no argumento de Zenão de que o *movimento é impossível*. Mesmo, portanto, que alguém se dispusesse a tentar inferir o *impossível*[755] desta opinião, estaria errado – ainda que fornecesse provas incontáveis, uma vez que este procedimento não dá origem a uma solução, visto que uma solução é, como vimos, uma exposição de um silogismo falso, mostrando do que depende a falsidade. Se, portanto, ele não apresentou um silogismo demonstrativo ou então se tenta tirar

753. Em 177b31.

754. A alusão é ao exemplo do argumento do cão (ver 179a34-35 e nota 93), no qual se conclui falsamente que *o cão é teu pai*.

755. αδυνατον (*adünaton*). Mas W. D. Ross discorda de Bekker e registra δυνατον (*possível*). Ficamos com Bekker por conta da coerência interna.

uma conclusão, quer verdadeira ou falsa, mediante meios falazes, o desmascaramento deste procedimento constitui uma solução. Mas talvez, ainda que em alguns casos nada haja para impedir que isto venha a ocorrer, não seria geralmente admitido no tocante aos exemplos dados antes, porque ele sabe que Corisco é Corisco e que aquilo que está se dirigindo para ele *está se dirigindo para ele*. Há casos, todavia, em relação aos quais geralmente se sustenta ser possível conhecer e não conhecer a mesma coisa. Por exemplo, *pode-se ter conhecimento que alguém é branco e ignorar o fato deste alguém ser músico,*[756] com isso conhecendo e não conhecendo a mesma coisa, mas não no mesmo aspecto. Mas, no que concerne *àquilo que está se dirigindo para ele e Corisco*, ele tem conhecimento tanto que está se dirigindo para ele quanto que é Corisco.

Um erro semelhante a este perpetrado por aqueles que mencionamos, é cometido por aqueles que resolvem o argumento de que *todo número é um número pequeno*, pois se, quando nenhuma conclusão foi alcançada, o ignoram e dizem que uma conclusão foi alcançada e é verdadeira porque todo número é *tanto grande quanto pequeno*, com isso estarão cometendo um erro.

Algumas pessoas, também, resolvem estes silogismos recorrendo ao princípio da ambigüidade, dizendo, por exemplo, que *teu* significa *teu pai* ou *teu filho*, ou *teu escravo*. Contudo, é
181a1 evidente que, se a refutação girar em torno da possibilidade de vários significados, o termo ou expressão deverá ser usado literalmente em diversos sentidos, ao passo que ninguém falará de alguém como sendo seu filho no sentido literal se for o senhor do filho, mas a combinação se deve ao acidente. "Ele é teu?" "Sim". "E é uma criança?" "Então a criança é tua" porque *acontece ser* ela tanto tua quanto uma criança, mas não *é teu filho*.

Há também o argumento de que *algum mal é bom*, uma vez que a percepção intelectual[757] é um conhecimento *dos* males. Mas a afirmação de que isto é deste ou daquele não é empregada com vários significados, mas denota posse. Concedendo, entretanto, que o *genitivo*[758] tem mais de um significado (pois dizemos que o ser humano *é dos* animais, ainda que não posse deles), e se a relação *deste ou daquele* com os males é expressa pelo genitivo, trata-se, portanto, de um deste ou daquele *dos* males, porém *deste ou daquele* não é um dos males. A diferença parece ser devida ao fato do genitivo ser usado num sentido particular, ou absolutamente. É, todavia, possível que o dizer *Algum mal é bom* seja ambíguo, ainda que não no exemplo supracitado, mas na frase *Um escravo é bem dos maus*. Mas talvez este exemplo igualmente não faça pleno sentido, pois se alguma coisa *é boa e deste ou daquele*, não é ao mesmo tempo *o bem deste ou daquele*. Tampouco é a afirmação de que *o ser humano é dos animais* usada com vários significados, pois uma frase não ganha várias acepções toda vez que expressamos seu significado sob uma forma elíptica; com efeito, exprimimos "Dai-me a *Ilíada*" citando metade de um dos seus versos: "Canta, deusa, a ira...".[759]

756. Ou *instruído*.

757. φρονησις (*fronesis*) e não σοφια (*sofia*), sabedoria. Ambas são virtudes *dianoéticas* (intelectuais) para Aristóteles, das quais ele trata na *Ética a Nicômaco*. O que traduzimos aqui por *percepção intelectual* (por falta de uma palavra em português que dê conta do conceito grego) se aproxima da prudência, uma forma de sabedoria prática.

XXV

Argumentos que dependem do uso de uma expressão não em seu sentido próprio, mas com validade somente no tocante a uma coisa particular ou num aspecto, ou lugar, ou grau, ou relação particulares e não absolutamente, têm que ser resolvidos pelo exame da conclusão à luz de seu contraditório, com o fito de verificar se ela poderia ter sido afetada de qualquer desses modos, visto que é impossível para contrários e opostos, bem como para uma afirmativa e uma negativa, se predicarem absolutamente de um mesmo sujeito; por outro lado, não há por que cada um não devesse se predicar num aspecto, relação ou modo particulares, ou um num aspecto particular, e o outro absoluta-

758. O argumento ora tratado se vincula especificamente às funções do caso genitivo, de forma que o leitor não deve considerá-lo estritamente para uma língua não declinada, como o português. Consoante a isso, nossa tradução deste trecho, fugindo particularmente da literalidade, destaca o termo *genitivo*, que é fundamentalmente o caso cuja terminação indica a posse.

759. Homero, *Ilíada*, Canto I, 1. São precisamente as primeiras palavras do primeiro verso da *Ilíada*.

mente. Assim, se um se predica absolutamente e o outro, num aspecto particular, nenhuma refutação, até essa oportunidade, terá sido alcançada. Esse ponto tem que ser examinado na conclusão por comparação com seu contraditório.

Todos os argumentos que se seguem são desse tipo: *É possível, para o que não é, ser?* [Não.] Mas, com certeza, ele é algo, apesar de seu *não-ser*. Analogamente, também, o *ser* não será, pois *não* será qualquer coisa particular que é. *É possível ao mesmo homem ao mesmo tempo manter e quebrar seu juramento? É possível ao mesmo homem ao mesmo tempo obedecer e desobedecer a mesma ordem?* Não é exato, em primeiro lugar, que *ser alguma coisa* e *ser* não é o mesmo? Por outro lado, [o] *não-ser*, mesmo que *seja* algo, não *é* em acepção absoluta; em segundo lugar, se um homem mantém seu juramento numa ocasião particular ou num aspecto particular, não se conclui necessariamente que ele é um mantenedor de juramentos, mas aquele que jurou que quebrará seu juramento "mantém" seu juramento *nessa ocasião particular* apenas por
180b1 seu perjúrio, porém não é um mantenedor de juramentos; tampouco é aquele que desobedece, obediente, salvo a uma ordem particular. É similar ao argumento em torno da questão de se o mesmo homem pode dizer o que é, simultaneamente, tanto verdadeiro quanto falso, mas que apresenta dificuldades aparentes, porque não é fácil averiguar se a qualificação *absolutamente* deveria ser aplicada a *verdadeiro* ou a *falso*. Mas não há razão por que o mesmo homem não fosse absolutamente um mentiroso e, não obstante, dissesse a verdade em alguns aspectos, ou que algumas das palavras do discurso de um homem fossem verdadeiras, mas não fosse ele mesmo verdadeiro. Analogamente, se houver qualificações de relação, espaço ou tempo. Todos os argumentos da seqüência imediata giram em torno de um ponto desta natureza. *É a saúde ou a riqueza uma coisa boa?* [Sim.] Mas, para o tolo que dela[760] abusa, não é uma boa coisa. É, portanto, uma boa coisa e não uma boa coisa. *É a saúde ou o poder político uma boa coisa?* [Sim.] Mas há ocasiões nas quais não se mostra melhor do que outras coisas e, por conseguinte, a mesma coisa é tanto boa quanto não boa para o mesmo indivíduo. Ou não há por que

760. A saúde *ou* a riqueza, alternativamente.

uma coisa não devesse ser absolutamente boa, mas não boa, a uma pessoa particular, ou boa para uma pessoa particular, mas não boa agora ou aqui? *É um mal aquilo que não fosse objeto de desejo do homem prudente?* [Sim.] Mas ele não deseja perder o bem e, portanto, o bem é um mal. Isso não é exato, pois não é o mesmo dizer que o bem é um mal e que a rejeição do bem é um mal. Algo semelhante ocorre com o argumento sobre o ladrão. Não se conclui, na hipótese do ladrão ser um mal, que adquirir coisas seja também um mal. O ladrão, portanto, não deseja o que é mau, mas o que é bom, pois obter algo bom é uma coisa boa. A doença, também, é um mal, porém livrar-se dela não é um mal. *É o que é justo preferível ao que é injusto e são circunstâncias justas preferíveis a injustas?* [Sim.] Mas ser morto injustamente é preferível. *É justo que cada um tenha o que lhe pertence?* [Sim.] Mas sentenças pronunciadas por um juiz com base em sua opinião pessoal, ainda que falsa, têm validade aos olhos da lei – a mesma coisa, portanto, é justa e não justa. Ademais, deveria a sentença ser dada a favor daquele que diz o que é justo ou em favor daquele que diz o que é injusto? Mas é justo, para a vítima da injustiça, declarar integralmente as coisas que sofreu, e essas coisas foram injustas, pois se sofrer alguma coisa injustamente constitui um objeto de escolha, não resulta que circunstâncias injustas sejam preferíveis às justas, mas, absolutamente, a justiça é preferível – o que não impede que circunstâncias injustas sejam preferíveis a justas num caso particular. Além disso, é justo que alguém tenha o que lhe pertence, e não é justo que ele tenha o que pertence a outrem; mas não há por que qualquer sentença que seja pronunciada em conformidade com a opinião do juiz não seja justa, uma vez que, se é justa num caso particular e em circunstâncias particulares, não é, também, absolutamente justa. Analogamente, também, não há razão por que, ainda que as coisas sejam injustas, meramente dizê-las não fosse justo, pois se dizer as coisas é justo, daí não se conclui que sejam justas, não mais do que se é conveniente dizer as coisas, se concluísse serem essas coisas convenientes. Algo semelhante ocorre também com coisas que são justas, de modo que, se o que é dito é injusto, não se conclui que o ganho de causa será daquele que utiliza falsas alegações, pois embora esteja ele dizendo coisas que é justo que diga, são coisas absolutamente injustas para que qualquer um as sofra.

XXVI

Refutações que estão vinculadas com a definição da refutação devem, como sugerido anteriormente,[761] ser confrontadas examinando-se a conclusão à luz de seu contraditório e verificando como o mesmo termo estará presente no mesmo aspecto e na relação, modo e tempo idênticos. Ao introduzir essa questão adicional no início, não cabe admitir que é impossível a mesma coisa ser tanto dupla quanto não dupla, cabendo admitir a possibilidade, ainda que não da maneira que foi uma vez admitida para atender as condições de uma refutação. Todos os argumentos seguintes dependem de um ponto deste tipo. *Aquele que tem conhecimento de que A é A conhece a coisa A?* E, analogamente, *Aquele que não tem conhecimento de que A é A não conhece a coisa A?* Mas alguém que tem conhecimento de que Corisco é Corisco, poderia não ter conhecimento de que ele é músico, de forma que ele tanto conhece quanto ignora a mesma coisa. Outro exemplo: *É um objeto de quatro côvados de comprimento maior do que um objeto de três côvados de comprimento?* [Sim.] Mas um objeto de três côvados de comprimento poderia se tornar de quatro côvados de comprimento. Ora, o maior é maior do que o menor e, portanto, o objeto é ele próprio maior e menor do que ele próprio.

XXVII

Nas refutações ligadas à postulação da petição de princípio, esta não deveria ser concedida ao interrogador, caso seu procedimento seja conspícuo e mesmo que sua opinião seja de aceitação geral, devendo nós expressarmos a verdade. Se, por outro lado, o procedimento dele não for detectado, deve-se – em função da má qualidade de tais argumentos – fazer nosso erro recair sobre o interrogador, sob o fundamento de que ele não argumentou corretamente, uma vez que a refutação tem que proceder sem qualquer suposição do ponto original. Em seguida, é preciso argumentar que o ponto foi concedido mediante a idéia de que ele ia usá-lo não como uma premissa, mas com o fito de argumentar a favor da opinião oposta ou com o propósito de refutações em torno de matérias colaterais.

761. Em 167a21-23.

XXVIII

Quanto às refutações que extraem suas conclusões por meio do conseqüente, precisam ser expostas no próprio argumento. Há duas formas de geração de conseqüências: *ou* o universal se segue do particular, como *animal* se segue de *ser humano*, uma vez que se sustenta que se A acompanha B, B também acompanha A; *ou*, então, o processo se desenvolve mediante opostos, pois se A segue B, o oposto de A seguirá o oposto de B. É disso, também, que depende o argumento de Melisso, visto ele afirmar que *se aquilo que veio-a-ser tem um princípio, aquilo que não veio-a-ser não tem princípio*, e, assim, se o céu não veio-a-ser,[762] ele é também *eterno*.[763] Mas isso não é verdadeiro. A seqüência é feita na inversão.

XXIX

Em refutações deduzidas por meio de alguma adição, é preciso examinar se a impossibilidade continua ocorrendo, mesmo com a remoção da adição. Se assim for, convirá que o respondente torne claro este fato e declare que concedeu a adição não porque deu crédito a ela, mas em benefício do argumento, enquanto seu opositor não a utilizou, de modo algum, a favor de seu argumento.

XXX

Ao tratar com os que concentram várias questões em uma, convém que se proceda a uma distinção imediatamente no começo, pois a questão é singular quando para ela há somente uma resposta, de modo que não se deva afirmar ou negar várias coisas de uma coisa nem uma coisa de várias coisas, mas uma

762. Ou seja, *não foi gerado*, expressão que evitamos, devido ao seu moderno viés conceitual biológico. Não há, neste contexto, uma distinção entre o biológico e o ontológico, já que o Estagirita aqui se refere restritamente ao *ser* (*existir*) *físico* (isto é, na natureza) e não *metafísico*, na sua acepção primordial e específica desta palavra, ou seja, *a ordem de reflexão que está além da física (quer dizer, o tratado da natureza)*. Ver a *Física*, a *Metafísica* e, mais especialmente, *Da Geração e Corrupção*.

763. απειρος (*apeiros*), literalmente *infinito*, porém a idéia aqui é do que não tem nem princípio nem fim (eterno) e, portanto, não nasce nem morre, não vem-a-ser nem deixa de ser: *é eternamente*.

181b1 coisa de uma coisa. Porém, tal como no caso dos termos homônimos (equívocos), um predicado é, às vezes, verdadeiro no que tange a ambos os significados e, às vezes, de nenhum deles e, assim, a despeito da questão não ser simples, não há nenhum prejuízo se as pessoas derem uma resposta simples, também assim acontece com essas questões duplas. Quando, portanto, os vários predicados são verdadeiros de um sujeito, ou um predicado de vários sujeitos, nenhuma contradição é envolvida ao dar-se uma resposta simples, ainda que se tenha cometido este erro. Mas quando o predicado é verdadeiro de um sujeito, mas não de outro, ou vários predicados são verdadeiros de vários sujeitos, então há um sentido no qual ambos são verdadeiros de ambos, mas um outro sentido, por outro lado, no qual não são, motivo pelo qual é preciso cada um estar alerta contra isso. Os argumentos que se seguem o ilustram. [1] Supondo-se que uma coisa é boa e uma outra má, será exato classificá-las como boa e má e, por outro lado, que não são nem boa nem má (visto que nem uma coisa tem o caráter de má, nem a outra, de boa), de sorte que a mesma coisa é boa e má e nem boa nem má; [2] Se tudo é idêntico a si mesmo e distinto de tudo o mais, já que coisas não são idênticas a outras coisas, mas idênticas a si próprias e também distintas de si próprias, as mesmas coisas são tanto distintas de si próprias quanto idênticas a si próprias; [3] Ademais, se aquilo que é bom se torna mau e aquilo que é mau se torna bom, tornar-se-ão dois e, de duas coisas desiguais, cada uma é igual a si própria, de modo que são tanto iguais quanto desiguais de si próprias.

Essas refutações também se enquadram em outras soluções, uma vez que os termos *ambos* e *todos* têm vários significados, de forma que afirmar ou negar a mesma coisa é apenas *verbal*, e isso, como vimos, não constitui uma refutação. Mas está claro que, se uma das várias questões não é formulada, mas o respondente afirma ou nega um predicado singular de um sujeito singular, a redução a uma impossibilidade não ocorrerá.

XXXI

No que toca àqueles que induzem alguém a repetir a mesma coisa muitas vezes, claro está que não se deve permitir que predicações de termos relativos tenham qualquer significação em si mesmas ao serem separadas de seus correlativos. Por exemplo,

que *dobro*, separado da expressão *dobro da metade*, seja significativo simplesmente porque está presente nesta expressão. Isto porque *dez* está presente na expressão *dez menos um*, e *fazer* na expressão *não fazer*, e, em geral, afirmações nas negações, mas de qualquer forma, se alguém dissesse *Isto não é branco*, não estaria dizendo que é branco. *Dobro* possivelmente não possui significação alguma, tal como *a* em *a metade*, também nada significa. E se tiver alguma significação, não é a mesma da expressão *composta*.[764] Tampouco é *conhecimento* de um tipo específico, tal como *conhecimento médico*, o mesmo que *conhecimento* como termo geral, pois este último sempre significa *conhecimento do cognoscível*. Ao lidar com termos que são predicados dos termos por meio dos quais eles são definidos, é preciso dizer que o termo definido não é o mesmo, quando tomado separadamente, como é na expressão composta; com efeito, *côncavo* encerra o mesmo significado geral quando aplicado se referindo a *nariz chato* e se referindo a *perna torta*, mas quando combinado num caso com nariz e no outro com perna,
182a1 não há por que não possa significar coisas distintas, pois no primeiro caso significa *chato*, no outro, *torta*, e não faz diferença se dizes um *nariz chato* ou um *nariz côncavo*. Ademais, não se deve admitir que a expressão omita a qualificação,[765] com o que seria uma falsidade, já que *a chatice* não é um nariz côncavo, mas alguma coisa, a saber, uma *condição* pertinente a um nariz. A conclusão é que nada há de absurdo em supor que um nariz chato é aquele que apresenta concavidade nasal.

XXXII

No que respeita aos solecismos, já indicamos[766] a causa aparente de sua ocorrência; quanto a como devem ser resolvidos, se evidenciará nos próprios argumentos.[767] Todos os argumentos na

764. *Combinada.*
765. Ou seja, não deve estar no caso nominativo.
766. Em 165b20 e seguintes.
767. Todos os exemplos de solecismos que Aristóteles indica a seguir só valem para uma língua declinada, no caso, o grego, devendo ser compreendidos exclusivamente deste ponto de vista. A correspondência com nossa língua, o português, não existe. Entretanto, o leitor que conhece, por exemplo, o latim e/ou o alemão, encontrará uma correspondência proveitosa.

seqüência visam a produzir esse resultado: *É verdadeiramente uma coisa aquilo que afirmas verdadeiramente ser ela?* Afirmas que alguma coisa é uma pedra[768] e, portanto, alguma coisa[769] é uma pedra.[770] Ou falar de uma pedra[771] envolve o uso do relativo *quem* e não *que* e o pronome *ele*[772] e não *ele?*[773] Se, então, alguém perguntasse "Uma pedra *é ele quem* verdadeiramente afirmas ser *ele*?", não se julgaria estar falando bom grego tanto quanto se perguntasse: "É *ele* quem afirmas ser *ela?*" Mas o uso da palavra *tora* (pedaço de madeira),[774] ou de qualquer outra palavra neutra, que não seja nem feminina nem masculina, não envolve diferença alguma[775] e, portanto, não haverá qualquer solecismo se dizes: "É isso o que afirmas ser ele?" Afirmas que é uma tora e, por conseguinte, é uma tora. *Pedra,*[776] porém, e *ele* são do gênero masculino. Ora, se alguém perguntasse: "Pode *ele* ser um *ela?*, e a seguir "Por quê? Não é Corisco?" e, então, dissesse "Então ele é um ela", não teria demonstrado o solecismo, mesmo se Corisco significasse um *ela*, ainda que o respondente se recuse a concedê-lo. Mas este ponto deve ser colocado como uma questão a mais. Mas se este ponto não for nem factual nem concedido, o solecismo não terá sido demonstrado nem de fato nem relativamente à pessoa à qual a questão foi formulada. Analogamente, portanto, também no primeiro exemplo, *ele* deve significar a pedra. Se, contudo, isso não é nem verdadeiro, nem é concedido, a conclusão não deve ser estabelecida, embora seja aparentemente verdadeira, porque o *caso*[777] no qual a palavra é usada, que é dessemelhante, parece ser semelhante. *É verdadeiro dizer que este objeto é o que afirmas ser ele?*. Afirmas ser ele um escudo[778] e, portanto,

768. λιθον (*lithon*), acusativo masculino.
769. Nominativo neutro. Lembrar que o nominativo é o caso do nome (substantivo) e do sujeito.
770. Acusativo masculino.
771. Λιθος (*lithos*) é uma palavra masculina.
772. Em português, o ele (lhe) correspondente ao pronome pessoal do caso oblíquo da terceira pessoa masculina do singular.
773. Seria o pronome pessoal do caso oblíquo indiferenciado em português (ele, o) que se refere a coisas inanimadas e animais, exceto o homem (por exemplo, o *it* do inglês e o *es* do alemão).
774. ξυλον (*xülon*).
775. Ou seja, entre o nominativo e o acusativo.
776. Ver nota acima.
777. Entenda-se *caso da declinação.*
778. ασπιδα (*aspida*), acusativo.

é um escudo.[779] Ou não é necessariamente assim, se *este objeto*[780] significa não escudo,[781] mas escudo, enquanto *este objeto* significa escudo. Nem também se é ele o que afirmas ser ele, e afirmas que ele é *Cleona,*[782] é ele, por conseguinte, *Cleona?...* pois ele não é Cleona,[783] uma vez que a afirmação foi que *ele* e não *ele* (*lhe*)[784] é aquilo que afirmo ser ele. Com efeito, se a questão for feita desta forma,[785] mais uma vez não teremos a língua grega. *Conheces isso?* Mas isso é uma pedra[786] e, portanto, conheces uma pedra.[787] Não tem [a palavra] *isso* peso diferente na questão *Conheces isso?* e em *Isso é uma pedra*, na primeira situação significando um acusativo e, na segunda, um nominativo? Quando exerces o reconhecimento *de* um objeto, não o reconheces? Exerces o reconhecimento *de* uma pedra e, portanto, reconheces *de uma pedra*. Numa situação não colocas o objeto no genitivo e dizes *da pedra*, e na outra situação no acusativo e dizes *uma pedra*? Mas foi concedido que, quando *exerces o reconhecimento de uma coisa*, tu ***a*** *reconheces*, não ***de ela***, de sorte que não reconheces ***de*** uma pedra, mas ***uma*** pedra.

Do que foi dito, fica claro que os argumentos desse tipo não demonstram solecismo, que só aparentam demonstrá-lo, ficando também evidente a razão de aparentá-lo e como se deve confrontá-los.

XXXIII

Cumpre notar, a respeito dos argumentos em geral, que em alguns é mais fácil, enquanto em outros é mais difícil perceber por que e onde enganam o ouvinte, ainda que com freqüência

779. Idem.
780. No nominativo: ασπις (*aspis*).
781. No acusativo: *aspida.*
782. Κλεωνα é o acusativo de Κλεων (*Cleon*).
783. Ele é, com efeito, Cleon.
784. Confusão do caso inflexivo (declinatório) *nominativo* (ele, o *pro*nome pessoal do caso reto) com o caso declinatório *acusativo* (ele, lhe, *pro*nome pessoal do caso oblíquo).
785. Quer dizer, com o sujeito no caso acusativo, o que é incorreto, pois o caso do sujeito é o nominativo.
786. Nominativo.
787. Idem.

os segundos sejam idênticos aos primeiros. Com efeito, deve-se classificar um argumento como idêntico quando depende do mesmo princípio; entretanto, o mesmo argumento poderia, segundo alguns, depender do estilo de linguagem, segundo outros, do acidente, e segundo outros, de alguma outra coisa, pois cada um, conforme aplicado em diferentes contextos, não apresenta igual clareza. Assim, como com as falácias causadas por homônimos – consideradas estas geralmente como a forma mais tola das falácias – algumas são evidentes até para as mentes ordinárias (porquanto, quase todas as observações mais risíveis dependem das formas de expressão da linguagem), por exemplo, *Um homem foi carregado sobre a escada da estrutura da biga,*[788] e *Onde vai? Ao lais; Qual das duas vacas parirá na frente? Nenhuma das duas, mas ambas atrás. Bóreas é puro?*[789] *Certamente não, já que ele assassinou o mendigo e o mercador. Ele é Evarco?*[790] *Certamente não, é Apolônides.*[791] E, assim sucessivamente, quanto a quase todo o resto das ambigüidades. Todavia, algumas mesmo as mentes mais desenvolvidas parecem não conseguir detectar. Um prova disso está no fato das pessoas discutirem amiúde acerca dos termos usados, por exemplo, se *ser* e *unidade* significam sempre a mesma coisa ou alguma coisa distinta, isto porque algumas pessoas sustentam que *ser* e *unidade* encerram significado idêntico, enquanto outros resolvem o argumento de Zenão e Parmênides afirmando que *unidade* e *ser* são usados em acepções diversas. De modo análogo, no que respeita aos argumentos que dependem do acidente e cada uma

788. O texto de Bekker possibilita esta tradução pouco compreensível, problema gerado certamente não pelo mais proficiente dos aristotelistas, mas presumivelmente por alguma falha do manuscrito, ingerência infeliz no texto na Idade Média ou alguma outra causa. O texto de W. D. Ross (traduzido na excelente e já consagrada edição Oxford) oferece duas opções menos precárias, de caráter interpretativo: *Um homem obteve o corpo da biga removido de seu chassi*, ou *Um homem (o auriga?) levou a base de apoio dos pés [da biga] a partir da escada*. De resto, Aristóteles se refere aqui genericamente a falhas grosseiras de expressão que concorrem para a formação da falsos silogismos, sofismas e falsos argumentos facilmente detectáveis.

789. Bóreas, neste contexto, é confundido com um nome próprio de alguém, tratando-se simplesmente do vento do norte.

790. Ευαρχος (*Euarchos*): *euarcos* significa literalmente *aquele que principia bem ou que governa bem*.

791. Απολλωνιδης (*Apolonidês*) significa literalmente *filho ou descendente de Apolo*. E. S. Forster acena para o significado não literal *filho pródigo*.

das demais classes, alguns serão mais fáceis de serem detectados, e outros de mais difícil detecção; ademais, não se mostra sempre igualmente fácil apreender em qual classe se enquadram e se ocorre ou não a refutação.

Um argumento incisivo é o que causa o maior embaraço, pois é o que penetra mais fundo. O embaraço[792] é de dois tipos: numa argumentação de raciocínios dedutivos, fica-se em dúvida quanto a qual das questões convém derrubar, ao passo que na argumentação contenciosa trata-se da maneira na qual se deve expressar a proposição. Conseqüentemente, é nas discussões dos raciocínios dedutivos que os argumentos mais incisivos se mostram mais estimulantes, do ponto de vista da inquirição. Ora, um argumento silogístico se revela o mais incisivo quando, das premissas de maior aceitação geral possível, ele subverte a tese de maior aceitação geral possível, pois o argumento singular, caso o contraditório seja transposto, resultará em serem todos os silogismos semelhantes, uma vez que, de premissas de aceitação geral, ele subverterá ou estabelecerá uma conclusão igualmente de aceitação geral, com o que o embaraço necessariamente surgirá. Tal é, portanto, o argumento mais incisivo que nivela a conclusão (a iguala) com as premissas. O próximo [argumento] mais incisivo é o que deduz a partir de premissas que se encontram todas em condição de igualdade, visto que isso provocará um igual embaraço quanto a qual tipo de questão deve ser subvertido. O impasse reside no fato de que alguma coisa precisa ser subvertida, mas não está claro o que. O mais incisivo dos argumentos contenciosos é o que, em primeiro lugar, de imediato torna incerto se o raciocínio é conclusivo ou não, e também se a solução se deve a uma premissa falsa ou a uma distinção; no que diz respeito ao restante, o que vem em seguida é aquele cuja solução depende claramente de uma distinção ou de uma subversão e, não obstante, não revela claramente qual das premissas é a solicitada, cuja destruição ou distinção acarretará a solução, e chega ao ponto de tornar dúbio até se é da conclusão ou de umas das premissas que depende o processo.

792. απορια (*aporia*), genericamente *dificuldade*, mas o sentido é mais estrito aqui, indicando uma dificuldade que implica perplexidade ou confusão e um possível "beco sem saída". Outra tradução satisfatória seria *impasse*.

Ora, por vezes um argumento que não foi adequadamente deduzido revela-se tolo se as premissas supostas forem demasiadamente implausíveis ou falsas; por vezes, contudo, não se trata de um argumento desprezível, pois quando alguma questão carece daquilo que interessa ao argumento ou dos recursos para levá-lo adiante, a argumentação que não foi capaz de suprir isso e é incorreta do ponto de vista dedutivo é tola; mas quando algo que é meramente estranho foi omitido, a argumentação não deverá ser, de modo algum, condenada, mas é respeitável, a despeito do interrogador não ter formulado bem suas questões.

Do mesmo modo que é possível endereçar a solução às vezes ao argumento, às vezes ao interrogador e seu procedimento de questionamento, e às vezes a nenhum deles, é possível igualmente endereçar as próprias questões e raciocínios tanto à tese, quanto ao respondente e ao tempo, quando a solução exige mais tempo do que o suprido pela presente ocasião.

XXXIV

O número, portanto, e a natureza das fontes das quais se originam as falácias no debate, e como denunciarmos um ludibriador e o fazermos proferir paradoxos e, ademais, em quais circunstâncias ocorre um solecismo, e como formular questões, e qual é a correto arranjo das questões, e ainda qual é o uso de todos esses argumentos, e sobre a resposta das questões em geral e, em particular, como resolver argumentos e solecismos – a propósito de todos estes assuntos, que o tratamento que aqui demos baste. Resta rememorar nosso intento original, dizer algumas palavras a respeito dele e, então, dar um desfecho ao nosso tratado.

Nosso intento foi descobrir uma faculdade capaz de raciocinar sobre o problema posto ante nós a partir das premissas mais geralmente aceitas que existem, porquanto é esta a função da
181b1 dialética em si mesma e da arte do exame. Mas, na medida em que lhe está adicionalmente implícito – por conta de sua estreita afinidade com a arte da sofística – que pode empreender um exame não apenas dialeticamente, como também com uma pretensão de conhecimento, propusemos, conseqüentemente, como o intento de nosso tratado não somente a tarefa acima indicada de nos capacitarmos a conduzir um argumento, como também a descoberta de como, ao sustentar um argumento, devemos defender nossa tese por meio das premissas de aceitação mais geral de uma maneira coerente. Disso fornecemos a razão, pois este foi o porquê de Sócrates costumar formular questões sem nunca respondê-las,[793] uma vez que ele tinha o hábito de se confessar ignorante.[794] Foi proporcionada uma indicação, no que foi dito anteriormente, do número de casos nos quais isso será aplicado e dos vários tipos de material utilizáveis para isso e as diversas fontes das quais podemos obter um suprimento copioso deles; também sobre como as questões devem ser formuladas e acerca do arranjo das questões em geral, bem como acerca das respostas e soluções aplicáveis aos silogismos empregados. Todos os demais pontos foram também formulados, quais sejam, aqueles pertencentes ao mesmo sistema de argumentação. Em acréscimo a estes, explicamos também as falácias, tal como já observamos acima. Está claro que aquilo a que nos propusemos foi realizado satisfatoriamente até o fim, mas não devemos deixar de observar o que ocorreu no que tange a esta investigação. Em todas as descobertas, ou o resultado do trabalho de outras pessoas foi tomado e depois de ser submetido a um primeiro tratamento, é posteriormente desenvolvido passo a passo por aqueles que o tomam, ou então esse resultado representa concepções originais que geralmente progridem, progresso inicialmente modesto, mas de utilidade muito superior aos desdobramentos ulteriores que deles resultam. É talvez um adágio verdadeiro aquele que diz que o início de qualquer coisa é o mais importante, com o que é também o mais difícil, isto porque se, por um lado, é muito poderoso do ponto de vista de seus efeitos, por outro apresenta diminuta dimensão e, assim, é de pouquíssima visibilidade. Quando, contudo, o princípio original foi descoberto, fica fácil aumentá-lo e desenvolver o restante. Isso aconteceu também com a composição retórica e, também, praticamente com todas as demais artes. Aqueles que descobriram os princípios da retórica os levaram avante muito modestamente, ao passo que os renomados mestres atuais da arte, *entrando de posse da herança*, por assim

793. A *maiêutica* socrática ou método da parturição do conhecimento, largamente empregado nos diálogos de Platão.

794. Decerto Sócrates não era ignorante, mas professar e confessar sê-lo era o fundamento de sua metodologia, uma pura questão de método.

dizer, de uma longa série de predecessores que a fizeram avançar gradativamente, guindaram-na à sua presente perfeição: Tísias[795] sucedendo aos primeiros inventores, Trasímaco[796] sucedendo a Tísias, Teodoro sucedendo a Trasímaco, além de muitos outros, que fizeram numerosas contribuições, com o que não é de surpreender o fato desta arte ter uma certa amplitude. No que toca à nossa presente investigação, entretanto, não é exato dizer que já fora em parte tratada e elaborada, e em parte não. Não, simplesmente não existia, uma vez que o treinamento dado por professores remunerados da argumentação contenciosa se assemelhou ao sistema de Górgias.[797] Com efeito, alguns deles davam aos seus alunos para que aprendessem de cor, discursos que eram ou retóricos ou consistiam de questões e respostas, nos quais ambos os lados julgavam que os argumentos rivais estavam, na sua maior parte, incluídos. Conseqüentemente, o ensino que ministravam aos seus alunos era rápido, mas assistemático, pois concebiam que podiam treinar seus alunos transmitindo a estes não uma arte, mas os resultados de uma arte, tal como se alguém reivindicasse estar prestes a comunicar conhecimento para a prevenção da dor nos pés e, então, não se dispusesse a ensinar a arte do sapateiro e os meios de produzir calçado adequado, embora estivesse disposto a fornecer uma seleção de vários tipos de sapatos, pois ajudou a atender uma necessidade, mas não comunicou uma arte. Também, no que diz respeito à retórica, já havia muito material apresentado no passado, ao passo que, no que toca ao silogismo, não tínhamos absolutamente nenhum trabalho anterior a mencionar e passamos muito tempo em pesquisa laboriosa. Se, portanto, depois de exame, parecer que, em vista destas condições de originalidade, nossa investigação se mostra em condição satisfatória, comparada às outras investigações que foram formadas pela tradição, restará a todos vós, nossos estudantes, a tarefa de nos escusar pelo incompleto de nossa investigação e serdes gratos por nossas descobertas.

795. Tísias da Sicília, co-criador da retórica com seu mestre Corax.

796. Não se trata do tristemente célebre Trasímaco, adepto dos sofistas que figura na *República* de Platão, mas do autor de um tratado de oratória.

797. O famoso sofista contemporâneo de Platão, que tem deste um diálogo homônimo.

EDIPRO **Edições Profissionais**



Rua Conde de São Joaquim, 332
Liberdade - CEP 01320-010
Fone (11) 3107-4788
Fax (11) 3107-0061
São Paulo - SP
e-mail: ***edipro@uol.com.br***